ATAS DO

I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA UGF

1 a 3
AGOSTO
2012

Organizadores
Profa. Dra. Carolina Coelho Fortes
Profa. Doutoranda Márcia Teixeira Cavalcanti
Prof. Mestrando Wendell dos Reis Veloso
Prof. Dr. Sérgio Chahon

UNIVERSIDADE GAMA FILHO
1939

FICHA CATALOGRÁFICA
(Catalogado na fonte pela Biblioteca Central da Universidade Gama Filho)
MF

Encontro de História da Universidade Gama Filho (1. : 2012 ago. 01-03 : Rio de Janeiro, RJ)
Atas do I Encontro de História da Universidade Gama Filho / Organização de Carolina Coelho Fortes, Márcia Teixeira Cavalcanti, Sérgio Chahon e Wendell dos Reis Veloso. — Rio de Janeiro : Editora Gama Filho, 2013.
630p. : fot.

ISBN 978-85-7444-101-6
Inclui bibliografia.

1. História – Congressos. I. Fortes, Carolina Coelho. II. Cavalcanti, Márcia Teixeira. III. Chahon, Sérgio. IV. Veloso, Wendell dos Reis. V. Universidade Gama Filho. VI. Título.

CDD – 906

EDITORA GAMA FILHO

Projeto Gráfico e Diagramação
André Luiz Santos

Reitor
Fernando Vieira Braga

Pró-Reitor de Saúde
Gilberto Chaves

Pró-Reitor de Humanidades e Ciências Sociais
Pró-Reitor de Ciências Exatas e Tecnologia
Paulo Cesar Dahia Ducos

I ENCONTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE GAMA FILHO

COORDENADOR DO CURSO DE HISTÓRIA
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches

COMISSÃO ORGANIZADORA
Profa. Dra. Carolina Coelho Fortes
Profa. Doutoranda Márcia Teixeira Cavalcanti
Prof. Mestrando Wendell dos Reis Veloso

COMISSÃO CIENTÍFICA
Profa. Dra. Cláudia Regina do Amaral Affonso
Prof. Doutorando Guilherme Antunes Jr.
Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira
Prof. Dr. Jorge Atílio Silva Iulianelli
Prof. Doutorando Marcello Sena
Profa. Dra. Marilene Antunes
Profa. Dra. Marta Silveira
Prof. Dr. Sérgio Chahon
Profa. Doutoranda Teresa Vitória Alves
Prof. Dr. Thiago dos Reis

MONITORES
Ana Carolina Castro Silva
Andrea Delfino Ferraz
Cláudia Regina Franco
Daniel dos Santos de Oliveira
Igor Formagueri de Oliveira
Janes Franklin
Jefferson Albino
Johnny Ribeiro Galocha
Leandro Carmo dos Santos
Luciane de Araújo Machado
Mariana Zignago Melo
Max Delis Santos Soares
Moreno Carvalho da Silva
Neylan Coelho Porto Silva
Rafael Sarmento Blanco
Thaise Silva Vasconcelos

REVISÃO
Prof. Dr. Sérgio Chahon
Andrea Delfino Ferraz
Cláudia Regina Franco
Letícia Matteo
Roberta Rosa

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos as Atas do I Encontro de História da Universidade Gama Filho. O Encontro foi pensado, inicialmente, como uma maneira de reunir nossos alunos e ex-alunos em torno de suas pesquisas, viabilizando uma oportunidade de trocas acadêmicas. No entanto, entendemos que, para que tal intercâmbio fosse efetivo, teríamos que alargar esse escopo mais restrito e dar espaço a todos os interessados. Nossa mudança de rumo foi bem sucedida, como demonstram os cento e dezessete trabalhos inscritos para comunicação e os setenta e três trabalhos publicados aqui em sua versão completa.

Na primeira edição do Encontro, demos espaço a pesquisadores vinculados, de diferentes formas, à nossa instituição. Todos os conferencistas, coordenadores de sessão e membros da comissão científica são ex-alunos, professores da casa ou interlocutores constantes do Curso de História. Vimos a pronta resposta aos nossos convites, tanto no que se refere a estes como aos pesquisadores inscritos para apresentação de comunicações, como uma prova do vigor da nossa área de conhecimento. No contexto atual, é cada vez mais evidente a necessidade de produzir saber sobre o passado, como uma maneira de garantir identidade e de construir reflexão crítica sobre o mundo em que nos inserimos.

E este mundo, como mostram as pesquisas apresentadas aqui, é enorme e diverso. Os trabalhos versam sobre temas os mais variados, que vão do Egito Antigo à Baixada Fluminense, de mísseis a livros didáticos, de registros inquisitoriais ao cinema. Diante de tamanha riqueza de objetos e abordagens, buscamos organizar estas Atas, que respeitam a ordenação das sessões de comunicação do evento, de acordo com critérios que, necessariamente, também foram diferentes, mas que tiveram em comum a possibilidade de suscitar diálogo e reflexão.

Gostaríamos de agradecer àqueles que aceitaram nossos convites e a todos os que enviaram seus textos para publicação, por nos dar um voto de confiança, em prol da elaboração tanto do evento quanto dessas Atas que são seu resultado. Agradecemos também ao Reitor Fernando Vieira Braga, ao Pró-Reitor Paulo Ducos e ao Coordenador do Curso de História, Prof. Dr. Marcos Sanches, por apoiar nossa iniciativa. Um especial agradecimento votamos ao Prof. Dr. Sérgio Chahon, à Profa. Mestranda Andrea Delfino Ferraz, à Profa. Roberta Cristina Silva da Rosa e às alunas Cláudia Regina Franco e Letícia Leal Matteo, responsáveis pela revisão de todo o material que ora vem a público.

Profa. Dra. Carolina Coelho Fortes
Profa. Doutoranda Márcia Teixeira Cavalcanti
Prof. Mestrando Wendell dos Reis Velloso

SUMÁRIO

SESSÃO 1 | Catolicismo no Brasil Colonial

17 **Perseguições Inquisitoriais no Brasil na Primeira Metade do Século XVIII**
Jessica Gabrielle de Souza (UGF)

SESSÃO 2 | História e Cinema

26 **História e Cinema: a Favela vai ao Cinema em "Rio, 40 Graus"**
Prof.ª Mestranda Fahya Kury Cassins (UDESC)

32 **A Barbárie pensada a partir do Fílmico: uma Análise do Filme "Festim Diabólico" (Rope) de Alfred Hitchcoch, 1948**
Prof. Doutorando Lamartine Gaspar de Oliveira (UPM)

40 **Cinema e Ditadura Militar Brasileira: Representações dos Guerrilheiros e da Luta Armada no Cinema Brasileiro Pós-Retomada**
Neylan Porto (UGF)

SESSÃO 3 | História das Mulheres e Sexualidade

50 **Cuidado com o Rocio: o Lugar do Homoerotismo Masculino na Civilização que se almejava. O Rio Nu (1898-1916)**
Prof.ª Mestranda Natália Batista Peçanha (UFRRJ)

58 **Descobrindo a Importância do Conceito de Gênero no Ensino de História**
Prof.ª Mestranda Rachel Luiza Pulcino de Abreu (PUC-Rio)

SESSÃO 4 | O Rio de Janeiro como Cenário Histórico

69 **Sempre Traída? O Rio de Janeiro e a Construção da Unidade Nacional**
Prof. Doutorando Rafael Lima Alves de Souza (PUC-Rio)

78 **Uma Visita à Oficina do Arquiteto: Etnografia dos Lugares de Memória da Maçonaria no Rio de Janeiro**
Prof. Ms. Tiago Cesar da Silva (UNIRIO)

86 **Rio, Modernidade e Praças de Mercado**
Prof. Vitor Leandro de Souza (UFF)

SESSÃO 5 | Religiosidade e Igreja na Idade Média

97 **Considerações sobre a Hagiografia de São Geraldo**
André Rocha de Oliveira (UFRJ)

106 **O Pecado no Discurso Agostiniano**
Prof.ª Mestranda Joana Paula Pereira Correia (UFES)

115 **A Construção do Poder Papal no Pontificado de Gregório IX através do "Ícone" São Francisco**
Prof. Victor Mariano Camacho (Uniabeu)

123 **Relações Entre Identidade Cristã e Critérios de Humanidade na Obra Confissões de Agostinho de Hipona**
Prof. Mestrando Wendell dos Reis Veloso (UFRRJ)

SESSÃO 6 | História e Trajetórias Individuais nos Períodos Joanino e Imperial

130 **O Ministério Ouro Preto e o Dilema da Federação**
Prof.ª Doutoranda Amanda Muzzi Gomes (PUC-Rio)

139 **Duarte da Ponte Ribeiro e as relações diplomáticas do Império Brasileiro com as Repúblicas do Pacífico (1829-1852)**
Prof.ª Ms.ª Cristiane Maria Marcelo (UFF)

148 **Um presidente de província em ação: diálogos estabelecidos no funcionamento da escola normal fluminense (1834-1840)**
Prof.ª Doutoranda Lívia Beatriz da Conceição (UFRJ)

158 **A mobilidade social ascendente dos homens de negócio com a vinda da corte joanina em 1808: O caso do Conselheiro e Comendador da Ordem de Cristo**
Prof.ª Mestranda Nilza Licia Xavier Silveira Braga (UFF)

SESSÃO 7 | Poder Político e Resistência

169 **Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador**
Prof.ª Mestranda Giselle dos Santos Siqueira (UERJ)

176 **A Atuação de Albino Moreira Dias no Movimento Operário Carioca (1903-1918)**
Prof.ª Mestranda Leila Cristina Pinto Pires (UFRRJ)

SESSÃO 8 | Aspectos da Administração no Mundo Luso-Brasileiro

186 **Administração Colonial e as Redes de Poder: uma Análise sobre as Ações Coloniais, Pesquisa e Fontes no Estudo sobre a Provedoria de Fazenda**
Prof.ª Mestranda Ana Carolina da Silva (UNIRIO)

193 **O Governador Fernando Mascarenhas: Administração e Lutas no Estado do Brasil (1638 - 1640)**
Prof. ª Mestranda Andréa Delfino Ferraz (UERJ)

200 **Historicizando a Historiografia da Administração Colonial na América Portuguesa**
Prof. Felipe Castanho Ribeiro (FIS)

SESSÃO 9 | História da Baixada Fluminense

210 **Coronelismo na Baixada Fluminense: A Figura Mítica de Tenório Cavalcanti (1954-1964)**
Prof. Jordan Luiz Menezes Gonçalves (UGF)

SESSÃO 10 | O Uso de Periódicos como Documento Histórico

218 **O Discurso e sua Metamorfose: uma Análise da Revista Vida Capichaba nos anos de 1930 a 1945**
Prof. Mestrando Diego Stanger (UFES)

224 **O Jornal "A Manhã" e as Notícias sobre o "Sertão"**
Prof. Doutorando George Leonardo Seabra Coelho (UFG)

232 ***Áulicos* e a Imprensa Fluminense (1824-1826)**
Prof. Mestrando Nelson Ferreira Marques Júnior (UERJ)

SESSÃO 11 | Militares e Ciências na História do Brasil

243 **A Influência do Pensamento Militar Francês no Pós Primeira Guerra Mundial no Exército Brasileiro**
Fábio Neves Luiz Laurentino (UGF)

249 **Observações da Natureza e Interesse Militar: Expedições Científicas para o Estudo de Eclipses do Sol e o Aperfeiçoamento de Mísseis Intercontinentais**
Prof. Ms. Heraclio Duarte Tavares (UFRJ)

257 **A Prática Astronômica entre os Militares e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827-1870)**
Prof.ª Ms.ª Olivia da Rocha Robba (UFRJ)

SESSÃO 12 | História Militar: A Arte da Guerra no Século XIX e na I Guerra Mundial

267 **Onde está a História Militar? Uma Breve Discussão acerca dos Limites do Campo**
Prof. Esp. Cesar Machado Domingues (UNIRIO)

271 **Reflexões sobre a Doutrina Militar durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**
Prof. Daniel Albino (UNIRIO)

SESSÃO 13 | A Aplicação de Conceitos à Pesquisa Histórica

279 **Nação e Revolução na Escrita da História de Nelson Werneck Sodré**
Prof. Mestrando Rafael José Galozi Soares (UFRRJ)

288 **Conceito de Escravidão no Brasil e a Imagem do Escravo Negro nos Livros Didáticos: Coisa x Agente Social**
Rejane Vieira (UGF)

SESSÃO 14 | Aspectos do Brasil Império

296 **Influências da Nacionalidade na Formulação da Doutrina de Limites do Império do Brasil**
Prof. Leonardo Moreira Casquilho (UGF)

307 **D. Pedro II e as Viagens para o Egito: o Início da Egiptofilia no Brasil**
Marco Aurelio Neves Junior (UGF)

SESSÃO 15 | História Agrária e Territorialidade

315 **No Meio da Serra: O Túnel Grande e a Expansão para Dentro do Império Brasileiro**
Maísa de Brito Braga (UNIRIO)

SESSÃO 16 | Escravidão e Alteridade Africana na Época Moderna

318 **As Visitações do Santo Ofício em 1591 e 1763: o Escravismo Colonial a partir das Apropriações nas Práticas Mágico-Religiosas**
Prof. Mestrando Marcus Vinícius Reis (UERJ)

327 **Entre o Cumprimento do Mundo e a Salvação da Alma: Marianna de Andrade uma escrava na Lei de Moisés**
Pollyana Vieira Lopes (UGF)

334 ***Africanidade*** **e Escravidão no Período Moderno:**
Representações, Tensões e Flutuações
Prof. Mestrando Thiago Mota (UFF)

SESSÃO 17 | O Discurso Médico em Perspectiva Histórica

344 **Na Ordem do Discurso: Rasgando o Contrato Ficcional?**
Edson Silva de Lima (UERJ) e Pedro Henrique Rodrigues Torres (UERJ)

353 **"Dos Temperamentos": discurso médico**
sobre doenças e escravos no Oitocentos
Prof.ª Doutoranda Iamara da Silva Viana (UERJ)

SESSÃO 18 | Olhares sobre a América Latina

361 **Por Uma Revolução Sem Fronteiras:**
Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul
Prof. Doutoranda Izabel Priscila Pimentel da Silva (UFF)

370 **Concepções de Democracia no Governo de Hugo Chávez**
Nilson Pereira (UGF)

SESSÃO 19 | Ensino de História

375 **Etnocentrismo *versus* Eurocentrismo: um Estudo acerca dos Conceitos no**
Ensino de História sobre a Conquista da América Espanhola
Prof.ª Carla Magdenier Sobrino (UGF)

SESSÃO 20 | Literatura e Leis na Idade Média

385 **Além da narração: Comparando as Representações Femininas em**
Os Contos da Cantuária de Geoffrey Chaucer
Prof.ª Mestranda Anna Beatriz Esser dos Santos (UFRJ)

394 **O Morrer e o Testar na Idade Média**
Aryanne Faustina da Silva (UNIRIO)

403 **A situação legal dos judeus durante o reinado do Rei Sábio:**
uma análise do discurso régio
Igor Formagueri Cunha de Oliveira (UGF)

410 **Uma Disputa de Amor nas Cantigas de Santa Maria:**
Gênero, Sexualidade e Eclesiásticos no século XIII
Nathália Silva Fontes (IH/UFRJ)

416 **Um Estudo comparativo em História e Literatura – O Episódio de Inês de Castro n'*Os Lusíadas***
Prof.ª Raquel Hoffmann Monteiro (UGF)

SESSÃO 21 | Perspectivas sobre História da América

426 **"As Aventuras do Homem-Aranha no Deserto do Real": Uma Discussão do Real e Irreal, Heroicização e Vilanização na Ótica de Slavoj Žižek**
Prof. Gustavo Montalvão Freixo (UGF)

436 **Carlos Lacerda e a Proposta Udenista de Política Econômica Internacional do Brasil com os Estados Unidos (1945-1965)**
Karen Garcia Pêgas (UCB)

444 **Urbanidade, Ideologia e Projeto: o Caso da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951-1953)**
Prof. Ms. Thiago Reis Marques Ribeiro (UFF)

SESSÃO 22 | História Militar: Ações da Marinha do Brasil do Império à República Velha

455 **Rui Barbosa e a ameaça germânica: a leitura de André Chéradame na Primeira Guerra Mundial**
Prof.ª Mestranda Livia Claro Pires (UERJ)

462 **De Natal a Gibraltar: a divisão Naval Brasileira na Primeira Guerra Mundial**
Prof. Ms. Valterian Braga Mendonça (UFF)

SESSÃO 23 | A Antiguidade e suas Reinterpretações Contemporâneas

471 **Práticas Amorosas e Mágicas no Antigo Egito (1550-1070 a.C.)**
Prof.ª Especialista Thamis Malena Marciano Caria (UERJ)

SESSÃO 24 | Índios, Escravos e Jesuítas na Colônia

479 **Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século XVIII**
Prof. Mestrando Marcelo Inácio de Oliveira Alves (UFRRJ)

490 **Conflito entre os Colonos da Capitania de São Vicente e a Companhia de Jesus, no Período de 1611 a 1640**
Miguel Luciano Bispo dos Santos (UGF)

SESSÃO 25 | História da Morte na Colônia

500 **A Morte Indígena como Objeto de Estudo: Refletindo sobre o Cotidiano do Morrer nos Aldeamentos Coloniais do Rio de Janeiro**
Ana Carolina Santoian Ferreira (UNIRIO)

508 **A Morte no Patíbulo: As Execuções e Seus Rituais no Rio De Janeiro Colonial (1750-1822)**
Bárbara Alves Benevides (UNIRIO)

517 **Comparações entre Cemitérios da desprivilegiados no Brasil Escravista: os casos de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro**
Prof.ª Mestranda Milra Nascimento Bravo (UFRJ)

SESSÃO 26 | Baixa Idade Média e Transição para a Modernidade

526 **O conceito de classe social e a burguesia medieval portuguesa - uma discussão teórico-historiográfica**
Prof. Mestrando Bruno Marconi da Costa (UFRJ)

536 **As Virgens Italianas da Coleção Eva Klabin: uma Análise Iconográfica**
Prof.ª Mestranda Fernanda Correa (UFRJ)

545 **O Estado Português às Vésperas da Modernidade: Tensões e Relações de poder em uma Sociedade Nobiliárquica**
Thaís Silva Félix Dias (UGF)

SESSÃO 27 | Historiografia e Teoria da História

551 **O Valor e o não Valor dos Estudos Históricos: uma Leitura sobre a "II Consideração Intempestiva" de Friedrich Nietzsche**
Prof.ª Mestranda Ana Carolina Pereira Araujo (PUC-Rio)

556 **Nas Ondas do Tempo: Considerações sobre a Ideia de História Universal na Contemporaneidade**
Prof. Mestrando Rafael Cunha (PUC-Rio)

SESSÃO 28 | Diferentes Perspectivas sobre o Conhecimento Histórico

565 **A Autobiografia em Blaise Cendrars: o Personagem entre a história e a História**
Prof.ª Doutoranda Karla Adriana de Aquino (UFRJ)

573 **O Arquivista e o Historiador/Pesquisador**
Prof.ª Especialista Maria Lúcia Valada de Brito (UFRJ)

SESSÃO 29 | Entre a África e o Brasil

582 **O Flanêur e os Cultos Afro-Brasileiros:**
Contradições e Pertinências na Belle Époque Carioca
Viviane Fernandes Silva (UERJ)

SESSÃO 30 | Visões sobre o Mundo Contemporâneo

590 **A Crise Estrutural do Capital:**
Notas Teóricas sobre o Capitalismo Contemporâneo
Prof. Ms. Andre Franklin Palmeira (UFF)

599 **Limites do Crescimento: Influência Histórica do Clube de Roma na Construção de uma Consciência de Mundo Finito**
Prof.ª Denise Quintanilha (UGF)

SESSÃO 31 | Patrimônio e Memória

607 **O Patrimônio Cultural de Belo Horizonte:**
uma Discussão sobre Patrimônio e Memória
Prof. Mestrando André Luiz Galdino da Silva (USS)

613 **Ruínas de Gongo Soco: um histórico de Destruição**
Prof. Mestrando Jonas José de Melo Alves (USS)

622 **Cine Vaz Lobo: Preservação, Cultura e Memória**
Prof.ª Especialista Karen da Silva Barros (UFF)

ATAS

SESSÃO 1
Catolicismo no Brasil Colonial

Perseguições Inquisitoriais no Brasil na Primeira Metade do Século XVIII

Jessica Gabrielle de Souza (UGF)[1]

A Inquisição Medieval surgida no século XII e criada pelo Papado como resposta ao avanço das heresias após as deliberações do Concílio de Verona em 1184, (NOVINSKY, 2007, p. 15) à extinção dos tribunais da Inquisição na Península Ibérica em meados do século XIX – sendo que o tribunal italiano exista até os dias atuais, passando a denominar-se "Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé" – suscita considerações relevantes.

Quais foram os meios que instituição usou para se perpetuar em espaços tempos tão distintos? Em contextos tão singulares, desde as cidades italianas às colônias ultramarinas de domínio Peninsular.

Abrindo espaço a tais reflexões, é preciso destacar que a historiografia moderna sobre o tribunal tem repudiado cada vez mais o uso deste substantivo no singular e usado o mesmo no plural: Inquisições, de maneira a fornecer subsídios analíticos satisfatórios no que concernem às peculiaridades adquiridas por estas instituições. A esse respeito, Francisco Bethencourt (2000) assinala que, para além de uma tradição historiográfica que trata os tribunais do Santo Ofício no singular sua proposta é a compreensão dos traços comuns e divergentes destes Tribunais na época moderna.

Mesmo embora a produção historiográfica desta temática seja herdeira de um pensamento vinculado à crítica Iluminista Pombalina que não raro se traduza em visões maniqueístas, criando assim a chamada "lenda negra da Inquisição" como definida por Bruno Feitler: "(...) mitificou-se assim a Instituição, tomando-se como pressuposto um funcionamento sanguinário, vindicativo, sem regras e finalmente monstruoso do Santo Ofício (...)" (FEITLER, 2007, p.10), pesquisas atuais têm complexificado as problemáticas deste tema, muito devido a riqueza das fontes (que se acham em grande parte intactas) e na confluência das correntes historiográficas ligadas a historia cultural e a historia das mentalidades. Interessa-se cada vez mais o papel deste Tribunal na introjeção de um sistema de valores de longa duração materializado pelas estruturas burocráticas dos Tribunais, os delitos, o perfil dos perseguidos, etc. (Ibid., 2007, p. 11).

Contudo, se a inquisição é associada à intolerância da Idade Média, é sobretudo na época moderna que ela atingiu seu apogeu (CALAINHO, 2006, p.22) .O surgimento da Inquisição Moderna tem como principais expoentes os casos de Espanha e Portugal. Este paradigma da Inquisição está diretamente relacionado à consolidação do Estado Moderno, na medida em que o Tribunal do Santo Ofício era subordinado ao rei.

---

[1] Graduanda em História pela Universidade Gama Filho (bolsista/ CNPq) por sob a orientação do prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches. E-mail: jessica.gabriellerj@gmail.com

> Na Península Ibérica, a Inquisição foi elemento essencial à consolidação do aparelho de Estado: foi o melhor auxiliar do Leviatã, instrumento da monarquia e elemento regulador das tensões entre poder real e poder inquisitorial. (SOUZA, 1993, p.284-285)

A despeito das principais diferenças entre esses dois tipos de Inquisições (Medieval e Moderna), Francisco Bethencourt destaca:

> No dia primeiro de novembro de 1478, o papa Sisto IV assinou a bula Exigit sincerae devotionis affectus, através da qual fundou uma nova Inquisição na Espanha. Redigida como resposta aos reis católicos [...] Esse poder concedido aos príncipes era um acontecimento inédito [...] Tratava-se de uma verdadeira transferência de competência [...] A ruptura com a tradição medieval era flagrante: pela primeira vez, assistia-se ao estabelecimento de uma ligação formal entre a jurisdição eclesiástica e a jurisdição civil, pois a intervenção do príncipe no processo de nomeação dos inquisidores alterava as relações de fidelidade desses agentes. (BETHENCOURT, 2000, p.17-18)

A fundação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal se insere no contexto do clima reformista da corte de D. João III que procurou fortalecer o absolutismo político pela via da unidade das consciências no clima da contra Reforma na Europa:

> [...] No campo político, o Estado absoluto disciplinou um Estado sem forma final. Seu rei passou a ser o chefe administrativo da Igreja nacional [...] D. João III, rei já moderno de um Estado nacional, fundiu os horizontes e interesses do trono com os de sua fé cristã. Buscava, como sustentáculo de sua força política, estabelecer a unidade intrafronteiras [...]A defesa do Império português exigia a ausência de heterodoxias [...] O rei precisava ter sob seu controle direto e imediato um instrumento de autoridade que lhe permitisse fixar certas medidas que tomava para assegurar sua política religiosa e cultural. Por isso, pediu ao Papa o estabelecimento do Santo Ofício [...] (SIQUEIRA, 1996, p. 501-502)

Entre as atribuições deste tribunal, esta autora destaca ainda sua natureza híbrida, pois que se tratava de uma instituição religiosa e régia, secular e nacional; em que a estatização e a burocratização de um Estado Moderno, que procurava diminuir as jurisdições das ordens, se revestia em militância a favor da ortodoxia católica e o combate às minorias dissidentes.

> Se de um lado, o Direito Canônico e os decretos do Concílio de Trento constituíam a base sobre a qual se assentava a justiça inquisitorial, dado o

> seu caráter essencialmente eclesiástico, de outro lado, sua estruturação e seu funcionamento no território português recaiam sob a égide da Coroa que era a fonte de sua legislação fundamental – o Regimento. (Ibid., 1996, p.509)

A paulatina demonização das práticas mágicas e superstições do cotidiano das populações europeias também é uma característica do período em que a "ameaçadora e inquietante, a sombra da heresia começou a crescer sobre práticas mágicas e superstições pós pagãs até então toleradas e constitutivas da vida cotidiana das populações europeias" (SOUZA, 1993, p. 280) no qual às atribuições do Santo Ofício de fundamentação anti-semita viriam somar os esforços da Contra Reforma. Ronaldo Vainfas atenta que esse "cruzadismo religioso" não ficou circunscrito apenas às metrópoles, mas que também foi transportado para as colônias de além mar, na medida em que a demonização das práticas religiosas locais - como resultado de um transporte de valores da perseguição à bruxaria europeia dos séculos XV e XVI – se inseria também em um projeto cruzadista à conversão dos nativos, no contexto das deliberações Tridentinas à Contra Reforma.

> Demonização da vida cotidiana das populações, aculturação cristã, missão salvacionista, os traços fundamentais da Contra Reforma estiveram presentes nos domínios Ibéricos do além ultramar. (VAINFAS, 2010, p.42)

Embora não tenham sido instalados tribunais do Santo Ofício no Brasil, a colônia era subordinada ao Tribunal de Lisboa que, da metrópole respondia pelos assuntos coloniais, tendo este tribunal iniciado suas atividades na colônia portuguesa alguns anos mais tarde que nas espanholas. Inquirições ordenadas pelo Tribunal foram comuns no Brasil durante todo o período colonial, atuando por sobre uma vasta rede de comissários e familiares, os agentes inquisitoriais infiltravam-se na sociedade para investigar e punir os indivíduos suspeitos de crime considerados heréticos. (NOVINSKY, 2007, p.76-77).

Ainda a respeito das Visitações ordenadas entre os anos de 1591, 1618 e 1763, Laura de Mello e Souza destaca que as regiões do Brasil mais visitadas pelo Santo Ofício eram sempre as de maior prosperidade, assim sendo as três visitações ocorreram na Bahia, Pernambuco e Grão Pará (SOUZA, 1993, p.289).

Furtado de Mendonça esteve à frente da primeira Visitação na Bahia de 1591 a 1593, organizada Tribunal de Lisboa. A esse respeito, Sônia Siqueira atenta para o perfil "moderado" das penas aplicadas por este visitador, em que sobressaíram os crimes contra a moral e uma maior tolerância às práticas religiosas sincréticas. (SIQUEIRA, 1978, p.57-60). A despeito desta "indulgência", o século XVIII iria presenciar a ação mais intensa do tribunal em terras brasileiras com o agravamento da intolerância deste tribunal, que resultou em um índice maior de crimes ligados não apenas à moral, mas à consciência: leitura de livros proibidos, proposições heréticas, isto em um período que não se fizeram Visitações (SOUZA, 1993, p.289).

O número mais expressivo de brasileiros enviados aos cárceres da Inquisição de Lisboa ocorreu na primeira metade do século XVIII quando a produção do ouro das Gerais constituía-se no principal baluarte da economia colonial. Nessa ocasião a maior parte dos prisioneiros era composta de cristãos novos do Rio de Janeiro. Enquadrando – se o nosso recorte de pesquisa no exposto acima, pois parece-nos razoável presumir que a importância econômica dessa região justificava o empenho "normalizador" do Santo Ofício.

A atuação mais efetiva do Santo Ofício Português se prende ao progresso econômico experimentado pela colônia no contexto da consolidação de uma economia agroexportadora somada ao descobrimento de ouro nas Gerais, uma vez que o confisco de bens dos réus era a principal fonte econômica desta instituição.

A percentagem de presos no período, muitos senhores de engenho e cristãos novos ligados ao comércio, revela tensões entre diferentes segmentos divergentes que disputam espaço no exercício de sua influência na sociedade colonial.

Francisco Bethencourt relaciona mais um fato, se antes da segunda metade do século XVII, os cargos de comissários e familiares eram de forma geral vetados à aristocracia, como forma de impedir o acúmulo dos privilégios por estes últimos, esta política de acesso aos nobres começa a mudar no início do século XVII e iria recrudescer a partir da suspensão da Inquisição entre 1674-1681, essas curvas irão se alterar drasticamente com o grande salto no índice de nomeações para estes cargos que serão em sua grande maioria ocupados por membros da aristocracia. Este mesmo autor coloca essa aproximação do Santo Ofício com os segmentos da nobreza como resultado do distanciamento dos primeiros aos ditames da política régia, decorrente do desgaste das relações do Tribunal com o rei no contexto do pós Restauração, assim a aristocratização das redes dos familiares seria antes de tudo resultado da perda do peso político institucional do Tribunal. (BETHENCOURT, 2000, p.138-142)

O ampliamento do escopo do número de funcionários como resultado desta política viria contribuir para uma mudança na reorganização das práticas para obtenção de capital social pela via dos cargos. A investidura dos ofícios de comissários e familiares adjacente a um "enobrecimento"– uma vez que o candidato era compelido à comprovar através exame minucioso que se inseria nos padrões de uma série de exigências tais como: sangue limpo livre de contaminações de raças inferiores (judia, negra, mestiça), ser letrado e que tinha condições de viver abastadamente (CALAINHO, 2006, p.96). Uma vez admitido nos cobiçados cargos, o indivíduo poderia usufruir, dada sua condição de membro do Tribunal Lisboeta, isenções fiscais e privilégios jurídicos, direito de portar armas e ascensão social (FEITLER, 2007, p.91)

> [...] deslizamento das funções e do próprio papel do Santo Ofício que de uma instituição voltada para o controle da sociedade e perseguição da heresia, passou, a partir da virada do século XVII para o XVIII e cada vez mais, a ser um instrumento de promoção social, movimento este que só cessou com

> a perda crescente de prestigio da Inquisição quase já em fins dos setecentos. (Ibid., 2007, p. 16).

A pertinência dessas reflexões sobre as curvas ascendentes com respeito ao número de familiares e comissários nos quadros da Inquisição bem como a aristocratização dos mesmos vai de encontro às observações de Ronaldo Vainfas que assinala que foi justamente essa consolidação da rede desses funcionários que viabilizou a atuação mais presente da Inquisição no Brasil notadamente na primeira metade do século XVIII. (VAINFAS, 2011,p. 21).

A consolidada rede de familiares em Portugal e algumas décadas mais tarde no Brasil, permitiu a contínua ação do Tribunal do Santo Ofício Português na sociedade colonial, mesmo com a prolongada ausência de visitações (Ibid.,2010, p.284).

> Como não houve Tribunal da Inquisição no Brasil, a existência desse fiel corpo de oficiais criteriosamente nomeados foi essencial para o controle e policiamento das consciências por parte do Estado Português, que buscava reafirmar a cristandade no ultramar vasculhando hereges e moldando atitudes. (CALAINHO, 2006, p.39)

Visitações tornam-se por demais dispendiosas à frágil manutenção do Tribunal do Santo Ofício Português, que, tendo sobrevivido à Restauração, amargava a derrota da continua luta empreendida contra os cristãos novos traduzida em um período de suspensão das atividades deste Tribunal por ordem da cúria de Roma entre 1674-1681(BETHENCOURT, 2000, p.61). Visitas caras, longas e difíceis de controlar (a ação do visitador Furtado de Mendonça foi repreendida pelo Conselho Geral), a partir do final do século XVII o Tribunal do Santo Ofício Português irá investir nos agentes da Inquisição familiares e comissários (FEITLER , 2007, p.83).

A partir da análise dos processos de habilitação ao cargo de familiar disponíveis nos Arquivos da Torre do Tombo, Daniela Calainho nos informa a percentagem elevada do número de habilitações entre os séculos XVII e XVIII, de 101 para 1546 familiares que iriam atuar na colônia, notadamente nas capitanias mais prósperas.

O século XVIII constituiu-se no apogeu da concessão de patentes, "de um total de 1546 indivíduos habilitados ao cargo de familiar, cerca de 78% deles atuaram na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (...) seguindo a trilha do ouro o numero de cartas cresceu extraordinariamente em Minas e no Rio de Janeiro entre 1741 e 1760". (CALAINHO, 2006, p. 83).

A respeito das funções exercidas por estes indivíduos, Daniela Calainho nos mostra que se tratavam de comerciantes, portugueses em maioria ligados à lavoura açucareira, não possuindo vultosa fortuna, salvo raríssimas exceções, discrepando as disposições de critério econômico presente para os candidatos aos cargos que determinava o "viver abastadamente."(Ibid., 2006, p.96)

> o ingresso no aparelho burocrático, particularmente no caso dos Familiares, foi uma das vias pelas quais o comerciante cristão velho estabelecido na colônia procurou o status de nobreza tão caro ao Antigo Regime." (Ibid., 2006, p. 98)

O aumento nos quadros dos funcionários do tribunal não só na Metrópole mas nos domínios do ultramar do Império Português é resultado de um refinamento burocrático experimentado pelo tribunal, que serviu à própria existência deste. Para se firmar em um meio político adverso, procurava alargar seu raio de influencia junto às camadas sociais, traduzido também pela crescente complexificação de seus Regimentos. O regimento de 1640, redigido em uma época de turbulência política para o Santo Ofício Português por conta do declarado apoio desta instituição à dinastia dos Habsburgos somado às críticas dos jesuítas e os naturais conflitos com a política régia de D. João IV, traduziu-se em um esforço de autonomia jurisdicional evidenciado pela ausência da confirmação régia e um esforço de afirmação estatuária, com uma ênfase cada vez mais aguda na complexificação dos ritos de etiqueta, fundamentais para a legitimação de poder nos moldes de uma sociedade do Antigo Regime. (FRANCO, 2004, p. 73-76).

A crescente dependência econômica de Portugal à sua colônia irá materializar-se em um esforço cada vez maior de controle administrativo com o gradual cercamento do poder das câmaras administrativas (BICALHO, 2010, p. 199) no contexto do fortalecimento do absolutismo monárquico. Às críticas iluministas contra o Antigo Regime, o século XVIII também irá presenciar na colônia delitos de cunho racionalista abarcados pela esfera inquisitorial, tais como: jansenismo, deístas e afrancesados (NOVINSKY, 2007, p.48), evidenciando um zelo na manutenção da ortodoxia vigente, ainda que estes ocupem uma fração limitada se comparada à perseguição aos cristãos novos.

Dado ao expressivo número de senhores de engenho presos pela Inquisição na primeira metade do século XVIII por crimes de judaísmo, somos obrigados a considerar as razões da intensidade dessas perseguições justamente contra um segmento considerado tão influente. Tais foram às dilapidações sofridas pelos patrimônios desses indivíduos, que em 1728 o próprio rei de Portugal, D. João V teve de proibir o confisco dos engenhos no Brasil (SARAIVA, 1985, p. 174).

Levando em consideração o caráter empresarial da colonização portuguesa, com maciço investimento da burguesia cristã nova – o próprio D. Manoel arrendou as primeiras iniciativas a grupo de mercadores cristãos novos que foram os primeiros a explorar o país (NOVINSKY, 2007, p. 77), não fica difícil apontar a presença de grupos com ascendência judaica ocupando posições de relevo na colônia, muitos destes envolvidos com o abastecimento da região mineira em decorrência da expansão aurífera (Ibid., 1978, apud, CALAINHO, 2006, p. 102).

> Embora a perseguição inquisitorial fosse implacável, os cristãos novos tiveram no Brasil condições de enriquecer e ascender na escala social. A

> ocupação de cargos importantes na sociedade colonial, a fortuna feita no comércio e os privilégios idênticos aos nobres e cristãos velhos que por vezes adquiriam foram em regra motivos de conflitos (...) Portanto, obter a Carta de Familiar representava, para o comerciante cristão velho, uma conquista bastante significativa. Se no plano econômico os cristãos novos levavam vantagem pelo grau de comercio que realizavam, maior experiência e relações mercantis internacionais, no plano social os cristãos velhos tinham a oportunidade de, como Familiares do Ofício, se distinguirem de seus companheiros pela 'pureza de sangue', pelo prestigio e poder conferido pela Inquisição, ofuscando de alguma maneira, a supremacia econômica da burguesia mercantil de origem judaica (CALAINHO, 2006,p. 102-103).

Diante de tais considerações e tendo em vista a importância econômica dos engenhos à manutenção das atividades desenvolvidas na colônia, somos obrigados a questionar até que ponto o Tribunal do Santo Ofício Português colaborou para a manutenção dos domínios do reino a partir de um empenho normalizador de consciências, como vértice de apoio ao Estado absolutista Português ou como uma instituição polarizada pela permanente convergência de interesses individuais, reveladores também das tensões entre os diferentes segmentos inseridos nas redes da sociedade colonial, nem sempre favoráveis aos ditames da política régia.[2]

Documentação

Processos dos prisioneiros do período, disponíveis nos arquivos digitalizados da Torre do Tombo no seguinte endereço: http://antt.dgarq.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/, classificados e tabelados em: NOVINSKY, Anita. **A Inquisição: Prisioneiros do Brasil séculos XVI-XIX**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bibliografia

BETHENCOURT, Francisco. "A Inquisição". In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **História Religiosa de Portugal.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, p. 100.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. "As câmaras ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

[2] Laura de Mello exemplifica como algumas vezes poderia ocorrer da justiça inquisitorial se sobrepor aos interesses da lógica de uma economia agroexportadora escravista ao prender escravos e mantê-los por anos no cárcere. (SOUZA, 1993, p.285). Outro fato de digno de nota é a permanência de confisco dos engenhos, mesmo depois da proibição do rei em 1724. Vide processo de Agostinho Correa de Paredes, cristão novo, filho de senhor de engenho morador do Rio de Janeiro. ANTT – Inquisição de Lisboa n. 10.478.

CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil colonial**. Bauru: Edusc, 2006.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750**. São Paulo: Phoebus, 2007.

FRANCO, Jose Eduardo; ASSUNÇÃO, Paulo de. **As metamorfoses de um polvo: religião e política nos regimentos da Inquisição Portuguesa (séc. XVI-XIX)**. Lisboa: Prefácio, 2004.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2007.

_____. **Inquisição: Bens confiscados a Cristãos-novos no Brasil, século XVIII**. Lisboa: Editora Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1978.

SARAIVA, Antonio José. **Inquisição e cristãos novos**. 5 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

SIQUEIRA, Sônia. A Disciplina da vida colonial: os regimentos da Inquisição. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 157, n. 392-1020,jul/set. 1996.

_____. **A Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de santa cruz**. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. O que a Inquisição veio fazer no Brasil? **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n.73, outubro 2011.

_____. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SESSÃO 2
História e Cinema

História e Cinema: a Favela vai ao Cinema em "Rio, 40 Graus"

Prof.ª Mestranda Fahya Kury Cassins (UDESC)[1]

O cinema, para o historiador, é uma rica fonte de informações e interpretações da época e do lugar onde foi feito. Na História do Cinema percebemos que alguns filmes são representativos para a própria produção cinematográfica e podem ser estudados como elementos fundamentais para mudanças e estilos. Tomando como base de pesquisa a relação entre cinema e história e como objeto de análise o filme "Rio, 40 Graus" (1955), de Nelson Pereira dos Santos, pretendemos apresentá-lo como o marco da presença de um estrato do povo brasileiro quase não visto nas telas e como ele, de certa forma, permitiu, anos depois, que outros filmes com o mesmo contexto – a favela – fossem feitos. A produção cinematográfica, neste caso, contou uma história inserida na sua época apropriando-se de personagens e dramas de um lugar, a favela, que demorou a se firmar como "realidade" na história do cinema nacional. Ele inaugura uma nova fase e estende seu legado para as gerações futuras.

> *Rio, 40 Graus* ainda não tinha sido liberado quando um juiz me disse o seguinte: "Não vou liberar o seu filme. Eu conheço o morro do Cabuçu. Em cima tem uma estrada modernissima que vai a Jacarepaguá. Por que você não filmou a estrada?"[2] -. Nelson Pereira dos Santos.

A demora, no campo da História, para absorver o Cinema como fonte e objeto de análise justifica-se tanto pela dificuldade que o próprio cinema encontrou em situar-se entre as artes e o entretenimento quanto pelas mudanças que a historiografia passou ao longo do tempo. Falar, hoje, em Cinema e História parece, porém, ainda despertar desconfianças. A História não pode mais ignorá-lo, contudo ainda não possui caminhos tão metodologicamente definidos, seja para seu estudo, para sua análise ou até mesmo para sua utilização.

Ao escolher um tema ou momento histórico para estudar a partir da relação cinema-história, os problemas acumulam-se. Ao longo das pesquisas, é comum encontrar obstáculos para se ter contato com muitas obras cinematográficas. Dificuldade que é compartilhada com a busca de outros tipos de fontes. Algumas obras nem chegaram aos dias atuais, sobre estas apenas lemos ou ouvimos falar, outras são de acesso restrito em cinematecas e acervos pessoais. Por isso, são vários os motivos que nos levam a eleger filmes mais difundidos e acessíveis para empreender pesquisas e discussões.

---

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História – Linha Linguagens e Identificações – da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. fahya@ig.com.br

[2] Entrevista concedida a Alex Viany em 1986. in: VIANY, Alex. **O Processo do Cinema Novo.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999).

A escolha de *Rio, 40 Graus* (Nelson Pereira dos Santos, 1955) não foge a isso e foi feita, também, pelo consenso que se criou em relação a ser este o filme marco do chamado movimento "Cinema Novo", que teria surgido por influência, muito mais temática do que estética como veremos adiante, do Neo-realismo italiano e como uma resposta ao cinema industrial-comercial da época difundido aos moldes estadunidenses.

O que resulta na realização do filme em 1955 vinha sendo construído há, pelo menos, uma década. Na forma vulgar de se ver os acontecimentos, parece que antes vem o filme, inaugura um marco, e posteriormente se dão as influências. Contudo, alguns fatos e a realização de outros filmes antes deste é que levaram à realização do mesmo.

Fato pouco encontrado na bibliografia, mas de fundamental importância, são os congressos de cinema realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro entre 1951 e 1953 (VIANY, 1999, p.485). A preocupação com uma discussão e formação de diretrizes para a área surgem numa época que escritores, diretores de teatro e pintores também estão preocupados com seus caminhos. No mesmo ano de 1951 realizou-se em Porto Alegre o Congresso dos Escritores, do qual participaram alguns nomes do cinema brasileiro. Esta movimentação anterior ao filme de 1955 é que dará instrumentos para as mudanças ansiadas e necessárias no cinema nacional.

Apesar de tanto se frisar a influência do Neo-realismo italiano como ponto de partida para o "Cinema Novo", é preciso salientar que somente em 1947 (FABRIS, 2007, p.87) é que foram exibidos (dentre os dois primeiros, *Roma, Cidade Aberta* (1944-45)) os primeiros destes filmes em terras brasileiras. Ao que parece, a divulgação das ideias do Neo-realismo é que chegaram mais rapidamente ao país, atingindo antes a mentalidade dos críticos e realizadores cinematográficos brasileiros.

Produz-se, neste período, um pensamento que se distancia das produções industriais-comerciais ao molde hollywoodiano no papel da Vera Cruz e quer se aproximar dos princípios neo-realistas. Questão colocada, é preciso observar quais são os tais princípios. Não há, e isso parece ser consenso entre os realizadores brasileiros, uma cartilha que deva ser seguida do "como fazer cinema neo-realista". Porém, em alguns textos é possível perceber que a análise dos filmes italianos empreendida por críticos brasileiros tenta enumerar as características deste "gênero" cinematográfico. O que os atrai é a forma estilística de filmar fora dos estúdios, com não-atores – duas principais características que aproximariam o filme da realidade de um povo -, que seria a ambientação e a preocupação com os problemas sociais (AUTRAN, 2003, p.33). Porém, a forma de fazer um cinema neo-realista não será indicativo do conteúdo.

Ao que os críticos tentam caracterizar o processo italiano, os realizadores brasileiros sofrem influências da direção cinematográfica (enquadramentos, movimentos de câmera, escolha das locações) e do papel político e social. O surgimento de movimentos cinematográficos pós-guerra no continente europeu encontrará, no continente sul-americano, correspondentes. O Brasil não sofreu a Segunda Guerra Mundial no seu território, mas as condições de submissão a um modelo cinematográfico encontrará resistência diante de uma realidade afligida por outros

conflitos. Um pouco disso pode ser visualizado na fala do próprio Nelson Pereira dos Santos em entrevista a Alex Viany:

> A História não é feita só pelos agentes, às vezes o agente é objeto da História. Naquele momento, o pós-guerra, o grande movimento de liberdade, a retomada, a saída de uma ditadura, a retomada da cultura brasileira, o cinema aparece como uma linguagem moderna que países como o nosso poderiam adquirir de uma vez por todas. A música também. O teatro, então, foi o primeiro a florescer com os comediantes de província. O teatro rompeu com aquela coisa colonizada, chatíssima. Podemos imaginar a História do Brasil e da cultura brasileira mais ou menos em ciclos: ciclos de colonização, com o auxílio dos ciclos de autoritarismo; um ciclo de rompimento, e um novo ciclo de autoritarismo, e de novo um ciclo de rompimento. De repente você sai de 1922 e entra nos anos 1930. Você tem em 1922 a Semana de Arte Moderna, logo a literatura regional, os grandes pintores, Villa-Lobos etc. Aí vem o Estado Novo, fecha tudo, quinze anos de ditadura, não é? Acaba a guerra, abre de novo. Se você pegar a crítica de cada pique cultural desses, vai ver que cada um deles tem o mesmo sentido anticolonizador, o mesmo esforço, a mesma busca de uma identidade nacional, de uma expressão, e isso é o que fica.". (VIANY, 1999, p.484)

Ao exemplificar a História em ciclos, Nelson resume a experiência brasileira de falta de renovação no campo cultural, com uma luta intensa contra a colonização (no texto *Estética da Fome*, de Glauber Rocha, o ponto de partida é a luta contra a nova colonização pelos Estados Unidos) que tomou corpo não só no cinema – talvez este tenha sido o último a entrar na luta – mas que veio do teatro, da música, da literatura. O teatro encontrou meios mais populares de tomar contato com o público, enquanto a literatura teve uma luta mais engajada. Segundo Maria Rosaria Fabris (1994), a influência da literatura na temática "brasileira", "popular", é fundamental para as mudanças mais significativas do cinema nacional. Isto pode ser percebido, também, em declarações do próprio Nelson Pereira dos Santos ao referir-se a Jorge Amado e Graciliano Ramos como influências primordiais nas suas obras, sendo ele o diretor de *Vidas Secas* (1963), outro marco do cinema nacional já no período mais definitivo do "Cinema Novo".

Ao citar a influência da literatura com o engajamento da Semana de 1922 e a ascensão do regionalismo é perceptível que as artes estão preocupadas com a "identidade nacional", uma busca que sofreu interrupções políticas. Interessa, neste ponto, salientar a busca, também, de uma linguagem.

A necessidade artística brasileira se explica pelo anseio em mostrar a realidade do povo e em dominar a linguagem. A técnica, por outro lado, não é, no momento de *Rio, 40 Graus*, tão relevante. Muitos críticos apontam que os primeiros filmes do "Cinema Novo" carecem de um apuro técnico, mas é quase consenso que isso não desmerece as suas qualidades. De

certa forma, havia um desprezo pela técnica e pelos aparatos cinematográficos que "afastariam" a realidade: "a técnica não era necessária, porque a verdade estava para ser mostrada e não necessitava disfarces de arcos, difusores, refletores, lentes especiais" (ROCHA, 2003, p.106).

Como pensador, ou "filósofo" (como diria Nelson Pereira dos Santos) do "Cinema Novo", Glauber Rocha traça elogios sem fim ao poder que *Rio, 40 Graus* teve em mostrar a realidade. O filme sobe o morro e desafia o espectador a voltar seus olhos para um povo que não é visto. O preto e branco da fotografia é de uma crueza e simplicidade que fazem jus à uma realidade despojada. Como a frase do juiz, por que não filmar a estrada bonita? Por que filmar justo o morro? O filme sofreu censura porque só mostrava coisas negativas. Não foi censurado porque apresentava uma crítica ou posicionamento político. O brasileiro, por exigência do mercado, estava acostumado a ver nas telas as mesmas coisas que o estrangeiro imaginava sobre o nosso país: o exotismo vestido nos moldes hollywoodianos satisfazia o público.

Uma crítica feita reiteradas vezes e bastante aplicável ao filme é a sua insistência na dicotomia pobre x rico. A narrativa nos leva a acompanhar os dois lados desta "realidade". Contudo, objeções à parte, Nelson mesmo assume que era "marxista-leninista-materialista-histórico" e isso explicaria a descrição dos personagens. O pobre vai estar associado a uma coletividade, ao bom, enquanto o rico estará ligado ao vazio, ao fútil. Porém, esta dicotomia é a própria cidade do Rio de Janeiro que, desde os créditos, é apresentada como personagem, é nela que se encontram os dois lados.

Os momentos de poesia do filme, a relação do menino com sua lagartixa, o passeio entre os animais, constroem o caráter dualista de toda a narrativa. Ali ele é "expulso do paraíso". Os meninos trabalham vendendo amendoim, os ricos aproveitam a praia. Um lado precisa do outro para se sustentar narrativamente.

Porém, crítica maior vem da fala do próprio Nelson sobre esta "realidade" que os diretores assumiram:

> Veja, por exemplo, o caso da visão religiosa do povo. Quando eu fiz Rio, 40 Graus eu era marxista-leninista-materialista-histórico etc. e tal. Subia o morro e descia o morro, via despacho, via umbanda, mas não via. A minha câmera não via, porque eu simplesmente rejeitava essas manifestações religiosas. Achava que aquilo era o ópio do povo, tal como a Igreja Católica. Não queria nem ver. No fundo, uma besteira, porque aquilo fazia parte da realidade." (VIANY, 1999, p.495)

Por isso que é preciso lembrar que apesar da legitimação do cinema como objeto da História ele precisa ser considerado como um produtor de um discurso (FERRO, 2010, p.10). Assim, os filmes que compõem o quadro do "Cinema Novo" falam sobre a realidade da época e do povo que representavam, porém falam ainda mais de quem os produziu, levando a termo uma

espécie de vocação de conscientizar e propor posicionamentos frente às ideologias dominantes (FERRO, 2010, p.12-16).

Talvez a crítica aplicável a *Rio, 40 Graus* seja o que Ferro (2010, p.20) coloca, citando Eisenstein, "que toda sociedade recebe as imagens em função de sua própria cultura" para destacar que as oposições devem ser mostradas no seio de uma mesma cultura e não somente através de civilizações diferentes. Nelson Pereira dos Santos atinge a realidade brasileira com o samba, o futebol, as belas paisagens do Rio de Janeiro, mas também subindo o morro do Cabuçu, mostrando a pobreza, o dinheiro contado, a doença e a morte.

É difícil afirmar se o público se viu nas telas. Há indícios de que o filme foi bastante visto no país, porém não há muitas fontes sobre qual público o assistiu. Diretores afirmam tê-lo visto, Nelson relata que o exibiu a governadores. Esta intervenção do cinema na realidade brasileira foi um marco que deixou seu legado. Segundo Glauber (2003, p.106), ele e muitos outros se decidiram a fazer cinema enquanto assistiam ao filme de Nelson Pereira dos Santos. As possibilidades estavam lançadas e é curioso observar que as possíveis falhas advindas de posicionamentos ideológicos, como diz Nelson, foram sendo superadas, pois em produções como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964) e *O Amuleto de Ogum* (Nelson Pereira dos Santos, 1974) a religião é incorporada à realidade do povo brasileiro.

Não é possível afirmar, no entanto, que a "realidade brasileira" protagonizou e protagoniza as telas do cinema. A afirmação de Nelson Pereira, em 1986, "É muito difícil, hoje, pensar num cinema brasileiro que não tenha relação com a própria sociedade brasileira." (VIANY, 1999, p.483) gera controvérsias sem fim. Nas duas últimas década viu-se novamente o cinema nacional atrelar-se aos indicativos do mercado e voltar-se para uma linguagem que era abominada pelo críticos e cineastas das décadas de 1950/1960. A favela voltou, depois de algum tempo, a ser filmada, mas há uma distância grande entre o letreiro de *Rio, 40 Graus* "a cidade do Rio de Janeiro de São Sebastião" e o título de um dos filmes brasileiros de maior bilheteria e sucesso de toda a história, "Cidade de Deus" (Fernando Meirelles, 2002). A técnica, neste caso, foi privilegiadíssima, a estética e a narrativa têm fortes influências mercadológicas – enquanto há um suspiro ou outro do passado em tentar personificar o ambiente e no uso de não-atores.

Assim, a relação entre Cinema e História deve ser construída cuidadosamente. *Rio, 40 Graus* ainda deve ser estudado pelo seu valor na História do Cinema brasileiro e porque foi fruto de uma época que influenciou realizadores dos "ciclos", que Nelson citou, políticos e culturais posteriores.

Bibliografia

AUTRAN, Artur. **Alex Viany: Crítico e Historiador**. São Paulo**:** Perspectiva, 2003.

FABRIS, Maria Rosaria. A questão realista no cinema brasileiro: aportes neo-realistas. **ALCEU** - v.8 - n.15 - p. 82 a 94 - jul./dez. 2007.

FABRIS, Maria Rosaria. **Nelson Pereira dos Santos: Um olhar neo-realista?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FERRO, Marc. **Cinema e História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROCHA, Glauber. **Revisão Crítica do Cinema Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

VIANY, Alex. **O Processo do Cinema Novo.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

A Barbárie pensada a partir do Fílmico: uma Análise do Filme "Festim Diabólico" (Rope) de Alfred Hitchcoch, 1948

Prof. Doutorando Lamartine Gaspar de Oliveira (UPM)[1]

O bárbaro não está mais às nossas portas, ultrapassou nossos muros, está em cada um de nós.
Portanto, de nada serve julgá-lo, ou mesmo negá-lo.
Sua força é tamanha que ele seria capaz de a tudo submergir.

Francisco Rüdiger

A intolerância tem sua origem em uma predisposição comum a todos os humanos, a de impor suas próprias crenças, suas próprias convicções, desde que disponham, ao mesmo tempo, do poder de impor e da crença na legitimidade desse poder. Dois componentes são necessários à intolerância: a desaprovação das crenças e das convicções do Outro e o poder de impedir que esse Outro leve sua vida como bem entenda.

Paul Ricoeur

Introdução

A estrondosa visualidade da barbárie e da intolerância no século XXI faz com que ela tenha um lugar de triste privilégio nas análises teóricas desenvolvidas nas Ciências Sociais, mas, na medida em que a intolerância contra o outro se manifesta em todos os cantos do planeta, impõe-se a necessidade primordial de delimitar uma cena para inserir essa reflexão.

É possível localizar no antissemitismo nazista o expoente máximo desse fenômeno tão presente ao longo do século XX. Essa posição, dolorosamente paradigmática, que faz do nazismo um marco histórico da barbárie e da intolerância no século XX, impõe-no como cenário privilegiado para um encontro.

O filme *Borboletas Negras*, dirigido por Paula von der Oest conta a história de Ingrid Jonker (interpretada por Carice van Houten), escritora sul-africana que viveu na época do Apartheid – regime de segregação racial vigente de 1948 a 1994 e tornou-se conhecida quando Nelson Mandela[2] leu o poema "A Criança que foi Assassinada pelos Soldados de Nyanga". No

[1] Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorando em Educação, Artes e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/ SP. Patrocinado pelo Mack Pesquisa do Instituto Presbiteriano Mackenzie. E-mail: professorlamartine@uol.com.br – lattes.cnpq.br/2023196219872479.

[2] Nelson Rolihlahla Mandela foi um líder e para muitos um rebelde.Tornou-se presidente da África do Sul de 1994 a 1999. Principal representante do movimento antiapartheid, considerado pelo povo um verdadeiro guerreiro em

seu primeiro discurso como presidente da África do Sul, Nelson Mandela retrata a partir do poema o desejo e a intenção de salvar vidas ou tirá-las da miséria, indo ao encontro e como concordância com que pensava Ingrid contra o governo segregacionista.

1. A Barbárie anunciada

Por outro viés fílmico, Festim Diabólico tem seu início com a cena de um crime na sala de um apartamento ocupado por dois jovens universitários. A cena é de uma sala escura, sem luz, com o detalhe das janelas fechadas. No final do filme quando temos a cena

a descoberta pelo professor dos rapazes, já é noite, há escuridão e as mesmas denunciam isso. Mas o que se vê lá dentro, não se vê lá fora.

As cenas iniciais parecem ter a intenção de nos mostrar que os nossos atos bárbaros acontecem na escuridão de nossa animalidade. Quando nossa compreensão de certas preposições não desembocam em luz, certamente nos levam para a escuridão de nossas interpretações egoístas. Nesse sentido entendemos a realidade onde muitas vezes, de acordo com o nosso ego, ou de acordo com aquilo que nos agrada e se ainda estamos nesse sentido sendo guiado pela nossa animalidade interior, aquilo que deveria ser luz se torna em trevas, obscurecendo, portanto o verdadeiro conhecimento, nos levando a agir erroneamente. O filme nos aponta para o direito a dignidade e a vida de todo e qualquer indivíduo sem acepção de pessoas.

> A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos opositores, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como o conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e as suas vítimas são inocentes, até mesmo do ponto de vista do perseguidor. Este foi o caso da Alemanha quando a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica. (ARENDT, 1978, p. 48).

O filme é produzido em 1948, o primeiro a cores dirigido por Alfred Hitchcock[3], diretor que procura, a partir do fílmico, retratar a realidade também vivida pelo mundo. O período historiográfico é logo após o mundo conturbado da Segunda Guerra Mundial.

luta pela liberdade. Era tido pelo governo sul-africano como um terrorista e passou quase três décadas na cadeia. De etnia Xhosa, Mandela nasceu no pequeno vilarejo de Qunu, distrito de Umtata, na região do Transkei. Aos sete anos, Mandela tornou-se o primeiro membro da família a frequentar a escola, onde lhe foi dado o nome inglês "Nelson". Seu pai morreu logo depois, e Nelson seguiu para uma escola próxima ao palácio do Regente. Seguindo as tradições Xhosa, ele foi iniciado na sociedade aos 16 anos, seguindo para o Instituto Clarkebury, onde estudou cultura ocidental.

[3] Alfred Joseph Hitchcock nasceu em Londres, 13 de Agosto de 1899, e morre em Los Angeles, 29 de Abril de 1980. Foi um cineasta anglo-americano, considerado o mestre dos filmes de suspense, sendo um dos mais conhecidos e populares realizadores de todos os tempos.
O gênio do cinema ou o Mestre do Suspense (Como ele mesmo chamava). Podemos perfeitamente assim iniciar o nosso perfil do melhor diretor de todos os tempos. Responsável por nada mais nada menos do que alguns dos

Os Estados Unidos e a União Soviética já mostravam ao mundo outro momento da história, a guerra ideológica das duas maiores potências da atualidade que o mundo conheceu e denominou de Guerra Fria[4]. Na Segunda Guerra Mundial[5] temos o discurso nazista proclamado por Hitler[6] da superioridade racial, que consistia em uma interpretação particular do Führer das

melhores filmes da história. Tinha algumas características únicas que, sem dúvida nenhuma, o transformou junto com seu talento no diretor mais famoso do mundo (até mesmo mais que Spielberg é hoje em dia, o mais famoso de sua geração).

4 A guerra fria foi caracterizada pela disputa entre Estados Unidos e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) após a Segunda Guerra Mundial onde ambos os países tentavam mostrar a superioridade de seus respectivos sistemas econômicos.
No entanto esta caracterização pode ser considerada válida, mas com uma serie de restrições em apenas um período imediato pós-segunda Guerra até a década de 1950 e logo depois nos anos de 1960 o bloco socialista decidiu se dividir dentre as décadas de 1970 e 1980 onde a China comunista se aliou aos Estados Unidos em uma disputa contra a União Soviética.
Por este motivo, o mundo acabou sendo "dividido" em dois blocos: o capitalista, dominado pelos norte-americanos, e o socialista, comandado pelos soviéticos sendo assim este período também ficou marcado pela corrida armamentista que durante 40 anos o mundo ficou acuado diante da ameaça de uma guerra nuclear.
E para impedir o avanço comunista, os Estados Unidos fornecia apoio bélico e econômico aos países que se aliassem ao lado capitalista e o plano Marshall, por exemplo, resultou na injeção de mais de 13 bilhões de dólares na Europa no qual oferecia uma ajuda econômica por meio de empréstimos para que pudessem reconstruir os países capitalistas que foram afetados pela Segunda Guerra Mundial.
Do outro lado, a União Soviética adotou a política isolacionista mais conhecida como Cortina de Ferro onde os governos pertencentes ao leste europeu se tornaram em satélites de Moscou, graças à ação do Exército Vermelho, onde no ano de 1940 o Muro de Berlin foi construído para que pudesse ser feita a divisão da cidade no qual uma era socialista e a outra capitalista.
A pressão e a guerra ideológica entre as duas superpotências só começaram a diminuir depois que o líder soviético Mikhail Gorbatchov assumiu o poder onde a queda do Muro de Berlim foi em 1989 no qual foi o marco final da Guerra Fria. Porém, a URSS só veio a se desintegrar dois anos depois, em 1991 onde começou o aceleramento no fim do socialismo daqueles países e também nos aliados. (VAINFAS, FERREIRA, FARIAS, SANTOS, 2010, pp. 656-659).

5 A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 e 1945. Esse conflito envolveu um grande número de países que travaram uma guerra, em grande parte, em território europeu.
Entre os principais motivos que levaram a esse acontecimento estavam as intenções de aplicação de projetos de caráter expansionista de países como Alemanha, Itália e Japão. Tais nações desejavam alcançar a condição de potências hegemônicas e acreditavam que a forma para se conseguir tal feito era através da conquista de novos territórios.
A partir dessa ideologia, os países citados promoveram invasões a outros territórios com a intenção de anexá-los aos seus respectivos domínios. A Alemanha se apoderou de países próximos, como a Áustria e a Tchecoslováquia, em 1938. Em 1939, foi a vez da Itália, que conquistou a Albânia. O Japão invadiu diversos territórios na região do Pacífico.
A consolidação da guerra aconteceu somente em 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia. Com esse ato, imediatamente, Inglaterra e França saíram em defesa do país invadido, declarando guerra à Alemanha. Mais tarde, em 1941, a então União Soviética ingressou também no conflito pelo fato de ter sido invadida pelo exército alemão. Ainda no mesmo ano, os Estados Unidos entraram no conflito após receber um ataque aéreo japonês em sua base naval de Pearl Harbor.
O conflito ocorreu envolvendo dois grupos de países, denominados: Eixo e Aliados. O primeiro grupo era composto por Alemanha, Itália e Japão. Já o segundo, tinha como integrantes: França, Inglaterra, União Soviética, Estados Unidos, Brasil, entre outros.
Após muitos confrontos envolvendo os países do Eixo e Aliados, que teve a duração de anos, a guerra deu sinais de que iria terminar, pelo fato da rendição da Itália no ano de 1943. Dois anos mais tarde, Alemanha e Japão não suportaram e se rederam também, consolidando a derrota do grupo do Eixo. O Japão se rendeu após ter sido atingido por duas bombas atômicas, uma na cidade Hiroshima e outra em Nagasaki. (VAINFAS, FERREIRA, FARIAS, SANTOS, 2010, pp. 650-654).

6 Adolf Hitler, ditador alemão, nasceu em 1889 na Áustria. Filho de Alois Hitler e Klara Poezl. Alistou-se voluntariamente no exército bávaro no começo da Primeira Guerra Mundial. Tornou-se cabo e ganhou duas vezes a Cruz de Ferro por bravura.

ideias filosóficas de Nietzsche[7], que consiste na existência de indivíduos superiores e indivíduos inferiores. Para Nietzsche os indivíduos superiores são os filósofos, para Hitler era o povo ariano. O filme nos mostra com clareza que os jovens assassinos, se consideravam superiores intelectualmente em relação à vítima, o que lhes davam, portanto o direito de eliminá-la.

> Somos uma raça superior e devemos governar com dureza mas com justiça [...] Arrancarei deste país, entretanto, tudo que puder. Não vim para espalhar bem-aventuranças [...] A população deve trabalhar sempre [...] Não viemos para distribuir o maná. Viemos para criar as bases da vitória.
> Somos uma raça superior que precisa lembrar que o mais humilde operário alemão é, racial e biologicamente, mais valioso que a população daqui. [...] (SHIRER, 1967, p. 37).

O filme faz através de seus personagens menção a barbárie[8], com a eliminação do outro, a não aceitação do outro, do diferente, daquele que enxergamos como inferiores a nós, e que, portanto, não devem estar em nosso caminho, devem ser dominados ou eliminados. Toda a história da humanidade nos mostra esse tipo de comportamento de dominação e eliminação.

> A crise do humanismo em nossa época tem, sem dúvida, sua fonte de experiência da ineficácia humana posta em acusação pela própria abundância de nossos meios de agir e pela extensão de nossas ambições. (LÉVINAS, 2009, 71).

Depois da desmobilização do exército, Hitler associou-se a um pequeno grupo nacionalista, o Partido dos Trabalhadores Alemães, que mais tarde se tornou o Partido Nacional-Socialista Alemão (nazista).
Em 1921, tornou-se líder dos nazistas e, dois anos mais tarde, organizou uma malograda insurreição, o "putsch" de Munique. Durante os meses que passou na prisão com Rudolph Hess, Hitler ditou o "Mein Kampf" (Minha Luta), um manifesto político no qual detalhou a necessidade alemã de se rearmar, empenhar-se na autossuficiência econômica, suprimir o sindicalismo e o comunismo, e exterminar a minoria judaica.

7 Friedrich Wilhelm Nietzsche nasceu em 1844 na cidade de Rocken, localidade próxima de Leipzig, Prússia, no dia 15 de outubro. Seu pai e seus avôs eram pastores protestantes. Nietzsche teve muito desse espírito religioso durante a infância, e cogitava continuar a linhagem. Sua mãe era piedosa e puritana. Em 1849 perdeu o pai e o irmão. Mudou-se então para Naumburg, cidade às margens do rio Saale, onde cresceu, em companhia feminina: a mãe, a irmã, duas tias e a avó. Era uma criança feliz, aluno exemplar, dócil e leal.
Nietzsche foi músico amador, embora quisesse mais do que isso. Era bom pianista e suas composições musicais chegam a dar bom volume. Morre em Weimar, 25 de Agosto de 1900.

8 A palavra 'barbárie' originalmente foi empregada pela mentalidade eurocêntrica, que se considerava o exemplo de organização social civilizada. Foi Vico [1638-1744] que cunhou de 'barbárie' o estado primitivo ou selvagem de indivíduos ou grupos que não teriam evoluído rumo ao estado de homem ocidental civilizado. A barbárie passou a se opor ao humanismo, ou seja, é um ato considerado 'desumano' porque não respeita os fundamentais valores conquistados no campo da ética, do direito, da ciência, da democracia pluralista e da própria organização social. No século XX, o termo 'barbárie' sofreu uma virada de sentido com as pesquisas antropológicas que reconheceram as demais culturas humanas não brancas que também eram dotadas de organização social racional, tinham valores e preceitos morais próprios, portanto, eram civilizadas. Essa virada, com C. Lévi-Strauss, chegou-se ao extremo de considerar que bárbaro autêntico é aquele que apenas denuncia a barbárie do vizinho e não se dá conta de reconhecer sua própria barbárie.

O poder sempre existe e com ele a barbárie. No estado de guerra ou na sociedade civil, é uma preeminência – a diferença que dá a um indivíduo certa vantagem sobre o outro, para a obtenção de um bem futuro. O poder é o outro nome da desigualdade.

A passagem da guerra à paz, do olhar ao privilégio da produção, vincula-se ao agravamento irreversível da desigualdade entre os homens.

O filme traz ainda em seu silêncio um assunto polêmico, que não era tratado publicamente em seu contexto histórico, no que diz respeito à homossexualidade. O dois jovens assassinos nos apresentam comportamentos que nos direcionam para uma relação homossexual, evidentemente que para os padrões da época e da sociedade a questão não poderia ser dramatizada de modo mais explícito.

Os personagens centrais do filme podem ser vistos e entendidos como uma representação da animalidade humana em seu auge, uma vez que encontramos nesses personagens a presunção de se considerarem indivíduos perfeitos e de serem capazes de realizarem um crime perfeito.

O crime acontece por pura satisfação e prazer onde então temos nesse ponto o egocentrismo, o hedonismo, a banalização do outro, do ser, muito bem representado pelos personagens. Vê-se ainda a ideia de tornar o crime em uma obra-prima, ou seja, uma obra de arte, com requintes, com uma espécie de celebração ritualística da morte, com todos os detalhes sendo trazidos à tona e colocados em prática no desenrolar dos acontecimentos, como um artista que pinta o seu quadro e vai, sem muito bem saber no que vai chegar, dando asas a sua imaginação. Desejam ainda representar o conceito de etnocentrismo[9], no sentido de que existem seres superiores e inferiores e que os inferiores devem ser eliminados, onde nesse ponto temos a barbárie, o extermínio e eliminação daquilo que não tem importância por ser inferior.

Preocupado em alcançar a felicidade, isto é, a busca da satisfação dos seus desejos mais profundos, os homens se digladiavam constantemente para tornar real o gosto pelo crime praticado. Segundo Hobbes, o homem era o lobo do homem, cunhando das famosas frases: ***Homo homini lupus*** **(O homem é o lobo dos homens)** [10] **e** *Bellum omnium contra omnes (*guerra de todos contra todos). (HOBBES, 2010, p. 47).

> A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrotamento dos opositores, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes. O terror, como conhecemos hoje, ataca sem provocação preliminar, e as suas vítimas são inocentes, até mesmo do ponto

[9] Etnocentrismo é um conceito da Antropologia definido como a visão demonstrada por alguém que considera o seu grupo étnico ou cultura o centro de tudo, portanto, num plano mais importante que as outras culturas e sociedades. O termo é formado pela justaposição da palavra de origem grega "*ethnos*" que significa "nação, tribo ou pessoas que vivem juntas" e centrismo que indica o centro.
Uma visão etnocêntrica demonstra, por vezes, desconhecimento dos diferentes hábitos culturais, levando ao desrespeito, depreciação e intolerância por quem é diferente, originando em seus casos mais extremos, atitudes preconceituosas, radicais e xenófobas.

[10] Foi criada por Plauto (254-184) em sua obra Asinaria. No texto se diz exatamente: "*Lupus est homo homini non homo*". E foi bem mais tarde popularizada por Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVIII.

> de vista do perseguidor. Este foi o caso da Alemanha nazista quando a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica. (ARENDT, 1978, p. 48).

Cada geração reconstrói sua concepção própria de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral. E a cada geração somos lembrados, como se fosse uma grande descoberta, de que os seres humanos também são animais e que a comparação com os outros animais nos proporciona uma compreensão melhor de nós mesmos.

> […] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus*." (FREUD, 2012, p. 29).

No filme o professor vivencia o papel do desgaste diante da animalidade humana, do espanto diante da barbárie, da possibilidade de certos conceitos serem absorvidos de maneira inadequada, errônea, de acordo com interesses individualistas e egocêntricos. O mesmo também nos aponta para uma via de retorno do erro, quando observamos o mesmo questionando os seus alunos assassinos, tentando levá-los a compreender a gravidade de seus atos e o quanto eles são humanos como os demais, no sentido que podem como qualquer indivíduo fazerem interpretações erradas daquilo que lhe é ensinado.

Os livros simbolizam o conhecimento, o baú a nossa interioridade onde escondemos aquilo que não queremos que seja público, que seja visível. A comida sobre o baú, o frango assado nesse caso, aponta para o que está dentro do baú, ou seja, a vítima morta sem sentido. Assim os jovens de maneira implícita oferecem aos convidados uma metáfora daquilo que existe em sua interioridade, ou seja, eles não podem e não querem confessar o crime que cometeram, mas de certa forma se expressam sobre o crime de modo figurado, simbólico. Os convidados são os espectadores de sua animalidade, que não se dão conta disso, nesse sentido simbolizam os indivíduos que não cometem nenhum tipo de brutalidade a não ser o da omissão, essa que é resultado de uma espécie de alienação, de não querer enxergar a realidade e agir sobre a mesma.

Ainda temos a corda que é o principal instrumento usado tanto para a morte, como na parte final do filme a mesma também aparece amarrando os livros, e, portanto, nesse caso a

corda simboliza o conhecimento da verdade que é "amarrado", ou seja, o relativizado que gera morte.

2. A Barbárie em Roteiro

O filme segue o seu enredo e roteiro de modo contínuo, sem corte como o enredo e o roteiro da própria vida, e para isso, o diretor diante das limitações tecnológicas do seu tempo, uma vez que a câmera só permitia uma filmagem com no máximo de dez minutos e então era necessário se fazer a troca do rolo da câmera. Para isso o diretor marcava o tempo para que essa troca fosse feita no momento exato em que a câmera estivesse filmando as áreas escuras, o que propiciava mascarar o corte, sem a necessidade de interrupção da sequencia do filme. Através da enorme janela na sala do apartamento dos jovens, o diretor mostra a passagem do tempo e que no decorrer da festa o céu vai ficando cada vez mais escuro nos dando a impressão de que a mesma durou muitas horas, enquanto na verdade o filme possui 81 minutos.

Não temos como dizer diferente, de fato o cinema é a arte da ilusão. A barbárie não, ela é algo ainda muito vivo dentro do ser humano. É desejo de muitos. Arte para muitos.

A exclusão do outro tem sido uma constante entre os grupos humanos e, na medida em que a separação entre eu e outro parece ser uma condição necessária para que o eu se reconheça enquanto tal, ela constitui-se também numa constante para cada sujeito que vem ao mundo. Assim, ao falar de barbárie e intolerância contra o outro, não há referência somente a uma das suas infinitas manifestações fenomenológicas, aponta-se também para uma dificuldade estrutural do ser humano.

Conclusão

Como conclusão, pode-se afirmar que alguns filmes de ficção referem-se a acontecimentos ocorridos no passado, mas ainda assim eles apresentam-se como uma antecipação da realidade. Isto é possível porque na linguagem cinematográfica vários tempos são misturados. Graças a esse recurso, o tempo de um fato já ocorrido pode se transformar, no filme, em tempo de algo que ainda irá acontecer.

Alguns filmes de ficção referem-se a acontecimentos ocorridos no passado, mas ainda assim eles apresentam-se como uma antecipação da realidade. Isto é possível porque na linguagem cinematográfica vários tempos são misturados. Graças a esse recurso, o tempo de um fato já ocorrido pode se transformar, no filme, em tempo de algo que ainda irá acontecer.

Roger Bastide, em sua obra *Arte e Sociedade* chama a atenção quando descreve,

> A arte pode ser uma oposição à vida social, ou pelo menos uma fuga ao real. Uma oposição, quando o artista se levanta contra as instituições sociais para criticá-las ou abatê-las. (BASTIDE, p. 144, 1979).

Há filmes que abordam os acontecimentos do passado de maneira a desvendar dimensões ocultas da realidade. Um excelente exemplo desse tipo de obra é "Festim Diabólico" (ROPE), dirigido por Alfred Hitchcock, 1948.

Bibliografia

ARENDT, H. **O Sistema Totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
BASTIDE, Roger. **Arte e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
CONNOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2011.
_____. **O debate sobre Deus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
FREUD, Sigmund. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal Estar na Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2005.
GIANNOTTI, José Arthur. **A Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
HOBBES, Thomas. **O Leviatã**. Lisboa: INCM, 2010.
LÉVINAS, Emanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis/ RJ: VOZES, 2009.
LOCKE, John. **Carta Acerca da Tolerância**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
MATTÉI, Jean-François. **A barbárie interior**. São Paulo: UNESP, 2002.
RÜDIGER, Francisco. **Civilização e Barbárie na Crítica da Cultura Contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
SHIRER, William L. **Ascensão E Queda do 3º Reich**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; SANTOS, Geogina. **História**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2010.
VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização!** São Paulo: ANNABLUME, 2006.

Cinema e Ditadura Militar Brasileira: Representações dos Guerrilheiros e da Luta Armada no Cinema Brasileiro Pós-Retomada

Neylan Porto (UGF)[1]

O presente texto tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva histórica, o cinema, com os filmes brasileiros, que posteriormente escolhidos suscitam várias questões para nossa análise, o que o filme pretende mostrar sobre o período em questão? Quais temáticas são valorizadas ou, contrariamente, silenciadas ao se abordar o regime militar? Quais temáticas são valorizadas ou, contrariamente, silenciadas ao se abordar o regime militar? Que tipo de memória está sendo elaborada para esse momento de nossa história recente?

Parto do pressuposto, baseado nas idéias de Marc Ferro (FERRO, 1992), de que o cinema deve ser concebido como uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. Trata-se de um produto cultural elaborado de acordo com a visão de mundo[2] (CHARTIER, 1990, p. 49), de um determinado grupo (aquele que o produziu) e para a recepção de outro grupo ainda maior, que é a comunidade que recebe o filme (espectadores, críticos, estudiosos etc.).

Neste sentido, já se percebe, no interior da cinematografia brasileira atual, uma grande preocupação em se ressaltar a figura do guerrilheiro, em colocá-lo em evidência nas telas, consolidando na memória sobre o período a atuação desses atores sociais, em detrimento de outros. Não quero dizer, com isso, que a participação dos grupos de guerrilha no processo de oposição à ditadura não tenha sido significativo e que não mereça destaque na constituição da memória de nosso passado recente. A questão que coloco na presente pesquisa é o fato de que outros atores sociais poderiam dar origem a narrativas cinematográficas igualmente interessantes, como por exemplo: pessoas que não simpatizavam com o regime, mas que também não atuavam efetivamente contra o mesmo; ou então membros que pertenciam ao Exército brasileiro, mas que não compactuavam com a ditadura; ou também grupos civis responsáveis pelo financiamento do regime; ou ainda pessoas que eram condescendentes com a ditadura, a ponto de delatarem conhecidos etc.

Cinema, Conceitos e História

Analisaremos a produção cinematográfica no contexto da "retomada do cinema brasileiro" a partir da década de 1990, e um contexto posterior, do contexto artístico e político

[1] Graduando do curso de História da Universidade Gama Filho e orientando do Prof. Ms. Guilherme Antunes.

[2] Ao aplicar a expressão "visão de mundo", baseio-me no pensamento de Roger Chartier, quando este afirma que tal expressão "… permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas que fazem com que um grupo ou uma classe determinados, num dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente, ou não, esse sistema ideológico".

do século XXI. A questão da construção de uma memória sobre a ditadura militar aparece aqui em um duplo contexto, da repressão e da resistência. Para isso buscaremos na imagem da Tortura e dos Guerrilheiros, como ambas as facetas são apresentadas em diferentes películas.

Desde 2001, é possível perceber um retorno mais incisivo de alguns discursos sobre o Brasil, ancorados numa forma crítica de mostrar a exclusão social: filmes que privilegiam o feio, o estranho, o violento, tanto narrativo quanto audiovisual. Sendo possível ver que aquela antiestética dos anos 60 ganha novos contornos no cinema contemporâneo. (XAVIER, 1993)

Vários dos filmes brasileiros pós-retomada (CAETANO, 2005, p. 277-289) mostram isso: é o problema da violência carcerária, das gangues, das favelas, dos moradores de ruas, dos assaltos, assassinatos e seqüestros, entre outros tipos de violência que perpassam nossa sociedade. A violência aparece generalizada em todas as classes sociais, e também banalizada.

Analisando a produção cinematográfica atual, chama atenção, inicialmente, a preocupação dos cineastas em recuperar a fase da história política brasileira relativa à ditadura militar dos anos 60/70. Seja através de relatos de personagens que participaram efetivamente, como em *Lamarca* (1994) do diretor Sergio Rezende, seja através de memórias de personagens fictícios que assim "exorcizam" o seu passado, como em *Besame mucho(1987)* de Francisco Ramalho jr, *A dona da história(2004) de Daniel Filho* ou no filme *O maior amor do mundo* (2006) de Carlos Diegues.

Sobre o foco dos conteúdos de filmes recentes na política, Oricchio diz que este interesse de volta ao passado para desvelar o tema significa pensar que:

> De fato houve um período no país em que tanto a ação quanto a reflexão política eram fundamentais". Para o autor, "recuperar este tempo seria, de certa forma, uma maneira, um recurso, não apenas para voltar a falar de política numa época em que ela se encontra desvalorizada, mas como estratégia para repolitizar uma sociedade que não pode, ou não deseja, se pensar nestes termos. (ORICCHIO , 2003, p.125)

Hohlfeldt analisa o contexto atual do cinema brasileiro também significativamente:

> Muito lenta, mas conseqüentemente, começamos a ter um processo contínuo de produção, diversificado, alcançando público e, portanto, pagando-se, recebendo reconhecimento no mercado internacional e legitimando- se junto ao mercado interno, eis aí, pela primeira vez, a possibilidade de superarmos as contradições e tensões. (HOHLFELDT, 1999, p. 10 -13)

Na trajetória do cinema brasileiro, reflete-se a política nacional, buscando um reencontro com a própria história do país, com seus encontros e desencontros, suas políticas ora acertadas ora equivocadas. Estaríamos em uma situação de um país ainda em busca de identidade?

Renato Ortiz salienta que a recorrência do tema remete ao fato de "sermos um país do chamado Terceiro Mundo, o que significa dizer que a pergunta é uma imposição estrutural que se coloca a partir da própria posição dominada em que nos encontramos no sistema internacional" (ORTIZ, 1998, p. 7). Por outro lado, conforme o autor, se toda a identidade é uma construção simbólica, "não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos." Neste sentido, o cinema procura recuperar a história do país, demonstrando uma sociedade multifacetada, múltiplas identidades nacionais.

Analisando a filmografia referente a Retomada, Oricchio ressalta a recorrência do problema da identidade, recorrente na cinematografia nacional. Para o autor, "este trabalho coletivo, que poderíamos chamar sem maiores problemas de construção de uma identidade cultural, em certa medida prossegue no cinema da Retomada." (ORICCHIO, 2003, p. 231) Nos anos 90 e 2000, um grande número de filmes abordou as grandes questões nacionais: a relação do país com sua história, a problemática estrutura de classes e sua relação com a violência, a relação com o outro, com o estrangeiro.

Porém o autor lembra que, "esta meditação sobre o Brasil aparece, também, de maneira oblíqua, mesmo quando o tema aparente dos filmes é uma história de amor, o conflito com os pais ou uma trama criminal" (ORICCHIO, 2003, p. 231).

Pode-se dizer desta forma, que a produção e os conteúdos cinematográficos brasileiros sobre política na atualidade reforçam esta idéia e apontam tanto para uma grande preocupação em resgatar a história da construção da sociedade e da identidade nacionais como para um entendimento mais objetivo do cinema como um negócio lucrativo para diversos segmentos.

Como se pode perceber, o início do século XXI representa para o cinema brasileiro uma nova fase que poderia ser concebida, ao mesmo tempo, como um período de consolidação e de fim da Retomada, na medida em que apresenta algumas características específicas e inovadoras, apesar de evidentes traços de continuidade.

Destaca-se, como característica marcante do cinema brasileiro atual, a multiplicidade de representações, com uma diversidade de temas, como apresentado pelos autores, Ricardo Caldas e Tânia Montoro:

> O público, assim como a sociedade contemporânea, fragmentou-se entre gostos e tendências múltiplas [...] e tentou corresponder à multiplicidade de visões nas idéias abordadas, nas linhas de projetos, nas linguagens e estéticas escolhidas, nos seus filmes propriamente ditos. (CALDAS, 2006, p. 158)

O objetivo desse panorama sobre o contexto dos períodos de produção e lançamentos dos filmes que serão analisados é colocar em relevo o modo pelo qual as transformações na conjuntura nacional, em diversas áreas da sociedade, proporcionam mudanças significativas no

cenário cultural do país e, conseqüentemente, na nossa produção cinematográfica. Um filme não existe dissociado de seu contexto de produção.

As representações cinematográficas elaboradas sobre o regime militar brasileiro devem, portanto, ser compreendidas no interior de um processo mais amplo de elaboração de novas memórias sobre a ditadura. O espaço para a "história oficial dos militares" vem sendo dividido, não sem conflitos, com outras histórias, outras vozes. E, nesse embate, o cinema vem se constituindo como uma arena privilegiada.

Se na política patrimonial brasileira a memória dos militares ainda permanece hegemônica, na arte cinematográfica constata-se uma busca de reconstrução desse passado recente, abordando situações, episódios e fatos até então submersos. Desde o início do processo de redemocratização, a interpretação cinematográfica desse período histórico tenta trazer à tona a visão dos militantes que se opuseram de forma mais radical à ditadura militar.

Nas telas de cinema, as memórias das esquerdas encontraram um terreno propício para emergirem e ampliarem o seu espaço de circulação, divulgação e construção de suas versões para a história do regime militar. Pode-se dizer que, no campo cultural, onde o cinema brasileiro se insere, ocorreu praticamente uma inversão onde os militares, "se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período", como afirmam Celina de Araújo, Celso Castro e Gláucio Soares. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 13)

Isto não significa afirmar, por sua vez, que exista uma representação homogênea e consensual sobre a temática em questão no meio cinematográfico. Contrariamente, o que se percebe através da análise de um conjunto de filmes sobre a ditadura militar é que há conflitos, contradições e uma diversidade de representações em torno desse passado violento, diversidade esta que se insere na disputa de memórias presente em outras esferas sociais e políticas de representação.

Se o cinema deve ser entendido como um lugar de embate de memória social, não se pode deixar de considerar que essa memória é seletiva, faz parte de um processo de construção e escolhas e que esta seleção é um ato político, com consciência ou não por parte daqueles que a produzem.

O fundamental, do ponto de vista da análise histórica de uma película, é perceber que "a imagem elaborada coloca-se como uma escolha realizada em um conjunto de escolhas possíveis" (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 408), sendo o filme sempre uma reelaboração do passado, que envolve questões de caráter político ideológico e cultural, sem deixar de considerar que a arte cinematográfica também abrange escolhas estéticas, uma vez que se constitui como um produto de entretenimento.

O cinema, assim como todas as demais manifestações culturais, elabora representações que imprimem significados à realidade representada, ou seja, à história que se constrói. O objetivo primordial deste estudo é perceber as formas pelas quais os filmes constroem os

seus discursos sobre a história, e os mecanismos utilizados para a elaboração de determinados significados suscitados por esses filmes. Sob esta ótica, o filme perde o seu caráter "natural" e "realista" que as imagens audiovisuais são capazes de remeter, conforme discutido aqui.

Uma vez exposto os aspectos de nossa pesquisa, um primeiro aspecto a destacar, a partir da análise dos filmes selecionados, é o fato de que há uma clara intenção de se colocar em relevo nas telas a "história dos vencidos" pela repressão do regime militar. O cinema brasileiro, preocupado com a história desse período, caracteriza-se pela recorrência aos guerrilheiros que aturam na luta armada[3], em detrimento de outros assuntos passíveis de serem explorados no interior da temática ditatorial.

À centralidade da guerrilha e de seus personagens, acrescenta-se a concentração do tempo imagético dos filmes entre 1969 e 1971, momento de auge dos movimentos de guerrilha e, ao mesmo tempo, de recrudescimento da violência e repressão sobre os mesmos pelo Estado.

Os tons de heroísmo e, ao mesmo tempo, de derrota impressos neste recorte conduzem o espectador a uma interpretação vitimizadora para os papéis desempenhados pelos guerrilheiros. Foram eles, sob a ótica construída por esse cinema, os que mais atuaram no processo de oposição à ditadura militar e, consequentemente, os que mais sofreram a violência exercida pela repressão governamental.

Destacamos em nossa análise fílmica sobre o período a exaltação desses atores sociais nas telas de cinema, que passam a protagonizar histórias de ação, aventura e drama cinematográficos. Em contrapartida, aquelas pessoas, grupos e organizações que buscaram outras formas de resistência à ditadura seguem ainda no esquecimento cinematográfico.

A recorrência aos guerrilheiros e à luta armada, no entanto, não é feita da mesma forma entre os filmes analisados. Foi possível observar que os longas- metragens produzidos na década de 1990, portanto no período mais próximo ao contexto da redemocratização pós-ditadura, apresentam uma ênfase maior nos aspectos heróico e vitimizador dos guerrilheiros, quando comparados aos filmes mais atuais.

Cabra-Cega, filme de 2005, começa a romper com essa imagem do guerrilheiro no seu papel heróico, exaltando suas virtudes em contraposição ao regime militar. Apesar de ainda situar o guerrilheiro no papel principal de sua narrativa fílmica, o coloca em uma posição mais relativizada, sua bravura é confrontada com a realidade do confinamento, o seu idealismo vai de encontro à derrocada da luta armada e seus desejos pessoais rivalizam com seus objetivos políticos, quase levando o personagem principal à loucura, característica nada heróica para um protagonista.

---

[3] Exemplos de outros filmes produzidos após 1985 (início do período democrático), e que possuem os guerrilheiros como foco principal da trama narrativa: *Que bom te ver viva* (1989) de Lúcia Murat, *Ação entre amigos* (1997) de Beto Brant, *Dois córregos* (1999) de Carlos Reichenbach, *Marighella – Retrato falado de um guerrilheiro* (2001) de Silvio Tendler, *Araguaya, a conspiração do silêncio* (2004) de Ronaldo Duque.

O ano em que meus pais saíram de férias de 2006, ao guerrilheiro já é facultado um papel secundário. Mesmo valorizados, não são mais destacadas no centro da trama. Esta centralidade agora é ocupada por aqueles que, de alguma forma, sofreram as conseqüências das decisões políticas tomadas pelos guerrilheiros. Uma mãe e um filho, que perdem membros de suas famílias igualmente para a luta armada e para a ditadura, são agora os protagonistas dessa nova forma de narrar esse passado histórico. Forma esta que proporciona outras visões possíveis sobre a temática em questão, retirando uma parcela do caráter heróico e vitimizador daqueles que se dedicaram à luta armada. Talvez essa venha a ser a tendência do momento do cinema brasileiro atual, buscar uma pluralidade de olhares sobre o regime militar e, especificamente, sobre a luta armada, que busca romper com aquela visão monolítica sobre o tema.

Esta mudança de foco, encontrada nessa perspectiva fílmica mais recente, não excluiu, de todo, traços que são visíveis nos filmes da década de 1990, o que só demonstra o quanto a obra cinematográfica abarca uma pluralidade de significados possíveis e até contraditórios.

Refiro-me, especialmente, ao caráter estereotipado do guerrilheiro, que ainda hoje se revela nas telas como o jovem idealista e romântico, pertencente à classe média, que parte em busca de uma aventura política, e que parece rebelar-se mais contra a geração anterior do que contra o governo ditatorial. Características que podem ser facilmente identificadas em alguns filmes recentes[4].

De qualquer forma, a estereotipização , seja para mitificar o guerrilheiro como em *Lamarca* de Sergio Rezende, seja para justificar a sua imagem em *O que é isso, companheiro?* De Bruno Barreto, não é mais a tônica predominante no cinema que trata a luta armada.

Além disso, muitos ex-ativistas políticos de oposição ao regime militar estavam, naquele momento, lutando pela consolidação da democracia e, também, ingressando na política institucional.[5] Não se deve esquecer ainda que, além de ex-militantes oposicionistas e até ex-guerrilheiros, os novos governos democráticos abrigavam militares e civis em sua cúpula que apoiaram, parcial ou integralmente, o regime ditatorial[6]. Inimigos do passado, atuando no presente e na construção de um novo país.

Como demonstra Marcelo Ridenti, ao refletir sobre os embates de memória presentes na reconstrução da história dos grupos de guerrilha no período ditatorial, "fez-se uma leitura do passado que o mistifica, a fim de legitimar o caminho escolhido

[4] Como nos personagens da mãe de Mauro, por exemplo, e do estudante Ítalo, ambos do filme *O ano em que meus pais saíram de férias.*

[5] Como, por exemplo, José Dirceu, Carlos Minc, Fernando Gabeira, Milton Temer, Antônio Palocci Filho, entre outros que, por volta dos anos 90, iniciavam a sua carreira na política institucional ou a retomavam, depois do período ditatorial.

[6] Como, por exemplo, Paulo Maluf, Delfim Netto, Jarbas Passarinho, José Sarney, entre outros.

por alguns ex-militantes e também partidos políticos no presente" (RIDENTI, 2004, p. 53-66).

O cinema que se faz na década de 1990, portanto, ao mesmo tempo reflete e produz os seus significados sobre essa memória das esquerdas, que passa a predominar no período pós-ditadura, conforme percebido na análise do conjunto de filmes selecionados.

Os filmes produzidos após os anos 2000 já se inserem numa conjuntura um tanto diferenciada. Primeiramente, observa-se que o distanciamento do período ditatorial vem proporcionando com mais vigor a emersão de memórias anteriormente deixadas à margem, com memórias traumáticas e sombrias herdadas do regime, assunto abordado por Pollak.

Esse distanciamento também vem permitindo uma revisão historiográfica sobre o período do regime militar. As "comemorações" dos quarenta anos do Golpe de 1964 (que se iniciaram no ano de 2004, mas que se seguiram nos anos seguintes, sendo reavivadas pelas "comemorações" do ano de 1968) deram origem a diversos debates nos campos acadêmico e intelectual, além de uma razoável repercussão nos meios de comunicação e difusão no mercado editorial[7]. (FERREIRA, 2006, p. 10)

O que se observa, desde então, é um crescente processo de revisões e significados diferente das memórias, especialmente no sentido de uma autocrítica dos setores que participaram das forças de esquerdas nas décadas de 1960 e 1970. O cinema brasileiro tributário deste processo revisionista concede, portanto, um papel menos heróico ao guerrilheiro, como observado no presente estudo. Sem desmerecer a atuação significativa no combate ao governo autoritário e repressor dos militares, este cinema também procura revelar os erros e as fraquezas daqueles que empreenderam essa luta. No lugar de heróis, as telas exibem pessoas comuns, que nem por isso deixaram de lutar contra as forças desproporcionais do governo ditatorial.

Outro aspecto analisado com mais profundidade refere-se ao caráter de denúncia dos crimes de prisões arbitrárias e principalmente da prática de tortura, cometidos pelos militares e civis na ditadura. Importa salientar que, neste aspecto específico, os filmes são bem mais críticos quanto às referidas práticas, não importando muito o período de produção dos longas-metragens. Todos eles representam a tortura como um ato de barbárie e crueldade imposto, covardemente, pelas forças repressivas do Estado[8].

Não há condescendência por parte do meio cinematográfico, embora alguns cineastas expressem,mais do que outros, a experiência traumática daqueles que sofreram os males da violência do governo ditatorial. Por exemplo, o diretor Sérgio Rezende dedica uma especial atenção à representação dos atos de tortura efetuados durante a ditadura. Em seus dois filmes, *Lamarca* (1994) e *Zuzu Angel* (2006), observam-se desde a simples menção até cenas de violência bem impactantes e "realistas".

---

[7] Como afirma Marieta Ferreira, "as comemorações são momentos cruciais para a seleção de representações do passado na dinâmica da memória coletiva".

[8] Vale ressalvar que o filme *O ano em que meus pais saíram de férias* não trata desta temática, pelo menos não de maneira direta, como no filme *Cabra Cega* por exemplo.

Num outro sentido, Cao Hamburger, em *O ano em que meus pais saíram de férias* procura demonstrar de forma mais sutil os excessos da ditadura. De qualquer forma, predomina nos filmes a condenação a tais práticas violentas, exercendo o cinema uma "política de justa memória" (SILVA, 2002, p. 435) para com as vítimas que sofreram torturas, o que explica a recorrência a esse tipo de cena nos filmes analisados.

Não se deve esquecer que este resgate da memória está intimamente relacionado ao presente, onde os crimes cometidos pelos militares, incluindo a prática velada da tortura, ainda são desconhecidos do público geral. Muitos arquivos e documentos relacionados à atuação da repressão militar durante a vigência do governo ditatorial encontram-se ainda impenetráveis, impedindo o esclarecimento de muitas questões polêmicas.

É importante lembrar que nos últimos anos, uma crescente movimentação e debates em torno da abertura desses arquivos vêm sendo observados. Constata-se que alguns passos já foram dados nesse sentido[9], porém muita documentação ainda permanece sigilosa ou mesmo desaparecida (ou não informada pelos órgãos competentes).

Bibliografia

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil / Lisboa: Difel, 1990, (Col. Memória e Sociedade).

CAETANO, Daniel (Org.). **Cinema brasileiro 1995 – 2005. Ensaios sobre uma década**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff; MONTORO, Tânia. **A Evolução do Cinema Brasileiro no Século XX**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *"O filme: uma contra-análise da sociedade?"* In. LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História. Novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOHLFELDT, A. O cinema brasileiro: entre a utopia industrial e o sonho estético. **Revista Sessões do Imaginário nº 4**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

NOVA, Cristiane. O Cinema e o Conhecimento da História. **O Olho da História: revista de história contemporânea**. Salvador, v.2, n. 3. 1996.

Disponível em: <http://www.oolhodahistoria.ufba.br>. Acesso em 22 fev. 2012.

ORICCHIO, L. Z. **Cinema de novo. Um balanço crítico da Retomada**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

[9] Grupos de defesa dos direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais http://www.torturanuncamais-rj.org.br/, funcionaram como importantes organizadores da memória subterrânea da ditadura, durante o processo de redemocratização do país.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira . Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. São Paulo: Cpdoc/FGV, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues. "Rememoração" /comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, vol.22, nº44, São Paulo: Anpuh, 2002.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. **Um estudo das narrativas cinematográficas sobre as ditaduras militares no Brasil (1964 - 1985) e na Argentina (1976 – 1983)**. Brasília, 2007. 235 f. Brasília: UNB, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VENTURI, Toni; KAUFFMAN, Ricardo. **Cabra-cega: o caminho do filme. Do roteiro de Di Moretti às telas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

XAVIER, Ismail. **Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo e Cinema Marginal**. São Paulo: Brasiliense,1993.

SESSÃO 3
História das Mulheres e Sexualidade

Cuidado com o Rocio: o Lugar do Homoerotismo Masculino na Civilização que se almejava. O Rio Nu (1898-1916)

Prof.ª Mestranda Natália Batista Peçanha (UFRRJ)*

Os homossexuais, assim como as mulheres são alvos freqüentes de violências simbólicas perpetradas por instituições, tais como a família, a escola, a igreja, ou o próprio Estado[1]. Num momento em que o afã pela modernidade, por uma busca pela civilização converte-se num alvo a ser alcançado, a família que era base da nação começa a ser alvo de fiscalização, sobretudo no que diz respeito a sua honra sexual. Tudo aquilo que pudesse manchar a honra da família deveria ser contido, regulamentado, mantido sob fiscalização constante das autoridades públicas (CAULFIELD, 2000, p.26). Desta forma, a prática homoerótica, principalmente aquela que envolvia homens, começa a ser repudiada e estigmatizada, sendo considerada uma patologia que contrariava e colocava em risco a base da família nuclear burguesa, ou seja, uma família que tinha a função de procriar aqueles que seriam o futuro da nação.

Analisando um jornal que se caracteriza por um viés pornográfico, em que a exploração da sexualidade mostra-se evidente, seja por imagens de mulheres nuas, ou por uma escrita "maliciosa", identificamos um rompimento com a moral vigente ao expor o tema do homossexualismo, ao passo que, paradoxalmente, corrobora com o mesmo ao criar imagens estereotipadas de tais homens. É por meio desta ambigüidade que se pretende realizar uma análise sócio-histórica das representações dos homossexuais masculinos presentes nas páginas do jornal O Rio Nu (1898-1916).

Todavia, antes de se adentrar a análise das representações de tais personagens, no supracitado jornal, vê-se a necessidade de uma pequena explanação do ambiente sócio-político pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passava entre os fins do século XIX e princípios do XX.

A partir dos anos de 1870 observa-se, na cidade do Rio de Janeiro, uma ampliação substancial de sua população. O fim da escravidão em fins da década de 1880 e sua conseqüente enxurrada de negros libertos que não foram inseridos a sociedade, somada a uma grande onda imigratória, contribuíram para a efervescência populacional em que o centro do Rio de Janeiro

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestranda; e-mail: nataliahist@hotmail.com; orientada pelo Profº Dr. Álvaro Pereira do Nascimento.

[1] Sobre pesquisas que se debruçam sobre as condições das mulheres em fins do século XIX e princípios do XX, ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra:* moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas/SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; ABREU ESTEVES, Martha de. *Meninas perdidas:* os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; ALVES, Adriana D. Reis. *Cora:* Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. 1. Ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2000. v. 1000;ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência:* criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; dentre outros.

vivia nesse momento. Momento esse, em que se destaca um número muito maior de homens em relação ao de mulheres, como se identifica no censo de 1890, onde se registra um número de 238.667 homens para 184.089 mulheres, no Distrito Federal (GREEN, 200-, p.53).

Esses novos arranjos sociais que se desenvolviam, somados as doenças que solapava o centro urbano da cidade do Rio de Janeiro, levaram as autoridades públicas a redobrarem as atenções àqueles que subvertiam a moral que se pretendia instalar. A dita "classe popular"[2], dentre os quais as prostitutas e os homossexuais, serão os alvos preferenciais de tal política. Para isto, o Estado republicano, imbuído de uma gana por progresso a partir da formação de "cidadãos exemplares", se armou de aparatos institucionais como a política higienista, as ações de repressões policiais e judiciais, além das reformas urbanas dos primeiros anos dos 1900.

Porém, esse ambiente de reformas sociais e revitalização do próprio centro da cidade, a fim de uma "civilização" aos moldes europeus, sobretudo, francês, "não eliminou por completo as evidências de caos, pobreza e deterioração urbana consideradas impróprias pela alta sociedade carioca" (GREEN, 200-, p.53).

Lugares, como o Largo do Rocio, foram palco de diversos encontros amorosos ou, simplesmente *fleurts,* de homossexuais que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro.

Apesar do homoerotismo não se converter numa ilegalidade desde 1830 com a promulgação do Código Penal Imperial, a opção sexual dos seus cidadãos será alvo de leis que buscava controlar tais práticas. Em 1890, por exemplo, o regime republicano aprovou um Código Penal que dava ensejo à vigilância às práticas homoeróticas, bem como o *Código de Posturas: Leis decretos, editaes e resoluções da intendência Municipal no Districto Federal,* decretado em 1894 (GREEN, 200-, p.56).

No Código Penal de 1890, percebe-se a tentativa de restringir o comportamento homoerótico de algumas maneiras, como por exemplo, no artigo 226 que referia-se a "attentar contra o pudor de pessoa de um ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral" (GREEN, 200-, p.57), tendo aquele que infligisse tal lei a pena de um a seis anos de prisão celular.

Por romper com o princípio fundamental dos moldes burgueses que se instalava, o casamento baseado na família nuclear e, consequentemente, a reprodução, esses homens serão alvos fáceis de estigmatizações e depreciações. Neste caso, o analisado será as reproduções de tais personagens nas páginas do jornal O Rio Nu.

O jornal *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* teve a sua primeira edição em maio de 1898. Sendo redigido por diversos jovens pertencentes à boêmia literária do Rio de Janeiro, dentre eles, o seu principal redator, um dos responsáveis pelo caráter humorístico do mesmo, J. Brito que também poderia aparecer sobre os pseudônimos de Bock, Bier, Mane Gregório

[2] Sobre a noção de classe popular ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

Júnior e Carlos Eduardo, além do anônimo, conhecido apenas como Capadócio Maluco, autor da primeira publicação homoerótica do Brasil, *O menino do Gouveia,* de 1914.

Pioneiro neste tipo de "humor malicioso" (PEREIRA, 1997, p.33) o jornal *O Rio Nu,* no decorrer dos primeiros anos de 1900 consolida-se, enquanto jornal humorístico, tornando-se referência para diversos do mesmo gênero que coexistiam na época[3]. No seu segundo número, podemos identificar a recepção à sua estréia, através de um artigo dedicado a expor o acolhimento do jornal pelo povo e uma crítica aos "despeitados e invejosos", referência ao presidente da Companhia Educadora, que critica o cunho pornográfico do mesmo que poderia corromper a moral e os bons costumes.

> (...) Homens, mulheres, velhos, moços, moças, um delírio! Os velhos e as velhas, então parece que descobriram neste jornal caustico uma espécie de sequardina (?) e não tiveram mãos a medir.
> Alguns velhos vi eu que compraram o jornal sexta-feira a noite e no sabbado pela manhã acordaram com formidáveis olheiras.
> Excesso de leitura a fora d'horas.
> E venham para cá os moralistas; venham que verão o troco que levam. [4]

Essa expressiva aceitação por parte do mercado consumidor se dava, além do conteúdo humorístico e cáustico do jornal, ao seu baixo preço, 100 réis, e as suas ilustrações de mulheres nuas ou semi-nuas que chegavam a ocupar 4 das 8 páginas do periódico, além, da possibilidade de assinaturas que custavam 12$000 anuais, ou 7$000 semestrais, expandindo seu público além das fronteiras do Rio de Janeiro, favorecendo a disseminação dessa imagem estigmatizada dos homossexuais presente em cançonetas, charges e anúncios desse jornal.

Analisando as representações, identificamos a utilização do termo *Gouveia* para se referir aos homossexuais. James Green em *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX,* aponta para a utilização desse termo, uma gíria da época, significando "um homem velho que deseja garotos jovens" (GREEN, 200-, p.69). Tal assertiva acerca do termo Gouveia, mostra-se um tanto reduzida, visto que pelos discursos analisados, o significado do mesmo é mais amplo. Na cançoneta *O Gouveia,* publicada em 25 de julho de 1906, na coluna *Theatro d'o Rio Nu* identificamos o uso de tal termo para se referir àquele que se converte em passivo no ato do sexo anal.

> (...)
> Uma noite no Rocio,
> Ia passando um rapaz

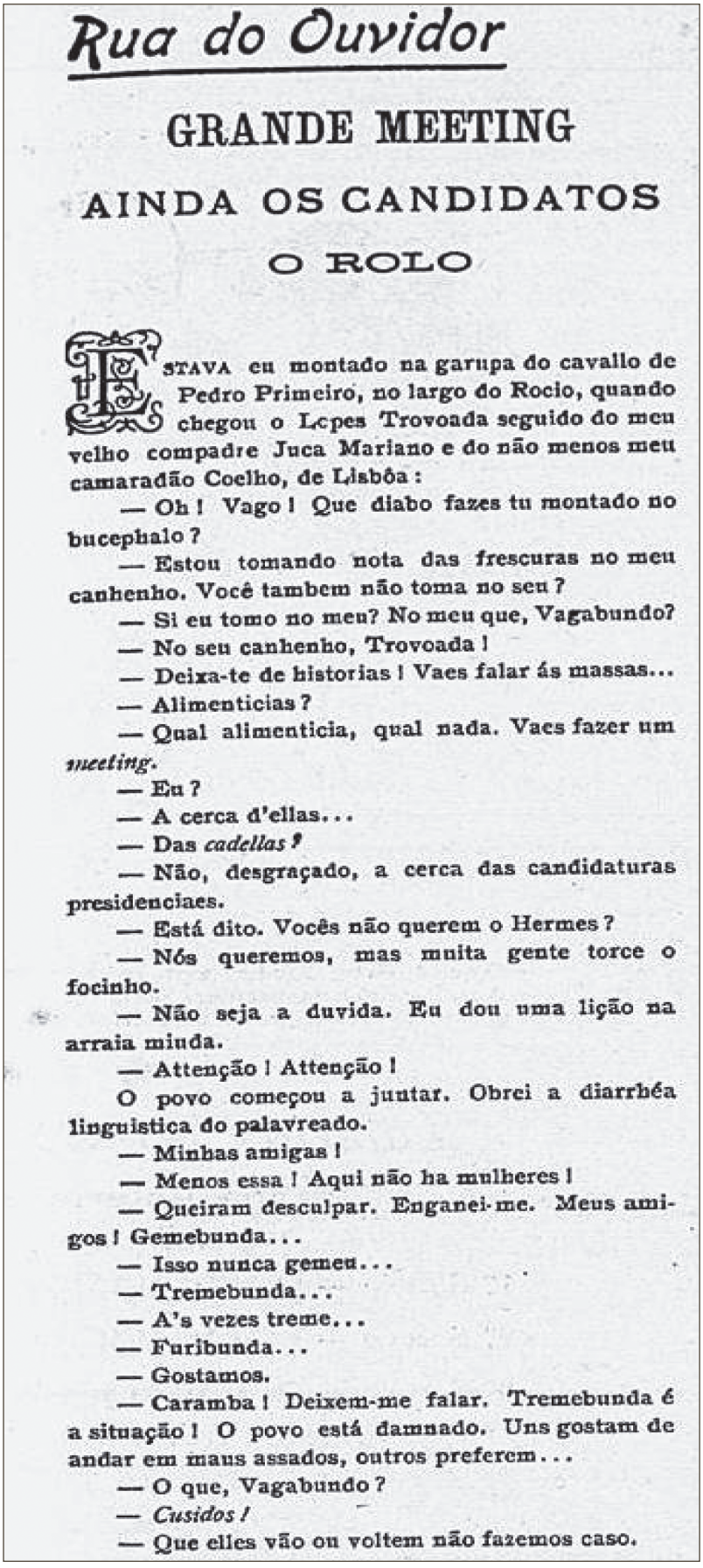
[3] Cristina Schettini informa, em sua dissertação de mestrado, que havia desde 1870 pequenas folhas das sociedades carnavalescas, que se caracterizavam por terem serem de um "gênero alegre", mas que a partir de fins do século XIX , começaram a utilizar-se de um humor cáustico carregado de conotações sexuais, tendo como o pioneiro *O RioNu,* que ultrapassou o período do carnaval. Além do *O Rio Nu,* coexistiam os jornais *d'O Nu, O Coió, O Nabo, O Badalo,* dentre outros. *Ibidem.*

[4] O Rio Nu – Ano I, 02 de maio de 1898, nº 2, p. 1 – BN.

Desses que têm pouco brilho,
Com a calça rota por traz...
Eis que o aborda um sujeito
E o convida p'ra uma ceia.
O convite foi acceito...
Foram brincar de Gouveia!...

A minha prima Luzia
Casada com um tripeiro,
A quem a sorte sorria
Dando-lhe muito dinheiro...
Um anno após o consorcio
- Vejam só que cousa feia! –
Foi requerer o divórcio
Porque elle se fez Gouveia!...
(...)
Uma senhora eu conheço
Que tem dezenas de amantes,
Que lhe pagam por bom preço
Os seus carinhos constantes...
Tem jóias de alto valor
De dinheiro ella anda cheia,
E ganhando fazendo amor...
Amor a moda Gouveia!...

Esta cançoneta nos possibilita primeiro, identificar como um dos usos do termo Gouveia, a questão da passividade em relação ao sexo anal, já comentada anteriormente, além de associar o Largo do Rocio diretamente ao homossexualismo, visto que este era o principal lugar de encontros homoeróticos da cidade do Rio de Janeiro.



Rua do Ouvidor

GRANDE MEETING

AINDA OS CANDIDATOS

O ROLO

ESTAVA eu montado na garupa do cavallo de Pedro Primeiro, no largo do Rocio, quando chegou o Lopes Trovoada seguido do meu velho compadre Juca Mariano e do não menos meu camaradão Coelho, de Lisbôa:

— Oh! Vago! Que diabo fazes tu montado no bucephalo?

— Estou tomando nota das frescuras no meu canhenho. Você tambem não toma no seu?

— Si eu tomo no meu? No meu que, Vagabundo?

— No seu canhenho, Trovoada!

— Deixa-te de historias! Vaes falar ás massas...

— Alimenticias?

— Qual alimenticia, qual nada. Vaes fazer um *meeting*.

— Eu?

— A cerca d'ellas...

— Das *cadellas*?

— Não, desgraçado, a cerca das candidaturas presidenciaes.

— Está dito. Vocês não querem o Hermes?

— Nós queremos, mas muita gente torce o focinho.

— Não seja a duvida. Eu dou uma lição na arraia miuda.

— Attenção! Attenção!

O povo começou a juntar. Obrei a diarrhéa linguistica do palavreado.

— Minhas amigas!

— Menos essa! Aqui não ha mulheres!

— Queiram desculpar. Enganei-me. Meus amigos! Gemebunda...

— Isso nunca gemeu...

— Tremebunda...

— A's vezes treme...

— Furibunda...

— Gostamos.

— Caramba! Deixem-me falar. Tremebunda é a situação! O povo está damnado. Uns gostam de andar em maus assados, outros preferem...

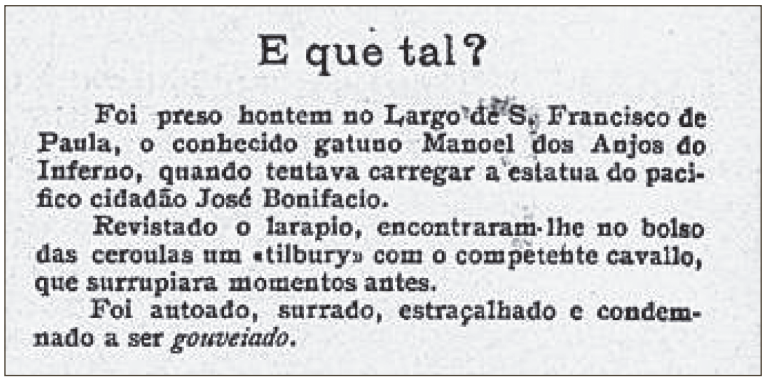
— O que, Vagabundo?

— *Cusidos!*

— Que elles vão ou voltem não fazemos caso.

Fonte: O Rio Nu de 29 de maio de 1909, p. 3 - BN

No mesmo exemplar há outro artigo remetendo, novamente, o termo *gouveia* à passividade na relação sexual homoerótica.



E que tal?

Foi preso hontem no Largo de S. Francisco de Paula, o conhecido gatuno Manoel dos Anjos do Inferno, quando tentava carregar a estatua do pacifico cidadão José Bonifacio.

Revistado o larapio, encontraram-lhe no bolso das ceroulas um «tilbury» com o competente cavallo, que surrupiara momentos antes.

Foi autoado, surrado, estraçalhado e condemnado a ser *gouveiado*.

Fonte: O Rio Nu de 29 de maio de 1909, p. 3.

Porém, Gouveia, em outras representações, pode ser o ativo na relação.

— E digam depois que não ha quem goste de ser montado... Reparem a carinha gostosa que faz esse homem-egua... sentindo o Gouveia montado n'elle...

Fonte: O Rio Nu de 21 de abril de 1909, p. 5 - BN

É interessante notar, que ao contrário das representações das empregadas domésticas nesse jornal, vista como sedutora e maliciosa, em que a pornografia é utilizada com um caráter moralizante, mas também como um instrumento de satisfação sexual, ao expor estas personagens

geralmente semi-nuas[5]. A utilização da pornografia na representação dos homossexuais tem muito mais um cunho moralizante e ridicularizante, do que propriamente de satisfação sexual.

Tais representações, vistas como uma violência simbólica perpetuam uma dominação masculina que tende a exercer sua violência (BOURDIEU, 1999, p.159), não só sobre as mulheres, mas aos homossexuais, rotulando as atitudes homoeróticas como efeminadas, facilitando, assim, o exercício da dominação masculina sobre estas personagens.

Na comédia *A "senhora" do patrão*[6], o criado homossexual é representado como se fosse a mulher do patrão por manter relações sexuais com ele:

> (...)
> Eu não disse, patrão, que esse negocio
> De dormir toda a noite no meu seio,
> Co'a promessa de ser breve seu sócio,
> Havia de deixar-me o ventre cheio?...
> Doutor
> !!!
> (Cae o pano, de vergonha)

Esta estória narra uma visita médica ao empregado que encontrava-se doente. Próximo ao seu leito havia uma bacia com a urina da empregada, deixada sem querer por ela. O médico pensando que se tratava da urina do paciente faz o exame e acaba diagnosticando gravidez. Logo o paciente pensando que se tratava dele, acusa seu patrão pelo seu estado. Sendo o patrão submetido à vergonha, fim daquele que se submete ao homossexualismo.

O Rio Nu, desta forma traça os limites morais de uma classe média burguesa em formação na cidade do Rio de Janeiro. Ao expor tais situações que envolvem homossexuais, esse jornal – que pelo seu conteúdo, pode ser considerado como subversor da moral – converte-se, na verdade, numa ferramenta a serviço das políticas públicas que tentavam minar essas práticas, através de um cunho altamente moralizante em que esse personagem é sempre vinculado a vergonha e a degeneração. Assim, como diria Foucault, esse jornal fala da causa homossexual, para facilitar a vigilância e a punição de tais práticas até hoje alvo de estigmatizações e preconceitos. (FOUCAULT, 1998, p.153)

Documentação

O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico. Rio de Janeiro: 1898-1916. Localização: Biblioteca Nacional (BN) – Setor de periódicos e microfilmes: PR SOR 00008.

---

[5] Sobre o efeito que o material pornográfico provoca no leitor, ver: GOULEMONT, Jean-Marie. **Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII**. Tradução de Maria Aparecida Côrrea. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

[6] A "Senhora" do patrão. In. *O Rio Nu* de 17 de agosto de 1912. p. 2 - BN

Bibliografia

ABREU ESTEVES, Martha de. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ALVES, Adriana D. Reis. **Cora: Lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**. 1. Ed. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2000. v. 1000.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, Sp: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

ENGEL, Magali Gouveia. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOULEMONT, Jean-Marie. **Esses livros que se lêem com uma só mão: leitura e leitores de livros pornográficos no século XVIII**. Tradução de Maria Aparecida Côrrea. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 200-.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)**. Dissertação de mestrado orientada pela Profª Drª. Maria Clementina Pereira Cunha. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

Descobrindo a Importância do Conceito de Gênero no Ensino de História

Prof.ª Mestranda Rachel Luiza Pulcino de Abreu (PUC-Rio)*

O ensino de história hoje apresenta-se como um campo de análise consolidado tanto na área da História como na Educação, em ambos os lugares esse campo vem gradativamente se transformando em questionamentos para pensarmos a escola, os conhecimentos escolares e o ensino de história.

O presente artigo pretende fazer uma articulação entre os campos da Educação e da História, buscando compreender qual a importância do conceito de gênero para o ensino de história.

Mas antes de começar a discorrer sobre a temática que envolve esse artigo, é preciso esclarecer uma questão.

A pesquisa anteriormente escrita para o "I Encontro de História": *Quem são as mulheres presentes nos livros didáticos de história de ensino fundamental? Como elas são representadas?,* passou por um intenso processo de transformação até chegar a um novo questionamento: *Como o conceito de gênero é trabalhado nos PCNs de História do ensino fundamental?* A mudança de questionamento pode ser explicada pelas indagações levantadas durante o processo de revisão bibliográfica, a ruptura estabelecida se deve ao fato de que após a ampliação das leituras referentes ao ensino de história e o conceito de gênero, que o principal problema encontrado não era como as mulheres apareciam nos livros e quem eram elas? Mas sim, como o conceito de gênero é trabalhado no ensino de história? Por que nós professores pouco ou quase nunca trabalhamos gênero ao ensinar história? E como esse conceito é articulado nos PCNs?

Assim, o tema se transformou em virtude dos questionamentos produzidos pelas leituras e também por outras inquietações que apareceram ao longo do caminho, por isso, um passo atrás foi dado e uma nova questão emergiu trazendo à tona um novo problema.

Dessa forma, um novo problema de pesquisa surgiu: como construímos o conceito de gênero no ensino de história e por que esse conceito se faz extremamente importante para a escola e para a sociedade como um todo na atualidade?

Um aspecto a ser comentado sobre a pesquisa, é que ela (a pesquisa) se encontra numa fase inicial, de construção do conceito de gênero e de sua importância para o ensino de história, por isso, o tema desse artigo é: a descoberta da importância do conceito de gênero para o ensino de história. Sendo assim, o objetivo desse artigo é refletir a respeito do significado do conceito de gênero, para a educação e para o ensino de história, e compreender como o mesmo conceito se constitui um tema relevante para ser construído e articulado como um saber histórico escolar.

* Orientador: Marcelo Andrade de Souza (PUC-Rio). Agência de financiamento: CAPES PROEX MOD/1.

Da história das mulheres ao conceito do gênero

O crescimento e expansão do conceito de gênero está associado às transformações ocorridas nas Ciências Sociais como tudo ao logo da segunda metade do século XX, nos campos da História e da Educação.

No campo da história, o século XX foi lugar de inúmeras transformações no processo de construção do conhecimento histórico. Um ponto a ser ressaltado é que o surgimento do conceito de gênero na história foi posterior a inserção das questões referentes à mulher no campo, logo, a *história do gênero* não pode ser contada sem que seja contada também a consolidação da *história das mulheres.*

a) Os primórdios da temática da mulher.

O surgimento das mulheres na História como uma temática possível e também como um campo histórico se fundamentou na década de 1970, sob a influência do movimento feminista.

Dessa forma como aponta Joana Maria Pedro[1], o movimento feminista assim como os diversos movimentos sociais que explodiram marcados pelas lutas de grupos sociais antes ignorados pela história. Parafraseando a autora, o movimento feminista pode ser caracterizado em dois momentos: uma "primeira onda", centrada na busca por direitos políticos iniciada no final do século XIX; e a "segunda onda", após a Segunda Guerra Mundial, que marcava a luta por direito ao corpo, ao prazer, e na oposição ao patriarcado, segunda Joana Maria esse era visto pelas feministas como um símbolo da subordinação da mulher em relação ao homem.

Assim, a entrada das mulheres nos grandes centros universitários ocorreu através de questões nascidas dentro do movimento feminista, buscando reescrever os trabalhos acadêmicos produzidos até então, nos campos das Ciências Sociais, principalmente, a História, a Sociologia e a Antropologia.

Os questionamentos foram conduzidos pela justificativa da exclusão que as mulheres tinham sofrido até aquele momento. Essa justificativa mostrava que a História até então produzida às colocava de lado, dando destaque apenas aos grandes nomes da política e do poder econômico dos governos. Assim, as mulheres e todos aqueles que não se enquadravam nesse perfil foram jogados a margem da história.

Esse "descobrimento" não aconteceu por acaso nesse período, isto se deve ao aumento do número de mulheres participando do mundo acadêmico, estimuladas pelo feminismo, reivindicavam muito mais do que o estudo das mulheres, mas que elas mesmas pudessem escrever a sua história.

A inserção das temáticas relacionadas às mulheres foram associadas a entrada cada vez maior delas (as mulheres) no meio acadêmico, como aponta Margareth Rago[2] na citação abaixo.

---

[1] PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca: 2005, vol.24, no.1. Disponível em: www.scielo.br

[2] RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp.89-98. Disponível em: www.pagu.unicamp.br

> (…) desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.[3]

A historiografia de gênero procura trazer para a História uma nova concepção sobre a participação feminina dentro dos acontecimentos históricos, destacando sua importância enquanto agentes históricos que influenciavam a vida cotidiana. Esse campo de pesquisa vem crescendo desde os últimos vinte anos do século XX no Ocidente, buscando uma postura mais crítica quanto aos relatos, e aos pontos do universo feminino que foram esquecidos, ou apenas trazer novas perspectivas histórica para as temáticas já trabalhadas.

Segundo Maria Izilda Matos[3], o novo campo histórico se originou juntamente com a história cultural, de modo interdisciplinar e buscando ir além das identidades sexuais, como podemos ver no trecho a seguir:

> (...) nas reivindicações dos movimentos feministas é que surge o gênero como categoria de análise histórica, convergindo com tendências historiográficas emergentes, entre elas a "história cultural". Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens."[4]

A questão de gênero veio para findar com a separação entre história dos homens e de mulheres para abordar uma história que amplia os objetos do conhecimento histórico. Nesse contexto nasce o conceito, dando origem a novos caminhos para construir variadas noções a respeito do feminino e do masculino.

---

[3] MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n.11, p.67-75, 1998. Disponível em: www.pagu.unicamp.br

[4] *Idem*. p. 68.

b) O conceito de gênero.

Os estudos de gênero começaram a crescer na Academia a partir dos anos 80 do século passado, com o objetivo de propor novas abordagens das relações que envolvem mulheres e homens.

Essa mudança de rumo ocorrida foi influenciada pela crise dos paradigmas do final do século XX, que trouxe a cena histórica novos sujeitos, e também novas formas de olhar para outros já conhecidos atores sociais. O momento histórico de crise favoreceu e possibilitou que pesquisadores e teóricos sociais se encontrassem ou reencontrassem para repensar os papéis sociais disponíveis para homens e mulheres.

A literatura de gênero e seus estudiosos (as) buscavam num primeiro momento se distanciar dos trabalhos definidos como história das mulheres, e apenas aqueles referentes aos questionamentos do universo feminino.

A busca pela categoria de gênero nas ciências sociais veio com um objetivo fundamental de romper com a dicotomia entre homem e mulher, salientando a importância da separação de gênero e sexo, marcando que são questões distintas a serem discutidas. O abandono da questão feminina da exclusão, do refazer a história para incluir as mulheres fora trocado por um conceito que abrange e discute ambos os sexos.

Segundo Joan Scott[5], em seu famoso artigo *Gênero uma categoria útil de análise história*, o conceito de gênero se diferencia da categoria mulher, e também diferente do sexo. O gênero transcende esses dois termos, pois indica uma construção social, como uma criação do social em cima dos papéis respectivos de homem e mulher, é na verdade uma categoria social, que se constrói a partir de um corpo assexuado, vai além de definições biológicas.

A utilização da categoria e/ou conceito gênero não se limita a esfera da vida familiar e domestica, para Scott, deve ser abordada em quatro momentos: **símbolos culturalmente construídos, conceitos normativos, análise política relacionada às instituições e à organização política, e identidade subjetiva.** É compreender como os papéis sexuais são constituídos em diferentes sociedades e períodos históricos, buscando compreender como esses se articulavam dentro da ordem social e como a perpetuavam e/ou conseguiam transformá-la.

Gênero no ensino de história

Então, após definirmos em que aspectos serão pensadas as relações de gênero, agora vamos nos questionar como e por que gênero constitui-se um conceito importante para o ensino de história.

Há muitas perguntas levantadas com e sem respostas sobre o que devemos, podemos, queremos e precisamos ensinar, seja em história ou em qualquer outra disciplina. Por que estudar história? Como ensinar história? O que ensinar em história? E para quem ensinar? São

[5] **SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990, 16(2): 5-22, jul./dez. Disponível em:** www.scielo.br

perguntas frequentes, não só no ensino de história, mas, para a escola como um todo em nossos dias.

Então, a partir das perguntas expostas no parágrafo anterior, retomo a ideia que dá título a esse artigo, e refaço minhas indagações: por que e como o conceito de gênero pode ser considerado importante para o ensino de história hoje? Por que pensar em relações de gênero no ensino de história? Por que um conceito assume ou ganha tanta importância para pensarmos a educação hoje?

Acredito que para começarmos a responder a essas questões será preciso uma nova pergunta: Por que *não* estudamos e/ou ensinamos gênero no ensino de história? Que critérios são utilizados para justificar não ensinar gênero nas escolas? Ou ainda melhor, quais são os critérios que nós professores (as), educadores (as) optamos para definir o que chamamos ou não de conhecimentos escolares? E então, repito minha pergunta: Por que *não* estudamos e/ou ensinamos gênero no ensino de história?

Para responder essa questão, e quem sabe lançar uma *luz* para as outras questões que já são velhas conhecidas daqueles que teorizam e pesquisam sobre ensino de história *("Como, por que, o que, pra quem... ensinar história?"),* vamos dar um passo atrás, para entender o que são conhecimentos escolares, e de forma o conceito de gênero pode ser inserido nesse contexto no conjunto dos saberes escolares.

a) O que são conhecimentos escolares?

As análises e os estudos acerca do que chamamos de conhecimentos escolares mostram-se como um lugar de disputas na atualidade, entre diferentes formas de conceber qual sua importância e quais os critérios utilizados para considerá-los relevantes para o ensino escolar.

Segundo Lucíola Santos, em *Seleção do Conhecimento Escolar*[6], a disputa em torno das concepções de conhecimentos escolares, se concentra em dois eixos: o primeiro, afirmando que a escola deve propiciar uma aproximação dos alunos aos conhecimentos científicos, "(...) conhecimento historicamente acumulado validado acadêmica e socialmente."[7] Essa visão é denominada por Lucíola Santos como universalista, pois seus estudiosos defendem que a escola deve passar em seus conhecimentos, conhecimentos possuidores de valores universais e transculturais.

Essa visão denominada de universalista, pode ser associada aos trabalhos e estudos de Michael Young, principalmente no seu artigo *Para que servem as escolas?*[8]. No referido artigo Young defende a superioridade do conhecimento produzido nos centros acadêmicos e aponta a escola como um lugar no qual devem ser transmitidos conhecimentos poderosos.

---

[6] SANTOS, Lucíola. "Seleção do Conhecimento Escolar". In: BRUZZI, Dermeval. **Salto para o futuro – Currículo: questões contemporâneas**. Ano XVIII - Boletim 22 – Outubro de 2008.

[7] *Idem.* p. 14.

[8] YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n 101, p.1287 – 1302, set./dez. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br

É importante ressaltar que essa noção de conhecimento poderoso não faz parte da noção de conhecimento compartilhada nesse artigo, discordamos das teorias que identificam o conhecimento escolar como algo reduzido do conhecimento produzido dentro das universidades. O conhecimento escolar não pode ser encarado como mera uma transferência de conteúdos a partir dos conhecimentos de referência produzidos no mundo acadêmico. Estamos mais próximos da segunda visão de conhecimento escolar expressada no texto de Lucíola Santos[9].

> De outro lado, estão aqueles que refutam a ideia de que existem conhecimentos universais, uma vez que se designam como tais conhecimentos que fazem parte da cultura de um grupo específico. Nesse sentido, o currículo escolar deve expressar a diversidade cultural existente em nossa sociedade, organizando-se com base nas múltiplas experiências presentes nas diferentes culturas, de tal modo que os alunos possam se reconhecer e valorizar a cultura do grupo social a que pertencem e também entender e respeitar a cultura do outro.[10]

Reconhecemos a importância dos conhecimentos escolares produzidos no interior da escola. Dessa forma, esse trabalho se situa numa linha de pensamento que compreende o conhecimento escolar como um dos elementos centrais do currículo da escola, devendo ser construído na escola e pelos profissionais envolvidos no processo educativo, sendo assim, estamos de acordo com as noções expressas por Vera Candau e Antonio Flavio Moreira, em seu artigo *Currículo, Conhecimento e Cultura*[11].

No texto referido os autores apresentam uma reflexão sobre a temática do currículo no interior da escola, e entendem os conhecimentos escolares a partir de sua transformação em conhecimentos relevantes e significativos para a escola.

> (…) concebemos o conhecimento escolar como uma construção específica da esfera educativa, não como uma mera simplificação de conhecimentos produzidos fora da escola. Consideramos, ainda, que o conhecimento escolar tem características próprias que o distinguem de outras formas de conhecimento. Ou seja, vemos o conhecimento escolar como um tipo de conhecimento produzido pelo sistema escolar e pelo contexto social e econômico mais amplo, produção essa que se dá em meio a relações de poder estabelecidas no aparelho escolar e entre esse aparelho e a sociedade[12]

Portanto, devemos ter em mente o conhecimento escolar como um importante elemento dentro do currículo das escolas, não podendo ser uma simples redução de um

[9] *Idem.*
[10] *Idem.* p. 15.
[11] CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. "Currículo, conhecimento e cultura". In: **Indagações sobre currículo**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acessado em 02/05/2012.
[12] *Idem.* p. 22.

conhecimento poderoso ou superior, mas, como um conhecimento produzido para a escola, feito especificamente para a realidade escolar, e que valorize os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos tornando assim possível sua ampliação e transformação.

Segundo Candau e Moreira, os conhecimento escolares devem ser criados e (re)criados, utilizando os conhecimentos de referência através de processos de contextualização e (re) contextualização dos mesmos, até estejam construídos para a utilização na escola, para que auxilie educadores e educandos.

b) Gênero como um conhecimento significativo e relevante no ensino de história.

Após apresentarmos a forma como concebemos os conhecimentos escolares, devemos agora retornar ao tema do gênero.

Se reconhecemos a importância dos conhecimentos escolares construídos pensando e valorizando os saberes trazidos pelos alunos, e sua relação com os saberes escolares e a realidade a qual estamos situados, por que a temática do gênero ainda não faz parte dos conhecimentos ensinados em história? Será que ainda não reconhecemos a importância das questões de gênero no ensino de história?

Então, é essa indagação que motivou esse trabalho, e para respondê-la vamos pensar em como devemos construir o conhecimento histórico escolar e identificar a importância do conceito de gênero no ensino de história.

O conhecimento histórico escolar é construído em articulação entre os conhecimentos de referência de sua ciência, a História, com os saberes escolares pensando em quais são os temas e assuntos relevantes para a escola hoje.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, no artigo *Saber escolar e conhecimento histórico?*[13], a partir de meados das décadas de 1980 e até o fim dos anos 90, havia uma crise que colocavam em lugar de disputas novas formas de pensar a escola e o ensino de história.

Para Schmidt, essas disputas propiciaram a inserção de novas perspectivas teóricas e metodológicas no ensino de história, incluindo atores e grupos sociais antes silenciados pela história. Assim, a autora aponta que essas disputas se derem no mesmo contexto de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), principalmente o de História, como aparece na citação abaixo:

> (...) alguns dos pressupostos que norteiam a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais como um todo e, em particular, as diretrizes sugeridas para o ensino de História (MEC/SEF, 1998), onde se enfatiza o método de ensino e predominam aspectos multifacetados de concepções historiográficas, bem como a ênfase na concepção de currículo elaborada por especialistas, pautada na perspectiva atitudinal e procedimental dos conteúdos, ou seja, na

[13] SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Saber escolar e conhecimento histórico? **História & Ensino.** Londrina: v.11, jul. 2005. Disponível em: www.scielo.br

> perspectiva da existência de um 'saber escolar' originado de um processo de transposição didática feito a partir da ciência de referência.[14]

Ou seja, o modo como os conhecimentos escolares são construídos para o ensino de história deve ser elaborada numa relação contínua entre os conhecimentos de referência e a escola, identificando os movimentos de crise existentes em cada uma de suas esferas, repensando o significado da escola e da educação na atualidade. Desse modo Maria Auxiliadora Schmidt afirma:

> (...) significa tomar como perspectiva a idéia da construção social da relação entre o conhecimento histórico escolar e a ciência de referência, pensando-o como um trabalho coletivo, realizado a partir e além das experiências dos sujeitos (crianças, jovens, professores e professoras), inserido no próprio movimento histórico (...)[15]

Logo, se os conhecimentos históricos escolares devem ser construídos entre as duas formas de conhecimentos, acadêmico e escolar, e pensando em ensinar e conhecimentos significativos e relevantes para a escola e para a realidade da qual os educandos estão inseridos, por que o conceito de gênero continua a margem desse processo de articulação?

Todos sabem que as questões relacionadas às temáticas e relações de gênero se constituem em grandes desafios para a nossa sociedade, enquanto outros temas ganharam espaço no ensino de história como as temáticas que envolvem a escravidão e a segregação racial, por que temas que envolvem questões de gênero e personagens femininas ainda não fazem parte do ensino escolar? Por que ainda temos alguns atores sociais e temas silenciados pelo ensino de história?

Já sabemos que no campo metodológico o ensino de história não parou de crescer, o uso de fontes históricas no ensino de história se apresenta como uma excelente estratégia para ensinarmos história hoje, como abordam Fernando Seffner e Nilton Pereira, no artigo *O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula*[16].

Assim, se os limites do ensino de história foram colocados em xeque, se as fontes históricas e os diversos tipos de documentos utilizados pelos historiadores para interpretar e desvendar o passado histórico hoje faz parte dos saberes escolares, por que ainda existem grupos e temas ainda silenciados?

Assim, após as leituras sobre como são construídos os conhecimentos escolares e como são construídos os conhecimentos históricos escolares, descobrimos que os conhecimentos ou saberes escolares são criados e (re)criados pensando na escola e na realidade dos alunos, porém,

---

[14] *Idem.* p. 40 e 41.

[15] *Idem.* p. 42.

[16] SEFFENER, Fernando e PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n. 28, p.113-128, dez.2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/28/28art6.pdf. Acessado em: 15/04/2012.

ainda não encontramos motivos que justificassem a ausência da temática de gênero no ensino de história.

Não é novidade que os estudos de gênero vêm crescendo com enorme força tanto no campo do conhecimento histórico, quanto no campo educacional inúmeros trabalhos em ambos os campos já comprovaram que esconder e silenciar atores e grupos sociais não contribuem para a renovação e a reformação dos saberes escolares, tornando-os conhecimentos significativos e relevantes.

Segundo Luciana M. Gandelman, no artigo *Gênero e ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas*[17], a questão de gênero é inserida no ensino de história através da publicação dos primeiros PCNs em 1996, no qual, aparece nos temas transversais expostos a temática das "relações de gênero".

Para a autora a inserção do tema das relações de gênero evidencia a necessidade presente no interior da nossa sociedade em refletir sobre esse tema, como vemos no trecho abaixo:

> (...) a inclusão do gênero em sua proposta deixa clara sua importância na sociedade contemporânea e torna ainda mais relevante uma discussão sobre o tema. Pode-se dizer que a apresentação da categoria como tal como foi feita pelos PCNs convida, e mesmo obriga, a uma discussão sobre a categoria, com o intuito de levarmos o debate e suas consequências mais adiante.[18]

Se os PCNs nos convidam a discussão da categoria de gênero e a sociedade a qual nos inserimos necessita de debates e esclarecimentos em torno dessa temática, por que ainda não reconhecemos sua importância e o inserimos de fato no ensino de história?

A discussão apresentada anteriormente nesse artigo a respeito do caminho percorrido da história das mulheres até o conceito de gênero trouxe e proporcionou uma ampliação das pesquisas nas áreas de História, Antropologia, Sociologia entre outras ciências sociais começaram a trazer as ações e as vidas antes escondidas de muitas mulheres antes silenciadas e esquecidas pela história, como os trabalhos de: *Michelle Perrot, Rachel Soihet, Gilberto Freire, Suely Gomes da Costa, Joan Scott*[19], entre outros autores.

A importância do conceito e/ou categoria de gênero para o ensino de história é inegável, para pensarmos e construirmos as temáticas ensinadas na disciplina histórica, como se constitui como um conhecimento escolar relevante e significativo para escola. A importância da categoria de gênero parece aqui revelada e a tarefa da inserção de sua temática parece caber a *nós,* professores (as) e educadores (as).

---

[17] GANDELMAN, Luciana M. "Gênero e ensino: parâmetros curriculares, funcionalismo biológico e teorias feministas". In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

[18] *Idem.* p. 210.

[19] Os autores citados são de extrema relevância para o avanço dos estudos em relação a temática de gênero e das mulheres, em cada um de seus países de origem e também para os demais lugares que foram lidos e interpretados por outros teóricos das ciências sociais.

Bibliografia

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. "Currículo, conhecimento e cultura". In: **Indagações sobre currículo**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acessado em 02/05/2012.

GANDELMAN, Luciana M. "Gênero e ensino: parâmetros curriculares, funcionalismo biológico e teorias feministas". In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, n.11, p.67-75,1998. Disponível em: www.pagu.unicamp.br

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, Franca: 2005,vol.24, no.1. Disponível em: www.scielo.br

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp.89-98. Disponível em: www.pagu.unicamp.br

SANTOS, Lucíola. "Seleção do Conhecimento Escolar". In*:* BRUZZI, Dermeval: **Salto para o futuro – Currículo: questões contemporâneas**. Ano XVIII - Boletim 22 – Outubro de 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Saber escolar e conhecimento histórico? **História & Ensino.** Londrina: v.11, jul. 2005. Disponível em: www.scielo.br

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990, 16(2): 5-22, jul./dez. Disponível em:** www.scielo.br

SEFFENER, Fernando e PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.15,n. 28, p.113-128, dez.2008. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/28/28art6.pdf. Acessado em: 15/04/2012.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 28, n 101, p.1287 – 1302, set./dez. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br

SESSÃO 4
O Rio de Janeiro como Cenário Histórico

Sempre Traída? O Rio de Janeiro e a Construção da Unidade Nacional

Prof. Doutorando Rafael Lima Alves de Souza(PUC-Rio)[1]

1. A memória da cidade-capital.

Para além de qualquer particularidade, a cidade do Rio de Janeiro chama a atenção pelo fato de que sua história, talvez mais do que a de qualquer outra cidade brasileira, tem estreita relação com a história nacional desde pelo menos 1763, quando a cidade passou a ser sede do Vice-Reino. Desde então, o papel ocupado pela cidade carioca como *cabeça* ou *vitrine* da nação foi constantemente reafirmado até 1960, quando a capital republicana foi transferida do Rio para o Planalto Central.

No último período dessa relação, ainda em finais da década de 1950, o debate acerca do futuro da cidade do Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília girava em torno de três propostas: o Rio de Janeiro tornar-se-ia território da Guanabara, estado da Guanabara ou Município do estado do Rio de Janeiro, podendo ou não ser a capital desse estado. Para a historiadora Marly Motta, além dos interesses políticos próprios daquela conjuntura, o ponto fundamental da discussão, e que dificultou a transformação da cidade em mero território ou em um município como qualquer outro, foi a memória da posição especial da qual o Rio de Janeiro desfrutou como *cidade-capital* ao longo de três séculos: sede do Vice Reino na época colonial (1763), Corte do Império luso-brasileiro no período joanino (1808-1821) e, em seguida, do Império do Brasil, e como Distrito Federal com o advento da República. Diz a autora:

> Se os primeiros anos da República se defrontaram com a questão da montagem do arcabouço político-administrativo do Distrito Federal, agora, no final da década de 50, tratava-se de enfrentar um desafio igualmente difícil. [...] Muito mais polêmico que a discussão sobre a transferência da capital para Brasília, o debate sobre o futuro do ex-Distrito Federal revelou, mais uma vez, os impasses e as contradições que acompanhavam a definição de uma nova identidade para a cidade. A meu ver, embora os componentes da conjuntura política sejam essenciais para a análise dessas propostas, o elemento fundamental desse debate foi o passado de cidade-capital do Rio de Janeiro. (MOTTA, 1997, p. 156).

Assim, a iminente transferência da capital para Brasília significava, mais do que um simples deslocamento do centro político-administrativo do país, a reinvenção da identidade política de uma cidade que, de certo modo, via a si mesma como um sujeito especial no âmbito

[1] Doutorando no Programa de História Social da Cultura da PUC-Rio. e-mail: prof.rafaelima@gmail.com

nacional. No limite, poderíamos dizer que o Rio de Janeiro se via como a Nação. Nesse sentido, as reflexões do historiador José Honório Rodrigues são exemplares. Para ele, o sentido da existência da cidade do Rio de Janeiro parece ter sido a "nacionalização do Brasil", e, portanto, com a transferência da capital, o Rio era "traído" pelo país.

> [o Rio de Janeiro] resume, em si, as virtudes e os defeitos nacionais, pela síntese que operou dos mesmos elementos e dos elementos vindos de todas as partes do Brasil. Não é do nada, porque o Rio pertence a todos e o carioca pensa sempre em termos nacionais. Isto está nas suas raízes, vem de 1763 [...] O Rio é uma cidade que tem sido traída, sempre traída [...] apesar de sua grande contribuição nacional. (RODRIGUES, 1966, 123-124)

Portanto, segundo o eminente historiador, o Rio de Janeiro não ocupava simplesmente a posição de centro político-administrativo, antes resumiria "em si" mesmo a nação. Esta era sua vocação. Era como se ao Rio tivesse sido entregue a missão de ser a representação do Brasil, e ele a teria cumprido tão bem que não saberia mais ser outra coisa e, no limite, não saberia sequer ser ele mesmo. Em suma, a cidade sacrificara-se, logo, postos os resultados da transferência do Distrito Federal na balança, fora traída "apesar de sua grande contribuição nacional".

Em comum às duas citações está o passado do Rio de Janeiro entrelaçado à memória nacional. No primeiro caso, Marly Motta, mostra, com uma crítica historiográfica conferida pela distância temporal daqueles eventos, como essa memória esteve presente e foi decisiva no momento em que foi preciso construir um novo estatuto político para a cidade. No segundo caso, José Honório Rodrigues tomava os debates que giravam em torno da questão como contingências para apontar para o a priori de que apenas o Rio de Janeiro poderia representar a nação.

Com efeito, poder-se-ia argumentar que José Honório Rodrigues sede simplesmente à tentação teleológica, nutrida pela sua concepção de história ou por sua condição de agente histórico que profere atos de fala em reação à transferência da capital, de identificar a representação nacional como fim último da história do Rio de Janeiro. No entanto, também é de se notar que ele apontava para uma outra dimensão dessa história: a da construção. Pois, como ele mesmo demonstrava bem saber, "a unidade [nacional] não é um ato oficial; é uma criação a *longue durée*, que não pode sofrer colapsos ou rupturas". (RODRIGUES, 1966, p. 148). Em outras palavras, por trás das reflexões de aparência puramente historiográficas do autor, estava a preocupação política com a "unidade" nacional, em cuja construção o Rio de Janeiro tem de fato um papel especial.

Nesse ponto, suspendemos em parte nossas conjecturas iniciais. Com a premissa de que a unidade nacional não é dada, mas passa por uma construção, e visto que o Rio de Janeiro tem um papel especial nessa atividade, somos impelidos a voltar nossas atenções às primeiras décadas do século XIX. Não por acaso. Mas porque a historiografia recente sobre a nação, ou

melhor, sobre a construção da unidade nacional no contexto ibero-americano, nos impõe esse desafio.

2. Império do Brasil, Estado e nação: historiografia.

Antes, porém, julgamos muito pertinente (re) lembrar que termos e conceitos políticos como "nação" são polissêmicos e carregam consigo uma gama de conteúdos semânticos que se superpõem ao longo do tempo e que, apesar da predominância de um significado sobre o outro em uma determinada época, eles não excluem uns aos outros. E que ao historiador é imprescindível, para não incorrer em anacronismo, saber como os contemporâneos mobilizavam sua linguagem política. [2]

Nesse sentido, o historiador Marco Antônio Pamplona mostra como, no mundo ibérico, o termo "nação" passou por importantes transformações entre os anos de 1750 e 1850. Partindo da análise dicionários de época e atento às edições que se seguiam, Pamplona afirma que, por volta dos anos 1820, o conteúdo semântico do vocábulo se politiza, isto é, deixa de estar associado meramente a uma origem étno-linguística e passa a identificar um determinado grupo de cidadãos pertencentes a um determinado corpo político, o Estado.

> Num espaço de tempo não superior ao de duas gerações, novos conteúdos se afirmaram e ressignificaram progressivamente o termo. Mesmo quando os velhos significados permaneciam (é o caso do conteúdo étnico que sempre acompanhou o termo *natio*, identificando-o à descendência ou à *gens),* eram os vínculos entre nação e Estado, ou nação e ordem política, os que marcariam as vozes mais representativas desse embate cultural no período. (PAMPLONA, 2009, 192).

Em outras palavras, Pamplona chama a atenção para dois pontos: primeiramente, essas ressignificações da "nação" traziam consigo a gênese da formação do Estado-nação moderno no mundo ibérico. Segundo, o período do *vintismo* é fundamental para compreender essa transformação. Isso porque a convocação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa em 1821 engendrou um impasse político: a resolução de fazer retornar o príncipe regente Pedro de Alcântara ameaçava a autonomia alcançada pelo Império do Brasil, parte da Monarquia Portuguesa, quando da transferência da Corte para a cidade do Rio de Janeiro, cidade essa que ganhara o *status* de "cabeça" do Império. Dessa forma, a nação portuguesa, vista

[2] A esse respeito, é importante destacar as contribuições de duas escolas historiográficas que, cada uma a sua maneira, contribuíram para a percepção da temporalização da linguagem no mundo moderno e denunciaram o anacronismo presente nos trabalhos de história política em meados do século XX: a *História do Discurso Político*, consolidada na Inglaterra pelos os historiadores J. G. A. Pocock e Quentin Skinner, figuras de destaque da chamada escola de Colinwood. E a *Begriffsgeschichte,* ou história dos conceitos, desenvolvida na Alemanha, cuja figura mais representativa é o historiador Reinhart Koselleck. Cf. POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003; KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

até então pelos dirigentes políticos de além e aquém mar, como "uma só derramada pelos dois continentes", enfrentava a ameaça de cisão entre os portugueses brasileiros e os portugueses europeus.

Essa tensão pode ser identificada nos debates nas Cortes, onde um outro termo, correlato à nação, também era mobilizado em seu conteúdo político: a *pátria*. Ainda de acordo com Pamplona, com as Cortes, apesar da identidade nacional dos nascidos no Brasil ainda estar associada à ascendência portuguesa - e essa identidade era fundamental para a distinção dos cidadãos naquela sociedade hierarquizada -, os mesmos passaram a defender as prerrogativas da pátria, entendida agora como a "pátria de direito".

Portanto, as revoluções liberais impuseram, por um lado, o constitucionalismo ao monarca D. João VI, reelaborando a Monarquia portuguesa em outras bases e, por outro, trouxeram à tona a discussão que, no limite, levou à cisão da Nação portuguesa e fez emergir um novo e autônomo corpo político, o Império do Brasil.

Contudo, a emergência do Império do Brasil como um corpo político autônomo representava apenas o resultado de um processo que absolutamente não trazia em seu conteúdo um caráter nacional. Tomado por si só, esse resultado pode nos levar ao equívoco de ofuscar os múltiplos interesses que estavam em jogo, que se traduziam em diferentes projetos políticos, e imaginar a coesão interna desse corpo político em seu conjunto de cidadãos, ou melhor dizendo, pode levar a pressupor a existência de uma identidade nacional que antecederia à autonomia política. Aliás, esse equívoco traz à tona um elemento interessante, qual seja o de que a formação das nações nas Américas não se encaixa no paradigma do nacionalismo europeu. É o que apontam Pamplona e Don H. Doyle:

> Como antigas sociedades coloniais, os novos Estados-nação americanos precisavam ancorar sua reivindicação de independência em queixas e interesses, mais do que em idéias etnonacionalistas sobre diferenças primordiais em relação à pátria de origem ou em mitos de alguma prévia história comum como nação. (DOYLE; PAMPLONA, 2008, p. 20-21).

E o equívoco que decorre da idéia de que as Américas teriam "antecipado" à Europa, servindo-lhe servido de exemplo, é denunciado numa crítica mais explícita à tese dos *criollos pioneiros*, de Benedict Anderson. Segundo os autores, esse autor

> usou a independência da América Latina para exemplificar o novo nacionalismo do século XIX. Ele pode, porém, estar equivocado ao alegar que os movimentos anticolonialistas eram nacionais, se com isso devermos entender que cada país tinha noção de sua identidade específica antes da independência. (DOYLE; PAMPLONA, 2008, p. 21)

Portanto, a formação de Estados-nação no âmbito da América Latina, e mais especificamente no caso do Brasil, não deve ser encarada como o produto da consciência nacional, ou da nação em busca de seu "telhado político", no dizer de Ernst Gellner. A conformação da nação se daria apenas depois da consolidação do Estado e levada a cabo por ele próprio, ao longo daquele século e, em alguns casos, adentrando mesmo o século XX.

No "mosaico de pátrias luso-americanas" que era o Brasil, o nexo que unia as províncias coloniais irradiava de Lisboa, da Corte portuguesa. Com a independência, o frágil traço de unidade dessas províncias perdeu completamente o sentido. Dessa forma, o primeiro desafio imposto a um grupo específico de cidadãos do Império era o de manter a unidade territorial diante da possibilidade real de fragmentação. E a unidade em torno de um novo centro político, isto é, a opção monárquica, interessava, sobretudo, ao grupo dirigente proveniente do sudeste, mais especificamente do Rio de Janeiro, *cabeça* do novo Império.

Segundo Ilmar Rohloff de Matos, o Império conformou-se, pois, a partir da díade *herança/construção*. Os cidadãos responsáveis pela construção do novo corpo político só o podiam ser porque eram também herdeiros de "um nome; um território e sua *cabeça*; uma nação" (MATTOS, 2005, 12). Assim é interessante perceber, por exemplo, como o termo brasileiro foi constantemente ressiginificado nas primeiras décadas do século XIX. De início, referia-se aos portugueses que, uma vez feito fortuna na América, retornavam para a sua *pátria*, seu lugar de origem. Aos poucos, passa a significar aquele português que tem como dever a defesa apaixonada não da "terra de seu pai", originária, mas da sua terra de "direito", a exemplo do que vimos em relação à politização do termo pátria. Em suma, brasileiros eram aqueles portugueses que, juntamente com o príncipe regente, "também tinham decidido ficar".

Indo além, o autor mostra como o Império do Brasil foi marcado por uma singularidade: "a expansão para dentro". Tolhido pelo Império Britânico em sua pulsão expansionista em direção à "fronteira natural" na região Cisplatina e na tentativa de incorporar Angola, coube ao Império a construção de um Estado em termos territoriais, peça imprescindível na elaboração da nação. Daí resulta que

> A associação entre Império do Brasil e Nação brasileira era propiciada pela construção do Estado imperial. E esta construção, por sua, vez, impunha a própria constituição da Nação. À dominação das demais 'nações' somava-se a direção pelo Governo do Estado daqueles brasileiros em constituição, o que implicava um padrão diverso de relacionamento entre aquele governo e o da Casa, 'quebrando' as identidades geradas pela colonização, por meio da difusão dos valores, signos e símbolos imperiais, da elaboração de uma língua, uma literatura e uma história nacionais, entre outros elementos. Impossibilitados de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: **uma expansão para dentro.** E aí

> reside o traço mais significativo na construção de uma unidade. (MATTOS, 2005, p. 26)

3. As cidades do Rio de Janeiro.

Vejamos agora qual foi o papel do Rio de Janeiro nessa construção/herança e, por conseguinte, como se deu o entrelaçamento entre a memória dessa cidade com a nação.

Para Ilmar Mattos, o Rio de Janeiro imperial certamente apresentava muitos pontos que em tudo faziam lembrar uma cidade ainda colonial: ruas estreitas, escuras, fétidas, sem sistema de esgoto, casas em sua maioria térreas, etc. Sem contar a presença gritante de escravos, que tanto chamavam a atenção, negativamente, de visitantes estrangeiros. De obras públicas, o autor identifica duas somente: o passeio público e o aqueduto do Carioca. No entanto, as cidades coloniais não são marcadas apenas por sua fisionomia. Muito mais do que isso, elas fundavam o que ele chama de *região colonial* e representava, assim, o ponto de interseção dos interesses dos *colonizadores* com os dos *colonos*. Isso porque era fundamentalmente porto, na região *mercantil-escravista*, e centro administrativo, na região *mineradora-escravista*. Em suma, a cidade colonial funcionava como uma *porta* que, de um lado abria-se para a região colonial e, de outro, para o monopólio metropolitano. (MATTOS, 2004).

Visto dessa perspectiva, o Rio de Janeiro imperial se distinguia essencialmente daquela cidade que lhe antecedeu no tempo histórico. À função de *porta*, que mesmo antes da emancipação já havia se intensificado devido ao aumento do comércio e a função de ordenar, não mais apenas uma região, mas o conjunto das regiões do vasto Reino do Brasil, somar-se-ia a de *ponte*,

> erguida pelos dirigentes imperiais localizados no Rio de Janeiro, tendo como pressuposto o princípio conservador; uma 'ponte' que permitiria ordenar as grandes famílias, ainda que em certos momentos isso significasse colocar-se contra alguns dos privilégios e monopólios que as distinguiam. (MATTOS, 2002, p. 84)

O projeto vitorioso elaborado pelos dirigentes estabelecidos no Rio de Janeiro a partir dos anos 1820 só se consolidaria a "*longue durée*", como afirmava José Honório Rodrigues. Contudo, Gilberto Velho nos ensina que, nas sociedades complexas, leiam-se modernas, são estreitas as relações entre *memória, identidade e projeto* para um determinado sujeito, mesmo que seja um sujeito coletivo, como, por exemplo, um partido, uma empresa ou outra comunidade qualquer. O sentimento de pertença a um contexto social deve-se justamente à construção de identidade do sujeito com um determinado grupo e essa relação, por sua vez, é estabelecida somente a partir da construção de uma memória individual que se entrelace a partir de algum momento do passado e de alguma forma com a memória coletiva. A partir de então, o sujeito pode dar um sentido a sua trajetória de vida até ali, reconhecer-se no presente e, ao mesmo tempo, projetar no futuro essa mesma trajetória. Dessa maneira, o autor mostra que "a consistência do projeto

depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos". (VELHO, 1994, p. 101)

Embora neste texto o autor não se refira diretamente às questões aqui discutidas, sua reflexão nos permite pensar que, para ser bem sucedido, o projeto de construção da unidade territorial a partir do Rio de Janeiro precisou construir também uma memória que projetasse em ambas as trajetórias, da cidade e da nação, um encontro no passado e no futuro, a partir do presente, de modo a sustentar uma identidade nacional. E isso foi feito ao longo do XIX, pela literatura, pela história e pela história literária, como o afirma Antônio Edmilson Rodrigues:

> O mundo literário funcionou como integrador dessa unidade, possibilitando a nacionalização dos temas da cidade e construindo a sua hegemonia sobre o conjunto de valores da nação. A história da literatura no Brasil do século XIX é a história da sociedade brasileira. Não há, no limite, uma literatura, há uma história feita através da literatura. Os românticos podem ser tomados como exemplo dessa forma de articular valores parciais e globais, buscando símbolos que continham essa unidade. (RODRIGUES: 2002, p. 15).

Contudo, a "nacionalização dos temas da cidade", ou a articulação de "valores parciais e globais", em suma, a ênfase dada ao Rio de Janeiro identificado com a nação acaba por um lado, levando ao equívoco de se pensar o Rio de Janeiro como "caixa de ressonância da nação" e, por outro, embaçando um personagem histórico deveras importante: a cidade com sua trajetória histórica própria, coexistente e à nação e agindo muitas vezes a contrapelo desta.

Propondo uma perspectiva mais complexa nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que a identidade entre o Rio de Janeiro e a nação é fruto de uma construção histórica determinada e que o historiador, portanto, não pode tomar essa identidade como dada. Segundo o autor, antes mesmo de se tornar *cidade-capital,* havia no Rio de Janeiro elementos que singularizavam essa cidade, e que foram "sufocados" pela nação.

Fundada em 1565, a partir de uma disputa com os franceses e seus aliados indígenas, a cidade do Rio, diferentemente de Salvador, teria como principal característica a autonomia administrativa e econômica já no período colonial:

> Era uma cidade resultante de um embate. Não qualquer embate, pois não foi apenas um confronto militar ou de força. Foi um confronto de utopias. A presença do homem, da natureza e do interesse de fundar uma cidade produziram descobertas que anunciavam um destino que, embora pudesse estar vinculado ao processo de organização do domínio português na América, desde o primeiro momento, demonstrou sua qualidade de

> autonomia que dificultaria, daí em diante, a domesticação da cidade e de seus habitantes. (RODRIGUES, 2002, p. 18)

Aberta ao mundo desde sua fundação, o Rio de Janeiro teria conseguido capitalizar os anseios de autonomia dos colonos das demais regiões do Brasil. Portanto, se a cidade se tornou *cabeça* da nação, se seus temas foram nacionalizados e contribuíram para forjar a unidade nacional, ela também perdeu gradualmente sua autonomia. Doravante, sob o Império e a República, a cidade apenas viria a se tornar cada vez mais artificial e sem força para mobilizar a política municipal.

Portanto, é importante ressaltar também que, se havia no Rio de Janeiro um impulso em direção à nação, havia também uma tensão desta com a cidade, muitas vezes negligenciada pela historiografia. Em outras palavras, a construção da unidade nacional, seja em termos político, militares ou culturais, encarnou-se como função à cidade que foi também ela nacionalizada e, mais tarde, sentindo-se traída, precisou reinventar sua identidade e talvez ainda o esteja fazendo.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, André Nunes de. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade** (org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

COSTA, Wilma Peres. **O Império do Brasil: dimensões de um enigma**. Almanack Braziliense nº1 maio 2005.

DOYLE, Don H. PAMPLONA, Marco Antônio. **Nacionalismo no novo mundo: a formação de Estados-nação no século XIX.** Rio de Janeiro: Record, 2008.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismos**. Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**. Almanack Braziliense. nº1, maio de 2005.

_____. "O Rio de Janeiro e a experiência imperial". In: AZEVEDO, André Nunes de. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade** (org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

_____. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MOTTA, Marly da Silva. "Que será do Rio?" – refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo.** Rio de Janeiro: Vol. 4, 1997.

PAMPLONA, Marco Antônio. "Nação". In: João Feres Júnior. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil. Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. "Em algum lugar do passado: cultura e história na cidade do Rio de Janeiro". In: AZEVEDO, André Nunes de. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade** (org.). Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VELHO, Gilberto. "Memória, Identidade e História". In: **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Uma Visita à Oficina do Arquiteto: Etnografia dos Lugares de Memória da Maçonaria no Rio de Janeiro

Prof. Ms. Tiago Cesar da Silva (UNIRIO)[1]

Este artigo tem por objetivo analisar a memória maçônica brasileira, por meio de pesquisa realizada em duas instituições museais, localizadas no Rio de Janeiro, responsáveis por abrigar a memória da Ordem: o Palácio do Lavradio e o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil. Através de uma observação ao longo da história, caracterizando a participação da fraternidade em eventos políticos relevantes no país, pretende-se problematizar como a identidade desse grupo é construída e ressignificada no presente. Esses lugares, como patrimônios materiais, possuem o papel de transmissão de seu patrimônio imaterial, que seriam os próprios valores maçônicos, como o ideal de liberdade e igualdade, dentre outros.

Tendo sido o Rio de Janeiro o berço da República, encontramos na cidade duas grandes potências maçônicas: O Grande Oriente do Brasil do Rio de Janeiro – administrativo – e o Supremo Conselho do Brasil – ritualístico. Estas memórias estão representadas por dois antigos casarões: um na Rua do Lavradio e outro no Campo de São Cristóvão.

Em relação às casas em pedra que abrigam a memória maçônica, atestamos uma relação quase dualista entre os conceitos utilizados por Pierre Nora. Enquanto "pedra e cal", estes são lugares de memória como detentores da história materializada. Tais espaços servem como abrigo a um passado glorioso, cristalizando-o. Em contrapartida, esses mesmos lugares também são centros de sociabilidade, nos quais a memória vai sendo transmitida oralmente dia após dia, tornando-se, desse modo, um espaço de debate e evocação, não deixando, assim, a própria história da instituição cair em esquecimento, caracterizando o exercício de um meio de memória dentro de um espaço próprio (NORA, 1993, passim).

Não obstante, é importante a visão em outras nuances. Estes lugares servem como abrigo para as coleções não só fisicamente falando, mas também de seus ideais (POMIAN, 2000, passim), permitindo a evocação de sentimentos de orgulho do grupo.

Para que esses lugares sejam vistos como patrimônio, temos que entendê-los como símbolos de um dinamismo social, estabelecendo elos entre o passado e o presente (GONÇALVES, 2000, passim). Há uma série de possíveis abordagens, mas o foco neste momento é apresentar os ambientes que abrigam a memória em pedra e cal, o patrimônio edificado e, ao mesmo tempo, analisá-los como locais de encontro do grupo, servindo como meios de sociabilidade.

[1] Técnico de Arquivo no Arquivo Nacional; Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; email: tiagocesilva@hotmail.com. Pesquisa orientada pela Prof.ª Dr.ª Edlaine de Campos Gomes.

Os lugares físicos e espaciais construídos pelos grupos sociais, necessários à fixação da memória, expressam a vontade consolidação e valorização interna e externa (Halbwachs, 1990). O patrimônio aqui se caracteriza também pela visibilidade de poder. Salienta-se que o conceito utilizado para nos responder "o que é poder" vem de Michel Foucault. É essencial refletir sobre seus mecanismos, seus efeitos, suas relações em diferentes níveis da sociedade (FOUCAULT, 1984, p. 174). Segundo este autor, a memória é utilizada como forma de justificar o poder dentro de um meio social, em determinada conjuntura; é a função do que Nora chama de "lugar de memória". Afinal, "Memória e Poder exigem-se" (CHAGAS, 2003, p. 141).

Discorrendo mais sobre esses conceitos, passemos agora a Henri-Pierre Jeudy. Este afirma que a ideia de patrimônio evidencia que, se para o individuo é impossível viver sem memória, para uma coletividade a convivência constante com seu passado é o necessário ponto de identificação de suas ações no presente. O autor enfatiza o perigo da perda dos traços culturais ainda atuais, vivos, que comprovam um passado que não estaria verdadeiramente morto, e considera que as representações das diferentes culturas se apresentam como objetos a serem percebidos, lidos e estudados (JEUDY, 1990, p. 66).

Na mesma direção, Jeudy segue dizendo que, para a imaginação histórica, há a necessidade de dar sentido ao material relativo ao passado, ao material morto ou às ruínas. Tais ruínas estão sempre presentes nas construções da memória, de tal sorte que não representam a degradação ou perda de uma possível identificação cultural; ao contrário, fundam o imaginário histórico (Idem, Ibidem).

Ao fazer um paralelo entre memória e história, Pierre Nora supõe que essa relação triádica conduz, não ao conceito de memória, mas sim ao conceito de história. Segundo ela, fala-se "tanto de memória porque ela não existe. Há locais de memória por que não há mais meios de memória" (1993). Para Nora, se ainda habitássemos nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares e, por conseguinte, não haveria lugares, porque não haverá(ia) memória.

O lugar de memória é um lugar duplo: fechado sobre o seu nome e identidade, mas aberto devido à extensão de suas significações. Para ser concebido é necessária, inicialmente, a existência de uma vontade de memória através do objeto digno de lembrança, que pode se produzir através de fontes diretas, engendradas pela sociedade voluntariamente para serem reproduzidas como tal, como uma lei, uma obra de arte e fontes indiretas, testemunhos deixados em uma determinada época sem duvidar de sua utilização futura pelos historiadores. Sem essa intenção de memória, os "lugares de memória" serão apenas lugares de história (NORA, 1993, passim). Essa discussão nos leva aos abrigos da memória maçônica.

O primeiro encontra-se na Rua do Lavradio, no Centro do Rio de Janeiro, uma rua que ainda hoje se destaca na configuração urbana da cidade. No século XIX, era frequentada especialmente por pessoas pertencentes à elite, constituindo-se como local privilegiado para a construção da Loja Maçônica.

O segundo local é o Supremo Conselho, localizado no Campo de São Cristóvão, próximo ao pavilhão de Tradições Nordestinas. Está situado abaixo do Elevado Paulo de Frontin, o que acarreta um barulho contínuo no local. O próprio *site* da Instituição enaltece o lugar como "Bairro Imperial", evocando seu passado vinculado à realeza brasileira. A decadência do bairro é evidenciada por seu entorno degradado. Atualmente, cercado por moradores de rua, contrasta com um posto policial permanente ao lado do prédio da Administração.

A relação entre as edificações maçônicas e os bairros onde estão localizadas é importante para a análise, pois correspondem a áreas centrais relacionadas ao passado glorioso do Brasil, e, consequentemente, permitem acionar o elo entre a Maçonaria e o cenário político da época. As duas regiões mencionadas podem compor um quadro permeado por centralidades cosmopolitas, marcante na configuração do espaço público moderno e republicano, ao qual a cidade do Rio de Janeiro se insere (FRUGOLI, 2000, passim).

O Centro Cultural do Supremo Conselho[2]

A fundação de um Centro Cultural foi uma decisão do Soberano Grande Comendador Ney Coelho Soares, dirigente do Rito Escocês que faleceu em 2007, com o apoio de todos os maçons desta Instituição, mantida nos dias atuais pelo atual Soberano Grande Comendador Enyr de Jesus da Costa e Silva.

Segundo informações agrupadas anteriormente à incursão e nos demais dados contidos na própria página virtual da Instituição, o Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito foi fundado em novembro de 1832, tendo funcionado até o ano de 1976 no Palácio do Lavradio, que era anteriormente a sede do Grande Oriente do Brasil. Atualmente, encontra-se no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Tem um ideal filosófico e educativo, com autoridade ritualística em todo território nacional, tendo base na cidade do Rio de Janeiro.

Também é preciso diferenciar o Supremo Conselho do Grande Oriente. O primeiro tem uma função filosófica, enquanto o segundo possui um aspecto mais administrativo. Trabalhavam unidos, separando-se somente em 1951, pela Constituição do Grande Oriente do Brasil, aprovada no mesmo ano. As duas Obediências tornaram-se, assim, independentes uma da outra, originando o atual "Tratado de Amizade e Aliança", de mútuo reconhecimento, que continua em vigor até hoje, pelo qual, o Supremo Conselho do Brasil para o REAA[3] reconhece o Grande Oriente do Brasil como única potência regular legítima no Brasil, possuindo, inclusive, uma insígnia própria para a Instituição.

No que se refere ao prédio, o reconhecimento é imediato, pois possui a descrição em destaque do que é a construção, com uma placa, além do símbolo do próprio conselho. Ao chegar, nos surpreendemos, já que não se trata de apenas um prédio, mas um complexo com seis edificações, entre administração, salas ritualísticas e um Centro Cultural.

[2] http://www.ritoescoces.org/
[3] Rito Escocês Antigo e Aceito.

A título de curiosidade, existe uma biblioteca, uma sala para tratamentos odontológicos, além de alojamentos para Irmãos de outros estados que estejam de passagem pelo Rio de Janeiro, o que configura que aquele espaço funciona mais do que um meio de sociabilidade, sendo também um suporte prático para os membros.

Na entrada do jardim, estão dispostos três bustos de personagens importantes para o Supremo: Dr. Vulcano, Dr. Montezuma e Cel. Ney Soares. A poucos passos dali, encontramos a segunda entrada do salão de exposição permanente, que se mistura no ambiente às entradas dos Salões nobres de ritos do Sacro Colégio, do Rosa Cruz, de Lojas que funcionam nas dependências e de Câmaras Filosóficas de diversos segmentos.

No Centro Cultural há uma exposição de longa duração, composta por vestimentas, símbolos e móveis antigos. Possui um espaço com um quadro e símbolos em ode à Jaques Demolay, o último Grão-Mestre Templário.

É notável o orgulho maçônico expresso nas obras. Existe um espaço dedicado a acontecimentos históricos específicos como: Inconfidência Mineira, chegada da família Real, Revolução Pernambucana, Independência, Segundo Reinado e Abolição. Curiosamente, não há espaço reservado para o 1º Reinado. Isto pode ser explicado pelo fato de D. Pedro I ter ordenado a perseguição aos maçons, por medo de perder o controle sobre as articulações políticas do grupo, levando-os a permanecer na ilegalidade por muito tempo.

O acervo é multifacetado. Espelhos, potes, mobiliários antigos da Ordem, além de quadros, muitos de figuras ilustres que pertenceram à Maçonaria. Existe, ainda, uma área para exposições temporárias. Réplicas em miniaturas de caravelas e uma recriação do Templo de Salomão compõem o restante do acervo.

O Supremo, apesar de pouco visitado no dia a dia, teve um apelo popular neste último verão. Foi incluído no Ciclo de Museus de São Cristóvão, o que, por consequência, atraiu os olhares da população do Rio de Janeiro para esse espaço cultural, que antes era completamente desconhecido pelo público em geral. Para este ano, são aguardados quase 6 mil visitantes, e a previsão é aumentar, visto que já foi dada entrada no pedido de inclusão no cadastro do Instituto Brasileiro de Museus.

Por meio de formas pictóricas e gráficas consubstanciadas em seus rituais, livros sobre os distintos ritos e em revistas especializadas, as mensagens não são vistas por olhos profanos, apesar de estes poderem apreciá-las. Basicamente, apesar de serem expostas e abertas para o grande público, somente poucos compreendem o sentido total do simbolismo contido nas peças de exposição, mesmo porque tal compreensão está relacionada à identidade do grupo.

Até o momento, vimos a materialidade de memória maçônica representada através de objetos. Porém, como dito anteriormente, este local também abriga salas que são utilizadas pelo grupo, mantendo viva a transmissão desta memória através destes espaços de reunião.

Existe também um espaço público, uma ampla "sala de confraternização", que recebem "ilustres" convidados da sociedade até os dias atuais. Mas este espaço não seria tão "público",

já que para estar presente nele é necessário participar de um seleto grupo, mesmo não sendo maçom. Além disso, apesar da nomenclatura de "Espaço de Entretenimento", percebemos nos adornos toda a simbologia maçônica fixada: bandeiras, quadros e personagens da sua própria história, sem contar o próprio piso típico destes lugares, representando as trevas e a luz.

O Supremo Conselho é um exemplo claro dos conceitos apresentados anteriormente. Funciona como um engessamento da memória através dos objetos expostos. Permite um elo de sociabilidade ao ofertar outros tipos de serviços aos membros e fornecer um espaço onde a própria identidade grupal pode continuar a ser exercida e ressignificada. Tudo isso em um lugar que se apresenta tanto para si, privado, quanto para os olhos externos, da sociedade em geral.

A complexidade deste círculo é tanta que é mister uma autocrítica constante, além de uma atenção para não se expor demais, o que acaba por ser paradoxal, uma vez que ao serem inseridos em um ciclo-circuito de museus, o objetivo é justamente serem mostrados, tornarem-se visíveis.

Isto nos leva ao nosso próximo objeto de análise que, teoricamente, é ainda mais complexo, visto a carga histórica contida na própria localização da Loja.

Palácio do Lavradio[4]

Uma construção de grande valor histórico é o Palácio Maçônico do Lavradio, situado no número 97, de estilo neoclássico, cuja planta original é atribuída a Grandjean de Montigny, sede do Grande Oriente do Brasil, fundado em 1822. O seu terreno foi comprado em 1836 pelo ator português Vitor Porfínio Borja, que começou a edificar um majestoso teatro para torna-lo rival do Rossio (Teatro João Caetano). Por falta de recursos, as obras acabaram por ser abandonadas. Na data de 27 de outubro de 1828, foi anunciado no Jornal do Commercio o leilão do prédio. Posteriormente, este foi arrematado pela união de várias Lojas Maçônicas fluminenses e seus filiados que se reuniam na região. Esta junção recebeu o nome de Companhia Glória do Lavradio.

Conforme a bibliografia sobre o casarão, a história de sua construção data de mais de cento e cinquenta anos. A Rua do Lavradio foi um dos pontos mais nobres no Império, na primeira metade do século passado. Foi aberta em 1771 pelo Marquês do Lavradio, que assumiu o vice-reinado em 1769. Personalidades ilustres moraram no Lavradio, como o encarregado de negócios da França, Sr. M. Pontois, Duque de Caxias, Marquês de Olinda, Marquês de Cantagallo, artista Jesuína Monteiro, ator João Caetano, Eduardo Laemmert, Visconde de Jaguari, André Rebouças, Vieira Souto, Antônio Saldanha da Gama e o escritor Valentim Magalhães, que se reunia sempre com Raul Pompéia, Olavo Bilac, Coelho Neto e Lúcio Mendonça. (PROBER, 1986)

Logo na entrada, vemos duas esfinges e o símbolo do esquadro e compasso desenhado em pedras portuguesas. No saguão de entrada, existem três estátuas em mármore carrara, representando a Caridade, a Fé e a Esperança, sendo a primeira datada de 1844 e as posteriores

[4] http://www.gob-rj.org.br/portal/

de 1880. A iluminação era feita por velas, querosene ou óleo, tendo sido substituída por energia a gás em 1871 e, posteriormente, por energia elétrica em 1910. Observam-se também dois painéis repletos de símbolos que remetem à ritualística maçônica.

Partindo para o Templo Nobre, chama a atenção uma estátua inaugurada na administração de Quintino Bocaiúva, em 1902. O templo − uma réplica do Parlamento Inglês − recebe o nome de Gonçalves Ledo em 1928. Uma das mais recentes intervenções foi feita em 2001, com a instalação do sistema de ar condicionado e estofamento nas cadeiras cerimoniais (PROBER, 1986, passim).

Na Sala do Conselho Estadual, observam-se duas telas de 1869 representando a Guerra do Paraguai, ambas doadas pelo Visconde do Rio Branco. Outro objeto em destaque é um relógio, feito em madeira e com entalhe de símbolos da Ordem. Possui também vitrines com malhetes e espadas pertencentes a personagens históricos como Henrique Valadares e Duque de Caxias.

Existe uma biblioteca dentro do Palácio. Grande parte do acervo foi recebido da Loja Azilo da Caridade (sic), dissolvida em 23 de dezembro de 1902, que doou cerca de três mil livros. Além disto, é repleto de bustos que homenageiam maçons ilustres. Uma das obras mais festejadas é uma bíblia de 1555, escrita em aramaico e doada a D. Pedro II por Victor Hugo, em ocasião da visita do Imperador à França. Além desta relíquia, encontramos no Palácio ainda três estátuas em mármore de Carrara, representando a Caridade, Fé e Esperança, do escultor alemão Ferdiand Petrich de 1844; alfaias e aventais pertencentes a Saldanha Marinho, Visconde de Inhauma, Marquês de Abrantes, D. Pedro I, Senador José Vergueiro, Joaquim Gonçalves Ledo, General Osório, Visconde de Sapucahy e Visconde de Rio Branco; dois quadros em óleo sobre tela de 1869 do artista Eduardo de Lartimo, denominadas "Entrada da esquadra em Assunção" e "Paisagem de Humaitá", doadas pelo Visconde de Rio Branco; e um Busto de D. Pedro I, confeccionado em bronze fundido em Paris, por Fontaine e modelado por Marc Ferrez.

Há também uma questão paradoxal sobre o tombamento do prédio. Como ele está em constante uso, tombá-lo significaria a impossibilidade de obras constantes, mudanças de tinta ou afins. Podemos ver isto de uma forma irônica, pois há anos o local está em obras, sem previsão de receber verba do Grande Oriente do Brasil para terminá-las.

Analisar o significado do prédio é convergir com a própria história da Maçonaria no Brasil e com a identidade do grupo. O Palácio já serviu como sede para o Grande Oriente do Brasil, quando o Rio de Janeiro era capital do país. Depois, passou a ser a sede do GOB-RJ, que seria a administração das Lojas do Rio de Janeiro. Esta administração está atualmente na Avenida Marechal Floriano, também no Centro da cidade. Atualmente em obras, o que impede ao público em geral a visitação, o Palácio do Lavradio foi tombado pela Divisão de Patrimônio do Estado da Guanabara no dia 20 de janeiro de 1972, mas não consta no roteiro de visitações do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus).

Ao término deste trabalho, concluímos que a Maçonaria serviu para alguns membros como meio de adentrar um seleto grupo de destaque social, pois estes agiam e influenciavam diretamente na política nacional. Integrar este grupo significava ter prestígio social. Com o tempo, a Instituição perdeu sua força. Apesar de continuar focada na elite, os cargos de destaque não mais são ocupados por estes membros e, caso o sejam, não geram tanta notoriedade pública como ocorreu em tempos anteriores.

Hoje em dia, a Maçonaria sobrevive em Lojas espalhadas por todo o país. Seus membros continuam envolvidos por uma aura de mistério e consequente curiosidade popular, facilmente perceptível pelo grande número de revistas e publicações sobre o tema. E agora, com o surgimento de uma era na qual os grupos reivindicam sua participação na História, buscam legitimar suas memórias, a Fraternidade. No mesmo compasso, tentam buscar maneiras de enaltecer seus mais ilustres membros, em seus lugares de memória, como forma de enfatizar sua importância para a construção da nação, diante da participação de personagens maçons ilustres em eventos singulares da história brasileira.

Desta forma, surgem em todo o país lugares que abrigam a memória maçônica, aliados a patrimônios materiais de relevância tanto para o grupo como para a nação. Em específico, no Rio de Janeiro, apesar das diversas subdivisões, existe um discurso de preocupação em relação à preservação e à transmissão da memória maçônica. No entanto, concomitantemente, não ocorre uma ação orquestrada, coesa, em relação às estratégias necessárias para a efetivação desses objetivos. Por exemplo, podemos citar a tentativa do Grande Oriente do Brasil em criar um Museu em Brasília, perto da sede nacional. Mas, ao mesmo tempo, não temos o envolvimento dos Grandes Orientes regionais neste processo, muito menos das lideranças ritualísticas nas escolhas do que será lembrado – ou esquecido.

Os locais escolhidos da cidade são bastante simbólicos: o Centro do Rio de Janeiro, antiga capital, e o bairro de São Cristóvão, próximo à residência Imperial. Concluímos que ao fazer uma etnografia desses lugares, observar o entorno é fundamental; perceber como o lugar analisado se insere no meio – físico e histórico – em que está instalado é crucial. No caso da Maçonaria, acaba englobando outras questões, pois também está em jogo a influência política do século XIX e o ideal de valorização do século XXI.

Bibliografia

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.). **Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FRUGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na cidade**. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo. "O patrimônio como categoria de pensamento" In **Memória & Patrimônio, Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. Coleções, Museus e Teorias Antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. **Caderno de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, RJ. Editora UERJ: 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

JEUDY, Henry-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, n.10. São Paulo: PUC/SP, 1993.

_____. Memória: da liberdade à tirania. **Seminário "Memory and History in French Historical Research During the 1980's and 1990's"**. África do Sul, 12- 19 de agosto de 2000.

POMIAN, K. **Enciclopédia Einaudi – Vol. 42: Sistemática**. Distrito Federal:. Imprensa Nacional: 2000.

PROBER, Kurt. **A verdadeira história do Palácio Maç.: do Lavradio**. Editora Prober, Universidade do Texas, 1986.

Rio, Modernidade e Praças de Mercado

Prof. Vitor Leandro de Souza (UFF)[1]

Nas últimas décadas do século XIX a cidade do Rio de Janeiro figurava como a maior cidade do Império e, como tal, sentia e vivia intensamente os cambiamentos políticos, econômicos e sociais que se processaram especialmente na segunda metade dos Oitocentos. Os censos revelam um acelerado aumento populacional "intimamente vinculado à migração de escravos libertos da zona rural para a urbana, à intensificação da imigração e as melhorias nas condições de saneamento" (CHALHOUB, 1986, p.24).

Além de principal centro consumidor, a Capital era centro do poder político, de decisões e de negócios – expressos no intenso movimento do seu porto – e no escoamento de grande parte da produção cafeeira tipo exportação[2].

A "cidade-problema" descrita por Linhares (1979) sofria com as dificuldades na acomodação de sua crescente população de forma digna, sérios problemas de infraestrutura e no abastecimento de gêneros alimentícios. Na área urbana estavam localizadas as oportunidades de trabalho, comércio, serviços e habitações (em sua maioria habitações coletivas), tornando as freguesias centrais áreas de elevada concentração de famílias por prédio.

A região atualmente conhecida como Praça 15 foi**,** desde meados do século XVII**,** um tradicional ponto de comércio de alimentos na cidade do Rio de Janeiro. Esse comércio funcionava de forma desorganizada, em barracas sem "alinhamento ou simetria definidos" (COSTA, 1958, p.211), esse intenso e colorido negociar era feito em bancas de pescado, por quitandeiras e negras de tabuleiro, como em "feira permanente" (FARIAS, 2010, p.4).

Apesar de ações realizadas pelo poder público anteriormente, somente em 1834 deu-se início a construção de um local específico para a realização do comércio de gêneros. O Mercado da Candelária era uma tentativa de ordenamento do comércio das freguesias centrais da cidade por parte da municipalidade. Após a publicação de um edital para construção, onde não houve interessados, a própria administração municipal empenhou-se em tornar possível a obra.

O projeto arquitetônico foi encomendado ao francês Grandjean de Montigny, "compreendia um vasto edifício com dois pavimentos, de planta retangular, com arcarias sobre um pátio central (...), os estabelecimentos comerciais eram acessados exclusivamente pelo interior do mercado" (FRIDMAN, & GORBERG, 2003, p.12). Sem verba, a Câmara Municipal decide

---

[1] Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ). E-mail: vitorleandro@id.uff.br
Esta apresentação é baseada nas reflexões presentes na Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em História intitulada "ORDEM NA PRAÇA: Ação Municipal nas Praças de Mercado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX", concluída em julho de 2011, sob a orientação da Profª Dra Laura Antunes Maciel.

[2] Um panorama sobre as condições de vida nas principais freguesias da cidade na virada dos séculos XIX / XX pode ser vista em DAMAZIO, 1996.

Figura 1 - BERTICHEN, Pieter Godfred. Largo do Paço, Mercado da Candelária 1840-1860. (Litografia, cor). Acervo do Museu Imperial – Petrópolis/RJ**.**

não executar o projeto original, adaptando-o (figura 1.) e construindo somente um pavimento. Ainda cabia a municipalidade a administração e fiscalização do Mercado, através do Fiscal da freguesia da Candelária.

Em 1844 um Regulamento foi estabelecido para o funcionamento do Mercado da Candelária, definindo a quantidade de bancas, a frequência e forma de pagamentos das mesmas, assim como aqueles que poderiam locar os espaços no interior do edifício. A partir de 1869 o Mercado da Candelária é concedido para administração privada "por nove anos, pela Ilma. Câmara Municipal, a Aureliano Dias da Costa Cabral e ao Tenente-Coronel Antônio José da Silva [o] qual em seguida organizou uma empresa para realizar os melhoramentos [pertinentes] do contrato" (*Almanak Laemmert*, 1844. p. 839).

O Mercado da Candelária foi ampliado, recebendo os tais melhoramentos citados no Almanak Laemmert (um pavimento superior e obras de reparos no edifício), entretanto as intervenções custaram caro àqueles que alugavam bancas no Mercado da Candelária[3].

Outras Praças de Mercados funcionaram na cidade no mesmo período e eram administrados de forma semelhante. Na região da Gamboa funcionou a partir de 1857 o Mercado da Harmonia, cedido ao General Lazaro José Gonçalves Junior, para exploração e usufruto por 20 anos. Porém o pouco movimento e a crise de habitação que assolava a cidade, fez com que parte de seu edifício fosse utilizado como moradia coletiva, chegando a ser definido como "um cortiço imundo [no qual] tudo se vendia, menos gênero de primeira necessidade", acusado de provocar muitos problemas de higiene, inclusive um caso de peste bubônica.

Na freguesia da Glória foi construído entre 1856-58, um mercado em substituição a barraquinhas improvisadas que eram utilizadas para o comércio próximo ao litoral. A

[3] O regulamento encontra-se transcrito em FRIDMAN & GORBERG, 2003, pp.12-50.

responsabilidade pela obra era do senhor Inácio de Barros Vieira Cajueiro, cujo contrato com a Câmara previa conclusão da obra em dois anos e, em contrapartida a municipalidade oferecia "por aforamento perpétuo os terrenos de marinha existentes no local". Além do aforamento perpétuo dos terrenos a Câmara concedeu ao construtor plenos poderes para desapropriação e demolição de imóveis que por ventura impedissem à execução das obras. O edifício do mercado da Praça da Glória teve o mesmo uso do Mercado da Praça da Harmonia, foi gradativamente ocupado por famílias pobres que precisavam morar próximo das oportunidades de trabalho e abandonado pelo poder público.

Finalmente, alvo de "pessoas desocupadas que durante a noite ali fazem toda sorte de imundices e tropelias", o que provocou reclamações dos moradores vizinhos ao edifício, o mercado da Glória permaneceu em ruínas até 1903 quando foi demolido para as obras de aterramento da Avenida Beira Mar. A "civilização" atingiria esse ponto da cidade, substituindo o Mercado da Glória por uma bela praça com um chafariz, para embelezar o caminho que ligava as freguesias centrais às regiões do eixo-sul da cidade, reduto das classes aristocráticas (FRIDMAN, & GORBERG, 2003, pp. 37-46).

A Praça do Mercado da Candelária consolidava-se como um importante lugar onde se desenvolviam sociabilidades diversas, chamando atenção de cronistas do período:

> Há grande concorrência e movimento de povo não só no recinto do mercado como também na Praça das Marinhas, e a mistura das diferentes classes da população, a desordem que parece haver entre vendedores e compradores, a reunião de homens, mulheres, meninos e escravos que ou se recreiam ou vem em busca da variedade de produtos que aí se encontram é um espetáculo curioso e característico dos costumes do país (AZEVEDO, 1877, pp.322-323).

A "desordem" narrada pelo nosso cronista nos ajuda a compreender o intenso comércio e as atividades nos órgãos ligados à Administração do Estado e também no embarque e desembarque de passageiros. Lugar de grande circulação entre a Cidade velha e a Cidade Nova ou mesmo entre os subúrbios, sobretudo com o início da utilização de barcos a vapor na década de 1840, o que permitiu a ligação entre o Saco do Alferes e Botafogo e entre São Cristovão e a Praia Dom Manuel, com parada no Valongo. Importantes obras de infraestrutura como aterros, rampas e escadas tornaram possível a "mistura" que incomodava a Azevedo em sua memória[4].

A circulação de trabalhadores, vendedores, escravos de ganho, viajantes, políticos, senhores que vinham à Corte fazer negócios ou buscar apoio político, dão cor ao curioso espetáculo e indicam que essa região não era somente lugar de simples relações comerciais, mas também de encontros, relações e trocas sociais intensas. Nesse sentido, o estabelecimento de um lugar para centralizar a venda de produtos é importante para a consolidação destas

[4] Para mais detalhes sobre as intervenções na região portuária da cidade ver: LAMARÃO, 1991, pp. 40-44.

relações entre as diferentes classes sociais. Não que se tenha deixado de vender pelas ruas, mas na dinâmica que se instalava na realidade daquela Praça de Mercado o consumidor buscava no mesmo lugar os mais variados produtos.

O Mercado funcionava como um entreposto, servindo de local de encontro entre carregadores, varredores, barqueiros, criadas, vendedores ambulantes, possibilitando o fortalecimento dos laços e dinamizando as oportunidades de socialização. Os 'vendedores de cestos', por exemplo, levavam bem mais que produtos, mas também notícias e traziam para o Mercado as situações ouvidas e vistas nas ruas das freguesias mais internas. Muitas vezes 'contaminando' a cidade, espalhando entre as soleiras das casas e vielas estreitas as novidades recebidas nos corredores do Mercado e nas quitandas, açougues e casas de pasto.

Talvez durante a negociação com os vendedores e criadas que ali estavam a comprar em nome de seus patrões, pudesse indicar dificuldades financeiras das famílias – tidas como "mais tradicionais" ou que ocupassem posição social reconhecida – o que não seria tão improvável diante da alta dos preços. Ou quem sabe os mais íntimos segredos da casa dos patrões fossem expostos ali entre bancas de pescado e legumes, compartilhados com os vendedores ou mesmo outras criadas.

O movimento intenso – dentro e no entorno – do mercado começava desde cedo. "Antes das seis horas já é uma babel ruidosa, onde um mundo se agita e vozeia e se expande" (EDMUNDO, 1957, p.60.). Os protagonistas destas relações, além dos vendedores e compradores, ou mesmo frequentadores que em um dia normal poderiam utilizar-se daqueles corredores apinhados de gente, eram escravos de ganho, carregadores, imigrantes pobres em busca de postos de trabalho, criadas, libertos, prostitutas [5], catadores pobres dos morros da região central. Era um mundo de oportunidades de sobrevivência que se abria frente à realidade excludente que se consolidava diante das mudanças sócio econômicas da segunda metade do século.

Podemos através de crônicas e imagens perceber esses 'outros' usos do mercado, frequentemente combatidos pelos fiscais e policiais numa tentativa cada vez mais crescente de imposição da ordem. A clareza de João do Rio nos permite perceber a desnaturalização da concepção clássica do Mercado somente como local de compra e venda de produtos, mas na sua crônica algumas vezes o Mercado tornava-se um canto "separado da cidade":

> Na Praça havia a abundância, a riqueza, a miséria e a vagabundagem. Ao lado de rapazolas que mourejavam desde pela madrugada entre montanhas de vegetais e ruínas sangrentas de carne, rastejando por entre as fortunas feitas às braçadas no desencaixotar das cebolas e dos alhos, viviam e morriam com fome garotos esquálidos, vagabundos estranhos, toda a vasa do crime, do horror da prostituição (...) [6].

[5] Sobre a questão da prostituição e sexualidade no Rio de Janeiro ver FIGARI, 2007, pp. 108-110.

[6] Paulo Barreto, sob o pseudônimo *João do Rio* foi um importante cronista da virada do século. A crônica intitulada "O Velho Mercado" foi publicada na Gazeta de Notícias, em 12 de janeiro de 1908, p. 1. Posteriormente foi

Mesmo deixando claro o seu preconceito, o cronista nos permite identificar prostitutas que entre postas de bacalhau e fardos de farinha ofereciam seu próprio corpo para consumo. Ou ao cair da noite, toda sorte de promiscuidades entre "montanhas de vegetais" e "carnes sangrentas" como, por exemplo, o consumo de ópio. O autor une a pobreza e a riqueza, no mesmo espaço ao registrar a presença de malandros, ciganos, mendigos e trabalhadores pobres que não conseguem mais trabalhar por algum tipo de problema de saúde.

Em meio à "Babel ruidosa", na beleza caótica do "céu, muito azul" e do sol "derramando toda a sua luz dourada". Entre lanchas, velas brancas, ilhas, fortificações e ruas movimentadas que desembocam no cais, "a vida tumultuária da cidade vibrava num rumor de apoteose, e era ainda mais intensa, mais brutal, mais gritada, naquele trecho do Mercado, naquele pedaço da rampa, viscoso de imundícies e de vícios[7]".

Em suas descrições, o *flâneur* buscava revelar o lado mais sombrio do 'estômago da cidade', gesto que era quase uma lei entre os seus colegas jornalistas franceses – a de guiar a 'gente chique' com segurança por áreas cheias de "imundícies e de vícios" da Capital Federal, revelando práticas e vivências que essa sociedade fingia desconhecer. Com suas palavras, o autor defende que seu objetivo era levar seus leitores à excitante e trágica visão "que a miséria tece na sombra da noite por essa misteriosa cidade".

Procurando apresentar aos leitores um maior realismo, João do Rio às vezes reproduz a voz desses sujeitos que encontra em suas andanças pela cidade. Um bom exemplo é quando nos conta sobre as reivindicações de estivadores, quase sempre "os pobres estrangeiros" obrigados a buscar o sustendo, afinal era a única oportunidade que muitos possuíam, e trabalhar muito de sob o sol, por uma remuneração baixíssima.

Segundo o cronista, um trabalhador a estiva consciente da situação o afirmou: "Os senhores não sabem que este país é rico, mas que se morre de fome? (...) O capital está nas mãos de grupo restrito e há gente demais absolutamente sem trabalho". E continua "Os patrões não querem saber se ficamos inúteis pelo excesso de serviço". Para aquele trabalhador, era fácil encontrar ali mesmo no Mercado muitos "trabalhadores inutilizados", pelas condições de pedinte a que foram expostos e muitas vezes tendo como único sustendo os restos de comida.

Nosso repórter do "submundo carioca" nos ajuda a perceber mais um personagem nesse frenesi da cidade, "José Vizuvi, filho de imigrante italiano, o conhecido mendigo Vizuvi". Pela manhã, bem cedinho, "às 5 da manhã, sai à procura dos pães que os padeiros costumam deixar nas janelas e à porta de certas casas". Com a malandragem de um gatuno, ao perceber que "a janela é alta, serve-se de um pau em forma de ferrão". Aprendendo a "técnica de sobrevivência" com o pai**,** tinha ainda o restante do "dia no Mercado e nos bairros centrais" para realizar o

incluída no livro de crônicas: Cinematographo: crônicas cariocas, Porto: Lello & Irmão, 1909.

[7] Na obra mais famosa de João do Rio, intitulada *A Alma encantadora das ruas,* foram reunidos os textos publicados entre 1904 e 1907 na *Gazeta de Notícias* e na Revista Ilustrada *Kosmos*, tais periódicos circulavam basicamente entre homens e mulheres da elite, setores médios (que aspiravam ascensão social) e alguns estudantes e escritores RIO, João do. "O que se vê nas ruas. Pequenas profissões". Apud: **A Alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

seu "trabalho". O cronista narra o perfil de outro "larápio", de nome João da Silva, morador do centro e com 13 anos de idade, negro, dado a "serviços pouco asseados". A mãe do nosso João da Silva finge ser cega, mendiga no Largo do Machado, desempregada, espancada pelo amante que lhe rouba todo o dinheiro, provavelmente o filho presencie muitas dessas surras, dando vida à "tragédia soluçante" definida pelo autor.

A cidade apresentada por João do Rio não é somente aquela dos cafés e boutiques da Rua do Ouvidor, muito menos das confeitarias e do *footing* da Avenida Central. Mesmo diante do abismo sócio-econômico que se criava entre as classes, de alguma forma esses "modos de vida" que aparentemente habitam mundos tão distantes, se cruzavam. Seja no Mercado, na Igreja, nas casas de prostituição ou no Bonde. Ainda que a ideia fosse excluir e afastar cada vez mais as "classes perigosas" do Centro cosmopolita da Capital Federal em alguma ocasião – ou lugar, como o Mercado – essas vidas se encontravam.

Esse choque entre os usos diversos da cidade pode ser percebido nas bancas do mercado, no cais e na diversidade de pessoas que ali se reuniam Afinal, ricos e pobres, criados ou patrões precisavam se alimentar, mesmo que para alguns as dificuldades em comprar gêneros essenciais fosse mais intensa, para aqueles pobres que viviam apinhados nos cortiços das freguesias Centrais, ainda era um lugar de oportunidades.

O escritor Luis Edmundo também nos ajuda a imaginar como se relacionavam a cidade dos ricos (moderna, cosmopolita) e a cidade dos pobres (colonial, atrasada, negra) onde "após uma boa noitada [em algum café, ou teatro ao estilo cabaré francês], o chique é comer nesse antro, pela manhã ostras acompanhadas de vinho branco" (EDMUNDO, 1957, pp.59-60).

A Revista "*Fon-Fon*" endossa o que parecia ser uma prática frequente entre a sociedade carioca, ainda que deixe aflorar o preconceito de alguns sobre esses hábitos: "Mlle Sans Titre, Tijuca. Essa história de comer ostras de madrugada na Praça do Mercado em companhia de duas interessantes senhoritas só lhe pode ser explicado pelo próprio Figueiredo Pimentel".

Nas palavras do cronista Luis Edmundo, 'chique' e 'antro' se encontram, expressando bem a opinião sobre o lugar. A "Praia do Peixe, ruidosa, tagarela, denunciando-se, de longe, pela enorme algazarra que levanta e pelo mau odor que exala. É um mercado digno da cidade colonial". A modernidade que alguns procuravam impor desde o final do século XIX encontrava-se com a sociedade "colonial".

Ao sugerir que a explicação poderia ser dada por Figueiredo Pimentel a ironia do redator da Revista "*Fon-Fon*" é destilada contra o autor da máxima: "*O Rio civiliza-se!*", no entender do redator somente o cronista da modernidade poderia explicar hábitos primitivos convivendo na grande metrópole.

Na realidade, repensar um novo modo de comercializar alimentos na Capital da República foi apenas uma das iniciativas tomadas pelos governos Municipal e Federal para elevar a cidade ao nível das grandes Capitais européias. Obras de "civilização" no centro urbano da Cidade do Rio de Janeiro como a abertura de grandes avenidas, profundas intervenções, remodelação no

porto, o "bota abaixo" da virada do século atingiram principalmente as camadas mais pobres da sociedade e que encontravam, na região central da cidade, sua única opção viável de acesso aos postos de trabalho, moradia e alimento.

> Todo esse luxo [das construções na região central] e esplendor é observado do alto do morro da Favela, por aqueles que, anos antes, residiam nos cortiços, no coração da cidade. O Rio modernizou-se, muito embora a maior parte de seus habitantes não saiba bem o significado desta palavra (ROCHA, 1986, p. 98).

Para a modernização do Mercado da Candelária a opção encontrada foi construir uma nova Praça de mercado. Discussões e negociações para a construção de uma nova praça tiveram início desde meados da década de 1880. Mas foi no impulso das ações protagonizadas durante a gestão do Prefeito Francisco Pereira Passos que um Novo Mercado Municipal, situado nas imediações da Praia D. Manoel, deixaria de ser apenas um projeto.

O início das obras foi em 1903 e a inauguração do Mercado Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, também chamado de Mercado Central, aconteceu em 14 de dezembro de 1907, entretanto só começou a funcionar em fevereiro de 1908. João do Rio testemunhou a mudança de uma Praça para outra e registrou a angústia e as incertezas na crônica "O velho mercado". O autor nos ajuda a imaginar o que aconteceu naquele dia nublado, abafado, sombrio, triste. Como tantos outros dias nublados, em que a alegria solar característica desta cidade dá lugar à realidade cinzenta de incertezas e mudanças. "Aquela mudança era, entretanto, maior do que todas, era uma operação da cirurgia urbana, era para modificar inteiramente o Rio de outrora, a mobilização do próprio estômago da cidade para outro local".

O cronista ao escrever sobre o Velho Mercado nos ajuda a acompanhar o sentimento daqueles que de algum modo faziam uso do Mercado da Candelária e que como se sentiam angustiados com as mudanças anunciadas e como elas poderiam afetar seu cotidiano, afinal para o autor:

> O progresso, a higiene, o confortável nivelam almas, gostos, costumes, a civilização é a igualdade num certo poste, que de comum acordo se julga admirável e, assim como as damas ocidentais usam os mesmos chapéus, os mesmos tecidos, o mesmo andar, assim como dois homens bem vestidos hão de fatalmente ter o mesmo feitio da gola do casaco e do chapéu, todas as cidades modernas têm avenidas largas, squares, mercados e palácios de ferro, vidro e cerâmica.

Afinal o Rio, com o esforço de deixar de ser uma cidade exótica, colonial e com "tantas tradições" no dizer de João do Rio, "foi-se delas se despojando com indiferença". O autor não deixa de relatar o seu espanto diante da rapidez dessas mudanças. Justamente esse tom de

melancolia unida a certo descontentamento e crítica que norteia toda a narração sobre *O Velho Mercado*.

Para entendermos melhor toda essa mudança do "estômago da cidade" da freguesia da Candelária para outro local proponho verificarmos como os jornais que registraram a inauguração do Mercado Municipal de fins de 1907 descreveram a necessidade da nova construção.

A reportagem do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro traz em seu primeiro parágrafo uma justificativa para o novo mercado, para o *comércio dos produtos de consumo diário*: a necessidade de a cidade possuir um edifício à "altura do progresso" esperado pela Capital Federal. Mostra ainda a rapidez com que o "desenvolvimento" da cidade se realizava, afinal, aquela era a Capital da República dos Estados Unidos do Brasil. Fazia-se urgente a construção de um edifício que deixasse para traz definitivamente as feições coloniais.

> O Rio de Janeiro, que em um bem curto lapso de tempo tem caminhado de desenvolvimento em desenvolvimento, precisava ser dotado de um estabelecimento que na altura do seu progresso, fosse destinado ao comércio dos produtos de consumo diário. E atendendo a essa necessidade que a (...) inaugura hoje oficialmente o majestoso edifício para esse fim construído à Praça D. Manuel.

E prossegue descrevendo o novo edifício do Mercado da Cidade do Rio de Janeiro, que continha 500 divisões destinadas à venda de produtos variados. A estrutura de ferro (figura 2) utilizada para a execução do projeto do engenheiro Alfredo de Azevedo Marques, foi importada de Bruxelas.

Figura 2. Mercado Municipal do Rio de Janeiro em fase de conclusão de obras e urbanização do entorno. Autor desconhecido.

Além de apontar a modernização oferecida pelo edifício aos comerciantes e usuários do mercado, o *Jornal do Brasil* destacava os materiais utilizados na construção toda em ferro de cantaria e ladrilho sugerindo que não havia "material algum sujeito a incêndio".

A imponente edificação era a maior já construída no Brasil utilizando ferro. Inspirado em mercados, especialmente o parisiense Mercado Le Halles. O novo Mercado Carioca pretendia atender aos padrões de ordem e higiene que tentavam impor à cidade. Esses novos padrões ficam evidentes no estilo da construção (ferro inglês). A aplicação das novas tecnologias ao projeto indica a disposição que o grupo de empresários da Companhia Mercado Municipal de investir, de modo a justificar os lucros que aspiravam obter.

A reportagem do *Jornal do Brasil* nos mostra a preocupação de que aquele espaço se consolidasse como espaço de sociabilidade e de civilidade para o Rio. Afinal, O Rio Civiliza-se! A intenção era atrair para aquele espaço da cidade os mesmos homens trajando paletós de casimira clara, com suas senhoras vestidas com toaletes à parisiense. A "boa sociedade" carioca, depois de um agradável passeio pela nova avenida, poderia desfrutar do conforto e praticidade das compras. Ou, então, comer nos restaurantes que ali funcionariam, conversando em francês no "pátio arborizado e cimentado" e iluminado por "modernos combustores e arandelas para gás", tomar chá (ao invés de café), ou se deleitarem com finos vinhos e iguarias da *cuisine française*, onde no mesmo pátio mesas e cadeiras possibilitariam "as pessoas que desejarem fazer um *lunch* frugal". E a 'boa sociedade' contaria ainda com 24 aparelhos sanitários e 32 mictórios "dos sistemas mais modernos", deixando claro que alguns destes eram destinados à senhoras. Como bem observou Carvalho, "No Rio reformado circulava o mundo *belle-époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro" (1987, p.40). O sonho da Europa possível se concretizava nas construções, como o novo mercado, que elevariam a cidade ao cosmopolitismo.

Documentação

Almanak Laemmert, Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Império do Brazil para 1844. Rio de Janeiro, p. 839.

Revista "Fon-Fon". Rio de Janeiro, n. 14, 18 de janeiro de 1908.

Gazeta de Notícias, 12 de janeiro de 1908, p. 1.

Jornal do Brasil, O Novo Mercado. Inauguração, 14 de novembro de1907, p. 3.

Bibliografia

AZEVEDO, Moreira de. **Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**. v. 2. Rio de Janeiro: B. Garnier, 1877.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époqu**e. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

COSTA, Nelson. **Rio de Ontem e de Hoje**. Rio de Janeiro: Leo, 1958.

DAMAZIO, Sylvia F. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957.

FARIAS, Juliana Barreto. Mercado em greve: Protesto e organização dos trabalhadores do pequeno comércio no Rio de Janeiro – Outubro, 1885. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 127, 2010.

FIGARI, Carlos. **As outras cariocas. Interpolações e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro. Século XVII a XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: Editora da IUPERJ, 2007.

FRIDMAN, Sergio A. & GORBERG, Samuel. **Mercados no Rio de Janeiro. 1834-1962**. Rio de Janeiro: S. Gorberg, 2003.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

LINHARES, Maria Yedda. **História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530 -1918***)*. Brasília: Binagri, 1979.

ROCHA, Oswaldo Porto**. A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

MACIEL, Laura Antunes, SOUZA, Vitor Leandro. Ordem na Praça: Normas e Exercício de Administração em Mercados do Rio de Janeiro. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica.** Rio de Janeiro. v. 4, n.1, janeiro-abril, 2012.

SESSÃO 5
Religiosidade e Igreja na Idade Média

Considerações sobre a Hagiografia de São Geraldo

André Rocha de Oliveira (UFRJ)[1]

Introdução

O trabalho que se segue está relacionado à pesquisa que realizamos visando a redação da monografia de fim de curso. A pesquisa em questão está vinculada ao projeto coletivo *Hagiografia e História*: *um estudo comparativo da santidade*, sob a orientação da Profª Andréia C. L. Frazão da Silva, e é desenvolvida junto ao Programa de Estudos Medievais (PEM) da UFRJ. Nosso objetivo central é o estudo da cidade medieval e sua relação com a produção hagiográfica episcopal. Neste artigo, faremos uma reflexão sobre os conceitos e prerrogativas desenvolvidas acerca das hagiografias e de como estes aparecem na hagiografia de S. Geraldo.

Antes de começarmos, é importante fazermos algumas considerações sobre o trabalho que se segue. Priorizamos, no presente artigo, uma característica particular dentro da modalidade hagiográfica, a Vida de Santo. Esta escolha se deve à hagiografia selecionada para estudo, a Vida de S. Geraldo. Dentro deste recorte, serão trabalhadas nas próximas páginas as seguintes questões: a tipologia dos protagonistas (os santos), o tempo[2] e o espaço nas *vitae*.[3]

Temos por objetivo neste trabalho, primeiramente, discutir as posições de Velázquez e De Certeau quanto às características que nos propomos a trabalhar dentro das Vidas de Santos. Em um segundo momento, nossa preocupação maior irá girar em torno da verificação de tais posições em uma hagiografia específica, a já citada sobre S. Geraldo.

O artigo está dividido em quatro partes, excluindo-se introdução e conclusão, a saber, Vidas de Santos, Isabel Velázquez, Michel De Certeau e Vida de S. Geraldo.

Vidas de Santos

As chamadas Vidas ou *Vitae* de Santos são um ramo textual da Hagiografia que relata a trajetória/biografia[4] de um santo. Estes relatos surgem em fins do século IV e começo do V e, além de significarem o reconhecimento por escrito de que os santos são conhecidos e aceites pela sociedade em que vivem ou que viveram (VELÁZQUEZ, 2005, p.62), possibilitaram a difusão do culto e a edificação de um número maior de fiéis. Os homens santos, personagens

[1] Graduando do Instituto de História (IH) da UFRJ. Vinculado ao Programa de Estudos Medievais (PEM), da mesma instituição, como bolsista PIBEX da PR-5.

[2] É necessário fazer uma ressalva. No que diz respeito à questão temporal analisada na hagiografia de S. Geraldo, não inserimos as considerações de De Certeau pelo simples fato de, em suas reflexões, o autor trabalhar com o tempo de fora das hagiografias, ou seja, o tempo no qual as pessoas as liam, diferentemente do que acontece com Velázquez, cujas preocupações estão voltadas para os fenômenos temporais internos às hagiografias.

[3] Escolhemos estas características em específico por, em nossa concepção, resumirem os principais pontos das chamadas *Vitae*.

[4] Estes relatos não se restringem apenas à vida de determinado santo, podendo se estender para até depois de sua morte.

centrais das *Vitae* durante o medievo, na maioria dos casos bispos, assumem o papel de guias exemplares e de protetores para a comunidade, vindo a substituir os mártires,[5] que não se adequavam mais à vida cotidiana dos cristãos, em um momento em que a fé cristã não era mais proibida e perseguida.

No que concerne aos estudos realizados acerca da Hagiografia, optamos por, neste artigo, trabalhar o conceito de *Vita* com dois autores específicos: Isabel Velázquez e Michel De Certeau. A escolha por estes dois autores se deve às suas formações variadas, pois proporcionam uma perspectiva de análise rica e interdisciplinar.

Isabel Velázquez

Velázquez é professora de filologia da Universidad Complutense de Madrid e diretora do Arquivo Epigráfico da Espanha e de sua revista, a Hispania Epigraphica.[6] O trabalho no qual nos pautaremos para abordar o assunto é seu livro "Hagiografia y Culto a los Santos en la Hispania Visigoda: Aproximación a sus manifestaciones literartias". Para esta autora, as Vitae assumiram um papel de suma importância para a difusão do culto aos santos. Podemos estabelecer dois momentos principais, no primeiro, ainda na Antiguidade Tardia, destacava-se a necessidade de afirmação deste novo tipo de hagiografia, enquanto que, no segundo, verificamos os seus desdobramentos no período medieval, no qual podemos associar as trasladações[7] e o exemplum[8] às principais características relacionadas aos santos.

Tendo por base a estrutura das Vidas, podemos destacar o tratamento dado ao espaço e ao tempo e a tipologia dos protagonistas, os santos,como algumas das principais características deste gênero hagiográfico. Discorreremos um pouco mais sobre estes aspectos.

Primeiro, iremos abordar as considerações da autora no que diz respeito ao espaço e ao tempo. Segundo Velázquez, podemos dizer que existe um "espaço externo" e outro interno, também chamado de "espaço da santidade", assim como existe também um "tempo externo" e outro interno ou "tempo da santidade" nas vidas. Quanto às classificações referentes à localidade, podemos dizer que o "espaço externo" seria aquele que se refere a uma posição geográfica – uma vila seria um bom exemplo –relativamente próxima de onde o santo está localizado. Esta referência é, na maioria das vezes, vaga, não permitindo uma nítida localização de onde realmente é o lugar, apenas sendo possível distinguir sua proximidade. Já o "espaço da santidade" é ricamente detalhado; o hagiógrafo[9] tem o cuidado de especificar ao máximo

[5] Mártires foram os cristãos que, por defenderem a sua fé, foram perseguidos, torturados e executados, mas sem em nenhum momento a negarem.

[6] Estas informações estão disponíveis em: http://www.trotta.es/pagina.php?cs_id_pagina=15&cs_id_contenido=10184

[7] Um traslado é a transferência dos restos mortais de um santo de uma comunidade para outra.Isso acontecia porque mesmo após a sua morte, acreditava-se que seus restos mortais ainda eram capazes de realizarem proezas àqueles que a ele recorressem. Assim, representarem prestígio para as igrejas que possuíam tais restos, o que estimulava tal processo.

[8] Um santo ou até mesmo um homem comum poderiam ser exemplares. Isso acontecia quando seus atos eram capazes de inspirar e edificar os fiéis, que tentavam copiá-los.

[9] Hagiógrafo é, para os fins deste artigo, aquele que escreve a Vida de santo. A sua identidade pode ser conhecida ou não.

o espaço que o santo ocupa no momento de algum feito,[10] seja o interior de uma igreja, seja uma estrada. O mesmo processo se verifica na questão temporal, o chamado "tempo externo", que também possui uma referência vaga, tanto no que diz respeito aos dias, meses e anos, quanto à duração dos feitos ou dos próprios dias[11] (VELÁZQUEZ, 2005, p.74). No "tempo da santidade", assim como no "espaço da santidade", vemos uma maior precisão, nas palavras da autora:

> La precisión cronológica de lostiempos concretos es minuciosa: lamañana o la tarde, si se produceunmilagro durante lanoche, si durante una celebración religiosa o al salir de ella, si lavisióntiene lugar durante elsueño o no, etc. Paralelamente a ello, en muchas ocasiones hay referencias climatológicas concretas también. (VELÁZQUEZ, 2005, p.75).

Passaremos agora a tipologia das personagens principais das *Vitae*, os santos. A partir da difusão dos relatos acerca das vidas dos ascetas do Oriente, que viviam de maneira exemplar, o Ocidente cristão presencia a "transformação" da figura do bispo em santo.[12]Estes assumem o papel dos mártires como protetores das comunidades ou até mesmo das cidades.O santo do Ocidente caracteriza-se pela busca dos ideais ascéticos (monástico), ao mesmo tempo em que cuida de seus deveres episcopais.[13]Ao contrário da reclusão característica do santo no Oriente, o santo ocidental exercia um papel ativo dentro da sociedade em que vivia. Na próxima passagem, poderemos ver, nas palavras da própria autora, esta inserção na sociedade, assim como suas atuações:

> (...) los protagonistas de las Vitae, precisamente por estas circunstancias específicas del control del poder y de la sociedad y El desarollo de los acontecimentos, son personas marcadamente insertas en la sociedad, que juegan un papel fundamental y transcendente en ellas. Los santos – obispos, abades casi siempre – se sienten responsables ante la sociedad y asumen su responsabilidad en el acontecer histórico que los rodea. De ahí que SUS actuaciones tengan implicaciones com la capacidad de hacer justicia, de repartir bienes o propiedades – dado el patrimonio eclesiástico, episcopal o monástico –, de tratar conel poder político. Todas SUS actividades tienen una repercusión inmediata en la sociedad, por lo que en ellas surgen muchas veces acciones concretas cuyos efectos y repercusión pueden calificarse ya de milagros en beneficio de la comunidad o contra los enemigos de la fe. Se

[10] Este feito poderia ser um milagre, e o local onde tal feito / milagre é realizado é minuciosamente descrito.

[11] Isso quando não são simbólicos, com números determinados, como vemos na vida de Santo Alejo, que, segundo a *Legenda Aurea*, passa 17 anos fora de casa e, quando volta, passou outros 17 vivendo embaixo das escadas (VELÁZQUEZ, 2005, p. 74).

[12] Segundo Velázquez, só serão reconhecidos como santos, em nível local ou universal, aqueles que realizarem feitos prodigiosos (milagres).

[13] A chamada "*Duplex uia"*: A união dos ideais monásticos e episcopais em uma única pessoa, o bispo.

> perfila y define su carácter taumatúrgico y su papel protector. (LEONARDI, 1989, apud VELÁZQUEZ, 2005, p.67-68).

Além das intervenções temporais, o homem santo se caracterizava também por suas capacidades frente às questões espirituais, tornando-se uma espécie de guia para os fiéis. Assumia este papel ao liderar a sociedade, ao controlar as manifestações religiosas e as devoções dos fiéis, administrando-as e dosando-as. (VELÁZQUEZ, 2005, p.91).

Cabe um último apontamento. O santo das Vidas é sempre idealizado, é sempre um protótipo utópico que compreende em uma única pessoa todas as virtudes esperadas de um cristão exemplar: sabedoria, instrução, eloquência, humildade, etc. além de atitudes enérgicas frente aos que são "fracos de fé", malvados e traidores, assim como todos aqueles que caem em pecado e não demonstram arrependimento.

Michel De Certeau

Trabalharemos agora com o que propõe Michel De Certeau em seu texto intitulado "Uma Variante: A Edificação Hagio-gráfica". Ele é formado em Filosofia, Letras Clássicas, História e Teologia e lecionou nas Universidades de Paris VIII (Vincennes) e VII (Jesseu), Universidade da Califórnia e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (SOUSA FILHO, 2002, p.129). Nesta obra, o autor discute o que, para ele, são os principais pontos presentes na Hagiografia. Neste sentido, nosso interesse maior é verificar como De Certeau trabalha a estrutura do discurso e a geografia do sagrado. Sendo assim, destacaremos algumas características que nos auxiliarão na leitura da hagiografia de São Geraldo, que será trabalhada mais a frente.

De início, abordaremos a figura do herói e o discurso acerca das virtudes, principais temas da estrutura do discurso. Quanto ao herói, ou santo,[14]sua imagem é uma construção que associa o sangue nobre a uma origem divina. "Desta maneira, para indicar no herói a fonte divina de sua ação e da heroicidade de suas virtudes, a vida de santo, frequentemente, lhe dá uma origem nobre. O sangue é a metáfora da graça" (DE CERTEAU, 1982, p.272-273).Esta origem nobre pode ser conhecida ou oculta. O santo recebe tudo de antemão e jamais o perde, ponto característico da hagiografia que, diferente da biografia – na qual se dá importância na evolução e em suas consequências –, tudo é "dado na origem com uma 'vocação', com uma 'eleição' ou como nas vidas da Antiguidade, com um *ethos* inicial. [...] O santo é aquele que não perde nada do que recebeu." (DE CERTEAU, 1982, p.273).Cabe ainda ressaltar que, no relato, tanto dos heróis da hagiografia quanto da tragédia grega, "conhece-se o resultado desde o início, com a diferença de que lá onde a lei do destino grego supunha a queda do herói, a glorificação de Deus pede o triunfo do santo" (DE CERTEAU, 1982, p.273).

Sobre as questões relacionadas às virtudes, é importante frisar que, apesar de a hagiografia ser um discurso de virtudes, estas não têm obrigatoriamente uma significação moral. As

[14] Aqui o santo assume o papel do herói e vice-versa. Suas trajetórias são parecidas, só se diferenciando quanto aos seus destinos.

virtudes constituem, segundo De Certeau, unidades de base que são capazes de fornecerem modelos.[15] Cabe destacar também as relações entre virtudes e milagres. De acordo com o autor, "uns e outros se referem ao 'poder', mas como norma social, no caso das primeiras, e como exceção, no caso dos segundos" (DE CERTEAU, 1982, p.274). No processo de formação da hagiografia, dois "métodos" são costumeiramente adotados pelos hagiógrafos. No primeiro, as virtudes ganham maior preponderância do que os milagres, que perdem um pouco de sua importância. Isso se deve a exaltação dada pelo hagiógrafo a esta característica, que é bem vistas por estarem conformidade com as regras sociais. No segundo, as virtudes "aparecem como preâmbulos e combates que preparam o desvelamento miraculoso do essencial" (DE CERTEAU, 1982, p.274), ou seja, as virtudes assumem um caráter secundário, enquanto que os milagres ascendem ao centro da hagiografia. É importante fazer uma ressalva, pois em muitos casos os dois métodos citados se complementam:

> Ter-se-á, portanto, a vida de santo que vai da ascese aos milagres através de uma progressão em direção à visibilidade ou, pelo contrário, que visa, para além dos primeiros prodígios, as virtudes comuns e 'ocultas' da 'fidelidade nas pequenas coisas', traços da verdadeira santidade. (DE CERTEAU, 1982, p.274-275).

Falaremos agora da "Geografia do Sagrado". Uma frase do autor dá uma clara noção da importância desta geografia: "A história do santo se traduz em percursos de lugares e em mudanças de cenário; eles determinam o espaço de uma 'constância'" (DE CERTEAU, 1982, p.276). Dentro desta geografia, destacam-se, de maneira breve, o tempo e o espaço.

No que concerne ao tempo, o autor francês insere a vida do santo dentro do tempo ritual da festa,[16] ou seja, um tempo cíclico, um lugar localizado fora do tempo, no qual o passado ainda está por contar, e que, mesmo durante a linearidade do tempo, poderá se repetir.[17]

Quanto ao espaço, pode-se dizer que a *Vita* é uma soma de lugares e é organizada de maneira que possibilite a partida e o retorno. Segundo De Certeau: "Num grande número de hagiografias, antigas ou modernas, a vida do herói se divide, como o relato da viagem, entre uma partida e um retorno, mas não comporta a descrição de uma sociedade outra." (DE CERTEAU, 1982, p.277). Outro ponto importante é o "efeito" proporcionado pela leitura da *Vita*: uma impressão de que a leitura é itinerante, vai e volta, onde, num primeiro momento só há o caos, um mundo mau, que vai se transformando, por meio da condução do santo, no lugar enunciado.

---

[15] Acreditamos que o autor se refere aqui aos chamados *exemplum* apontados por Velázquez.

[16] Para De Certeau, a leitura das Vidas dos santos exercia uma função de vacância, pois eram lidas em dias de festas, nas horas livres ou durante as refeições, reafirmando sua dissociação perante o trabalho, à obrigação.

[17] Mesmo com o tempo seguindo de maneira linear, sem retornos, a vida do santo pode se repetir por meio das festas anuais ou que aconteçam a certos intervalos regulares.

Vida de S. Geraldo

Na vida de S. Geraldo, ou Vida do Beato Geraldo, de autoria de D. Bernardo, arcediago de Braga e discípulo do mesmo, podemos encontrar o que aqui consideramos serem os principais traços presentes na composição de uma hagiografia, como abordado anteriormente na apresentação das ideias de Velázquez e De Certeau. Características acerca da personagem principal, como sua origem, instrução, atitudes frente às adversidades, etc. assim como a forma pela qual a localização espaço-temporal se dá – principais pontos de interesse do presente artigo –, estão presentes neste texto, o que nos possibilita elaborar alguns apontamentos que serão aplicados no estudo desta hagiografia no decorrer da pesquisa.

Seguindo com a nossa proposta, começaremos tratando da figura de S. Geraldo, para depois discutirmos os aspectos concernentes ao tempo e espaço. Podemos verificar que, assim como destacado nas concepções dos autores – principalmente na de Velázquez –, a personagem principal desta hagiografia é um bispo. Após esta observação básica, podemos abordar as características e atitudes atribuídas a este no decorrer de sua *Vita*.

Em relação ao santo, podemos enumerar algumas de suas características: origem nobre; é versado em Música, Artes e Gramática, ou seja, é bem instruído; paciente, mesmo diante daqueles que o injuriam; humilde, amante da humildade e resistente àqueles que eram soberbos;caridoso para com os pobres, ajudando-os por meio de refeições e roupas, e não demonstra fraqueza em nenhum momento, mesmo quando começa a ficar doente e com o avanço da enfermidade.

Não podemos esquecer aqui a sua posição enérgica para com aqueles que se mantinham na vida de crimes, bem como os que não aceitavam a conversão a Deus,nas palavras de seu hagiógrafo: "nunca com eles transigia, antes entranhadamente foi severo com eles" (CARDOSO, 1995, p.15).

D. Bernardo também traça uma destacada referência ao perfil de Geraldo frente a outras características que estão condensadas no texto: "Eram seu principal ornamento a humildade, a magnífica *misericórdia*, a *pacífica mansidão*, a *moderada abstinência*, a longaminidade, o amor ardentíssimo para com Deus e o próximo, e assistiam-lhe de contínuo as outras virtudes que destas provêm." (CARDOSO, 1995, p.15).

No que diz respeito às suas atitudes, podemos destacar a maneira exemplar de como agia, seja com tarefas mundanas ou espirituais; o cumprimento dos deveres episcopais – como consagrações de Igrejas, ordenações de clérigos, confirmações de povoações, proteção tanto dos fiéis quanto das igrejas, que, corriqueiramente, eram submetidos à influência de leigos poderosos da região,[18] bem como a repartição dos bens –, e a busca pela erradicação dos

[18] São as chamadas Igrejas Próprias, que recebiam este nome por terem sido erigidas por um leigo. Por tê-la construído, o leigo se considerava dono dela, com direito de interferir quando e como bem entendesse. O que ia contra a posição adotada pelo episcopado, principalmente com a reforma eclesiástica.

crimes,[19] primeiro de maneira bondosa para com os infratores e, quando essa abordagem não surtia efeito, punia-os por meio da excomunhão.[20]

Com relação aos últimos parágrafos, podemos facilmente identificar as características e atitudes de Geraldo com os perfis elaborados por Velázquez e De Certeau em relação à figura do santo. Todas as suas características (instrução, humildade, etc.) são enumeradas na classificação de atributos feitas por Velázquez, que correspondem à idealização da imagem do santo. O santo é de origem nobre, assim como De Certeau propõe a origem dos santos. Exerce um papel ativo dentro da comunidade, tanto nas questões materiais quanto nas espirituais, e cumpre com suas funções episcopais, do mesmo modo como se retira durante as noites para suas orações carregadas com fortes sentimentos, a *duplexuia*, assim como Velázquez nos diz em relação ao santo ocidental.

Quanto às questões relativas ao espaço e ao tempo, novamente podemos verificar características que se enquadram nas considerações dos autores acima trabalhados. Nesta parte, primeiro iremos discorrer sobre as questões espaciais, para depois falarmos a respeito do tempo. Optamos aqui por analisar a hagiografia sob a luz de cada autor separadamente.

Iniciaremos com Velázquez. Na presente hagiografia podemos ver vários exemplos de espaços externos e espaços da santidade. Percebemos que, no que concerne ao primeiro, há uma preocupação, por parte do hagiógrafo, de situar a região na qual a personagem principal está, mas apenas isso. No decorrer da *Vita*, nos é permitido saber sempre as regiões em que Geraldo aparece, como Cahors, Toledo, Braga, Palência, Guimarães, etc. Contrapondo a este quadro marcado pela informação vaga, temos as passagens que suscitam os chamados espaços da santidade, cujo detalhamento nos permite imaginar como deveria ser tal cena. Estas passagens aparecem no momento em que algum milagre é operado ou quando da viagem feita para levar o corpo do santo de volta para Braga, após a sua morte nas montanhas.[21] Apenas para darmos um exemplo sobre estas passagens mais detalhadas, citaremos um trecho da trasladação do corpo: "Havia aí um moinho, por causa do qual uma sebe composta de estacas e pedras se estendia pelo meio do rio e por onde podia passar de pé, a custo, tão-só um homem" (CARDOSO, 1995, p.34).

Analisando a questão espacial a partir das considerações de De Certeau,podemos, tal como destaca a análise de Velázquez, encontrar traços que se encaixam nas observações deste autor. Verifica-se a grande quantidade de idas e vindas dentro da hagiografia, nas viagens feitas por Geraldo para Toledo e depois Braga, para o concílio realizado na cidade de Palência, para as montanhas, etc. Podemos observar, também, a situação do local até o momento da sua chegada e após a ação do santo. Quando Geraldo chega a Braga, vemos como o hagiógrafo descreve a cidade: "Ao entrar na cidade de Braga e ao ver a situação inóspita do lugar, despovoado e quase

[19] A palavra crime na presente hagiografia se refere a incesto, roubo, fornicação, furto, homicídio, ódio ou outros que pudessem levar o homem à morte.

[20] Isso quando o próprio Deus não agia diretamente, para desgraça do opositor ao santo. Em várias passagens verificamos que algum infortúnio acontecia àqueles que desafiavam a autoridade de Geraldo, e tal era interpretado como uma manifestação divina a favor do bispo.

[21] Segundo Cardoso, as montanhas se referem à província de Trás-os-montes, que na época estava submetida à arquidiocese de Braga. Observamos aqui, uma vez mais, a imprecisão na localização.

em ruínas..." (CARDOSO, 1995, p.9). Esta situação se modifica positivamente após a chegada de Geraldo, que, dentre outros feitos, consegue a restauração do título de Metrópole da cidade no concílio Palentino.

No que diz respeito ao tempo, o chamado tempo da santidade é bem detalhado:o que se passa em sonhos, como ocorre com um dos clérigos momentos antes da morte de Geraldo; as condições climáticas em determinados momentos, como na seguinte passagem: "(...) mas levantou-se uma invernia e começou a desabar água a cântaros, e tanta que não largou de chover toda a noite e no seguinte dia, inteirinho, mas mais grossa" (CARDOSO, 1995, p.26); e o horário das orações – "à meia-noite costumava levantar-se sempre para matinas" (CARDOSO, 1995, p.13) –, são rigorosamente descritos pelo hagiógrafo. Em relação ao tempo externo, podemos destacar a ausência de datas como principal dado ausente, assim como nos previne a autora.

Conclusão

No presente artigo foi possível levar em conta as considerações de dois especialistas no estudo da Hagiografia. Vimos que, apesar de tratarem dos mesmos pontos dentro deste tema, ambos apresentaram visões distintas e que podem ser complementadas. Como foi proposto, discorremos sobre as três características que mais nos chamaram a atenção dentro deste campo: a tipologia de virtudes da personagem principal, com todas as suas implicações e complexidades; o tempo inerente ao relatado na hagiografia (Velázquez) ou na leitura da mesma (De Certeau); e o espaço, como um sistema de partidas e retornos e com suas descrições vagas ou precisas, de acordo com o momento relatado.

Documentação

CARDOSO, José (Ed.). **D. Bernardo: Vida de S. Geraldo**. 2. ed. Braga: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1995.

Bibliografia

CERTEAU, Michel De. "Uma variante: a edificação Hagio-Gráfica". In: __. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 266-278.

PORTO, Thiago de Azevedo. "As formas de reconhecimento da santidade no medievo". In: __. **As Diferentes Instâncias de Reconhecimento Institucional da Santidade na Idade Média: um estudo comparativo dos casos de Domingo de Silos e Domingo de Gusmão**. Rio de Janeiro: PPGHC, UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Andréia C. L. Frazão da. "Introdução". In: __ (org.). **Hagiografia e História**. Rio de Janeiro: HP Comunicação, 2008.

SOUSA FILHO, Alípio de. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, São Paulo, v. 2, p. 129-134, 2002.

VELÁZQUEZ, Isabel. Hagiografía y Culto a los Santos en laHispania Visigoda: Aproximación a sus manifestaciones literárias. **CuadernosEmeritenses**, Mérida, n. 32, p. 7-271, 2005.

O Pecado no Discurso Agostiniano

Prof.ª Mestranda Joana Paula Pereira Correia (UFES)[1]

Agostinho de Hipona nasceem 354. Sua mãe, Mônica era cristã e assim o criou durante a tenra idade. Recebeu uma educação formal pagã, o futuro bispo estudou os clássicos (Virgílio, Cícero, Salústio e Terêncio) primeiramente em Madaura e depois concluiu seus estudos em Cartago (BROWN, 2005, p.42-43).

Em Cartago, Agostinho experimenta da liberdade de uma cidade grande e desfruta da carnalidade e do prazer de assistir obras teatrais. Toma uma mulher como concubina e passa a viver com ela, tendo um filho. No campo intelectual, passa a leitura de Cícero, que o instiga a buscar a Filosofia (Sabedoria).

Agostinho recorre a Bíblia, contudo se decepciona. Segundo Costa, Agostinho buscava uma explicação racional para os problemas e para o surgimento do cosmo e do homem, em especial para a questão do mal. Contudo, encontrou uma resposta baseada na fé (2002, p.25).

Suas críticas em relação as Escrituras eram destinadas sobretudo ao Antigo Testamento. Frustrado, o jovem busca suas respostas no Maniqueísmo. Estes rejeitavam não apenas o Antigo Testamento, como alguns outros livros do Novo Testamento (Costa, 2002, p.35).

Agostinho permanece Ouvinte maniqueu por 9 anos. Nem mesmo os apelos de sua mãe, contrária a situação fazem-no modificar (BROWN, 2002, p.57). Segundo os próprios relatos do bispo na obra *Confissões*, ele era um maniqueu praticante e que gostava de defender sua fé em disputas, se admirando de tê-las ganho (Agostinho, 2000, p.99).

O maniqueísmo teve sua origem na Pérsia por volta do século III, seu fundador Mani se dizia iluminado e se auto intitulou como o apóstolo de Cristo, para em seguida redigir os livros que deram origem a sua doutrina. Segundo Scibona o contexto sócio cultural deve ser levado em conta no surgimento do Maniqueísmo, pois a intensidade cultural e comercial da Mesopotâmia proporcionou a Mani o contato com modelos judaico-cristãos e com o zoroastrismo. O maniqueísmo chegou às regiões da Síria, Palestina, Arábia do Norte, Egito, Norte da África e Roma (2001, p.450).

Mani fez questão de escrever suas próprias Escrituras, pois, segundo Costa (2003), tinha medo de sua religião ser deformada e modificada pela falta de clareza e compreensão de seus discípulos. As Escrituras Maniquéias são compostas de seis livros escritos por Mani Alguns dos Evangelhos são aceitos como canônicos pelos maniqueístas, entretanto, nem todos os livros. Rejeitavam alguns sob alegação de interpolações judaicas, em especial na genealogia

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Espirito Santo, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES), orientada por Sergio Alberto Feldman. e-mail: Jpaula.historia@gmail.com

de Cristo. (DE LUIS, 1986: 30-32; 40) É devido a existência deste "Cânon Maniqueu" que alguns pesquisadores como Costa, baseado em Puech, dizem se tratar de uma "religião do livro" (COSTA, 2003, p.112).

Já o Antigo Testamento é rejeitado como um todo. Rejeitam a explicação criacionista da Bíblia, questionam a conduta dos patriarcas, e, principalmente, a relação entre os Testamentos alegando que o Antigo é obra de Satanás, enquanto o Novo é Deus (DE LUIS, 1986, p.32-35).

De acordo com a cosmogonia maniqueísta no principio existiam ontologicamente dois Reinos, ou dois princípios: o da Luz ou do bem regido pelo Pai da Grandeza; e o das Trevas ou do mal, regido por Satanás. Ambos eram iguais em poder, o Reino da Luz é superior apenas por sua qualidade intrínseca de bondade, beleza e inteligência. É por inveja destas qualidades que Satanás resolve invadir o Reino da Luz, dando inicio a uma disputa entre os reinos. É devido a esta disputa que luz e matéria são misturadas dando origem ao Universo (COSTA, 2003, p.43-44; 48-50).

Portanto, para os Maniqueus tudo no Universo contém partículas boas e más. Assim, o homem é formado por uma alma boa presa a uma matéria (corpo) má. De acordo com a cosmogonia Maniqueísta não existe pecado moral. O pecado é uma consequência da manifestação da matéria má por natureza que acaba dominando o espírito. Assim, o homem não é culpado pelo mal que pratica, o mal é natural e não moral. (COSTA, 2003, p.90-92)

Ainda segundo a cosmogonia, em um momento futuro (Juízo Final) os princípios serão separados. De acordo com Mani, a separação entre os princípios se dará quando o Maniqueísmo passar a ser religião dominante e com um grande número de Eleitos, os únicos capazes de separar a luz das trevas, pois praticam um ascetismo rígido (COSTA, 2003, p.82-84).

Contudo o retorno a situação primordial não é possível, pois para manter os Eleitos é necessário que haja Ouvintes. Os Ouvintes são maniqueus que não praticam o ascetismo rígido, e também não tem o conhecimento total da doutrina (COSTA, 2003, p.85).

Cabe aos Eleitos cumprir os três selos: o da boca, o das mãos, e o dos seios. Segundo o selo ou marca da boca cabe aos maniqueus cuidar de tudo o que entra e o que sai da boca. Assim são proibidos de dizer ofensas e palavras nocivas, como blasfêmias e mentiras, pois a boca deve ser utilizada para dizer a verdade, para louvar e proclamar o Salvador (Mani). Quanto ao que entra pela boca, devem manter sua pureza comendo apenas vegetais e frutas. São proibidos de comer carne e vinhos. As regras alimentares rígidas são em decorrência dos maniqueus acreditarem que por meio da digestão dos Eleitos as partículas luminosas são liberadas (COSTA, 2003, p.98-102).

Em decorrência do selo das mãos, o eleito deve abster-se de atos tais como matar animais, cortar árvores, cortar vegetais trabalhar a terra, evitando assim a destruição de partículas de luz. De acordo com este selo, o Eleito não podia trabalhar, devendo viver do trabalho dos Ouvintes. Também não podia possuir bens e propriedades devendo viver unicamente das doações e favores (COSTA, 2003, p.102-104).

Já quanto ao selo dos seios, cabe ao eleito a continência dos prazeres naturais, em especial os sexuais. A procriação é condenada, mesmo para os Ouvintes, pois assim aumentava-se o número de almas presas à matéria. Para os não iniciados o sexo poderia ser praticado, conquanto não haja a geração de filhos. Ao passo que os Eleitos deviam ser castos (COSTA, 2003, p.104-105).

Os três selos eram regras para os Eleitos. Os Ouvintes deveriam respeitar regras mais simples, como a não procriação, a pratica de jejuns, evitar a blasfêmia e a mentira e proclamar a fé maniqueísta. Também cabia aos Ouvintes a preparação dos alimentos e os cuidados com as necessidades dos Eleitos (COSTA, 2003, p.108-109).

Como Ouvinte Maniqueu o jovem Agostinho continuou com sua concubina e a frequentar teatros e outros ambientes públicos. Não possuía exigências de ascetismo e ainda lhe era garantido que sua alma continuasse incorrupta, pois quem pecava era a matéria. Aos poucos Agostinho foi se desiludindo com sua fé. O estudo da astrologia teve forte influência para o descontentamento. Este conhecimento entrava em contradição com os ensinamentos maniqueus de divisão do mundo (e dos astros) entre os dois princípios e luta entre eles (BROWN, 2005, p.64 - 70).

Em 382, decepcionado com o maniqueísmo e sob a alegação de conseguir alunos melhores, mais disciplinados, muda-se para Roma. A busca de um ambiente mais propício ao seu intelecto também é frustrada. Na capital, Agostinho adoece logo na chegada e depois se ver às voltas com alunos que não pagavam os professores. Dois anos depois de sua chegada a Roma, surge uma vaga de professor de retórica em Milão, para onde Agostinho se dirige. Durante um breve período se aproxima do ceticismo dos "Acadêmicos". E é ouvindo os sermões de Ambrósio de Milão que o hiponense se convence de que a Sabedoria exortada por Cícero estava no Cristianismo (COSTA, 2002, p.130-131).

É por meio de Ambrósio que Agostinho toma contato com o neoplatonismo já cristianizado, passando a compreender o Antigo Testamento de forma alegórica e da divisão entre corpo e alma, sendo esta imaterial. Aos poucos Agostinho se afasta do maniqueísmo e se aproxima do Cristianismo. Se convertendo em 386, no mesmo ano, vai viver uma vida de Ócio contemplativo cristão em Cassicíaco (COSTA, 2002, p.137-139).

Agostinho já cristão passa a conviver em um retiro espiritual juntamente com amigos, a mãe e o filho. Já tinha abandonado sua concubina e planejava se casar com uma herdeira. O Ócio foi tão agradável e proveitoso, que o hiponense abandonou as pretensões de casamento e resolveu se dedicar a vida espiritual, buscando o batismo em 387.

Segundo Marrou, "a maioria das obras de Agostinho foram-lhe inspiradas pelos problemas ou pelas preocupações que atormentavam a Igreja e seu tempo" (1957: 51). Assim, o hiponense foi um grande polêmico, discutindo contra os inimigos da Igreja e da Ortodoxia. Sendo que três questões se destacaram: os maniqueus, os donatistas e os pelagianos.

A questão maniqueísta ganha folego antes mesmo de Agostinho se tornar clérigo. Durante o período que esteve em Cassicíaco (386 – 391) Agostinho escreve várias obras. Algumas destas obras são conhecidas como "Anti-maniqueístas" por terem uma clara intenção de rechaçar as ideias que ele antes defendia (COSTA, 2002, p.220-221).

É pelo envolvimento nestas polemicas que muito da "filosofia agostiniana"[2] é formulada e articulada. Contra os Maniqueus, por exemplo, Agostinho ratifica o pensamento cristão a respeito do mal, da moral e do pecado, além de outras questões. É pela defesa de sua nova fé que ele passa a defender várias questões que se consolidam como dogmas da Igreja Católica.

Marrou (1957), Gilson (1985) destacam Agostinho como um grande pensador. Para estes autores, suas ideias ecoaram durante toda (ou boa parte) da Idade Média, chegando inclusive a Idade Moderna sendo uma das influências da Reforma Protestante.

A questão do mal e do pecado, por exemplo, que se desenvolve já nos primeiros escritos agostinianos, dá origem a reflexão sobre o livre-arbítrio que mais tarde é utilizada por Lutero. É no debate com os maniqueístas que estas questões começam a se delinear, neste momento o mal e o pecado ganham explicações na percepção agostiniana, e ganharam força com os pelagianos, quando a questão do livre-arbítrio se coloca com ênfase (COSTA, 2002, p.221). Apesar da grande importância deste debate com os pelagianos, este trabalho manterá o enfoque na questão maniqueísta.

Durante o período de ócio em Cassicíaco o recém convertido dá os primeiros passos de elaboração de sua filosofia. Sente a necessidade de se redimir da culpa de ter professado e ter convencido a alunos e amigos a se afiliar a fé maniqueísta.

Investe reflexões para entender a origem do mal, de forma a se contrapor a questão maniqueísta. Baseando-se no neoplatonismo, passa a defender que o mal não existe em si mesmo. Pois se Deus é o Sumo Bem, tudo o que ele criou é bom. Não podendo o mal ter sido criado por Deus, ele é oposto ao bem, é a corrupção (GILSON E BOENER, 1985 p.145-1460).

Assim Agostinho se opõe a noção de que a matéria é responsável pelo mal. Mas o mal praticado pelo homem? Pode ser Deus culpado, sedo O criador?

Para Agostinho o homem é superior aos outros seres criados, pois ele existe (atributo comum a todos os seres), vive (atributo comum aos animais e vegetais) e pensa, possui razão (atributo único do homem). É por possuir razão que o homem é capaz de saber que existe e que vive (COSTA, 2002, p.283).

A Razão dá ao homem a capacidade de conhecer a perfeita ordem criada por Deus e poder escolher entre respeitá-la ou transgredi-la (livre-arbítrio). Enquanto faculdade da alma, a razão funciona como mediadora entre o sentido interior, a alma, e as verdades eternas, imutáveis do universo. Estas verdades eternas estão impressas em todos os homens por iluminação divina e é o meio pelo qual a razão toma consciência da ordem presente no mundo (COSTA, 2002, p.288).

[2] Compreende-se por filosofia agostiniana o conjunto de ideias e conceitos formulados por Agostinho de Hipona de maneira geral e genérica.

É compreendendo a justa ordem que o homem passa a compreender o caminho para alcançar a verdadeira felicidade, principal desejo de todo homem. Porém, esta não se encontra nos bens materiais, mas no Bem imutável e eterno, Deus (COSTA, 2002, p.290-291).

Como um ser dotado de razão, cabe ao homem o direito de decidir para onde orienta sua felicidade. Pode tanto busca-lanos bens materiais, um erro para o hiponense. Quanto direciona-la para Deus, a única forma de alcançar a Verdadeira Felicidade. Agostinho compreende que esta é uma tarefa complicada, pois vive-se no mundo, mas não se pode viver para o mundo. Assim, cabe ao homem viver e se utilizar dos bens materiais de forma a obter o objeto amado (Deus) e não fruir, ou seja, aderir a algo por ele mesmo, sem vistas a algo maior (COSTA, 2002, p.294-295).

O amor faz parte da natureza humana, é a raiz do bem. O problema do homem não é o amor, mas a escolha do objeto para o qual dirige seu amor. É preciso que o homem compreenda a reta ordem do amor, pois, em primeiro lugar deve-se dirigi-lo a Deus. O pecado surge da inversão desta ordem. O pecado está no orgulho, no afastamento de Deus, e na compreensão humana de que é possível tornar-se feliz por si mesmo (COSTA, 2002, p.296-297).

O problema do pecado não está nas coisas temporais que em si são boas, mas no mal uso que o homem faz delas e de sua vontade dirigindo-a para as coisas terrenas, ao invés de dirigir-se para Deus. O homem inverte a justa ordem estabelecida por Deus, e ama mais as coisas criadas do que o Criador. Assim, a razão se vê submetida às paixões, a concupiscência, ao mau desejo (COSTA, 2002, p.301).

Esta noção de pecado está presente já nos primeiros escritos anti-maniqueus nos qual Agostinho acusa sua antiga fé de errônea e seus praticantes de pecadores. Agostinho acusa o maniqueísmo e sua doutrina de serem contrários às leis divinas. Sua noção de mal como algo ontológico e existente em si mesmo é contraria a bondade divina. A cosmogonia maniqueísta também é um erro, pois nela, Deus é percebido como corruptível, e material (Ele é identificado pelos maniqueus como Luz). Mesmo a busca de uma vida ascética por parte dos Eleitos é errônea, já que estes não a fazem por desapego a matéria.

Outro erro maniqueu é a não compreensão da unidade entre os Testamentos. Para Agostinho, os Maniqueus são carnais, e, portanto, não conseguem compreender as alegorias presentes nos testamentos, fazendo uma leitura superficial.

Os maniqueus são pecadores simplesmente por serem maniqueus, visto que, desta forma, não conseguem direcionar corretamente sua razão e não compreendem a Verdade. Além disto, seus hábitos e práticas, como a liberdade sexual para Ouvintes, com o desaconselhamento da procriação, é um pecado perante as leis divinas.

A questão do pecado, e mais especificamente a sexualidade foi uma questão que chamou especial atenção de Agostinho. Entre os latinos, Brown (1990) mostra que, o hiponense difere de seus companheiros latinos (Ambrósio e Jeronimo) ao tratar destas questões.

Ambrósio estava preocupado com o papel da Igreja na sociedade, e assim fez questão de afirmar a posição da Igreja como única instituição dotada de poder divino. Assim, em seu pensamento, existia uma nítida fronteira entre a obediência a Cristo e a igreja e o *Saeculum* que precisava ser bem marcada. De acordo com Brown, Ambrósio prega pela integridade, contra a mistura e a miscigenação. Ou seja, os membros da Igreja deveriam ser castos, pois o estado virginal ainda não sofreu maculação externa, estando integro. Para o Bispo de Milão existia uma hierarquia de perfeição na vida cristã cujo topo pertencia aos virgens, seguidos pelos viúvos e tendo os casados em ultimo lugar, tanto para homens como para mulheres. E mesmo o casamento deveria respeitar certas regras, como a busca pela castidade (BROWN, 1990, p.291-299).

Jerônimo não divergiu muito deste pensamento de busca pela pureza virginal. Um asceta militante que acreditava que o corpo humano "era uma floresta ensombrecida, repleta do rugir das feras selvagens, que só podia ser controlada mediante rígidos códigos de dieta e pela rigorosa evitação das oportunidades de atração sexual" (BROWN, 1990, p.309). E da mesma forma que Ambrósio, defendeu a pureza virginal frente ao casamento.

Agostinho difere por compreender que o casamento não deveria e não poderia ser execrado, pois a Igreja enquanto instituição pertencia ao mundo não podendo abarcar apenas a "seres angelicais", como queriam Jerônimo e Ambrósio. O hiponense pensava a Igreja inserida nas estruturas do mundo estabelecido, e como tal, precisava validar a sociedade romana e os laços que ligavam os indivíduos de várias formas, entre eles o de marido e mulher (BROWN, 1990, p.327-328).

Na percepção agostiniana Adão e Eva foram criados e colocados no Paraíso para fundar um *populus*, portanto, teriam relações sexuais e filhos mesmo se não tivessem decaído. Desta forma, Agostinho defendeu o casamento enquanto união sagrada cuja função era a geração de filhos. Contudo, a relação sexual era secundaria à amizade entre os cônjuges, e apenas ocorreria como concretização física de sua harmonia prévia (BROWN, 1990, p.331).

É necessário destacar, que apesar da defesa do casamento, o Bispo de Hipona julgava a virgindade superior, como demostra sua atitude de se manter casto após o batismo. Mas por que Agostinho absolve o matrimonio? Por que ele não apenas aceita o matrimonio como instancia divina, mas também o recomenda para aqueles que não conseguem chegar à perfeição? Por que Agostinho, apesar de reconhecer o celibato e a castidade como instancias desejáveis, e de ele próprio ser celibatário, não impõe tal regra a população cristã? E mesmo quanto aos clérigos ele é bastante tolerante? Enfim, por que Agostinho toma uma postura tolerante perante as questões sexuais?

Ao investigar a tolerância agostiniana em relação ao matrimonio e mesmo em respeito as relações sexuais, Brown enfatiza questões de cunho pessoal. Para o pesquisador a história de vida do Bispo mostra que este teve grandes dificuldades em reprimir seus desejos sexuais na

adolescência e mesmo durante a maturidade (já bispo) luta arduamente contra eles (BROWN, 1990, p.334).

Brown desconsidera, ou dá pouca importância para uma outra questão, que parece ser também emblemática em Agostinho: seu envolvimento com o maniqueísmo. Como já dito, o maniqueísmo buscava um ideal de vida ascética e opunha de forma radical espirito e matéria. Assim, ao abandonar esta fé o hiponense se opõe a este dualismo rígido. Esta oposição está evidente em seu discurso anti-maniqueísta.

É claro que seu envolvimento com a concubina e mesmo sua declarada necessidade sexual são elementos importantes, como coloca Brown (1990). Entretanto, o discurso anti-maniqueu deve ser levado em conta nesta reflexão. Apenas a questão pessoal não explica o consenso entre discurso tolerante agostiniano com a prática rígida consigo mesmo do Hiponense. Pois, para ele não se tratava de condenar o casamento em si, mas sim o pecado, os excessos, as inversões da ordem divina. Sendo os maniqueus ascetas rígidos, Agostinho busca argumentar que o ascetismo não deve decorrer de uma norma externa, uma imposição religiosa, mas sim na busca da compreensão da Ordem Divina. Assim, o ascetismo é uma questão de escolha daqueles que compreendem a Vontade Divina, inspirados pela Graça[3]. Este argumento é utilizado no combate ao maniqueísmo, sendo eles acusados de pecadores, pois não compreendem a Ordem Divina, principalmente ao permitir que os Ouvintes tivessem relações sexuais conquanto não procriassem.

É também devido a necessidade de responder os maniqueus que a defesa do casamento se baseia no Antigo Testamento. Como o maniqueísmo rejeita o Antigo Testamento, Agostinho escreve, e milita, em defesa deste. Seu debruçar sobre estes livros lhe leva a uma compreensão diferenciada a respeito de algumas questões, como por exemplo a união entre Adão e Eva que deveriam "crescer e multiplicar", mesmo no Paraíso. A defesa agostiniana é pensada a partir da continuidade entre os testamentos, descartando a visão maniqueísta de existência de dois princípios.

Assim, é essencial para Agostinho combater sua antiga fé. Tal reação inicia-se logo após a conversão e perpetua-se por vários anos, pode-se dizer que até o fim de sua vida Agostinho ainda escreve contra os maniqueus.[4] A construção deste discurso anti-maniqueu é também a construção de uma identidade cristã.

No discurso anti-maniqueu, Agostinho, ao mesmo tempo em que, argumenta sobre a noção de mal e de pecado, mostra para os maniqueus que, eles são pecadores, pois não souberam dirigir sua Vontade para o bem. Assim, o discurso agostiniano mostra aos maniqueus os erros de sua doutrina e os repreende como pecadores.

---

[3] Para Agostinho o homem não consegue por si só alcançar a Verdade é preciso que Deus intervenha por meio da Graça.

[4] Os escritos propriamente anti-maniqueus datam de 389 à 405, contudo, outras obras de Agostinho tratam de forma indireta o tema. Além disto, é preciso considerar que quando Agostinho se põe contra os pelagianos as questões anti-maniqueístas são revisitadas e reacendidas de forma vigorosa.

O maniqueus pecam por não aceitarem o cristianismo, por propagar uma fé errônea e por terem atos, de acordo com a doutrina agostiniana, pecaminosos. Além disto, também são acusados de pecarem dentro de sua própria fé, ou seja, de não cumprirem sua doutrina, de transgredirem suas próprias normas. Desta forma, os maniqueus são acusados por não compreenderem a verdade cristã exaltada por Agostinho e por inverterem a ordem divina por meio de seus atos.

Em seu discurso, Agostinho opõe cristãos e maniqueus os diferenciando, não apenas segundo a doutrina e os hábitos, mas principalmente sob a distinção entre erro/acerto, virtude/vicio, ou ainda, vida reta/pecadores. Ao fazer tais distinções, e comparações, Agostinho diz o que é e o que não é ser cristão, definindo uma identidade.

Portanto, a atitude tolerante de Agostinho perante as relações sexuais, e em especial ao casamento, tem relação não apenas com sua vida particular, com sua luta interna para acalmar seus desejos, mas também com sua necessidade de negar o dualismo radical, em seu discurso anti-maniqueísta, desta forma retira da matéria a culpa do pecado e o coloca na questão da livre vontade de escolha da qual o homem é dotado decorrente de sua razão. Desta forma, em seu discurso anti-maniqueísta, acusa-os de utilizarem mal a razão e a livre vontade o que os leva ao pecado. No discurso do hiponense, os maniqueus são pecaminosos enquanto os cristão são virtuosos, é por esta oposição, esta articulação que se dá a construção de uma Identidade Cristã.

Bibliografia

AGOSTINHO, S. "Confissões". In: **Os Pensadores – Santo Agostinho**. São Paulo: Nova Cultura, 2000.

BOENER, P. e GILSON, E. **História da Filosofia Cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BROWN, P. **Santo Agostinho, uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____ Corpo e sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo: História, filosofia e religião**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. O Problema do mal na polemica antimaniqueia de Santo Agostinho. Porto Alegre: UNICAMP, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

DE LUIS, Pio. "San Agustín y El Maniqueísmo. Introducción general a los escritos antimaniqueos". In: **Obras completas de San Agustín. Escritos Antimaniqueus.** 1. ed. Madrid: La Editorial Católica/ BAC, 1986.

MARROU, Henri. **Santo Agostinho e o agostinismo**. Rio de Janeiro: Agir. 1957.

SCIBONA, Conceta G, How Monotheistic Is Mani's Dualism?: Once More on Monotheism and Dualism in Manichaean Gnosis. **BRILL**. Vol. 48, No. 4, 2001, p. 444-467. Disponível em: http://www.jstor.org/pss/3270574. Acesso: 05 novembro 2009.

A Construção do Poder Papal no Pontificado de Gregório IX através do "Ícone" São Francisco

Prof. Victor Mariano Camacho (Uniabeu)[1]

O papado durante a Idade Média procurou de diversas maneiras estabelecer seu controle e poder sobre as práticas religiosas e sociais da sociedade ocidental. A partir do século XIII, com a chamada Reforma Papal, a Igreja no pontificado de Gregório IX buscou sistematizar de forma mais centralizada o culto aos santos; neste sentido, o surgimento da Ordem dos Frades Menores no início do século XIII, bem como a figura de seu fundador representaram uma peculiaridade do pontificado deste mesmo papa. Logo, o presente trabalho tem por finalidade analisar a questão do reconhecimento da santidade na Idade Média Central como estratégia de dominação papal através do caso específico da canonização de Francisco de Assis pelo papa Gregório IX.

Durante o século XIII, observamos uma efervescência espiritual na sociedade ocidental e simultaneamente a consolidação política e organização da Igreja Romana: de um lado, o fenômeno da *Reforma Papal*[2] e do outro o furor e sucesso das ordens mendicantes.

Já no século XII, de acordo com Brenda Bolton após a Reforma Gregoriana, a Igreja, apoiada em uma tradição teológica e jurídica lança as bases para a afirmação do poder do papa como chefe da cristandade. A Igreja adotou o argumento de que o poder do papa, por ser proveniente do próprio Cristo, estaria acima de qualquer outro tipo de autoridade secular[3] (BOLTON, 1983, p.111-130). Tal teoria nascida no seio da Igreja Medieval, definimos como *plenitudo potestatis*[4]. É em finais do século XII com o pontificado de Inocêncio III que observamos o apogeu do poder pontifício tornando o papado uma das maiores monarquias do Ocidente.

---

[1] Licenciado em História pela Uniabeu – Centro Universitário, integrante do Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História Antiguidade e Medievo da UFRRJ e-mail: victormarianocamacho@yahoo.com.br.

[2] O termo "Reforma Papal" é utilizado por alguns historiadores, designando uma política adotada pela Igreja Romana em finais do século XII e inícios do século XIII, cujo objetivo seria afirmar o discurso de superioridade do poder sacerdotal do papa sobre as demais instâncias da sociedade ocidental. A Reforma Papal buscava não apenas garantir a preeminência política e espiritual do papado, mas também formas de exercer o controle de práticas culturais, religiosas e sociais por parte da Igreja através da criminalização da heresia, da sacramentalização do matrimônio ou mesmo da imposição do celibato clerical no intuito de separar clérigos e leigos, desta forma a Igreja Romana desejava estender sua influencia em todos os campos da sociedade medieval o que por consequência legitimaria a própria autoridade do bispo de Roma.

[3] A querela das investiduras que envolveu o Papa Gregório VII e o Imperador Henrique IV durante a Reforma Gregoriana, consistia na intervenção do poder secular do Imperador na eleição dos bispos, bem como na organização das igrejas locais. Tal situação passou a incomodar o papado. O papa Gregório VII passou a defender a teoria de que o poder papal estaria acima do poder temporal do imperador, por de ser instituído por Cristo, além do fato de que cabia ao Papa legitimar e coroar a autoridade do imperador.

[4] A teoria da chamada *plenitudo potestatis* surgiu por volta do século V. Utilizando como fundamento algumas passagens do Evangelho como Mateus 16, 16-19 que narra o primado de Pedro, além do Evangelho de João no capítulo 21, 15-17, segundo interpretações de teóricos, o poder de pastorear as ovelhas (A Igreja) fora confiado a Pedro pelo próprio Cristo, logo o Papa como sucessor de Pedro príncipe dos apóstolos, responsável pela salvação

Brenda Bolton em sua tese sobre a política papal na Idade Média Central defende que a Reforma da Igreja nascera no seio do movimento monástico, pois embora, o objetivo da mesma fosse manter a sua finalidade e função centralizadora, ela deveria ser capaz de ajustar as suas crenças e instituições as novas realidades sociais e religiosas que surgiam para assim ir ao encontro das exigências que a sociedade lhe fazia. Se a Igreja não se modificasse de alguma forma, não poderia satisfazer as aspirações espirituais do povo, o que poderia fazer surgir e prosperar outras práticas religiosas e instituições alternativas (BOLTON, 1983, p.16-17).

Diante da efervescência de movimentos espirituais de caráter laico e popular, a Igreja inicialmente adotou a repressão no intuito de expurgar tais manifestações, definindo algumas destas, como heresia, como fora o caso dos valdenses[5], entretanto o Papa Inocêncio III percebera que a melhor maneira de levar adiante o objetivo de centralização e organização da Igreja, seria acolher de forma cautelosa os novos grupos que surgiam. A política do novo papa era inovadora e perspicaz, ao aprovar os novos movimentos garantia-lhes proteção à medida que os mesmos se mostrassem ortodoxos e obedientes à autoridade da eclesiástica.

Neste contexto, surgiam as Ordens mendicantes, os frades pregadores (dominicanos) e os Frades Menores (franciscanos), dos quais queremos tratar especificamente em nosso estudo. Francisco de Bernadone nasceu em Assis na Itália, na região da Úmbria. Após renunciar aos bens paternos, buscou uma vida de ascese e castidade, logo, seu exemplo atraiu outros jovens da cidade da região como Frei Bernardo, Pedro Cattani, Angêlo e Rufino.

A característica principal dos Frades Menores, era a sua itnerância e a opção pela pobreza, inicialmente, os religiosos usavam um hábito feito de um tecido grosseiro, trabalhavam, a fim de, obter o próprio sustento, recusando dinheiro como esmola diferente das ordens monásticas tradicionais que supriam suas necessidades através de doações de nobres. "A originalidade dos Irmãos Menores, reside em levar uma vida pobre e errante, a exemplo de Cristo e dos apóstolos que se traduziu numa recusa da posse de bens não só pessoais, mas também comunitários" (VAUCHEZ, 1995, p.143).

Quando o grupo de frades havia atingido o número de doze, Francisco teria partido para Roma com os seus companheiros, no intuito de obter a aprovação de sua forma de vida perante Igreja. A maioria dos historiadores concorda em dizer que Francisco de Assis não tinha a intenção de fundar uma ordem religiosa, aos moldes das que já existiam em seu tempo, a opção

e entrada das almas no Reino dos céus acumularia tanto os poderes espirituais quanto temporais. (STREFLING, Sérgio Ricardo. **Igreja e Poder: plenitude do poder e soberania popular em Marsílio de Pádua**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.15-22).

Outro argumento utilizado seria de que o Papa pelo fato de legitimar e conceder a autoridade ao Imperador, estaria acima também da autoridade secular. (SOUZA, José Antônio de C. R; BARBOSA, João Morais. **O Reino de Deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, da Reforma gregoriana a João Quidort**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p.13 - 38).

[5] Os valdenses, liderados inicialmente por Pedro Valdo, obtiveram a aprovação de sua forma de vida por Alexandre III em 1179, entretanto, acabaram caindo em heresia ao se oporem a autoridade eclesiástica, além de traduzirem textos bíblicos para o vernáculo, negando a existência do purgatório ou o valor dos sacramentos. Sobre heresias na Idade Média ver: FALBEL, Nachman. **As heresias medievais**, São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

pela aprovação pontifícia poderia ter surgido diante da política de centralização da Igreja em relação aos novos grupos religiosos, para que os frades não viessem a ser vistos como hereges.

Em 1209 Inocêncio III concede a aprovação da forma de vida dos frades, todavia o papa não dera a Francisco e seus companheiros nenhum tipo de documento oficial que comprovasse a aprovação da Igreja. Provavelmente queria observar a evolução do movimento ou mesmo se permaneceriam fiéis a fé católica. O papa permitiu-lhes viver e pregar nas dioceses com a autorização dos bispos além de marcá-los com a tonsura, sinal de que possuíam o aval da Igreja, Inocêncio III, concedeu a aprovação oral da forma de vida dos frades, a aprovação oficial, entretanto, só viria em 1221, com o Papa Honório III com a bula *Solet Enuere*[6].

Após a aprovação em 1209, o pequeno grupo de penitentes de Assis começa a crescer de forma assustadora. A abundância de candidatos dos mais variados tipos que iam desde clérigos a camponeses levaram a sérias tensões dentro do grupo. Ao mesmo tempo, o elevado número de frades, trazia novas exigências, diante disso, a ordem estabeleceu um elo mais estreito com a Igreja Romana. A característica de itinerância dos frades permitia ao papado inseri-los nas mais diversas atividades dentro da cristandade, os frades atuavam nas universidades, nas cruzadas, além da pregação e da cura d'almas[7] o que despertou tensões com o clero secular. Neste contexto que surge a figura do Cardeal Hugolino bispo de Óstia, o futuro Papa Gregório IX. A missão de Hugolino seria garantir que os religiosos permanecessem fiéis a fé católica e aos cânones da Igreja, além de defender os mesmos dos bispos e padres que viesse macular a liberdade dos frades.

O santo fundador provavelmente não sabia como se dava a organização de ordens monásticas nem mesmo a questão do aparato legal, mas percebia a necessidade de enquadrar o movimento de acordo com os cânones da Igreja. Hugolino, sobrinho de Inocêncio III, era formado em Direito Canônico além de ter uma larga experiência em diplomacia e em missões anteriores com os cistercienses, tais elementos devem ter contribuído na sua escolha para o cargo de cardeal protetor.

No período em que Hugolino esteve na função de tutor da ordem, observamos um acelerado processo de institucionalização do movimento franciscano, primeiramente, o cardeal aconselhara Francisco a instituir o ano de noviciado para os novos candidatos que porventura quisessem ingressar na fraternidade. Em relação à elaboração da Regra definitiva, Hugolino também teve um papel relevante, uma vez que a cúria romana exigia a elaboração de um texto mais claro e direto. A regra apresentada a Inocêncio III em 1209 possuía um caráter espiritual e consistia em apenas algumas passagens do Evangelho.

---

[6] "Regra Bulada da Ordem dos Frades Menores"; In: SILVEIRA, Ildefonso (org). **São Francisco de Assis, escritos e biografias de São Francisco, crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano,** Petrópolis-RJ: Vozes, 2002. p.131. A bula *Solet Enuere* é um texto redigido pelo Papa Honório III no início e ao final da Regra Bulada, que garante a autenticidade do documento perante a Igreja.

[7] Tanto a cura d'almas quanto a pregação eram atividades destinadas unicamente ao clero secular, antes das ordens mendicantes, a função das ordens monásticas era unicamente a oração pelas almas e pelos fiéis, os frades diferentes dos monges que viviam em locais afastados, se inseriam nas cidades dando assistência à população urbana.

Durante o IV Concílio do Latrão[8], fora definido que a Igreja não mais aprovaria novas ordens religiosas, logo os novos movimentos deveriam se enquadrar as regras monásticas já aprovadas anteriormente; a rigor, o cânone se estendia a Ordem dos Frades Menores, o que não ocorreu. Numa postura de proteção aos religiosos, o papado argumentou que os franciscanos já haviam recebido a aprovação oral anteriormente em 1209, logo não estavam obrigados a renunciar sua forma de vida.

Por volta de 1219, Francisco partiu em missão ao Oriente confiando a função de administrar a ordem a Hugolino, além de instituir dois frades como vigários em sua ausência. Todavia, os mesmos acabaram inserindo mudanças contrárias ao projeto inicial. Quando o santo retorna à Itália, encontra sérios problemas: o grupo dos chamados letrados, frades alguns deles clérigos provenientes das universidades da Europa, queixavam-se da dureza em relação à pobreza desejando que a ordem se aproximasse das características do monacato tradicional. Diante dos problemas surgidos durante a ausência de Francisco, Hugolino é instituído oficialmente pela Igreja como cardeal protetor, recebendo também o apoio do santo. No capítulo geral de 1220, na festa de pentecostes, Francisco renuncia ao governo e a função de ministro geral instituindo Frei Pedro Cattani como seu vigário entregando também a Hugolino a missão de governo.

Em 29 de novembro de 1223, o Papa Honório III aprova a Regra da Ordem dos Frades Menores, o documento provavelmente deve ter tido algumas intervenções de Hugolino para que fosse finalmente aceito pela Sé Apostólica, visto que o cardeal possuía formação em Direito Canônico.

Nos anos que se seguiram até 1226, o fundador fora assolado por diversas complicações de saúde, que iam desde problemas nos olhos a febres devido a sua viagem ao Oriente. Na tarde do dia 3 de outubro Francisco morre e no dia 4 seu corpo é sepultado na Igreja de São Jorge em Assis.

No ano de 1227, Hugolino é eleito papa, adotando o nome de Gregório IX. As diretrizes de seu pontificado seriam dar continuidade a política de Gregório VII e seus sucessores em promover a Reforma da Igreja e reafirmar a autoridade do papa bem como a teoria da *plenitudo potestatis*, Gregório IX o fez de forma incisiva, organizando o código de Direito Canônico, procurou expurgar de forma mais violenta a heresia dando início a Inquisição pontifícia, além de centralizar os processos de canonização dos santos em Roma, logo a santidade deveria passar pela aprovação direta do papa.

A questão dos processos de canonização ou mesmo o reconhecimento da santidade estão estreitamente ligados a questão da Reforma da Igreja, durante todo o século XIII, inicialmente, aqueles que apresentassem fama de santidade através de dons sobrenaturais, uma vez aprovados pelo bispo local poderiam ser cultuados dentro da cada diocese, após a sua morte. Segundo Sophia Boesch Gajano, a partir do pontificado de Inocêncio III, o papado inaugura a reserva pontifícia da canonização dos santos em virtude da "*plenitudo potestatis*". Durante o pontificado de

[8] **Lateranense IV, Nuevas órdenes religiosas**, (Capítulo 13. Se prohibe las nuevas religiones). In: http://www.franciscanos.net/document/letran2.htm acessado em 17 de agosto de 2010.

Gregório IX, os processos de canonização passam a ser organizados de forma mais sistemática e centralizada, somente ao Papa caberia determinar os indivíduos a serem venerados como santos na cristandade bem como o culto litúrgico em homenagem aos mesmos (GAJANO, 2009, p.449-163).

De acordo com André Vauchez, ao final do século XII, a Igreja passa a determinar os indivíduos que deveriam ser reconhecidos oficialmente como santos, vendo com ambiguidade os fenômenos sobrenaturais, o papado passa dar maior valor às virtudes e a ortodoxia como critérios de reconhecimento da santidade. Diante do crescimento da heresia e da contestação dos dogmas cristãos, o santo seria aquele que com suas virtudes e seguimento da doutrina teria respondido as necessidades da Igreja. No século XIII, o papado pareceu dar preferência aos religiosos das ordens mendicantes, visto que, tanto franciscanos quanto dominicanos tornaram-se as maiores colaboradoras dos projetos promovidos pela Igreja e o papado (VAUCHEZ, p.287-300).

A partir do reconhecimento da santidade de Francisco de Assis, Gregório IX procura promover a canonização do santo, que é feita em Assis em 16 de julho pelo então papa. No capítulo geral de 1227, Gregório ordena que a ordem providencie dois elementos de difusão da imagem do novo santo: primeiramente a construção de uma basílica, que fica a cargo do então ministro geral Frei Elias e uma nova hagiografia[9] para o santo que fica sob a responsabilidade de Frei Tomás de Celano. A *Primeira Vida de São Francisco* escrita por Tomás de Celano segue os moldes das hagiografias tradicionais, diferente de outros textos que viriam a seguir, o autor omite vários trechos da vida de Francisco, Celano por ter escrito por ordem do papa se atem aos milagres e as virtudes do santo, para que Francisco fosse conhecido na cristandade, poucos são os espaços dedicados a ordem, esta primeira vida se atém a figura de um Francisco "santo", um ícone a ser apresentado ao povo e não o fundador de uma ordem, ao mesmo tempo, o cronista dedica vários trechos de exaltação a figura do papa como podemos perceber no fragmento abaixo:

> O cardeal conformava-se em tudo com os costumes dos frades e, desejando ser santo, era simples com os simples, humilde com os humildes e pobre

[9] "O termo hagiografia possui raízes gregas (hagios=santo; grafia=escrita) e é utilizado, desde o século XVII, para designar tanto o estudo crítico dos diferentes aspectos ligados ao culto aos santos, bem como os textos que como temáticas centrais os santos e seu culto, como vidas, tratados de milagres, relatos de transladações, viagens espirituais, martiriológios, etc".(SILVA, Andréia Cristina L. F. "Introdução", In; **Hagiografia e história: reflexões sobre o fenômeno da santidade na Idade Média Central**, 1ª Ed, Rio de Janeiro: Hp comunicações, 2008, p.7). As hagiografias enquanto gênero literário próprio da Idade Média, antes de serem um simples relato da vida dos santos, são textos que tem por objetivo mostrar sobretudo seus milagres e virtudes, são textos elaborados para a edificação espiritual, afim de propor modelos de homens e mulheres cristãos a serem apresentados aos fiéis. "A vida de santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade. Ela supõe que o grupo já tenha uma existência. Mas representa a consciência que ele tem de si mesmo, associando uma imagem a um lugar. Um produtor (mártir, santo patrono, fundador de uma abadia, fundador de uma Ordem ou de uma igreja, etc) é referido a um sítio (o túmulo, a igreja, o mosteiro, etc.) que assim se torna uma fundação, o produto e signo de um advento". (CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**, Rio de Janeiro: Forense, 1982, p.243).

> com os pobres. Era um irmão entre os outros, mínimo entre os menores, e procurava ser como um dos demais na maneira de viver e de agir. Tinha muita solicitude pela difusão da Ordem em toda a parte e, como tinha fama de vida santa, conseguiu ampliar bastante a Ordem.
> Dera-lhe o Senhor uma língua erudita, com que confundia os adversários da verdade, refutava os inimigos da cruz de Cristo, reconduzia os transviados ao caminho, pacificava os que estavam em desavença e reforçava os laços da caridade entre os que se amavam. Era na Igreja de Deus a luz que arde e ilumina e a seta escolhida preparada em tempo oportuno. (CELANO, 2002, p.250)

O trecho acima narra um dos episódios da vida de Francisco de Assis quando Gregório IX ainda era cardeal protetor da ordem, percebemos neste e em outros fragmentos uma preocupação em exaltar as virtudes e a autoridade do papa, assim como no fragmento abaixo que trata da canonização do santo de Assis:

> Junto a seu túmulo estão acontecendo continuamente novos milagres. Entre as muitas súplicas, são ali obtidos muitos benefícios para as almas e os corpos. Os cegos vêem, os surdos ouvem, os coxos andam, os mudos falam, salta o que sofria de gota, o leproso é limpo, o hipocondríaco volta ao normal. Os que sofrem dos males das mais variadas doenças obtêm a desejada saúde. O corpo morto cura os corpos vivos, como quando estava vivo ressuscitava as almas mortas.
> Ouviu e compreendeu tudo isso o Romano Pontífice, o maior de todos os pontífices, o guia dos cristãos, o senhor do mundo, o pastor da Igreja, o Cristo do Senhor, se enche de gozo, vendo renovar-se em seu tempo a Igreja de Deus por mistérios novos que são milagres antigos, e isso em um filho seu, que gerou em seu seio, acalantou em seus braços, amamentou com a palavra e educou com o alimento da salvação. (CELANO, 2002, p.269)

Além de promover a canonização de Francisco, nos anos que viriam a seguir em seu pontificado, o papa adotou uma política de proteção e intervenção direta nos assuntos da ordem.

Andre Vauchez ao analisar a espiritualidade que surgia neste momento histórico, aponta para o surgimento de movimentos de caráter subversivo e dissidentes, a heresia ao mesmo tempo em que contestavam a legitimidade da hierarquia eclesiástica, despertavam fascínio em grande parte da população (VAUCHEZ, 1995, p.142), logo cabia a Igreja posicionar-se em defesa da fé católica, dispondo não apenas de estruturas e meios coercitivos, mas também ícones e discursos de legitimação, todavia, a simples coerção não seria eficaz para garantir a preeminência de seu poder sobre as demais instancias existentes no Ocidente, se fazia necessário incorporar os

novos movimentos que surgiam e se fosse preciso, adequá-los em uma "fôrma" de acordo com as novas diretrizes estabelecidas.

Neste contexto, aos franciscanos, restava adequar-se a nova realidade política de sua época. Francisco, uma vez solicitando a aprovação de sua forma de vida ao papado, acaba por renunciar, de forma involuntária, o seu ideal de pobreza e vivencia integral do Evangelho. A proposta de uma ordem onde clérigos e leigos vivessem em igualdade era extremamente revolucionária e inovadora para sua época fugindo a própria concepção de igreja predominante em seu tempo.

Gregório IX em seu pontificado procurou aproximar-se ao máximo do ícone de São Francisco e de sua ordem, provavelmente pelo fato de perceber a popularidade dos frades e do novo santo. A presença dos frades em várias regiões da Europa, sobretudo nas cidades, representava uma Igreja renovada. Os frades receberam do papado, apoio e permissão para os seus projetos que iam de acordo com a política de centralização da cristandade, vivendo a castidade e a obediência, eram exemplos para o próprio clero secular.

Acreditamos que as hagiografias de Celano, além da sistematização do culto litúrgico a Francisco de Assis a partir da canonização, serviram como um veículo de difusão e afirmação da *plenitudo potestatis*. A consolidação da autoridade política não seria o bastante para garantir a coesão e o controle das práticas religiosas na cristandade ocidental. Sendo o papa o representante de Cristo na Terra, era necessário promover uma santificação do Bispo de Roma, permitindo assim um maior exercício de poder que ultrapassa o âmbito da tradição, da lei ou mesmo do dogma.

Através da análise das fontes levantadas, podemos apontar algumas possíveis intenções de Celano na primeira vida e em outras hagiografias elaboradas pelo mesmo frade: primeiramente identificar Hugolino ou Gregório como um bispo humilde associado à figura de Cristo, em seguida como aquele que fora escolhido por Deus (ser reconhecido por um santo, dava também a Gregório uma espécie de "santificação"), e por último como pastor ao combater os "inimigos da Igreja" (hereges) protegendo seu o "rebanho", no caso os fiéis.

A inauguração de reserva pontifícia da canonização dos santos por Gregório IX a partir de Francisco de Assis, fora um elemento a mais na construção da dominação papal. As diretrizes doutrinais sobre a autoridade do Bispo de Roma não são estabelecidas de forma momentânea, elas tem início na Idade Média Central sendo construídas ao longo da própria história da Igreja. Embora o discurso da santidade do papa ainda não seja oficializado de forma dogmática no século XIII, nem mesmo inaugurado oficialmente pelo próprio Gregório IX, ao propormos a análise do caso do papa em questão e sua relação com a Ordem dos Frades Menores, observamos sinais que apontam para uma difusão e afirmação do mesmo discurso. Além de chefe da cristandade, o Bispo de Roma pelo simples fato de ser sucessor de Pedro e representante de Cristo na Terra passa a ser santo em vida em virtude de sua missão.

Documentação

CELANO, Tomás de. "Primeira Vida de São Francisco". In; SILVEIRA, Ildefonso (org). **São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. Petrópolis – RJ: Vozes.

_____. "Segunda Vida de São Francisco". In; SILVEIRA, Ildefonso (org). **São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. Petrópolis – RJ: Vozes.

"IV Concilio de Letrán, 1215 VII ecuménico", cap. 12, **Biblioteca Franciscana.** In; http://www.franciscanos.net/document/letran2.htm

"Regra Bulada da Ordem dos Frades Menores". In: SILVEIRA, Ildefonso (org). **São Francisco de Assis, escritos e biografias de São Francisco, crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**, Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia

BOLTON, Brenda. **A Reforma na Idade Média século XII**. Lisboa: Edições 70, 1983.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: Do ano mil a colonização da América.** São Paulo: Globo 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DESBONETS, Teóphile. **Da Intuição a instituição.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FALBEL, Nachman. **As heresias medievais.** São Paulo: Editora perspectiva, 1976.

_____. **Os espirituais franciscanos.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

GAJANO, Sophia Boesch. "Santidade". In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean Claud (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: Edusc, 2009.

SILVA, Andréia Cristina L. F. "Introdução". In: **Hagiografia e história: reflexões sobre o fenômeno da santidade na Idade Média Central**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Hp comunicações, 2008.

SOUZA, José Antônio de C. R; BARBOSA, João Morais. **O Reino de Deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, da Reforma gregoriana a João Quidort**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

STREFLING, Sérgio Ricardo. **Igreja e Poder: plenitude do poder e soberania popular em Marsílio de Pádua**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

VÁUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental**. Lisboa: Estampa, 1995.

_____. "Santidade". In: GIL, Fernando (org). **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, vol. 12.

Relações Entre Identidade Cristã e Critérios de Humanidade na Obra Confissões de Agostinho de Hipona

Prof. Mestrando Wendell dos Reis Veloso (UFRRJ)[1]

O Bispo Agostinho de Hipona nasce em 354 d. C. e morre em 430 d. C., período que segundo Peter Brown é marcado por um grande dinamismo, de modo que ele chega a afirmar que tende a ver o Império Romano a partir do século III como uma sociedade formada por pequenos tremores de terra que brotavam do interior de seus habitantes. Ainda o mesmo autor afirma que a maior característica deste momento é a tensão existente em cada um dos homens e mulheres, entre o seu interior e a sua vida exterior. (BROWN, 2007, p. 13)

O mesmo autor nos chama atenção para o fato de que esta tensão nos foi apontada por nosso bispo, um homem que, não podemos esquecer convertido no ano de 386, era ele mesmo um homem em mudança (Idem, p. 9-12), a qual "foi hábil para registrar com inquietante sensibilidade", de maneira que "ele é uma figura central no desenvolvimento do pensamento do Ocidente" (Idem, p. 9).

Ele pôs em palavras, cheias de significados, justamente este problema da relação entre o interior e o exterior na vida dos homens. Aliás, é em torno desta relação que Agostinho constrói suas *Confissões*, obra que data de cerca de 397 d. C., um de seus vários escritos, que mais do que evidencias de um período crucial da história, forneceu também uma linguagem pela qual os homens do IV e V séculos poderiam se entender. (Idem, p. 9-11)

Esta linguagem constitui-se no que podemos denominar de estratégia discursiva para a conformação do que chamamos de identidade cristã e enquadra-se no interior de uma tradição patrística, literatura esta que:

> (...) consolidava importantes axiomas sobre a sacralidade cristã e sobre os entes que dela poderiam desfrutar. Ao mesmo tempo, definia lugares sociais e históricos àqueles que se distanciavam, por erro ou desvio, das projeções escatológicas contidas em sua teologia (SANCOVSKY, 2010, p. 128).

Os teóricos da identidade afirmam ser o binômio "nós" e "vós" seus constituintes básicos.[2] Koselleck argumenta que "o simples uso destes termos estabelecem inclusões e

[1] Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PPHR/UFRRJ - CAPES). Orientadora: Dr.ª Renata Rozental Sancovsky.

[2] Acerca da construção das *identidades* e *diferenças* nossas reflexões referem-se, além das referidas neste trabalho de maneira explicita, à obra organizada por Tomas Tadeu da Silva (2000).

exclusões, e desta maneira constituem uma condição para que a ação se torne possível" (2006, p. 191-192).

De acordo com as reflexões empreendidas até aqui entendemos que uma vez que os escritos agostinianos, inseridos em uma tradição patrística, consolidam importantes axiomas sobre a sacralidade cristã e sobre os entes que dela poderiam desfrutar, tais escritos não constituem apenas indicadores de ação, mas também são responsáveis por caracterizar e criar grupos políticos e sociais com base em conceitos *antitéticos* e *assimétricos*[3] que almejavam atribuir constantes naturais às condições que são históricas. Em outras palavras, a linguagem agostiniana tinha papel capital na conformação de uma identidade cristã, entendendo esta não apenas como algo apontado pela linguagem legada pelo Bispo de Hipona, mas também – em uma relação dialógica – criada por esta linguagem.

Em confluência com nossas proposições Michel de Certeau ainda nos adverte que é a violência que se encontra marcada a ferro na linguagem que define de onde eu falo, está inscrita no lugar de onde eu falo (CERTEAU, 2008, p. 88), portanto, define se sou "nós" ou se sou "vós".

Entretanto, há que nos atentarmos para o fato de que, tacitamente pelo menos, as classificações históricas, tais como, gregos e bárbaros, cristãos e pagãos, ou, piedosos e ímpios, sempre referiram-se a totalidade dos homens, de modo que a humanidade mostra-se imanente a todos os dualismos. Contudo, isto muda quando ela, a humanidade, entra na argumentação como uma grandeza política de referência e produz separações em pólos opostos, não obstante a sua pretensão à totalidade. (KOSELLECK, 2006, p. 219-231) E é justamente este processo histórico que tem início no período da Antiguidade Tardia, quando em um contexto de expansão do credo niceno na sociedade, incluindo aí as estruturas políticas formais, os pertencentes à cidade de Deus, os cristãos, confundem-se cada vez mais com aqueles integrados à estrutura política vigente.

No primeiro parágrafo do capítulo oitavo de suas *Confissões* Agostinho empreende a seguinte reflexão:

> Em que tempo ou lugar será injusto "que amemos a Deus com todo o nosso coração, com toda a nossa alma e com toda a nossa mente, e que amemos o próximo como a nós mesmos"? Por isso as devassidões contrárias à natureza, sempre e em toda a parte se devem detestar e punir, como o foram os pecados de Sodoma (CONFISSÕES, Livro III, Capítulo VIII, p. 69).

Podemos perceber no seguinte trecho o estabelecimento de alguns pecados, exemplificado por um pecado sexual, como que antitéticos à natureza humana, ou seja, os seres sociais tidos como desviantes, como os sodomitas citados por nosso autor, são enquadrados em uma relação

[3] Tais expressões são utilizadas por R. Koselleck para se referir a conceitos opostos assimétricos, onde o seu oposto não é somente o seu contrário em uma relação de equilíbrio, antes, ocupa uma posição de desigualdade em uma relação hierarquizada.

antagônica e hierarquizante em que ocupam uma posição de inferioridade que nos sugere a potencialidade até mesmo de inexistência, uma vez que suas práticas contrariariam a própria natureza.

Mais à frente encontramos:

> Efetivamente, viola-se a própria união que deve existir entre Deus e nós, quando a natureza, de quem Ele é autor, se mancha pelas paixões depravadas. Porém as torpezas luxuriosas, contrárias aos costumes humanos, devem-se repelir, em razão da diversidade de costumes, a fim de que, por nenhuma desvergonha de cidadão ou de estrangeiro, se quebre o pacto estabelecido pelo costume ou lei de uma cidade ou nação. (Idem, p. 70)

Mais uma vez temos uma evidência da correlação operada por Agostinho entre pecado e uma assertiva negativa à humanidade de alguns seres sociais, e, portanto, uma correlação entre a falta de pecados, ou luta contra estes, e uma assertiva positiva à humanidade de outros seres.

De maneira indiciária podemos localizar nos trechos acima as matrizes filosóficas do discurso alvo de nossa análise. O próprio Bispo de Hipona admite que lera algumas obras platônicas:

> Querendo Vós mostrar-me primeiramente como "resistis aos soberbos e dais graças aos humildes" e com quão grande seja a misericórdia com que ensinastes aos homens o caminho da humanidade, pois "se ter feito cárneo vosso Verbo e ter habitado entre os homens", me deparastes, por intermédio de um certo homem, intumescido por monstruoso orgulho, alguns livros platônicos, traduzidos do grego em latim. (CONFISSÕES, Livro VII, Cap. IX, p. 151)

Em biografia dedicada ao Bispo de Hipona, Peter Brown nos mostra que nosso autor lera algumas obras platônicas – provavelmente através de Plotino – no momento de sua vida em que se desligava da concepção maniqueísta de pensamento. Sobre o pensamento de Plotino, Brown assevera:

> O sentimento pungente de que o homem comum, preso ao mundo óbvio dos sentidos, move-se na penumbra e de que o saber que ele afirma possuir é meramente o estado obscuro e derradeiro de uma progressão inelutável de estágios decadentes de consciência é a marca da visão plotiniana do universo (BROWN, 2008, p. 117).

E segue afirmando que os "seguidores" de uma concepção platônica de pensar a realidade sempre assentiram ante a possibilidade de oferecer uma visão de Deus que o homem

poderia conquistar por si e para si através da "ascensão" racional e desassistida de sua mente ao mundo inteligível (Idem, p. 125). Atentando para a matriz socrática existente no pensamento de Platão entendemos que falamos, portanto, do axioma platônico do *logos*. Sobre ele, o *logos*, podemos dizer:

> Ora: "que é?" significa para estes gregos "dar a razão disso", encontrar a fórmula racional que o abranja completamente, sem deixar fresta alguma. E a essa razão que o explica, a esta fórmula racional denominam com a palavra grega **logos**, uma das palavras mais refulgentes do idioma humano; ilustre, porque dela provém a lógica e tudo aquilo que com a lógica se relaciona; ilustre também porque o credo religioso apossou-se dela, e a introduziu no latim com o nome de **verbum**, que se encontra até mesmo nos dogmas fundamentais de nossa religião: o verbo divino (GARCIA MORENTE, 1980, p. 87).

Em capítulo dedicado a utilização do pensamento agostiniano como matriz discursiva do pensamento isidoriano a medievalista Renata Sancovsky defende que a reapropriação do conceito filosófico do *logos* deu-se porque a ontologia platônica está essencial e intrinsecamente associada a tal conceito grego, elemento do ser que apresenta uma conformidade unitária, coerente e existencial. Desta maneira acabou por ocorrer à coincidência entre o *logos*, posto que perfeito, e a instância divina também supostamente perfeita (SANCOVSKY, 2008, p. 108).

Tal coincidência é verificável quando Agostinho, ao comentar sobre as obras platônicas que lera, afirma: "Neles li, não com estas mesmas palavras, mas provado com muitos e numerosos argumentos, que 'ao princípio era o Verbo, e o Verbo existia em Deus e Deus era o Verbo: e este, no princípio existia em Deus. (...)'" (CONFISSÕES, Livro VII, Cap. IX, p. 151)

Mais à frente, na mesma obra, Renata Sancovsky nos ensina que a luta maniqueísta infinita do bem contra mal, para o nosso autor, resumir-se-ia à luta do *logos/verbum* contra os seres que não o são de verdade, por serem falsos, ilusórios e nocivos, posto que não teriam sido purificados pelo reconhecimento do *verbum* – já consubstanciado na pessoa de Cristo – pelos seres.

Com base nestas reflexões podemos entender melhor o antagonismo formulado por Agostinho, e evidenciado nos dois trechos analisados anteriormente, entre pecado e humanidade, uma vez que em sua opinião o não reconhecimento do *verbum*, ou seja, da pessoa de Cristo como imanente de toda bondade e verdade, implicaria necessariamente em uma vida balizada pela maldade e pela inverdade.

Os sodomitas ou os gentios dados às paixões, dentre outros seres sociais, evidenciariam por seu comportamento a sua ligação com a maldade e a inverdade, a não busca da *Imago Dei*, do *Verbum*, não podendo, por isso, participar das alegrias do Reino dos Céus, da Cidade de Deus, o que para estes homens e mulheres assumia tons dramáticos.

Como também já dito por nós anteriormente, devido a tendência à assimilação entre os conceitos de bom-cristão e humano/natural, assim como entre Igreja e poderes formais, os supostamente desviantes ficariam à margem das relações sociais também no reino terrestre. Evidenciando assim que na dinâmica do "Império" de Deus na terra, aqueles que se desviassem da proposta oficial para o "ser cristão" / "ser humano" concebido pelas elites eclesiásticas deveriam ocupar não somente um lugar antitético em relação aos inseridos na ordem do discurso (FOUCAULT, 2006), mas também uma posição assimétrica.

Diante do discutido acima, cabe-nos lembrar que:

> Ao contrário da tentativa de melhoramento pessoal do filósofo, ferozmente individual, o "pecado" era tratado pelos cristãos como um problema comum a todos eles. Era possível transformá-lo em rectidão através da reparação e da penitência de Deus. Mas esta reparação não era puramente pessoal. (BROWN, 1999, p. 47)

E neste contexto em que a recuperação do supostamente desviante é um dever coletivo que as assertivas agostinianas não podem ser entendidas sem levar em consideração as noções de *violência justa* e de *violência injusta*. Esta, a empregada pelos supostamente desviantes contra os ordenadores do discurso, enquanto aquela é empregada por todos os que estão à frente de uma instituição dominante contra qualquer tipo de oposição, podendo, em nome de sua justiça, fazer uso dos mais atrozes castigos (MEREU, 2000). Italo Mereu afirma ser Agostinho de Hipona um dos maiores teóricos deste tipo de violência (Idem, p. 43), o que se comprova quando o próprio bispo escreve que:

> Há outras ações semelhantes a ações maldosas ou a delitos, e que não são pecados, porque nem te ofendem a ti, Senhor, nosso Deus, nem tão pouco à sociedade humana; como por exemplo quando procuramos coisas convenientes para o uso da vida e às circunstâncias, sem que se saiba se essa busca é cobiça, ou quando castigamos a alguém com desejo de que se corrija. (CONFISSÕES, Livro III, Cap. IX, p. 75)[4]

Tais teorizações coadunam-se com as determinações presentes nos discursos analisados anteriormente, quando Agostinho de Hipona afirma que os seres sociais destoantes deveriam não somente serem detestados, mas em confluência com a lógica da intolerância de que se nega o Outro como verdadeiro humano para excluí-lo, causar-lhe mal, destruí-lo (HÉRITIER, 2000, p. 25), Agostinho afirma que os desviantes deveriam também serem castigados em todo o tempo e em todo o lugar, evidenciando assim a correlação entre as reflexões agostinianas

[4] Há que se ressaltar que este não é o único trecho em que Agostinho teoriza sobre a relação entre violência e uma dada concepção de justiça. Após o trecho citado nosso autor continua empreendendo tais reflexões.

sobre os estatutos de humanidade que caracterizariam os diferentes seres sociais e os elementos elencados pelo autor e que constituíam a sua proposta de identidade cristã.

Documentação

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011 (Coleção Vozes de Bolso).
BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução da *Vulgata* de Jerônimo, 347-419 d.C.. São Paulo: Paulus, 2002.

Bibliografia

BROWN, Peter. **A ascensão do Cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
_____. **Religion and society in the age of Saint Augustine.** Eugene, Oregon: Wipf & Stock Publishers, 2007.
_____. **Santo Agostinho: uma Biografia**. Rio de Janeiro: 5ª ed. Record, 2008.
CERTEAU, Michel. "A Linguagem da violência". In: _____. **A cultura no plural**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995, p. 87-97.
DRUCROCQ, Françoise Barret (org.). **A intolerância: foro internacional sobre a intolerância**. Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronuciada em 2 de dezembro de 1970**. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
GARCÍA MORENTE, Manuel. **Fundamentos de Filosofia I: Lições Preliminares**. São Paulo: 8ª ed. Mestre Jou, 1980.
HÉRITIER, Françoise. "O eu, o outro e a intolerância". In: DRUCROCQ, Françoise Barret (org.). **A intolerância: foro internacional sobre a intolerância. Academia Universal das Culturas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 24-27.
KOSELLECK, Reinhart. "A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos". In*:* _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio Ed., 2006, p. 191-231.
MEREU, Italo. "A intolerância institucional: origem e instauração de um sistema sempre dissimulado". In: DRUCROCQ, Françoise Barret (org). **A intolerância: foro internacional sobre a intolerância**. Academia Universal das Culturas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 42-45.
SANCOVSKY, Renata Rozental. **Inimigos da fé: Judeus, Conversos e Judaizantes na Península Ibérica. Século VII**. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2008.
_____. Práticas discursivas e campos semânticos das narrativas "adversus iudaeos". Século IV ao VII d.C. **Phoînix**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2010, p. 128-145.
SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SESSÃO 6
História e Trajetórias Individuais nos Períodos Joanino e Imperial

O Ministério Ouro Preto e o Dilema da Federação

Prof.ª Doutoranda Amanda Muzzi Gomes (PUC-Rio)[1]

A ideia da federalização das províncias

A federalização foi uma das primeiras propostas aventadas para a organização política do Brasil assim que o país se tornou independente, até porque partes do território brasileiro estavam sob o domínio militar de unidades portuguesas. Por isso, a autonomia ou descentralização administrativa foi levantada pela primeira Constituinte brasileira, tomou conta do cenário das Regências e foi o principal mote das revoltas liberais da década de 1840.

Com a abdicação de D. Pedro, dos três partidos formados – *restaurador*, *republicano* e *liberal* – foi justamente a ideia da federação que dividiu os liberais em duas alas: a "exaltada", que defendia a monarquia federativa, e a "moderada", que acabou prevalecendo, até porque incorporou princípios exaltados. Assim, o primeiro inciso do projeto de emenda constitucional, apresentado pela Câmara dos Deputados em 13 de outubro de, propôs que "o governo do Império do Brasil será uma monarquia federativa" (Brasiliense, 1878, p. 8-9).

O Senado não aprovou o projeto, que foi tomado como programa por parte dos liberais, até por ter sido a primeira reforma constitucional proposta pela Câmara dos Deputados. Em contrapartida, reagindo ao que denominavam como "absolutismo" do Senado, chefes exaltados, de Minas Gerais e São Paulo, elaboraram e fizeram circular uma "constituição reformada", impressa em Pouso Alegre, no bojo do chamado "movimento de 30 de julho de 1832". Tal projeto de constituição regulava sobre a formação de assembleias províncias, que teriam diversas atribuições, muitas das quais conferidas pelo Ato Adicional.

Este documento, redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e promulgado em 12 de agosto de 1834, foi a primeira emenda à Constituição de 1824. Não foi fácil, porém, conjugar a autonomia então concedida às províncias com a manutenção do unitarismo – agora reafirmado com a instituição da regência uma. Era preciso haver um fiel da balança; daí a criação do cargo de presidente de província.

O Ato Adicional foi uma solução de compromisso que não resistiu ao próprio contexto de eclosão das rebeliões províncias, sobretudo a ameaça separatista representada pelo movimento do Rio Grande do Sul.

Já em 1836, o deputado Sousa Martins apresentou o primeiro projeto de interpretação do Ato Adicional. Na sessão seguinte, foi a vez de Paulino de Sousa, visconde de Uruguai, apresentar outro projeto, ainda mais amplo e que foi aprovado em maio de 1840, como a Lei

[1] Professora substituta na UERJ/FFP/DCH. Mestre e doutoranda em História Social da Cultura pela PUC-Rio, sob a orientação do Prof. Marco Antonio Pamplona. Bolsista do CNPq até fevereiro de 2012. amandamuzzi@terra.com.br

Interpretativa do Ato Adicional. Além disso, os próprios liberais – relativamente unidos sob a alcunha de "moderados" se dividiram: em progressistas, favoráveis à descentralização e às inovações do Ato, e os regressistas, que se juntaram a antigos servidores de Pedro I e se opunham aos excessos federalistas do Ato. Foi inclusive a partir dessa dissidência que surgiram os partidos Liberal e Conservador.

O tema da federação após a *reação* conservadora

Com a revisão do Ato Adicional, foram revogados seus tópicos considerados mais federalistas que afetavam a organização política, jurídica e administrativa das províncias, bem como seu poder legislativo. Também foram adotadas medidas indiretas, como a remodelação da Guarda Nacional, que ficou sob o controle do Poder Executivo central. Na esperança de voltar ao poder, os liberais articularam o Clube da Maioridade. Todavia, o Segundo Reinado em seu início foi marcado pela implementação dos mecanismos de centralização dispostos na Lei Interpretativa. Ademais, em novembro de 1841, foi criado o Conselho de Estado, reforçando o poder do chefe de Estado, ao passo que em dezembro foi alterado o Código do Processo Criminal, para frear excessos nos municípios.

A revogação das leis centralizadoras de 1840 e 1841 foi o principal mote das rebeliões liberais de 1842, em Minas Gerais, e 1848, em Pernambuco. A vitória dos partidários da ordem acabou ofuscando a federação e outras propostas liberais. Além disso, este primeiro Partido Liberal foi praticamente dizimado com a repressão às revoltas (Alonso, 2002, p. 69). A *reação conservadora* se empenhou em evitar que se formassem "estados no estado", ou seja, qualquer medida tendente a enfraquecer a centralização administrativa e, mais ainda, que pudesse ameaçar a tão propalada unidade do Império. A obra da *reação conservadora* obscureceu a plataforma reformista dos liberais. É por este motivo que as ideias reformistas nunca sumiram do horizonte deles, embora suas reivindicações tenham até se abrandado quando da *conciliação* dos partidos.

A federalização retomada com tintas republicanas

A tomada da cena liberal pelos progressistas, por boa parte da década de 1860, fez com que a defesa da federação ficasse de lado entre os liberais. No próprio programa redigido por Nabuco de Araújo, Dias Vieira e Zacarias de Góis e Vasconcelos explicita-se que o Partido Progressista não defende a descentralização política, pois a "considera incompatível com a integridade e força do império" (Brasiliense, 1878, p. 16). Por outro lado, o programa apregoa a "descentralização administrativa necessária à comodidade dos povos", até porque propõe "a sincera e efetiva execução do Ato Adicional". O Partido Progressista fazia jus ao fato de ter surgido da união entre conservadores dissidentes e liberais moderados.

Com os debates acalorados da década de 1860 e o *renascer liberal*, o tema da federação voltou a ser discutido pelos liberais. O programa dos liberais radicais, de 1868, pedia descentralização e eleição dos presidentes de província. Como foi deste agrupamento, por sua vez já uma

dissidência, que saíram os republicanos, o Manifesto Republicano defendeu a federação de maneira categórica, como nenhum outro programa político tinha feito até então. Na longa seção dedicada exclusivamente a esta forma de Estado, o Manifesto imbricou a federação à república como forma de governo e à democracia como sistema político. A federação estaria tão inscrita na história pátria que a própria topografia a tornava necessária, sendo a única garantia contra o princípio centralizador e despótico. Como a "ideia democrática", predominante na primeira Constituinte, foi abafada em benefício do "poder intruso e absorvente", a federação foi apontada também contraparte ao Poder Moderador. Já que o "interesse monárquico" é "a força e a origem da centralização", a federação foi apresentada como irremediavelmente ligada à república, única forma de governo capaz de garantir os "grandes interesses da representação e da defesa exterior" (apud Brasiliense, 1878, p. 59-88). Com a vinculação estabelecida entre "república", "federação" e "democracia" os republicanos colaram a defesa da federação à sua campanha.

A defesa da federação na última década do Império

A federação era pauta de vários reformistas, sobretudo republicanos, desde a década de 1870. Embora nem todos os monarquistas mencionassem explicitamente a palavra federação, a descentralização administrativa se tornou item de peso na plataforma reformista liberal dos anos 1880. Muitos que desfraldavam diretamente esta bandeira a defendiam como uma estratégia de fortalecimento do próprio Império. Este foi o caso de Joaquim Nabuco, que antes do encerramento da seção legislativa de 1885, apresentou na Câmara o projeto de reforma da Constituição para a adoção da "federação monárquica do Brasil" (Nabuco, "Projeto de monarquia federativa", 1885, Discursos Parlamentares, p. 313-369). Já outros políticos chegaram a colocar a federação acima da própria manutenção monárquica, como Rui Barbosa, que passou a defender a federação, com ou sem monarquia.

O Partido Liberal e a federação no seu último programa

Desde a lei do 13 de Maio, que não conseguiu agradar quer a abolicionistas, quer a escravocratas, a crise ministerial se alastrou pelo governo João Alfredo. Ainda em maio, liberais aproveitaram para desestabilizar ainda mais o governo, iniciando o que ficou conhecido como caso Loyos (Alonso, 2007, p. 238).

Antevendo a possibilidade de retorno ao poder, no segundo semestre de 1888, a cúpula do Partido Liberal resolveu fazer uma grande reunião, um Congresso Liberal. No dia 23 de novembro, os senadores dirigiram aos diretórios nas províncias e município neutro uma circular convocatória para que os co-partidários elegessem delegados a se reunirem na Corte. Toda a organização ficou a cargo de Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, e outros colaboradores da *Tribuna Liberal*, jornal criado em dezembro de 1888, justamente para auxiliar nos preparativos do Congresso Liberal e servir como órgão do Partido (Sodré, 1966,

p. 254). A finalidade da reunião era estabelecer as propostas do partido frente aos trabalhos da próxima sessão legislativa, particularmente em relação à adoção do sistema federativo (Celso, 1935, p. 42).

A primeira sessão do Congresso só ocorreu a 1º de maio de 1889. Os secretários eram Thomaz Alves e Carlos de Laet. Sousa Dantas, como presidente, expôs o objetivo do Partido Liberal no momento: "acentuar a posição no terreno das reformas reclamadas para o país" e combater o Partido Republicano (Moraes, 1933/1985, p. 64).

Gavião Peixoto, face ao crescimento do republicanismo no interior das províncias, propôs que o Congresso discutisse as ideias sobre a federação que haviam sido aprovadas pelo Partido Liberal Paulista. Ele disse que só a federação tiraria a razão de ser do Partido Republicano e que ela deveria ser apoiada mesmo que eles tivessem que se colocar contra a monarquia.

Rui Barbosa, além de apoiar Gavião Peixoto, levantou um voto em separado. Também elaborou um parecer e escreveu outro projeto, no qual a principal divergência era quanto ao estabelecimento no Império da organização federal, a ser garantida pela eleição de presidentes e vice-presidentes de província pelo voto direto (Moraes, 1936/1935, p. 65). O voto em separado foi sujeito a escrutínio, assim como o programa elaborado por Rui, mas não foi aprovado. No entanto, obteve dezoito adesões, entre as quais de Gavião Peixoto, Sousa Dantas, Manuel Vitorino Pereira, Cesário Alvim e Sancho Pimentel. Após a votação, Dantas reafirmou a sua preferência indubitável pelo parecer de Rui Barbosa, no que foi acompanhado por vários congressistas divergentes (Celso, 1935, p. 48-51). Na prática o Congresso acabou acentuando as divergências entre os liberais, principalmente a respeito da federação.

Com o desenrolar das sessões, os participantes do Congresso estabeleceram o programa com as reformas que deveriam ser efetuadas pelo político Liberal que viesse a assumir a presidência do Conselho de Ministros (Celso, 1935, p. 43-44).

O visconde de Ouro Preto na intensificação de uma tensão

O visconde de Ouro Preto foi o substituto de João Alfredo na presidência do Conselho de ministros, na verdade o último gabinete do Império do Brasil. Ouro Preto assumiu tal posto em momento de "intensificação de uma tensão". Tensão de interesses: de um lado, estava o Estado que visava se sustentar apesar do 13 de Maio e, do outro, os grandes proprietários de terras e escravos que não se solidarizavam com um Estado que, no seu entender, havia lhes virado as costas.

Além da gravidade da situação, o visconde de Ouro Preto acreditava nas excelências do sistema político-parlamentar do Império, capaz de superar todas as crises, com leves adaptações em sua estrutura, de modo que as alterações fossem mínimas. A federação, defendida por partidários ilustres, jamais esteve no *horizonte de expectativa* do visconde, ainda que se posicionasse favoravelmente à descentralização. Isso porque, com a reflexão que fazia do *espaço de experiência*, eivada de apegos a costumes e valores da tradição constitucional do Império, o futuro não lhe

parecia tão ameaçador a ponto de demandar grandes inovações. Ouro Preto não percebia a extensão da *crítica* e, portanto, a dimensão da situação de *crise*.[2]

O seu programa de governo indica a medida de seu tradicionalismo e também de seu partidarismo, até por ser um dos chefes do Partido Liberal desde 1880. As diretrizes do seu ministério são basicamente as mesmas do programa aprovado do Congresso Liberal, ocorrido em maio de 1889; por isso, ele não aceita de modo algum a federação.

O visconde de Ouro Preto foi convidado pelo imperador para chefiar gabinete por falta de opção. Pedro II não queria que João Alfredo saísse do governo, tanto que recusou seus vários pedidos de demissão (Moraes, 1936/1985, p. 63). Após um ano de desgaste, sobretudo em relação ao caso Loyos, João Alfredo pediu a dissolução da Câmara, que foi negada na consulta imperial ao Conselho de Estado. Então, Pedro II teve que aceitar o pedido de demissão do ministério, mas insistiu em manter os conservadores no poder. Não aceitaram a chefia do Conselho os seus convocados, senador Manuel Eufrásio Correia, o visconde do Cruzeiro e o visconde Vieira da Silva (Moraes, 1936/1985, p. 63; Celso, 1935, p. 51).

Pedro II, diante da dificuldade em obter o aceite de um conservador, resolveu mais uma vez chamar Antonio Saraiva, senador pela Bahia, que imediatamente recusou a chefia de gabinete, em momento em que perigavam as instituições, embora empregando o fraco ardil de motivo de saúde. Diante da insistência do imperador, acabou admitindo que se inclinava para o voto em separado de Rui Barbosa no Congresso Liberal, motivado pela defesa da federação, que lhe parecia reunir "adiantadas aspirações" de uma parte do partido (Holanda, 2010, p. 204-205). Homem de confiança de Pedro II, Saraiva aconselhou ao imperador que promovesse a federalização das províncias e depois abdicasse a Coroa nas mãos do Parlamento (Moraes, 1936/1985, p. 70). Pedro II, em vão, insistiu para que ele tomasse pelo menos um ministério. Diante de tantas recusas, o monarca pediu a Saraiva a indicação de alguém que estivesse em condições de organizar novo gabinete. O nome indicado, e aceito, foi o do visconde de Ouro Preto (Celso, 1935, p. 5-53). No dia seguinte, iniciou-se o seu governo.

Ouro Preto adotou como diretrizes para o seu ministério quase todas as reformas contidas no programa aprovado no Congresso. Entre as numerosas reformas que ele anunciou na sessão da Câmara destacam-se: alargamento do direito de voto a todo cidadão que souber ler e escrever e exercer profissão lícita; plena autonomia dos municípios e províncias, com temporalidade para os cargos políticos desses níveis, sendo eleitos diretamente os administradores municipais e por lista os presidentes e vice-presidentes de províncias; nacionalização de imigrantes; temporalidade do Senado; reforma do Conselho de Estado; lei de terras para facilitar a sua aquisição; promoção e criação de estabelecimentos de créditos ao comércio e principalmente à lavoura. Percebendo a inaplicabilidade imediata de tantas reformas, Ouro Preto considerou mais urgentes o alargamento do direito de voto e a autonomia das províncias. Diante do crescimento da torrente republicana e da radicalização do reformismo, as medidas eram bastante moderadas.

[2] Apropriação de expressões e termos consagrados de Reinhart Koselleck, respectivamente, em *Futuro Passado* e Crítica e Crise.

Na avaliação de Sérgio Buarque de Holanda, não passavam de uma espécie de "tática defensiva" que pouco ou nada mudaria no sistema político imperial (Holanda, 2010, p. 206-208). Todavia, não foi bem assim que os contemporâneos, no calor da hora, as interpretaram.

Alguns deputados consideraram o programa reformista demais, o que não era, ainda mais se comparado ao programa liberal até então vigente, elaborado em 1869. Pedro Moniz exclamou que essas reformas seriam o começo da República, ao que Ouro Preto retorquiu dizendo que eram justamente a sua inutilização. Tamanha foi a agitação que o visconde de Taunay assim sintetizou no seu diário a sua impressão daquele dia 11 de junho: "Aspecto revolucionário na Câmara" (apud Moraes, 1936/1985, p. 68).

Os distúrbios, em momento ritual antes tão solene, evidenciam a perda de amparo simbólico ao Império entre os parlamentares, agravada pela perda de apoio por parte de sua principal classe de sustentação, os proprietários escravistas. Como Ricardo Salles sintetiza, o desafio do governo Ouro Preto foi administrar a enorme crise de legitimidade do regime (Salles, 2011, p. 27).

O gabinete do Visconde de Ouro Preto era composto por: ele mesmo, na pasta da Fazenda; Cândido Luís Maria de Oliveira, na pasta da Justiça; Franklin Américo de Meneses Dória, barão de Loreto, na pasta do Império; José Francisco Diana, na pasta de Estrangeiros; José da Costa Azevedo, barão de Ladário, na pasta da Marinha; Rufino Enéas Gustavo Galvão, visconde de Maracaju, na pasta da Guerra; Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, na pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Celso, 1935, p. 53-54).

Todos já tinham carreira política conhecida, com exceção do barão do Ladário, que, no entanto, era general da Armada, além de ter assumido muitas comissões no país e no exterior. O visconde de Maracaju era também general, do Exército. Nesse ponto, Ouro Preto visou agradar os militares e atenuar o estado de indisciplina em razão da *questão militar*. Por isso, nomeou militares para chefia das pastas militares. No entanto, esse acabou sendo um dos muitos motivos de queixa do Parlamento ao seu ministério. Outro aspecto em que muitos deputados bateram foi no aulicismo da maioria desses senhores, sendo alguns de fato residentes no Paço, o visconde de Maracaju e o barão de Loreto. Ouro Preto defendeu-se relatando que, apesar de ter ouvido amigos, foi ele quem escolheu todos os nomes.

Entretanto, a principal crítica que Ouro Preto recebeu, e que já seria esperada, foi não ter apresentado ao imperador um programa de federação das províncias. Ele argumentou que não levantou essa idéia por não estar contida no programa aprovado pelo Partido Liberal. O visconde explicou que a descentralização a ser efetuada não previa eletividade dos presidentes provinciais, que seriam escolhidos em lista tríplice pelo imperador, como ocorria com a eleição de senadores. Joaquim Nabuco atacou a proposta por considerá-la incompatível com a idéia federativa, pois: "A lista provincial para a escolha dos presidentes é uma combinação híbrida que transporta, de fato, a eleição das urnas provinciais para as intrigas da Corte" (apud Vianna, 1935/1985, p. 45).

Após a exposição do programa ministerial, o deputado que mais se destacou nos ataques ao novo gabinete foi o padre João Manuel. Ele argumentou tenazmente que Ouro Preto estava ludibriando a todos, inclusive ao monarca, ao colocar a contenção da corrente republicana como tarefa principal de seu governo. Esta missão seria impossível, pois "a República está feita. Só lhe falta a consagração nacional. Ela existe de fato em todos os espíritos, em todos os corações brasileiros" (apud Campos Porto, 1890/1990, p. 89-97). Em alguns instantes o padre se colocou como o profeta do mau agouro, como, por exemplo: "S. Ex.a preparou seu jeito uma escada para subir; por esses mesmos degraus escorregadios há de rolar caindo na praça pública execrado e coberto de maldições". Ou ainda: "O seu orgulho e a sua ambição hão de ser castigados, porque S. Ex.a será esmagado debaixo da pedra que rola da montanha, impelida pelas lufadas impetuosas do vento da liberdade". João Manuel terminou o seu discurso, como nunca antes se imaginara ocorrer no parlamento, vivando a República: "abaixo a Monarquia e viva a República!". Além dos aplausos manifestados na galeria, outros deputados o apoiaram. Cesário Alvim, já inimigo de Ouro Preto, também fez profissão de fé republicana. O visconde os rebateu com vários "Viva a monarquia!", enumerando as excelências do regime monárquico.

Portanto, o programa do Congresso Liberal, adotado quase em sua totalidade como plataforma pelo ministério Ouro Preto, ao mesmo tempo em que pareceu muito avançado para muitos conservadores, ficou bastante insuficiente para alguns liberais. Em um dos apartes ao chefe de gabinete, Nabuco observou como se firmou a cisão partidária em relação à federação: "Se há uma parte do Partido Liberal que quer e outra que não quer a federação, então, há dois partidos liberais" (apud Vianna, 1925/1990, p. 45).

Como a maioria da Câmara era conservadora, o deputado Pedro Gomes de Castro apresentou uma moção de desconfiança ao ministério, cujo programa foi qualificado de "francamente liberal, reformador, quase revolucionário". A moção foi aprovada por 79 votos a 20. Ouro Preto pediu ao imperador a dissolução da Câmara, tendo ocorrido a eleição da nova a 31 de agosto. A apresentação em assembleia geral se daria a 20 de novembro. Porém, o que Ouro Preto não esperava era que a nova Câmara nem chegaria a se reunir. Um golpe de Estado foi marcado propositalmente para este dia e ainda acabou sendo precipitado para 15 de novembro.

O homem das tradições

Ouro Preto, reconhecido líder da facção liberal moderada, saiu dos bastidores e se expôs ao aceitar guiar o leme de uma embarcação preste a naufragar. Ele considerava as instituições monárquicas extremamente sólidas, ainda mais após cinquenta de reinado de Pedro II sem guerras civis. A unidade territorial e a liberdade de expressão eram provas suficientes da adaptação da forma monárquica ao Brasil e da estabilidade de seu Império.

O visconde julgava que era por dentro do próprio sistema que deveriam ser feitas as mínimas mudanças demandadas pela sociedade. Por isso, ele nunca defendeu a federação e tampouco pensou em colocá-la em prática. Toda e qualquer modificação deveria ser paulatina e

operada dentro e por meio do arcabouço institucional, de modo a preservá-lo, nunca alterá-lo. Qualquer esforço brusco poderia corrompê-lo. Como Ouro Preto não cedia aos defensores da federação, desagradava à ala mais barulhenta de seu partido. Assim agia porque se apegava a uma posição minoritária que, no entanto, havia sido a majoritária no Congresso Liberal. Com um gabinete iniciado já em momento de aguda crise do Império, foi a rejeição da federação, uma reforma cada vez mais considerada urgente para salvar a monarquia cambaleante, que minorou a base de apoio ao ministério Ouro Preto.

Documentação

Brasiliense, Américo. **Os programas dos partidos e o Segundo Império.** São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

Campos Porto, Manuel Ernesto. **Apontamentos para a história da República: um registro centenário.** Prefácio de Oliveira Lima. Seleção de José Sebastião Witter. São Paulo: Brasiliense, 1990. Coleção Biblioteca da República [1890].

Celso, Afonso. **O visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. Coleção de História Brasileira.

Moraes, Evaristo de. **Da monarquia para a república (1870-1889).** 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985 [1936].

Nabuco, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, Joaquim. **Discursos parlamentares.** Intr. de Gilberto de Mello Freyre. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983. Série Perfis Parlamentares, vol. 26.

Ouro Preto, Affonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. "Advento da Dictadura Militar no Brazil". In: Celso, Afonso. **O visconde de Ouro Preto: excerptos biographicos.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935. Coleção de História Brasileira. Originalmente: Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. **Advento da dictadura militar no Brazil.** Paris, Imp. F. Pichon, 1891.

Bibliografia

Alonso, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Alonso, Ângela. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Perfis brasileiros.

Holanda, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. Organização: Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Salles, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Fórum da revista Almanack**, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIANNA, Oliveira. **O ocaso do Império.** Prefácio de Walter Costa Porto. 4ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990. Série República, 13 [1925].

Duarte da Ponte Ribeiro e as relações diplomáticas do Império Brasileiro com as Repúblicas do Pacífico (1829-1852)

Prof.ª Ms.ª Cristiane Maria Marcelo (UFF)[1]

O objetivo do texto é fazer uma análise inicial das contribuições do diplomata Duarte da Ponte Ribeiro no processo de consolidação do poder do Império Brasileiro junto às chamadas Repúblicas do Pacífico (Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Chile). Sabe-se que até o processo de Independência do Brasil a atenção dos homens de governo estavam voltadas para os conflitos políticos ocorridos na região platina (Argentina, Paraguai, Uruguai) devido às possibilidades de contrabando, facilitadas pela criação da Colônia do Sacramento (1680), e aos interesses econômicos há muito enraizados naquela parte do continente americano.

A decisão de alargar tais interesses à região do pacífico se insere num contexto muito específico do Império relacionado: a) ao processo de reconhecimento e afirmação do poder e da nacionalidade da monarquia brasileira em construção; b) ao afastamento do temor gerado pelo único regime monárquico do continente; c) às tentativas de repelir os interesses da confederação argentina na região; d) ao projeto de consolidação do Brasil como potência regional. Nesse novo momento cabia a tarefa de equalizar alguns problemas de relações externas como era a definição de limites territoriais, os tratados de comércio, navegação, amizade e os acordos de extradição. Tais tarefas não eram das mais fáceis, pois como afirmou Luis Felipe Castilhos Goycochêa, com a Independência o problema era dez vezes mais complexo porque "ao invés de um coligante, havia dez conflitantes" (GOYCOCHÊA, 1943, p.7) e 16 mil quilômetros de fronteira para tomar conta.

É nesse contexto que a figura de Ponte Ribeiro torna-se importante. Ele foi um dos primeiros diplomatas a viajar para aquele lado até então inexplorado pelo governo brasileiro. Ao longo de suas estadias pôde descrever com maestria a situação política das repúblicas daquela região. Além disso, procurou estabelecer alguns acordos de comércio, navegação, limites e amizade em cada uma das repúblicas que visitou. Entretanto, sua atuação não se limitou a questões fronteiriças. Ponte Ribeiro buscou retratar o perfil cultural, social, militar e financeiro que caracterizava aquela parte do continente e ainda se posicionou diante de vários outros temas da agenda externa do império brasileiro como a questão do fim tráfico de escravos, as fugas internacionais de cativos, os interesses norte-americanos na região amazônica, o enquadramento do poder de Rosas na região platina, dentre outros. Nos limites deste texto problematizaremos os pormenores da primeira missão diplomática como cônsul geral no Peru (1829-1831).

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: krica14m@hotmail.com

***

Duarte da Ponte Ribeiro era natural de Portugal, da freguesia de São Pedro de Pavolide, onde nascera em 2 de março de 1795. Filho do cirurgião João da Costa Queiroga da Ponte Ribeiro e D. Ana da Ponte Ribeiro, chegou ao Brasil junto com a família real, em 1808, na companhia de seu mestre Joaquim da Rocha Mazarem, primeiro cirurgião da nau *Príncipe Real*. No Brasil, Ponte Ribeiro deu continuidade aos seus estudos no curso de cirurgia na escola anatômica, cirúrgica e médica do Real Hospital Militar do morro do Castelo. Conta José Antônio Soares de Souza, nossa principal fonte de referência, que enquanto estudava, Ponte Ribeiro atuou como cirurgião de bordo e visitou vários portos na Europa, Ásia e África dando diversas provas de sua capacidade profissional. Isso facilitou que obtivesse "depois de prestar exames finais, a carta de cirurgião, em 14 de setembro de 1811". Estava ele com apenas 17 anos incompletos e terminou o curso em três anos, quando o normal era cinco. (SOUZA, 1952, p.2).

O empenho profissional rapidamente foi reconhecido pela Câmara Municipal de Vila Real de Praia Grande, atual Niterói, que em 1819 o nomeou cirurgião-mor. No mesmo ano recebeu do governo o cargo de tesoureiro do selo e no ano seguinte tornou-se tesoureiro dos defuntos e ausentes naquela mesma vida. Ambicionava, entretanto, uma cadeira de professor na escola de medicina. Um incidente particular, no entanto, acabou por lhe tirar qualquer possibilidade de ascensão na carreira médica, mudando por inteiro o seu futuro. Diz Joaquim Manuel de Macedo que "uma espingarda de dois canos rebentara em suas mãos, causando-lhe a descarga despedaçamento da mão e braço esquerdos". (RIHGB, tomo XLI, 1878, p.490). Impedido de exercer a medicina foi aproveitado na área diplomática, a qual se dedicou com profundo afinco por cinquenta e dois anos até sua morte em 1878.

Iniciado ao acaso na carreira de diplomata, Ponte Ribeiro recebeu sua primeira nomeação em 1826, quando contava 31 anos. A primeira tarefa mostrou-se um fiasco: incumbido de promover diálogos para o reconhecimento da independência do Brasil junto ao governo espanhol, Ribeiro demorou quase três meses para ser recebido pelo ministro dos negócios estrangeiros espanhol D. Manuel Gonzáles Salmon e ainda foi acusado de entrar ilegalmente no país. Percebendo a dificuldade de negociação, o diplomata decidiu solicitar o passaporte e retornar ao Brasil. Na volta, em setembro de 1827, recebeu orientações para permanecer em Portugal a fim de observar os desdobramentos da abdicação de D. Pedro I ao trono em favor de sua filha D. Maria II.

Mesmo depois deste fracasso diplomático Ribeiro não foi jogado ao ostracismo, pelo contrário, passou a ter uma vida muitíssimo agitada e cheia de intempéries. Nunca mais voltou à Europa em missão diplomática e elegeu a América como seu principal campo de atuação tornando-se um especialista nos assuntos relacionados àquela parte do continente a ponto de ser nomeado chefe da 3ª seção da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros dedicada à América, em 1844.

Ao longo de sua trajetória diplomática esteve Ponte Ribeiro como cônsul-geral no Peru (1829-1831). Entre 1833 e 1835 foi encarregado de Negócios no México. Logo depois

voltou à confederação Peru-Boliviana como encarregado de negócios (1836-1837). Entre 1841 e 1842 exerceu tarefas burocráticas na Secretaria do Ministério das Relações Exteriores. Houve também um período como ministro residente em Buenos Aires (1843). Nos anos de 1851 e 1852 encabeçou a sua principal missão diplomática junto às Repúblicas do Pacífico e da Venezuela a fim de afastar perigo de associação com o governo de Rosas. Aposentou-se como conselheiro dos ministros de estado dos negócios estrangeiros (1853-1857), mas continuou atuando na elaboração de memórias, pareceres e cartas cartográficas que possibilitou a criação da mais completa mapoteca da América do sul, localizada no Arquivo do Itamaraty.

***

Data de 1829 a primeira missão diplomática do império do Brasil junto à República do Peru sob a liderança de Duarte da Ponte Ribeiro. Era a primeira vez que o Brasil se fazia representar no lado meridional do subcontinente americano. Naquela mesma oportunidade, Luís de Souza Dias também foi nomeado para representar os interesses da monarquia junto ao governo da Grã-Colômbia, que englobava os atuais territórios do Panamá, Colômbia, Venezuela e Equador sob o domínio direto de Simon Bolívar. Segundo Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos essas missões tinham dois objetivos principais, pois "além de procurar desfazer a imagem de que a monarquia constituía uma ameaça às repúblicas vizinhas, os diplomatas deviam examinar a possibilidade de ajustar tratados de comércio" (SANTOS, 2002, p. 164).

Tais orientações iam ao encontro das necessidades da época. A instabilidade política e econômica que caracterizou o primeiro reinado dificultou a elaboração de qualquer plano estratégico de política externa. Naquele contexto, a perda da província Cisplatina (1828), trazendo sérias consequências à débil economia brasileira; a renovação dos tratados com a Inglaterra, que previa o fim do tráfico de escravos, sem a consulta do Parlamento que se encontrava fechado; a outorga de uma constituição (1824) e a Confederação do Equador (1824), em reação ao absolutismo de D. Pedro I e a centralidade do Rio de Janeiro, foram fatores que fragilizaram a estrutura do país recém-independente. Nessas condições seria quase que impossível pensar em proposta de relacionamento externo consistente que não fosse o de legitimação e reconhecimento da monarquia brasileira.

É neste sentido que deve ser compreendida a primeira missão diplomática de Duarte da Ponte Ribeiro. A permanência da unidade e, principalmente, a escolha do sistema monárquico constitucional liderado por um herdeiro da casa dos Bragança causava estranhamento aos demais governos sul-americanos adeptos do sistema republicano. Temia-se, certamente, algum objetivo brasileiro de monarquisar a América aproveitando-se de sua superioridade territorial. O incidente de Chiquitos, em 1825, serviu para corroborar esta ideia[2].

[2] Chiquitos era uma província boliviana que, tentando resistir ao domínio das tropas revolucionárias, buscou proteção junto ao governo de Mato Grosso que, unilateralmente, aceitou. A pressão monárquica, entretanto, acabou obrigando o governador a volta atrás em sua opinião. Entretanto, o incidente diplomático já estava armado. (SANTOS, 2002, p.23-26).

O governo monárquico do Brasil era constantemente associado às antigas metrópoles europeias já que o rompimento político com Portugal tinha se baseado num resgate financeiro. Assim, acreditava-se que a nação brasileira em construção, seria o elo entre os dois continentes e um agente da Santa Aliança que se posicionaria contra os movimentos independentistas da América do Sul. Em suma, a sustentação de uma Monarquia Constitucional num continente rodeado de Repúblicas foi um dos principais desafios do Brasil neste primeiro momento de legitimação.

A recorrência aos tratados de comércio foi uma constante ao longo do Primeiro Reinado. Amado Luiz Cervo argumenta que "o reconhecimento [da Independência] a ser obtido a qualquer preço foi um trágico erro do cálculo político" isso porque havia um medo "infundado" de perda da integridade do território. Percebe-se, dessa maneira, "uma disposição do governo brasileiro em oferecer privilégios para apressar o reconhecimento", privilégios estes baseados, principalmente, em favores e benefícios econômicos às nações europeias que causariam complicações econômicas à jovem nação brasileira até a década de 1840 (CERVO, 2008, p.26-39). Pelas orientações recebidas por Ponte Ribeiro, percebe-se que esta foi a mesma política adotada para os países da América do Sul, embora a maioria dos tratados, até o segundo reinado não tivessem passado da fase de negociação.

É ainda importante destacar que as missões diplomáticas de Ponte Ribeiro e Souza Dias foram uma resposta a uma política de aproximação iniciada pelos governos peruano e da Grã-Colômbia que enviaram seus ministros plenipotenciários José Domingos Cáceres (em 1827) e Leandro Palácios (em 1826) à corte brasileira com o intuito de estreitar laços de amizade e estabelecer tratados de limites. Naquela ocasião, o Brasil recusou ambas argumentando que precisava de mais estudos para estabelecimento dos mesmos.

Nomeado por decreto 10 de fevereiro de 1829 como cônsul-geral no Peru, Ponte Ribeiro só chegou a seu destino em 27 de agosto daquele mesmo ano, isso porque antes precisou passar por Montevidéu, Buenos Aires[3] e Santiago onde tentou, a pedido do governo, estreitar alguns laços políticos e comerciais sem sucesso algum. Em cada uma dessas etapas Ponte Ribeiro mostrou-se um arguto observador das sociedades americanas que começava a andar suas próprias pernas e a enfrentar seus próprios desafios no contexto do pós-independência.

A chegada de Ponte Ribeiro ao Peru não ocorreu sem um incidente diplomático. Segundo o Ministro de Estado de Relações Exteriores Mariano Álvarez havia um problema na credencial apresentada pelo diplomata brasileiro, já que para ser aceito como cônsul-geral a mesma devia ter sido redigida pelo e em nome do Imperador. A troca de notas explicativas fez com só em 12 de setembro Ponte Ribeiro fosse aceito como encarregado de negócios junto ao governo do Peru e não como cônsul-geral (AHI, 212/02/04 ofício de 12/09/1829).

[3] Ponte Ribeiro ficou preso por dois meses nesta capital por conta de movimentos revolucionários provocados pela ascensão de Rosas e a consequente derrocada do partido Unitário liderado por Rivadávia e Aguero que fugiram para a França. (SOUZA, 1952, p.22-24)

O clima político, econômico, financeiro e militar vivido pelo Peru, entretanto, não foi nem um pouco favorável à possibilidade de diálogo para o estabelecimento de algum acordo comercial entre o Brasil e aquela República. Num ofício encaminhado ao Marquês de Aracati, ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, Ribeiro informava sobre a instabilidade do ministério, o que "me tem feito abster de falar em tratados de comércio, e espero que entre Pando [ministro dos negócios estrangeiros no Peru], com quem tenho familiaridade, para privadamente sondar as disposições do governo a este respeito" (AHI, 212/02/04 ofício de 16/12/1829).

Nos quatro primeiros meses em que esteve no Peru (entre agosto e dezembro de 1829), Ponte Ribeiro assistiu: a) a um conflito armado entre o Peru e a Grã-Colômbia sob a presidência de Bolívar, pelo domínio do porto de Guaiaquil por ser "único onde há madeira de construção", além de ser o mais seguro do Pacífico; b) aos temores do governo de Gamarra pela anexação dos departamentos de Cuzco, Puno e Arequipa mais favoráveis à proteção de Santa Cruz, presidente da Bolívia; c) às tentativas de algumas províncias governarem a si mesmas. Além disso, fazia mais de cinco meses que os funcionários não recebiam seus salários. O exército contava com quatro mil homens "duas má convertas, dois brigues e uma escuna". O Estado financeiro foi qualificado como "deplorável", pois a falta de braços dificultava o funcionamento das minas e as máquinas se encontraram em verdadeira ruína (AHI, 212/02/04 ofício de 14/09/1829).

Apesar disso, a primeira problemática que envolvia o Brasil e que Ponte Ribeiro precisou enfrentar foi a referente à navegação do Amazonas, cujo direito o Brasil ainda não havia liberado a nenhum país fronteiriço. Diz Ponte Ribeiro que, numa discussão sobre a tentativa de tratado de paz e limites entre Peru e Colômbia os primeiros desejavam que os dois países tivessem o direito de navegação do Amazonas já que existia um comércio entre a república peruana e o Brasil. Ribeiro se intrometeu à conversa dizendo não saber de tão farto comércio a não ser o de tabaco. Naquela mesma ocasião teve "conhecimento de um requerimento, feito ao Congresso, para que o governo obtenha, de S. M. Imperial, permissão para exportar pelo Pará os produtos daquelas províncias, que são extraordinariamente férteis e sobretudo em tabaco e café". (AHI, 212/02/04 ofício de 26/10/1829). Ficou ainda sabendo dos interesses dos proprietários dos departamentos de Tarma, Jauja, Huanesco e Jaen de se utilizarem da navegação do amazonas para extraírem os produtos de que necessitavam. Havia também os interesses de uma companhia inglesa em estabelecer barcos a vapor no Amazonas.

Quanto aos interesses dos proprietários peruanos Ribeiro alertou ao governo que tudo não passava de vontades por uma razão simplíssima, "da impossibilidade por parte daquele governo de mantê-la, ou mesmo, de navegar os afluentes do Amazonas, que dariam acesso a este rio" (SOUZA, 1952, p.26). Quando aos interesses ingleses, o diplomata não se pronunciou.

Outra problemática sempre colocada em pauta pelos peruanos dizia respeito a questão do estabelecimento de limites. Em dezembro de 1829 alertava ao Marquês de Aracati que "indivíduos têm falado na necessidade de fixar os limites do Peru com o Brasil". Entretanto, pelas

orientações recebidas em março daquele ano, sabia Ponte Ribeiro que estava terminantemente proibido de estabelecer algum acordo sobre o assunto que ainda carecia de muitos estudos. Era isto o que sempre respondia. Os próprios peruanos reconheciam que ainda era muito cedo para estabelecer tratado de tamanha envergadura. Dizia ele "Este governo reconhece as dificuldades de um tratado, e sempre que houve conversação sobre este assunto não me foi difícil convencer que devia deixar-se para mais tarde" (Memória sobre as Repúblicas do Pacífico. Lima 7 de abril de 1832).

Quando chegou ao Peru uma das tarefas de Ponte Ribeiro era, justamente, afastar o temor em relação ao regime monárquico brasileiro. Até onde pôde apurar tal temor inexistia uma vez que recebeu várias congratulações de respeito e elogio ao poder do Imperador. As desavenças quanto ao regime político a ser adotado era uma realidade naquelas nações em construção. Ao longo de sua viagem, não deixou Ribeiro de observar algumas tendências monarquistas no Peru. Alertava ele: "Hoje não se fala em outra coisa senão da necessidade de abandonar o sistema republicano e estabelecer monarquias constitucionais, e pode dizer-se que todos estão de acordo e só diversificam a respeito da pessoa que deverá ocupar o trono". Alguns falavam em nome de Santa Cruz e outros pensavam numa união de Peru e Colômbia sob a presidência de Bolívar. Até "os mais acérrimos republicanos de Chile escrevem dizendo que estão desenganados, da impossibilidade de levar avante o sistema adotado e que é necessário cuidar em monarquia antes que a nação se aniquile" (AHI, 212/02/04 ofício de 29/01/1830).

Enquanto esteve no Peru, Ponte Ribeiro não presenciou o clima político tenebroso pelo qual passava o Império Brasileiro nos dois últimos anos do governo de D. Pedro I. As desavenças entre o Imperador e o parlamento se asseveravam e o clima era cada vez mais ardiloso resultando no processo de abdicação em 7 de abril de 1831. Este clima de instabilidade se estendeu às instituições monárquicas, pois em pouco menos de dois anos três ministros passaram pela pasta de Negócios Estrangeiros: Miguel Calmon Du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), O Marquês de Paranaguá e Francisco Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas).

Em 1830, a situação das repúblicas próximas ao Peru não era das mais favoráveis, a Grã-Colômbia havia se desmembrado e Bolívar fugido para Cartagena em direção à Europa. O Chile era palco de disputa entre Prieto, representante dos altos proprietários e negociantes, pertencente ao Partido Estanqueiro que se saiu vitorioso e o general Freire, representante do povo apoiado pelos oficiais franceses. A Bolívia parecia ser a única República em clima de paz, pois o Peru ainda temia as investidas de Santa Cruz e era palco de rebeliões internas como a que ocorreu em Cuzco em agosto daquele ano.

Nestes termos, tornava-se difícil para o diplomata brasileiro iniciar alguma política de diálogo comercial. A conversa que havia prometido ter com Pando, ministro das Relações Exteriores peruano, nunca ocorreu uma vez que aquele estava muito mais preocupado com a integração de seu país que, diuturnamente, mostrava tendências de ser anexado por Santa Cruz ou se esfacelar em diversas províncias.

Entretanto, quando possível, Ponte Ribeiro não deixou de se posicionar quando os interesses comerciais do Brasil estavam em jogo. Em ofício enviado ao Marquês de Abrantes em 28 de maio de 1830 informou sobre a assinatura de um possível tratado entre Peru e Chile "para não se receber aqui trigo senão de Chile e, ali, açúcar do Peru". Os esforços de Ribeiro para a não ratificação do tratado estavam relacionados, segundo ele, às possibilidades de vantagens comerciais com o Chile já que esta república consome uma grande quantidade de erva mate vinda do Brasil, tabaco e bastante açúcar. O problema, segundo Ponte, era a maneira como o açúcar era transportado, e alertava que a venda poderia ser maior "quando os especuladores melhorarem a maneira de condução, em barricas ou caixas, em vez de sacos, em que chega úmido, negro e com mau cheiro". (AHI, 212/02/04 ofício de 28/05/1830).

O ano de 1831 começou bem instável no Peru, assim como na maioria das repúblicas que o circundava. Dessa maneira, os ofícios de Ponte Ribeiro remetidos ao ministro de negócios estrangeiros naquele ano se referiram, basicamente, ao andamento dos conflitos políticos na região. Assim, por meio de Ribeiro ficamos sabendo da guerra civil instalada na Colômbia provocada pela morte de Bolívar, das dificuldades de reunião do Congresso peruano, do azedamento das relações entre Peru e Bolívia que a qualquer momento poderia principiar um conflito armado e do atentado contra o vice-presidente La Fuente. Não havia lugar para pensar em outros setores, por isso dizia em ofício de 8 de janeiro de 1831 que "O projeto de abrir comunicações pelo Pará não se tem posto em prática" (AHI, 212/02/04 ofício de 08/01/1831).

É digno de nota as dificuldades financeiras pelos quais Ponte Ribeiro passou enquanto esteve em missão diplomática. Em março de 1831 desabafava ele que a ausência de casas comerciais brasileiras naquela república impedia também o estabelecimento de casas de câmbio e concluía: "Dificilmente encontraria eu aqui quem me desse dinheiro para ser pago aí pelo Tesouro e, quando chegasse a obtê-lo, seria sempre com a condição de ser pago em pesos fortes e com a diminuição de cinco por cento, pelo menos". Isso, de certo, aumentava "os apuros em que me encontro para viver com 2:400$ nesta capital"(AHI, 212/02/04 ofício de 01/03/1831).

O encerramento da missão de Ponte Ribeiro foi assinado por Francisco Carneiro Campos em 29 de fevereiro de 1831. Entretanto, a notícia só chegou ao Peru a 2 de abril do ano seguinte. No dia 4 despediu-se de Gamarra e três dias depois deixava Lima em direção a Valparaíso para chegar ao Brasil. Antes de sua partida, contudo, brindou-nos o diplomata com sua primeira *Memória sobre as Repúblicas do Pacífico*. A memória se constitui em uma síntese elaborada sobre a situação política, militar, econômica e social do Peru, Chile, Bolívia e Equador.

Sobre o Peru concluiu o diplomata que "há bastante civilização, demasiado luxo e extremados vícios", entretanto o país encontra-se em franca decadência "devido ao aumento do uso da violência". Na agricultura de subsistência "produzem basicamente batata e milho" e exportam "açúcar, arroz, aguardente e vinho, todos de excelente qualidade". O sistema financeiro está em situação deplorável "e não há perspectivas de melhoras", a dívida externa

por exemplo, montava em 1832 a "30 milhoes de pesos". A defesa, por sua vez, possuía apenas "três vulneráveis embarcações".

De todas as repúblicas, o Chile parecia estar em melhores condições e o único capaz de alguma articulação política contra os interesses brasileiros na região, não só por possuir os "melhores navios mercantes do Pacífico", mas principalmente pela estabilidade política conquistada a duras penas por Portales, líder do partido estanqueiro – realidade não experimentada nas outras repúblicas – e por possuir "uma posição estratégica com muitos rios e portos o que facilita a comunicação". Por outro lado, era também o Chile que comprava nosso mate e açúcar, preferido ao açúcar peruano; possuía uma das menores dívidas internas da região e; resguardava-se o direito de receber produtos estrangeiros somente se o comerciante se associasse a um chileno.

À guisa de conclusões parciais podemos inferir que a efervescência política experimentada pelo Peru e pelas demais repúblicas que o circundava no imediato pós-independência dificultou qualquer possibilidade de diálogo comercial entre aqueles dois governos. Além disso, conforme apontou Ponte Ribeiro, não havia comerciantes brasileiros estabelecidos nas praças comerciais peruanas a ponto de inexistir casas de câmbio para a moeda brasileira. Por outro lado, a própria instabilidade política e econômica experimentada pelo Brasil ao longo do Primeiro Reinado e do Período Regencial impediu a conclusão de algum plano político externo já que constantemente havia mudanças de ministros na Secretaria de Negócios Estrangeiros. De todo modo, a simples presença de Ponte Ribeiro naquela república servia para afastar algum perigo de coligação antibrasileira temida por conta do incidente de Chiquitos.

Documentação

Arquivo Histórico Ultramatino – 212/02/04 – **Primeira Missão Brasileira ao Peru: Duarte da Ponte Ribeiro (1829-1832)**. Publicado em Caderno do CHDD. Ano IX, n. 17. Brasília, 2010, p. 266-433.

Arquivo Histórico Ultramarino **–** Lata 269, maço 3 – **Memória sobre as Repúblicas do Pacífico.** 7 de abril de 1832. Publicada em Caderno do CHDD. Ano I, n. 1. Brasilia, 2002, p.140-158.

GOYCOCHÊA, Luis Felipe. **O Fronteiro-mor do Império (Duarte da Ponte Ribeiro).** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

GUIMARÃES, Argeu. **Diccionário Bio-Bibliográphico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. Discurso do orador o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo. **Revista do IHGB**. Tomo XLI. 1878, p. 489-496.

Bibliografia

CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia – 1822/1889**. Curitiba : Editora da UFPR, 2002.

SOUZA, José Antônio Soares de. **Um Diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, Brasiliana v. 273.

Um presidente de província em ação: diálogos estabelecidos no funcionamento da escola normal fluminense (1834-1840)

Prof.ª Doutoranda Lívia Beatriz da Conceição (UFRJ)[1]

Joaquim José Rodrigues Torres assumiu a presidência da província do Rio de Janeiro em outubro de 1834, dois meses após a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto do mesmo ano[2], ficando nessa função até abril de 1836. Um tempo considerado por ele de "funestas paixões"[3]. Momento como se configurou de intensas disputas e de incertezas, de experimentações exacerbadas, e de rearticulação das forças políticas com a emergência do regressismo como movimento político na defesa de algumas reformas e ações mais centralizadoras no objetivo de com isso, como entendiam, consolidar a ordem e afastar o perigo da fragmentação territorial do Império, devido aos constantes conflitos político-sociais do período (MATTOS, 1994).

Neste artigo, temos por objetivo refletir sobre os diálogos, as relações que possivelmente foram sendo estabelecidas por esse personagem - nesse momento ímpar em que ele esteve à frente da província fluminense - com algumas das outras províncias do Império na construção de seus projetos políticos de ação para a instrução pública primária a partir da criação de uma escola normal para a certeira habilitação/disciplinarização de todos os professores das escolas de primeiras letras para meninos da província do Rio de Janeiro.

Traremos ao debate o fato de que algumas dessas províncias enviavam seus professores primários para serem "suficientemente instruídos" para o exercício do magistério na escola normal que então estava em efetivo funcionamento na província fluminense; e que estas ações viabilizaram que o projeto, os valores da facção regressista em constituição no "laboratório saquarema" (MATTOS, 1994) se difundissem por outras províncias do Império, conforme procuraremos problematizar nas linhas que se seguem.

---

[1] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), orientada pelo professor Luis Fernando Vale Castro e co-orientada pela professora Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ/PUC-Rio) - Agência Financiadora: FAPERJ. E-mail de contato: liviabeatrizd@ig.com.br

[2] Com o Ato Adicional de 1834, a cidade do Rio de Janeiro, como Município Neutro e capital do Império, e o restante da província foram separados. A província do Rio de Janeiro, com capital em Niterói, teve, assim, em Joaquim José Rodrigues Torres o primeiro de seus presidentes. Ato Adicional de 1834. In: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 593-600.

[3] Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. "Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835". Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 34 (disponível em www.crl.edu/brazil).

Uma "expansão para dentro"

Em 4 de abril de 1835, conforme sugestões de Joaquim José Rodrigues Torres, foi criada por lei provincial a escola normal fluminense[4]. Seus trabalhos, com vias a "em poucos anos (...) formar crescido número de Cidadãos habilitados convenientemente para dar à instrução primária o impulso e consideração que deve ela merecer de um povo civilizado"[5], iniciaram-se em outubro do mesmo ano.

Para Rodrigues Torres, assim como para alguns daqueles que compartilhavam dos ideais de um projeto regressista em experimentação, os "futuros destinos do Brasil"[6] atrelavam-se à habilitação conveniente do professor primário, uma vez que a instrução elementar era considerada como o "meio mais favorável para se promover a moralidade dos homens", podo-se fim, a partir dela, aos "brutalismos" e aos "hábitos viciosos"[7] da sociedade. Ou ainda, alguns dos atores desses chamados "anos da ordem" (MATTOS, 2005) entendiam que "uma habilitação mui superior" do professor poderia evitar que os jovens corações se pervertessem.[8]

Um caminho experimentado para que este desvirtuamento não ocorresse por algumas das províncias do Império do Brasil foi o envio de alguns de seus professores primários para serem "suficientemente instruídos" para o exercício do magistério na escola normal que então estava em efetivo funcionamento na província do Rio de Janeiro. Sobre isso, ponderaria à Assembléia Legislativa Provincial José Ignácio Vaz Vieira, então vice-presidente da província fluminense:

> Com satisfação vos comunico que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intervenção do Presidente da Província, solicitou d'este Governo autorização para, por conta das rendas da mesma Província, admitir na nossa Escola Normal quatro indivíduos a fim de adquirirem n'esta a precisa instrução, regressando logo que se apresentassem com capacidade, para na sua Província empregar-se no magistério. Não nos sendo esta medida onerosa, e folgando por ver que a Escola regulamentar da Primária Instrução no Rio de Janeiro, a par das vantagens que lhe promete, e já vai produzindo, pode concorrer para que as outras Províncias do Império consigam promovê-la e

[4] Lei de 04 de abril de 1835. *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói, Typografia Niterói, 1839. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

[5] Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. "s/título, 1836", p. 3 (disponível em www.crl.edu/brazil).

[6] Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Joaquim Vieira da Silva e Souza. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1835, pp. 13-14 (disponível em www.crl.edu/brazil).

[7] Arquivo Nacional (AN). Correspondências oficiais sobre "processos de Presidentes de Províncias" (1827-1882) – Rio de Janeiro (1835-1845). Códice: 954. Volume 22. Folha 38.

[8] Idéia esta presente no discurso do ministro interino do Império Francisco Ramiro d'Assis Coelho. Além de Joaquim José Rodrigues Torres e dos personagens já aqui citados, podemos nos referir, por exemplo, a Bernardo Pereira de Vasconcelos, assim como a Carneiro Leão, Araújo Lima, Miguel Calmon e, mais tarde, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queiróz. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840, pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça e interinamente no império Francisco Ramiro d'Assis Coelho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1840, p.20 (disponível em www.crl.edu/brazil).

> firmá-la, não duvidei responder favoravelmente a tão justa quanto honrosa requisição.[9]

Após a resposta de José Ignácio Vieira, o presidente da província de Santa Catarina, João Carlos Pardal, passaria à sua respectiva assembléia a resolução deste assunto, ponderando que, em sua opinião, seria "bem empregado o sacrifício" de enviar os ditos indivíduos à província fluminense, tendo em vista que "enquanto não" se tivessem "hábeis professores (...) a instrução primária" não atingiria "a perfeição"[10] que se desejava.

Ainda no ano de 1839, não havia sido levado adiante esta idéia de serem "habilitados convenientemente"[11], no espaço social estratégico da escola normal fluminense os professores de primeiras letras da província de Santa Catarina, o que faria com que João Pardal assim se pronunciasse:

> Conheceis, Senhores, que sem Professores hábeis, sem estímulos para estes, e para os alunos mal se podem esperar progressos na instrução. A vós compete aplicar estes meios para que floresça a da Província. Para se obter o primeiro dos que aponto, parece-me que muito concorrerá se for levada a efeito a idéia aventada na Assembléia em 1837, de se mandarem à Escola normal da Província do Rio de Janeiro mancebos que ali se habilitem para o professorado.[12]

Francisco Jozé de Souza Soares de Andrea, presidente da província de Santa Catarina no ano de 1840, diante do "desgraçado estado" em que se encontrava a instrução primária nessa província, "e mais para lamentar ainda que tenham sido baldados quantos esforço" estavam sendo feitos "para evitar esse mal"[13], em discurso entusiástico à assembléia provincial[14], sugeriria

---

[9] Relatório do vice-presidente de província do Rio de Janeiro. VAZ VIEIRA, José Ignácio. "s/título, 1837", p.7-8. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[10] Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura de 1838, 17ª da independência e do Império, pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1838, p.4. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[11] Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. "s/título, 1836", p.5 (disponível em www.crl.edu/brazil).

[12] Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da província de Santa Catarina na 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1838, p.3-4. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[13] Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina o Marechal de Campo Francisco Jozé de Souza Soares d'Andrea na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1840, p.9. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[14] Em suas palavras, "como poderemos nós ter discípulos instruídos se não podemos empregar se não mestres ignorantes, e com muito poucas exceções! De que vale gritar-se alto e bem som que os ordenados são mesquinhos, e que por pouco interesse não há quem queira servir no Magistério, se o dinheiro não dá saber, e se não há mestres bons nem para algumas das Aulas que tem ordenados já próprios para dar aqueles uma subsistência tolerável?". Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina o Marechal de Campo Francisco Jozé de Souza Soares de Andrea na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1840, p.9. (disponível em www.crl.edu/brazil).

que fosse nela criada uma escola normal e que, para isso, os lentes que viessem a nela ensinar fossem trazidos da escola normal fluminense.

Esta proposta de ação foi prontamente aceita pela assembléia provincial catarinense, e o pedido de que "um professor apto para reger a escola", que a lei de 14 de abril do mesmo ano havia criado, foi encaminhado a Paulino José Soares de Souza, presidente da província do Rio de Janeiro na época. A resposta de Paulino Soares, a partir do ofício enviado a ele pelo diretor da escola normal fluminense, José da Costa Azevedo, foi a de que "entre os [seus] discípulos (...) não" considerava "algum com conhecimentos suficientes para o fim que com a [referida] Lei se teve mira".[15]

Diante desta negativa, Antero Jozé Ferreira de Brito, presidente da província de Santa Catarina entre os anos de 1841 e 1849, se via forçado a recuar "e lançar mão do meio, já uma vez lembrado (...) [na] Assembléia [catarinense], de mandar alguns moços de boa morigeração, e bem principiados, habilitarem-se" na escola normal fluminense. Acreditava ele que "o resultado" dessa "medida" valia "o sacrifício", uma vez que "sem Professores hábeis", afirmava, não aproveitavam "os alunos".[16]

Voltava, assim, ao debate o pedido feito anos antes e, com "muito gosto"[17], respondido "favoravelmente" por José Ignácio Vaz Vieira, de que professores da província catarinense fossem à escola normal fluminense habilitarem-se para o exercício do magistério. E desta forma processou-se ainda em abril de 1841, logo após a requisição de Antero de Brito. O "Cidadão" Francisco Jozé das Neves, depois de passar por um concurso em que se mostrou "habilitado" [18], fora no espaço social estratégico da escola normal da província do Rio de Janeiro tornar-se "suficientemente instruído", com o objetivo de retornar à sua província logo que tivesse "adquirido a necessária aptidão Professional"[19]. Seu regresso, em 1843, faria com que Antero de Brito tecesse os seguintes comentários sobre a instrução pública provincial em sessão legislativa:

> Com muitos melhoramentos é permitido contar d'oravante nesta parte tão digna de vossa atenção das precisões da Província. O Pensionista Francisco Jozé das Neves está de volta da Escola Normal (...) que frequentara no Rio de

[15] Fala que o presidente da província de Santa Catarina, o brigadeiro Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1841. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1841, p.3. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[16] *Idem, Ibidem*, p.3. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[17] Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura de 1838, 17ª da independência e do Império, pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1838, p.4. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[18] Fala que o presidente da província de Santa Catarina, o marechal de campo graduado Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária em 1º de março de 1842. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1842, p.5. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[19] Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da província de Santa Catarina na 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura de 1838, 17ª da independência e do Império, pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1838, p.4. (disponível em www.crl.edu/brazil).

> Janeiro, e segundo as Certidões que apresentou dos diversos lentes, habilitado para reger a Escola desta Capital.[20]

O mesmo processar-se-ia em relação aos pedidos "do governo da província de Mato-Grosso"[21] e "outro (...) da do Espírito Santo"[22] para que seus professores fossem na província fluminense se habilitar e, com isso, adquirissem "uma massa de conhecimentos não vulgar para bem dirigir"[23] "o espírito débil da juventude", afastando-a, assim, das "doutrinas falsas, ou perigosas"[24], num tempo de "apetites [tão] desordenados".[25]

O "Cidadão Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada (...) se foi habilitar na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro", para, após, ir "reger uma Escola semelhante" na capital da província do Mato Grosso. De acordo com José da Costa Azevedo, diretor da escola normal fluminense, Joaquim Louzada ia "satisfazendo as condições a que se obrigou", uma vez que vinha "freqüentando a Escola com assiduidade e notável aproveitamento".[26]

Joaquim Louzada faria, então, o pedido de prorrogar a sua estadia na escola normal fluminense por mais oito meses ao presidente da província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende, uma vez que "sendo muitas as matérias que se" estudavam "e das quais" era "o aluno obrigado a fazer exame público para obter Carta de aprovação, era insuficiente o prazo de ano e meio que estava marcado para apresentar-se habilitado quando ainda lhe faltavam tantas matérias a estudar". [27]

Solicitação feita e aceita "não só porque relevava atender as razões alegadas como, e principalmente porque" José da Costa Azevedo enviaria junto ao pedido de Joaquim Louzada um atestado em que afirmava que "os mais hábeis discípulos da Escola Normal só depois de uma freqüência de mais de ano e meio é que" eram "julgados suficientemente instruídos". [28]

---

[20] Fala que o presidente da província de Santa Catarina, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na abertura da sua sessão ordinária, em 1º de março de 1843. Cidade do Desterro, Tipografia Provincial, 1843, p.3. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[21] Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, p.35.(disponível em www.crl.edu/brazil).

[22] Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembléia Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1840 a 1841. Segunda edição. Niterói Typ. de Amaral & Irmão, 1851, p.18. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[23] Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840, pelo ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça e interinamente no império Francisco Ramiro d'Assis Coelho. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1840, p.20 (disponível em www.crl.edu/brazil).

[24] Relatório da repartição dos negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835, pelo respectivo ministro e secretário de Estado Joaquim Vieira da Silva e Souza. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1835, p.13 (disponível em www.crl.edu/brazil).

[25] Arquivo Nacional (AN). Correspondências oficiais sobre "processos de Presidentes de Províncias" (1827-1882) – Rio de Janeiro (1835-1845). Códice: 954. Volume 22. Folha 38.

[26] Fala com que o presidente da província de Mato Grosso fez a abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[27] *Idem, Ibidem.*

[28] *Idem, Ibidem.*

Joaquim Louzada regressaria à província de Mato Grosso, para ir "reger uma outra [escola] nesta Capital"[29], somente em abril de 1840, já, naquele momento, após um significativo período de capacitação na escola normal fluminense, considerado satisfatoriamente absorto em "idéias luminosas" sobre o "ensino primário" [30], "chave de comunicação [este como era] do mundo civilizado".[31]

Já outro de nossos personagens, José Lopes da Silva Coito, presidente da província do Espírito Santo, em seu discurso à Assembléia Legislativa Provincial, consideraria que "os obstáculos" que se opunham "ao aumento da instrução primária" na província podiam ser removidos caso se mandassem "alguns indivíduos por conta das Rendas Provinciais freqüentar a escola normal criada na Capital da Província do Rio de Janeiro pela sua Lei de 4 de abril de 1835". [32]

Acreditava, inclusive, que o "Governo daquela Província" não se furtaria em "admiti-los a matrícula", e que os gastos com este "objeto" se reverteria "em proveito público" [33], uma vez que "a difusão de conhecimentos"[34] era "uma necessidade palpável", pois "os empregos de Juiz de Paz, de Jurado, de Vereador, [e] as funções de eleitor e todas as mais" não podiam "incontestavelmente ser desempenhados com dispensa da instrução primária". [35]

José Coito convidaria então "por Editais aqueles jovens que quisessem"[36] se candidatar a ir à província fluminense se habilitar[37]. Dois pretendentes teriam aparecido e sido examinados através de "algumas perguntas" feitas diretamente por ele com a finalidade de "conhecer seu talento e habilidade" [38]. Ambos, em sua opinião, apresentaram "a mesma capacidade".[39]

Diante disso, o presidente da província do Espírito Santo teria decidido recorrer "à sorte para que não se julgasse ofendido aquele que não fosse o preferido" [40]. Só que "neste ato um desistiu da pretensão, e o outro a quem" tinha sido prevenido "que se preparasse para partir

---

[29] Discurso que recitou o Exm. Snr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de março do ano corrente . Cuyabá, Tipografia Provincial, 1840, p.9. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[30] *Idem, Ibidem*, p.6. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[31] Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Mato-Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837. Tipografia Provincial de Cuiabá, 1845, p. 6. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[32] Discurso com que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo, o Dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembléia Provincial, no dia 8 de setembro de 1838. Rio de Janeiro, Tipografia de Josino do Nascimento Silva, Rua do Hospício, nº 66, 1838, p. 10. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[33] *Idem, Ibidem*, p.10. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[34] *Idem, Ibidem*, p.10-11. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[35] *Idem, Ibidem*, p.11. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[36] Fala que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1840. Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, 1840, p.7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[37] Esta ação foi possível porque foi sancionada uma resolução no dia 8 de maio de 1839 que autorizada que professores da província poderiam ir à escola normal fluminense habilitarem-se. Fala que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 º de abril de 1840. Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, 1840, p.6. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[38] Fala que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 º de abril de 1840. Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, 1840, p.7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[39] *Idem, Ibidem*, p. 7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[40] *Idem, Ibidem*, p. 7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

em Janeiro do corrente ano [de 1840], tendo decorrido algum tempo", teria declarado "que não podia ir porque a prestação marcada pela Lei era mui limitada".[41]

Em situação muito delicada ver-se-ia José Coito se não fosse a ação de um deputado pela província, o qual não conseguimos rastrear o nome, de escrever-lhe "participando que em sua companhia existia um jovem Provinciano, órfão, de bom comportamento, e que no estudo de Latim, e de Francês mostrava muito aplicação, o qual em sua opinião considerava merecedor de ser escolhido para frequentar, à custa do cofre Provincial" [42], a escola normal fluminense.

Diante desta ocorrência, José Lopes da Silva Coito decidiu escolhe-lo, para que, "habilitando-se com o estudo das matérias ali ensinadas" [43] viesse depois reger as cadeiras de primeiras letras da província capixaba. Era a escola normal fluminense figurando-se como um espaço social estratégico para a circulação de valores e de idéias na "expansão para dentro" levada a cabo pela facção regressista em constituição.

Valores estes como os relacionados à preocupação com a manutenção da ordem política e social do jovem Império em formação num tempo de intensas disputas e de incertezas. Um momento, como diria Joaquim José Rodrigues Torres, de "funestas paixões", ocupando a instrução primária um lugar de destaque nesse fim; como nas palavras proferidas em 1º de março de 1837 pelo presidente da província mato-grossense em assembléia provincial:

> O desenvolvimento da razão, e por conseqüência da moral, Senhores, é quem estabelece a ordem que ocupamos entre os seres animados; e quem tornando-nos aptos para o gozo de diversos bens, inclusive as formas protetoras da liberdade, pode garanti-las com firmeza e proveito. Refletindo-se um pouco seriamente sobre as Instituições que nos regem, sobre o grau de capacidade ou civilização, que elas demandam, para que não retrogradem, nem definem como plantas peregrinas, e deixem de produzir fruto, ou o produzam somente insosso e pouco, é doloroso o sentimento que resulta de ver-se o geral da nossa população tão atrasado em inteligências, e os princípios morais da liberdade por isso em perigo, como por vezes já tem sido, de servir a interesses privados criminosos contra a causa pública, contra as próprias vítimas que os secundão. E não são somente nossas instituições que reclamam o emprego de todos os recursos na organização e aperfeiçoamento da instrução primária.
>
> A voz de todos os melhoramentos materiais e morais é uníssona em exigi-lo. (...)
>
> Sem a instrução primária, que é a chave de comunicação do mundo civilizado, (...) ignoram os homens os primeiros princípios de suas profissões, e atados

[41] *Idem, Ibidem*, p. 7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[42] *Idem, Ibidem*, p. 7. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[43] Discurso com que o Exm. Presidente da província do Espírito Santo, o Dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembléia Provincial, no dia 8 de setembro de 1838. Rio de Janeiro, Tipografia de Josino do Nascimento Silva, Rua do Hospício, nº 66, 1838, p.10. (disponível em www.crl.edu/brazil).

> unicamente as noções que uma vez receberam, conservam-se estacionários, renunciando, a maneira de nossos Índios, toda a idéia de melhoramentos, que lhes parecem sonhos.
> É de mister pois atendê-la decididamente, e que não continuemos a imitar a antiga Administração Portuguesa, generosa em criar empregos, mesquinha em abonar-lhes vencimentos, primordial defeito que nos tem levado a não conseguir coisa alguma sobre esta matéria.[44]

Em tempos de construir a "nação"[45] e de formar os "Cidadãos"[46], a província do Rio de Janeiro ia se constituindo em um local estratégico de experimentação política das propostas de ação disciplinarizadoras e centralizadoras de Joaquim José Rodrigues Torres para a instrução pública elementar a partir da criação de uma escola normal para a certeira capacitação de todos os professores das escolas elementares para meninos da província. Espaço social este que configurava-se como estratégico para a circulação de valores de um projeto regressista então em experimentação que defendia reformas e ações mais centralizadoras como estas.

Por isso, nas ações empreendidas por Joaquim José Rodrigues Torres como presidente da província do Rio de Janeiro no âmbito da escola normal, e daqueles que a ele se seguiram nessa direção, era muito comum o intercâmbio entre professores de escolas de primeiras letras. Ou, dito de outra forma, era recorrente, como buscamos problematizar, que professores de outras províncias do Império fossem se habilitar na escola normal fluminense para o exercício do magistério primário.

Estamos querendo chamar a atenção com isto para os possíveis diálogos, para as relações que foram sendo estabelecidas por Rodrigues Torres, e pela facção regressista em constituição, com as outras províncias do Império em seu projeto de ação para a instrução pública primária, uma vez que, como nos chama a atenção Ilmar Mattos, "impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: uma expansão para dentro" (MATTOS, 2005, p.26).

Guardadas aqui, evidentemente, as devidas diferenças entre a interpretação do que para o autor em questão seria essa idéia, uma vez que Mattos se refere a não possibilidade de uma expansão das fronteiras territoriais do Império. Usamos aqui essa expressão para referir-

[44] Discurso recitado pelo Exm. Presidente da província de Mato-Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837. Tipografia Provincial de Cuiabá, 1845, pp.5-6. (disponível em www.crl.edu/brazil).

[45] Fala do fiscal de instrução primária Custódio Cardoso Pontes. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fundo: Câmara Municipal. Série: Instrução Pública. Notação: 10.4.2. Instrução Pública – Ensino Público, escolas, 1832 – 1872. 30 de abril de 1833. Sobre as mudanças semânticas no conceito de nação, entre 1870 e 1850, ver PAMPLONA, Marco A. Nação. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

[46] Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro. TORRES, Joaquim José Rodrigues. "Fala com que o presidente da Província do Rio de Janeiro o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres abriu a 1ª sessão da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa da mesma Província no dia 1º de fevereiro de 1835". Niterói, Typ. de Amaral e irmão, 1850, p. 23 (disponível em www.crl.edu/brazil). Sobre o conceito, ver SANTOS, Beatriz Catão Cruz e FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João. *Op.Cit.*

nos a uma difusão das idéias e dos valores para a instrução pública primária de Joaquim José Rodrigues Torres, e da facção regressista em constituição, pelas províncias do Império. Nesse sentido, a escola normal fluminense seria um espaço social estratégico em formação para a circulação de valores nesse fim.

Documentação

Documentação arquivística

Arquivo Nacional (AN). Correspondências oficiais sobre "processos de Presidentes de Províncias" (1827-1882) – Rio de Janeiro (1835-1845). Códice: 954. Volume 22. Folha 38.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Lei de 04 de abril de 1835. *Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da província do Rio de Janeiro desde 1835*. Niterói, Typografia Niterói, 1839.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fala do fiscal de instrução primária Custódio Cardoso Pontes. Fundo: Câmara Municipal. Série: Instrução Pública. Notação: 10.4.2. Instrução Pública – Ensino Público, escolas, 1832 – 1872. 30 de abril de 1833.

Documentação eletrônica

Sítio www.crl.edu/brazil - *Provincial Presidencial Reports (1830-1930)*

Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro de 1835, 1836, 1837, 1839 e 1840.

Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina de 1836, 1837, 1838, 1840, 1841, 1842 e 1843.

Relatórios dos Presidentes da Província de Mato Grosso de 1837, 1839 e 1840.

Relatórios dos Presidentes da Província do Espírito Santo de 1838 e 1840.

Sítio www.crl.edu/brazil - *Ministerial Reports (1821-1960)*

Relatórios do Ministério do Império de 1835 e 1840.

Documentação impressa

Ato Adicional de 1834. In: ANDRADE, Paulo Bonavides Paes de. **História Constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 593-600.

Bibliografia

BASILE, Marcelo. "O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)". In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial,** volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**. Maio 2005.

A mobilidade social ascendente dos homens de negócio com a vinda da corte joanina em 1808: O caso do Conselheiro e Comendador da Ordem de Cristo Elias Antonio Lopes (1808-1815)

Prof.ª Mestranda Nilza Licia Xavier Silveira Braga (UFF)[1]

Concernente à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 existem muitos ensaios historiográficos que tratam do assunto[2], desde os tradicionais até os mais sofisticados *"*que objetivam demonstrar o quanto foi acertada a decisão do regente, tendo escapado do destino melancólico de outras cabeças coroadas do Velho Mundo, derrubadas dos seus tronos à mão armada, pelas tropas de Napoleão Bonaparte*"* (GUIMARÃES, 2010, p.59). Esta decisão representou um momento ímpar não apenas para os súditos ultramarinos que puderam ver algumas de suas demandas atendidas pelo regente (SCHULTZ, 2008, p.222), mas também para o séquito que o acompanhou, no qual precisou se adaptar as diferenças geográficas, históricas e culturais presentes no espaço colonial.

Kirsten Schultz cita o comentário do Conde de Ega, que viu na transferência da Corte "a maior de todas as revoluções do sistema geral e político", cujo propósito era defender a monarquia e o império português (SCHULTZ, 2008, p.19). Com o estabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro, a cidade passou a assumir o posto de capital do império luso-brasileiro. Para isso, houve a preocupação da Coroa em "adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio de Janeiro a Lisboa, pois esta, desde a reconstrução pombalina, após o terremoto de 1755, procurara adquirir características de uma cidade das luzes" (NEVES & MACHADO, 1999, p.32). Logo, foram realizadas obras nas principais ruas da cidade e a construção de novas habitações.

Importante ressaltar que uma das principais mudanças realizadas no Rio de Janeiro a partir de 1808 foi à criação de instituições semelhantes às de Lisboa. Entre elas destacam-se: a Intendência Geral de Polícia, o Conselho Supremo Militar, a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens, a Casa de Suplicação do Brasil e a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. No âmbito cultural houve a vinda de naturalistas, da missão artística francesa, e a criação de instituições culturais e científicas que se enquadrasse

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) sob orientação do Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães. Email: nilzalicia@gmail.com

[2] Entre algumas obras destacam-se: LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil.** 3.ed.Rio de Janeiro: Topbooks,1996; DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822: dimensões**. São Paulo:perspectiva,1972; PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: Um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência**. São Paulo: Cia das Letras, 2000; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro:EDUERJ,2007.

à nova sociedade de cortes (NEVES & MACHADO, 1999, p.33-35). Assim, essas instituições comprovam a importância que o Rio de Janeiro assumiu como sede da monarquia portuguesa nos trópicos.

A transformação do Rio de Janeiro na nova capital do Império português, portanto, exigiu grandes investimentos aplicados tanto nas obras de infraestrutura na cidade, como na criação das instituições citadas. No entanto, a Coroa estava com dificuldades econômicas e foi obrigada "(...) a apelar para o patrimônio particular dos cidadãos, no atendimento das 'urgências' do Estado" (GORENSTEIN, 1993, p.148). Entre o que atenderam as urgências estavam os homens de negócio, ou seja, seus cabedais foram fundamentais para a realização dos empreendimentos no Rio de Janeiro em 1808. As mudanças urbanísticas e "o estabelecimento de instituições novas e duplicadas no Rio de Janeiro, inclusive, (...) a Junta de Comércio, o Erário Real e o Banco do Brasil, facilitou o exercício da justiça e do comércio, trouxe prestígio para a cidade e criou oportunidades sem precedentes para o serviço real" (SCHULTZ, 2008, p.130). Assim, os homens de constituem-se em um dos grupos favorecidos com as mudanças ocorridas na capital do império luso-brasileiro, pois por meio de seus cabedais disponibilizados a Coroa obtiveram as mercês fundamentais em sua mobilidade social ascendente.

> Inúmeros são os exemplos de atuação dos setores privados suprindo com seus cabedais as necessidades do Estado. Em troca, eram agraciados com mercês, honrarias e títulos que não poderiam obter em outras circunstâncias. O vulto das mercês concedidas pelo monarca estava na proporção direta ao valor das contribuições financeiras e prestígio pessoal dos agraciados. A Coroa usualmente concedia postos militares no corpo de Milícias e hábitos das várias ordens religiosas, aos elementos que se ofereciam para doar ou angariar fundos destinados a obras públicas ou beneficentes (...) (GORENSTEIN, 1993, p.149).

Com os postos obtidos nas principais instituições da Corte, os homens de negócio obtiveram *status* social e destaque em seus empreendimentos mercantis, pois a atuação nestas instituições denotava reputação e credibilidade ao negociante que o possuísse. Logo, houve "o aumento das possibilidades de ascensão social (...) para este negociante com a presença da família real e sua corte na cidade e sua dependência em relação aos setores governamentais que, (...) determinavam as suas possibilidades de ação no campo dos negócios e sua participação na vida política e social do país" (GORENSTEIN, 1993, p.145). Elias Antonio Lopes foi um dos homens de negócio estabelecido no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII e que teve uma participação na vida política e social na Corte joanina. Ele foi deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios

Ultramarinos[3], obteve ações no recém-criado Banco do Brasil[4] e participou na arrecadação de impostos em diferentes regiões.[5]

Os cabedais dos negociantes foram fundamentais não apenas no florescer do século XIX, mas o foi fundamental em momentos decisivos da História de Portugal, por exemplo, no século XVII na época da Dinastia Brigantina. Eles investiram na criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil, como meio de se evitar a perda de Pernambuco para os países baixos no reinado de Dom João IV (1640 -1656). No reinado de Dom José I (1750 – 1777), os homens de negócio são reconhecidos a partir das medidas estabelecidas por Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal.[6] Entre elas, houve à criação da Junta de Comércio em Lisboa, Instituição que reafirmava o papel que os homens de negócio nesta conjuntura do século XVIII. Até mesmo durante a Restauração portuguesa (1640), o capital dos negociantes cristãos novos foi requisitado em momentos de crise financeira.[7]

No que se refere às mercês remuneratórias no Reino português, Nuno Gonçalo Monteiro sinaliza que durante o período pombalino, em meados do século XVIII, a legislação da monarquia portuguesa "favoreceu o alargamento da nobreza, a definitiva compatibilização de muitas funções (designadamente as atividades mercantis de grosso trato) com esse estatuto, e a inserção de novos grupos no sistema remuneratório da monarquia" (MONTEIRO, 2005, p.6). Logo, os negociantes portugueses foram favorecidos com o sistema remuneratório da monarquia, ou seja, eles poderiam ser agraciados com mercês régias, principalmente com os hábitos de cavaleiros da Ordem de Cristo, o que acarretou na vulgarização desses hábitos no século XVIII.

> Deste modo, no século XVIII, praticamente metade dos cavaleiros de Cristo exibiram a insígnia sem de facto reunirem todos os requisitos estatutários. A Larga maioria deles com mecânicas – 39%. Este valor é tão ou mais expressivo, quanto ficou demonstrado que algumas actividades que em Seiscentos eram

[3] Em decreto de 3 de Setembro de 1808, Dom João nomeia Elias Antonio Lopes como deputado da Instituição. In: Decreto fazendo-lhe mercê de um lugar de Deputado na Real Junta de Comercio a Elias Antonio Lopes. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Fundo: Ministério do Império. Código fundo: 53. Códice 15. Volume 1. fl 80 v.

[4] Segundo informações do Inventário de Elias Antonio Lopes na época de seu falecimento o negociante tinha "o importe de duas ações no Banco de hum conto cada huma constantes das appolices N° 439 e 440." In: Arquivo Nacional. Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes. 10 de Novembro de 1815. fl. 47.

[5] Arrecadou impostos nas seguintes regiões: Rio Grande e São Pedro do Sul (1810 -1812), São João Marcos e freguesias anexas (1812 -1814), São Gonçalo (1812 - 1814), Ilha de Santa Catarina e vizinhanças (1811 - 1813). Também arrecadou: Subsídio literário e real da carne da corte (1812 - 1814), Contrato da Dízima da Chancelaria da corte (1810 -1812), Contrato do Equivalente do Tabaco e Subsídio Pequeno (1814 - 1816). In: Arquivo Nacional. Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes. 10 de Novembro de 1815.

[6] Segundo Catherine Lugar o Marques de Pombal através de suas medidas "contribuiu efetivamente para elevar o *status* da classe mercantil ao eliminar os obstáculos que impediam o enobrecimento dos indivíduos que tinham adquirido sua riqueza pelo comércio (1770) e ao acabar com as discriminações legais contra cristãos novos (1773)." In: (SILVA, 1994. p.184).

[7] Sobre a Restauração portuguesa e a Dinastia Brigantina conferir TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração.** Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, vol. 1. parte 1; CUNHA, Mafalda Soares da & COSTA, Leonor F. **D. João IV.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

> consideradas incapazes deixaram de o ser ao longo da centúria seguinte. Muitas delas eram marcantes no universo em apreço, como era o caso do lavrador de terras próprias, do comerciante do grosso trato e do caixeiro. (OLIVAL, 2001, p.523)

Com a presença de Dom João no ultramar em 1808, os homens de negócio estabelecidos no Rio de Janeiro, muitos deles oriundos da região Entre o Douro e o Minho[8], também estavam ávidos por distinções honoríficas. Eles tiveram maiores oportunidades de obterem os hábitos das ordens militares por estarem próximos do príncipe regente ao lhe prestar favores e demonstrações de lealdade. Os cabedais que os homens de negócio possuíam podiam lhes proporcionar um estilo de vida nobre, mas para obterem mercês dependiam das graças de Dom João. Portanto, no Rio de Janeiro em início do século XIX observa-se que ainda estavam presentes resquícios de mobilidade social ascendente própria do Antigo Regime português.

> Na Terra, atraídos pela corte, ficaram, em particular, os grandes comerciantes. Na estrutura social do Antigo Regime, eles ocupavam uma posição ambígua, já que, pelo nascimento, pertenciam ao povo, mas, à medida em que enriqueciam, adquiriam o símbolo de status e o modo de vida dos nobres, a cuja condição aspiravam. Dependiam para isso, porém, das boas graças do soberano. Assim, na proximidade da coroa, vislumbravam (...) a possibilidade daquela ascensão social com que sonhavam. Regra geral, eram de origem portuguesa, e muitos tinham-se estabelecido no Brasil ao longo do último terço do século XVIII, (...). Paradigmáticos em suas trajetórias foram Elias Antônio Lopes e Brás Carneiro Leão (NEVES & MACHADO, 1999, p.42).

Os homens de negócio, portanto, restringiram seus esforços não apenas na mercancia, mas também se empenharam por nobilitação. Com a vinda da Corte joanina em 1808, eles se aproximaram da Coroa ao suprirem suas necessidades financeiras e com isso obtiveram cargos nos principais órgãos do governo, bem como angariaram mercês por parte do príncipe regente. Na trajetória de Elias Antonio Lopes verificamos que ele atuou como deputado na Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e Domínios, constituindo-se este num importante lócus de atuação dos negociantes.[9] Após o oferecimento que fez de sua chácara localizada em São Cristóvão para residência de Dom João, o regente decidiu recompensá-lo com a Comenda da Ordem de Cristo, a Administração da Quinta da Boa

[8] Sobre este aspecto conferir: PEDREIRA, Jorge. "Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e mobilidade social (séculos XVII E XVIII)." In: CUNHA, Mafalda soares da (coord.). **Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)**. Universidade de Évora, Julho de 2001.

[9] A respeito da Real Junta de Comércio conferir MATTOS, Walter de. **A Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos: uma Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João (1808-1821).** Dissertação de Mestrado em História, UFF/PPGH. Niterói, 2009.

Vista e o tabelionato da Vila de Parati. A seguir, analisaremos brevemente essas condecorações angariadas por Lopes devido ao seu gesto de vassalagem a favor de Sua Majestade Real.

Antes da corte portuguesa desembarcar no Rio de Janeiro em sete de março de 1808, "mandou Elias Lopes construir, no sítio de São Cristóvão, uma casa de campo que era por todos conhecida como a mais ampla e a mais bonita de toda esta cidade" (EDMUNDO, 1957, p.571). O terreno e o casarão foram comprados em 1803 e em 1808, a chácara ainda estava em construção, por isso, não foi ordenado pelo Conde dos Arcos que o imóvel entrasse no regime de aposentadoria para os nobres. Importante ressaltar que "Elias, (...) já havia decidido guardá-lo para o Príncipe -Regente, que, se um Paço ia ter no centro da cidade, não tinha residência de verão. Por isso, as obras que ali andavam tiveram novo rumo. Foi a casa aumenta, abonitada... Até as armas de Sua Alteza, em relevo, foram postas à frente do edifício" (EDMUNDO, 1957, p.571).

Em fonte localizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de autor anônimo, intitulada "Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente (...)" observa-se reação de Dom João ao entrar pela primeira vez no casarão. Além disso, confirma a intenção do negociante em oferecer a chácara como morada de Sua Alteza Real "onde descansasse das fadigas do gôverno e respirasse ares mais puros e saudáveis" conforme o depoimento de Luís Gonçalves dos Santos (CUNHA, 1969, p.53). Portanto, a partir do momento que o príncipe entrou na chácara em São Cristóvão cujo proprietário era Elias Antonio Lopes, ela passou a se nomeada como Quinta da Boa Vista.

> A primeira cousa notável que me lembra dizer-te, é a generosa oferta, que o negociante e cidadão desta cidade, Elias Antônio Lopes, fez da sua chácara (Quinta) a S.A.R,e que o mesmo SENNHOR se dignou aceitar. A dita chácara é uma das melhores cousas que há para o Sul. Está situada na bela planície de São Cristóvão (...), sobre o qual está edificado o mais belo Palácio, que há nas Américas; (...). Quando S.A.R entrou ali pela primeira vez, disse Elias Antônio, que o acompanhava: Eis aqui uma varanda Real, Eu não tinha em Portugal uma cousa assim. Hoje, respondeu Elias, hoje é que Vossa Alteza a faz Real com a sua presença. (...). Desde aquele dia começou a chamar-se dita chácara Quinta de S. Cristóvão. (...) querendo gratificar a Elias Antônio tão generosa oferta, que os mesmos fidalgos avaliam em 400.000 cruzados [160. 000$ 000], houve por bem nomeá-lo **Comendador da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, e Administrador da mesma Quinta**.[10] (Grifo nosso)

No relato, percebe-se que o negociante recebeu uma quantia como gratificação pelas obras feitas, além de um valor mensal para a conservação da Quinta da Boa Vista. No entanto,

[10] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Sessão de Obras Raras. Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N.S, e toda a Sua Real Família chegaram pela primeira vez aquella capital. Lisboa: Impressão Régia, 1810, localização: 36, 0, 21. p.12-13.

Elias Antonio Lopes em 1808 já era considerado um homem de negócio influente na praça mercantil do Rio de Janeiro[11], o que nos leva a concluir que neste gesto de vassalagem o que estava em jogo não eram apenas as remunerações financeiras, mas sim as mercês que o negociante poderia auferir. Tanto que no decreto de 13 de maio de 1808, dia do aniversário do príncipe regente, o negociante foi condecorado por sua vassalagem, com uma *Comenda da Ordem de Christo*, com o *tabelionato da câmara e Almotaceira da Vila de Parati* e a *administração da Quinta da Boa Vista*. A mercê de fidalgo cavaleiro da casa real foi concedida posteriormente a Elias Antonio Lopes em 19 de Outubro de 1810. Na fonte observamos que D. João declara que a atitude de Lopes foi a favor da Coroa, o que nos remete a discussão realizada pela historiografia de que os negociantes atendiam suas necessidades.

> **Attendendo ao notorio desinteresse, e demonstração de fiel vassalagem**, que vem de tributar á Minha Real Pessoa **Elias Antonio Lopes Negociante da Praça desta Capital no offerecimento que Me fez de hum prédio situado em São Christovão** de distincto e reconhecido valor em beneficio da Minha Real Corôa, **E dezejando fazer lhe honra e Mercê como elle merece por esta acção voluntaria de repartir com o Estado os lucros adquiridos pelo seu comercio: Hei por bem fazer lhe Mercê de Huâ Commenda da Ordem de Christo das de Africa**, **que vagar podendo usar logo da Insignia de Commendador,** como tambem da Propriedade do Officio de Tabelião Escrivão da Comarca e Almotaceira da Villa de Parati, logo que finde a arrematação, e de Administrador do referido Predio (...)[12] (Grifo nosso)

No decreto o regente menciona que estava "atendendo o notório desinteresse e demonstração de fiel vassalagem" de Elias Antonio Lopes. Por isso, condecora-o com as mercês elencadas, pelo fato do negociante repartir os lucros de seu comércio com o Estado. Portanto, observa-se que a relação estabelecida entre os vassalos e o príncipe regente, no que concerne aos serviços dos súditos e o recebimento das recompensas régias, insere-se na discussão realizada por Fernanda Olival, sobre a justiça distributiva no Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). O decreto acima exemplifica que Dom João estava recompensando os serviços que Elias Antonio Lopes fez à favor da Coroa, quando ofereceu um lugar para ser residência da família real.

[11] Elias Antonio Lopes entre outros negociantes é citado pelo Conde de Resende como um dos 36 maiores negociantes da praça do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Carta do Conde de Resende para D. Rodrigo de Souza Coutinho – 30 de Setembro de 1799; Correspondência dos Vices-Reis.Doc n° 343. Códice 68. Volume: 15.fls. 323-324.

[12] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Decreto fazendo-lhe mercê de uma Comenda da Ordem de Cristo das de África, que vagar podendo usar logo a Insignia de Comendador como também da propriedade do ofício de Tabelião e Escrivão e Almotaceira da Vila de Parati. Data: 13/05/1808. Fundo: Ministério do Império (53). Códice 15. Volume 1.fl. 17.

> Note-se que a justiça distributiva, (...) era objecto de grande atenção na sociedade portuguesa de Antigo Regime. (...). Com efeito, servir a coroa, com o objectivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes setores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência matéria, mas também honorífica e de promoção. Como se verá, não terá sido apenas a primeira nobreza do reino que se adaptara a esta crescente dependência. Nos grupos sociais mais baixos, a questão fundamental era muitas vezes encontrar a disponibilidade necessária, nomeadamente econômica para poder servir (OLIVAL, 2001, p.21).

O negociante também foi favorecido com o tabelionato da Vila de Parati, no entanto, ele não exerceu o ofício e o entregou o decreto relativo a esta condecoração na Secretaria de Estado. O autor da informação era Luís Ribeiro de Carvalho que "(...) implorou a D. João o tabelionato de Parati, a argumentar que o Elias, a quem V.A.R dele tinha feito mercê, fez pouco caso daquela graça, entregando o decreto na competente Secretaria de Estado" (CUNHA,1969, p.54). Esta ação reflete a atitude de um influente negociante de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro – com credores na praça, responsável pela arrecadação de dízimos em diferentes regiões e atuação no tráfico negreiro – que sabia avaliar os negócios que lhe trariam rendimentos financeiros. Assim, Luís Ribeiro foi agraciado em 1808, mas em 1811 não conseguiu substituto para o arrendamento do tabelionato devido seus baixos custos.

O Comendador da Ordem de Cristo também foi nomeado *administrador da Real Quinta da Boa Vista* no período de 23 de março de 1808 até 31 de Maio de 1813. Em informação circunstanciada de seu inventário encontramos a confirmação de que D. João concedeu-lhe o cargo de administrador do local e recebeu uma quantia mensal para a manutenção dele. Cinco anos depois, o negociante foi liberado da administração da Quinta da Boa Vista por um aviso régio em 28 de maio de 1813. No final da administração Lopes recebe uma quantia em dinheiro a seu favor, mas abriu mão dela em benefício do Estado.

> Consta também que o finado conselheiro fora nomeado por Sua Alteza Real administrador da Real Quinta da Boa Vista pertencente ao mesmo Real Senhor por offerecimento que della lhe fez o mesmo fallecido, principiando a exercer este lugar em 23 de março de 1808 athé 31 de maio de 1813 tempo em que foi aliviado deste emprego por avizo Regio da Secretaria de Estado datado em 28 de maio de 1813. Durante este prazo de tempo prestou sempre o fallecido conselheiro suas contas a Sua Alteza Real relativas ao dinheiro que recebia e despendia com a mesma Real Quinta (...). Na última conta que lhe deo, (...) manifestava-se um saldo a seo favor de R$ 2: 056$ 350, dos quaes na conta o conselheiro cedera o benefício do Estado em virtude de hum requerimento que elle fizera a Sua Real Alteza (...).[13]

[13] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes. 10 de Novembro

Elias Antonio Lopes, faleceu em 7 de outubro de 1815 conforme declarado em seu inventário "Rio de Janeiro 10 de Novembro de 1815 - Inventário dos Bens da caza do finado Conselheiro Elias Antonio Lopes existentes em ser ao tempo do seu falecimento no dia 7 de Outubro do prezente anno (...)"[14] O negociante deixou de herança um monte mor avaliado em 66: 084$581 (sessenta e seis contos, oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e um réis), valor no qual foram descontados suas dívidas ativas e passivas.[15] Por não ter deixado testamento, foi necessário que a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação procedesse à abertura de inventário, sendo nomeado como seus inventariantes seu caixeiro Thomás Pereira de Castro Viana, conjuntamente com a firma de Francisco José Guimarães e Companhia.

Em suma, neste artigo discutimos as mercês angariadas por Elias Antonio Lopes após o oferecimento que fez de sua chácara em São Cristóvão ao príncipe regente Dom João, nobilitando-o com uma das honrarias mais almejadas e atribuídas aos homens de negócio na corte joanina, que foi a comenda da Ordem de Cristo (SILVA, 2005, p.292). Com a administração da Real Quinta da Boa Vista, o negociante pode prestar contas de sua gerência, que o levaria a estruturar uma relação de confiança com Dom João. A demonstração de fiel vassalagem de Elias Antonio Lopes, conforme as palavras do regente no decreto de 13 de maio de 1808, lhe rendeu em anos posteriores o título de fidalgo cavaleiro da casa real (1810), conselheiro de Dom João (1811), Alcaide-mor e senhor da Vila de São José del Rei (1810). A mobilidade ascendente de Elias Antonio Lopes exemplifica que a permanência dos valores aristocráticos de Antigo Regime fazia-se presente no início do século XIX, quando os homens de negócio financiavam os projetos do regente e em troca eram recompensados com mercês.

Documentação

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

Fundo: Ministério do Império (53). Códice 15. Volume 1.

Correspondência dos Vices-Reis. Fundo: Negócios de Portugal (59). Códice 68. Volume: 15. Doc nº 343.

Inventário do Conselheiro Elias Antonio Lopes. 10 de Novembro de 1815. Fundo: Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (7x). Códice 789. Volume 1-1815.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Sessão de Obras Raras. Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro, quando o Príncipe Regente N.S, e toda a Sua Real Família chegaram pela primeira vez aquella capital. Lisboa: Impressão Régia, 1810, localização: 36,0,21.

de 1815. Fundo:Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (7x). Códice 789. Volume 1-1815. fl.87.

[14] Idem fl.1.

[15] Idem. fl.81.

Bibliografia

CUNHA, Mafalda Soares da & COSTA, Leonor F. **D. João IV**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

CUNHA, Rui Vieira da. A vida do Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815 – 1822. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 282, jan./mar.,1969.

DIAS, Maria Odila Silva. "A interiorização da Metrópole (1808-1853)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva,1972.

EDMUNDO, Luiz. **A Corte de D. João no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed Conquista, 1957. 3º Volume. 2º Edição.

GORENSTEIN, RIVA. "Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)." In: GORENSTEIN, Riva & MARTINHO, Lenira Menezes**. Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte, 1993.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. "A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: interpretações e linhagens historiográficas." In: MARTINS, Ismênia & MOTTA, Márcia (orgs). **1808 - A Corte no Brasil**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil.** 3.ed.Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MATTOS, Walter de Mattos. **A Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos: uma Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João (1808-1821).** Dissertação de Mestrado em História, UFF/PPGH. Niterói, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. São Paulo, **Almanack braziliense**, nº 2. Novembro 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVAL, Fernanda**. As ordens militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Star, 2001.

PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: Um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEDREIRA, Jorge. "Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e mobilidade social (séculos XVII E XVIII)." In: CUNHA, Mafalda soares da (coord.). **Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII).** Universidade de Évora, Julho de 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Ed. Verbo, 1994.

_____. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

_____. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981, vol. 1.

SESSÃO 7
Poder Político e Resistência

Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador

Prof.ª Mestranda Giselle dos Santos Siqueira (UERJ)[1]

Meu objeto de estudo está centrado na investigação da trajetória de Getúlio de Oliveira Cabral, um militante do PCBR que foi assassinado em 1972 pelos militares.

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo retratar a trajetória de Getúlio Cabral, a partir do seu nascimento em Minas Gerais a sua chegada à Duque de Caxias. Atravessando o período dos anos 1950 e 1960 revelando a sua militância política em Caxias, na Guanabara e em Salvador até sua morte trágica ocorrida na Ditadura Militar, em 1972.

Getúlio de Oliveira Cabral nasceu em 04 de abril de 1942, em Espera Feliz (MG). Segundo seu irmão Vitor Hugo, seu nome foi uma homenagem que sua mãe prestou ao presidente Getúlio Vargas.

Getúlio Cabral era filho de Manoel Arcanjo de Oliveira e Lindrosina Cabral de Souza. Seu pai trabalhou como professor leigo, em obras da Construção Civil e produziu uma máquina fotográfica artesanal, atuando como fotógrafo. Já sua mãe era camponesa e sem letramento.

Quando Getúlio Cabral e sua família vieram para o Rio de Janeiro, eles instalaram-se em Petrópolis. Chegaram à cidade de trem e foram morar no Alto do Quitandinha.

Na década de 1950, a família veio morar em Duque de Caxias. Nesse período, Getúlio tinha apenas sete anos de idade. Residiam na Rua Diamantina, que é a atual Avenida Leopoldina. E depois se mudaram para a Rua do Retiro (entre Gramacho, Leopoldina IV e Centenário).

Getúlio e seus irmãos estudaram na Escola Municipal Darcy Vargas, localizada no Corte Oito. Vitor Hugo, irmão de Cabral, lembra dos cantos diários do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, das aulas ministradas por um padre que ensinava bons costumes.

Manoel Arcanjo e Lindrosina Cabral, pais de Getúlio, participavam do movimento feminista e comunista, atuando em uma das Células do Partido, além das organizações de bairro. Entre os 12 e 13 anos, Getúlio já iniciou sua militância política na União da Juventude Comunista, influenciado pela participação de sua mãe, em atividades contra a guerra na Coréia. Exercia papel de liderança nas lutas comunistas. Ao atingir a maioridade foi recrutado pelo partido.

Ele começou a trabalhar com quatorze anos, consertando máquinas fotográficas. Incorporou-se ao Centro Pró-Melhoramentos de seu bairro, no município de Caxias e filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos onde participou das lutas de sua categoria profissional. Trabalhou

[1] Mestranda em História Política pela UERJ. Orientador: Oswaldo Munteal Filho. Email: giselle.historia@gmail.com

como escriturário na FNM (Fábrica Nacional de Motores). Casou-se aos 20 anos com Maria de Lourdes, com quem teve dois filhos.

Foi dirigente regional do PCB e dirigente nacional do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Era chefe do Grupo de Fogo, na Guanabara, também chamado de Esquadra Militar. Este foi o último grupo de guerrilha urbana no Rio de Janeiro.

Segundo a documentação do DOPS/RJ, Getúlio participou como representante do PCBR, na ação da Frente Terrorista (ALN)[2], VAR(VAR- Palmares)[3] e VPR(Vanguarda Popular Revolucionária)[4], que assassinou no Rio o marinheiro inglês David A. Cuthberg (05 de fevereiro de 1972), que estava no Brasil para os festejos do sesquicentenário (150 anos) da Independência.

Na Guanabara, além de chefiar pessoalmente a execução de todas as ações do grupo de Fogo, Getúlio participou ainda do assalto ao DETRAN - Campinho (10/01/1972) e a dois bancos na Rua Bela – São Cristovão, sendo um deles o Banco Novo Mundo do qual foram roubados a quantia de Cr$ 6.000,00.

Participou também do roubo da Kombi na ponte de Quintino (24/09/1971), a mesma pertencia ao Banco Nacional de Minas Gerais, a uma escola na Rua Conde de Bonfim, a delegacia do Ministério do Trabalho em Bonsucesso e do roubo de três automóveis Volkswagen na Rua Dias da Cruz no Méier.

Em 1968, viajou para Cuba para fazer um "curso de treinamento de guerrilhas". Quando voltou de Cuba, a perseguição ficou mais intensa. Em 1969, 1970, no bairro de Parada Angélica, morava Getúlio, sua esposa e seus dois filhos. Ele foi seguido até sua casa, que foi saqueada e quebrada. Getúlio conseguiu fugir e foi para outros estados, entre eles, Bahia.

Getúlio possuía os seguintes codinomes: Gogó, Gustavo, Artur, Feio, Tasso e Camilo. Estava condenado a vinte anos de reclusão pela 6ª. CJM por participação no assalto a Agência Liberdade do Banco da Bahia – Salvador, 1970. Getúlio teve sua prisão preventiva decretada

---

[2] Ação Libertadora Nacional. A ALN foi a organização de maior expressão e contigente entre os grupos que deflagraram ações de guerrilha urbana no período 1968/1973. Nasceu como cisão do PCB entre 1967 e 1968 e sua história está indissoluvelmente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB e possivelmente a liderança de maior carisma naquele partido fora Luis Carlos Prestes. A cisão que deu origem a ALN pode ser narrada pela própria trajetória de Marighella. Logo após o golpe de 1964, esse dirigente comunista foi preso no Rio de Janeiro e baleado quando tentava resistir à prisão, mesmo desarmado. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

[3] Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Essa organização nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um Grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heróica epopéia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde os negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos à sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. Mais informações ver: Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

[4] Nem todos os grupos de esquerda participantes da fase da guerrilha urbana tiveram sua origem em cisões do PCB. A VPR nasce como um grupo praticamente paulista, resultante da fusão entre uma ala esquerda da POLOP, que rompeu com o partido após o 4º Congresso, de setembro de 1967, e setores remanescentes do projeto de criação do MNR, definitivamente falido após o fracasso da Guerrilha de Caparaó.

em 17 de dezembro de 1971; mas continuou foragido até o dia de sua morte. No Rio, tinha sido condenado a doze anos de prisão e a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos.

Getúlio foi morto sob torturas no dia 29 de dezembro de 1972, aos 30 anos, no DOI/CODI-RJ (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Internas). Ele foi uma das vítimas do massacre que também vitimou Fernando Augusto da Fonseca, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.

Os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica dizem que "faleceu devido a tiroteio com agentes de órgãos de segurança". Mas o relatório da Anistia Internacional diz que ele foi morto e colocado em um carro incendiado - sendo seu corpo parcialmente carbonizado, após ter sido torturado no DOI-CODI/RJ, juntamente com José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto Valente da Fonseca.

O corpo de Getúlio entrou no IML, em 30 de dezembro de 1972, pela Guia n° 11 do DOPS/RJ. Seu óbito, de n° 132.011, firmado pelo Dr. Roberto Blanco dos Santos, teve como declarante José Severino Teixeira. As causas de sua morte que constam na certidão de óbito são: ferimento penetrante da cabeça determinando fratura do crânio e destruição do tecido nervoso cerebral e carbonização. No verso desse documento, manuscrita, há a seguinte frase: "Inimigo da Pátria (Terrorista)".

Foi enterrado como indigente, apesar de estar com seu nome completo, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 06 de fevereiro de 1973, na cova 22.702, quadra 21. Em 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, em 1980/1981, para uma vala clandestina, junto com mais de 2.000 ossadas de indigentes.

A morte de Getúlio somente foi divulgada em de 17 de janeiro de 1973, pelo Jornal do Brasil que deu a notícia de sua morte e das mortes de Fernando, José Silton e José Bartolomeu, assim como as mortes de mais dois outros militantes do PCBR, ocorridas no mesmo dia, Valdir Sales Saboya e Loudes Maria Wanderley Pontes, sem citar as circunstâncias de suas mortes.

No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Os corpos de mortos e desaparecidos foram enterrados em uma cova rasa e, cinco anos depois, transferidos para o ossário geral. No início da década de 1980 foram enterrados em uma vala clandestina todos os ossos de pessoas sepultadas como indigentes desde 1971 até 16 de janeiro de 1974.[5]

Reuniu-se, então, uma equipe formada por dois médicos legistas indicados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Gilson Souza Lima e Maria Cristina Menezes, pela arqueóloga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Nancy Vieira, e pela antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Eliane Catarino. Em outubro de 1991, a Equipe Argentina de Antropologia Forense, representada por Luis Fondebrider, Mercedes Doretti e Silvana Turner, realizou um treinamento técnico com a equipe e orientou os trabalhos de catalogação dos ossos. Infelizmente, as ossadas,

5

quando transferidas do ossário geral para a vala, foram misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, entre os quais não se distingue um esqueleto completo. Mesmo assim, vários crânios e outros ossos foram retirados e acondicionados em dezessete sacos plásticos para serem examinados.

Em março de 1993, a equipe encerrou o trabalho por causa da falta de financiamento e da impossibilidade de sustentá-lo com apenas três pessoas. As ossadas catalogadas foram guardadas no Hospital Geral de Bonsucesso. O local da vala continua sendo resguardado, e no futuro pretende-se construir um Memorial nele. "A construção desse memorial é importante para que possa ser um marco no sentido de resgatar nossa história e para que nunca mais isto volte a acontecer," afirma Romildo Maranhão do Valle, irmão de Ramires Maranhão do Valle e associado ao GTNM/RJ. Os nomes dos quatorze presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, ambos desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, **Getúlio de Oliveira Cabral,** José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhardini. Outros dois militantes foram sepultados em valas comuns no Rio de Janeiro: no Cemitério de Cacuia está Severino Viana Colon e no de Santa Cruz, Roberto Cieto.

Documentação

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

* Polícia Política – DOPS

- Setor: Comunismo/ Pasta: 112 / Folha: 243

Reportagem do Jornal do Brasil de 17 de janeiro de 1973 contendo a notícia da morte de Getúlio e outros militantes do PCBR e um dossiê sobre a vida desses militantes.

- Setor: Comunismo/ Pasta: 122/ Folha: 223

Segundo este documento do DOPS/RJ, um dossiê sobre Ranúsia Alves de Oliveira, Nhão do Vale e Almir Custódio de Lima (integrantes do PCBR).

- Setor: Terrorismo/Pasta: 12/ Folha: 140

Segundo este documento do DOPS/RJ, a depredação de dois postos de gasolina realizada por integrantes da ALN, PCBR (Getúlio) e VAR.

- Setor: Terrorismo /Pasta: 14/ Folha: 16 e 17

Segundo este documento do DOPS/RJ, Getúlio teria participado do roubo de jóias em uma residência em Copacabana em 19 de agosto de 1971.

- Setor: Terrorismo / Pasta: 15 / Folha: 4

Segundo este documento do DOPS/RJ, Getúlio teria roubado uma Kombi do Banco Nacional de Minas Gerais – Quintino (24 de setembro de 1971).

- Setor: Terrorismo / Pasta: 16 / Folha: 339

Segundo este documento do DOPS/RJ, algumas ações realizadas por Getúlio e PCBR, como por exemplo, o assalto ao Posto do DETRAN – Campinho em 10 de janeiro de 1972.

- Setor: Alvarás / Pasta: 06 / Folha: 197

18 de outubro de 1973- Documento do DOPS /RJ: 12 anos de reclusão e suspensão dos direitos políticos por 10 anos para Getúlio de Oliveira Cabral.

LIVROS

TELES, Janaina (org.). "Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade". In: **Parte II – A luta pela reparação. Capítulo I: Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira**. Editora Humanitas.

Trata sobre valas clandestinas no Cemitério Ricardo de Albuquerque.

Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Dossiê de Getúlio de Oliveira Cabral.

DOCUMENTÁRIOS

- Memória do Uso Diário – Grupo Tortura Nunca Mais.

Documentário sobre Violência – Ditadura Militar e Atualidade.

DVD

Café com História – Maio de 2008. Entrevista com Vitor Hugo de Oliveira Cabral – irmão de Getúlio Cabral.

DISPONÍVEIS NA INTERNET

* Sites

- Grupo Tortura Nunca Mais.

- Centro de Documentação – Eremias Delizoicov.

Informações sobre a vida e militância de Getúlio Cabral.

* Jornal

- A Nova Democracia – fevereiro de 2010

Entrevista com José Maria Galhassi de Oliveira - um amigo de partido de Getúlio Cabral.

* Revista

- CAMPOS, Fernando Soares. *La Insígnia*. Dezembro de 2005.

Resenha sobre o assassinato do marinheiro inglês David Culthberg.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Meritiy a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH – Clio, 2010.

BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O Mundo como Teatro, estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1993.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Rio de Janeiro: Edusc, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da Ditadura Militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas – A experiência da microanálise**. Fundação Getúlio Vargas.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980)**. Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968. Notas historiográficas e observações críticas. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, n.1, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. "História e Memória". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **História, Pensar e Fazer**. Niterói: Laboratório Dimensões da História, 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, nº 10, dezembro de 1993.

PADRÓS, Enrique Sena, BARBOSA, Vânia M, LOPEZ, Vanessa Albertinence Lopez, SIMÕES, Amanda Fernandes (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória**. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____ (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização**. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

_____ (org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"**. 2ª edição, Porto Alegre: Corag, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 2, n.3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. 5, n.10, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão; Jair Ferreira de (orgs.). **Imagens da revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RICOEUR, Paul. Entre memória e história. **Projeto**. Paris: número 248, p.11, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: O treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. "Esquerdas revolucionárias e luta armada". In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. **Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.

A Atuação de Albino Moreira Dias no Movimento Operário Carioca (1903-1918)

Prof.ª Mestranda Leila Cristina Pinto Pires(UFRRJ)[1]

O presente artigo constitui-se em um esforço de análise da atuação do militante e operário têxtil Albino Moreira Dias nas ações que contribuíram para o desenvolvimento do movimento operário, na cidade do Rio de Janeiro, nas duas décadas iniciais do século XX. Entende-se por movimento operário "o conjunto de fatos políticos e organizacionais relacionados com a vida política, ideológica e social da classe operária ou, mais em geral do mundo do trabalho" (BOBBIO, 2004, p. 781).

Os acontecimentos políticos, ocorridos no Brasil, de fins do século XIX e início do século XX, interferiram no mundo do trabalho e colaboraram para o desencadeamento do movimento operário carioca. O referido período era marcado pela mudança de regime político, de Monarquia para República, e também da mão-de-obra empregada, de escrava para livre. Ao lado dos trabalhadores nacionais livres, passam a compor esta forma de mão-de-obra os imigrantes e os ex-cativos, que obtiveram a liberdade em 1888 (GÓES, 1988, p. 15). A historiografia a respeito do assunto revela as dificuldades que os ex-cativos encontravam para se inserir no mercado formal de trabalho, ocupando assim os subempregos (MATTOS, 2008, pp.48-49).

O incentivo para a imigração de estrangeiros para o Brasil começou a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX e repercutiu diretamente na composição do mundo do trabalho e no delineamento do movimento operário. O incentivo à imigração possuiu como um dos motivos à falta de braços cativos para a lavoura cafeeira provocada pelas medidas para combater a escravidão. A alternativa encontrada foi o deslocamento de escravos que realizavam ofícios na cidade para o campo e para suprir a falta de mão-de-obra para os ofícios, o governo passou a incentivar a vinda de imigrantes estrangeiros. Os imigrantes que entraram em maior número, na cidade do Rio de Janeiro, foram os portugueses seguidos pelos espanhóis e italianos. Vale ressaltar que a contribuição dos portugueses para a formação do operariado carioca já vinha de antes de 1850 (MATTOS, 2008, p.42).

Por volta de 1870, ocorreu uma migração interna de brasileiros de origem fluminense, mineira e nordestina para o Rio de Janeiro, por motivos como a crise na lavoura cafeeira, a apropriação com frequência de terras por grandes proprietários, entre outros (MONTEIRO, 1985, p. 57). Os bancos do Distrito Federal investiam recursos financeiros na produção cafeeira;

[1] Mestranda integrando a linha de pesquisa intitulada "Relações de Poder, Trabalho e Movimentos Sociais", do curso de mestrado em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sob orientação da Drª Fabiane Popinigis.

mas, por causa da crise, eles reorientaram os investimentos e passaram a concentrá-los nas atividades industriais (GÓES, 1988, p. 12).

O cenário urbano da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, em fins do século XIX e nas duas décadas iniciais do século XX, caracterizava-se pelo crescimento populacional, pelo aumento do número de fábricas instaladas e pela *"organização social do trabalho livre"* (GÓES, 1988, p. 26).

Os trabalhadores imigrantes possuíam diferentes origens étnicas e culturais e esta característica dificultava a formação de identidades entre eles. A *"identidade de classe, apesar de suas limitações, tendeu a superar as diferenças étnicas"* (NÉBIAS, 2009, p.13). Considera-se que a superação dessas diferenças verificava-se quando trabalhadores de diversas categorias profissionais e portadores de diferentes ideologias contestatórias reuniam-se e realizavam greves (BATALHA, 2003, pp.169-170).

As ideologias presentes no espaço das cidades e entre os operários eram a anarquista, mutualista, socialista, trabalhista e sindicalista revolucionária. A difusão das ideologias ocorria por meio da divulgação feita por militantes estrangeiros e também por militantes nacionais (NÉBIAS, 2009, p. 13). A realização de comícios, teatros sociais, a venda de livros, a propaganda dentro das fábricas e nas associações operárias eram meios de difusão dos preceitos que compunham as ideologias. Entende-se que a troca de experiências cotidianas entre os trabalhadores e a troca de preceitos ideológicos contribuíram para o delineamento do movimento operário. (NÉBIAS, 2009, p. 13.)

Na análise de Alexandre Ribeiro Samis as ideologias "reivindicavam a legitimidade da interpretação dos anseios do grupo" colaborando assim para o "trabalho de formação do perfil operário" (SAMIS, 2002, p. 25). Considera-se que para a formação do movimento operário brasileiro e de modo mais específico, o da cidade do Rio de Janeiro, a ideologia sindicalista revolucionária foi a de maior expressão, vindo de acordo com os anseios dos operários (BATALHA, 2003, p.178).

As orientações primordiais dos sindicalistas revolucionários estavam voltadas para as necessidades imediatas dos trabalhadores e, após investir nas melhorias para a classe operária, a ideia de revolução adquiriria espaço entre os sindicalistas. O sindicato era considerado o instrumento de luta e por isso não deveria assumir orientação política ou religiosa (TOLEDO, 2004, pp. 48-59). O método defendido era a ação direta realizada por meio de greves, boicotes e paralisações (TOLEDO, 2004, pp.7-8).

O processo histórico de formação da classe operária e, mais especificamente, o delineamento do movimento operário, na cidade do Rio de Janeiro, contou com a participação dos operários com qualificação de ofício, como os artesãos e padeiros e também com os trabalhadores sem qualificação de ofício, como exemplo dos têxteis (BATALHA, 2003, pp.170-171). Entre esses trabalhadores existiam os que militavam e os que trabalhavam sem reivindicar por mudanças ou compartilhar das ideologias contestadoras. Entende-se que ambos os perfis

de trabalhadores, militantes ou não, foram agentes históricos importantes para o delineamento do movimento operário.

Os jornais oficiais, os patrões e o Estado também foram agentes importantes no delineamento do referido movimento. No tocante aos jornais oficiais entende-se que a publicação das notícias de greves, prisões de operários e sobre as discussões políticas em prol das requisições dos trabalhadores contribuíram para a divulgação das ações operárias e das respostas que partiam dos agentes do Estado e dos patrões [2].

Com relação à postura dos patrões e do Estado era recorrente a repressão às ações de militância, e para tal, contavam com o apoio da polícia (BATALHA, 2003, p.185). Vale ressaltar que as concessões também eram feitas, como patrões que cediam a determinadas exigências para que os operários colocassem fim a uma greve e pela existência de "algum espaço para o diálogo entre o Estado e os trabalhadores, no que diz respeito à criação de leis sobre o trabalho" (NÉBIAS, 2009, p. 19).

Diante do exposto associa-se com o pensamento de Edward Thompson ao afirmar:

> [...] as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem-se a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real [...] (THOMPSON, 2001, p. 274).

Os "nós dos interesses antagônicos" estavam sendo identificados entre o operariado, patrões e Estado. A formação de uma consciência de interesses divergentes, por parte dos trabalhadores, era favorecida mediante a convivência dentro do espaço das fábricas e por meio da divulgação de ideologias contestatórias, como a sindicalista revolucionária, que ao requerer melhorias materiais e morais, expressava diretamente os anseios dos trabalhadores, nas duas décadas iniciais do século XX. Considera-se que os militantes, com suas ações e discursos, incentivaram a promoção da identidade comum entre os operários e este incentivo foi um contribuidor para o processo histórico da formação de classe e consciência de classe.

[2] Wellington Barbosa Nébias cita a análise presente no "Jornal do Brasil" sobre a posição de Amaro Cavalcanti, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 1917, diante da proposta enviada pelo Conselho Municipal para a regulamentação da jornada de oito horas de trabalho para os operários da prefeitura, fábricas e oficinas. O prefeito recusou acatar a resolução por ser oriunda do Conselho Municipal e não uma resolução tomada pela União. O "Jornal do Brasil" aborda a decepção dos operários e posiciona-se a favor deles. Nébias revela que a posição favorável aos operários, por parte do jornal, ocorria caso concordassem com o método de luta adotado por estes e discordassem da reação dos patrões e do Estado à causa operária requerida (NÉBIAS, 2009, pp.18-19). Desse modo, entende-se que os "jornais oficiais" assim como os "jornais operários" abordavam os anseios dos trabalhadores, mas cada um construía o seu texto de acordo com as suas orientações. As opiniões contidas nas páginas dos jornais, de alguma forma, chegavam até os operários, como exemplos, por meio da leitura coletiva, em que uma pessoa lia para os demais operários e também por meio de conversas.

Diante do exposto apresenta-se o operário têxtil e militante Albino Moreira Dias, que por meio de suas ações e discurso contribui para agitar a causa operária, de modo mais específico a dos têxteis cariocas. O militante era estrangeiro, provavelmente de origem portuguesa[3], e atuou no cenário da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1903 e 1918, através da participação nos congressos operários, na organização de comícios, integrando sindicatos e por meio de artigos publicados.

Albino Moreira Dias participou em 1906 das sessões do Primeiro Congresso Operário Brasileiro. A sua participação foi ocupando, juntamente com Antônio Domingues[4], o posto de delegado do Centro dos Operários do Jardim Botânico (RODRIGUES, 1979, p. 113). A associação não conseguiu prosseguir com suas atividades após a realização do Congresso[5].

Nas sessões ocorridas no Centro Galego do Rio de Janeiro, à Rua da Constituição, entre os dias quinze e vinte e dois de abril de 1906, contou com a participação de militantes de correntes diferentes, como os socialistas. Nas discussões travadas as concepções sindicalistas revolucionárias foram adotadas para orientar o movimento operário carioca. As referidas posições foram confirmadas

[3] O jornal Correio da Manhã apresenta uma nota, no ano de 1930, e dentre os comentários cita a prisão de Albino Dias, este é classificado como operário e estrangeiro. O fato ocorreu em Petrópolis e o militante foi levado para a prisão em Niterói. (Jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 12 de dezembro de 1930, p.2.) disponível em: <http: //memoria.bn.br >. Acesso em: 01 de jul.2012, 20:30.

[4] Antonio Domingues era português e foi um importante colaborador na organização do movimento operário, visto que ele esteve ao lado de militantes como Luigi Magrassi, Alfredo Vasques e Mota Assunção, que reuniram-se na Federação da Associação de Classes, em 1905, e desse encontro surgiu o jornal *Novo Rumo*. A reunião desses militantes, em torno do jornal, foi importante para a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Durante o Congresso, Antonio Domingues presidiu a quarta e a quinta sessão, tendo como secretários João Arzua dos Santos e Augusto dos Santos Altro. Ao todo foram doze sessões e Antônio Domingues ocupou o posto de secretário na última sessão. É válido mencionar que Antonio Domingues foi um dos fundadores, em 1903, do Grupo Dramático de Teatro Livre, na cidade do Rio de Janeiro. O grupo reunia-se na sede da Associação Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, na Rua dos Andradas, 87. No mês de outubro de 1903, apresentaram as peças teatrais "O Primo Maggio" e "O Mestre e a Escola Social" (RODRIGUES, 1994, pp. 83-84). Anos depois, o militante Antonio Domingues foi cogitado para integrar o grupo comunista, que em 1922, formaria o Partido Comunista. O nome de Antonio Domingues, juntamente com outros nomes, consta nos prontuários da Polícia Civil do Distrito Federal - Delegacia Especial de Segurança Política e Social. O registro na polícia, que o classificava de comunista, ocorreu na década de 1930. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário do Desps. Setor – Prontuários – Rio de Janeiro. Prontuário GB, 17243 e Prontuário GB, 34369.)

[5] A afirmação de que o Centro dos Operários do Jardim Botânico não prosseguiu suas atividades após a realização do Primeiro Congresso Operário, consta no jornal "A Voz do Trabalhador", do dia primeiro de julho de 1908, em artigo com o título de "Confederação Operária". Este noticiou que o jornal "A Voz do Trabalhador", para publicar as resoluções do Primeiro Congresso Operário, contraiu empréstimo de 50$ com as seguintes associações: Centro dos Operários Marmoristas, Centro dos Empregados em Ferrovias e Congresso União dos Operários em Pedreiras. Desse modo, o artigo informa que, para poder quitar a dívida, seria necessário que determinadas associações, que foram citadas pelo jornal, pagassem o valor referente às vinte e cinco cópias de exemplares por elas adquiridas. E logo em seguida, cita nomes de outras associações operárias, entre elas, o Centro dos Operários do Jardim Botânico, que já não existia mais e não pagara a sua dívida. Devido a esse acontecimento, os redatores do jornal "A Voz do Trabalhador" demonstram, em seu discurso, a opinião de que, dessas associações, não poderiam esperar que quitassem o compromisso financeiro estabelecido. O jornal centrava suas expectativas nas associações que continuavam atuantes e que não tinham enviado o dinheiro para encerrar a dívida. (Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1908, p.3.) É válido mencionar que a autora, Francisca Nogueira de Azevedo, faz menção à participação da Sociedade dos Operários do Jardim Botânico, na greve de 1903. A diferença na denominação situa-se no primeiro nome, porém considera que corresponde à mesma associação, que Albino Moreira Dias integrava em 1906 (AZEVEDO, 2005, p.48).

quando da realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, no ano de 1913 (TOLEDO, 2004, pp.66-70). Albino Moreira Dias, juntamente com Pedro Villa[6], foram os delegados nomeados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos para atuar no Segundo Congresso Operário [7].

As sessões dos congressos operários constituíram-se em oportunidade para Albino Moreira Dias entrar em contato com militantes envolvidos com a causa operária do momento e que entrariam para a história como destacados militantes operários. O contato serviria como uma troca de "experiências", visto que os delegados tinham a oportunidade de expressar sobre o funcionamento de suas associações operárias. Diante disso, é possível associar com as reflexões de Thompson, ao considerar que as experiências comuns, compartilhadas pelos homens, proporcionam a formação da identidade de interesses. As experiências dos delegados eram referentes à militância e à inserção nas relações de produção, em que ocupavam os postos de empregados. A identificação, segundo Thompson, reflete-se em formas culturais, por meio da formação de sistema de valores e atitudes (THOMPSON, 1979, p. 315).

Os sete artigos de autoria de Albino Moreira Dias publicados no jornal "A Voz do Trabalhador" [8], seis intitulados "Pelas Fábricas" e um denominado "Divagando", revelam os valores que o militante compartilhava e buscava difundir. Os valores eram marcados pela sua experiência como operário têxtil e pela ideologia sindicalista revolucionária. É válido ressaltar

[6] A consulta ao jornal "A Voz do Trabalhador" permitiu obter duas informações do militante Pedro Villa. A primeira consta na edição do dia dezessete de maio de 1909. A nota intitulada "Movimento Associativo – Federação Operária do Rio de Janeiro" trazia o Balanço do movimento econômico da comissão executiva da comemoração do 1º de Maio de 1909. A comissão executiva era composta por Ulysses Martins, Natal Muratori, José Guardeño Torres e Pedro Villa. A composição da nota apresentava o balanço de receitas e despesas com o evento. Destaca-se que os membros da comissão explicaram que "a falta da banda de musica na passeata foi devida ás dificuldades economicas em que nos encontrámos a braços com uma receita que apenas podia fazer face ás despezas mais necessárias". Pedro Batista Matera apresentou a solução ao oferecer "o concurso da Escola Primeiro de Maio, sob a condição de arranjarmos a condução dos seus alunos de Vila Izabel para a séde da Federação". A comissão que assinou a nota mostrou-se satisfeita com a atuação da banda de música, que, segundo eles, cantaram o Hino da Internacional pelas ruas da cidade. (Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro 17 de maio de 1909, pp. 3-4.). O militante italiano Pedro Batista Matera foi o fundador da Escola Primeiro de Maio, sendo um "apaixonado dos métodos da Escola Moderna" (RODRIGUES, 1994, p. 602). Pedro Villa integrou a comissão que assinou a nota e mostrou-se satisfeito com a atuação da banda de música da escola de método racionalista de Vila Izabel. A segunda informação a respeito de Pedro Villa corrobora com a ligação do militante com a educação racionalista. Pedro Vila aprovou, ao lado de outros participantes, como exemplo, João Crispim, que representava a Federação Operária de Santos, o propósito de uma educação racionalista para os operários. A aprovação ocorreu mediante à discussão do tema sobre "Instrução e Educação da Classe Operária", ocorrida em sessão do Segundo Congresso Operário, em 1913. (Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro. 01 de outubro de 1913, p. 4.).

[7] Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro 01 de outubro de 1913, p.2.

[8] Durante sessão do Primeiro Congresso foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), com a função de ser um organismo unificador da luta operária no Brasil. O modelo de formação da COB foi inspirado na Confederação Geral dos Trabalhadores Franceses, que era influenciada pelo sindicalismo revolucionário. Os integrantes do Primeiro Congresso definiram que a COB teria um jornal próprio, denominado "A Voz do Trabalhador". O nome do periódico "A Voz do Trabalhador" foi inspirado no que circulava na França ligado à CGT, denominado La Voix de Peuple (SAMIS, 2006, p. 170). O jornal ligado a COB entrou em circulação dois anos depois da sua criação. O lançamento ocorreu no dia primeiro de julho de 1908, com a designação de Órgão da Confederação Operária Brasileira e circulou até dezembro de 1909, quando parou de ser produzido. Retomou suas atividades em primeiro de janeiro de 1913 e foi publicado até oito de junho de 1915.

que, ao classificar o discurso como sindicalista revolucionário, não desconsidera a influência dos valores anarquistas, socialistas, mutualistas e até mesmo trabalhistas que circulavam entre os operários e militantes. Os anarquistas e socialistas tiveram importante participação na organização das ações dos têxteis cariocas (FAUSTO, 1977, pp. 53-54).

O discurso de Albino Moreira Dias estava de acordo com a doutrina sindicalista revolucionária, visto que esta considera "que o melhor meio para alcançar seus objetivos a curto e a longo prazo era a ação coletiva e direta dos trabalhadores, insistindo na importância de uma organização nos próprios locais de produção" (TOLEDO, 2004, p.58). O militante atuava nos locais de trabalho, no caso as fábricas têxteis, e no sindicato da categoria. O discurso expressava as orientações e posicionamento do militante e estes foram revelados no seguinte trecho:

> [...] Parece incrível que existam homens que se sujeitem a trabalhar dentro dessas bastilhas com sua mulher e filhos, e não ganham para comer nem mesmo o clássico feijão e a carne sêca.
> 'Não me póde caber na cabeça que homens do século XX se sujeitem a trabalhar e não comer, como acontece atualmente aos operários das fábricas de tecidos. Não posso.
> 'Compreender como homens que tem cérebro para pensar, não se dêem ao trabalho de o fazer, pois que si o fizessem não é crível que procedesses da forma que procedem, pois sendo explorados barbaramente dentro desses estabelecimentos sem ar, sem luz e sem hijiene, durante 10 longas horas por dia, jemendo ao pezo de um trabalho mortificante e bárbaro, sem um jesto de revolta, sem uma palavra siquer, atravessam a vida cobardemente atolados nessa ignominioza mizeria, suportando o pezo de uma espantoza tirania patronal, e nada dizem; e quando alguém consegue sair desse atoleiro imenso, para dizer aos seus companheiros que isso não é viver, e que eles teem direito á vida, olham para os lados receiozos de que alguém os ouça, e dizem: não há união...
> 'Mas companheiros: como quereis que exista união, si não a fazeis? Como quereis que exista união, si não apareceis nas associações a chamado desses companheiros mais corajozos e lutadores [...] [9]

Albino Moreira Dias utilizava-se de estratégias no seu discurso visando conscientizar e mobilizar os têxteis para a organização no sindicato. E para tal, o operário precisava enfrentar as ameaças dos patrões, mestres e contra-mestres, como a de demissão (NÉBIAS, 2009, p. 13). A estratégia do militante era a de enaltecer os operários que enfrentavam a repressão dos patrões e a de criticar os operários que se conformavam com a realidade a eles impostas. A associação dos têxteis defendida e representada por Albino Moreira Dias, se reorganizava no ano de 1913, após

[9] Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro. 15 de março de 1913, p. 2.

o recesso entre os anos de 1909 e 1912. Este período foi de recessão para o movimento operário e as associações se desorganizaram (HARDMAN & LEONARDI, 1991, p. 272).

A realização do Segundo Congresso, em 1913, foi uma expressão da luta para se reorganizar o movimento operário. Nas resoluções para a realização do Congresso, ficou estabelecido que cada associação participante deveria enviar um relatório e este deveria ser "um histórico concizo de todo o movimento passado e presente dessa agremiação, assim como o sua influencia no meio operário e social dessa localidade, etc" [10].

Os relatórios a serem apresentados nas sessões do Segundo Congresso Operário e publicados nas páginas do jornal "A Voz do Trabalhador" deveriam ser escritos pelos representantes das associações. Logo, considera-se que Albino Moreira Dias e Pedro Villa foram os autores do relatório do Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. Através do relatório compreende-se que os têxteis esforçavam-se para se organizar, desde 1903, com a formação da Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos, responsável pela organização da greve de 1903[11].

A Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos não conseguiu prosseguir com suas atividades e fechou, fazendo com que os têxteis ficassem sem associação. Os têxteis só teriam outra organização própria da classe, no ano de 1908, quando foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos. Entre os anos de 1908 e 1909 ocorreram greves realizadas pelos têxteis e estas foram combatidas pelos patrões. O referido sindicato diante dos insucessos das ações e do início do período de recessão no movimento operário encerrou suas atividades em 1909, retornando em 1913[12].

A categoria têxtil promoveu greves nos anos de 1903, 1908 e 1909, período em que possuíam organização sindical. Albino Moreira Dias, no ano de 1913, buscava recuperar essas ações de mobilização. Pelo discurso do militante, as ações promovidas na primeira década do século XX, deveriam ser entendidas como exemplo para que os erros cometidos não se repetissem e a vontade de lutar, por meio de greves, manifestações e boicotes, fosse recuperada.

O Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos encerrou suas atividades em 1914, mas militância de Albino Moreira Dias continuou no decorrer da década de 1910 (BATALHA, 2009, p. 242). No ano de 1915, o jornal "A Voz do Trabalhador", informou sobre os comícios realizados, nos bairros da cidade, pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). O nome de Albino Moreira Dias aparece como integrando a comissão a organizar o comício no bairro do Pedregulho [13]. No ano de 1918, Albino Moreira Dias atuou como vice-presidente da União

[10] Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro. 01 de maio de 1913, p. 2.

[11] Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro. 14 de julho de 1914, p. 3.

[12] Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro. 05 de agosto de 1914, p. 3.

[13] Os comícios organizados pela Federação Operária do Rio de Janeiro foram promovidos nos bairros de Vila Izabel, Catumbi, Pilares, Pedregulho, São Cristovão e Inhaúma. Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB. Jornal *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro 1de janeiro de 1915, p.1.

dos Operários em Fábricas de Tecidos, que organizou a greve geral na cidade do Rio de Janeiro (NÉBIAS, 2009, p. 87).

Diante do exposto entende-se que as ações de Albino Moreira Dias eram motivadas pelo seu inconformismo com a realidade vivida pelos operários e pelas orientações ideológicas das quais ele compartilhava. Albino Moreira Dias por meio do convívio com os outros operários e militantes, ao longo das duas décadas iniciais do século XX, fortaleceu a sua identidade de classe e contribui, por meio de sua militância, para que os têxteis se percebessem enquanto classe. Mediante a referida contribuição atribui-se à Albino Moreira Dias a posição de agente histórico no desenvolvimento do movimento operário têxtil carioca.

Documentação

Fontes documentais

Prontuários da Polícia Civil do Distrito Federal - Delegacia Especial de Segurança Política e Social. Localização: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário do Desps. Setor – Prontuários – Rio de Janeiro. Prontuário GB, 17243 e Prontuário GB, 34369.

Fontes impressas

Jornal Correio da Manhã (1901-1974)
Localização: Disponível em: <http: //memoria.bn.br >. Acesso em: 01 de jul.2012, 20:30.
Data/Período: dezembro de 1930.
Jornal A Voz do Trabalhador (1908 – 1915)
Localização: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção ASMOB.
Data/ Período: julho de 1908; maio de 1909; março a novembro de 1913; julho e agosto de 1914 ; janeiro de 1915.

Bibliografia

AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. **Malandros Desconsolados – O Diário da Primeira Greve Geral no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **Dicionário do Movimento Operário - Rio de Janeiro do século XIX aos anos de 1920 militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. **Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lúcilia Almeida Neves. (orgs). O Brasil Republicano - O Tempo do Liberalismo Excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2004.

FAUSTO, Bóris. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920).** 4º Ed. São Paulo: Difel, 1977.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A Formação da Classe Trabalhadora – Movimento Anarquista no Rio de Janeiro, 1881-1911**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

HARDMAN, Francisco Foot & LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)**. 2º Ed. São Paulo: Ática, 1991.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres - Experiências Comuns na Formação da Classe Trabalhadora Carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro- 1878-1895**. Vol 1. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1985.

NÉBIAS, Wellington Barbosa. **A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

_____. **Os Companheiros**. Rio de Janeiro: VJR, 1994.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. **Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil.** São Paulo: Imaginário. 2002.

_____. **Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, O Anarquismo e as Estratégias Sindicais nas Primeiras Décadas do Século XX**. 2006. 441 f. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

THOMPSON, Edward. Palmer. **Algumas Observações Sobre Classe e Falsa Consciência**. In: As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase. Barcelona: Crítica, 1979.**

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SESSÃO 8
Aspectos da Administração no Mundo Luso-Brasileiro

Administração Colonial e as Redes de Poder: uma Análise sobre as Ações Coloniais, Pesquisa e Fontes no Estudo sobre a Provedoria de Fazenda

Prof.ª Mestranda Ana Carolina da Silva (UNIRIO)[1]

Por que estudar as redes para entender a administração fazendária

> República:
> Estado governado por Magistrados , eleitos e confirmados pelo povo: ou mais amplamente, Estado governado por muitos...
> (BLUTEAU, 2000, p.268)

Partindo-se na hipótese de que as redes movimentaram a sociedade colonial, daremos ênfase da discussão acerca do conceito de rede desse artigo. De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, a temática das redes tem dominado o cenário da produção acadêmica na área de História, nas últimas décadas (GOUVÊA, 2010, p. 155). Para pensarmos a formação das redes na América Portuguesa, é necessário remetermos a própria dinâmica da sociedade colonial, pois, esta refletira no período as práticas típicas de uma sociedade do Antigo Regime: uma sociedade estamental, porém com particularidades próprias, que acentuara na vertente na administração uma busca por privilégios diversos, entrelaçadas no mecanismo absolutista em formação. Na formação das redes na sociedade colonial, especificamente na sociedade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XVII e início do século XVIII, observamos que a historiografia atribui importância significativa para entendermos sua funcionalidade na Colônia. Segundo Maria Fernanda Bicalho um dos instrumentos para se entender a sociedade colonial é o conceito de rede, uma vez que "(...) Estes se constituíam por meio de múltiplas redes de relações- políticas, econômicas, sociais e culturais- que conectavam os sujeitos históricos" (BICALHO, 2007, p. 82). As redes, portanto, contribuíram como sendo à base de sustentação da administração colonial e do próprio Império Português, ou seja, as redes por meio de suas alianças e políticas nos remetem as relações mantidas entre elas, possibilitando a formação de uma dinâmica interna. Esta dinâmica interna caracteriza a necessidade de constituições de redes sociais na sociedade colonial, nos permitindo através de seu estudo destacar a manutenção das redes de poder na sociedade, a dinâmica de preenchimento dos cargos oficiais e a premência dos interesses privados na administração fazendária.

A existência da Provedoria das Capitanias e de seus respectivos provedores pode ser explicada pela necessidade de estabelecimentos que enraizaram e asseguraram do domínio do

[1] Mestranda em História Social do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o projeto intitulado: "Administração Fazendária e as Redes nos Provedores no Governo da 'República' no Rio de Janeiro (1700-1750)", com orientação do Professor Doutor Marcos Guimarães Sanches.

Estado Português na colônia brasileira. Segundo Mozart Vergetti Menezes "Foram- se também, pode-se dizer a pedra angular que determinou os níveis e as possibilidades de ação autônoma dos governadores, na correlação das forças entre várias capitanias" (MENEZES, 2005, p.17).

O desempenho da Provedoria dependia fundamentalmente da ação dos oficiais envolvidos neste negócio. A fiscalização era realizada por estes e a Coroa pouco conhecia as questões pertinentes a colônia. Dessa forma, eram fortes agentes influenciadores e principal elemento de ligação entre o Império Português. O seu esforço e empenho eram a única garantia da efetiva arrecadação das rendas. O contato que os colonos tinham com a Metrópole eram os oficiais, assim como a Coroa os mantinham como sua principal presença na colônia. Os funcionários da Fazenda serviram como elos intermediários desta lucrativa relação em que ambas as partes tinham grandes interesses de favorecimento e para isso era interessante que estivesse cada vez mais fortificada.

A Metrópole logo percebeu que a distribuição de ofícios serviria como uma poderosa fonte de aliados. Na medida em que os cargos da Fazenda fossem assumidos facilitaria o exercício de arrecadação das rendas. Dessa forma, a quantidade de funcionários poderia refletir na qualidade do atendimento dos interesses da metrópole. A situação se agravava no caso da Provedoria de Fazenda devido ao serviço tratado por esta. A questão financeira era primordial para a Coroa incentivando gastos de recursos em torno desta como forma de garantir a fiscalização das rendas e a transferência direta de lucros. Por outro lado, os colonos ávidos para ocupar esses cargos em busca de seus interesses firmavam uma forte aliança que obteve lucros para ambas as partes.

A Fazenda Real encontrou outros limites a sua atuação na colônia como a pluralidade de instituições tratando dos mesmos assuntos (SANCHES, 2006, p. 179). A Câmara também possuía jurisdição sobre a fiscalização das rendas, isto dificultava a efetiva ação sobre os colonos, pois a concorrência prejudicava a prática diária das normas já então estabelecidas. Apesar de haver um Regimento tratando somente das funções dos oficiais da Fazenda era possível encontrar esta dificuldade na administração colonial guiada pela metrópole. O imenso território a ser fiscalizado por si só já representava um grande desafio para os oficiais da Fazenda que precisava ser presente e respeitado, atributo este que o cargo oficial desempenhava, mas sofria restrições com a competição funcional de outras instituições.

A análise deste contexto nos leva a concluir a relativa distância entre a teoria e a prática. As normas que orientavam o funcionamento da Provedoria de Fazenda demonstram grande preocupação com o rigor das ações de seus oficiais e, ao mesmo tempo mantinham uma postura tolerante com a eficácia da instituição. A grande preocupação da Coroa se concentrava nas formalidades de arrecadação das rendas, ou seja, na garantia de seus lucros. Mas o caminho a ser percorrido para que seu objetivo fosse alcançado não geraram na metrópole maiores cuidados. A percepção desta situação baseia-se na análise do Regimento dos Provedores onde exigia que fosse informado de todos os trâmites realizados pelos oficiais da Fazenda e os nomes de todos

aqueles funcionários envolvidos. E, ao mesmo tempo permitia que fosse ilimitado o número de oficiais nomeados desde que fosse garantida a fiscalização de mercadorias na Capitania. Com isso, a Coroa permitia certa adequação á realidade colonial, se por um lado controlava com empenho a fiscalização das rendas, na medida em que ordenava a manutenção dos livros contendo informações de todos os gêneros da Provedoria. Por outro lado, liberava a concessão de cargos oficiais da Fazenda sem regras criteriosas, longe daquelas que regulamentavam a arrecadação de suas mercadorias. A justificativa desta norma era para que fosse garantida a arrecadação de todo o imenso território, apesar de na prática isto não ocorrer efetivamente, já que o território colonial ainda havia sido pouco desbravado. Dessa forma, a própria norma vinda da metrópole dava margem para a ocorrência desta distribuição de cargos oficiais, sem podermos considerar estas atitudes como transgressões na norma já que nas entrelinhas do Regimento cabiam estes feitos.

A formação deste contexto na colônia portuguesa influenciou o funcionamento da Provedoria de Fazenda. Os funcionários pertencentes à elite e envolvidos nas redes sociais chegavam à instituição habituados com esta prática colonial. A conquista do cargo, na maioria dos casos, representava uma longa jornada percorrida pelos indivíduos que buscavam reafirmar a sua distinção social e engrossar os seus ganhos financeiros. A espera de uma oportunidade para ingressar na administração fazendária era um período dispendioso e com pouco retorno financeiro. E ao assumir o cargo havia um desejo de obter as recompensas necessárias para garantir seus lucros. A escolha dos funcionários era realizada sem levar em consideração as suas experiências profissionais, mas os seus contatos e os trabalhos realizados a serviço do Rei. Os detentores dos ofícios, dessa forma, estavam mais ligados nos ganhos que poderiam vir a alcançar do que no envolvimento com os desafios que a instituição precisava enfrentar. O perfil dos oficiais era um obstáculo para o cumprimento das orientações normativas dos Provedores da Fazenda devido à fidelidade que os funcionários mantinham principalmente com a prática de funcionamento das redes sociais.

A influência pessoal nos assuntos públicos levou a uma estreita relação entre a posse do cargo e a constituição de seu patrimônio. Os oficiais agiam com uma considerável liberdade no território colonial e o próprio exercício de suas atividades representava meios que traziam sua remuneração financeira. A trajetória dos oficiais retrata as aquisições de bens, principalmente as sesmarias como demonstração de seu enriquecimento. A presença em cargos da administração pública e um bom relacionamento com os indivíduos que o rodeavam eram a garantia do aumento de seu patrimônio. Além das possibilidades de suas funções na Provedoria, os oficiais não temiam em realizar inúmeros pedidos que envolviam desde a busca por um complemento em seus vencimentos até a reafirmação de sua distinção social. A movimentação das redes sociais favoreceu a atuação dos oficiais em favor de seus ideais.

Mais uma vez a dinâmica das redes sociais atuou de forma incisiva no tocante ás relações mantida na colônia. A aproximação de laços de parentescos foi mais uma movimentação um tanto

freqüente que impulsionou à sociedade e conseqüentemente a economia colonial. A realização de casamentos trazia consigo possibilidades mais concisas e concretas no jogo de tabuleiro imposto pelas redes. A concepção do casamento era de longa duração e um aprofundamento das relações mantidas entre as famílias envolvidas contribuía para a idealização deste ritual religioso como um elemento decisivo na imposição da distinção de sua família.

As exigências contidas nas normas dos Provedores determinavam que os funcionários não pudessem dispor como bem quisessem de suas posições. Algumas regras limitavam parte de suas ações como a proibição de comercializar a distribuição dos cargos. Tal entrave poderia representar uma serie de dificuldades à dinâmica de preenchimento dos cargos mais logo foi solucionado pelos oficiais com atitudes consentidas pela sociedade apesar de representar alternativas para a realização de transgressões á ordem imposta pela Coroa. O principal caminho utilizado por estes oficiais foi à arrumação de casamentos entre as principais famílias de forma que os cargos permanecessem naquele meio social. Os casamentos eram o primeiro passo para a entrada na Provedoria de Fazenda que logo vinha acompanhado de outros manejos feito pelos oficiais. Como o cargo público não poderia ser vendido, os oficiais encontraram outras formas de "repassar" o oficio e agraciar um número maior de indivíduos pertencentes ao seu grupo social. Os detentores de ofícios renunciavam em favor de algum familiar ou então pediam dispensa também em vista de alguém de seu interesse. Esta prática foi bastante utilizada tendo como elemento impulsionador o arranjo entre as famílias que culminavam nos casamentos em vista da permanência dos cargos no mesmo meio social.

Podemos definir os provedores do Império Português como magistrados de nomeação régia com competências simultaneamente administrativas, judiciais e fiscais. Tanto os provedores quanto os contadores das Comarcas tiveram as suas competências apresentadas no título LXII do Livro I das Ordenações Filipinas e no regimento dos contadores das Comarcas, integrado nos capítulos LX-XCIX das Ordenações da Fazenda. Geralmente no início do exercício de seus cargos, o provedor recebia do Rei o seu regimento, ou utilizava o regimento do proprietário anterior do ofício. De acordo com as ordenações, seria competência do provedor: Conhecer de todos os casos de irregularidades cometidas pelos oficiais da Fazenda e proceder contra os culpados; Incumbir-se da administração da Fazenda Real na capitania, não podendo, porém, prover qualquer serventia de oficio, mesmo quando vagar; Cuidar, com o provedor- mor, da arrecadação e aplicação das rendas pertencentes à Fazenda Real; Taxar, com a Câmara, a lenha vendida aos engenhos; Dirimir dúvidas que ocorram entre quaisquer partes, em sua jurisdição.[2]

Luciano Figueiredo aponta assertiva confluente no que tange ao papel do provedor na administração colonial. O autor nos ensina que o destaque dado à função fazendária e fiscal no mundo colonial se reflete no poder e prestígio concentrados na figura dos provedores de fazenda, uma vez que dispunham de autonomia e autoridade diante dos outros funcionários da alta hierarquia colonial (FIGUEIREDO, 1996, p. 304).

[2] As atribuições e competências dos provedores estão listadas no Livro I, título LXII, das Ordenações Filipinas.

A Metrópole deixou transparecer o seu posicionamento em relação a questões relevantes a Provedoria de Fazenda do Rio de Janeiro. A análise da instituição remete, num primeiro momento, certo desequilíbrio quanto as suas atitudes que ora formulava normas que, muitas vezes demonstrava rigor no tocante a fiscalização das rendas ora visualizava transgressões a regras impostas por ela sem o empenho necessário para contê-las. Isto se deve aos interesses de ambos, a Coroa buscava angariar vultosos lucros e, limitava seus esforços no atendimento desta expectativa demonstrando pouca preocupação no desenvolvimento sustentável da colônia. Por sua vez, os oficiais focavam suas ações em favor de interesses próprios.

Dessa forma, o poder político entendido como proveniente de um poder central surge não como determinante e condicionador de toda a dinâmica social, mas como parte dessa dinâmica, produtor e produto ao mesmo tempo, em uma constante interação dialética. Além disso, a pesquisa leva em conta também a história do direito e a sociologia jurídica, ao tratar das normas oriundas de Portugal sobre a administração fazendária e a aplicação prática, ou não aplicação, dessa normatividade. Trata-se de tentar entender os porquês dos descumprimentos, dos descaminhos e das negociações. Na análise de nosso objeto propomos que no funcionamento organizacional, estrutural e efetivo da administração colonial esta é norteada pela existência das redes de poder. Esta rede, como já explicado anteriormente, corrobora com a perspectiva weberiana[3] ao considerar que esta é formada por uma teia composta por pontos e linhas, onde os pontos representariam as pessoas ou grupos e as linhas remetem as relações mantidas entre eles (DEDIEU, 2000, p.25).

Deve-se pensar que o sistema administrativo do Império português era o responsável pela distribuição social do poder (HESPANHA, 1984, p. 69-70), que se encadeava em uma hierarquia estendida da Metrópole à Colônia. No mundo colonial, o exercício do poder por agentes de diferentes esferas administrativas nos remete a pensar nas tensões geradas quando interesses se chocavam, movimentando as relações sociais. Tais tensões poderiam ser entre forças centrífugas, envolvendo os interesses da sociedade e a administração locais; ou centrípetas, entre a Metrópole e seus agentes administrativos, interferindo diretamente no acesso aos postos administrativos da República[4]. O exercício do mando na colônia se dava principalmente através da ocupação dos chamados postos da Res publica, posição esta que sustentava a criação de mecanismos de legitimação às pretensões de ascensão hierárquica de alguns indivíduos na sociedade. (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007, p. 22).

As redes, portanto, contribuíram como sendo à base de sustentação da administração colonial e do próprio Império Português, ou seja, as redes por meio de suas alianças e políticas nos remetem as relações mantidas entre elas, possibilitando a formação de uma dinâmica

[3] É relevante a utilização deste método no período temporal analisado devido ao modelo administrativo adotado, onde a ocupação dos cargos de oficio obedecia a critérios patrimoniais não burocráticos, no sentido weberiano do conceito.

[4] De acordo com os preceitos da 2° Escolástica e o tomismo, para que o indivíduo viva em comunidade é fundamental ultrapassar o egoísmo em favor do bem comum. Para isto, surge uma sociedade que é política, e com ela a República, "Res publicae", ou seja, as funções públicas para que esse bem comum fosse atingido.

interna. Esta dinâmica interna caracteriza a necessidade de constituições de redes sociais na sociedade colonial, nos permitindo através de seu estudo destacar a manutenção das redes de poder na Sociedade, a dinâmica de preenchimento dos cargos oficiais e a premência dos interesses privados na administração fazendária.

A documentação do códice de "Castro e Almeida" e dos documentos avulsos pertencentes ao Conselho Ultramarino contém oficiais da Fazenda requisitando a transmissão dos seus cargos sob a alegação de diversos motivos. A análise destas fontes possibilitou a construção do meu projeto de Mestrado, permitindo-me as análises dos interesses presentes nessas ações realizadas pelos oficiais. Os funcionários faziam questão de manter o cargo sob a posse de sua família ou então indivíduos com interesses semelhantes. Os ofícios foram praticamente monopolizados pelos descendentes dos conquistadores coloniais e as realizações de casamentos de suas filhas representaram uma maneira eficiente de garantir a presença dos cargos na família e conseqüentemente manter o mando político naquele território (FRAGOSO, 2003, s/p). Por outro lado, para os oficiais representou a permanência em uma família já possuidora de prestigio social, um forte atrativo para o período colonial.

Bibliografia

BICALHO, Maria Fernanda. "Dos 'Estados Nacionais' ao ' sentido da colonização': história moderna e historiografia do Brasil Colonial". In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura Política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário portuguez e latino** (1712- 1721). Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Cultura, 2000. (CD- ROM).

DEDIEU. Jean Pierre. "Processos y Redes. La Historia de las Instituiciones Administrativas de La Época Moderna, Hoy". In: Juan Luis Castellano, Jean Pierre Dedieu; Maria Victoria Lopez Cordon Cordezo (edt.). **La Pluma, La mitra y la espada: estúdios de História Instituciones em la Edad Moderna**. Madrid/ Barcelona: Marcial Pons/ Universidad de Burdeos, 2000.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761**. Tese de Doutoramento em História, Universidade de São Paulo, 1996. p.304.

FRAGOSO, João Luis. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 8, n. 15, 2003.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (orgs.). **Conquistadores e Negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730". In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na Trama das Redes. Política e negócios no Império Português, Século XVI- XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime.** Lisboa: Fund. Caloustre Gulbenkian. 1984.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, Ordenações e leis do Reino de Portugal, recomplidas por mandado d'el Rei D.Philippe, o Primeiro, 12;ed. (segundo a nona). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1858, t.3.

Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm Acessado em 31/07/2012.

SANCHES. Marcos Guimarães. **A Administração Fazendária na Segunda Metade do Século XVII: ação estatal e relações de poder.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a.167, n.432.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O Governador Fernando Mascarenhas: Administração e Lutas no Estado do Brasil (1638 - 1640)

Prof. ª Mestranda Andréa Delfino Ferraz (UERJ)[1]

Neste artigo nos propomos a discutir a atuação de Fernando Mascarenhas, o 1º conde da Torre, entre os anos de 1638 e 1640, período no qual esteve envolvido com a organização e comando da armada montada para tentar a restauração dos territórios portugueses na América, que se encontravam então sob o domínio holandês, e quando também exerceu o cargo de governador-geral do Estado do Brasil[2] (VAINFAS, 2001, p.82).

Em 1630, a armada da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, bloqueou o litoral de Pernambuco e desembarcou tropas que após tomarem Olinda e Recife, realizaram nos sete anos seguintes a conquista das terras situadas entre o Ceará e o rio São Francisco.

Após um período gozando de prosperidade comercial pelo intenso comércio em seus portos, Portugal, a partir dos conflitos internacionais travados pelo Império espanhol, começou a perder esses benefícios por causa do impedimento do comércio com Holanda e Inglaterra, pois o que antes se buscava em Lisboa, agora era trazido direto do Oriente e da América; assim, Portugal entrou em crise.

A Espanha também passava por um momento difícil, então particularmente no tempo de Felipe IV (MONTEIRO, 2002, p. 73-106), foram introduzidas diversas medidas durante o ministério de Dom Gaspar de Guzmán, o conde de Olivares (CARDIM, 2002, s/p). Estas medidas afetavam as questões políticas, com reformas centralizadoras, e também as questões financeiras, com um aumento da captação de recursos dos fidalgos portugueses, com um controle e vigilância fiscais mais incidentes (Ibidem). Medidas essas que contradizia o Juramento de Tomar, promessa feita por Felipe II ao assumir o trono português, em preservar a autonomia de Portugal, (MONTEIRO, 2002, 73-106) garantindo um governo individualizado e conservando os privilégios, graças e mercês dos nobres portugueses (CORRÊA, 1994). As relações de conflito entre Portugal e Espanha, unidos durante o período compreendido entre 1580 e 1640, atingiram um ponto crítico exatamente na década de 1630, e é justamente durante este período que se gesta o movimento de restauração que findaria a União Ibérica (CARTAS do 1º conde da Torre, 2001, p.11). Segundo Arno Wehling, a política centralizadora do conde de Olivares, repercutiu negativamente aos olhos portugueses, justamente por terem

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Política (UERJ). Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa efetuada no Programa de Iniciação Cientifica da Universidade Gama Filho, sob orientação do Prof. Dr. Wilmar Da Silva Vianna Junior. E-mail: andreaferaz@gmail.com

[2] De acordo com Ronaldo Vainfas, o Estado do Brasil pode ser definido como o território português na América, a partir da criação do Governo-geral em 1548, sendo composto pelas capitanias hereditárias que foram distribuídas por D. João III, na década de 1530.

sido percebidas como um rompimento com a política de compromisso do juramento de Tomar (WEHLING, 2005).

Em 1638, Dom Fernando Mascarenhas, o 1º conde da Torre, foi incumbido por Filipe IV[3] de organizar uma armada a fim de restituir ao Império espanhol a região conquistada pelos holandeses desde 1630. Esta armada seria a última tentativa por parte da monarquia dual de recuperar esses territórios (CARTAS do 1º conde da Torre, 2001. p. 7). Em 1639, o conde da Torre, foi nomeado Governador-Geral do Estado do Brasil (GUEDES, 1966, p.85-86).

Durante o período de Filipe IV, a diretriz da administração colonial passou a ser cada vez mais a defesa da terra e o abastecimento das tropas e da população, momento que a administração assume "uma política de defesa naval e terrestre", pois, havia a necessidade de se equipar todo litoral visando impedir a expansão dos holandeses, como também os expulsar das regiões que ocupavam (GUEDES, 1966, p. 83-86). Característica que se mostra distinta, por exemplo, do período da criação do cargo de Governo-Geral, em 1548, que buscava atender as inúmeras queixas feitas pelos donatários, principalmente por Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, com relação ao ordenamento interno do território português na América, além de procurar combater as investidas de outras coroas europeias (VIANNA JÚNIOR, 2011).

A partir das considerações expostas, objetiva-se verificar a posição do governador-geral dentro da estrutura administrativa da América Portuguesa no contexto da luta contra os holandeses; compreender a aplicação das normas contidas nos diversos documentos normativos expedidos no período e sua recepção no corpo social, examinando, a partir da articulação entre a forma institucional e a prática governativa, o alcance e os limites do poder da Coroa.

Analisando a correspondência trocada entre as diversas autoridades portuguesas e espanholas no período entre 1638 e 1640, momento situado no contexto da luta contra os holandeses pela restauração dos territórios dominados na América; pretendemos demonstrar a efetiva posição de Dom Fernando Mascarenhas dentro da estrutura administrativa da América portuguesa, além de identificar as possíveis tensões entre Dom Fernando e as demais autoridades administrativas e militares.

Esta análise foi realizada a partir do conceito de poder, conforme o entendido por Michel Foucault, pois de acordo com o autor, o poder não é exercido somente pelo Estado, mas também por outras instituições da sociedade. Assim o Estado está ao lado destas instituições em relação ao nível de influência que exerce na sociedade, pois, o Estado não tem um total controle para exercer um domínio pleno, então compartilha esse poder com essas instituições, a fim de conseguir seus objetivos. Dessa forma, os mecanismos de poder não são exercidos apenas dentro do aparelho do Estado, e sim também fora dele (FOUCAULT, 2009, p. 7-23).

Desenvolvemos os objetivos traçados acima, analisando documentos compostos pelos regimentos entregues a Dom Fernando Mascarenhas, e de cartas trocadas entre ele, e diversas autoridades. Estes documentos estão alocados nos arquivos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e em cartas publicadas no livro: "Cartas do 1º Conde da Torre".

[3] Esta era sua denominação na Espanha, porém em Portugal era Felipe III.

Buscamos deste modo, a aproximação das questões colocadas por aqueles a quem cabia o governo da América Portuguesa e, dessa forma, compreender como funcionava a governabilidade da terra. Assim a partir da confrontação dos vários testemunhos, podemos verificar a posição do governador-geral dentro da estrutura administrativa da América portuguesa, dentro do contexto de lutas contra os holandeses; perceber como era a aceitação das normas aplicadas à sociedade e identificar o alcance do poder da Coroa.

Na política dos primeiros anos do século dezessete, existia uma interdependência estrutural entre o Brasil e a metrópole (MARQUES, 2007, p.7-35). Essa interdependência era decorrente da transposição do sistema político administrativo metropolitano para a América portuguesa, o que a tornava suscetível às mudanças ocorridas na metrópole (MARQUES, 2007, p.7-35).

Ao longo do período da dominação espanhola são percebidas transformações na estrutura administrativa, implantadas pela administração hispânica, o que Manuel Hespanha chamou de "modernização do sistema político português" (HESPANHA, 1989, p.47-73), que afetaram a comunicação política-administrativa entre o rei e o reino. A partir do uso de uma rede informal de comunicação, os Habsburgo prevalecerem-se para controlar a fazenda portuguesa. O objetivo destas mudanças seria melhorar a operacionalidade dos meios de comunicação entre o centro e a periferia (MARQUES, 2007, p.7-35), e atingir um controle mais eficaz nas questões financeiras (VIANNA JUNIOR, 2008, p.50).

Devemos ter em mente que nesses processos não havia continuidades e uniformidades, o que nos leva a entender que esse modelo de administração castelhana, obteve êxitos em algumas questões, mas também gerou conflitos e resistências, que fizeram a Coroa ter que negociar com "privilégios e particularismos locais" (VIANNA JUNIOR, 2008, p.50).

Durante os séculos XVI e XVII, as ações político-administrativas das autoridades metropolitanas e coloniais, produziram leis institucionais onde tratavam de assuntos generalizados. Qualquer assunto não incluso nestas leis deveria ser resolvido conforme as circunstancias e analisados a partir de Regimentos entregue aos governadores e demais autoridades ou então a partir instruções especificas (WEHLING, 2005):

> [...] Em tudo o que neste Regimento naõ for declarado; Hey porbem, que se cumpraõ e goardem todos os mais Regimentos de minha Fazenda, ordens e Provizoens, que sobre a despeza delles forem passados por aquelle Estado, no que naõ forem contra este [...]. (VARNHAGEN, 1956, p.360)[4]

Curiosamente este primeiro regimento recebido por Dom Fernando Mascarenhas, não o instrui de como deveria fazer a guerra, mesmo tendo ele já recebido ordem de se dirigir à América portuguesa com o intuito de lutar pela restauração do território ocupado. O regimento

[4] Regimento que D. Fernando Mascarenhas recebeu em 13/08/1638, ainda em Lisboa, na ocasião em que assumiu o comando da armada de restauração do Estado do Brasil.

basicamente o orientava nas questões financeiras concernentes aos pagamentos feitos pela Fazenda Real. Só quando Dom Fernando já estava a caminho da América Portuguesa, foi que Filipe IV enviou instruções de como ele deveria agir.

Em 13 de Agosto de 1638, foi entregue a Dom Fernando Mascarenhas, o primeiro regimento de seu governo.[5] A partir desse documento percebemos o esforço empreendido para um maior controle da fazenda real portuguesa, tendo em vista o empenho pela implantação dessas novas formas de poder por parte dos Habsburgo (MARQUES, 2007, p.7-35). Essa tentativa de controle, não pode ser entendida como uma centralização política, pois eram grandes as dificuldades de comunicação entre a colônia portuguesa e a metrópole, é sim, melhor classificada como uma intervenção no âmbito jurisdicional nas instituições portuguesas, por parte da Coroa espanhola (MARQUES, 2007, p.7-35).

No regimento trazido por Dom Fernando, logo era apresentada a dificuldade financeira da colônia, pois, Filipe IV reconhecia que ela não tinha condições de arcar com todas as despesas da guerra, e doava a fazenda real, duzentos mil cruzados (VARNHAGEN , 1956, p.333). Porém, a metrópole também passava por sérios problemas financeiros e tinha dificuldades em manter a Armada, conforme o exposto na carta escrita à princesa regente de Portugal, Margarida de Mântua, onde Dom Fernando faz pedido de dinheiro para o conserto de navios. A resposta de Margarida para o conde da Torre é pela impossibilidade de envio de verbas (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 276).

Em carta trocada entre Filipe IV e Dom Fernando, percebemos a nítida preocupação que a tropa não atacasse aos moradores das áreas tomadas pelos holandeses, porque muitos deles lutavam ao lado dos invasores e provavelmente os soldados os viam como inimigos também (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 32).

Entendemos também que havia o intuito de prejudicar os possíveis lucros obtidos pelos holandeses em virtude da venda de itens de plantação, pois na mesma carta, Felipe IV ordenou para que as tropas da Armada da restauração queimassem qualquer produto que pudesse ser usado para o comércio, conforme fossem avançando nas terras ocupadas (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 32).

Durante o período da ocupação holandesa, uma parte da população do território do Estado do Brasil sofreu com uma grande falta de alimentos, essa carência também afetava as tropas da armada (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 357)[6], assim no regimento se expõe a preocupação em se fornecer gêneros alimentícios: "obrigar que os moradores e seus escravos se ocupem em plantar muitos gêneros e quantidades de mantimentos" (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p.33). Esta ordem voltada aos moradores e escravos, sobre o plantio de gêneros alimentícios, a fim de fornecerem víveres à tropa, aparece em várias das cartas

[5] Uma cópia do regimento se encontra na Biblioteca Nacional, do registro feito na Bahia, **Livro 1º dos Regimentos** (1548 – 1725), fls. 154-163 v.

[6] Carta escrita por D. Fernando Mascarenhas para Duque de Villaermosa, onde relata a enorme carência de alimentos para a tropa e população, e que para suprir esses alimentos, ele está enviando navios para o sul e para Buenos Aires a fim de se compensar essa falta.

analisadas. Como na carta enviada por Dom Fernando, a Filipe IV, onde ele relata ter ordenado à população da Bahia, quando ali chegou, que deixassem de plantar tabaco e que começassem a semear mandioca pela necessidade que se encontrava a Armada e a própria população local (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. II. p, 127).

Há também relatos de Dom Fernando sobre a falta de farinha para a tropa e também para a população, o que o fez ordenar a população, que era necessário a sua cooperação para abastecer a tropa (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. II. p, 127). A falta de alimentos chegou a um ponto tão critico que a princesa Margarida de Mântua ordenou ao conde da Torre que fossem enviados alguns navios a Buenos Aires para buscar mantimentos; pois, por motivo da falta de provisões, seria difícil conservar o pessoal de guerra (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. II. p. 181).

Percebemos também, por meio dos relatos existentes nas cartas analisadas, que a quantidade de soldados disponíveis em nenhum momento atingiu o número necessário, e que também havia um despreparo militar da tropa, para que eles seguissem as ordens contidas no regimento e alcançassem os objetivos traçados por Filipe IV.

Também faltavam vários itens importantes, como médico, piloto, espadas e armas; O que levou Dom Fernando, a afirmar que em sua opinião não havia condição de partir para a América portuguesa e guerrearem contra os holandeses (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. I. p. 107).

Desde a preparação da Armada para a luta contra os holandeses, percebem-se ações tomadas por Dom Fernando Mascarenhas e as demais autoridades administrativas, que exemplificam as práticas e costumes condizentes à época. Em uma das primeiras ordens dirigidas ao conde, a princesa Margarida de Mântua, dá instruções sobre como deveria sair a Armada que se destinava a restauração dos territórios ocupados pelos holandeses na América portuguesa.

Em cartas escritas por Dom Fernando para Filipe IV, esclarece-se que ele foi nomeado o sucessor imediato no posto deixado pelo conde de Linhares, como Capitão geral da Armada do mar oceano, para que as autoridades administrativas e militares, portugueses e espanhóis, fossem obrigadas a obedecer as suas ordens; e também, nomeado como vice-rei do Estado do Brasil (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. I**.** p. 48 e 52). Na opinião de Dom Fernando, se ele não estivesse provido dos dois títulos, não haveria como fazer a guerra e nem governar a terra, pois os cargos estariam repartidos entre duas pessoas (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. I. p. 52).

Porém alguns dias após a nomeação, Dom Fernando foi avisado por carta enviada pelo secretário Miguel de Vasconcelos (CARTAS do 1º conde da Torre, Vol. I. p. 52), que o titulo que haveria de levar, seria de Capitão geral de mar e terra do Brasil, com as mercês condizentes (Ibidem). Dom Fernando não se conforma com o titulo, decide argumentar com o rei, e relembrando todos os trabalhos, designados por Filipe IV e executados com sucesso por ele,

pede os mesmos lugares e postos concedidos ao conde de Linhares (Ibidem). Afirma ao rei, que com esse titulo, não poderão conseguir bons sucessos dele, porque havendo ele de servir com esse cargo e outra pessoa governando a terra e o Estado, o resultado seria o contrário do objetivado por Filipe IV (Ibidem). E mais uma vez pede, que o rei, não permitisse que ele fizesse a jornada sem ser capitão geral do mar e da guerra e sem estar também por conta dele o governo do Estado do Brasil (Ibidem).

Na verdade Dom Fernando escreveu fazendo reclamações a diversas autoridades, sempre demonstrando seu descontentamento com a situação. Essas atitudes de Dom Fernando, nos demonstram que os vassalos portugueses agiam conforme as regras da conjuntura portuguesa no período, para apresentar suas reivindicações. Assim reconheciam a legitimidade do poder monárquico mesmo quando realizavam motins ou revoltas, e buscavam fazê-los dentro de uma certa legitimidade (VIANNA JÚNIOR, 2011).

Em carta ao conde de Villaermosa, Dom Fernando afirmava que os moradores de Pernambuco não davam sinal algum de fidelidade ao rei; eles poderiam estar sendo acuados, ou enganados pela comodidade do momento (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 363). Mas que durante os três meses que fez diligências para terem algum aviso, não houve resposta, e acredita que deveria ser feita uma reconquista com o povo de Pernambuco (Ibidem).

Fazia cinquenta e seis dias que a Armada da restauração tinha saído da Bahia, e os ventos impediam a navegação direta para o Recife. No meio do caminho houve um incidente por causa dos ventos e eles foram empurrados em direção à Paraíba; houve também quatro dias intensos de lutas entre a Armada da restauração e a Armada holandesa; foram perdidos alguns navios, e os que continuavam estavam necessitados de água (CARTAS do 1º conde da Torre. Vol. I. p. 349). Houve muita dificuldade em retomar a batalha, pois os navios que restaram estavam avariados e também havia uma grande quantidade de soldados feridos.

A Armada comandada por Dom Fernando Mascarenhas, não conseguiu restaurar os territórios invadido pelos holandeses. Após os incidentes ocorridos no litoral, alguns comandantes seguiram para a África, outros para Portugal ou Espanha. Dom Fernando Mascarenhas após entregar seu cargo de Governador-geral, seguiu para Portugal, onde foi preso e assim permaneceu até a restauração de Portugal em primeiro de dezembro de mil seiscentos e quarenta (GUEDES, 1990, p. 293).

Documentação

1.1 – Regimentos:

Regimento de Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, de 13 de Agosto de 1638. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**, t. 2. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

1.2 – Correspondências:

CARTAS do 1º conde da Torre, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Centro de História e Documentação Diplomática (MRE), Lisboa: 2001.

Bibliografia

CARDIM, Pedro. "O processo político (1621 – 1807)". In: HESPANHA, Antonio Manuel (coord.). **História de Portugal – Volume VII – O Antigo regime.** Rio de Mouro: Lexicultural. 2002. s/p.

CARTAS do 1º conde da Torre, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Centro de História e Documentação Diplomática (MRE), Lisboa: 2001. Vol. 1, 2 e 3.

CORRÊA, Luis Felipe de Seixas. O governo dos reis espanhóis em Portugal (1580-1640). Um período singular na formação do Brasil. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 155 (385), out./dez. 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

GUEDES, João Alfredo Libânio; RIBEIRO, Joaquim. **História administrativa do Brasil: A União Ibérica e o Brasil Holandês**, Vol. III. Rio de Janeiro: DASP, 1966.

GUEDES, Max Justo. **História Naval Brasileira.** Segundo volume, Tomo 1A. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de documentação da Marinha. 1990.

HESPANHA, Antônio Manuel. O governo dos Áustria e a modernização da constituição política portuguesa. **Penélope**. Fazer e desfazer a História, 2, 1989.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica. Dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. **Penélope**, Nº 27, 2002.

MONTEIRO, Rodrigo B. **O rei no espelho, A monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720**. São Paulo: Editora hucitec. 2002.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil. Antes de sua separação e independência de Portugal**. Tomo II, 5ª edição integral. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. O governo-geral no tempo dos Felipes. **Dimensões**, vol. 20. 2008.

VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. **Modos de Governar, Modos de Governo: O Governo-Geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682).** Tese apresentada, como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

WEHLING, Arno. O estado no Brasil filipino – uma perspectiva de historia constitucional. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, 166(426): 19 jan/mar. 2005.

Historicizando a Historiografia da Administração Colonial na América Portuguesa

Prof. Felipe Castanho Ribeiro (FIS)[1]

> Desse modo o arrocho da Coroa nos territórios ultramarinos, a agregação do excedente das zonas conquistadas às trocas atlânticas e o enfrentamento entre autoridades, clero e colonos acerca do controle dos nativos configuram problemas distintos no teatro das descobertas. No Peru, em Angola, em Goa, em Moçambique, no Brasil, noutros lugares ainda, o domínio colonial desanda logo de saída. (ALENCASTRO, 2000, p. 12)

Este trabalho tem como um de seus objetivos, demonstrar os contrastes atuantes na administração régia de Portugal sobre a América Portuguesa, tendo como ponto de partida o princípio de que as forças centralizadoras do poder régio português no ultramar eram dispersas e de níveis de intensidades variadas. Sua produção se baseia na relação entre metrópole e colônia - no nosso caso específico Portugal e América Portuguesa –que é alvo de variadas explicações e que acabaram gerando conflitos entre os historiadores da área e atualmente com o senso comum.

Para tanto, nas próximas linhas procuramos desenhar brevemente, com algumas das suas particularidades, o quadro historiográfico anterior ao nosso no que diz respeito à concepção do Estado Moderno Português e a natureza de sua administração nas conquistas, e que, diga-se de passagem, ainda prevalece no senso comum, sendo ainda latente, infelizmente, para alguns colegas de profissão.

Perspectivas historiográficas

Por muito tempo dominação colonial fora entendida como "exploração colonial", os responsáveis por esta análise a forjaram, sobretudo, durante as décadas de 1960 e 1970. Remonta-se a este período o contexto histórico de Guerra Fria, a ascensão de governos militares na América-Latina em concomitância com o regime militar de Salazar em Portugal. Assim sobre a clara influência do marxismo estes historiadores debuxaram um quadro bipolarizado entre colonizadores e colonizados. (FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 158-159)

Contudo os fatores descritos acima não foram os únicos a bipolarizar as relações entre colônia e metrópole. Segundo António Manuel Hespanha, um especialista na História institucional portuguesa, na tendência historiográfica anterior, prevalecia à visão de uma

[1] Licenciado pelas Faculdades Integradas Simonsen; e-mail: f_castanho@ig.com.br.

monarquia portuguesa absolutista e que o poder político era homogeneizado e concentrado no estado[2], isto advém de fatores políticos e ideológicos assim a:

> [...] sobrevivência dessa imagem pode ser explicada por uma interpretação ingênua – ainda que ideologicamente significativa – das instituições históricas, fundada em preconceitos enraizados acerca da relação colonial. (HESPANHA in FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO, 2001, p. 167)

Estes fatores eram reforçados pelos dois lados, colonizador e colonizados, ambos visando interesses. Sendo assim seria digno, além de enobrecedor para Portugal a glamorosa ideia de uma empreitada imperial, e admitir a hipótese de que o poder real era partilhado com elites coloniais, com certeza não traz nenhum brilho a mais neste feitio. Houve manifestações de diversas naturezas em Portugal que constatam tal orgulho, no campo literário manifestações, de caráter romântico e nacionalista, que exaltavam a natureza intencional e programada da expansão marítima portuguesa. Destarte se tornam ótimos exemplos as ideias de Plano das Índias e da Escola de Sagres. Por outro lado, para as elites coloniais, nada mais legitimador para um movimento de independência do que a noção de que esta foi conquistada através de tempestuoso conflito contra um inimigo tenaz e poderoso, neste caso de proporções imperiais (HESPANHA in FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO, 2001, p. 167). Após a tão sonhada liberdade um "inimigo" em comum é sempre bem vindo com a intenção de fortalecer a unidade nacional, o que dizer do forte anti-lusitanismo existente durante o regime imperial brasileiro. E que, por conseguinte libertaria finalmente a colônia da metrópole que subjugou e durante séculos furtou as nossas riquezas através do dito "pacto colonial", afinal de contas de que outra forma enxergar este conceito. Depois, tal visão justificaria, ainda, o genocídio dos índios, ignorando assim acontecimentos do século XIX, assim como a explicação de más administrações.

Além dos motivos político-ideológicos citados anteriormente, a perspectiva "mitológica" que a corrente historiográfica formulou no passado é oriunda da sua proximidade com os acontecimentos referentes à forma de organização de Estado que conhecemos como contemporâneo. Ou seja, o privado separado do público assim como a sociedade civil seccionada do poder estatal. Com isso não foi possível aos historiadores oitocentistas resistir à tentação de padronizar e diferenciar os "tempos" das mudanças político-sociais de maneira que:

> [...] a Coroa é a forma larvar da soberania estatal; as assembleias de estado, a antecipação dos parlamentos; as comunas, os antecedentes da administração periférica delegada; os senhorios, o eterno elemento egoísta que o Estado deve dominar e subordinar ao interesse geral. (HESPANHA, 1994, p.22)

[2] Desta linha de pensamento destacamos os trabalhos de Vanhargen, com a **História Geral do Brasil (1854-57)**, continuada nas palavras de autores como Capistrano de Abreu, **Capítulos de história colonial** (1907) e principalmente Caio Prado Junior, **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942).

Configurava-se assim um quadro historiográfico elaborado por historiadores que influenciados pelo seu tempo cometeram o erro de opor exacerbadamente colonizados e colonizadores e pecarão ao serem anacrônicos transportando o estado forte de seu tempo para Portugal da idade moderna. Alguns ainda foram parciais ao procurarem exaltar sua nação, como fora o caso dos nacionalistas portugueses. Alguns erros foram originados das proximidades dos fatos o que muita das vezes deturpa a visão do historiador.

Contudo uma nova perspectiva historiográfica começaria a se delinear a partir da década de 1980, nesta à questão da centralização vem sendo alvo de profundas revisões e novas explicações têm surgido destas, de modo que um maior equilíbrio nas relações envolvendo centro e periferia tem se destacado. Mediante estes fatores cada vez mais se torna difícil sustentar o maniqueísmo anterior e:

> A tentativa de compreender a totalidade da história colonial como a história de uma relação monótona que submete colonizados a colonizadores é, vistas as coisas assim, uma simplificação grosseira, pouco aceitável pelas atuais regras de arte da história. (HESPANHA In FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p.75)

Cumpre-se ressaltar que a micro-história italiana possui participação fundamental nas revisões que conduziram à nova "corrente historiográfica", está ao valorizar cada vez mais o indivíduo, evitava o erro de menosprezar os atores sociais que se aventuravam pelos Mares de Camões em busca de ascensão social. Quando analisamos tanto o econômico quanto o político no Antigo Regime, o cultural deve sempre estar presente, porque muito deste norteava ações dos dois primeiros, típica característica de uma sociedade patrimonial onde o particular e o público se misturavam em um só quadro. Para tanto não há um modelo ou conceito definido para a compreensão de tais relações isto porque variam conforme algumas determinantes que também não são constantes e podem ser consideradas voláteis. Imaginemos um quebra-cabeça com um desenho não formado e as peças podem ser encaixadas de múltiplas formas. Em melhores palavras João Fragoso define assim:

> As práticas *culturais*, parentais, econômicas, políticas etc. tornaram-se inseparáveis. Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento. (FRAGOSO, 2002, p. 62) (grifo nosso)

Devemos levar em consideração que a governança tanto no reino quanto no ultramar iam para além de questões relacionadas à administração, pois se tratando de uma sociedade senhorial e patrimonial as relações entre os indivíduos tornam-se chaves tanto para a formatação quanto

para a sua organização. A mobilidade social também marca esta sociedade, sendo mais comum do que se previa esta demonstra que as relações de poderes vão mais além, são geradas no dia-a-dia, através de relações pessoais inseridas em um meio social de extrema complexidade, em que as regras do jogo são mais flexíveis do que imaginávamos, elas se "humanizam". A despeito da estrutura social que estamos abordando o historiador Rodrigo Amaral tece o seguinte comentário partindo do:

> [...] pressuposto que as sociedades em análise eram hierarquizadas, mas não cimentadas, dinâmicas, mas com atores sociais ciente de deveres e obrigações, móveis, ainda que tal mobilidade possa ocorrer para cima ou para baixo. Em suma, temos em panorama uma visão dinâmica daquilo que chamamos sociedade. (AMARAL, 2010, p. Xxxix-xl)

Por mais que estejamos tratando de questões relacionadas ao "poder" devemos ter consciência de que estamos tratando de atores sociais que possuíam sentimentos e ambições particulares e estes nem sempre se compatibilizavam com as intenções da Coroa.

Com o fim da bipolarização entre colonizados e colonizadores, a constatação de que havia possibilidade de mobilização social - quer sejam horizontal ou vertical - em junção do caráter patrimonial e patriarcal da sociedade moderna portuguesa, foi possível perceber a importância da análise de "redes" no contexto político, de forma que nos últimos anos a sua aplicação tem se tornado corrente (CUNHA in FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 119). A constatação da existência de redes no interior da sociedade colonial portuguesa demonstrou uma lógica única, em que os atores sociais conseguiam através de relações como parentesco, apadrinhamento, amizade etc. criar laços que permitiam a organização em grupos que melhor representariam seus objetivos em comum ou até mesmo individuais. Uma vez formado determinada "rede" seus componentes poderiam articular-se acionando dispositivos para alcançar determinado objetivo. Contudo o reconhecimento de uma "rede" pode ser um pouco mais complicado, Mafalda Soares da Cunha consegue clarear a questão definindo que:

> [...] o conceito de rede pressupõe sempre a existência de relações interpessoais e que estas podem ser segmentadas e analisadas a partir dos suportes que a configuram. [...] Mas para que se considere que a miríade de relações interpessoais que os indivíduos detinham configurava uma rede, há que determinar a sua operacionalidade em contexto de ação. Dito de outro modo, se esses laços e conexões eram acionados com vista a atingir certos objetivos. Exige, por isso, um estudo dos fenômenos assente na dimensão relacional dos atores sociais. (CUNHA in FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 119)

O que pretendemos com tal abordagem é que as articulações destas redes ao procurarem atingir seus objetivos poderiam vir a interferir, é interferiam, na governabilidade tanto do reino quanto do ultramar. Exemplo disto é o de António Coelho Guerreiro que tornou se burocrata para melhor mercadejar.[3] Se trata da elevação destas redes para a própria compreensão da administração e constituição do estado moderno português:

> Ou seja, sublinha-se o relevo dos laços e das conexões interindividuais para, em detrimento ou a par dos laços formais ou juridicamente definidos, descrever o funcionamento das diversas instâncias de poder e em última análise das próprias monarquias. (CUNHA in FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 121-122)

Destarte a noção de negociação entre o monarca e a nobreza da terra ganha relevo em obras históricas acerca do tema corrente, demonstrando assim uma maior lucidez sobre o tema, Portugal possuía um império sim, entretanto este era fundamentado em relações comerciais, portanto de mão dupla, que eram basicamente estabelecidas através de feitorias em posições estratégicas – exceto na América Portuguesa o que representava exceção e não regra. Na Ásia podemos identificar perfeitamente como se deu o controle português, este era assegurado em cidades estratégicas e que viabilizavam melhor acesso aos objetivos "comerciais" dos portugueses. Boxer diz que as cidades de Goa, Malaca e Ormuz garantiam o controle das principais rotas comerciais e por onde escoavam as especiarias do Índico (BOXER, 2002, p. 62). É do mesmo autor a análise aonde ele conclui que a sociedade portuguesa vivia sobre um verdadeiro paradoxo aonde seus principais valores eram senhoriais, eclesiásticos e militares, contudo o incrível consistia em "depender em tão grande medida, para seu desenvolvimento e sobrevivência, do negócio e do comércio". Concordamos em parte, é verdade que a característica comercial se destacava, mas, não achamos isto um paradoxo porque de que outra forma seria possível chegar tão longe, sem o apoio do mercantilismo - composto por agentes comerciais na maioria das vezes privados - dificilmente Portugal teria ultrapassado o cabo da Boa Esperança. Não acreditamos que Portugal tivesse um leque de opções e optou por este caminho, mas que na verdade talvez fosse o único condizente com as suas limitações, o estado ainda caminhava em direção a seu fortalecimento. Prerrogativa esta que não pertencia somente a Portugal e segundo Jack P. Greene em estudo sobre o sistema de assembleias adotado pela Inglaterra em suas possessões conclui que nos primórdios da colonização moderna nenhum do Estados europeus possuía recursos militares e logísticos de impor uma "colonização total" no Novo Mundo", a solução que seria encontrada pelas nações europeias seria delegar a elementos privados a tarefa de colonizar as respectivas conquistas(in FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 98).

[3] Para mais informações a respeito ver GOUVÊA, In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F., 2010, p. 172 et. seq.

Havia ainda limitações ligadas ao contingente populacional português. E não obstante, havia uma clara preferência da política lisbonense pela doutrina talassocrática, aonde há uma preferência do domínio do mar ao terreno, podemos então conjecturar que esta opção era advinda da importância das rotas marítimas que por sua vez asseguravam o comércio lusitano.

Isto nos demonstra que o domínio régio português era pautado principalmente através de negociações entre colonos, nativos e autoridades reais, justamente ao contrário do que pregava a historiografia anterior, aonde o domínio militar prevalecia e o rei com poder absoluto poderia fazer o que quisesse. Não afirmamos com isto que a política da "canhoneira" não existia, somente alegamos que era exceção e não regra. Algumas regiões do "mare lusitano" podem ser consideradas emblemáticas para a nossa defesa como a presença portuguesa que fora negociada na China e em Nagasaki no Japão. No Congo a convivência se dava de forma pacífica, e o governo era realizado sob a égide de reis "cristãos congoleses" desde 1651, até o Conselho Ultramarino reconhecia que "El-rei de Congo não é vassalo desta Coroa, senão irmão em armas dos reis dela" (apud ALENCASTRO, 2000, p. 290). Esta situação durou até a chegada do governador de Angola André Vidal de Negreiros que muda a política, devido a interesses "comerciais", e opta por subjugar o Congo e derrota os nativos na histórica batalha de Ambuíla em 1665.

Alguns destes estudos trabalham justamente com a noção de periferização[4] no império marítimo português que uma vez formado por complexas redes comerciais e constituído por relações pessoais vão conceder um novo significado aos "modos de governar" português. Sacramentando assim uma nova perspectiva historiográfica que modifica a visualização do processo histórico ocorrido nas colônias portuguesas, no nosso estudo na luso-brasileira, e afastam incisivamente os paradigmas do pacto colonial. E é nos moldes desta historiografia que este trabalho se apresenta, justamente como fruto de seu tempo e concordando com Hespanha no que diz respeito à questão da centralização de "[...] que parece difícil sustentar [...] a imagem de um império centrado, dirigido e drenado unilateralmente." (HESPANHA in FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO, 2001, p. 165)

Quebrando paradigmas: uma monarquia corporativa

Tendo em vista o quadro esboçado anteriormente procuramos doravante exemplificar a nossa escrita com exemplos do Império Marítimo Português de modo que endossem a nossa fala com a linha historiográfica "atual".

Não obstante a busca por uma maior centralização não era fácil e a própria configuração do estado muitas das vezes atrapalhava isso sem falar nas complexas redes comerciais, políticas e sociais que pairavam pelos domínios portugueses. De fato os empecilhos eram muitos e a Coroa recorria a instituições e/ou autoridades régias presentes no ultramar para a concretização

[4] Referimo-nos aqui a noção de periferização utilizada pelo Hespanha nas suas diversas obras sobre o tema. Com relação às obras que aborda a tema a lista é extensa, no entanto acreditamos que as fontes bibliográficas deste trabalho fornecem o suficiente para que se entenda tal noção.

de tal empreitada, nas palavras do historiador Hespanha termos como "'Estado', 'centralização' ou 'poder absoluto', por exemplo, perderam sua centralidade na explicação dos equilíbrios de poder nas sociedades políticas do Antigo Regime." (HESPANHA in FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO, 2001, p. 165)

Na tentativa de padronizar os principais obstáculos, aliás, hábito de historiador, bastante explicativo é o modelo de monarquia corporativa que o historiador nos fornece e que teria prevalecido na Coroa portuguesa até meados do século XVIII e que diz a respeito exatamente da relação entre a Coroa e seus vassalos, neste caso entre os interesses de Portugal e os interesses dos colonos. A primeira noção é a de que o poder "real" partilhava seus poderes com outros de maior ou menor interferência; o segundo diz respeito ao direito comum; em terceiro os deveres políticos cediam perante os deveres morais; no quarto encontramos oficiais régios que gozavam de privilégios que muita das vezes iria de encontro aos interesses reais.

Subtraindo todos os elementos acima do poder real podemos inferir previamente que pouco restava ao poder político régio, contudo acreditamos que não se tratava de um jogo de ganha-ganha e sim de conciliação e equilíbrio entre os poderes, logicamente em diversos momentos a balança poderia pender mais para um lado do que para outro. O que determinaria estes momentos e/ou espaços de desequilíbrio, seriam diversos elementos variantes, como os já descritos interesses comerciais, e o produto poderia variar de acordo com o objetivo. Na África o objetivo poderia ser o controle de alguma feira de escravos, na Ásia alguma rota que levasse às especiarias e no Brasil regiões mineradoras, ilustremos melhor o último caso.

Em 1729 há o conhecimento oficial de diamantes na região de Minas Gerais, isto por sua vez leva a atitudes extremas e inovadoras na política lusitana, baixando se "[...] então, um conjunto de medidas de rigor implacável e inédito em terras portuguesas." (FARIA in VAINFAS, 2001, p.188) A começar pelo fato da extração se tornar monopólio régio no mesmo ano em dezembro, o próximo passo da Coroa viria em 1731, com a proibição da extração de ouro na área. A situação culminaria com o Regimento Diamantino datado de dois de agosto de 1771, nele ficava determinando que a administração do distrito se desse através de um intendente, um fiscal e mais três caixas, todos eles subordinados à administração Diamantina que era sediada em "Lisboa". O fato da intendência se reportar somente a Lisboa também se caracterizava como uma situação bastante particular. A austeridade da Coroa neste caso era tão atípica que chegou ao ponto de ser proibida a circulação de negros e mulatos livres na região diamantífera (BOXER, 1969, p. 222). Todas estas medidas acabaram por gerar muitos descontentamentos. Por mais que consideremos um contrabando na região com certeza este era mais diminuto se comparado a outras regiões em que a distensão régia predominava. Boxer procurando descrever este isolamento utilizou a expressão "uma colônia dentro de outra colônia". A própria Minas Gerais sofria de um controle maior por parte das autoridades régias, porém não sejamos ingênuos de acreditar que a fiscalização era sempre efetiva e o contrabando sempre foi um dos

principais problemas para as autoridades reais e o erário régio deixava, fatalmente, de arrecadar a cada transação ilegal.

Em contrapartida as elites locais, que funcionavam como força centrífuga, também faziam prevalecer o seu domínio no mesmo Império Português. A nobreza da terra colonial não só se relacionava com as autoridades reais como muitas das vezes faziam parte dos centros de poderes, possibilidades existentes não só por situações criadas pelos poderes locais, mas também oriundas de certa dependência da Coroa para com os seus vassalos. Podemos perceber as suas influências nitidamente em órgãos ultramarinos como as câmaras municipais, "locus de negociação entre a nobreza da terra local e os poderes do centro" (FRAGOSO, 2002, p. 42). Em diversos momentos no ultramar encontramos casos de câmaras se autogovernando como o caso da São Paulo de Luanda que foi governada pela municipalidade entre os anos de 1667 e 1669, isto porque seu governador, Tristão da Cunha, havia fugido de Angola devido a rebelião de uma guarnição. A câmara se veria novamente no poder quando o governador Bernardo da Távora veio a falecer em 1702, em decorrência da demora de Lisboa nomear um sucessor, o autogoverno durou três anos desta vez. Mas o episódio mais marcante havia ocorrido em 1593 quando os "camareiros" participaram diretamente da deposição do governador Francisco de Almeida. Em alguns casos as câmaras possuíam autonomia de eleger o sucessor do governador em casos de óbito deste último. Como aconteceu com a câmara da cidade de São Sebastião do Rio de janeiro que através de uma provisão régia de 26 de setembro de 1644 obtinha a referida mercê, com a única condição de passar pelo crivo do governador-geral que ficava alocado na Bahia. A câmara da cidade não tardaria a utilizar seu privilégio e em 1645 quando da morte do governador Luís Barbalho Bezerra a vereança escolheria Duarte Correa Vasqueanes como seu substituto.

Conclusão

É importante para nós que fique claro ao leitor que o presente artigo não possuí a pretensão de esgotar o tema, mas permite de certa forma uma olhadela pela fechadura da complexa relação que regia a Coroa e seus colonos. Tendo em vista que a alteração que vem ocorrendo na historiografia implica na mudança da visão de regimes absolutista e acaba por influir no que "um dia" concebemos como regra para a dicotomia metrópole-colônia, o famigerado pacto colonial.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Rodrigo de Aguiar. **Sob o paradigma da diferença: Estratégias de negociação, submissão e rebeldia entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São Tomé e Príncipe (c.1750-c. 1850)**. Tese apresentada para obtenção de doutorado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro 2010.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil**. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2º edição, 1969.

BOXER, Charles Ralph**. O Império Marítimo Português 1415-1825**. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Fátima; BICALHO, Fernanda (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em História econômica. **Topoi**, Rio de Janeiro, n.5, 2002. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf /topoi5a2.pdf>Acesso 30/09/11.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima**. Na trama das redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII** - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político Portugal – séc. XVII** – Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)** - Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SESSÃO 9
História da Baixada Fluminense

Coronelismo na Baixada Fluminense: A Figura Mítica de Tenório Cavalcanti (1954-1964)

Prof. Jordan Luiz Menezes Gonçalves (UGF)[1]

Introdução

Apresentação de como se deu a construção de toda a política republicana no Brasil, o que nos faz pensar em como se deu a origem e a manutenção desta prática coronelista no Brasil em geral e na Baixada Fluminense. Começamos falando sobre a constituição de 1891, constituição essa que permitiu que os Estados tivessem uma autonomia, permitindo a criação de novas práticas de poder, como o coronelismo.

Discussão Bibliográfica, baseada no conceito de coronelismo. Vamos desde os autores clássicos, até os não tão "badalados" assim, como o autor Guimarães, que trás dois autores para auxiliar a sua pesquisa, Barbosa Lima Sobrinho e Eul-Soo Pang. A partir desses três autores, que fundamentamos o nosso trabalho.

Coronelismo e seu início

A constituição brasileira de 1891[2] foi inspirada na constituição dos Estados Unidos da América, caracterizada pela descentralização de poderes, sendo que no caso brasileiro passa-se a dar grande autonomia aos municípios e às antigas províncias, que acabaram por ser denominadas de Estados, cujos dirigentes são os "Presidentes de Estado"[3]. Os Estados começam a se organizar de acordo com seus peculiares interesses, desde que não contradissessem a constituição.

Dentro deste cenário podemos destacar o sistema oligárquico, sistema esse que mantinha a oligarquia local e seus comandantes no poder. O poder neste período era dividido entre dois Estados, São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de gado e seus derivados). Para poder governar o país com tranquilidade, essas oligarquias do Sudeste faziam acordos com os "comandantes políticos" da região Nordeste e Norte, os chamados coronéis.

---

[1] Universidade Gama Filho; Graduado; Professora Orientadora Marcia Cavalcanti. jordan.historia@gmail.com

[2] Visando fundamentar juridicamente o novo regime, a primeira constituição republicana do país foi redigida à semelhança dos princípios fundamentais da carta estadunidense, embora os princípios liberais democráticos oriundos daquela Carta tivessem sido em grande parte suprimida. Isto ocorreu porque as pressões das oligarquias latifundiárias, por meio de seus representantes, exerceram grande influência na redação do texto desta constituição, daí surgindo o Federalismo, objetivo dos cafeicultores paulistas para aumentar a descentralização do poder e fortalecer oligarquias regionais, esvaziando o poder central, especialmente o militar. A influência paulista, à época detentora de 5/6 do PIB nacional, é determinante, tendo ali surgido o primeiro partido republicano, formado pela Convenção de Itu. Posteriormente, aliar-se-iam aos republicanos fluminenses e mineiros, e aos militares.

[3] Art 1º - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.
Art 2º - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.

O coronelismo é um tema muito recorrente dentro do conteúdo Histórico, pertencendo a um contexto nacional que, segundo um de seus teóricos, Vitor Nunes Leal, está contido no que denominamos de Primeira República e que compreende o período de 1889 a 1930. Essa prática ocorria principalmente no meio rural, sendo que estes líderes, os coronéis, eram grandes proprietários de terras, utilizadas em práticas econômicas diferentes.

Discussão Bibliográfica

Guimarães, em seu livro "As Classes Perigosas" faz uma breve discussão teórica sobre o coronelismo, essa breve discussão remete muito ao nosso trabalho, pois ela pega pontos chave de alguns autores, pontos esses que acrescentam com a temática proposta por nós.

O autor começa a sua breve discussão trazendo para nós que o coronelismo é um produto espontâneo do latifúndio, segundo ele este pensamento foi classificado pelo autor Barbosa Lima Sobrinho. Seguindo na concepção de coronelismo do Barbosa Lima Sobrinho, vemos que uma ideia muito ligada ao coronelismo é a questão da capangagem[4]. Que observamos com muita frequência dentro das fontes observadas por nós.[5] Esta visão esta muito ligada à figura de Tenório Cavalcanti, pois "obtinha" de maneira "importada" (vindo do Nordeste) diversos "Cabra-macho" como o próprio Tenório falava. Cenas relacionadas à imagem do capanga são comuns no filme que fizeram contando a sua história, um das fontes utilizadas aqui.[6]

O autor ainda discorre sobre o tema e bate em uma nova ideia muito visível em quase todos os trabalhos, que é a questão dos grandes proprietários de terras, visão essa que distorce um pouco da nossa visão no trabalho, já que Tenório não é o "dono" de Caxias, mas ele, também em uma das cenas do filme[7], fala sobre a questão "de que Caxias era ele". Pois ele relata que ao chegar naquela terra, Caxias não era nada, era apenas um "Mosquiteiro" e um pântano que só expunha seus moradores a diversas doenças. Ele remete a ele as obras de saneamento básico, e não àqueles que se diziam donos de Caxias, por serem moradores de lá ha muito tempo e possuírem poder na cidade.

> As relações de "reciprocidade" entre os grandes proprietários de terras e seus pobres vizinhos e moradores, sem levar muito em conta os verdadeiros laços da dependência que prendem esses àqueles. Tais relações tomam, assim, aparências suaves e idílicas. (GUIMARÃES, 2008, 157).

[4] Ter grupos de pessoas fazendo "sua segurança" e a "segurança da região" que você atua, em outras palavras é o que denominamos hoje como, Milícia.

[5] Fontes essas que são as Impressas e as fontes Audiovisuais.

[6] Sua vida inspirou o filme "O Homem da Capa Preta", filmado em 1986 por Sérgio Rezende e estrelado por José Wilker no papel de Tenório Cavalcanti. (lembremos que não podemos tomar o filme como verdade absoluta, já que o mesmo é idealizado por uma pessoa, que há tendências políticas, sociais entre outras).

[7] Cenas essas que foram baseadas nas leituras realizadas pelo Diretor do Filme; essas leituras realizadas foram principalmente dos livros de Israel Beloch, que era um correligionário de Tenório, e da filha de Tenório. Logo não podemos deixar de pensar que esta visão é a de todo o povo caxiense.

Entre outras questões abordadas por Guimarães, tem a questão do poder do coronel em si, poder político, econômico, militar, entre outros. Inserido em seu livro podemos citar a visão do coreano Eul-Soo Pang:

> [...] a base patriarcal social e econômica do coronelismo teve suas origens nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI [...] entretanto essa forma de poder político atingiu a culminação entre 1850 e 1950". (GUIMARÃES, 2008, 159)

Essa visão é totalmente diferente da mais conhecida e popularizada por Vitor Nunes Leal, ao reconhecer a questão do coronelismo como um resquício do fim da Guarda Nacional. Outra ideia também que corrobora nossa visão de coronelismo é a questão da datação que Pang utiliza.

Seguindo na linha da capangagem, Pang traz a visão natural do coronelismo, e que ao elaborarmos o trabalho, enxergamos como um dos pontos principais que encontramos na Baixada, "sempre incluiu em sua esfera de influência membros consanguíneos e não consanguíneos, o que facilitava o recrutamento".

Uma coisa muito comum dentro do sistema coronelista é a questão da banalização da violência[8], esta se torna tão comum, que acaba por ser um instrumento utilizado por muitos. Na baixada não foi diferente, já que dentro deste período (1950 a 964), vimos diversas chacinas[9], onde o intuito era a demonstração do poder meramente. Sobre esta visão, Pang escreve:

> A legitimação da violência foi frequentemente obtida, pelos membros do clã, através do exercício de cargos públicos. [...] Na prática, os grupos armados sob o comando de um fazendeiro escapavam ao controle das autoridades reais ou imperiais, que se viram forçadas a dar-lhes um status legal, ou quase legal, como unidades militares. Tendo sido a violência assim institucionalizada, a transformação do poder privado em poder público foi um processo rápido. [...] Em algumas ocasiões ocorreram confrontos entre grupos armados públicos e particulares, e tornaram-se cada vez mais frequentes na medida em que os potentados estaduais e locais muitas vezes travaram lutas eleitorais nos séculos XIX e XX. (GUIMARÃES, 2008, 160).

Tenório e a Faceta Coronelista

> Inseticida Tenório – ÚNICO QUE MATA DE VERDADE: Moscas, Mosquitos, Baratas, Pulgas e demais insetos caseiros.[10]

[8] Visão abordada por Guimarães ao descrever sobre a visão de Pang.

[9] Chacinas essas que foram basicamente um meio de demonstração de poder, poder este que estava em constantes "discussões" na Baixada, há relatos que os Deputados andavam armados pela Câmara por exemplo. Cenário muito vigente no local.

[10] Anúncio catado do jornal **Luta Democrática**, do mítico **Tenório Cavalcanti**… Único que mata de verdade

> O homem da capa preta o rei da baixada
> Ajudava o nordestino amigo da criançada (bis). [11]

> Pistoleiro? Herói? Vilão? Demagogo? Populista? Divisionista? Revoltado? Vingador dos pobres e oprimidos? Tenório Cavalcanti leva para o túmulo todas as interrogações não totalmente esclarecidas pelos que se aventuraram a estudar sua vida e obra. Mas são justamente estas contradições que fazem de Tenório um dos mais ricos exemplos do faroeste - disfarçado ou exposto - que caracterizou parte da vida política brasileira. [12]

As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcadas pela associação da Baixada à violência, pobreza e criminalidade. Com a política não foi diferente. Trajetórias como a de Tenório Cavalcanti foram marcantes e a construção de sua *persona pública* nos permite pensar na possibilidade de utilização da violência e da coerção como expedientes políticos legítimos. Nesse sentido, o homem de "corpo fechado", o "corajoso" que tinha a gratidão "do povo" de Caxias, encerrava um paradoxo ético, como ressaltou Beloch: era aquele que "mata, mas faz", ou ainda "faz porque mata (os maus)". (BERLOCH, 1986, 67)

Encontra-se acima, nos trechos destacados, as ideias principais que as pessoas tinham de Tenório Cavalcanti, mais conhecido no meio político por Homem da Capa Preta.[13]

O Jornal Luta Democrática abrigou e encaminhou bons jornalistas alagoanos que brilharam na imprensa nacional. Alguns lá chegaram espontaneamente, procurando crescer, outros foram levados por perseguições políticas. A todos, Tenório deu guarida, ajudou no que foi possível, encaminhando-os na vida profissional. Desses alagoanos que trabalharam na "Luta Democrática", destacam-se dentre outros: Ivan Barros, que depois foi para a revista Manchete, José Alves Damasceno, José Jurandir e José Machado.

> Tenório e Baldessarini,
> A quem no momento em louvo,
> Fundaram este jornal
> Para defesa do Povo
> E dar combate cerrado
> A quem for interessado
> Na volta do estado Novo

(encontrado no site: http://lurdinha.org/site/?p=141, acessado no dia 06 de maio de 2012.).

[11] Acadêmicos do Grande Rio - Samba-Enredo 2007; Composição: Márcio Das Camisas, Prof. Elísio, Mariano Araujo Robson Moratelli (encontrado no site: http://www.vagalume.com.br/academicos-do-grande-rio/samba-enredo-2007.html , acessado no dia 06 de maio de 2012.).

[12] **"**5 de maio de 1987 - Morre Tenório Cavalcanti, o homem da capa preta**"** (Reportagem do Jornal do Brasil", encontrado no site: http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=26688 , acessado no dia: 06 de maio de 2012.).

[13] Como Tenório Cavalcanti era conhecido, devido sua vestimenta, uma capa preta e o auxílio de uma cartola. Vestimenta essa que era utilizado para esconder a sua arma, na qual chamava carinhosamente pelo nome de Lurdinha.

> Senhor Tenório Cavalcanti,
> Deputado Federal,
> Para defesa do Povo
> Fundou hoje este Jornal
> "Seu" Getúlio, o Presidente,
> Lhe chamou publicamente
> De um mártir nacional.[14]

Como analise do verso a cima, esse poema se encontra com rimas fáceis, tranquilas de se gravar. Esta possui um viés explicativo do porque o jornal foi criado, a quem este mesmo pertence e como irá agir com as notícias e ainda mais com a sociedade em si.

Na primeira estrofe deste poema apresentado na capa do Primeiro volume do Jornal Luta Democrática, vemos que está presente toda a ideia de Tenório Cavalcanti, dele ser um combatente do povo, uma espécie de "Guardião", encontra-se também uma dura crítica ao período do Estado Novo[15].

Na segunda estrofe deste poema é a apresentação da figura mítica de Tenório Cavalcanti. Este mesmo apresenta "uma característica" de "todos os coronéis", que é a afirmação de um adversário político e até mesmo a afirmação de um líder de "poder" maior (neste caso de Tenório Cavalcanti, temos os dois munidos no mesmo personagem, Getúlio Vargas, o Presidente do Brasil).

O perfil agressivo e violento transformou Cavalcanti em mito. Um episódio, ocorrido em 19 de julho de 1957, exemplifica o estilo coronelista de Tenório. Militares fizeram uma operação e invadiram dois de seus imóveis - um apartamento, em Copacabana, e a fortaleza montada em uma casa de Duque de Caxias - buscando armas de guerra, supostamente, desviadas dos arsenais do Exército. Revoltado, O Homem da Capa Preta respondeu em tom ameaçador:

> Essas violências me atingem muito pouco. Estou absolutamente certo de que, se estivesse em casa, esta história teria de ser contada de uma forma bem mais desgraçada - disse, ao desembarcar no Aeroporto Santos Dumont..[16]

Conclusão

A "espinha dorsal" do trabalho, gira em torno de uma pergunta: Há condições de falarmos em coronelismo no século XX?; Para respondermos a essa pergunta, recorremos a discussão apresentada por Guimarães, e os autores que ele cita em seu artigo.

---

[14] Um quadro falando do Jornal, encontrado na Capa do Primeiro Jornal, o jornal de estreia, no dia 03 de fevereiro de 1954. Escrito e feito por um dos capangas mais fiéis a Tenório.

[15] O Presidente Vargas fecha o Congresso Nacional em 1937, instala o Estado Novo e passa a governar com poderes ditatoriais. Sua forma de governo passa a ser centralizadora e controladora.

[16] Reportagem que levou o título de: Alagoano com alma caxiense, do Jornal Extra - que é encontrado no endereço: http://extra.globo.com/casos-de-policia/bau-do-crime/alagoano-com-alma-caxiense-396132.html (Acessado em 12/12/2010).

Para esta pergunta, a nossa resposta é sim, há como dizermos que havia práticas coronelistas presentes em regiões distintas no século XX. Para o autor Pang, o coronelismo se estende até os anos de 1950, o que nos permite sim discutirmos a presença de uma prática coronelista em Duque de Caxias, "sob a batuta" de Tenório Cavalcanti.

O jurista João damasceno, ao mencionar sobre a morte da juíza que ocorreu no Rio de Janeiro, começou a pesquisar e escrever sobre assuntos ligados ao "comando paralelo". Logo, este autor, que pertence a Associação Juízes para a Democracia, escreveu um artigo para a bancada de Magistrados, e mencionou sobre o coronelismo presente no Rio de Janeiro, desde "sua fundação". Logo ele entra no século XX, meados do século XX, ocorreu um fenômeno que ele denomina coronelismo urbano. Que tem seu expoente máximo, Tenório Cavalcanti.

> Somente durante o governo Vargas as milícias e os coronéis tiveram seus poderes contrastados pelo Estado. Mas bastou o fim daquele governo e elas se reorganizaram. Na Baixada há bons exemplos de coronéis urbanos. Em Duque de Caxias, um usava uma capa preta assumindo poderes de magistrado. Prolatava suas sentenças e as executava com auxílio da 'Lurdinha', uma metralhadora. Outro chegou a tomar com seu bando o prédio da Prefeitura de Nova Iguaçu em episódio ainda pouco estudado e chamado de Revolução Iguaçuana. [17]

Para o sociólogo Alves, primeiro cabe o patriarcado dessa nova formação em curso. Getúlio de Moura foi interventor no Município de Nova Iguaçu pós-revolução de 1930 e líder político local afinado e leal ao Governo Getúlio Vargas, em todos os seus períodos, de 1930 a 1945; foi deputado federal por 20 anos, valendo-se largamente do clientelismo coronelista e incentivando os loteamentos clandestinos. Fechou seu ciclo de influência na região:

> Quando vieram as emancipações, e o município de Nova Iguaçu foi dividido em quatro, ele colocou em cada novo município um lugar-tenente seu: em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti; em São João de Meriti, a família Hazuk; ele mesmo em Nova Iguaçu, e a família Simão em Nilópolis. Além disso, indicou o nome da maioria dos donos de cartório da Baixada. (ALVES, 2003, 82)[18]

[17] A reportagem exibida antes do debate ao vivo entrevistou jornalistas, juízes e juristas. O representante da Associação Juízes para a Democracia, João Batista Damasceno, destacou que é preciso lembrar que a luta das oligarquias locais contra o poder central é um problema historicamente presente nas relações institucionais no Brasil.

[18] As emancipações se deram, respectivamente em: Duque de Caxias, 1943; São João de Meriti e Nilópolis, 1947. Em sua tese, ele descreve esse grupo como membros da rede coronelista na Baixada Fluminense, tendo na figura de Tenório Cavalcanti seu expoente máximo.

Bibliografia

ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas Banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

JULLIARD, Jacques. "A Política". In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves. 1976.

LEAL, Victor Nunes. (1948), **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro, Forense.

MARIETA DE MORAES FERREIRA. **A Nova "Velha História": O Retorno da História Política**.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

VIEIRA, José. (1980), **A Cadeia Velha. Memória da Câmara dos Deputados**, 1909. Brasília, Senado Federal.

SESSÃO 10
O Uso de Periódicos como Documento Histórico

O Discurso e sua Metamorfose: uma Análise da Revista Vida Capichaba nos anos de 1930 a 1945

Prof. Mestrando Diego Stanger (UFES)[1]

O século XIX é marcado por grande desenvolvimento científico, é o século da Segunda Revolução Industrial, do início da utilização da eletricidade e petróleo como importantes fontes de energia, período marcado por grandes conturbações sociais, pelo trabalho intelectual de grandes homens com Karl Marx, Friedrich Engels, Charles Darwin e uma série de outros grandes intelectuais que muito contribuíram para o desenvolvimento das ciências.

A História teve a grande contribuição de Escola Metódica Alemã, uma das responsáveis pela busca do caráter cientificista da Historiografia, cuja base era o documento oficial, produzido pelo Estado, responsável pela descrição fiel e objetiva dos fatos, possibilitando a reconstituição do passado tal qual ele foi, assim, a História Política reinava soberana durante este século, a vida dos grandes governantes, homens do Estado, guerras, eram o principal objeto de estudo dos historiadores.

Em 1929 e acontece, o que para muitos foi a Revolução da Historiografia, a fundação da Revista dos Annales, sob a tutela de Mac Bloch e Lucien Febvre, essa publicação lançou as bases de uma nova historiografia, renovação necessária e pertinente, visto que ampliou os horizontes historiográficos possibilitando a inserção de novos objetos de estudo e novas abordagens. O movimento dos Annales lançou a História Política no desprezo, colocando-a como exemplo daquilo que a história não devia ser, o estudo de individual, circunstancial, particular, factual. O historiador devia buscar as estruturas sociais e econômicas, sob as quais a humanidade estaria baseada.

É á partir dos anos de 1970 que a situação da História Política passou a mudar, através da defesa de grandes intelectuais, cujo exemplo mais importante a ser citado é René Remond. É novamente na França, que com os Analles desprezou o político, com Rémond e um grande grupo de historiadores, temos a renovação deste campo historiográfico, com o aparecimento de novas abordagens metodológicas, novos conceitos e técnicas de pesquisa, foram estabelecidos diálogos com a sociologia, antropologia, lingüística.

Segundo Rémond "o político se relaciona aos vários aspectos da vida humana por possuir fronteiras que ora dilatam ora encolhem" (REMOND, 1996, p.444), para uma definição mais precisa do político, o autor coloca que "a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder" (REMOND, 1996, p.444). A partir dos apontamentos do autor

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), e-mail: stangerdiego@gmail.com, Orientado pelo Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

referido podemos inferir que o político perpassa diversos aspectos da vida cotidiana, "a cultura política é reveladora do ethos de uma nação e do gênio de um povo." (REMOND, 1996, p.450)

Este bosquete pretende lançar algumas observações acerca de um importante veículo de comunicação da sociedade capixaba entre as décadas de 1920 e 1960, a Revista Vida Capichaba. Não é meu interesse esclarecer sobre a influência da revista sobre a opinião pública no Espírito Santo, mas, apenas apresentar informações bastante interessantes obtidas através de levantamento documental ocorrido na Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo. Visto que para alcançar o objeto citado anteriormente, seria necessário o levantamento de todos os periódicos que tratassem do mesmo assunto, em determinado período histórico. Podemos ressaltar que:

> A imprensa não é um produto natural de uma sociedade, mas é o resultado da necessidade do homem em expressar seus sentimentos, suas opiniões, suas atitudes, sua postura diante da vida e da realidade social. Qualquer meio de comunicação sempre está impregnado pela posição social dos seus interlocutores, pois o autor nunca esta ausente da obra que produz. (ROSTOLDO, 2007)

O conceito de opinião pública, como salienta Jean-Jacques Becker (BECKER, 1996, p.187), ainda não é bem definido, ele cita outro historiador francês, Jean-Nöel Jeanneney, que afirmou que "a opinião pública... Por entre os dedos do historiador, a noção escapa como areia." (JEANNENEY, 1981, p.77) Assim não será de minha presunção estabelecer essa conceituação. Mas podemos citar que esta "é diversa e não uniforme" (BECKER, 1996, p.187), que "procede das estruturas mentais"(BECKER, 1996, p.187), "seu estudo permite perceber, de forma mais precisa, o comportamento dos homens confrontados com seus acontecimentos, ou seja, temos uma abordagem global da história." (BECKER, 1996, p.187)

Feitos os devido apontamentos conceituais, passemos ao reconhecimento de nossa fonte documental, ou seja, a Revista Vida Capichaba. Jadir Peçanha Rostoldo nos informa que:

> A Revista "Vida Capichaba" surgiu, no Espírito Santo, no rastro deste movimento. Circulou inicialmente em abril de 1923, sob a direção de Garcia Rezende, e se tornou a mais expressiva publicação do período. Foi o órgão mais atuante no espaço literário das décadas de 1920 a 1940, representando o veículo de comunicação de maior circulação no Estado. (ROSTOLDO, 2007)

A Biblioteca Pública Estadual possui o acervo completo da revista, além de uma boa parte do material já se encontrar em microfilmes, também podemos encontrar a publicação no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

O recorte temporal feito por este estudo vai do ano de 1930 até 1945, caracterizado pela historiografia brasileira com Era Vargas, devido à permanência ininterrupta de Getúlio Dorneles Vargas no comando do país, durante estes ininterruptos 15 anos. Não me apetece indicar este ou aquele recorte temporal como de maior ou menor interesse para a historiografia, ou mesmo, mais rico de significações, pois, acredito que tudo depende das escolhas do historiador e de sua erudição para tornar um período fecundo de significados.

No contexto mundial nosso recorte é marcado pela ascensão dos movimentos totalitários, representados pelo nazismo alemão, fascismo italiano e stalinismo soviético. No Brasil haverá reflexos destes acontecimentos mundiais, percebidos na reorganização da esquerda brasileira na Aliança Nacional Libertadora, e o surgimento e desenvolvimento do primeiro partido de massas brasileiro, a Ação Integralista Brasileira, movimento de caráter fascista, que apesar das semelhanças com as vertentes europeias, não deve ser definido como mero mimetismo, devido suas especificidades. (TRINDADE, 1979, p. 278)

Os embates político-ideológicos entre AIB e ANL durante a década de 1930 foram levados até mesmo para o campo da violência física. No trecho abaixo, extraído do artigo do professor Pedro Ernesto Fagundes, podemos ter uma noção da tensão existente na região de Cachoeiro de Itapemirim, lugar de grande desenvolvimento da AIB no Espírito Santo.

> "No dia do meu casamento nenhum *chofer* de carro de aluguel queria levar a minha noiva para igreja. Eles eram todos comunistas. Tive que conseguir um automóvel emprestado para minha noiva, eu e meus companheiros do integralismo fomos a pé". Era esse o ambiente político de Cachoeiro de Itapemirim, cidade da região sul do Espírito Santo em outubro de 1935, segundo relato emocionado do ex-dirigente integralista Nelson Silvan.
>
> O motivo da recusa dos chamados *chofer de praça* (atuais taxistas) era que aquele seria o primeiro casamento naquela cidade que seguiria as normas ritualísticas integralistas, em outras palavras, o noivo casaria de camisa verde, um dos mais caros símbolos da Ação Integralista Brasileira (AIB). (FAGUNDES, 2009)

A presença Integralista no Espírito Santo foi marcante, assim como a veiculação da Revista Vida Capichaba, que trazia em seu interior, contos, propagandas, dicas de moda, dicas de filmes, poesias, e até mesmo discussões políticas. Um de seus editores foi Jair Dessaune, importante membro da Ação Integralista Brasileira no estado, chegando ao cargo de vereador de Vitória nas eleições de 1935. Sua influência na revista explica a inclinação da mesma pelo integralismo e outras vertentes do fascismo. (FAGUNDES, 2009)

Nas páginas da Vida Capichaba, encontramos um artigo, publicado em um exemplar de agosto de 1938, intitulado "Allemanha" escrito por Joaquim Bento Alves de Lima, o mesmo

tece uma série de elogios ao governo de Hitler na Alemanha, chegando afirmar que o ódio entre as classes, algo tão presente no país em épocas anteriores, não mais existia. Em outro artigo, também do mês de agosto, cujo título é "O russo vive, apenas, de hoje para o amanhã", são apresentadas uma série de críticas ao comunismo, e para alertar o povo brasileiro sobre o perigo dessa ideologia, o artigo cita as penúrias pelas quais passa a população russa após a Revolução de Outubro, uma especificidade deste texto, se deve ao fato de ter sido enviado pelo Serviço de Divulgação do Districto Federal.

Devemos recordar que em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas deu um golpe de estado e implantou o Estado Novo, e uma de suas principais características era centralização política, intervencionismo estatal, Vargas procurou forjar uma identidade e cultura nacional, assim, investiu maçiçamente na educação e na cultura. "Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, além de exercer a censura sobre todos os meios de comunicação, investia maciçamente na propaganda do regime, Getúlio Vargas conseguia reforçar sua imagem de protetor da classe trabalhadora." (PANDOLFI, 1999, p. 11)

O Departamento de Imprensa e Propaganda tinha papel central na veiculação da ideologia do Estado Novo e no controle dos meios de comunicação, estava submetido diretamente ao presidente. "O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira." (CAPELATO, 1999, p. 172)

Maria Helena Capelato ainda nos informa que pelos menos 60% das informações trazidas pelos periódicos eram fabricadas pelo governo, além e ser obrigatório enfatizar a inauguração de obras, os discursos de Vargas e também publicar suas fotos. Havia íntima relação entre censura e propaganda.

"As atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de determinados assuntos, impunham a difusão de outros na forma adequada aos interesses do Estado." (CAPELATO, 1999, p. 175) Ou seja, a publicação da notícia sobre o comunismo soviética foi obra da ditadura varguista que possuía pleno controle dos meios de comunicação, pois, estava ciente de sua força sobre a opinião pública, ao observar os resultados satisfatórios alcançados pelos governos nazista e fascista, que foram os primeiros grandes utilizadores dos meios de comunicação a favor de suas ideologias.

Fato que me intrigou foi a mudança de postura da Revista Vida Capichaba ao entrar na década de 1940, o fascismo que antes era exaltado em suas páginas, passou a ser atacado em suas reportagens, no volume de 15 de janeiro de 1943, Hilton D'Almeida escreve um artigo intitulado "Assassinos da Liberdade e Imprensa" e acusa os governo nazista alemão e fascista italiano de terem levado o mundo a uma situação de caos e trevas.

A partir de 1942, ano em que o Brasil declara guerra ao Eixo Roma-Berlim, a revista traz uma avalanche de informações da guerra, descrevendo batalhas, ilustrando seu interior com

uma série de máquinas de guerra, e a todo o momento ressaltando a que os Aliados representam a liberdade. A própria União Soviética deixará de ser atacada pela revista, para ser exaltada com um das grandes potências que luta para restabelecer a paz mundial.

Devemos perceber que a mudança de postura da Revista Vida Capichaba, de uma posição de simpatia e exaltação dos regimes de extrema direita, cujos representantes eram a Alemanha Nazista de Hitler e a Itália Fascista de Mussolini, se deve principalmente a conjuntura política brasileira e internacional. O Estado Novo passou a controlar o que era veiculado nos meios de comunicação, inclusiva mandava as matérias que deviam ser publicadas.

> A análise da utilização dos meios de comunicação como propaganda política permite constatar que, apesar da enorme importância desses veículos para divulgação das mensagens políticas, não se pode exagerar sua importância no que se refere ao controle das consciências. As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a "opinião única". Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder. (CAPELATO, 1999, p. 178)

A Revista Vida Capichaba foi de grande influência na sociedade do Espírito Santo durante os anos de sua existência, através de seus editores e posteriormente como imposição do Estado varguista, é perceptível a tentativa de influência ou mesmo de formação de uma "opinião pública". Nos idos da década de 1930, temos um posicionamento favorável às manifestações fascistas, ou seja, o nazismo alemão, o fascismo italiano e o integralismo brasileiro. Após o golpe que impôs o Estado Novo, é desenvolvido todo um aparato visando o controle dos meios de comunicação, assim, a Vida Capichaba foi alvo dessa política, e com as transformações do jogo político, percebe-se que a mesma deixa sua posição favorável aos fascismos apresentado principalmente após 1942, ano que o Brasil declara guerra às forças do Eixo, um posicionamento contrário e difamatório dos movimentos de extrema direita.

Assim como esclareceu Maria Helena Capelato no trecho citado acima, não podemos afirmar que a propaganda política tenha plenos poderes para "formar uma opinião pública", mas apenas consegue uma evidente, se ao evidenciar pensamento presentes entre a população.

Documentação

Revista Vida Capichaba (1932-1945).

Bibliografia

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Revista Vida Capichaba (1934-1937): as imagens fotográficas a serviço dos integralistas do estado do Espírito Santo. **Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília**. Disponível em: http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempos/article/viewArticle/3937. Acesso em: 4 jun. de 2012.

BECKER, Jean-Jacques. "A opinião pública". p. 184-211. In: REMOND, Rene. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

JEANNENEY, Jean-Nöel. Comment ont-ils tenu? L'opinion ET La Grande Guerre, **l'istoire, nº 39**, novembro de 1981, p. 77. Citado por: Becker, Jean-Jacques. "A opinião pública". p. 187. In: REMOND, Rene. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REMOND, Rene. "Do Político". p. 441-450. In: REMOND, Rene. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: FGV, 1996.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **"Vida capichaba": o retrato de uma sociedade**, 1930. Vitória, ES. Disponível em: http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio17.htm. Acesso em: 6 de jun. de 2012.

TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo DIFEL, 1979.

O Jornal "A Manhã" e as Notícias sobre o "Sertão"

Prof. Doutorando George Leonardo Seabra Coelho (UFG)[1]

Nosso interesse aqui será levantar algumas questões sobre o papel da imprensa durante o Estado Novo (1937-1940). Para tanto, nosso objetivo consiste em avaliar como a imprensa oficial divulgou notícias sobre o interior do Brasil. Como fonte histórica principal iremos utilizar o jornal "A Manhã", que circulou no estado do Rio de Janeiro entre 1940 e 1945 tendo como diretor responsável o poeta paulista Cassiano Ricardo. Para o presente trabalho contaremos com o primeiro número de circulação do jornal, onde avaliaremos as notícias sobre a construção da capital goiana, o editorial escrito pelo diretor, além de outros espaços reservados para informes oficiais. Neste sentido, nosso intuito constituirá em perceber como o governo estadonovista promovia sua autopropaganda e como esta era construída simbolicamente, ou seja, de que forma as notícias divulgadas pela imprensa pretendia construir uma sensação de efetiva ação governamental no interior sob o signo da "Marcha para o Oeste".

O objetivo central deste estudo foi levantar questionamentos relacionados ao discurso que contribuiu ideologicamente com o Estado instaurado após 1937, e seu projeto de ocupação dos "vazios espaciais". O discurso que buscava subsidiar ideologicamente o Estado nos anos que sucederam o Movimento de 30, contou com a colaboração de vários segmentos da sociedade, principalmente com a incorporação dos intelectuais junto às instituições e órgãos estatais. A partir da década de 1920 a sociedade brasileira passou a preocupar-se cada vez mais com a análise e a explicação da sociedade brasileira. No campo das ideias, procurava-se rever os valores que permeavam a sociedade, para tanto, pretendia-se recuperar as raízes da formação social. Surgiram debates que apontavam a República de 1889 e seu viés Liberal, como uma das causas do atraso do Brasil frente aos centros comerciais da Europa, defendendo a tendência autoritária como saída para a organização do Estado. No geral, a preocupação em explicar e encontrar as causas para o atraso brasileiro apontavam para o descaso do poder público referente às regiões e populações interioranas.

Como construção discursiva, avaliamos neste trabalho a reelaboração do "mito bandeirante" – processo pelo qual um símbolo essencialmente paulista foi transposto em símbolo nacional – na obra de Cassiano Ricardo, como também como o Governo varguista (1930-1945) apropriou-se desse "mito" como arcabouço ideológico para dar legitimidade a sua ação intervencionista. No que concerne a reelaboração do "mito bandeirante" e a apropriação deste pelo Governo varguista, pode-se perceber uma construção discursiva que busca no presente os temas a serem justificados pela autoridade dos intelectuais e da tradição. O passado é trabalhado por Cassiano Ricardo, com o intuito de edificar uma continuidade com o presente. O que o

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás. (george.coelho@hotmail.com)

escritor pretende realizar, não é uma explicação do passado, mas uma justificação do momento atual, ao mesmo tempo em que, o Governo Federal através de alguns meios de comunicação – imprensa, pronunciamentos oficiais e pelo IBGE – buscava divulgar e cristalizar essa ideologia como verdade.

Ao avaliar as ideias de Cassiano Ricardo podemos considerar que elas estavam voltadas para as elites paulistas. Se um escritor fala para alguém, é bom saber de onde ele fala? Não podemos situá-lo como um intelectual, propriamente dito do Estado Novo, mas um intelectual que incorporado ao regime defendia os interesses de São Paulo. Por outro lado, ao avaliar os enunciados que faziam referência ao "mito bandeirante"[2] contidos nos pronunciamentos de Vargas eles acabam afirmando por meio da autoridade política que o que era dito era verdade. O poema *Martim Cererê* (1928) como uma versão mítica da origem das Bandeiras, não deixou de elevar os paulistas como herdeiros dos construtores da nacionalidade. O pioneirismo paulista referente à indústria, também é inserido nesta continuidade, devido ao fato de que, o "espírito empreendedor" do bandeirante influencia o paulista moderno em inserir São Paulo e o Brasil na rota do mundo moderno. A ancestralidade bandeirante, a força da produção do café e da indústria eram motivos que davam entusiasmo para os paulistas enfrentarem – pelas armas – o Governo Provisório.

No entanto, o "mito bandeirante" incorporado ao discurso ideológico do Governo Federal, serviu para satisfazer os interesses da elite paulista: na necessidade de afirmar – pela tradição e exemplos históricos – a hegemonia de São Paulo frente a outros estados; na versão de que a construção da Nação foi iniciada por seus ancestrais, desta forma, São Paulo se torna um modelo a ser seguido; e nas pressões dos setores cafeicultores e industriais que acabaram por submeter outras regiões às necessidades econômicas do Sudeste. Todos esses apontamentos estavam em jogo na reelaboração do "mito bandeirante" na década de 30, principalmente no ensaio Marcha para Oeste de Cassiano Ricardo.

Por outro lado, esse mesmo mito possibilitou ao Governo varguista autorizar-se como parte do "destino nacional". O Estado Novo se coloca dentro de uma linha evolutiva, onde um "governo forte" guiado por um líder conciliador consegue unir vários interesses pelo bem comum, tornando-se a continuidade das Bandeiras no tempo. Cassiano Ricardo trabalha essa ponte entre o regional e o nacional em seu ensaio, pois ao explicar a influência das Bandeiras na formação social e política brasileira, cria-se a ideia do "espírito bandeirante" que transcende a pura questão de conquista, ocupação e exploração do território – ela "caminha no tempo" –

[2] O bandeirante como personagem histórico foi sucessivas vezes alvo de interpretações no século XIX e início do século XX. Estas leituras pretendiam expor um ponto de vista sobre a conquista do território, em termos de "herói versus bandido", do "espírito de aventura", da "expansão do território", e de outras características associadas à ancestralidade paulista, principalmente as que o apontavam como um tipo regional diferenciado. Como então esse símbolo – o bandeirante – que representa o paulista como tipo regional diferenciado acaba por ganhar uma estátua em sua homenagem em uma capital recém-inaugurada no interior de Goiás. Uma coisa não podemos negar, é a força da reelaboração do "mito bandeirante" apropriada pelo Estado, pois um mito trabalhado por intelectuais paulistas, a sua difusão pelos pronunciamentos da autoridade, o cuidado científico que o IBGE dá e a sua divulgação pela imprensa, não só modificou paisagem rural, mas também os centros urbanos.

chegando a influenciar as representações políticas e até o próprio Estado moderno brasileiro. Pode-se dizer que os paulistas perderam a batalha nos campos em 1932, mas ganharam a guerra ideológica.

Ao relacionar as ideias de Cassiano Ricardo expostas no ensaio analisado, podemos perceber como elas confluem para uma ponte entre o passado e o presente, pois o autor busca justificar determinadas situações do presente a partir de uma interpretação do passado, ao mesmo tempo em que parte de acontecimentos e personagens do passado para justificar ações no presente. Ocorre uma relação entre o mítico e o histórico, pois ao pretender uma análise do passado histórico brasileiro, o autor acaba por valorizar o mito sobre o acontecimento, ou seja, o histórico é apropriado para a caracterização do principal mito ricardiano: a gênese do Estado moderno brasileiro. E é nessa configuração que podemos considerar que o ensaio *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo aproxima-se mais de um romance histórico da gênese do Estado Novo do que uma obra de ensaio crítico da formação social e política do Brasil.

A gênese desse Estado que inclui a todos e abrange todas as potencialidades produtivas, segundo Cassiano Ricardo está na sociedade piratiningana. As Bandeiras originadas dessa sociedade eram Estados em miniatura, eles eram dotados de um líder com poder legislativo, executivo e judiciário que garantiria o exercício da "democracia social". Esse líder também reunia todos os interesses em prol da coletividade, além de conquistar o território e dar os primeiros passos para a construção da nacionalidade. Esse Estado germinal garantia a "democracia social" sob a tutela do líder, que se transfigura no "herói" disciplinado das Bandeiras. E de acordo com esse pressuposto, Cassiano Ricardo justifica a existência de um "Estado Forte", com um líder que garantisse a disciplina e obediência, para que os vários interesses compartilhem da "democracia social tipicamente brasileira", ou seja, é apoiado nessa reinterpretação da organização interna da Bandeira que o autor busca a origem do Estado moderno no Brasil. Neste sentido, pode-se perceber que o ensaio pretende justificar historicamente que não há porque contestar o Estado Novo, pois ele está nos primórdios da sociedade brasileira, e não apenas uma invenção de gabinete.

As ideias contidas no livro de Cassiano Ricardo também é a afirmação de uma Nação que busca projetar-se para o futuro, a partir de uma organização social construída através do tempo e no espaço. Esses são outros dois pares que compõem a narrativa do autor, pois o sertão (espaço) através dos tempos foi alvo de interferência humana inspirada pelo bandeirantismo, e é por isso que na versão ricardiana, as Bandeiras caminham no tempo em um espaço devidamente localizado. Nesse sentido, o autor pretende explicar a influência das Bandeiras na organização social e política brasileira dentro de uma relação de mão dupla entre passado-presente, a partir de uma explicação mítico-histórica da influência das Bandeiras na sociedade, para enfim demonstrar como a contradição entre regional-nacional se diluiu através de uma continuidade espaço-temporal.

Os símbolos recuperados e trabalhados, através dos pronunciamentos – em sua visita a nova capital goiana[3] em 1942 – acabam se tornando um ritual, onde as palavras e os atos transformam-se em acontecimentos. Esse mesmo discurso intelectual e público – no sentido de quem fala é um representante do Estado – ao ser incorporado pelo IBGE – uma instituição com fins de descrição e estatística, ou seja, um órgão pretendidamente científico – acaba por justificar por meio da ciência a necessidade e as possibilidades que a ocupação dos "vazios espaciais" pode oferecer. O intelectual, o público e o científico comungando de uma mesma ideologia que por meio da imprensa escrita torna-se notícia. Neste sentido, o Governo Federal lança o *slogan* "Marcha para o Oeste" como suporte ideológico que visava reeditar as Bandeiras coloniais e integrar os "espaços vazios" do sertão brasileiro aos grandes centros econômicos do país.

É interessante pensar que a ocupação do sertão pretendida pelo Governo Federal tinha como meta sustentar principalmente as necessidades do Sudeste. O mito paulista utilizado pelo Governo Federal como suporte simbólico principalmente para fortalecer o mercado nacional, acabou servindo para submeter outras regiões aos interesses das elites regionais. Entre outros fatos que representam essa subordinação, podemos citar: a produção de gado do Mato Grosso e de Goiás praticamente destinada para o mercado consumidor do Sudeste, principalmente São Paulo; a expansão do café no Paraná aumentando a área de cultivo do principal produto que representava a elite paulista; o apoio ao extrativismo na Amazônia – principalmente da borracha – visando fortalecer a indústria do Sudeste e os grandes exportadores de São Paulo; sem falar no apoio a policultura, pois as capitais dessa região por diversas vezes passavam por dificuldades de abastecimento de produtos alimentícios. Esses são alguns exemplos de como o "mito bandeirante", posto ao lado do desenvolvimento econômico e produtivo nacional, possibilitou a construção de uma ideologia que autorizava o governo varguista como parte de um destino nacional, além de eleger o paulista como herdeiro do "empreendedorismo bandeirante" e fortalecer ainda mais as elites regionais. É nesse sentido que afirmamos anteriormente que os paulistas perderam a batalha nos campos em 32, mas ganharam a guerra ideológica.

Como podemos observar neste trabalho, algumas ações estatais e a própria forma como o Estado Novo estava organizado, são alvos de Cassiano Ricardo para elaborar um ensaio que pretende explicar a influência das Bandeiras na formação social e política da sociedade brasileira, ou melhor, o estadonovismo é autorizado a partir de uma releitura do passado que pretende justificar os traços históricos da situação do presente. O regime de governo adotado se apoiou nessa construção discursiva para agir no campo simbólico, pois ao pretender uma justificação histórica para sua existência, o "mito bandeirante" – fundador da Nação, defensor da unidade,

[3] A campanha goianiense pela edificação de um símbolo que representasse os "pioneiros da Nação", movimento que resultou na estátua do Bandeirante no centro na capital goiana, localizado – não por coincidência – na Avenida Anhanguera. Esses são apenas indícios de como a força do "mito bandeirante", de certa forma acabou por influenciar a paisagem urbana da jovem capital. Eleva-se, a estátua de um bandeirante, de frente para o Oeste, em plena Avenida Anhanguera, isso demonstra por meio de um símbolo localizado no interior de Goiás, a presença e o predomínio de uma região sobre outra, não mais o bandeirante de carne e osso, mas o bandeirante simbólico esculpido em uma peça de bronze.

criador de um Estado forte guiado por um líder autoritário, e além de tudo, "democrático" – pareceu útil, passando a compor o conjunto ideológico.

Em diversas vezes Vargas se referia ao espírito pioneiro dos bandeirantes, da mesma forma as enciclopédias do IBGE buscavam conhecer e descrever o território, para que os "novos bandeirantes dotados de novas técnicas" integrem o "vasto território despovoado" ao corpo da Nação. A campanha "Marcha para o Oeste" pretendia reeditar os feitos históricos ao apropriar-se da retórica de integração dos vastos territórios vazios do interior. A associação entre o Estado Novo e o "mito bandeirante" também foi bastante trabalhado pelos órgãos de imprensa e outros departamentos destinados a difusão doutrinária. Um destes veículos de informação é o jornal *A Manhã* de circulação no Rio de Janeiro tendo como diretor o poeta Cassiano Ricardo. Seu primeiro número foi de 9 de agosto de 1941, neste o diretor esclarece qual é a função do jornal com o título: "A Manhã e o seu programa". Segue um trecho:

> Ao aparecer, um jornal deverá fixar seu rumo e seu objetivo... A Manhã começa por declarar que não se contenta com ser um novo jornal, no sentido de "mais um jornal". Ela quer ser mais um novo órgão da imprensa pela sua amplitude nacional... e pelo seu espírito, por ter uma razão doutrinária que lhe justifica o aparecimento... será o seu roteiro uma fixação de atitude diante dos problemas que tecem o destino da cultura e da civilização dentro da área onde as sugestões de que for capaz – tanto as intelectuais quanto as emotivas – deverão atuar com maior eficácia... ainda, outro papel, e esse de grande sentido doutrinário. Será o de colocar na formação da consciência brasileira, na defesa de nosso sistema de vida e no combate as ideologias malsãs e forasteiras que pretendam violentar a índole de nosso povo. E, imanada, não só aos grandes jornais da metrópole como também as heroicas e obscuras folhas do sertão, dispenderá o melhor do seu esforço para que o povo brasileiro encontre, nestas colunas, um campo onde terão ampla acolhida a pesquisa de seus problemas, a defesa das suas aspirações e o feliz reencontro das suas realidades... Assim A Manhã é defensora do Brasil puro e integro que nos vem do passado, com toda a poesia da experiência humana. Mas é, antes de tudo, a hora presente, no seu esplendido e matinal convite ao nosso espírito de criação... Os verdadeiros destinos do Brasil estão apenas amanhecendo, na sensibilidade e na consciência dos brasileiros (A MANHÃ: 9 de agosto de 1941, Ano I nº 1).

Como podemos ver neste fragmento, a função doutrinária do jornal é categoricamente afirmada ao leitor, mas dividida em duas frentes: os problemas da sociedade brasileira, como por exemplo, economia e o atraso; e outro problema mais voltado para os campos das ideias, ou seja, o combate às ideologias liberal, comunista e fascista. Outra função do jornal é a articulação dos grandes centros urbanos com o sertão brasileiro na busca de solucionar as distâncias. Estes

são apenas algumas questões que preferimos destacar neste texto, isto é, a função doutrinaria deste jornal e como ele buscou noticiar as ações no sertão para o restante da Nação. Em Goiás a associação entre integração do estado à economia nacional, a transferência da capital goiana e o projeto institucional "Marcha para o Oeste" foram prontamente articulados pelo poder estatal.

Como procuramos expor até aqui, em meio a várias transformações políticas e sociais entre o início da década de 1920 e a primeira parte da década de 1940, desenvolveu-se uma ideologia baseada na busca das raízes da organização social e política brasileira, para enfim, encontrar e solucionar as causas do atraso. Quando falamos em ideologia não falamos em falsear a realidade, mas em conjunto de ideias reunidas para a manutenção do poder. Tal ideologia, baseada na recuperação dos "sertões", foi apropriada pelo Estado para lançar seu projeto de modernização. Reunido em torno da campanha "Marcha para o Oeste" esse projeto pretendia incorporar os "espaço vazios" na economia nacional. O "mito bandeirante" reelaborado por Cassiano Ricardo em o *Martim Cererê* e trabalhado em seu ensaio "*Marcha para Oeste*", expõem como essa incorporação pretendida pelo Estado Novo faz parte de uma continuidade que teve seu início nas Bandeiras do ouro do século XVII e continua a guiar a Nação no século XX.

Por outro lado, a apropriação de um mito tipicamente regional – ou seja, paulista por excelência – pelo poder central acabou por impulsionar a economia do Sudeste em detrimento de outras regiões de economia tradicional, neste caso o Nordeste. Neste mesmo bojo, regiões tidas como abandonadas historicamente – Centro-Oeste e Norte – passaram a cumprir o papel de fornecedora de matéria-prima para os grandes centros urbanos. Além de uma organização regional do trabalho, esse projeto de modernização e o discurso que o subsidiou, possibilitou uma organização inter-regional do trabalho, pois as regiões não mais se articulavam diretamente com o poder central, mas dependiam da relação de uma região com outra sob o controle Estado. Nas páginas da primeira edição do jornal *A Manhã* podemos encontrar notícias sobre a edificação da nova capital goiana vinculada a campanha Marcha para o Oeste.

Vejamos a seguir um pequeno trecho do comentário sobre esta nova fase, inicialmente é relembrado o que Euclides da Cunha dizia sobre o fato do Brasil ser uma civilização de fachada e de não existir um país como tal. Além da crítica ao parasitismo dos centros urbanos do litoral onde criou-se "uma nação sem fundamentos. Não existia base para o aparente progresso do país por isso que todas as fontes de riqueza permaneciam inexploradas" e caminhávamos

> numa completa ignorância de nós mesmos, para o domínio do pauperismo. O espírito de intrépido bandeirante desbravando os sertões à procura de fortuna havia desaparecido... O momento esperava uma grande voz que se ouvisse em todos os recantos, mostrando os males da cidade hipertrofiada e traçando o verdadeiro sentido da civilização brasileira... "Marcha para Oeste" não é uma simples frase. É a síntese da moderna política que o presidente Getúlio Vargas inaugurou. O chefe do Estado Nacional, criador e condutor do novo regime... Tornava-se urgente abandonar o comodismo da cidade e

> voltar à fase heroica dos primitivos desbravadores para fortalecer a raça e consolidar a riqueza do país... Aqui estaremos, diariamente, para demonstrar que a nossa civilização não virá, como nos tempos do descobrimento, de fora, mas do próprio coração da terra, reservatório de todas as riquezas morais e materiais que hão de tornar o Brasil realmente grande (A MANHÃ: 9 de agosto de 1941, Ano I nº 1).

Neste fragmento podemos ter uma impressão mais delimitada da importância dos sertões para a edificação de um discurso ideológico onde o bandeirante torna-se a principal fonte de elementos simbólicos para a construção de uma nova sociedade. Após a recuperação mítica do passado ocorre uma aproximação simbólica com o presente, ou seja, nas páginas do jornal podemos perceber como a imagem destacada acima e o discurso de recuperação dos sertões encontram na nova capital goiana um ponto de síntese entre o real e o simbólico. Segundo a notícia, a cidade Goiânia é a capital do Oeste e sua inauguração "será um acontecimento que marcará época na história o Brasil Central", pois a capital do oeste situada "em pleno sertão, com o conforto que a civilização exige, já representa um orgulho para o espírito de iniciativa de nossa gente... Cidade pioneira que abre ao Brasil a estrada do seu destino". Como podemos observar, a edificação deste centro urbano acaba sendo simbolicamente associada ao destino da Nação, destino esse iniciado pelos desbravadores do século XVII, mas somente agora retomado pelo Estado Novo.

A reelaboração do "mito bandeirante" articulado entre as ideias de um intelectual e a situação político-econômica nacional subsidiaram a intervenção do Estado na reorganização territorial e produtiva do país. Um intelectual – Cassiano Ricardo – defendendo interesses paulistas transvertidos em interesses nacionais e o Estado utilizando do mesmo recurso para justificar sua ação intervencionista é o ponto central deste trabalho, ou seja, a apropriação de símbolos e imagens regionais para justificar determinadas ações no campo econômico e político a nível nacional.

Documentação

Jornal A MANHÃ: 9 de agosto de 1941, Ano I nº 1.

IBGE. Amazônia Brasileira: exceptos da "revista Brasileira de Geografia". Rio de Janeiro Segraf, 1944.

GUASTNI, Raul. Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Oficina dos tribunais, 1943.

Bibliografia

ABUD, Kátia Maria. **O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de História da USP, 1985.

BORDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. - 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

LIPPI, L.: A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos vol. V (suplemento), 195-215 julho 1998.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros e MARTINS JUNIOR, Carlos Martins. A Marcha para Oeste e Cassiano Ricardo: um itinerário para a Nação. **Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR**. "Patrimônio Histórico no Século XXI". Jacarezinho, dos dias 21 a 24 de Maio de 2008. ISSN: 978-85-61646-01-1.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A Literatura como Espelho da Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê (o Brasil dos meninos dos poetas e dos heróis)** 16 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1983.

RICARDO, Cassiano. **Marcha Para Oeste**. 4ª edição. Coleção Documentos Brasileiros. Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1970.

Áulicos e a Imprensa Fluminense (1824-1826)

Prof. Mestrando Nelson Ferreira Marques Júnior (UERJ)[1]

Os jornais, que circularam na Corte fluminense no Primeiro Reinado, constituem-se fontes valiosas para compreensão deste complexo período, principalmente, entre os anos de 1824 a 1826, em que a liberdade de imprensa foi cerceada com rigor. No Primeiro Reinado, os *espaços públicos* (MOREL, 2005, p.151) tornaram-se verdadeiras arenas políticas, onde diversas ideias circulavam, ora livres, ora cerceadas, na busca da opinião pública. Além de possuir essa dimensão política, os espaços públicos são determinantes para compreender as características do governo que se formava.

O crescente número de jornais indicava também que novos hábitos de leitura de jornal estavam sendo adquiridos. Esses escritos refletiam uma preocupação coletiva em relação ao político, pois seus artigos passavam a ser discutidos na esfera pública dos cafés, bibliotecas, tabernas, boticas, academias, livrarias e conviviam com antigas formas de comunicação, como o discursos em voz alta, impressos colados nas ruas, entre outros (BASTOS,2003,p.36). A difusão dos impressos remodelava antigos locais públicos e criava novos espaços de sociabilidades.

O período de surgimento dos *áulicos* começou em 1823, quando os dois projetos políticos[2] nacionais se chocaram. A facção mais moderada tinha como um dos porta-vozes, Antônio Ferreira França, deputado da Bahia, que defendia uma monarquia constitucional, associada ao poder central, mas dando certa autonomia às províncias para tratar de assuntos locais. Quem melhor expôs a ideia de federação na assembleia foi o deputado Nicolau Vergueiro, do mesmo grupo de Ferreira França.

> Pareceu que ela [a emenda] dava somente a ideia de uma federação semelhante à dos Estados Unidos, e se fosse o seu único sentido, eu me declararia altamente contra ela. Muito respeito os legisladores americanos do norte, que, na verdade, fizeram a melhor constituição possível para seu país, mas não convém ao nosso [...] Rejeitando toda espécie de federação que se refira a Estados independentes, não quisera que excluíssemos outra espécie de federalismo, que podemos chamar interno ou doméstico, o qual, dando uma certa independência às diferentes sessões, conserva, todavia, a unidade do todo. Cada cidadão é independente para tratar dos seus interesses, salvas as relações que o unem à sociedade. E por que não havemos de conceder a

[1] Mestrando do programa de pós-graduação da UERJ. Linha: política e sociedade. FAPERJ. nelsonfmarquesjr@hotmail.com

[2] Entender projeto político como princípios que norteavam os grupos e as características que davam identidade a eles.

> mesma independência circunscrita do mesmo modo, e sempre subordinada à inspeção geral do governo, a quem compete vigiar sobre os interesses particulares, porque da sua soma resulta o interesse geral, que lhe toca promover. Os negócios que pertencem a todos, sejam dirigidos por todos, mas os que pertencem à parte, sejam dirigidos por essa parte. E assim, a província dirija os seus, do mesmo modo que o município, a povoação, cada família e cada indivíduo. É nesse sentido que entendo a palavra federalmente[3].

O outro projeto político são os dos *áulicos*, que defendiam a soberania do imperador como defensor perpétuo da nação e aclamado pelo povo (SOUZA, 1999, p.258.) o direito a veto do imperador, o princípio de legitimidade, entre outros. Para os *áulicos,* o bem comum e o Estado antecedem os princípios dos direitos naturais. José da Silva Lisboa, deputado da Constituinte, citava Burke para referendar suas ideias:

> Não creio em vagos direitos individuais no estado civil, mas sim em práticos direitos sociais, em que se fazem necessárias as restrições da liberdade natural pelos interesses do bem público. Estou pela regra do estadista prático Edmund Burke – "os princípios abstratos da liberdade são como os raios de luz, que, entrando em um meio denso, se refrangem, desviando-se da sua direção retilínea[4]".

Os *áulicos* possuíam maior experiência e consistência política, pois boa parte desses homens formou-se em Coimbra e exerceram cargos administrativos no Império português.

No dia 12 de novembro, em meio a muitas disputas e discussões, o imperador dissolveu a assembleia, atitude que foi vista pelos *áulicos* com bons olhos. Uma vez mais, a imprensa atuou de forma incisiva como formadora da opinião pública e adotou uma posição política clara e definida. Não havia nenhuma intenção, na grande maioria desses jornais, de mostrar-se imparcial, pelo contrário, interessava demarcar e defender suas propostas, propósitos e ideias. No caso dos jornais *áulicos,* o objetivo comum era de circular o maior número de jornais que coadunassem com os preceitos da política Imperial a fim de mostrar que a Monarquia Constitucional, dirigida por Pedro I, era o modelo mais legítimo e eficaz de governo. Por exemplo, assim exclamava o jornal *Estrela Brasileira*, de tendência política *áulica*, redigido pelo francês Jean-Baptiste de Loy:

> Agora, que podemos abraçar numa vista de olhos, as partes todas deste acontecimento tão importante, vamos arriscar aqui algumas das muitas reflexões que nos ocorreram enquanto durou e depois de sua conclusão. Se nos não enganamos a questão da Dissolução da Assembleia deve ser encarada

[3] *Diário da Assembleia Constituinte*, vol III, p. 48. *Apud.* Tereza Cristina Kirschner. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro.* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: Puc -Minas, 2009. p.248.

[4] *Annaes do Parlamento Brazileiro.* t.VI, p. 270.

> debaixo destes três pontos de vista: A Legalidade. A Necessidade. O Modo de Execução.
> Em quanto à ***Legalidade*** ninguém que seja de boa fé e tenha estudado o mecanismo do Governo Monárquico-Representativo- Constitucional poderá pôr em dúvida o Direito de S.M.I. de dissolver a Assembleia. O Direito de Dissolução é sem dúvida, a mais importante Prerrogativa do Trono Constitucional. Sem ele não há Imperante. [...]
> Em quanto à ***Necessidade*** desta Dissolução isto não pode ser para nós de uma evidencia igual, porque nos falta o perfeito conhecimentos dos fatos anteriores; cuidamos com tudo poder declarar aqui, sem receio de sermos taxados de servilismo, que, nestes últimos tempos, a marcha da Assembleia tomou uma direção verdadeiramente hostil contra o Governo de S.M.I. e que o seu recinto tornava-se numa área, aonde lutavam desenfreadas as paixões mais furiosas. Nos Periódicos, em geral, pregavam-se a anarquia e a guerra civil, com uma licença de ideias espantosa, e uma torpeza de expressões qual se não visse talvez em Nação alguma.[...]
> O ***modo*** com que foi operada aquela dissolução por certo que nos não agradou muito. Há sempre alguma cousa repugnante vista de Tropas em armas empregadas contra homens indefesos; e estamos bem persuadidos que não era preciso tanto aparato para conseguir o fim desejado. [...] Mas quando o Senhor Dom Pedro Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, por unânime Aclamação dos Povos, depois de ter convocado uma Assembleia Constituinte para se ocupar da formação do Pacto Fundamental da Sociedade, julga, que a Maioria da mesma Assembleia não cumpre com as obrigações do seu mandato, afasta-se da linha dos seus deveres, e cessa de exprimir, nas suas decisões legislativas, a opinião da Maioria da Nação; então, ele Imperante, Ele primeiro Representante do Povo e seu vigilante Defensor, tem todo o Direito de dissolver a Assembleia, por Ele convocada, e de fazer *uma Apelação* à verdadeira Opinião Nacional, mandando proceder às novas Eleições[5].

Em geral, os *áulicos* não condenaram a atitude do imperador de dissolver a Constituinte, pois consideravam esta uma decisão legítima. Naquele contexto, marcado pela necessidade de reconhecimento da independência, que só ocorreu em 1825, o Brasil precisava de um Poder Executivo forte, que, durante meses, se encontrou dependente de uma assembleia, cujos membros priorizavam seus interesses pessoais e recursos para suas províncias (KIRSCHNER, 2009, p.256.).

Nota-se que logo depois da dissolução da Assembleia Constituinte, houve uma queda contínua na circulação de jornais nos anos de 1823 a 1826, em relação ao período de 1820 a 1822 (MOREL, 2005, p.204). Feito um levantamento de todos os jornais fluminenses de

[5] *A estrela brasileira*. n° 13, 17 de novembro de 1823.

novembro de 1823 (dissolução da Constituinte), até abril de 1826 (um mês antes da reabertura do parlamento, responsável por arrefecer a censura à imprensa), constata-se a presença de quatorze jornais[6]. Nesse período, ao contrário dos anos de 1820 a 1822, intensificou-se o cerceamento à liberdade de imprensa, apesar do número considerável de jornais que circulava na capital. Dos quatorzes jornais, dez eram de tendência *áulica*[7], ou seja, mais de setenta por cento dos jornais que circulavam naquele período na Corte fluminense, apoiavam o governo de d. Pedro I. Os jornais, que não tratavam especificamente de questões políticas, reconheciam o governo como legítimo, sendo impressos, principalmente, em duas tipografias do império: tipografia nacional e tipografia mercantil. Os periódicos não eram apenas letras impressas que serviam para suprir a curiosidade de uma elite letrada; era mais do que isso, pois incorporava uma relação próxima entre homens, ideias e acontecimentos da sociedade em que se inseria.

Além da manutenção de um Império unificado e da busca de uma identidade política nacional autônoma, outro projeto importante para os *áulico*s foi o reconhecimento da Independência do Brasil na Europa. Esse anseio pelo reconhecimento dos europeus refletiu também na imprensa *áulica*. O jornal *Spectador Brasileiro*, redigido por Pierre Plancher (MOREL, 2004, pp.23-60), um ano antes do reconhecimento da independência, discutia a importância da legitimidade do novo império, pois, para ele, esse ato significaria a consolidação do governo, da Constituição outorgada e do estreitamento dos laços comerciais com os europeus.

> BRASILEIROS, nós devemos mostrar à Europa, ao Mundo e à mais remota Posteridade que a elevação do nosso Trono Imperial e Constitucional não foi feita com a precipitação de um louco entusiasmo; é preciso que todos vejam a causa motriz deste impulso extraordinário; a Europa ainda a não conhece, nos somos no seu conceito uma Nação atrasada, um povo imberbe, esquecido na ignorância das Artes e das ciências: no nosso estado atual ela

[6] São eles: *A Malagueta*. Primeiro Reinado – 18 de dezembro de 1821 a 10 de julho de 1824; 19 de setembro de 1828 a 28 de agosto de 1829. 122 nos (*A Malagueta Extraordinaria*. 31 de julho de 1822 a 10 de julho de 1824). *Diario do governo/Diario Fluminense*. 2 de janeiro de 1823 a 28 de junho de 1833. *A Estrela Brasileira*. 17 de novembro de 1823 a 12 de julho de 1824. *Semanario Mercantil*. 4 de junho de 1823 a 28 de maio de 1824.*Diario Mercantil*. 3 de novembro de 1824 a 31 de outubro de 1827. *Folha Mercantil*. 4 de junho a outubro de 1824; 13 a 29 de setembro de 1825. *Imperio do Brasil: Diario Fluminense / Imperio do Brasil: Diario do Governo*. Typ. Nacional. 23 de junho de 1824 a 8 de abril de 1831 / 30 de maio a 28 de setembro de 1832. *O Propugnador*. 13 de julho de 1824. *O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial*. 28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827. *Despertador Constitucional Extraordinario*. 1 a 25 de fevereiro e maio de 1825; janeiro de 1826; maio de 1827; 1 de maio de 1828. *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*. 23 de fevereiro a 22 de março de 1825. *Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas*. Typographia Nacional. 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826. 14 nos.*Atalaia da Liberdade*. 4 de fevereiro a 17 de março de 1826. 13 nos.*O Verdadeiro Liberal: Periodico Politico Litterario*. 2 de março a 6 de abril de 1826.

[7] São eles: *Diario do Governo / Diario Fluminense*. 2 de janeiro de 1823 a 28 de junho de 1833. *A Estrela Brasileira*. 17 de novembro de 1823 a 12 de julho de 1824. *Semanario Mercantil*. 4 de junho de 1823 a 28 de maio de 1824. *Diario Mercantil*. 3 de novembro de 1824 a 31 de outubro de 1827. *Folha Mercantil*. 4 de junho a outubro de 1824; 13 a 29 de setembro de 1825. *Imperio do Brasil: Diario Fluminense / Imperio do Brasil: Diario do Governo*. Typ. Nacional. 23 de junho de 1824 a 8 de abril de 1831 / 30 de maio a 28 de setembro de 1832. *O Propugnador*. 13 de julho de 1824. *O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial*. 28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827. *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*. 23 de fevereiro a 22 de março de 1825. *Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas*. Typographia Nacional. 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826. 14 nos.

> nos considera faltos desta energia necessária para ultimar as empresas de alto caráter.
>
> É preciso [palavra ilegível]; é preciso fazer-lhe ver que nós não havemos sido insensíveis a esta inspiração geral, que tem posto em marcha o Gênero humano, e que o excita a ir sempre adiante por entre os obstáculos opostos para seu entorpecimento. No instante em que nossas forças reunidas em um centro físico, e moral se mostrarem às vistas da Europa, ela mudará de ideia, e nós entraremos em relações com todos os povos civilizados[8].

Os jornais mostravam o quão era importante a adesão da opinião pública a nova Constituição e aos preceitos que estavam sendo seguidos pelo novo tipo de governo. A intenção dos *áulicos* era de expor que a monarquia Constitucional centralizada, mas do que uma simples concepção de modelo ideal de governo foi uma necessidade. Inúmeras sublevações ocorreram nas províncias de norte a sul do império, as que mais despontaram foram a confederação do equador e o conflito da Cisplatina. Para os *áulicos*, a nação[9] só iria crescer e prosperar se o poder político-administrativo estivesse centralizado na figura rei, pois ele não é um indivíduo movido por paixões e se preocupa mais com os interesses da nação do que com os próprios.

No Primeiro Reinado (1824-1826), o poder foi exercido, exclusivamente, pelo imperador, os ministros e o Conselho de Estado, representado pela facção *áulica*. Evidencia-se que a aliança entre o Poder Moderador e o Executivo serviu para consolidar um projeto de Nação e de Monarquia Constitucional centralizada. As inúmeras responsabilidades de Pedro I, comuns a um império de dimensões continentais, inevitavelmente foram divididas com os *áulicos*, homens qualificados que ajudaram d. Pedro a dar cabo de todas as suas atribuições. Os *áulicos* foram os responsáveis pela organização da máquina burocrática do Estado naquele período.

Mesmo durante o período mais forte da censura (1824-1825), alguns periodistas se destacaram pela sua produção escrita, como os casos de José da Silva Lisboa[10] e Pierre Plancher[11], que se posicionaram como os grandes porta-vozes da Monarquia na imprensa. Plancher destacou-se mais pela produção de impressos, do que propriamente como político. Já, José da Silva Lisboa, teve atuações decisivas nas Assembleias (1823 como deputado e 1826 como senador) e também na imprensa, onde publicou inúmeros jornais e panfletos desde o início dos anos de 1820 (VIANNA, 1945, p.411).

> [...] A facção de anarquistas são corroídos de inveja da felicidade que se goza nas Monarquias Constitucionais de Poderes circunspectamente divididos e equilibrados. Para obter seus fins excitam incessantemente desordens plebeias, indispondo os pobres contra os ricos, desacreditando as Autoridades,

[8] *O Spectador Brasileiro.* n° 1, 28 de junho de 1824.

[9] Nação entendida como toda a população e não só os eleitos ou os capazes.

[10] *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro* (23 de fevereiro a 22 de março de 1825) e *Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas* (9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826).

[11] *O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial.* (28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827).

> desarmando os cidadãos, e acendendo a guerra civil, na esperança de se apoderarem das dignidades e riquezas do Estado, *passando de nada a tudo*.
> Os maiores melhoramentos da sociedade têm vindo das Monarquias, e não das Repúblicas: falo das Monarquias ilustradas, e não das Monarquias Bárbaras: de se confundirem àquelas com estas é que se tem feito tantas iníquas invectivas, e vis calúnias aos Tronos[12].

Os jornais *áulicos* mostraram que ser a favor da Monarquia Constitucional era garantia da manutenção da paz, da dignidade dos cidadãos e das riquezas do Estado. A Constituição de 1824 foi indispensável para alavancar a facção *áulica*, unificar mais o grupo e ter uma referência de poder, d. Pedro I. Da dissolução da Assembleia Constituinte até a reabertura da assembleia legislativa, os *áulicos* viveram seu auge, constituindo-se tais anos em domínio político dos *áulicos* nos espaços públicos e na imprensa.

Documentação

Periódicos da Biblioteca Nacional.

A Estrela Brasileira. 17 de novembro de 1823 a 12 de julho de 1824. Redator: Jean-Baptiste de Loy.

O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro. 23 de fevereiro a 22 de março de 1825. Redator: José da Silva Lisboa.

O Spectador Brasileiro: Diario Politico, Litterario e Commercial. 28 de junho de 1824 a 21 de maio de 1827. Redator: Pierre Plancher.

Triumpho da Legitimidade contra Facção de Anarquistas. 9 de dezembro de 1825 a 28 de janeiro de 1826. 14 nºs. Redator: José da Silva Lisboa.

Anais da Assembleia Constituinte de 1823.

Disponíveis no site da Biblioteca do Senado Federal. www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222325.

Bibliografia

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira.** São Paulo: Ática, 1990.

BAKER, Keith. M. "Introduction". In: K. M. Baker (ed). **The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture.** (v.1:The Political Culture of the Old Regime). Oxford: Pergamon Press, 1987.

BARMAN Roderick. **Brazil: the forging of a nation (1798-1852).** Stanford: Univ.Press, 1988.

[12] *Thiumpho da Legitimidade Contra a Facção de Anarquistas*. n° 12, 24 de janeiro de 1826.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **A facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831)** - projeto de iniciação científica. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPQ; Nova Iguaçu, RJ:UFRRJ-IM, 2007.

_____. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos históricos, v. 9 - nº 18 – justiça e cidadania.** Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi: revista de história, nº 1**. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

_____. "Organização e introdução". In: URUGUAI, visconde do. **Paulino José Soares de Sousa, visconde do Uruguai**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CARVALHO, J. M; PEREIRA, Miriam H; RIBEIRO, G. S e VAZ, Maria J. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lucia M. Bastos P. (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CONSTANT, Benjamin **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo**. São Paulo: Unicamp, 1979.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. "A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.), **História geral da civilização brasileira, t.II - O Brasil monárquico, 1º v.- O Processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DIAS, Maria Odila Silva. "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986 (2ª ed.).

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 v. São Paulo: Globo, 1991 (9ª ed.).

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier & MIGUEL CAPELLÁN, Gonzalo de (eds.). **Lenguage, tiempo y modernidad. Ensayos de historia conceptual.** Chile: Globo Editores, 2011.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad y Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas**. México: Editorial Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 1992.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial – vol. 1: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro.** São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: Puc -Minas, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. "Muralhas da independência e liberdade do Brasil a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)". In: MALERBA, Jurandir (org.), **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842).** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993 (2ª ed.).

LUSTOSA, Isabel. **D.Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823).** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MARTINHO, Lenira Menezes, e GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império: o 1º Reinado**. 2 v. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982 (2º ed.).

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

_____. **O período das Regências, (1831-1840).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

NOVAIS, Fernando A.. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).** 8° ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2006.

NOVAIS, F. & MOTA, C. G. **A independência política do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. "Da natureza e limites do Poder Moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos". In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. Organização e introdução de Cecilia Helena de Salles Oliveira. São Paulo: Editora 34, 2002.

PEREIRA, Vantuil. **Ao Soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. *São Paulo: Alameda, 2010.*

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. *São Paulo: Edusp, 2001.*

PUJOL, Xavier Gil. "La historia política de La Edad Moderna europea, hoy: Progressos y minimalismo". In: Carlos Barros (ed). **Historia a debate. Actas Del Congresso Internacional "a historia a debate".** Santiago de Compostela: historia a debate, 1995. p. 195-208.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques**. Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. **Pauta geral, 9**. Rio de Janeiro: Calandra, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.** Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.

_____ (org). **Brasileiros e Cidadãos: modernidade política (1822-1930).** Rio de Janeiro: Editora: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

RICHTER, Melvin. "Avaliando um clássico contemporâneo: o Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura". In: Marcelo G. Jasmin & João Feres Jr. (org.). **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2006, p. 39-53.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

ROCHA, Antonio Penalves. "Introdução"**.** In: CAIRU, visconde de. **Visconde de Cairu**. Organização e introdução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora 34, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político**. São Paulo: alameda. 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil**, Hucitec, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck**. A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831.** São Paulo: UNESP, 1999.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial.** São Paulo: Difel, 1978.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

SESSÃO 11
Militares e Ciências na História do Brasil

A Influência do Pensamento Militar Francês no Pós Primeira Guerra Mundial no Exército Brasileiro

Fábio Neves Luiz Laurentino (UGF)[1]

Introdução e contextualização.

O presente trabalho, de cunho histórico, tem por objetivo com auxílio das devidas referências historiográficas (fontes primárias, representações iconográficas, etc.) mostrar de forma sucinta como se deu a reformulação do Exército Brasileiro por ocasião da vinda da Missão Militar Francesa, contratada em setembro de 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização do Exército Brasileiro. Foi utilizado para tal pesquisa documentos contidos no arquivo "Service Historique de l'Armée de Terre" (SHAT), do Ministério da Defesa da França (Chateau de Vincennes), em Paris, e também fontes do Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, no Rio de Janeiro, e extensa bibliografia escrita por pesquisadores brasileiros e franceses, e as conferências (publicadas durante o período da Missão pela Imprensa Militar - do Brasil) ministradas por oficiais franceses, principalmente na então Escola de Estado-Maior, atual Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), localizada no Rio de Janeiro.

Era estudada uma reforma no Exército por oficiais mais abertos a novas idéias desde as revoltas internas recém acontecidas na virada do século (Revolta Federalista em 1893, Canudos em 1896 e Contestado em 1912), na qual o Exército Brasileiro foi posto à prova, e mostrava com alguma preocupação uma estagnação e limitação profissional por parte de uma ala de oficiais, boa parte dela ainda com pensamento proveniente das campanhas no Paraguai. Os primeiros passos de modernização, ainda que lentos e com temor por parte de políticos e alguns líderes militares conservadores, apareciam nas forças militares estaduais, com a justificativa de que era preciso reforçar essas corporações para garantir seus instrumentos de força e garantir a estabilidade interna, ou seja, uma visão micro da segurança territorial, a favor unicamente dos interesses das oligarquias estaduais que ali governavam. Assim, em 1905, ocorreram as primeiras negociações para o contrato de uma missão de oficiais estrangeiros para a Força Pública de São Paulo.

Toledo de Piza, Embaixador do Brasil na França, paulista, juntamente com o Ministério de Assuntos Estrangeiros da França e o Estado-Maior do Exército francês acertavam a vinda em 1906 de uma Missão de Instrução Militar chefiada pelo Coronel Paul Balagny para modernizar e treinar a Força Pública de São Paulo. Conforme parecer do Estado Maior do Exército francês, o fechamento do contrato se deu por insistência do Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, visto que o Exército francês se interessava somente em enviar uma Missão Militar

[1] Acadêmico, Universidade Gama Filho, Assistente de Pesquisa do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

para o Exército brasileiro, por motivos óbvios, de maior exposição e intercâmbio dos militares franceses e maiores possibilidades de negócio com fábricas francesas para o reaparelhamento do Exército brasileiro:

"As tropas de São Paulo são apenas forças policiais. O interesse puramente militar, neste caso, parece bastante limitado. Mas o Estado em questão é muito próspero e o Departamento de Negócios Estrangeiros atribui uma grande importância ao envio desta missão solicitada pelo senhor de Piza". (SHAT, 27/05/1905. Note pour le Chef de l'Etat Major, Paris.)

Para a vinda da Missão Militar para o Exército, anos mais tarde, o principal responsável pelo contrato fora Pandiá Calógeras. Ainda como membro da delegação brasileira na Conferência de Paz, em Paris, foi convidado para assumir o cargo de Ministro da Guerra, que segundo as palavras de Francisco de Paula Cidade, em sua obra *Síntese de três séculos de História Militar brasileira,* "deu racional e necessária solução ao problema fundamental de modernização de nosso Exército". (p.436). É necessário lembrar também que nos anos de 1906, 1908 e 1910 um grupo de oficiais (aproximadamente 30) do Exército brasileiro integraram um "estágio" no Exército Imperial alemão, convidados pelo Estado Maior do Exército do Imperador Guilherme II, convite esse feito pessoalmente ao então Ministro da Guerra do Brasil Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, e reforçado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, de tendência pró-germânica. Esses jovens oficiais, posteriormente apelidados e lembrados como *Jovens Turcos,* aqui tentaram iniciar uma "revolução" e modernização do Exército brasileiro por via da literatura, fundando jornais que expressavam seu desejo de mudança e aspirações para o "novo Exército". A *Revista dos Militares* de 1910, e *A Defesa Nacional* de 1913, foram os principais meios para mostrar aos brasileiros o que foi visto por eles na Alemanha, essas duas revistas inspirada nos escritos da *Militar-Wochenblatt*, principal revista militar alemã.

A Alemanha por sua vez já havia feito duas missões de modernização e instrução militar em países da América do Sul (Chile e Argentina), e já olhava para o Brasil com esperanças de um próximo contratado.

O historiador americano Frank McCann (1980, p. 6-7), afirma que também houve uma pequena aproximação de militares americanos para defender uma possível missão de instrução e modernização liderada pelo Exército dos Estados Unidos, e assinala que o adido militar americano no Brasil insistia junto ao Departamento de Estado para que convidasse oficiais do Exército e da Marinha para estagiar na Coast Artillery School, na Virgínia. Segundo o adido militar: "era necessário um trabalho rápido e organizado para por fim a influência alemã no Brasil".

A corrida armamentista que ocorria dos Estados Unidos ao Império Russo e da Inglaterra até as colônias européias na África, no período que precede a Primeira Guerra Mundial, e o conceito de "Paz Armada", também atingiam a preocupação do governo brasileiro, que acelerava o debate por uma contratação de uma missão de modernização e instrução militar, mas em julho de 1914, esses planos de mudança e modernização seriam novamente adiados, tendo em

vista a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que pôs novamente frente a frente o poderio bélico francês e alemão, pouco mais de 40 anos do final da Guerra Franco-Prussiana.

Ao final do conflito, a Alemanha derrotada e atingida por inúmeras limitações econômicas e militares por conta do Tratado de Versalles, ficara mais distante de assumir uma missão de modernização e instrução militar no Brasil, abrindo caminho para a escolha dos franceses por parte do governo brasileiro. Foram utilizados de muitos argumentos por parte dos políticos e da imprensa para a escolha dos franceses, de aproximação cultural (vide influência social e arquitetônica francesa na reforma Pereira Passos no início do século XX), até a essencialmente militar, mostrando os exemplos do então Tenente José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que atuara junto com tropas francesas nas batalhas em carros de combate mecanizados, da Missão de Aviação (em 1918) composta por nove soldados franceses para instituir uma Escola de Aviação Militar no Brasil, do corpo de saúde brasileiro liderado por Nabuco de Gouveia enviado junto aos franceses aos campos da Primeira Guerra Mundial, e da nomeação do comandante Fanneau de La Horie (antigo membro da missão junto a Força Pública de São Paulo) para o posto de adido militar no Brasil.

Sendo assim, era assinado em Paris no dia 8 de setembro de 1919, o contrato contendo 15 Artigos entre o governo brasileiro e o governo francês, que levava uma missão de orientação e modernização para o Exército brasileiro.

A atuação da Missão Militar Francesa no Exército brasileiro.

No Artigo II e III, respectivamente do contrato da Missão Militar Francesa, consta explicitamente a subordinação desta Missão e sua área de atuação. No Artigo II, consta, por exemplo, que o General Chefe da Missão Militar Francesa ficará subordinado ao Chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, e unicamente ao Ministério da Guerra do Brasil. E sua área de atuação: a direção da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência, e da Escola de Veterinária. Assim, o pensamento militar francês seria apresentado e introduzido aos oficiais dos postos de Capitão a Coronel, responsáveis por captar essas novas idéias e levá-las a "práxis" nas organizações militares (práxis numa concepção pedagógica, onde o processo pelo qual uma teoria, lição ou habilidade é executada, ou praticada, se convertendo em parte da experiência vivida).

Depois de concluída a etapa diplomática, de negociação e assinatura do contrato, era necessária agora a escolha do General Chefe da Missão e todo corpo de instrutores. O Exército francês encontra no General de Brigada Maurice Gamelin, um oficial general de grande prestígio, e "bagagem" tanto militar, quanto diplomática (uma vez que essa delegação representaria o Exército francês em terras estrangeiras, era necessário passar uma boa imagem diplomática e a tradição militar francesa). Como militar, formado pela Escola Especial Militar de Sanit-Cyr (principal academia militar francesa), foi chefe de gabinete do Marechal Joffre, comandante das forças francesas na Primeira Guerra Mundial, testado em batalhas na mesma

guerra, e portador da maior condecoração de guerra francesa, a Legião de Honra. Os demais componentes da Missão Militar Francesa como o Subchefe da Missão, o Coronel Durandin (originário da Escola Politécnica), Coronel Barat (originário de Saint-Cyr), Coronel Buchalet (originário da Escola Superior de Intendência) e Tenente Coronel Derougemont (originário de Saint-Cyr), detentores da Legião de Honra e da Cruz de Guerra (com várias citações em batalhas), destacaram-se não só como líderes na Primeira Grande Guerra, mas também por seu diferencial em ciências humanas e exatas, com destaque para a Geografia, História, Engenharia e Matemática, ministrando aulas de instrução teóricas e práticas principalmente na Escola de Estado Maior e na Escola de Aperfeiçoamento para os oficiais alunos brasileiros.

As Escolas de Veterinária, Administração Militar e de Intendência foram as primeiras "criações" dentro do contexto de "revolução educacional" provocada pela Missão Militar Francesa. Criada ao moldes das congêneres francesa essas novas organizações militares iniciaram novos regulamentos e uma nova noção de Emprego de Grandes Unidades, Serviço de Estado Maior em Campanha, Exercícios de Combate de Infantaria e Cavalaria, Emprego e Regulação de Tiro de Artilharia, Observação Aérea, Empregos dos Meios de Transmissões, Alimentação em Campanha e Serviço de Retaguarda. A Escola de Aviação Militar (instituída também por uma Missão com soldados franceses em 1919) no Campo dos Afonsos, em 1927 se torna uma Arma, sendo reformulada nos moldes da Missão Militar Francesa.

A Escola Militar do Realengo, onde eram formadas as futuras gerações de oficiais combatentes do Exército brasileiro, ficara de fora das primeiras intervenções francesas até 1925, quando o alto comando do Exército (conservador) se "rende" ao trabalho modernizador e positivo que a Missão já fazia a cinco anos em boa parte do território brasileiro, e dirigido por uma nova chefia (General de Brigada Fréderic Coffec 1925 a 1927), juntamente com o empenho do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (comandante da Escola Militar entre 1931 e 1934) que aprendera toda influência tradicionalista francesa na Escola Especial Militar de Saint-Cyr em 1916, é reformulada por completo o ensino, e o olhar para a escola de formação de oficiais, sendo agora adicionada tradições em volta de grandes personagens da História Militar brasileira a fim de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de transformação histórica que era vivida a época da Missão Militar Francesa no Brasil. A mudança física da Escola, a criação de símbolos como novos uniformes, o espadim do cadete, e o culto a Duque de Caxias eram, semelhantes ao visto por José Pessoa na França ao Imperador dos franceses, Napoleão I, com a finalidade de dar firmeza e estabilidade às tradições do Exército brasileiro, como diz o antropólogo e historiador Celso Castro: "a figura de Caxias deveria pairar no seio dos cadetes do Brasil como Napoleão entre os de Saint-Cyr e Washington entre os de West Point." (CASTRO, 1994. p.235).

Aspectos teóricos e metodológicos: "o livro, o manual, o pensamento cartesiano".

Os três maiores destaques em conferências da Missão Militar Francesa no Brasil, General Gamelin, Coronel Barat e o Tenente Coronel Derougemont, buscavam atingir uma

plena concepção "Saint-cyriennes" desde antes mesmo chegar ao Brasil. A bibliografia básica pra ser lida (por alunos da Escola de Estado Maior) antes da Missão se iniciar continha obras sobre Geografia Geral, História, Estratégia, Tática e obras de cunho patriótico. A justificativa seria que essas obras são livros essenciais para a formação e estruturação do espírito militar, baseado também nas teorias e nos conhecimentos científicos e literários modernos.

Segundo o historiador francês Jean Pierre Blay, a ciência militar no Brasil se desenvolve, assim que, por exemplo, foi publicado o Regulamento para exercícios de Cavalaria, em 1908, pelo então General José Caetano de Faria, comandante do 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro. Antes disso, o "conceito Lippe" perdurou de 1763 até 1881, quando é fundada A Biblioteca do Exército pelo Ministro Franklin Doria, Barão de Loreto, com a finalidade de difundir entre os oficiais brasileiros uma biblioteca com títulos sobre guerras. Com a chegada da Missão Militar Francesa, os oficiais franceses deram um impulso no pensamento militar brasileiro modernizando-os com obras sobre campanhas recentes como a batalha de Sedan, e a batalha de Sadowa. A partir desse momento, tratados, livros de instrução e regulamentos internos e de campanha foram traduzidos ou elaborados para os oficiais alunos do Exército brasileiro. Ao final de 1922, boa parte dos regulamentos brasileiros foram reformulados.

A lógica cartesiana francesa na administração militar mostrou ao Exército brasileiro uma nova concepção de uma compreensão da nova doutrina militar que estava sendo apresentada.

As conferências feitas por instrutores contratados pela Missão, principalmente ministradas na Escola de Estado Maior, que posteriormente foram publicadas pela Imprensa Militar do Brasil, mostram exatamente o cuidado filosófico e minucioso em relação à preparação individual de cada oficial aluno tendo em vista o seu crescimento não só profissional como soldado, mas também crescimento humanístico e social, com a apresentação de novos conceitos, como por exemplo, "o homem instrumento de guerra" e "o soldado e o chefe", contidos na obra *Tactique de Infanterie,* publicado em 1921, de autoria do Tenente Coronel Barat. Outras obras como *Cours de Stratégie et Histoire Militaire* (Tenente Coronel Derougemont, publicada em 1921), e *Conférences de Geographie* (Tenente Coronel Lelong, publicada em 1922), também abordavam temas de assuntos contemporâneos e ensinamentos sobre conduta, aspectos sobre a preparação e a direção da guerra ainda desconhecidos de boa parte dos oficiais brasileiros.

Considerações finais.

O fortalecimento e a mudança do Exército brasileiro com a vinda da Missão Militar Francesa são notórios e visíveis até os dias de hoje. O resultado a curto prazo pode ser notado logo após, nos anos 40, com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, representado pela Força Expedicionária Brasileira. As viagens de grupos do Estado Maior brasileiro antes do embarque do primeiro escalão para a Itália para estudo da geografia do terreno, condições climáticas e apoio logístico são exemplos claros da influência do pensamento militar francês.

Exemplos mais significativos são percebidos com a participação de oficiais superiores e generais nos principais centros acadêmicos e de estudos de Defesa ao redor do mundo, como: nas Missões de Paz realizadas pela ONU, nas lideranças na Junta Interamericana de Defesa, nas Escolas Superiores de Guerra das nações amigas e principalmente observamos o pensamento militar francês ainda presente na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), em seus planejamentos no Curso de Preparação e Seleção (CPS), Curso de Política Estratégia e Alta Administração Militar (CPEAEx), Cursos de Chefia e Estado Maior de Intendência (CCEM Int), e Médicos (CCEM Med) dando ênfase a articulação filosófica e aprimoramento profissional de seus candidatos.

Bibliografia

BLAY, J. P. A Missão Militar Francesa e sua influência na formação tecnológica das elites militares brasileiras. **Revista IGHMB**, N 80/94, anos 1993/1994.

CIDADE, F. de P. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

DOMINGOS, M. A disputa pela missão que mudou o Exército. **Revista de estudos históricos**, UNESP, São Paulo, v. 8, PP. 197-215, 2001.

DUROSELLE, J. B. **La Grande Guerre dês Français: L'incompréhensible**. Paris: Perrin, 1998.

GALBRAITH, J. K. **A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GARCIA, E. V. **Entre América e Europa: a política externa brasileira da década de 1920**. Brasília: Ed. UnB-Funag, 2006.

MIALHE, J. L. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. **Caderno de Direito**, Piracicaba, v 10 (18): 89-119, jan-jun. 2010.

MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Prefácio a 2ª Edição, General Jonas Correa Neto, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MALAN, A. S. **Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

McCANN, F. M. **Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937).** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Observações da Natureza e Interesse Militar: Expedições Científicas para o Estudo de Eclipses do Sol e o Aperfeiçoamento de Mísseis Intercontinentais

Prof. Ms. Heraclio Duarte Tavares (UFRJ)[1]

Eclipses do Sol usados como ferramenta geodésica

Em 1922, a Primeira Guerra Mundial havia acabado e os países ao redor do Mar Báltico que compunham a recém-criada *International Union of Geodesy and Geophysics* reuniram-se na conferência em que esta nova associação substituiu a *International Geodetic Association*, que deixou de existir durante a Grande Guerra. Neste encontro, ocorrido em 1924, em Helsink, Capital da Finlândia, a *Baltic Geodetic Commission* foi fundada. Seu principal objetivo era conectar vários vértices geodésicos e formar uma rede de triangulação entre os países membros da Comissão, conseguindo, através destas ligações, conhecer com precisão as distâncias geodésicas dos países membros e, consequentemente, estabelecer limites territoriais e mapas mais precisos (BONSDORFF, 1949, p. 45-46).

A tradição finlandesa em medidas geodésicas remete às expedições científicas que, em meados do século XVIII, tinham como missão realizar medidas que resolvessem a questão sobre o formato da Terra: ela era um círculo ou uma elipse? Um dos locais que serviu de base para a realização de uma das medições foi o território finlandês, então província sueca (KAKKURI, 2011, p. 22) .A questão foi resolvida em favor do formato elipsóide da Terra e estes experimentos deixaram a semente da realização de pesquisas geodésicas nos países naquela região.

Em 1924, o astrônomo finlandês Ilmari Bonsdorff, Diretor do *Finnish Geodetic Institute*, era o secretário da *International Union of Geodesy and Geophysics* e o astrônomo polonês Thaddeuz Banachiewicz, era o principal representante de seu país entre os cientistas envolvidos com pesquisas geodésicas. Estes investigadores estavam no grupo de trabalhos da *Baltic Geodetic Commission*, cuja chefia ficara com Bonsdorff, e, paralelamente aos trabalhos de mensuração de distâncias usando métodos tradicionais da Comissão a qual estavam vinculados, desenvolveram novas técnicas de medição de grandes distâncias terrestres. Entre as metodologias testadas por este grupo, existia uma que parecia ter um grande potencial, por, teoricamente, permitir a medida de distâncias intercontinentais. Esta técnica utilizava eclipses do Sol para sua realização.

Na ocorrência do eclipse total do Sol de 29 de junho de 1927, visível na Noruega, Suécia e Norte da Finlândia, Banachiewicz liderou uma expedição polonesa para a realização de um experimento que consistiu na identificação precisa do segundo e do terceiro contatos do eclipse

[1] Mestre em Historia Social pelo Programa de pós-graduação em Historia Social – UFRJ. E-mail: heracliodt@hotmail.com . Este artigo é um trecho adaptado do capítulo 3 de minha dissertação de mestrado: Conhecimento científico e interesse militar: a dinâmica das associações da *National Geographic Society* para observações de eclipses do Sol nas décadas de 1930 e 1940.

a partir de duas bases de observação afastadas uma da outra. Se fosse possível determinar os momentos em que o eclipse fosse entrar na sua fase de totalidade com um grande grau de exatidão em duas bases de observação situadas em dois pontos afastados na superfície terrestre, os pesquisadores usariam o intervalo de tempo entre as fases de totalidade observadas nestes pontos, o valor da velocidade da sombra da lua projetada na Terra e chegariam ao valor da distância que as separa. No quarto encontro da *Baltic Geodetic Commission*, que ocorreu em 28 de setembro de 1928, Banachiewicz falou da metodologia que usou durante as observações do eclipse de 1927 e a apresentou com o nome de *chronocinematographical method*, que tinha como instrumento um aparelho de filmagem acoplado a um cronômetro e registrava em um mesmo filme a imagem do eclipse e o passar do tempo.[2]

A utilização desta metodologia na ocorrência de eclipses do Sol continuou ao longo do tempo. Banachiewicz usou este método novamente durante o eclipse de 19 de junho de 1936, quando quatro bases de observação foram montadas desde a Grécia até o Japão (PIEGZA, 1945).Apesar de a Segunda Grande Guerra Mundial ter atrapalhado o andamento de pesquisas científicas que eram conduzidas em diversas partes do Mundo, as observações de eclipses solares não desapareceram por completo. O eclipse total do Sol de 09 de julho de 1945 foi importante nestas circunstâncias. Este eclipse foi visível em uma faixa que começou no Oeste dos EUA e terminou na região central da União Soviética, passando pela Finlândia. Ilmari Bonsdorff se baseou no método de Banachiewicz para medir a distância entre dois pontos distantes e, através da utilização de câmeras de filmagem emprestadas por companhias cinematográficas, adaptadas a receptores de sinais de rádio que marcavam o tempo (LÚCIO, 1947),realizou observações dentro do território finlandês. O experimento foi feito, mas, apesar dos dados coletados terem sido de boa qualidade, Bonsdorff não publicou os resultados.

As observações do eclipse de 1945 trouxeram à cena algumas dificuldades que já se apresentavam nos eclipses anteriores e continuaram nos eclipses seguintes, quando da realização deste experimento de medição geodésica. Os principais problemas eram a distância entre a lua e a Terra, que não era conhecida precisamente, e a topografia lunar que, com suas montanhas e vales, afetava a determinação com uma grande precisão dos momentos de contato do eclipse. Ainda havia a dificuldade com a precisão dos marcadores de tempo orientados por sinais de rádio, que esbarravam na baixa qualidade do sinal que era emitido. De fato, é possível tomar o experimento durante o eclipse de 1945 como um ensaio para o próximo eclipse do Sol que ia ocorrer em maio de 1947.

O eclipse total do Sol de 20 de maio de 1947 foi visível em uma faixa que começou no Oceano Pacífico, passou pelo continente sul americano e pelo Oceano Atlântico e terminou a Leste do continente africano. Este eclipse oferecia as condições ideais para a utilização do método de mensuração de distâncias, pois a faixa de totalidade ia ser vista em locais separados

[2] A utilização de "revólveres fotográficos" (câmeras de filmagem rudimentares) para o registro de eventos astronômicos foi motivada pelo trânsito de Vênus de 1874 – 1882 e precedeu a utilização deste instrumento com fins sociais. O que Banachiewicz fez foi adaptar esta ação para o registro dos contatos de um eclipse total do Sol (CANALES, 2002).

por um Oceano. Esta característica do eclipse de maio de 1947 atraiu as atenções de astrônomos de diferentes instituições pelo mundo, que instalaram diversas bases em cidades brasileiras e deviam compartilhar uma grande expectativa pelo fenômeno, já que a eclosão da Guerra atrapalhou sobremaneira a continuação de seguidas observações em territórios distantes, como as que foram realizadas nas décadas anteriores ao conflito. Entre as cidades brasileiras escolhidas para a instalação das bases científicas, Bocaiúva, no Norte de Minas Gerais, recebeu a maior expedição internacional, que foi organizada pela da *National Geographic Society* (NGS) e pelo *National Bureau of Standards* (NBS), e a missão do *Finnish Geodetic Institute*. Os planejamentos de observação destas expedições científicas e das que foram instaladas em outros locais cobriam uma grande variedade de experimentos. Contudo, a Geodésia tinha alcançado um *status* privilegiado no pós-Segunda Guerra e sua utilidade militar justificava financiamentos e uma atenção redobrada dada pelas forças armadas dos EUA. Pois, com informações geodésicas era possível aumentar a precisão de mapas e de mísseis de longa distância, que estavam sendo desenvolvidos naquele tempo.

Mísseis mais precisos e mais mortais

O princípio de funcionamento de foguetes é bastante antigo, mas a visão deste artefato como uma arma de guerra foi concebida pelos norte americanos somente em 1916. Robert Goddard, professor de Física da Universidade de Clark, em Worcester, Massachussets, percebeu que os foguetes utilizados como sinais de iluminação podiam ser usados como armas, se lançados na direção do inimigo. O foguete tomado como arma, oferecia, também, a vantagem de causar danos ao inimigo sem que o agressor se expusesse de forma muito próxima a um ataque. Com o suporte de C. G. Abbott, secretário do *Smithsonian Institute*, o especialista em aerodinâmica do NBS, Edgar Buckingham, reconheceu o valor militar que o foguete possuía e agiu para que uma verba de $ 5,000.00, do *Signal Corps Funds*,fosse destinada ao desenvolvimento do artefato em 1918. Apesar de Goddard ter conseguido outra liberação no valor de $10,000.00 nos anos seguintes, a dificuldade em encontrar assistentes de pesquisa e a urgência do desenvolvimento de outros projetos fizeram com que a pesquisa sobre foguetes, para sua utilização como armamento, fosse arquivada nos EUA (COCHRANE, 1974, p. 205-206).

Ainda na perspectiva militar, o coronel Karl Emil Becker, doutor em Engenharia e Chefe da seção de munições do Exército alemão, alimentou a ideia de usar foguetes como armas de artilharia e imaginou que o desenvolvimento deste artefato podia ser uma possibilidade de romper com as restrições militares impostas pelo Tratado de Versalhes à Alemanha, já que a investigação científica de foguetes não sofrera impedimentos. Com as pesquisa feitas inicialmente por grupos amadores – que incluíam Werner Von Braun –, movidos pela ideia de viagens espaciais, o desenvolvimento de foguetes na Alemanha ganhou impulso através das ligações de cientistas com grupos políticos que ascenderam ao poder em 1933 e da manutenção do segredo de pesquisa ao longo de suas operações (NEUFELD, 1995, p. 6). A continuidade

do desenvolvimento de foguetes na Alemanha com base no suporte, nem sempre constante, que os nazistas deram ao grupo inicial de cientistas e o interesse por parte da *Luftwaffe* criaram as condições para que em 1935 um passo importante fosse dado e um local apropriado para pesquisas, testes e lançamentos fosse oficializado. Obviamente, todas estas ações estavam encobertas pela necessidade de segredo militar. O sinal verde para o início das construções das instalações em Peenemünde, no Norte da Alemanha, fora dado, mas apesar de o projeto alemão de mísseis ter estado muito à frente dos projetos de outros países nos anos 1930 e 1940, o problema de navegação dos artefatos se mostrou presente em todo este período, mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial.

A historiadora norte americana Deborah Warner, em um artigo em que analisa o processo histórico do desenvolvimento de aplicações de técnicas de medição de distâncias intercontinentais, fez menção às visões de Von Braun e de W. A. Heiskanen, geodésico finlandês, sobre a falta de dados sobre grandes distâncias terrestres e suas implicações para o avanço dos programas de mísseis no pós-Guerra. Von Braun afirmousobre as distânciascontinentaisque:

> One of the gravest handicaps in improving missile accuracy is the poor accuracy of the geodetic survey of a great portion of the globe [...] within continents the national survey grids are often poorly linked together [and this poor linkage alone] accounted for error in the V-2s of approximately 140 meters.[3]

Heiskanen tratou a questão das distâncias intercontinentais da seguinte forma:

> As recently as 1948 the coordinates of the Swedish system differed by more than 91 meters from the Danish coordinates for the same control point, and the French differed from the English about 182 meters. [...] No one knows how great are the difference between the geodetic systems of different continents.[4]

O que está evidenciado é que havia uma grande necessidade de informações sobre distâncias intercontinentais para serem utilizadas nos sistemas de navegação, que estavam sendo desenvolvidos nos anos 1930 – 1950, dos mísseis de longo alcance. O desenvolvimento do chamado *Intercontinental Ballistic Missile* (ICBM) foi um processo lento, no qual o aperfeiçoamento de combustíveis apropriados e o sistema de direção foram os maiores problemas enfrentados

[3] Uma das mais graves deficiências na melhoria da precisão dos mísseis é a baixa precisão do levantamento geodésico de uma grande parte do globo. [...] continentalmente, as redes nacionais de mapeamento são escassamente ligadas [e estas conexões ruins, sozinhas,] responderam por erros de aproximadamente 140 metros nos V-2s. (WARNER, 2000, p. 393), tradução nossa.

[4] Recentemente, em 1948, as coordenadas do sistema sueco diferiram mais do que 91 metros das coordenadas dinamarquesas para o mesmo ponto de controle, e as francesas diferiram das inglesas cerca de 182 metros. [...] Ninguém sabe quão grande é a diferença entre os sistemas geodésicos de continentes diferentes. (WARNER, 2000, p. 393), tradução nossa.

pelas equipes de pesquisa, desde os protótipos iniciais de projéteis de curto alcance. Os ICBMs começaram a ser construídos em projetos dos anos 1950 e 1960 pela *Air Force* norte americana (desvinculada do Exército dos EUA em setembro de 1947), mas as pesquisas básicas que os fundamentaram tiveram início décadas antes, onde observações de eclipses solares foram usados como forma de levantamento de dados geodésicos.[5]

O historiador norte americano Richard Hallion pôs o V-2 alemão na base dos programas de desenvolvimento de mísseis nos EUA e na União Soviética. Entretanto, as diferentes forças militares nos EUA apropriaram-se de forma distinta das experiências pessoais e materiais que o V-2 podia oferecer. Por outro lado, a recém-criada *Air Force* teve um grupo importante em seus quadros que, no imediato pós-Guerra, trabalhou no desenvolvimento de mísseis intercontinentais nucleares (HALLION, 1981, p. 116). Para além das questões sobre o aperfeiçoamento do sistema de direção dos ICBMs, havia a mudança na natureza da guerra, que ia poder ser conduzida a distância, sem a necessidade da presença de tropas em campos de batalha e com a possibilidade de emprego das recém-criadas ogivas nucleares.

Pelo exposto, fica evidente que o conhecimento de distâncias intercontinentais era bastante importante na visão militar. Isto ajuda a entender o grande envolvimento que militares dos EUA tiveram em observações de eclipses solares na década de 1940 e os problemas que eles herdaram dos pioneiros neste campo. Entre os problemas técnicos que os engenheiros enfrentavam no desenvolvimento de mísseis de longo alcance, a questão da precisão dos alvos aos quais os projéteis eram direcionados tinha relações com os dados fornecidos por estudos geodésicos. Nesta perspectiva, as aplicações dos resultados que o teste de Banachiewicz podia oferecer impulsionaram a criação de um projeto secreto por parte dos militares norte americanos envolvidos nas observações do eclipse em Bocaiuva.

Em 01 de abril de 1947, o Chefe da Sessão de Engenharia do Exército dos EUA recebeu um ofício secreto do coronel William M. Garland, do *Army Air Forces Headquarters*, que dizia o seguinte:

> In view of the present military interest in a world-wide geodetic datum from the standpoint of guided missile employment, it is suggested that a joint Engineer-Air Force project be established to investigate the possibilities of intercontinental astronomical-geodetical work during solar eclipses and […] as is practicable during the 20 May solar eclipse.[6]

[5] Os ICBMs têm um alcance de até 13.000 km. Já o raio de ação do IRBM, *Intermediate Range BallisticMissile*,varia entre 2.400 km à 6.400 km, enquanto o MRBM, *Medium range ballisticmissile*, podem alcançar de 800 km à 2.400 km. (HALLION, 1981).

[6] Na perspectiva do atual interesse militar em dados geodésicos mundiais, no ponto de vista do emprego de mísseis guiados, sugere-se que um projeto conjunto *Engineer-Air Force* seja estabelecido para investigar as possibilidades de um trabalho astronômico-geodésico intercontinental durante eclipses solares e, bem como, ver a possibilidade de sua realização, durante o eclipse do Sol de 20 de maio. Ver: Memorandum from Colonel William M. Garland to the Chief of Engineers. April 01, 1947. In: RG 342 – Entry P26 – Correspondence files – Box 3696, Folder: 361 – Geodetical Mission – (National Defense) – Solar Eclipse Expedition. NARA/ College Park – MD/ US, tradução nossa.

Ou seja, desde antes da ocorrência do eclipse total do Sol de 20 de maio de 1947, visível no Brasil, o Exército EUA já vislumbrava utilizar os dados de um experimento específico para o aperfeiçoamento de mísseis intercontinentais. Este interesse de militares norte americanos contou com a colaboração de uma rede de astrônomos e físicos, que prestaram auxílio dando sugestões quando consultados e se dispondo a se aproximar de astrônomos finlandeses, que possuíam a experiência e os equipamentos adequados para a realização desta observação.

Uma expedição para eclipsar a paz

O processo de organização da expedição para o eclipse de maio de 1948 teve sua fase crucial na ocorrência de uma conferência para seu planejamento em 29 de setembro de 1947. A minuta da conferência revela que o grande número de militares e cientistas presentes sabia que a intenção de utilizar um eclipse do Sol para realizar medições geodésicas era uma técnica ainda em teste, mas que tinha grandes chances de ter resultados positivos. Ao menos era o que eles esperavam. Os participantes ouviram as impressões de Lyman Briggs, John O'Keef, astrônomo da *Geodetic Division ofMapsofthe US Army*, e do almirante L. O. Colbert, do *United States Coast and Geodetic Survey*. O'Keef externou sua preferência pela técnica de Banachiewicz (àquela altura já tomada como técnica de Bonsdorff) e considerou que os resultados das mensurações poderiam ter uma precisão de cerca de 50 metros.

A proposta preliminar que a conferência elaborou teve as seguintes considerações iniciais:

> The development of new methods of warfare and of new methods of radio navigation involving very long distances has made it a matter of military necessity as well as of scientific interest to determine the distances between the great continental triangulation system of Europe, Asia and North America, as well as the lesser system in Africa, South America, and Asia. Two principal roads are open to us for such determinations: first, direct measurements; second, computation, using accurate values for the size and shape of the earth. The aim, in either case, is to make the determination of positions within a single triangulation system. At present relative positions over long distances within a single system are known with accuracy 6 – 9 meters. On the other hand, computed intercontinental distances may be in error by 182 to 213 meters, and possibly more, chiefly due to the inaccuracy of the present knowledge of the figure of the earth.[7]

[7] O desenvolvimento de novos métodos de guerra e de rádio navegação que envolvem grandes distâncias tornou-os uma questão de necessidade militar, bem como de interesse científico, para determinar as distâncias entre o grande sistema de triangulação da Europa, Ásia, América do Norte, bem como o sistema menor que há na África, América do Sul e Ásia. Dois caminhos principais estão abertos para tais determinações: primeiro, as medições diretas; segundo, cálculos utilizando valores precisos para o tamanho e forma da Terra. O objetivo, em qualquer caso, é fazer a determinação de posições em um sistema único de triangulação. Atualmente, posições relativas de longas distâncias dentro de um único sistema são conhecidas com uma precisão de 6 a 9 metros. Por outro lado, cálculos de distâncias intercontinentais podem ter um erro de 182 a 213 metros, sendo possivelmente

O objetivo público desta expedição era determinar as distâncias entre os sistemas de triangulação continentais dos EUA, Japão e Índia, e os ligar, como afirmou John O'Keefe (O'KEEFE, 1949, p. 168). Mas, o uso que os resultados da ligação entre os sistemas de triangulação podiam oferecer estavam sob o véu do sigilo e era *[...] to determine the relation of 1927 North American datum to the triangulation of the Far East without the necessity of connecting through eastern Siberia*.[8] Nesta lógica, o método de Banachiewicz era importante tendo em vista que os métodos tradicionais não eram capazes de estabelecer com grande precisão a distância entre dois locais separados por oceanos. Os métodos tradicionais davam a distância entre dois pontos continentais com uma acuidade que variava entre 6,1 metros a 9,14 metros de margem de erro. Já a precisão da distância entre dois pontos intercontinentais variava entre 213 metros ou mais de margem de erro. A expectativa era que o método Banachiewicz reduzisse a margem de erro para cerca de 50 - 60 metros.[9]

Com as observações do eclipse de maio de 1948, as autoridades científicas e militares dos EUA esperavam ser possível produzir conhecimento que podia ajudar a solucionar problemas no desenvolvimento de seu arsenal. De todo modo, astrônomos norte americanos trabalharam em conjunto com astrônomos japoneses em Rebun Jima, em 1948, e os resultados alcançados das observações ionosféricas circularam por agências cientificas e militares dos EUA.

O resultado científico final que foi alcançado pela missão da NGS para observar o eclipse anular de 1948 não foi tão bom. Nem todas as bases tiveram sucesso na determinação precisa dos momentos dos segundo e terceiro contatos do eclipse. Problemas com o equipamento em algumas estações e com o mal tempo em outras frustraram as esperanças dos expedicionários dos EUA. Todavia, as observações em Rebun Jima e nas Ilhas Aleutas foram um sucesso. Esta foi a primeira e última situação em que o Exército dos EUA se envolveu com observações de eclipses para tentar alcançar medidas geodésicas mais precisas, enquanto que a Forca Aérea norte americana se aliou a astrônomos finlandeses e norte americanos para continuar a empregar o método de Banachiewicz nos eclipses que ocorreram no anos 1950.

Documentação

Memorandum from Colonel William M. Garland to the Chief of Engineers. April 01, 1947. In: RG 342 – Entry P26 – Correspondence files – Box 3696, Folder: 361 – Geodetical Mission –

maior, devido principalmente à imprecisão do conhecimento sobre a figura da Terra. Ver: Preliminary proposals for observations of the 1948 eclipse to furnish a basis for discussion at conference of 29 Sept 47. In: RG 331, Box 7422, Folder: Eclipse of Sun 1947. NARA/ College Park – MD/ US, tradução nossa.

[8] [...] determinar a ligação do sistema de informações norte americanas de 1927 ao sistema de triangulação do Extremo Oriente sem a necessidade de conectá-los através da Sibéria. Ver: Preliminar proposals for observations of the 1948 eclipse to furnish a basis for discussion at conference of 29 Sept 47. In: RG 331, Box 7422, Folder: Eclipse of Sun 1947. NARA/ College Park – MD/ US, tradução nossa.

[9] Memorandum from Harry Kelly to General W. F. Marquat. January 12, 1948. In: RG 331 - Entry 2, Box 7431, Folder: Eclipse [26]. NARA/ College Park – MD/ US.

(National Defense) – Solar Eclipse Expedition. NARA/ College Park – MD/ US, tradução nossa.

Memorandum from Harry Kelly to General W. F. Marquat. January 12, 1948. In: RG 331 - Entry 2, Box 7431, Folder: Eclipse [26]. NARA/ College Park – MD/ US.

Preliminary proposals for observations of the 1948 eclipse to furnish a basis for discussion at conference of 29 Sept 47. In: RG 331, Box 7422, Folder: Eclipse of Sun 1947. NARA/ College Park – MD/ US, tradução nossa.

Bibliografia

BONSDORFF, Ilmari. Adjustment of the Baltic polygon of the Baltic Geodetic Commission. **Bulletin Geodesique**. Vol. 22, Issue 1, 01/ 1949, p. 45-46.

CANALES, Jimena. The "cinematographic turn" and its alternatives in nineteenth-century – France. **Isis**, Vol. 93, nº 4 (December 2002), p. 585-613.

COCHRANE, Rexmond C. **Measures for progress: a history of the National Bureau of Standards**. Washington D.C.: Department of Commerce, 1974.

HALLION, Richard. "The development of American Launch Vehicles since 1945." In: HANLE, Paul. CHAMBERLAIN, Von Del (editors). **Space Science comes on age. Perspectives in the History of Space Sciences**. Washington: National Air and Space Museum. 1981, p. 115-134.

KAKKURI, Juhani. **Geodetic research in Finland in the 20th Century**. Disponível em http://www.uni-stuttgart.de/gi/institute/ehrendoktor/kakkuri/festschrift.pdf. Página da Internet consultada em 10 de novembro de 2011.

LÚCIO, Álvaro. O eclipse do Sol em Bocayuva. **Revista da Escola de Minas**. Ano XII, nº 3, julho de 1947, p. 31-35.

NEUFELD, Michael. **The Rocket and the Reich – Peenemünde and the coming of the Ballistic Missile Era**. New York: The Free Press, 1995.

O'KEEFE, John. The National Geographic Society 1948 Eclipse Expedition to Rebun Jima. **Surveying and Mapping**. Washington: Imprenta Washington, Number 9, 1949.

PIEGZA J. The use of Solar Eclipse for Investigations on the Figure of the Geoid. **The Observatory**. 66, 77, June 1945.

WARNER, Deborah. From Tallahassee to Timbuktu: cold War efforts to measure intercontinental distances. **Historical Studies in the Physical and Biological Sciences**. Vol. 30, Part 2, 2000.

A Prática Astronômica entre os Militares e o Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827-1870)

Prof.ª Ms.ª Olivia da Rocha Robba (UFRJ)[1]

O registro de observações astronômicas no Brasil remonta ao seu descobrimento, com a carta do Mestre João, que integrava a frota de Pedro Álvares Cabral, que junto com a Carta de Pero Vaz de Caminha, arquivados na Torre do Tombo em Lisboa, constituem os primeiros registros da presença portuguesa em nosso território. Ao longo da colonização, inúmeros registros como de observações astronômicas feitas por jesuítas e da construção do primeiro observatório astronômico do Brasil e de todo o hemisfério sul pelos holandeses na Capitania de Pernambuco em 1639 demonstra que, ainda que através de iniciativas particulares, a observação dos astros foi uma prática constante e ainda pouco pesquisada pelos historiadores da ciência.

Contudo, o ensino de astronomia de nível superior no Brasil só foi possível em meados dos oitocentos, após a chegada da família real portuguesa em 1808, que transferiu a Academia de Guardas-Marinhas[2] (AGM), onde eram formados os militares da Marinha, para a nova sede da corte e incluía o ensino e prática astronômica no currículo de formação de seus alunos do 3º ano, e com a criação da Academia Real Militar (ARM) por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o primeiro Conde de Linhares, destinada à instrução e profissionalização dos militares do Exercito, em 1810.

Inspirada na *École Polytechnique de Paris*, a ARM possuía um currículo onde disciplinas como matemática, física, química, metalurgia, mineralogia e história natural se sobressaiam às disciplinas militares como tática, fortificação e artilharia:

> Tratava-se na verdade, da expressão da preocupação de D. Rodrigo em profissionalizar e racionalizar o Exército e, de outro, a ideia de que os conhecimentos necessários aos oficiais das forças de terra, como também do mar, passavam pelo domínio de várias ciências. (DUARTE, 2003, p. 241)

No entender de D. Rodrigo, a preservação da colônia era imprescindível à soberania de Portugal. E através do decreto de criação, é possível perceber que a concepção de ciência moderna presente na elaboração do estatuto da academia real militar, através da qual a idéia

[1] Mestre em história das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pelo PPG HCTE/UFRJ. Orientada pelo Prof. Dr. Antônio Augusto Passos Videira (UERJ/HCTE/PEMAT, CNPq). E-mail: oliviarobba@gmail.com

[2] Quem tiver maior interesse sobre a transferência e construção da AGM no Brasil durante a primeira metade do século XIX, ler a Dissertação de Mestrado "A Real Companhia e Academia de Guardas-Marinha: Aspectos de uma instituição militar na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839", defendida por Carlos André Lopes da Silva em 2012, no PPGHIS/UFRJ.

de ciência, política e guerra não se desvinculavam. Estavam intrinsecamente atrelados aos interesses do Estado.

Tais conhecimentos se tornaram imprescindíveis para a manutenção e acessos aos domínios do vasto império ultramarino português e, portanto, se tornaram essenciais para a formação de navegantes, cartógrafos, geógrafos e demais quadros que atuaram na administração portuguesa. Também favoreceu o surgimento de uma cultura científica voltada para os interesses nacionais e para o uso da ciência como forma de afirmação do Brasil enquanto nação e a sua inserção no concerto nas nações (LOPES, 2009, p. 30).

A academia tinha duas finalidades: a formação de engenheiros e militares. Suas aulas tiveram início no ano seguinte no mesmo local em que funcionava a Real Academia de Artilharia, Fortificação e desenho, criada em 1792 no Rio de Janeiro e, a partir de 1812, suas instalações foram transferidas para o Largo de São Francisco de Paula.

No que se refere à estrutura física da Academia Militar, os estatutos que modificaram a ARM desde a sua criação em 1810 já previam que a mesma deveria ter um observatório astronômico. no título quinto do estatuto de criação da ARM em 1910, que determina as "aulas e casa para os instrumentos" consta o seguinte:

> A Junta Militar me proporá no local que mando agora destinar para a Academia Militar, o número de aulas, que poderão estabelecer-se, e aquelas, que como observatório, e gabinete mineralógico, poderão ser situadas fora do mesmo local, para se poderem dar as lições nos próprios lugares, onde se fazem as observações, e onde se mostram os produtos que se devem fazer conhecer. Igualmente me proporá aquela aula, onde deverão executar-se as demonstrações das experiências de física, e de química, assim como o local, onde deverão guardar-se os instrumentos, que servirem para as medidas geodésicas, como os do observatório, gabinete de física (...).

Portanto, desde a sua criação, seus estatutos já determinavam existência de um observatório e atribuía a uma Junta Militar a obrigação de propor o local destinado às aulas do Observatório, bem como tudo o que fosse necessário para bom funcionamento do mesmo, assim como os demais gabinetes e laboratórios "sejam servidos com toda a exação e decência", bem como levar ao conhecimento do imperador tudo o que achar conveniente para adiantar seus estudos.

O estatuto de 1810 vigorou até uma sucessão de reformas (1832, 1833, 1839, 1842 e 1845) visando suprir as deficiências não apenas na administração como também no ensino até ter o ensino militar separado do civil com a Criação da Escola Central (EC), em 1858.

De acordo com seus estatutos, o Observatório Astronômico deveria ficar sob a direção do lente do 4º ano do curso de matemática, o mesmo responsável pelas aulas de cálculos astronômicos e geodésicos, pelo qual receberia uma gratificação anual.

Ainda que nos primeiros anos de funcionamento da ARM a precariedade de recursos, laboratórios e materiais para a realização dos exercícios práticos e até mesmo de professores qualificados representasse um óbice ao funcionamento regular dos cursos, haviam professores engajados e que colaboravam ativamente para a consolidação do ensino ministrado. Dentre eles, merece destaque a atuação de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães[3], formado na Academia Real de Marinha em Lisboa, lente do 4º ano e por isso, responsável pelo ensino de Astronomia e Geodésia, que redigiu o primeiro manual voltado para o ensino de Astronomia para os alunos da ARM: *Elementos de Astronomia para uso dos alunos da Academia Real Militar*[4], publicado em 1814.

O Imperial Observatório do Rio de Janeiro (IORJ)

O ensino da Astronomia, que ao longo de parte do século XIX ficou a encargo dos militares, estava voltada para a profissionalização dos quadros da Armada, onde as observações astronômicas eram de suma importância para a navegação; e do Exército, onde os alunos da Escola Militar aprendiam a determinação das latitudes, longitudes e demarcação dos limites do território nacional.

O IORJ cumpria dupla função: o ensino prático dos alunos da Escola Militar e da Academia de Marinha em Astronomia; e a prestação de serviço geodésico, meteorológico e acompanhamento das efemérides astronômicas. A astronomia ali praticada, baseada em cálculos matemáticos (Astrometria), tinha como fim a determinação de coordenadas para a orientação em terra e no mar, assim como a determinação da trajetória de planetas e demais astros celestes.

[3] Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838). Embora tenha sido aprovado para o curso de Matemática da Universidade de Coimbra não pode fazê-lo por falta de recursos. Completou os estudos na Academia de Marinha, em Lisboa, onde logo ocupou o cargo de lente substituto e depois, de professor honorário. Voltou para o Brasil em 1805 com o Conde da Ponte e foi transferido para o corpo de Engenheiros como Capitão e nomeado Lente da Academia de marinha por influência do Conde de Linhares e após, transferido para a Academia Militar da Corte em 1812. Reformou-se Brigadeiro em 1830. Segundo Sacramento Blake foi autor das seguintes Obras: "Curso Elementar e completo de Mathemática Pura" (1800); "Explicação da formação e uso das táboas logarithimicas pelo abade" (1800); "Tratado Elementar de Anályse Mathemática" (1802); "Elementos de Geometria, por A. M. Legendre" (1809); "Elementos de Geometria, por Eduardo Euler" (1809); "Elementos de Geometria, por A. M. Legendre" (1809); "Variação dos triângulos esphéricos" (1812); "Complemento dos elementos de álgebra de Lacroix" (1813); "Tratado dos elementos de trigonometria retilinea e esphérica e da aplicação da algebra à geometria por Lacroix" (1821); "Geometria e mecânica de offícios das belas-artes" (1835). BLACKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario Bibliográphico Brazileiro; Imprensa Nacional, 1895. V. 6. pág. 71-75.

[4] Disponível para consulta na Biblioteca de Obras Raras do Centro de Tecnologia da UFRJ. Localização: 520 G963.

Criado através do decreto de 15 de outubro de 1827, elaborado pelo Capitão do Corpo de Engenheiros e Lente da ARM Cândido Batista de Oliveira[5][6], assinado por D. Pedro I com o fim de concretizar o estatuto de criação da ARM, idealizado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Observatório Astronômico, desde a sua idealização, tinha como objetivo principal ser um espaço destinado à instrução e profissionalização de militares[7].

O referido decreto é omisso a respeito do local adequado para o seu funcionamento, informando apenas que deveria ser criado "no lugar que se julgar mais apropriado" e que lhe seria destinado a verba anual de quatro contos de réis. Não definiu sua organização, os fins específicos, número de funcionários e prerrogativas a serem seguidas, deixando a cargo dos "lentes da Academia Militar e de Marinha com o Corpo de Engenheiros".

No ano seguinte foi formada uma comissão composta conjuntamente por militares da ARM e da AGM, que também contava com a participação do Lente Cândido Batista de Oliveira, autor do projeto de lei para a criação do Observatório, com o objetivo de determinar o lugar mais apropriado à sua construção, contudo, as divergências entre os membros da Comissão formada pelos lentes Maximiano Antônio da Silva Leite[8] da AGM, e Eustáquio Adolfo de Melo Matos[9] e Cândido Batista de Oliveira, membros do Corpo de Engenheiros da ARM, expressa nos dois relatórios produzidos revelam que os militares da Armada e do Exército tinham objetivos distintos a respeito da sua localização e funcionamento.

Os planos de se construir um Observatório na Corte, seja pela falta de recursos ou pela indiferença, caiu no esquecimento. Apesar das aulas de astronomia continuarem a ser ministradas para os militares da corte, a documentação se silencia a respeito dos motivos que

[5] Cândido Batista de Oliveira (1801-1865). Bacharel em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra (1824). Na Escola Politécnica de Paris foi discípulo de François Jean Dominique Arago. Em 1827 foi nomeado lente da Escola Militar onde seria, mais tarde, assumiria a Cátedra de Mecânica Racional. Sua atuação política junto ao Partido Conservador lhe garantiu o mandato como Deputado pelo Rio Grande do Sul. Foi inspetor geral do Tesouro Nacional. Assumiu o Ministério da Fazenda e Negócios Estrangeiros (1839). Em 1844 foi nomeado como Ministro da Marinha, onde foi o responsável pela criação do corpo de fuzileiros navais. Em 1848 atuou no levantamento topográfico da fronteira sul do Brasil; Foi conselheiro de Estado, diretor e presidente do Banco do Brasil, diretor do Jardim Botânico (1850) Senador do Império (1849-1865) pela província do Ceará e sócio do IHGB. BLAKE, Augusto Victoriano Alves do Sacramento. Dicionários Bibliográphico Brazileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1883. V. 2, 24-26. Ver também: "Cândido Batista de Oliveira e seu papel na Implementação do Sistema Métrico Decimal no Brasil". MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARANI, Luisa. Revista Brasileira de História da Ciência. 1997. nº 18, pág. 1-16.

[6] BN - DIÁRIO DA CÂMARA DOS SENADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL (1826 1833). Nº 35. 1927. Sessão de 19 de julho de 1827. Registro da ata da sessão anterior, do dia 18 de julho de 1927.

[7] A criação do IORJ como parte das instalações da ARM com o fim de profissionalizar os militares do Exército e da Armada foi tema da minha dissertação de mestrado pelo PPG HCTE. "Entre a Prática de Ensino e os afazeres militares: A construção do Imperial Observatório do Rio de Janeiro (1827-1870)", defendida em 2011.

[8] Maximiano Antônio da Silva Leite (último quartel do séc. XVIII -1844). Militar da Armada, onde alcançou o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra. Autor do Compêndio para a AGM "Arte de balística naval demonstrada e outros conhecimentos sobre a artilharia e mais armas em uso abordo dos navios de guerra." (1840). A seu respeito, Sacramento Blake, em seu Dicionário Bibliográfico, fez constar o seguinte: "Estudou na academia militar, capitão do 3º batalhão de brigada de marinha, nomeado Lente de Matemática da Academia de Marinha em 16 de dezembro de 1822. Em 26 de abril de 1824 foi transferido para a cadeira de Artilharia. Jubilado a 18 de janeiro de 1844". BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográphico Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. V. 6, pág. 263.

[9] Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros que se destacou como Diplomata brasileiro.

teriam feito cessar a comissão para a criação do Observatório Astronômico até a segunda metade do oitocentos.

Um novo esforço com o intuito de retomar a organização dos instrumentos necessários e criação das condições para o funcionamento do IORJ se deu em 1842, após a nomeação do lente Pedro de Alcântara Bellegade[10] como Diretor de Exercícios Práticos, que no torreão inacabado da Escola Militar realizou as primeiras observações na condição de Diretor Interino do Observatório Astronômico e atentou para a importância da criação do Observatório Astronômico para a formação dos futuros oficiais daquela instituição.

Já em outro ofício datado de 3 de novembro de 1841 do Diretor da Academia Militar Salvador José Maciel destinado ao Ministro da Guerra José Clemente Pereira já demonstrava interesse na construção do Observatório Astronômico e que o seu período de inatividade é menor do que aponta a historiografia. E também desmistifica a ideia de que somente a partir de 1845, por iniciativa do Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho é que se "deve o primeiro esforço sério para dar execução à fundação do Observatório Nacional" (MORIZE, 1987, p. 47) por ser:

> da maior importância que os alunos da Escola Militar adquiram o uso das observações astronômicas, assim como as necessárias para o desempenho de todas as práticas e trabalhos topográficos, a fim de saber representar todos os acidentes e circunstâncias de qualquer terreno, torna-se indispensável que se organize este importante ramo de instrução durante as férias (…) julgo proveitoso que haja um lente para o ensino das observações e cálculos astronômicos[11].

Ao que tudo indica, tal solicitação foi atendida, pois nos ofícios referentes às atividades da Academia Militar no ano de 1842, Bellegarde já atuava como Lente Encarregado do Observatório e mandando "dar as providências que julgar necessárias para poder dar andamento regular ao observatório", adquirir "instrumentos e livros que me parecem indispensáveis para montar o observatório" e a nomeação do "Engenheiro Civil José Albano Cordeiro para ajudante preparador do Observatório", o que foi aprovado pela congregação de lentes.

A partir de então, na Direção do IORJ se sucederam quatro lentes da Academia Militar e de Marinha, que se tornaram responsáveis pela construção, aquisição de instrumentos, elaboração dos estatutos e ampliação e consolidação do IORJ.

[10] Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864). Doutor em Mathemáticas, Marechal de Campo, Lente Jubilado da Escola Militar, Vogal do Conselho Supremo Militar. Sócio-Fundador do IHBG, da Sociedade de Antiquários do Norte e outras associações de letras. Aos 13 anos de idade assentou praça no Exército. (...) Lente de Matemática e Fortificação em Angola. Em 1834 foi nomeado lente substituto da Escola Militar, onde alcançou o cargo de Diretor. Também ocupou o cargo de Lente da Escola de Architetura da província do Rio de Janeiro. Escreveu as seguintes obras: "Compêndio de Matemática Elementar" (1841); Compêndio de Mecânica Elementar Applicada" (1859) e "Compêndio de Topografia" (1839). BLAKE, Augusto Alves Sacramento. Diccionário Bibliográphico Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Vol. 7. pág. 8-11.

[11] AN - Série Guerra, IG³18, 1841 a 1846. REL.1A.

O francês Antônio Eugênio Fernando Soulier de Sauve, lente substituto de Física da Escola Militar assumiu o cargo de Diretor do Observatório Astronômico de 1845 a 1850.

Entre as suas primeiras atribuições esteve a inspeção dos instrumentos disponíveis e apresentando uma relação daqueles necessários para o pleno funcionamento do Observatório. Além disso, criou o primeiro Regulamento do IORJ, além do projeto de elaboração dos trabalhos astronômicos e meteorológicos ali realizados.

Constatada a inadequação do torreão da Escola Militar para a construção de uma cúpula e a acomodação dos instrumentos, foi formada a "Comissão Geodésica" composta inicialmente por Cândido Batista de Oliveira, que mais uma vez participou ativamente na a concretização do seu projeto de construção de um Observatório Astronômico e Pedro de Alcântara Bellegarde[12], que receberiam uma gratificação de cem mil réis[13] para integrar a Comissão que teria "o objetivo de reconhecer o terreno e os principais pontos para fazer a triangulação" e elaborar um relatório informando o local mais adequado para a construção do Observatório.

Não é possível precisar o dia em que o Observatório foi transferido para o Morro do Castelo. Contudo, mesmo antes da conclusão das obras de reforma e ampliação das instalações Igreja que o acomodaria, os documentos demonstram que em 1848 Soulier de Sauve já residia no Largo do Castelo, onde os instrumentos adquiridos para a sua criação também estavam acomodados e recebia alunos em sua residência para as lições de Astronomia, como indica o ofício do dia 9 de março daquele ano destinado ao Diretor da Academia Militar João Paulo dos Santos Barreto, onde afirma que foi informado pelo "Lente Diretor do Observatório Astronômico que apesar de não se achar ainda pronto o edifício desse estabelecimento, pretende dar este ano na casa da sua residência no Largo do Castelo as lições do Observatório".

Soulier de Sauve permaneceu na direção do IORJ até 9 de agosto de 1850, data da sua morte, e foi substituído pelo Conselheiro Antônio Manoel de Mello[14], que ocupou sua direção por 15 anos (1850-1865).

A partir do ano de 1852 foi publicado o primeiro número das "Ephemérides do Imperial Observatório"[15] e os "Annaes Meteorológicos do Rio de Janeiro"[16] do Rio de Janeiro para o ano de 1843 pela Typografia Nacional.

[12] AN. Aviso de 1º de Dezembro de 1843 com a nomeação pela congregação em conjunto com Candido Batista de Oliveira e Pedro de Alcântara Bellegarde.

[13] AN. Aviso de 29 de novembro de 1846 do Diretor Interino Firmino Heculano de Moraes a Soulier de Sauve.

[14] Antônio Manoel de Mello (1802 – 1866). Segundo o Sacramento Blacke em seu Dicionário Bibliográfico, "Doutor em Mathemáticas pela antiga Academia Militar, foi nela lente substituto de pontes e calçadas, depois cathedrático e lente da escola de arquitectos na Província do Rio de Janeiro. Comandante Geral de Artiharia no Exército em Operações. Antes disso exercera diversos cargos, como vice-diretor da Fábrica de Pólvora de Ipanema em 1834, Diretor de Obras Civis e Militares da Marinha em 1847; Mestre em Astronomia da princesa imperial e sua augusta irmã; Ministro da Guerra duas vezes. Conselheiro do Imperador, Grã-Cruz da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Roza e da de São bento de Aviz; Sócio do IHGB". Além da elaboração de diversos relatórios, Escreveu os "Annaes Meteorológicos do Rio de Janeiro", as "Ephemérides do Imperial Observatório do Rio de Janeiro" para os anos de 1853 a 1858 e a "Revista Brazileira". BLAKE, Augusto Victoniro Alves Sacramento. Dicionário Bibliográphico Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1895. Vol. 1. pág. 252.

[15] Disponível para consulta no setor de periódicos da BN. Localização: PR_SOR_06247. Rolo 1 (1853-1856) e Rolo 2 (1857- 1860).

[16] Disponível para consulta no setor de periódicos da BN. Localização: 1,228,04,30 (1851 a 1856).

No ano de 1858, foi organizada uma expedição para a observação do eclipse do sol em Paranaguá, no Paraná, marcado para o dia 7 de setembro, composta pelo Senador e Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, quatro oficiais do exército e ajudantes do Observatório, além da presença de Emmanuel Liais, astrônomo do Observatório de Paris e que viria a sucedê-lo anos mais tarde. Houve um outro eclipse no ano de 1852, contudo não há registros de que o IORJ tenha se interessado em organizar uma expedição de observá-lo com fins científicos. O resultado dos trabalhos realizados nesta expedição foi publicado no "Comptes Rendus" da Academia de Ciência de Paris e é considerado a primeira publicação internacional do Observatório (VIDEIRA, 2007, p. 17).

A partir do ano de 1863, ao assumir novamente o Ministério da Guerra, ele passou a precisar se ausentar constantemente da Direção do Observatório, motivo pelo qual, em 1865 foi substituído interinamente pelo Capitão Joaquim Curvelo D'Ávila, 1º ajudante do IORJ.

O Capitão-Tenente da Armada Antônio Joaquim Curvelo D'Ávila, que já havia participado das expedições de Observação do Eclipse do Sol de 1858 e ocupou interinamente o cargo de Diretor do IORJ em duas ocasiões distintas, ocupou este cargo de 1865 a meados de 1850.

Durante a sua gestão, os cargos de Ajudantes do Observatório, que só poderiam ser ocupados por alunos do 4º ano, passaram a ser preenchidos por concurso por força do decreto nº 457, de 22 de julho de 1846.

Foi nesse período também que o Observatório organizou uma nova expedição para observar o eclipse total do sol que ocorreu no dia 25 de abril de 1865, na cidade de Paraíba, atual João Pessoa.

Contudo, o esforço de organizar uma expedição, mesmo com a falta de pessoal e de recursos provocados pelo envolvimento na guerra, demonstra que o IORJ não se descuidou de marcar presença e registrar a importância desde momento como de grande importância para o desenvolvimento da ciência no Brasil.

Curvello D'Ávilla ocupou o cargo de Diretor do IORJ até o dia 7 de julho de 1870, data de sua morte, quando foi substituído interinamente na Direção pelo Capitão-Tenente da Armada João Carlos de Souza Jacques.

Apesar de não ser citado na historiografia sobre a história do IORJ e do curtíssimo período em que assumiu interinamente o cargo de Diretor, Souza Jacques manteve os trabalhos diários de observações meteorológicas e astronômicas até o astrônomo francês assumir o cargo de Diretor do IORJ.

Embora Liais tenha sido nomeado Diretor do IORJ através da portaria de 26 de agosto de 1870, ele não assumiu o cargo imediatamente, motivo pelo qual o Capitão Souza Jacques permaneceu interinamente no cargo até o final de 1870. No dia 3 de janeiro de 1871, em virtude do decreto nº 4664[17], que criou a Comissão das Longitudes, também deixou de ter assentamento na EC.

[17] Decreto nº 4664, de 3 de Janeiro de 1871. Cria uma Comissão Administrativa no IORJ sob o nome Comissão das Longitudes e provoca o seu desligamento da EC.

A partir da gestão do astrônomo francês Emmanuel Liais[18], o Observatório adquiriu maior autonomia e se desvinculou do Ministério da Guerra, adotando novas prerrogativas em seu funcionamento. Contudo, isso não significa que tenha cessado a presença e o interesse dos militares pelo IORJ, o que se estenderá por todo o restante do século XIX, inclusive, seu sucessor, o astrônomo Belga Luís Cruls também era militar, e perdurará por boa parte do século XX.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foi possível observar o forte vínculo entre a prática astronômica ao longo do século XIX no Brasil e as atividades militares. Quem pretende estudar a história do IORJ e os seus primeiros anos de existência não pode ignorar que este, desde seu princípio, estava ligado ao Ministério da Guerra e foi de grande relevância para a instrução e profissionalização de militares, que dependiam de seus instrumentos para o aprendizado do cálculo das latitudes e longitudes, obtenção da hora certa, cálculo da posição dos astros e observação das efemérides.

Em contrapartida, foi graças aos recursos e dos esforços de militares que foi dado o primeiro impulso para a sua real existência e a sua sobrevivência ao longo da segunda metade do oitocentos.

A construção do IORJ, que em seus primeiros anos "existiu apenas no papel", não pode ser analisado dissociadamente do seu contexto de criação e do fato de que era destinado, a princípio, à instrução dos oficiais militares, cuja formação tinha um caráter predominantemente científico desde a criação da ARM, em 1810, até meados do século XIX.

O processo de construção do IORJ foi marcado por longos períodos de estagnação e tentativas frustradas de equipá-lo, de encontrar um local apropriado ao seu pleno funcionamento e disputas internas, o que não se encerrou no período em questão, mas se estendeu por todo o oitocentos e início do século XX, até ser finalmente transferido para o Morro de São Januário, em São Cristóvão, na década de 1920.

Em síntese, ao analisar a conjuntura específica da criação do IORJ, cuja construção foi atrelada ao ensino militar da corte, é possível verificar que este foi um aspecto marcante na sua configuração, que acompanhou o desenvolvimento institucional e consolidação da ARM e são reveladores a respeito dos componentes simbólicos e culturais que constituíam esse espaço específico de produção e difusão do saber.

Por sua orientação original e mesmo pela natureza do seu ensino o IORJ deve ser considerado uma instituição fundamental para a implantação de uma ciência nacional, voltada para as necessidades locais e afirmação da ciência astronômica neste país.

[18] Que foi objeto das dissertação de Mestrado pela UFF (1998) "O encontro do rei com Vênus: A trajetória do observatório do Castelo no ocaso do império" e mais especificamente na tese de Doutorado da Christina Barboza, pesquisadora do MAST, "Tempo bom, meteoros no fim do período: uma história da meteorologia em meados do século XIX através das obras de Emmanuel Liais", defendida em 2002 pela USP.

Documentação

Carta-Régia de 4 de dezembro de 1810, Reproduzida na *Revista* da Escola Nacional de Engenharia, nº 1 em 1940, pp.9-30.

Decreto de 15 de outubro de 1827. Collecção das Leis do Império do Brazil. 1827. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Crea um Observatório Astronômico. Pág. 65.

Bibliografia

CUNHA. Beatriz R da Costa. Doutores ou soldados? O debate sobre o ensino militar no Império. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 89, nº222, p.352-364. maio/ago 2008.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. **Da Real Academia à Escola Militar: A Profissionalização das Armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil, 1810-1855**. Tese de Mestrado, UERJ, IFCH. Rio de Janeiro, 2004. 186p.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Brasília, DF: Ed UNB, 2009. 369p.

MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Salamandra, 1987. 179p.

OLIVEIRA, José Carlos. **D. João VI: Adorador do Deus das Ciências?** Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1985.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **História do Observatório Nacional: a persistente construção de uma identidade científica**. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007. 180p.

SESSÃO 12
História Militar: A Arte da Guerra no Século XIX e na I Guerra Mundial

Onde está a História Militar? Uma Breve Discussão acerca dos Limites do Campo

Prof. Esp. Cesar Machado Domingues (UNIRIO)[1]

Já vai longe o tempo em que se podia relacionar, sem contestação, a História Militar com um campo de interesse exclusivo de militares profissionais, ou como produção obrigatoriamente associada a uma história factual, desprovida de análise e alheia a interdisciplinaridade que renovou a produção historiográfica ao longo do século passado.

Atualmente, a chamada Nova História Militar se ocupa de muito mais do que apenas com a tradicional "história batalha". Esta corrente historiográfica, baseada em novos conceitos, ampliou a abrangência do campo da História Militar e atualmente se envolve em temáticas diversas, interagindo com outros campos da História e outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Arqueologia, entre outros.

Por outro lado, o fenômeno da guerra nem sempre está presente nos trabalhos e pesquisas da chamada "Nova História Militar", e isso leva a uma discussão sobre os limites desse campo específico da História. Cabendo ressaltar, no entanto, que não se pretende aqui perder de vista o fato da escrita da História ser feita por uma interação de fatores e que, como afirma José D'Assunção Barros, "uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo" (BARROS, 2004, p.15).

Desde Heródoto e Tucidides – quando a história se limitava à narrativa das ações heróicas, mitológicas ou humanas – até os dias atuais, a historiografia passou por profundas modificações, tanto metodológicas quanto epistemológicas, na forma de ser produzida.

Durante muito tempo, a chamada *História Tradicional,* produzida de forma narrativa, factual e linear, se manteve no centro da produção historiográfica e, no seu bojo, as Guerras tinham um papel bastante destacado, senão predominante.

Como afirma Francisco Falcon foi somente a partir de 1929/30, com o surgimento da Escola dos Annales, é que se pode dizer que "começou de fato o declínio da história política" (FALCON, 1997, p.68), e juntamente com ela, o da História Militar. Associadas, por seus detratores, com a maneira tradicional de se fazer história e tachada de *événementielle,* ou seja, meramente factual e, assim sendo, desprovida da capacidade de compreender o homem no seu tempo e a totalidade social defendida pelos *Analles.*

A História Militar caiu em descrédito e só recentemente viria a recuperar sua credibilidade junto aos meios acadêmicos. Entretanto, esse declínio deve ser relativizado, pois assim como o declínio da História Política, foi essencialmente um fenômeno francês, que só

[1] Pós-graduado em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Gama Filho; Editor da Revista Brasileira de História Militar; Pesquisador do NEPHIM – IGHMB.
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

lentamente encontrou eco em outros países. Além disso, se encararmos o aspecto editorial, veremos que a História Militar se manteve como um dos principais temas do que foi publicado e, freqüentemente lido, como História pelo mundo afora.

Como disse Jacques Julliard:

> Nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico do que o dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções (JULLIARD, 1976, p. 182).

Além disso, episódios militares permanecem com tema central, nas mais diversas produções culturais, seja no cinema, teatro, televisão e literatura, o que ressalta a pertinência de sua manutenção como objeto de estudo dos historiadores e seu uso em sala de aula, como forma de ampliar a compreensão do mundo em que vivemos.

Nas últimas décadas do século XX, questões sobre Guerra, Diplomacia, Instituições e até mesmo biografias de líderes políticos, voltam a despertar o interesse dos historiadores. Também ganham destaque às relações entre diversos tipos de grupos sociais.

Atualmente, a chamada *Nova História Militar* se ocupa de muito mais que apenas com a guerra em seu sentido tradicional. Esta corrente historiográfica, baseada em novos conceitos, ampliou a abrangência do campo da História Militar e atualmente se envolve em temáticas diversas que incluem interações com a História Social, Econômica, Cultural e etc.

Por outro lado, o fenômeno da guerra nem sempre está presente nos trabalhos e pesquisas da chamada "Nova História Militar", e isso leva a uma discussão sobre o que poderia – ou deveria – ser entendido como História Militar e qual a diferença entre uma História Militar e uma História dos militares.

Na História Militar, como em qualquer outra temática, devemos considerar os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais que influenciam diretamente os conflitos. No entanto, reconheço que, embora a realidade não possa ser despida de toda sua complexidade, a compartimentação é um recurso metodológico válido na abordagem de determinado objeto. Porém, reconhecer a validade desse recurso metodológico não significa que o historiador possa desconsiderar ou ignorar os fatores que interagem e interferem com seu objeto de estudo.

O renomado historiador inglês John Keegan chega a afirmar textualmente que "A História Militar tem, em última análise, que tratar da batalha" (KEEGAN, 2000, p.30). Mesmo considerando que a afirmação seja um tanto exagerada, acredito que a Guerra é a essência da História Militar e que, mesmo tendo os militares como objeto, uma produção historiográfica não necessariamente deva ser definida como História Militar.

Cabe também ressaltar que, embora a análise e a compreensão de uma guerra não possam se limitar às suas batalhas, a análise das suas batalhas é fundamental para a compreensão de

uma determinada guerra. Além disso, entendemos que é no estudo da batalha que o historiador percebe de forma mais intensa a presença humana num conflito e, como disse Marc Bloch: "Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou as máquinas), por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e das instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a História quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição, já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja a carne humana, sabe que ali está a sua caça" (BLOCH, 2002, p.54).

Por sua vez, mesmo a Guerra, deve ser entendida como um fenômeno mutável e dinâmico, variando no tempo e no espaço, e entendido de forma diversa por variadas culturas e sociedades. Assim sendo, cabe a quem se aventura no campo da História Militar, trabalhar o conceito de Guerra como um conceito histórico relativo e instrumental. Aliás, como deve fazer qualquer historiador, com qualquer conceito que pretenda utilizar.

Hoje em dia é notável a renovação da investigação da História Militar no Brasil, que há muito transcendeu os limites das instituições militares, onde esteve retida durante muito tempo, sendo crescente o interesse pelo assunto nos meios acadêmicos.

Essa renovação e esse interesse crescente podem ser identificados: pela criação, no final do ano de 2000, de um curso de pós-graduação em História Militar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO; por diversos grupos de pesquisa; pelo lançamento de diversas obras relacionadas ao tema, não só pela tradicional Biblioteca do Exército Editora - Bibliex, mas por editoras comerciais e acadêmicas, e por periódicos, que progressivamente ampliam a divulgação dos trabalhos relacionados a História Militar, tanto de obras clássicas, quanto de novas produções nacionais e estrangeiras.

Para encerrar gostaria de citar um trecho do artigo do Professor Paulo André Leira Parente, disponível no número especial de lançamento da Revista Brasileira de História Militar que diz o seguinte:

> "Optar pela problemática da investigação histórica sobre a Guerra não implica, portanto, necessariamente em produzir uma História Tradicional, descritiva e valorativa. A metodologia da história atualmente permite ampliar sua compreensão além das fronteiras da História Batalha e dos fenômenos políticos identificados com as Batalhas. As novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras." (PARENTE, 2010, p. 3)

Bibliografia

BARROS, J. D'Assunção. **O Campo da História. Especialidades e Abordagens**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

JULLIARD, Jacques. "A Política". In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

_____. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PARENTE, Paulo André L.. A Construção de Uma Nova História Militar. **Revista Brasileira de História Militar**, Ed. Especial de Lançamento, Rio de Janeiro, RBHM, 2010. Disponível em: http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RHBM0.pdf

Reflexões sobre a Doutrina Militar durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

Prof. Daniel Albino (UNIRIO)[1]

1. Introdução

A Primeira Guerra Mundial (PGM), conflito de natureza total, de motivações imperialistas, representou a falência de um modo de fazer guerra que, com algumas poucas modificações, permanecia inalterado desde o inicio da Idade Moderna.

O estopim da guerra foi o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando por nacionalistas sérvios, na cidade de Sarajevo, em 28 de junho de 1914. Porém, as razões mais profundas podem ser encontradas no imperialismo impulsionado pela segunda revolução industrial, que levou os poderes da Europa a disputarem mercados na África e Ásia; a corrida armamentista unida a um espírito militarista, que forneceram às potências europeias as ferramentas da guerra e o ímpeto para usá-las; o nacionalismo exacerbado e uma xenofobia acentuada; e um sistema de alianças e contra-alianças baseado em acordos secretos, que garantiu que todas as potências europeias seriam lançadas à guerra.

A PGM foi sem dúvida a guerra que mais alterou o panorama político, social e cultural do mundo no século XX. Seu legado é sem dúvida extenso: o fim de quatro impérios (austro-húngaro, alemão, russo e otomano); o inicio da ascensão dos EUA como superpotência; a criação da Liga das Nações, que embora tenha falhado em seu propósito de manter a paz, lançou as bases de um novo sistema de relações internacionais e uma organização para mediá-las, as Nações Unidas. Os estados tiveram que aprender a organizar exércitos com milhões de soldados, e as necessidades de equipar e suprir esses exércitos obrigou a assumir e direcionar a economia para o esforço de guerra, instituir o racionamento a nível nacional, expandir serviços básicos a população, financiar pesquisas cientificas e realizar esforços de propaganda nos fronts domésticos. Para Overy (apud WILLMOTT, 2008, p. 10), "A guerra ensinou os estados modernos como policiar, mobilizar e persuadir suas populações de maneiras nunca antes vistas".

2. Prelúdios Da Primeira Guerra Mundial

Durante do século XIX, duas guerras mostraram o que seria a PGM, servindo de ensaio para esta: a Guerra Civil Americana e as Guerras Prussianas.

A Guerra Civil Americana estreou muitas das tecnologias que seriam usadas na PGM: o fuzil de alma raiada e cartucho do tipo *Minié*, que aumentou enormemente o alcance e cadência

[1] Bacharel em História pela Universidade Gama Filho (UGF-RJ). Pós-Graduando em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-RJ). Contato: daniel.albino.historia@gmail.com.

de tiro, assim como melhorias semelhantes na artilharia; as primeiras metralhadoras; o telégrafo; as ferrovias; e o arame farpado, no período final da guerra.

Todas essas tecnologias, usadas em conjunto, favoreciam muito mais a defesa do que o ataque. Como o Coronel Theodore Lyman, oficial da União, escreveu: "Coloque um homem num buraco e uma boa bateria numa colina atrás dele, e ele repelirá três vezes o seu número, mesmo que não seja um soldado muito bom" (apud MESSENGER, 1978, p. 9). Vale lembrar que o Coronel Lyman não conheceu essas tecnologias em sua maturidade; as metralhadoras usadas na guerra civil eram do tipo *Gatling*, ainda muito rudimentares, e os rifles ainda eram do tipo carregado pela boca.

Já nas guerras prussianas, primeiro contra os austríacos e depois contra os franceses, ficaram claras as vantagens tecnológicas. Os exércitos austríacos eram tidos como os melhores da continente; contudo, usavam fuzis carregados pela boca, enquanto os prussianos usavam fuzis de retrocarga. Essa diferença permitia ao soldado prussiano atirar deitado, evitando assim se expor ao fogo inimigo, e foi tão determinante que levou o chefe de estado-maior prussiano, General von Moltke, a afirmar: "sem dúvida alguma, o homem que atira deitado sem se mover tem a vantagem sobre quem atira em quem avança: o primeiro tem proteção no solo, ao passo que o outro encontra obstáculos, e que, se para a arremetida mais arrojada alguém a enfrenta com calma e firmeza, é o efeito do fogo, agora tão poderoso, que determinará o resultado" (Idem, p. 10). Moltke também percebeu que chegara o fim do ataque frontal, por conta desse mesmo fogo, que concentrado, poderia rechaçar qualquer investida.

Contra os franceses, em 1870, a diferença se fez nos canhões raiados de retrocarga prussianos, enquanto a artilharia francesa era carregada pela boca. Além disso, a doutrina de uso da artilharia prussiana preconizava atirar sem interrupção, para fixar o inimigo em suas posições, enquanto a infantaria a atacava pelos flancos.

A Batalha de Sedan, decisiva da guerra franco-prussiana, demonstrou claramente esses princípios. Após uma manobra de envolvimento, cercando o exército francês de Mac-Mahon e Napoleão III na cidade de Sedan, os prussianos bombardearam as posições inimigas durante todo o dia 1 de setembro, até que o Imperador francês decidiu pela rendição. A batalha também indicou que a cavalaria estava com seus dias contados: os franceses lançaram três ataques de cavalaria durante a batalha, buscando romper o cerco, e todos foram repelidos pelo poder de fogo prussiano.

Em síntese, essas duas guerras demonstraram aos teóricos da guerra que o modelo napoleônico de se fazer a guerra estava ultrapassado. Como explicar então a PGM, em que os generais enviaram seus soldados em massas compactas e em ataques frontais, ombro-a-ombro, para serem massacrados inutilmente pelas defesas inimigas?

3. Reflexos Nas Doutrinas Militares Europeias

Para entender o fenômeno da guerra de trincheiras que caracterizou a PGM, devemos estudar como a Guerra Civil Americana e as Guerras Prussianas influenciaram a doutrina militar das nações europeias no período final do século XIX e inicial do século XX.

Para os pensadores militares franceses, os estudos pós-guerra buscaram entender os motivos de sua derrota e formular uma nova doutrina. Os anotações do Coronel Ardant du Picq, oficial francês que lutou (e morreu) na Guerra Franco-prussiana, foram publicados em 1880 sob o nome *Etudes sur le Combat*. Du Picq, impressionado pela agressividade prussiana, concluiu que a moral era o fator mais importante em batalha, e que a única maneira de conseguir superioridade moral sobre o inimigo era tomando a iniciativa no combate: "O efeito moral inspira o medo do adversário. O medo deve ser transformado em terror para conquistas... o impulso moral está na percepção pelo inimigo da firmeza que o anima... manobras são ameaças. Aquele que parecer mais ameaçador vence" (Idem, p. 11).

As ideias de du Picq dominaram o pensamento militar francês nas décadas seguintes, mas seus discípulos falharam em considerar o papel da tecnologia, e desprezaram o poder de fogo em favor da coragem individual e da unidade, que os franceses chamavam *élan*. A tática de ataque preconizada em seus manuais de infantaria era, sem tirar nem por, a mesma das guerra napoleônicas: avanço em massa de colunas ou linhas, sob apoio da artilharia de campanha de fogo direto (no caso francês, o canhão de 75mm), atirando contra as posições inimigas para mantê-los abaixados. O objetivo final era se aproximar à distancia do corpo-a-corpo, e terminar o trabalho com as baionetas (apelidadas de "Rosalie").

Já na recém-formada Alemanha, tiveram continuidade as ideias que levaram a Prússia à vitória na década anterior, principalmente a importância da combinação fogo/movimento, e o ataque pelos flancos. Em campo, cada unidade deveria avançar sob cobertura do fogo de outra unidade, que ao mesmo tempo manteria o adversário fixo em sua posição e o impediria de concentrar fogo sob a unidade avançando. Assim, pelo menos na teoria, os pensadores alemães já haviam aceitado o fim do ataque frontal e a importância da manobra e do poder de fogo coordenado. No campo da artilharia, os alemães seguiram a ideia geral de artilharia de calibre relativamente leve, altamente manobrável e de fogo direto. Com a guerra russo-japonesa de 1905, na qual observadores alemães puderam conferir a eficácia da artilharia de fogo indireto usada pelos japoneses, surgiu um interesse por esse tipo de técnica no exército alemão, de forma que a Alemanha começou a guerra com sua artilharia adestrada nesse tipo de fogo, e dispondo de peças de artilharia pesadas e obuseiros. Vale notar que esses mesmos observadores falharam em tomar nota dos impasses e das trincheiras nesta guerra, mais um sinal do que viria na PGM.

Por último, os britânicos, não tendo se envolvido em uma guerra europeia desde 1815, foram os que mais demoraram a se adaptar. No seu caso, foi segunda guerra dos Bôeres (1899-1901), que os obrigaram a revisar suas táticas. A derrota, sofrida contra um inimigo sem treinamento formal, mas superior em flexibilidade e com armamento moderno, mostraram aos britânicos a falência de sua doutrina. A partir daí, a infantaria passou a ser treinada a agir com maior flexibilidade, e a valorizar a pontaria individual ao invés do volume de fogo. Assim como os alemães, introduziram um sistema de ligação entre a infantaria e a artilharia, e esta recebeu treinamento em técnica de fogo indireto. Sua técnica de ataque era similar à dos franceses: um

avanço frontal sob cobertura de fogo, avançando em lances até a posição inimiga, para atacá-los à baioneta.

Assim exposto, percebemos que nas décadas que antecederam a PGM, as grandes potências europeias realizaram estudos no sentido de entender como as mudanças tecnológicas alteraram a realidade do campo de batalhar. Também fica claro as diferentes respostas doutrinárias a essa nova realidade. O elemento comum nesses estudos, contudo, foi em que todos os casos, os pensadores militares das diferentes potências europeias previam uma guerra rápida, de preferência decidida em uma única batalha. Excetuando-se algumas vozes dissidentes, nenhum desses teóricos considerou a hipótese de que, caso a decisão não fosse obtida rapidamente, a guerra iria se degenerar no impasse da guerra de trincheiras, como ocorreu a partir de novembro de 1914.

4. O Impasse

De início, a guerra tendeu a confirmar as ideias das teorias militares: uma guerra rápida, de movimento, com franceses, britânicos e alemães se alternando em manobras de envolvimento, buscando flanquear o adversário. Contudo, os beligerantes falharam nesse intento, e a chamada "Corrida para o Mar" terminou em novembro, após a primeira batalha de Ypres. Depois disso, a frente estabilizou com os dois lados solidificando as posições conquistadas durante a "Corrida". Formou-se uma grande linha de trincheiras, indo da Suíça à Bélgica.

A partir daí, o grande desafio para os generais do front ocidental passou a ser romper o impasse.

A artilharia foi a primeira resposta, e foi a principal, durante boa parte do conflito. Uma barragem suficientemente massiva de artilharia, precedendo o ataque, seria o suficiente para romper a linha inimiga, possibilitando o ataque da infantaria. Para Douglas Haig, comandante britânico durante boa parte da guerra, "a batalha teria três fases, cada uma a ser lutada por uma Arma combatente separada – a artilharia prepararia o terreno para a batalha, a Infantaria tomaria as trincheiras inimigas, e então a Cavalaria exploraria a penetração resultante" (HOUSE, 2008, p. 49). A primeira Batalha do Somme, em 1916, exemplifica magistralmente essa teoria em ação: durante uma semana, precedendo o ataque, 1.437 canhões dispararam continuamente contra as trincheiras alemãs em um front de 27 quilômetros, despejando não menos que um milhão e meio de projéteis. No dia 1º de julho, finalmente a infantaria britânica começou o seu lento avanço pela terra de ninguém fustigada pelo bombardeio. Seus comandantes esperavam que a tropa apenas fosse avançar e ocupar as posições inimigas, e no máximo eliminar uns poucos sobreviventes. Estavam enganados. A barragem, embora tenha causado danos, e com certeza tenha sido uma provação terrível para os defensores, falhou em eliminar os abrigos profundos que os alemães haviam construído nas suas trincheiras. Quando a artilharia britânica se calou, os defensores saíram rapidamente desses abrigos, e tomaram posições para repelir as forças inimigas avançando. Pior, a barragem ainda fez muito em favor da defesa, tornando o terreno

muito mais difícil para o avanço do sobrecarregado soldado britânico (que carregava cerca de 40 quilos de equipamentos consigo), e fornecendo inúmeras crateras e cristas para os defensores instalarem as suas metralhadoras. Resultado: ao final do dia, 120 mil baixas para os britânicos, sendo 20 mil mortos.

Os franceses e alemães também não obtiveram melhores sucessos no uso dessa estratégia do que os britânicos. A barragem de artilharia não foi capaz, por si só, de resolver o impasse. Novas técnicas se faziam necessárias.

O gás prometia ser capaz de fazer o que os projéteis explosivos e de *shrapnel*[2] falharam: a eliminação da tropa inimiga. Arma cruel que adicionou o seu terror ao extenso rol de pesadelos da Primeira Grande Guerra. Ao contrário da crença comum, foram os franceses os primeiros a usar o gás, do tipo lacrimejante, em pequenas quantidades, já em 1914. Mas, realmente, foram os alemães que usaram o gás em larga escala, e fizeram uso de um agente fatal, o cloro. No dia 22 de abril de 1915, foi realizado o primeiro ataque em larga escala usando o cloro, na região de Ypres. Aproximadamente 5.700 cilindros contendo cloro foram usados nesse ataque; ao ser liberado, o gás formou uma nuvem esverdeada que deslizou na direção das trincheiras francesas, causando o pânico e a fuga das tropas que a defendiam. Contudo, a substancial brecha na linha aberta pelo ataque não pode ser aproveitada, porque os próprios soldados alemães temiam o gás, e os aliados tiveram tempo de mover novas tropas para fechar a brecha.

No final, o gás também se mostrou incapaz de romper o impasse, por duas razões. Primeiro, seu uso em batalha era difícil e arriscado, e podia ser facilmente neutralizado pelas condições meteorológicas; e, em segundo e mais importante, rapidamente se desenvolveram proteções contra as armas químicas, como as máscaras de gás. Mostrou-se uma eficiente arma de terror, contudo, e muito contribuiu para o estresse sofrido pelo soldado, que permanecia na trincheira tenso com a possibilidade de seu uso.

O avião, que teve importante papel como força de reconhecimento, também pouco pôde influir no destino da guerra. Ainda que tenham surgido durante a guerra modelos de bombardeiro pesado, seu poder de fogo ainda era muito reduzido para fazer qualquer diferença na guerra de trincheira.

O carro de combate, desenvolvido pelos britânicos e depois copiado por franceses e alemães, prometia ser a grande vantagem necessária na guerra. Afinal, o seu projeto reunia em um veículo todas as características vitais para acabar com o impasse da guerra de trincheiras: uma blindagem espessa que o tornava imune às metralhadoras; o formato romboide e a tração por lagartas, que o permitiam cruzar o terreno irregular da terra de ninguém e as trincheiras inimigas. Para completar, poder de fogo suficiente para neutralizar as forças adversárias.

O primeiro uso do carro de combate foi na Batalha do Somme, 15 de setembro de 1916. Das 49 máquinas enviadas à França, apenas 32 estavam em condições de participar da ação do dia 15. Quase um terço dessas sofreu problemas mecânicos durante a batalha, ou ficou atolada

[2] Tipo de munição anti-pessoal, composta de um obuse contendo centenas de projéteis de metal em seu anterior. Próximo do alvo, o obuse se rompe, liberando os projéteis sobre as tropas inimigas.

na terra de ninguém. Nove carros, entretanto, conseguiram ultrapassar a terra de ninguém e penetrar 1800 metros nas linhas alemães, causando pânico nos defensores.

Esse sucesso do carro de combate, ainda que pequeno, demonstrou para os aliados o potencial da nova arma. Novos modelos surgiram durante toda a guerra, conforme o uso em campo mostrava deficiências e ditava necessidades. Os franceses também abraçaram a nova arma, desenvolvendo um excelente carro leve, o Renault FT, produzido em tais quantidades que foi usado pelos outros aliados da França, incluindo os EUA. Já os alemães preferiram se focar na produção de armas anticarro, e utilizar carros capturados dos britânicos e franceses. Seu único modelo próprio, o A7V, foi um fracasso de design, e apenas 20 foram produzidos.

O carro de combate, embora provavelmente seja a arma mais promissora desenvolvida na Primeira Guerra Mundial, também não fez grande diferença para romper o impasse da guerra de trincheiras. Não por dificuldades técnicas ou limitações da tecnologia, embora elas existissem, mas sim pela falta de visão das lideranças militares em como utilizar aquela nova arma. O carro de combate, durante toda a guerra, foi utilizado como apoio à infantaria no ataque, e tendo seu potencial limitado por esta. Talvez o primeiro comandante a perceber que as potencialidades do carro exigiam uma nova forma de utilizá-lo foi o australiano John Monash, comandante das ANZAC. Na Batalha de Hamel (1º de julho de 1918), Monash colocou os carros como elementos principais do ataque, avançando à frente de um reduzido elemento de infantaria. As duas armas trabalharam em estreita cooperação durante toda a batalha, e puderam contar ainda com apoio aéreo na forma de aviões jogando suprimentos de paraquedas durante o estágio avançado do combate. Como resultado, o ataque durou menos de 3 horas, capturando todos os objetivos, e com menos 1.000 baixas para a força atacante. A experiência de Monash impressionou o alto-comando aliado, que começou um processo de repensar as táticas de uso do carro de combate. Porém, o armistício com a Alemanha chegou antes que estas pudessem ser postas em prática.

Já os alemães se lançaram por outro caminho, o de aprimorar suas táticas de infantaria. Ao invés das massivas formações de tropas, os pensadores militares alemães pensaram em esquadrões pequenos, armados com armas pesadas, incluindo as primeiras metralhadoras de mão, assim como lança-chamas e granadas. Eles se movimentariam de forma dispersa e furtiva pela terra de ninguém, atacando pontos fracos previamente localizados na linha inimiga. Conquistadas as posições, as tropas tradicionais avançariam para consolidar a posição. Esta nova tática foi muito bem sucedida, mas assim como o carro de combate, chegou muito tarde para fazer diferença no resultado da guerra.

Em síntese, através desta breve exposição, pode-se perceber como os líderes militares das nações beligerantes, vendo-se diante do impasse da guerra de trincheiras, buscaram repensar sua doutrina, incorporando novas técnicas e novas tecnologias à sua arte da guerra. Ainda assim essas novidades não foram suficientes para romper o impasse.

5. Conclusão

No final das contas, o que determinou o fim da guerra e os vencedores foi a capacidade de continuar a luta, e nesse quesito a Alemanha perdeu. Ela possuía uma indústria poderosa, que foi capaz de suprir o esforço de guerra por quatro anos, mas esta indústria dependia de matérias-primas de fora da Alemanha, matérias-primas que se tornaram escassas e depois inexistentes com o eficiente bloqueio naval que os aliados conseguiram impor à Alemanha. E a entrada dos EUA na guerra serviu para pender a balança definitivamente para o lado dos aliados, por representar um suprimento de tropas frescas vindas de uma nação com um potencial enorme.

No campo militar, a PMG foi uma lição amarga para todas as potências beligerantes. Após o conflito, ficou claro que não se poderia mais subestimar o poder de fogo da guerra industrial, e que as táticas ombro-a-ombro do século anterior, assim como as ideias de coragem e ferocidade como capazes de sobrepujar qualquer obstáculo, teriam que ser revisadas. Além disso, muitas das armas que dominariam os campos de batalha na próxima guerra tiveram sua estreia, ou pelo menos seu uso intensivo, na Grande Guerra: o carro de combate, o avião, o submarino.

Concluindo, para se entender o século XX, antes de estudar a Segunda Guerra Mundial ou a Guerra Fria, devemos sempre voltar nossos olhos para a Primeira Guerra, para vermos como tudo teve inicio.

Bibliografia

DU PICQ, Ardant. **Estudos sobre o combate**. Rio de Janeiro: Biblex, 2000.

HOUSE, Jonathan M. **Combinação das Armas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008.

MESSENGER, Charles. **A Guerra de Trincheiras: França e Flandres, 1914-1918**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1978.

PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

WILLMOTT, H.P. **World War I**. London: DK Publishing, 2008.

SESSÃO 13:
A Aplicação de Conceitos à Pesquisa Histórica

Nação e Revolução na Escrita da História de Nelson Werneck Sodré

Prof. Mestrando Rafael José Galozi Soares (UFRRJ)[1]

Nelson Werneck Sodré foi um historiador carioca, mas que viveu quase toda a sua vida em exílios, por causa de sua condição como militar pouco contente com os rumos de sua instituição. As suas ideias eram nacionalistas, em primeiro lugar, e socialistas mais adiante. Sodré escreveu mais de 50 livros, que em sua maioria eram livros de história. Porém, com o passar dos tempos passou a não mais ser lido entre os historiadores. Não foi apagado de súbito das nossas memórias, mas foi se desvanecendo aos poucos. Sua história foi alvo de diversas críticas, por outros historiadores que vieram depois deste. O "paradigma", se é que podemos chamar assim os problemas que o estudo da história impunha a estes novos historiadores, eram outros, e os que norteavam as pesquisas de Sodré estavam com seus dias contados.

Acontece que o envolvimento de Sodré com o grupo de intelectuais que deu forma ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ditavam uma forma específica de analisar o passado. As premissas de Sodré, assim como as dos grupos que participava, eram as do nacionalismo desenvolvimentista e do dualismo da sociedade brasileira. Suas analises do passado passavam por essas premissas, mas não de forma passiva, elas eram trituradas e depois tomavam formas próprias. O nacionalismo e o comunismo de Sodré eram *sui generis*, o que coloca em jogo as críticas de seu "engajamento stalinista" (HOBSBAWM, 2010, p.143).

Mas, se seu envolvimento com o ISEB e com o PCB não era passivo, as formulações de Sodré eram ponderadas de forma original. É o que acontecerá com a sua formula do tempo onde existiria, no Brasil, "a contemporaneidade do não coetâneo" (SODRÉ, 1962, p. 4). Essa formulação é interessante por que admite que o Brasil não é apenas dual, mas sim múltiplo. O que não é coetâneo no Brasil de Sodré são os meios de produção, que segundo o autor:

> Que percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semifeudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI. O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, e o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes. (Idem, p. 4)

[1] Mestrando em história pelo Programa de Pós-graduação em história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Desta forma podemos ver que nas obras de Sodré a partir de 1944, quando este lança sua *Formação da sociedade brasileira* (1944), e depois de um grande hiato lança sua *Introdução à Revolução Brasileira*, passando pela *Formação Histórica do Brasil* (1962) há uma preocupação com o tempo. O que esse estudo pretende tratar é sobre as vicissitudes do tempo histórico na obra de Sodré. Em outras palavras, buscar-se-á entender como o historiador relacionava o futuro com o passado.

Experiência, expectativa e filosofia da história

Não é ocioso lembrar que esse trabalho está inserido no campo de estudos da historiografia. Campo este que se descortina em diversos trabalhos que os mais importantes já foram citados acima, e fazer uma lista que beira a exaustão de todos os trabalhos ocuparia mais do que o espaço que me é dado. Aquilo que chamamos de historiografia ou de teoria da história, ou história da história não é um simples balanço de obras, ou de temas abordados pelos historiadores; e sim um campo onde a epistemologia é a categoria que norteia este canteiro de estudos. Como diria François Hartog:

> [...] uma abordagem atenta dos conceitos e contextos, das noções e dos meios, e sempre mais ciosa de suas articulações, preocupada com a cognição e a historização, mas vigilante frente às seduções dos reducionismos. Em síntese, algo como uma epistemologia histórica ou uma historiografia epistemológica [...]. Diversamente da história positiva ou metódica que rejeitava a historiografia, o momento presente leva a uma combinação entre história da história e método, ou melhor, entre historiografia e epistemologia (HARTOG, 2003, p. 22).

Essas considerações nos levam novamente as formulações clássicas e Michel de Certeau. As suas contribuições para a historiografia se fazem mister nesse trabalho e em muitos outros. Sendo por esta constatação devemos por mero exercício de historiador colocar a pergunta clássica e Certeau no passado: "O que *fez* o historiador quando *fez* história?". No passado ele se caracteriza como um problema legítimo de história, ou melhor, de uma história da historiografia. Nos perguntar como era feita a história no passado é entendê-la como fruto de uma operação, como algo não natural que passa do corriqueiro dos fatos *in natura* pelas mãos do historiador que os transforma em história, algo que não é "natural", mas sim, fabricado. Indo além na reflexão sobre a "operação historiográfica" Certeau nos propõe uma análise em tripé desta. Entende a operação como a conjunção de um "lugar social"; uma "pratica científica"; e uma "escrita" (CERTEAU, 2007, p. 65-66).

Além dessas constatações teóricas, que servem para colocar o trabalho dentro de uma área de pesquisa, serão usadas nesse trabalho as contribuições de Reinhart Koselleck. Historiador alemão, muito conhecido pela história dos conceitos [Begriffsgeschichte], mas que também tem

reflexões sobre o tempo histórico. Tempo este que não é uma mera datação natural, nas palavras de Koselleck:

> Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do trenó ao avião, mesclam-se, superpõem-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão das gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, *lugares nos quais se dá a justaposição de diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distâncias perspectivas de futuro, ao lado de conflitos ainda em germe*. Esse olhar em volta já é suficiente para que se perceba a impossibilidade de traduzir, de forma imediata, a universalidade de um tempo mensurável e natural – mesmo que esse tempo tenha uma história própria – para um conceito de tempo histórico (KOSELLECK, 2008, p. 13-14. Grifo meu).

É assim que Koselleck introduz os conceitos de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" que terão um capitulo a parte em seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Estas categorias antropológicas parecem dar conta do entendimento do tempo histórico, este sempre será representado por uma experiência que é presente passado e uma expectativa que, por seu turno, é presente futuro – ainda não realizado.

Estas duas categorias não estão expressas nas fontes, elas são categorias formais que auxiliam na apreensão da história:

> [...] "experiência" e "expectativa" não passam de categoria formais: elas nos permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera. A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isso, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta – passada, presente ou futura (Idem, p. 306).

Desta forma Koselleck nos mostra que as categorias que ele utiliza não tem ligação direta com o passado, que elas nunca foram exprimidas como conceitos em fontes históricas. Essas categorias tendem a necessitar um grau de abstração elevado, mas que é de suma importância para este trabalho. Será com essas categorias que buscarei entender, através dos vestígios que Sodré deixou em seus livros, como o tempo histórico era entendido por esse historiador. Nesse sentido me aproximo da hipótese de Koselleck (p. 308):

> experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

Com isto, seria interessante especificar melhor como esses conceitos são meta-históricos. Dessa forma, a experiência não é algo apenas individual, mas ela pode ser passada de geração em geração, se tornando algo impessoal, sem contar quando fazemos usos de experiências alheias. Assim, também pode ser definida a expectativa, como pessoal e impessoal, visto que a expectativa pode ser realizada no "futuro presente" ou em um futuro mais distante. Essas categorias não são simétricas, elas possuem variações.

> Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são pensadas, ao passo que a experiência futura, antecipada com expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais (Ibidem, p. 310).

Porém, no que diz respeito à estrutura temporal da experiência, ela não é apenas passado, mas quando nós temos uma expectativa que acontece de outra forma, nós temos uma "lição" e com isso podemos mudar nossa experiência. Enquanto que na expectativa, ela só pode ser baseada na experiência. É interessante notar ainda que quando baseamos expectativas em experiências elas não surpreendem quando acontecem, mas quando trespassamos o teto da experiência, temos aí uma nova experiência. "Resumo deste longo discurso: é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico" (Ibidem, p.313).

Essa tensão característica entre experiência e expectativa pode nos ajudar a entender como Sodré pensa a temporalidade em sua obra. Essa temporalidade está presente em suas formulações sobre "a viagem no tempo" que alguém poderá realizar se for do litoral para o interior do Brasil. Penso que as categorias apresentadas por Koselleck podem servir para pensar quais eram as experiências e expectativas dessa formulação de Sodré, ainda levando em consideração as reflexões sobre os meios de produção que estão presentes no Brasil.

A hipótese que norteia este trabalho é: levando em conta a filiação de Nelson Werneck Sodré ao materialismo histórico, ponto central da reflexão metodológica da teoria marxiana[2], que é uma filosofia da história, este pretende explicar o Brasil em uma temporalidade múltipla que se alargaria para o futuro como um "horizonte de expectativas" em uma revolução comunista, baseada no "campo de experiência" da formação histórica brasileira.

Cabe à execução desse trabalho tentar entender esse processo. É claro para nós que desde uma tradição iluminista, vinda de Immanuel Kant até Georg Wilhelm Friedrich Hegel, havia como mote o tratamento filosófico da história. Esse tratamento se faz patente em uma visão de história para frente, progressista. Como contaria uma anedota sobre a filosofia da história e a história – em sua vertente historicista: "O futuro é certo, seguro e bem conhecido. Mas o passado é constantemente transformado!" (MATA, 2008, p. 49). Essa anedota, ainda que imprecisa, demonstra que para as filosofias da história, tanto de expiração kantiana ou hegeliana, tinham uma preocupação com o futuro. A história da humanidade se daria no futuro, este já era sabido, não era de forma nenhuma devir.

A teoria marxiana vem de uma tradição hegeliana, mas não idealista, visto que é materialista. Ela também se constitui em uma filosofia da história. A revolução socialista, este espectro que ronda o mundo, está no futuro e já é sabido, bem conhecido, certo e seguro. Leda Dantas resume bem essa ideia das filosofias da história:

> O que fazem todas as filosofias da história, seja marxista, hegeliana ou kantiana? Submeter a história a um tratamento filosófico. Buscam-se, então, os fundamentos últimos e o fio condutor que daria inteligibilidade às miríades de acontecimentos aparentemente desconexos, ou seja, identifica-se por trás das várias histórias particulares o elemento unificador, a regularidade; elabora-se uma explicação para a história e explicita-se o seu sentido. Enquanto o historiador indaga sobre o que acontece na história, o filósofo pretende responder o que é a história, ou seja, os pressupostos de toda e qualquer história (DANTAS, 2004, p. 180).

Longe de tentar colocar Marx, Hegel e Kant no mesmo saco de gatos, esta proposição tem por objetivo demonstrar um pensamento filosófico da história que se repete apenas na ideia de progresso e linearidade. Seja pelo desenvolvimento contínuo da humanidade, seja pela federação dos povos, ou pela revolução, todos esses "horizontes de expectativas" tinha em tela o progresso. Novamente Dantas nos dá uma boa ideia sobre o assunto:

[2] Entendo com "teoria marxiana" não o marxismo como um todo – todas as obras do corpos de autores que escreveram de pois de Marx e Engels –, mas as formulações de Marx, que influenciado pela filosofia da história de Hegel não deixa de apresentar em sua ideia de revolução comunista e o fim da história uma visão linear que seria compartilhada pelas filosofias da história de Kant e Hegel. Desta forma entendo que o marxismo de Nelson Werneck Sodré, pautado no materialismo histórico segue uma espécie de filosofia da história – de esquerda em comparação as de direita representadas por Kant e Hegel.

> A filosofia da história de Marx é denominada materialismo histórico. O principal objetivo do materialismo histórico é explicitar as causas que governam a direção da mudança histórica. Para Marx, a base da mudança é material: é a economia, o trabalho humano. O materialismo histórico, como todo o historicismo é uma teoria da mudança histórica. Embora as causas dessa mudança sejam radicalmente diferentes das filosofias da história anteriores (filosofias idealistas), o materialismo histórico, como aquelas, sustenta que as mudanças que ele quer explicar possuem um sentido determinado. Marx explica o passado, diagnostica o presente e estabelece os objetivos a serem atingidos no futuro (Idem, p. 180).

Desta forma, a questão sobre a filosofia da história em Sodré se mostra interessante. Como um historiador como este consegue conjugar passado e futuro na história do Brasil que escreveu? Quais foram os "espaços de experiências" que lhes eram comuns e que "horizontes de expectativas" que lhe foram abertos? Além da hipótese essas questões também norteiam esta trabalho.

Nação e Revolução em Introdução à Revolução Brasileira

Em 1958 Nelson Werneck Sodré lançou sua *Introdução à Revolução Brasileira* livro que analisaria a realidade brasileira a fim de contribuir para o entendimento do passado nacional. E munidos de tal conhecimento, os comunistas, poderiam começar o processo de revolução no Brasil.

Porém, devemos entender bem o que Sodré quer dizer com revolução. A revolução, no presente do autor, seria uma revolução burguesa a princípio, e depois seria socialista – e no futuro mais distante comunista. Vejamos como o autor nos adverte a ler o seu livro:

> Como Revolução Brasileira entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país.
>
> Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas de outro lado. (SODRÉ, 1958, p.1).

Não seria ocioso lembrar que tal "advertência" feita por Sodré estava firmemente alicerçada na *Declaração Sobre a Política do PCB de Março de 1958*. Caberia aqui, a título de exercício de reflexão sobre o passado, conjeturamos sobre se Nelson Werneck Sodré já saberia da formulação da Declaração de 58, visto que seu livro sai no mesmo ano, propondo as mesmas soluções para os problemas brasileiros.

Na Declaração lemos o seguinte:

> Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação. (...) Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem-se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos. (PCB, 1958).

Essa leitura nos mostra que estava ocorrendo mudanças na estrutura histórica do Brasil, mas ela era atrasada pela existência de forças antagônicas, como o latifúndio e o imperialismo. Estes fatores estariam ligados diretamente com a impossibilidade de uma revolução burguesa nacional. Como Sodré adverte, a solução para os problemas brasileiros devem ser nacionais. E se o latifúndio está ligado diretamente com os interesses do imperialismo, ele deve ser de uma vez só destruído. É no latifúndio que estão as relações pré-capitalistas, que Sodré vai chamar de feudais – voltaremos a este ponto mais tarde.

Desta forma: A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperíalista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira. (Idem, 1958).

E para tentar dar sustentáculo à esta Revolução, Sodré lança mão em seu livro de cinco ensaios, que lembram muito os *Sete ensaios sobre a realidade peruana* de Jose Carlos Mariátegui. Sodré

tratará dos seguintes tópicos: Evolução da sociedade: As classes sociais no Brasil; Evolução da economia: formação da economia nacional; Evolução da cultura: elaboração da cultura nacional; Evolução militar: formação do exército nacional; e, Evolução racial: a miscigenação e a sociedade.

Dentro desses tópicos, cujo quais eu destaco o primeiro e o segundo, Sodré tenta dar conta da complexidade que é a realidade brasileira no tempo. No ensaio sobre as Classes sociais no Brasil ele demonstra que não há no Brasil uma burguesia e um proletariado bem delineado, e que a classe que continua mandando é a do proprietário de terras. Quem tem terras está acima na hierarquia social, e as fábricas que surgiram no Brasil, surgiram em função da propriedade de terra.

Quando Sodré trata da Evolução econômica, mais uma vez a propriedade de terra é ressaltada, só que agora com o incremento do capital internacional, do imperialismo. E também vale lembrar que a grande burguesia também está ligada aos interesses externos, cabendo a pequena burguesia, o proletariado e o trabalhador campesino lutarem para modificar a situação nacional: realizar a Revolução Brasileira. Como atesta a política da Frente Única que o PCB endossa:

> As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.
>
> A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre es quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unír-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e as setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano. (Idem, 1958).

Conclusão

Após tais conclusões é possível levar em consideração que a escrita da história de Nelson Werneck Sodré se encontra filiada a uma filosofia da história e a um projeto político definido

pelo PCB. As marcas de tal trabalho se fazem sentir em como Sodré pensa a relação entre futuro e passado, entre "experiência" – que não é apenas passado, mas a experiência deste passado – e "expectativa" – que seria encarnada na projeção do futuro que seria a revolução.

Quanto à Revolução Brasileira podemos afirmar que ele deveria ser burguesa e pacífica, por conta do entrave feudalista que existia no Brasil. Em outras palavras, os grandes proprietários de terra estavam ligados ao capital internacional, ao imperialismo, e por este motivo não deixavam que a burguesia nacional se desenvolvesse de modo adequado. A grande burguesia também estava ligada ao interesse do imperialismo, visto que ela era diretamente ligada à propriedade de terra, e dela advinha. Faltava no Brasil uma revolução burguesia, que seria travada no palco em que a contradição maior do Brasil seria entre a nação e a anti-nação, ou seja, entre a nação brasileira e o capital internacional imperialista.

Desta forma a Nação e a Revolução, em Nelson Werneck Sodré andam de mãos dadas antes de qualquer coisa. Elas são espécie de pré-requisito para que se tenha mais adiante no tempo, no horizonte de ação, a revolução comunista. Esta, que não é teorizada, por Sodré, que se atem ao seu momento presente de análise, não se sabe se será pacífica, talvez não. O próprio PCB na declaração de Março de 1958 não tem uma resposta imediata para como será a revolução comunista.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. "A operação historiográfica". In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 65-119.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan, Fapesp, 2002.

_____ (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: Edusc, 1999.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

KOSELLECK. Reinhart**. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC/RJ, 2006.

Partido Comunista Brasileiro (PCB). **Declaração da Política do Partido Comunista Brasileiro de Março de 1958**.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação história do Brasil**. São Paulo: Brasilense, 1962.

_____. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. **Formação da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

Conceito de Escravidão no Brasil e a Imagem do Escravo Negro nos Livros Didáticos: Coisa x Agente Social

Rejane Vieira (UGF)*

Este artigo é fruto de um trabalho apresentado na disciplina Oficina III na Universidade Gama Filho aliado a pesquisa desenvolvida no Pibic/UGF. Na pesquisa trabalhamos com a lei 10639/03 e os Movimentos Sociais Negros. Para entender este tema é necessário compreender o conceito de escravidão e o início dos movimentos de resistência. Depois sugerimos uma proposta de apresentação de um plano de aula em que há a preocupação da aplicação da referida lei.

Escravidão é um modo de exploração que toma forma quando uma classe distinta de indivíduos se renova a partir da exploração de outra classe, ou seja, quando um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos, baseado numa rede de relações que permita a manutenção dos mesmos.[1]

Para Ronaldo Vainfas[2] a escravidão brasileira a princípio baseada na indígena foi substituída aos poucos pela a africana por diversas questões, que não cabe neste trabalho esta discussão pois a ênfase é a questão negra. O que vale ressaltar que o acesso aos índios tornou-se cada vez mais difícil e o interesse no tráfico de escravo africano era algo muito lucrativo.

O importante é destacar que a escravidão africana preponderou de maneira diferente quanto ao padrão socioeconômico e a economia brasileira era dependente desta mão-de-obra.

A escravidão brasileira possui caráter diferenciado conforme o período de estudos feitos pela historiografia brasileira. E é no caráter em relação ao preconceito racial que se encontram as maiores polêmicas. Segundo Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala* (1933), marco no pensamento acadêmico, o mesmo destacou o caráter da mestiçagem no Brasil e a influência da cultura africana na formação brasileira e principalmente trabalhou a questão do mito da democracia racial, ou seja, que o caráter da escravidão no Brasil foi mais amena e adocicada. Demonstrava através das relações domésticas e familiares um relacionamento mais cordial e tolerante devido os portugueses não serem portadores de preconceitos tão fortes. Segundo Manolo Florentino:

> Transformou-se no melhor e mais bem elaborado objeto de investimento, por parte das elites brasileiras, de como a sociedade deveria se pensar, se querer e se dizer. Deveríamos ser, ou acreditar que éramos, uma democracia racial de idílicas raízes. (2001 apud SCHWARTZ, 2009, p.9-10)

---

* UGF. Graduanda em História. PIBIC/UGF. Orientadora Prof.ª Msª Márcia Teixeira Cavalcanti.

1 SILVA, K e SILVA, V. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005. p.110.

2 VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.205-209.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a teoria da democracia racial de Gilberto Freire foi duramente contestada. Sua teoria foi considerada paternalista e vários autores demonstraram que a relação escravista foi muito dura e violenta. Os estudiosos da chamada "Escola Sociológica Paulista" foram os autores que mais criticaram esta teoria. Para eles a escravidão no Brasil foi tão dura que reduzia o escravo a um estado de coisa, ou seja, formava um grupo massacrado, que era incapaz de formar laços familiares, irrigando não somente o escravo como seus descendentes. Com isso, o entendimento era que a violência causara um estado patologicamente comprometido ao negro e não a questão racial que teria causado isto. Para estes autores o único momento que os escravos se tornavam humanos era quando conseguiam transparecer algum tipo de resistência.

A partir da década de 1980, diante de novos estudos e novas fontes historiográficas esta teoria também foi modificada. Percebeu-se que várias famílias se formaram em diferentes regiões e que os escravos não eram passivos apesar do caráter violento da escravidão. "A escravidão foi reinterpretada como um sistema socialmente coercitivo, porém passível de adequações, resistências, acomodações, negociações e pactos sociais." (VAIFAS, 2001, p.207)

Para Emília Viotti[3] a religião justificava as classes dominantes escravizarem negros com a justificativa de libertá-los da ignorância.

Com o surgimento das idéias do liberalismo a escravidão entrou em conflito, mas como conciliar isto no Brasil, uma sociedade escravocrata e dependente desta mão-de-obra. Algumas vozes isoladas tentaram demonstrar que a escravidão não seria possível nesta nova concepção, pois atrapalhava o desenvolvimento, mas não conseguiram se sobressair. Apesar de o Brasil ao tornar-se independente e adotar o Estado Liberal, o mesmo era a "moda tipicamente brasileira", pois continuava a depender da escravidão. O discurso que prevalecia é que esta forma de domínio era benéfica para o negro, que o mesmo não sobreviveria em liberdade e era necessário para a economia.

No período regencial os crescimentos das idéias abolicionistas tiveram um grande apelo, mas revoltas populares, porém, trouxeram um susto para as elites, diante deste quadro, os mesmo adotaram uma política de conciliação e confirmaram a continuação das idéias da dependência escrava, calando as poucas vozes que defendiam a abolição.

A autora ainda demonstra que a escravidão era a principal força de trabalho do país e o tráfico africano algo muito lucrativo, por tudo isso era necessário a manutenção do trabalho escravo.

A perda do tráfico internacional de escravos poderia ser um passo para a abolição, mas a dependência desta forma de mão-de-obra propiciou uma nova dinâmica nesta relação, criando um tráfico interno e elevando o valor de mercado do negro.

Manolo Florentino na obra Schwartz reconhece a importância do entendimento da escravidão ligada a perspectiva do trabalho no que cerne a realidade brasileira:

[3] COSTA, E. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008. p.14-31.

> "Reconhecendo o enorme incremento da pesquisa sobre o escravismo, Schwartz detecta um certo fracionamento de perspectiva que tende a elidir o que, para ele, é o cerne do sistema: o trabalho. Não se trata de postular a volta ao viés economicista predominante nos anos 70. Ao contrário, o que se sustenta é que uma história total da escravidão jamais deve perder de vista o status servil dos homens e mulheres escravizados. O importante aqui – independentemente do juízo de cada um – é o esforço no sentido de identificar claramente as diferenças entre escravismo e escravidão, a fim de reafirmar o que não é tão óbvio para alguns: a impossibilidade de pensar o primeiro sem a segunda."(apud SCHWARTZ, 2009, p.10)

Como verificado anteriormente, nas décadas de 1950 e 1960 foi levantada uma teoria pela "Escola Sociológica Paulista" que entendia o escravo como coisa, e diante da violência sofrida não era dotada de capacidade de se organizar e formar laços familiares. Tornava-se algo que aceitava o tratamento imposto a ele, submetendo-se a tudo por não ser mais capaz de se entender como humano e produzir normas e conduta social. Um dos representantes desta escola é Fernando Henrique Cardoso, que escreveu:

> Do ponto de vista jurídico é óbvio que, no sul como no resto do país, o escravo era uma *coisa*, sujeita ao poder e à propriedade de outrem... A condição jurídica de coisa, entretanto, correspondia à própria condição social do escravo. (CARDOSO, 1977, p.125)

Além de entender o escravo como coisa entendia que o mesmo era incapaz de se entender como agente social, devido a relação de violência que era submetido como citado neste outro trecho:

> Está claro, também, que a possibilidade do escravo autoconceber-se como um agente social capaz de realizar os próprios desígnios era solapada continuamente, graças ao processo de socialização, às expectativas que se formavam em torno de seu comportamento e à vigilância estrita a que o sujeitavam. (CARDOSO, 1977, p.154)

Ele defendia também que o escravo não era capaz de se organizar e com isso livrar-se da dependência do estado de escravidão que vivia.

> a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena. Não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes de permitir a consecução dos propósitos porventura definidos. Está claro que

> o processo de aniquilamento pela socialização incompleta e deformadora das possibilidades do escravo reagir como pessoa não era expressamente deliberado pelos senhores. Ele resultava, indiretamente, das próprias condições de trabalho, da representação do escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravo que lhes era imposta, como se viu acima. (CARDOSO, 1977, p.159)

Concluímos, portanto, que para desmontar o mito da democracia racial, foi criado uma teoria de reificação do escravo. Mas diante das novas fontes historiográfica e o fim da repressão política, não se permitia mais manter-se este pensamento. A violência da escravidão não transformava o negro em incapaz ou passivo dos valores dos seus senhores, ao contrário, agiam de forma lógica e racionalidades próprias.

Para demonstrar esta teoria de que o escravo era um agente histórico, que criavam estratégias de sobrevivência, faziam política, se organizavam, Sidney Chalhoub[4] faz uma pesquisa minuciosa de análise de processos criminais e de obtenção de alforria em que negros estavam envolvidos e que essas diferentes formas de visões de liberdade eram uma das formas possíveis de acesso a extinção da escravidão na corte.

Ele aborda a questão do cativeiro e dos aspectos traumáticos da compra e venda e como diante disto o negro enxergava a situação e adotava estratégias para se libertar. Demonstra a luta dos negros da corte pela liberdade ao longo do século XIX e que esta faz parte da história do próprio Rio de Janeiro e como instituíram uma cidade própria, alternativa e que contribui para acabar com a escravidão na corte.

Através de seus estudos demonstra a participação do negro na abolição da escravidão e confirma que o mesmo não era uma coisa e sim um agente social, portador de cultura e de ação popular. Demonstra que negros livres e cativos construíam laços familiares, redes de amizade e de organização, passíveis de construir vida autônoma. São pessoas ativas, organizadas, que construíam redes de solidariedade, tudo diante de uma identidade e normas próprias e que influenciaram na questão da abolição.

Os escravos formavam comunidades e estruturas sociais que não eram sempre controladas pelos senhores, mas restringidas pelo status servil de seus membros. Havia negociações que permitiam um certo "espaço social"[5] para os escravos. Afirma que escravos eram agentes históricos, mas não independentes, capazes de construir seu próprio destino, mas que os senhores também nem sempre podiam determinar o modo de vida dos mesmos, pois se deparavam com atos e posturas que o impediam disto.

---

[4] CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[5] SCHWARTZ, S. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001. p.15.

Schwartz[6] também vai demonstrar essa formação de laços de amizade nas relações de apadrinhamento e questionar a idéia de paternalismo dos senhores, uma vez que não era percebível utilizarem desta relação, senhor-escravo, na escolha dos padrinhos.

Com isso, percebemos que a idéia de negro como coisa não é mais possível de ser entendida e sim que os mesmo foram parte integrantes da História e logo agentes históricos e que devem ser estudados e apresentados como tal nos livros didáticos.

Como apresentado, diante do estudo tivemos a perspectiva de observar a aplicação destes conceitos no livro didático e também do cumprimento da Lei 10639/03[7] o panorama dos livros didáticos em relação a esta temática melhorou muito. A respeito da imagem do escravo não observamos nenhum livro apresentando o mesmo como coisa e sim como agente social. O que irá ocorrer é a melhor ou menor demonstração da participação negra na sociedade, os movimentos de resistência e sua influência na questão da abolição.

Para este artigo utilizamos 4 livros didáticos diferentes, sendo 2 relacionados ao 4º ano e outro ao 8º ano do ensino fundamental, e 2 livros de 2º ano do ensino médio.

No livro do 4º ano[8] o livro além de apresentar a pluralidade da formação brasileira, incluindo a importância dos negros na nossa formação, apresenta a questão da escravidão exaltando as formas de resistência, além de propor atividade relacionada a esta temática.

Na análise do livro do 8º ano[9] são apresentadas as várias modalidades de escravidão, faz crítica a este sistema, apresenta a imagem do negro ativo, mas não faz nenhuma menção aos movimentos de resistência e libertação. Acreditamos que esta seria uma falha a ser corrigida.

O primeiro livro do 2º ano do ensino médio[10] apresenta a figura do escravo como deve ser, faz referência aos movimentos de resistência e principalmente relaciona os movimentos negros a abolição da escravidão. Traz imagens para análise, apresenta um debate crítica e sugere um exercício com reflexão e análise de imagens muito interessante, propondo relações com a atualidade.

O outro livro de ensino médio[11], na nossa análise, é a melhor apresentação da questão da escravidão. O mesmo apresenta a participação do negro nas revoltas da época regencial, tem um tópico exclusivo para a formação de famílias, das revoltas escravas e principalmente exalta figuras negras, sua importante participação na História brasileira e a importância do processo abolicionista. Apresentam dados, explica conceitos, as diferentes formas de escravidão, a ligação da escravidão com o mundo, e termina com propostas de estudo sobre a temática.

Para concluir, apresentamos uma proposta de aula que apresenta uma visão diferente dos movimentos de resistência e que não foi encontrada nos livros didáticos estudados. Surge como

---

6 Idem. p.16-17.

7 BRASIL. Lei nº10639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

8 SANTOS, Julio Ricardo Quevedo dos. **História com reflexão**. V.4. São Paulo: IBEP, 2008. p.42-58.

9 PANAZZO, Silvia. VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História**. V.8. São Paulo: Quinteto Editorial, 2009. p.191-198.

10 COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. V.2. São Paulo: Saraiva, 2010. p.282-286.

11 VAINFAS, R. et al. **História: o longo século XIX**. V.2. São Paulo: Saraiva, 2010. p.249-265.

uma proposta complementar para cumprimento da lei e também uma forma de desconstruir a imagem que temos de que somente o quilombo de Palmares se destacou como um movimento de resistência.

Caracterização: Escola Municipal Compositor Luiz Gonzaga, localizada no bairro da Freguesia, Jacarepaguá, Rio de Janeiro (7ª CRE). Tem como alunado a região da Cidade de Deus, onde atualmente é uma comunidade pacificada com um nível sócio-econômico baixo. Plano de curso para 8º ano. Faixa etária: entre 13 e 15 anos.
Objetivos específicos: Reconhecer a participação dos escravos na formação brasileira e mas especificamente no processo abolicionista; analisar o processo que levou a extinção do tráfico negreiro em 1850; avaliar os reais impactos das leis no sistema escravista brasileiro; identificar como foi abolida a escravidão no Brasil e desenvolver atitudes contrárias ao preconceito e à discriminação racial.
Método: apresentação do conteúdo programático, pergunta-desafio (A aprovação da Lei Áurea em 13 de maio 1888 significou a efetiva libertação das populações negras e mestiças do Brasil) e discussão de fonte secundária.
Recurso: fonte secundária retirada do livro Visões da Liberdade.[12]
Duração: 3 horas-aulas.
Conteúdo: Conceito de escravidão, a imagem do negro ao longo do tempo, a importante participação negra nas revoltas regenciais, o processo abolicionista.
Objetivo: Compreender que a abolição da escravatura foi o acontecimento mais expressivo no conjunto de transformações que assinalou a segunda metade do séc. XIX. Da mesma forma constituiu-se num processo que envolveu quase todos os setores da sociedade, inclusive com ampla participação dos próprios escravos. Analisar fontes que comprovam a participação negra na abolição. Entender que a abolição da escravidão frustrou não só os escravos, como também alguns dos principais abolicionistas. Estes consideravam que a extinção da escravidão deveria ser apenas o primeiro passo para uma profunda transformação da sociedade brasileira. A ela deveriam se seguir medidas que possibilitassem a reorganização da economia brasileira e a integração social dos ex-escravos, mais isso não aconteceu.
Avaliação: Participação dos alunos e análise do trabalho com fonte. O aluno deverá ser capaz de identificar na fonte a importância da participação negra no processo abolicionista.

Bibliografia

CARDOSO, F. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: 1977.
CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[12] CHALHOUB, S. Op. cit. p.81-93.

COSTA, E. **A Abolição**. São Paulo: UNESP, 2008.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. V.2. São Paulo: Saraiva, 2010.

PANAZZO, Silvia. VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História**. V.8. São Paulo: Quinteto Editorial, 2009.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo dos. **História com reflexão**. V.4. São Paulo: IBEP, 2008.

SCHIMIDT, M e CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHWARTZ, S. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, K e SILVA, V. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

___. et.al. **História: o longo século XIX**. V.2. São Paulo: Saraiva, 2010.

SESSÃO 14
Aspectos do Brasil Império

Influências da Nacionalidade na Formulação da Doutrina de Limites do Império do Brasil

Prof. Leonardo Moreira Casquilho (UGF)[1]

O século XIX foi, segundo Hobsbawm, a oficina das nações (HOBSBAWM, 1990, p. 42). O processo de independência em 1822 foi o início para a abertura do recém formado Império brasileiro para a formação de uma nacionalidade. Projetos de identidade política e social foram sendo formados durante o decorrer do período imperial, mesmo que para poucos, criando, ou, nas palavras de Benedict Anderson, *imaginando* uma nação e seu corpo social[2].

Todos os autores que trabalham com o conceito de nacionalidade, quer seja específico para os séculos XIX ou XX, quer seja para o período atual utilizam em suas referências o ensaio escrito em 1882 por Renan em Sorbonne *O que é nação?* Por ser contemporâneo do século XIX, podemos utilizar o ensaio como fonte secundária para demonstrar as especificidades do que se entendia como nação, nacionalidade, o sentimento de pertencimento que os europeus neste período formulavam. O presente trabalho não procura apenas examinar o conceito de nacionalidade numa perspectiva eurocêntrica, mas a própria formulação de construção de nacionalidade no império brasileiro seguiu os moldes europeus do século XIX.

Renan faz uma crítica às formulações do século XIX que unificam o entendimento de raças. Para Renan a nação é um fenômeno moderno, recente na história da humanidade. Relega à França o início do movimento das nações dando diretamente o início da nacionalidade moderna a Revolução Francesa, em 1789, final do século XVIII. Separar os grupos étnicos, linguísticos, e raciais em identidades nacionais distintas umas das outras faria ruir a concepção de nação. Sendo a nação é uma construção histórica formulada pela vontade de grande parte de seus indivíduos.

Para Renan, uma nação tem que ter um território de tamanho suficiente pelo simples fato que no século XIX as nações tinham como meta a hegemonia política e econômica acima das outras nações. Daí poderemos, grosso modo, exemplificar o processo de imperialismo que as nações europeias exerceram nesse período. Hobsbawm também cita que, para ser considerado uma nação, um Estado tem que ter um território considerável (HOBSBAWM, 1990, p. 42).

Hobsbawm afirma que o século XIX foi o século da construção das nações, mesmo que os contemporâneos a essa época não a tenham conseguido defini-la por completo. Diz que sua

[1] Ex-aluno do Departamento de História da Universidade Gama Filho; Licenciado e Bacharelado em História; professor da Rede de Cursos Progressão; pesquisador da Clio Projetos; e-mail: casquilholmc@clioprojetos.com.br.

[2] Segundo B. Anderson: "Ela [a nação] é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles" (ANDERSON, 2008, p. 30).

origem advém do século XVIII e que nenhum critério lançado pela historiografia das últimas duas décadas a sua obra é insatisfatório para definir o que é uma nação, sendo que estes critérios foram feitos baseados na língua, na etnia ou em uma combinação com o território comum, a história comum, os traços culturais comuns dentre outros, sendo ambíguos, mutáveis e opacos, mesmo que seus integrantes tenham consciência de fazer parte de uma nação. Cita suas posições sobre as quais o nacionalismo significa um princípio que sustenta a unidade política e nacional, não considerando nação uma entidade social originária ou imutável.

Hobsbawm cita que na prática havia três critérios que permitiam um povo ser considerado uma nação, após o critério de ter um território considerável: uma associação histórica com um Estado existente ou passado e a capacidade de conquistar outros povos, ou pelo menos ser uma potência aos olhos destes.

Benedict Anderson diz que com o início das edições impressas no século XVI as línguas vernáculas começaram a serem lidas e escritas por um numero cada vez maior de pessoas. Tirando também a exclusividade de poucos letrados ao acesso a informação, dando voz aos outros setores da sociedade, sendo atribuídas como línguas "oficiais" de monarcas criando uma "popularização" destas línguas vernáculas no qual a imprensa criou uma massa de leitores monoglotas, criando campos de intercâmbio e comunicação e identificação em comum (ANDERSON, 2008, p. 25-106).

Anderson cita o caso do Império brasileiro que foi o único local das Américas que utilizou o regime monárquico, que para Anderson foi ocasionado pela fuga do Rei D. João VI e a corte portuguesa em 1808 de Napoleão Bonaparte, que ao voltar para Portugal, D. Pedro I, filho de D. João, foi coroado Imperador. Cita também que a unificação do Império brasileiro se deu em parte graças ao seu corpo administrativo que foi educado num sistema de ensino centralizado, no qual Anderson utiliza como base o estudo do historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2003).

Em seu artigo *O nacionalismo importa*, Craig Calhoun entende o nacionalismo como a formação discursiva pensando e escrevendo unidades básicas para constituir nações. O nacionalismo foi uma doutrina inventada no início do século XIX, porém culturalmente o sentimento é mais antigo sendo que "o nacionalismo moderno é uma transformação lavrada sobre as antigas identidades étnicas pelas novas circunstâncias da modernidade [...]" (CALHOUN, 2008, p. 37-69). Assim, a nação começou a ser identificada por uma individualidade ao mesmo tempo em que o homem constitui uma ideia de igualdade horizontal as nações, no campo do direito internacional, entenderam-se como iguais. Nesse modelo de igualdade as nações constituídas a partir das antigas metrópoles europeias puderam sentir-se iguais e reivindicar as concessões, direitos, que uma nação poderia ter.

João Alfredo Anjos descreve o projeto de nacionalidade desenvolvido por José Bonifácio, primeiro responsável pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império brasileiro pós independência. O plano de formação nacional desenvolvido por Bonifácio no período de

independência do Brasil o considerava uma "potência transatlântica" e defendia o princípio de indivisibilidade territorial (ANJOS, 2007). O projeto para a formação da Nação brasileira, dentro do chamado *pensamento andradino* buscava a integração dos indígenas e africanos, a reforma na educação, nas relações de trabalho e da terra. O Império brasileiro deveria excluir a escravidão de sua ideologia social e econômica. Assim o Império brasileiro deveria adotar com as repúblicas da América do Sul um projeto americanista diferentemente do *moroísmo* sendo sua intenção a cooperação mútua entre as nações americanas priorizando a América do Sul e os interesses da independência econômica.

Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos discorre sobre as relações diplomáticas entre o Império brasileiro e seus países limítrofes, exceto Argentina, Paraguai e Uruguai, que são da região e do subsistema do Prata. Para Villafañe há a preocupação em definir as fronteiras e a navegação com estas repúblicas, mas ao mesmo tempo de outros temas deste subsistema do pacífico (SANTOS, 2002).

Entre 1823 a 1850 ocorria uma ruptura com as estruturas da antiga ordem colonial sendo que as relações com esses países foram poucas para evitar apenas a formação de uma coligação antibrasileira. Entre 1850 a 1880 ouve o inicio de uma nova ordem colonial, sendo que na década de 1850, em especial, as relações com as repúblicas do pacífico tornaram-se integradas, podendo o Império brasileiro dedicar-se em resolver questões de fronteiras e navegação nos rios pelo princípio jurídico do *uti possidetis.*

Para o historiador Amando Cervo a política de limites do Império brasileiro tem como conceito-chave cultural para o estudo do caso brasileiro a ideia de nacionalidade. Cervo diz que as características da nacionalidade brasileira construíram-se com base na herança portuguesa sendo sustentada pelo Estado monárquico criando-se o mito da grandeza nacional. Sendo a nacionalidade brasileira introvertida, caracterizada pela vastidão territorial e de recursos (CERVO, 2008).

A política de limites era a preservação deste legado utilizando o *uti possidetis,* que segundo Cervo é "um subproduto da ideia brasileira de nacionalidade, que incorporava o legado e o mito da grandeza". Cervo compara a nacionalidade do Império brasileiro às nacionalidades das repúblicas da América do Sul que identificava, basicamente, como sendo nacionalidades indefinidas, fazendo com que estas repúblicas não pudessem realizar uma política de limites conforme o Império brasileiro executou.

Segundo Demétrio Magnoli e Newman Caldeira o princípio jurídico do *uti possidetis* é pautado na ocupação e tem, basicamente, duas vertentes: o *uti possidetis juris* e o *uti possidetis de facto* (CALDEIRA, 2007, p. 22). A primeira defende a permanência da posse territorial através de comprovação documental: Tratados, resoluções, acordos diplomáticos, etc.; a segunda defende a posse territorial pautada em provas concretas, no espaço geográfico em questão, ou seja, em provas de demarcação, de povoamento, de utilização, provas físicas que provem que a nação que defende a posse de um determinado território usufrui dele, ou pelo menos já usufruiu.

Cervo diz que o Império brasileiro herdou, em 1822, na independência, "uma situação *de facto* confortável, *de jure* delicada".

Cervo demonstra que houve uma crescente preocupação com a questão de limites a partir de 1838. Antes não havia preocupações que levassem à busca por resoluções ou pela criação de uma doutrina para os limites. Mas por causa do aumento de incidentes nas fronteiras a opinião pública trouxe para a luz das discussões a questão dos limites assim como o convencimento que a manutenção da paz entre o Império brasileiro e as repúblicas limítrofes ocorreria com a resolução deste aspecto.

O princípio jurídico do *uti possidetis* começou a ser utilizado como doutrina de fronteiras no Império brasileiro com o início da gestão, em 1849, de Paulino José Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, na pasta dos negócios estrangeiros.

A doutrina de limites baseada no princípio jurídico do *uti possidetis* já havia sido desenvolvida e habilmente implementada pelos portugueses no período colonial no Tratado de Madri, de 1750. Mesmo com as mudanças conjunturais políticas que passaram da condição de colônia portuguesa na América para Império independente a partir de 1822, o princípio jurídico do *uti possidetis* continuou sendo a forma na qual foi defendida a legitimação das posses e territórios.

A imutabilidade do princípio jurídico do *uti possidetis* consolidou a doutrina de fronteiras de 1850 até o final do Império brasileiro sendo apenas necessários corolários para sua complementação quando o princípio não era suficiente para a definição clara dos limites. Quando não era possível a utilização do *uti possidetis* os corolários foram utilizados pelos critérios:

> a) referência aos tratados coloniais, na ausência de ocupação efetiva; b) ocupação colonial prolongada à independência como geradora do direito; c) permuta, cessão ou transação de territórios em favor da fronteira mais natural e dos interesses do comércio e da navegação; d) vinculação da navegação e do incremento comercial à solução dos limites (CERVO, 2008, p. 97).

O princípio jurídico do *uti possidetis* fundamentou a definição dos limites das fronteiras do Império brasileiro amparado, segundo Cervo, pela vastidão territorial que o Império brasileiro "herdou" de sua antiga metrópole, Portugal, enquanto condição de colônia luso americana. Cria-se no período colonial o mito da Ilha-Brasil. A vastidão territorial teve sua formação e defesa no período imperial pela formação de uma História nacional formulada por integrantes da elite intelectual como, por exemplo, Varnhagem embasado em instituições históricas e científicas como o IHGB.

Para Magnoli, o Estado nacional e a Nação têm o poder de coerção que legitima os governos e que "o vínculo nacional é o resultado de uma operação criadora, que manipula história e geografia, tempo e espaço, para gerar uma nação onde antes existia [...] uma frágil zona cultural" (MAGNOLI, 1997).

No século XIX o território deixa a condição de propriedade do Estado para tornar-se parte integrante do próprio Estado, entrando na condição de *ser* e não do *haver*. O princípio jurídico do *uti possidetis* faz parte desse movimento de naturalização do território do Império brasileiro, pois é parte integrante da construção da nacionalidade brasileira e defende não só a posse do vasto território, mas também a própria condição social do que o Império brasileiro é formado, defendendo, assim a continuidade do sistema latifundiário e mantendo o *status quo* da elite imperial.

Magnoli também salienta da importância das fronteiras naturais delimitadas pelos cursos d'água sendo para ele que não há fronteira natural melhor que delimitada por águas, sendo a ilha constituindo o território perfeito, podendo ser parte integrante, esta ideia, para a formação do mito da Ilha-Brasil, que foi a construção de uma imaginação que as posses territoriais da metrópole portuguesa constituíam uma espécie de arquipélago formado pelas bacias hidrográficas da América do Sul, principalmente as bacias platina e amazônica e um lago mítico, no centro do território do subcontinente.

O mito da Ilha-Brasil tem duas faces que podem elucidar na formação de um projeto nacional no século XIX e reafirmar a defesa do território do Império brasileiro. Ele resume-se na ligação entre a água e a terra. Ou seja, ao mesmo tempo que legitima a defesa dos territórios herdados pelo Império brasileiro também legitima a soberania do Império nas águas dos rios limítrofes. O sentido territorial da expansão portuguesa pode ser compreendido, basicamente, como controle dos estuários do Prata e do Amazonas. O primeiro foi o mais conflitante até meados do final do século XIX. O segundo estuário teve ocupação menos traumática do que o do Prata. Esses "pólos" ao mesmo tempo serviam de entrada do mercado internacional e comunicação externa para as nações da América do Sul. Controlá-los era de suma importância para obtenção do *status* de nação superior.

Duarte da Ponte Ribeiro e Varnhagem defendiam como ideologia de legitimação regional e territorial o mito da Ilha-Brasil, sendo que, o mito poderia cumprir dupla função: manutenção da herança colonial e as ambições na área platina. Em documento solicitado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza de 1851 intitulado *Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império,* Varnhagem sugere a utilização do *uti possidetis* para futuros acertos dos limites das fronteiras com cuidado para que não sejam levantadas suspeitas pelas partes das repúblicas vizinhas:

> O uti possidetis admittido para terrenos despovoados convida a uma posse adquirida pouco a pouco e ás escondidas; a tal posse vulpina, quando não fundada em algum direito, ou no maior numero de vantagens que ella póde proporcionar a uma das Nações limitrophes do que á outra, pode dar lugar a abuzos e immoralidades que introduzão [...] desconfiança, em vez de harmonia e boa fé. Se quizermos primeiro fazer admitir bazes geraes ostensivas [...] podemos motivar receios a nossos vizinhos mais fracos

> que nós, causar demora das soluções definitivas e dar armas á França ou á Inglaterra que ellas saberão aguçar e voltar contra nós. Vizemos portanto abertamente á maior conveniência publica nossa e alhêa, e cedamos alguma vez para que também nos cedão. Vamos direitos aos tratados de limites, e deixemos á habilidade dos nossos negociadores o invocarem verbalmente já o exemplo do de 1750 [Tratado de Madri], tão justo e pensado; já o de 1777 [Tratado de Santo Ildefonso], feito a bel prazer dos antepassados de nossos vizinhos; já o uti possidetis, pelo direito que dá a toda a posse pacífica; já – finalmente, e mais que tudo, a conveniencia de escolher as melhores balizas que offereça o territorio raiano.[3]

A preocupação de Varnhagem está no esclarecimento da base de utilização do princípio do *uti possidetis*, para que não seja motivo de desconfiança no cenário republicano da América do Sul.

O primeiro Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1849[4] demonstra a preocupação do Império brasileiro em assistir as nações amigas na criação de relações comerciais e na continuação de regulação dos limites com base no princípio do *uti possidetis*.

Como exemplo de defesa do território do Império brasileiro o ministro Paulino José Soares de Souza cita a formação de um destacamento boliviano em local chamado de Corixa Grande, entre os anos de 1847 e 1848, de antiga posse do Império brasileiro. Após defesa por reclamações da Província de Matto Grosso e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do local e da saída do destacamento militar boliviano foi posto um destacamento brasileiro no local.

O caso descrito no segundo Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1849[5] sobre a reclamação da República Argentina de suposto acordo entre o Império brasileiro e a República do Paraguai para a construção de estradas que ligariam as duas partes gerou correspondência que foi respondida categoricamente pelo ministro Paulino José Soares de Sousa:

> A essas informações accrescentará o abaixo assinado que nenhum accordo existe entre o governo imperial e o do Paraguay para a abertura de estradas para a comunicação dos respectivos territorios, accordo e comunicação que nenhum direito inibe, e que, se as estradas abertas por cada um no respectivo territorio se encontrarem no mesmo ponto da respectiva rais, o governo imperial não deixará de aproveitar-se disso, para abrir e manter por ahi relação de commercio com aquelle paiz.[6]

---

[3] VARNHAGEM, F. A. *Memória que se podem consultar nas negociações de limites do Imperio*. 1851 Arquivo Histórico do IHGB, Lata 340, pasta 6. Versão transcrita. O original está no arquivo histórico do Museu Imperial em Petrópolis, RJ.

[4] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1849-1A.

[5] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1849-2A.

[6] *Idem*, p. 63. Anexos, nota 49. Nota enviada ao Sr, Thomaz Guido, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Argentina.

Para a República da Argentina o Paraguay era uma província argentina que estava revoltosa com seu governo central. O Império brasileiro, desde a década de 1820 já reconhecia a independência paraguaia. Além disso, o governo argentino utilizou como justificativa de posse do território e de suas reclamações o Tratado de 1777 que era combatido pelo Império brasileiro por não ser embasado no princípio de *uti possidetis de facto*.

A manutenção da condição de articulação e de não enfrentamento do Império brasileiro para não gerar rancores por parte das repúblicas da América do Sul pode ser exemplificada no Relatório de Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1850[7] no caso da questão da Região do Pão de Assucar, próximo aos rios Apa e Paraguai em 1849. Houve um conflito entre duas tropas, uma brasileira e outra paraguaia. O Império brasileiro desiste da posse do local para que não houvesse mais conflitos. aceitando as argumentações pela parte paraguaia, e segundo o Relatório de 1850:

> [...] que essa desistencia não importava, de modo algum, desconhecimento ou renuncia do direito que o Brasil entendia ter ao territorio de que se tratava, mas unica e simplesmente o adiamento da questão para quando fossem tratados os de limites, que o governo imperial queria resolver com o Paraguay amigavelmente, e por uma discussão pacifica e aprofundada.[8]

No Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1852[9] o ministro Paulino José Soares de Souza informa a assinatura do Tratado de limites com a República Oriental do Uruguai utilizando o princípio do *uti possidetis*. É relatado a discussão das duas Partes no que cerne ao acerto de fronteiras com base no *uti possidetis* pela posse de território nos limites. O Império brasileiro defende-se utilizando como premissa que as terras pertencem a famílias brasileiras[10].

No mesmo relatório há a preocupação por parte do ministro Paulino José Soares de Souza da falta de resoluções das fronteiras que podem gerar um conflito entre o Império brasileiro e a República do Paraguai. Assim, o ministro Paulino José Soares de Souza diz:

> A falta de solução das questões de limites com o Paraguay tem embaraçado a d'outras tambem de momento, e pode prejudicar seriamente para o futuro as boas relações que tem subsistido e subsistem entre os dous Paizes. O tempo que passa vai enredando e dificultando cada vez mais a solução dessas questões [...]. Fixando-se cada uma das partes em pretenções incompativeis com as da outra, e deliberadas ambas a não recuar, é impossivel chegar a um accordo, e por isso durante seculos nunca o poude haver. Sómente a guerra poderia não desatar, mas cortar essas dificuldades. Esses Tratados,

[7] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1850. p. XI.
[8] *Idem*, p. XII.
[9] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1852.
[10] *Idem*, p. 9.

> ainda dependentes de demarcações para a fixação das linhas, não removem todas as duvidas, mas resolvem as principais. É indispensável, em ordem a evitar o estabelecimento de novas posses e maiores complicações para o futuro, fixar os pontos cardeaes dos limites do Imperio [...] e determinar, desenvolver e explicar depois por meio de comissarios as linhas que os devem ligar. Supposto antes de serem corridas as linhas divisorias, possão ter lugar usurpações, haverá com tudo uma base para as reconhecer e inutilisar [...]. A experiência tem mostrado que a população dos Estados visinhos com areas muito menores que as do Imperio, e principalmente a dos centraes, tende a alagar-se sobre as nossas fronteiras, ao passo que a nossa população, antigamente atrahida para esses pontos pela industria e minas [...] tende hoje a approximar-se do litoral. Assim é que não sómente não se tem formado novos estabelecimentos nas nossas fronteiras, mas parte dos antigos tem sido abandonada, ou se acha em decadencia.[11]

Podemos exemplificar a escolha política do Império brasileiro no que cerne ao fomento da desfragmentação das regiões da antiga metrópole espanhola em diversas repúblicas para conseguir assim a manutenção de nação influente no contexto regional. Assim é orientado Duarte da Ponte Ribeiro nas instruções: "Deseja o Governo Imperial e concorrerá quanto poder para que as nacionalidades existentes sejam mantidas, e não absorvidas por outros Estados".[12] Nas instruções para Ponte Ribeiro também havia a orientação da busca pelo reconhecimento do princípio do *uti possidetis* por parte das repúblicas para a definição dos limites das fronteiras para a defesa da posse do território entendido como brasileiro: "Com esse reconhecimento [do *uti possidetis*] conservaremos tranquillamente todos os pontos de fronteira de que temos antiga posse [...]"[13].

O Império brasileiro desejoso de utilizar como princípio para a definição de fronteiras o *uti possidetis* e ciente da vontade das repúblicas da América do Sul da obtenção de livre navegação dos rios sob sua soberania utilizou-se desta vontade e necessidade das repúblicas para usá-la como barganha para a aceitação do principio do *uti possidetis* como delimitação de seus limites fronteiriços em troca da obtenção de Tratado bilateral com cada uma das repúblicas de livre navegação dos rios pertencentes a soberania do Império brasileiro.

Na década de 1850 o parecer da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros é contra a abertura do rio Amazonas à navegação internacional no que cerne ao receio de que a área da bacia do Amazonas tem pouca densidade populacional quando não despovoada. O Império brasileiro buscou a resolução da definição de limites e do acertamento da livre navegação separadamente com cada uma das repúblicas limítrofes ao seu território através de Tratados

[11] Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1852. p. 10.

[12] Instruções para o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Junto às Repúblicas da América Meridional, 1º de março de 1851. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

[13] Instruções para o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Junto às Repúblicas da América Meridional, 1º de março de 1851. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

bilaterais, protelando a abertura à navegação internacional objetivando agilizar a burocracia e a comunicação com a corte no Rio de Janeiro e a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas para o povoamento que foi dado depois como inviável pela companhia e o fortalecimento das forças militares.

Em 1852 por Miguel Maria Lisboa, o principio *uti possidetis* é aceito pela Bolívia para a delimitação das fronteiras. Sobre a preocupação de transparência nas negociações podemos citar as instruções dadas a Ponte Ribeiro:

> Desejo promover relações com os Estados conterraneos, facilitar o desenvolvimento reciproco para elles e para o Brasil da sua população, comércio e riquesa, e por isso em lugar de trancar os Rios, que podem ser um poderoso instrumento para o augmento e riquesa, como fez Rosas no Rio do Prata, não duvida, mediante convenções adequadas, e talvez os Regulamentos fiscais e de policia conceder aos outros Estados Americanos a faculdade de descer seus rios até o Oceano para fins de commercio.[14]

Segundo Palm a abertura do rio Amazonas à navegação internacional ocorreu em 1866 sem o receio de movimentos expansionistas internacionais e com a doutrina de limites definida pelo principio *uti possidetis* firmado desde a década de 1850.

Vitor Marcos Gregório analisa o temor das casas legislativas do Império brasileiro de uma ocupação ostensiva de estrangeiros na região amazônica e do incentivo dos parlamentares para a proteção dos empresários brasileiros para a defesa da indústria e comércio nacionais (GREGÓRIO, 2008).

Encontramos exemplificado nas instruções a Miguel Maria Lisboa em missão as repúblicas da Venezuela, Equador e Nova Granada[15] a autorização para a concessão de navegação nos rios pertencentes ao Império brasileiro em troca da aceitação, por parte das repúblicas, do princípio do *uti possidetis* como fundamento para as negociações de Tratados de limites. Segundo as instruções haviam três circunstâncias que auxiliavam essa aceitação: o restabelecimento da paz entre a Venezuela e o Império brasileiro; o reconhecimento do princípio do *uti possidetis* em Tratados de limites anteriores com a República do Peru e a República Oriental do Uruguai; e a disposição de autorização do Império brasileiro de conceder livre navegação e acesso para as repúblicas dos rios pertencentes ao Império brasileiro em troca da aceitação do princípio do *uti possidetis*:

> O estar o Governo Imperial disposto, nos termos abaixo declarados, a permittir e a regular o commercio de fronteira, e a permittir que embarcações desção pelos limites do Imperio para commerciarem, o que muito convem,

[14] Instruções para o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Junto às Repúblicas da América Meridional, 1º de março de 1851. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

[15] Instruções para o Sr. Miguel Maria Lisboa, Ministro Residente em Missão especial junto às Repúblicas de Venezuela, Equador e Nova Granada, 20 de março de 1852. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

> e é ha muito tempo desejado por aquellas Republicas e especialmente pela da Venezuela. V. S. deverá prevalecer-se muito dessa concessão para obter em compensação a designação de limites mais vantajosos.[16]

Nas mesmas instruções é demonstrado também a não aceitação de retrocessos das posses territoriais do Império brasileiro e a busca pela uniformalização dos procedimentos para as negociações tanto de fronteiras tanto de navegação.

A doutrina de limites com base no princípio jurídico do *uti possidetis*, especificamente o *uti possitedis de facto*, defendeu um território vasto, imaginado como brasileiro, não apenas como posse, mas como parte integrante da nação brasileira no contexto do período do Segundo Reinado e doravante no tempo. A busca pela aceitação do princípio do *uti possidetis* por parte do Império brasileiro foi pela manutenção de um território auto suficiente para suprir suas necessidades e os interesses de sua elite econômica e a manutenção da condição de nação com maior território na América do Sul, para manter sua influência regional perante as outras nações que são características defendidas para a formação de uma nacionalidade e de um Estado-nação no século XIX. O princípio do *uti possidetis* foi utilizado em diferentes contextos políticos para a defesa da posse do território. A concessão da livre navegação dos rios do Império brasileiro foi utilizada como barganha em troca da aceitação do princípio do *uti possidetis* pelas repúblicas limítrofes, na defesa do *status quo* de nação influente e da defesa da posição geopolítica estratégica que fez com que o Império brasileiro fosse incluído na política internacional da América do Sul. Além de controlar as duas saídas marinhas e grande parte do litoral da América do Sul banhado pelo Oceano Atlântico.

Documentação

Instruções para o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Junto às Repúblicas da América Meridional, 1º de março de 1851. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

Instruções para o Sr. Miguel Maria Lisboa, Ministro Residente em Missão especial junto às Repúblicas de Venezuela, Equador e Nova Granada. 20 de março de 1852. (317-04-13). Arquivo Histórico do Itamaraty.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1849-1A. Latin-American Microform Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL). Disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/relaçoes_exteriores>. Acesso: 8 de maio de 2011 às 08:00.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1849-2A. Latin-American Microform Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL). Disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/relaçoes_exteriores>. Acesso: 8 de maio de 2011 às 08:40.

[16] *Idem.*

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1850. Latin-American Microform Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL). Disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/relaçoes_exteriores>. Acesso: 8 de maio de 2011 às 09:20.
Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1851. Latin-American Microform Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL). Disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/relaçoes_exteriores>. Acesso: 8 de maio de 2011 às 10:30.
Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1852. Latin-American Microform Project (LAMP), Center for Research Libraries (CRL). Disponível no site: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/relaçoes_exteriores>. Acesso: 8 de maio de 2011 às 12:20.
VARNHAGEM, F. A. **Memória que se podem consultar nas negociações de limites do Imperio**. 1851 Arquivo Histórico do IHGB, Lata 340, pasta 6.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das letras, 2008.
ANJOS, João Alfredo dos. José **Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
CALDEIRA, Newman di Carlo. **Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867**). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.
CALHOUN, C. "O nacionalismo importa". In: PAMPLONA, M. A.; DOYLE. D. H. (orgs.) **Nacionalismo no Novo Mundo.** Rio de Janeiro: Record, 2008.
CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Ed. UnB. 2008.
GREGÓRIO, V. M. **Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867).** São Paulo: Edusp, 2008.
HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
MAGNOLI, D. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Moderna, 1997.
PALM, P.R. **A abertura do rio Ama zonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
ROUANET, M. H.(org.). **Nacionalidade em questão.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – I.L., 1997.
SANTOS, L. C. V. G. **O Império e as repúblicas do pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador, e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
SECRETO, Maria V. O destino não manifesto: a historiografia brasileira das fronteiras**. Dimensões.** Revista de História da Ufes. UFES, Vitória, 2002. p. 291-315.

D. Pedro II e as Viagens para o Egito: o Início da Egiptofilia no Brasil

Marco Aurelio Neves Junior (UGF)[1]

O Egito Antigo causa paixão e atração, por conta disso, duas práticas começaram a ser usadas quando da queda do império egípcio, após a morte de Cleópatra VII. Essas práticas cresceram e ganharam espaço, mesmo antes do surgimento da Egiptologia. A Egiptomania e a Egiptofilia não só dominaram os imperadores romanos, como também fizeram a cabeça de D. Pedro I e D. Pedro II, os imperadores do Brasil.

Segundo Margaret Bakos, Egiptomania é "a reinterpretação e o reuso de traços da cultura do Antigo Egito, de modo que lhe atribua novos significados"[2]. A Egiptomania é explicada pela presença de elementos da cultura egípcia antiga no mundo ocidental, obeliscos em praça pública, filmes que trabalham com essa temática (Egito Antigo), construções como pirâmides. Esse termo surge antes da Egiptologia, pois só podemos considerar qualquer estudo como ciência se tivermos a escrita como forma de registro. Desse modo, como os hieróglifos – escrita egípcia antiga – a partir do século IV caíram em esquecimento, não podemos falar em uma Egiptologia.

Já a Egiptofilia é explicada pelo gosto do exotismo e posses de objetos relativos ao Egito Antigo.[3] Papiros, estatuetas, livros, coleções e viagens para a terra dos faraós, tudo isso faz parte da Egiptofilia. O início desta prática no Brasil é datada a partir 1824 quando artefatos nunca antes vistos por estes lados, estátuas, estelas[4], baixo-relevos, sarcófagos e até múmias chegaram às terras canárias. Essa coleção foi comprada pelo primeiro imperador brasileiro e colocada no Museu Nacional - antigo Museu Real – localizado na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. D. Pedro II cresceu junto com os objetos egípcios de seu pai, não era para menos, tornou-se um fanático apaixonado pelo país dos faraós.

Com muitos estudos e com pouca diversão, o Imperador do Brasil, D. Pedro II, se tornou um grande estudioso de culturas: apreciava uma boa leitura, era apaixonado pela arqueologia, pelas línguas mortas e pelas antigas civilizações, especialmente a do Egito. Iniciou seus estudos de Egiptologia muito antes de sua primeira viagem ao exterior, quer pela leitura de tratados e memórias, quer seja pela comunicação assídua com egiptólogos renomeados como Mariette Bey, Brugsch, Mr. De Rougé.

---

[1] Universidade Gama Filho, manjunior007@globo.com

[2] BAKOS, Margaret. *Egiptomania*: *O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. p.10.

[3] BAKOS, Margaret. Egiptomania: O Egito no Brasil. São Paulo: Paris Editorial, 2004. p.10.

[4] Lajes monolíticas, geralmente de calcário, mas também há as que são feitas de arenito e de granito. Tendo diferentes funções e formatos. RIBEIRO, Mel(Org.). *EgitoMania, o fascinante mundo do antigo Egito*. Deagostini, Espanha; 2006. p.1128.

Antes da primeira viagem do imperador ao Egito, o clima ainda estava um pouco tenso no Brasil por conta do término da Guerra do Paraguai, que fez ascender o sentimento de ideais republicanos no povo, a exemplo da proclamação da Terceira República na França. Paralelo a isso, a Princesa Leopoldina Teresa (filha do imperador) faleceu em 9 de fevereiro de 1871 e foi decretado luto de seis meses na Corte.

D. Pedro II resolveu então fazer sua primeira viagem ao exterior, aproveitando para visitar os quatro netos que a filha que havia deixado. De acordo com uma brochura de 1872, intitulada *Apontamentos sobre a picaresca viagem do imperador do Rasilb pela Europa* de autoria de Rafael Bordalo Pinheiro, que trazia a paródia das viagens de D. Pedro ao exterior, o imperador foi representado com pernas finas, pouco dinheiro "Dezesseis mil e duzentos réis" que nunca acaba; poucos dias "8 dias" que também nunca chegam ao fim; jaquetão e mala na mão. Bordalo conta sua versão da História:

> "Rasilb é uma nação florescente que se governa a si própria, mas tem a condescendência de pagar a um imperador, para que este, a bem da administração publica, das finanças e do publico desenvolvimento do paiz, estude Hebraico e outras línguas mortas. Um dia S. M. o Imperador do Rasilb pressente que o seu povo começa a secar-se com ele e ele com o seu povo.
> Resolve então viajar [...]
> Resolve pois procurar pelo mundo:
> 1º Povos que o achem bem.
> 2º Sábios que lhe digam coisas.
> E parte mascarado de imperador democrata...
> Deixa assim regente a princesa Zuzu-Bibi-Toto Fredegundes-Curegundes e numa prudente lei sobre a escravidão institui que:
> Art. 1º: Ficam livres todos aqueles que não nasceram no Império do Rasilb.
> O que alegra medianamente os futuros pais..." (PINHEIRO, 1872, p.2)

Em 25 de maio de 1871, o imperador e a imperatriz partiram em viagem com sua comitiva composta de: Antônio Nogueira Vale da Gama, camarista; Barão do Bom Retiro, oficial-mor da casa real; Barão de Itaúna, médico; D. Josefina da Fonseca Costa, dama da Imperatriz; D. Leonídio dos Anjos Espozel; D. Joana Maria; Pedro Paiva, criado particular do Imperador; e vários outros servidores da casa real. Deixando o governo sob as mãos da Princesa Isabel, com apenas 24 anos. Visitou Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Áustria, Itália e Egito, retornando a Portugal. A viagem durou cerca de dez meses. Quando desembarcou em Alexandria, em 28 de outubro, recebeu dois telegramas - um de Florença e outro de Milão - que o informava sobre a aprovação da Lei do Ventre Livre no Brasil no mês anterior, o que rendeu muitos elogios à política do país por parte da imprensa estrangeira.

De Alexandria ele seguiu para Suez de trem que o vice-rei do Egito tinha colocado a sua disposição, um grande carro forrado de damasco carmesim, com franjas de ouro; logo

depois partiram para Ismaília – um porto do canal de Suez, entre o Mar Vermelho e o Mar Mediterrâneo. Na manhã do dia seguinte, partiram no mesmo barco para Port-Said onde viram tudo que tinham para ver na pequena cidade e voltaram no mesmo barco a Ismaília; logo depois, a comitiva pegou o trem para o Cairo; passando alguns dias de sua chegada, pegaram uma carruagem puxadas por lindos cavalos e foram até o complexo das pirâmides de Gizé, visitou as pirâmides dos faraós Quéops (que escalou com a ajuda de árabes e aproveitou para descansar e fazer um lanche), Quéfren e Miquerinos, além da grande esfinge de Gizé.

Gaillardot Bey convidou D. Pedro II em 1º de novembro de 1871 para ser membro honorário do *Institut National d'Egypte*. Chegando até a fazer um discurso de agradecimento, dizendo que já conhecia um pouco sobre o Egito. É claro que o imperador tinha conhecimento da cultura egípcia, e não só disso, mas também da própria língua, desde 1856 ele estudava a escrita hieroglífica e se correspondia há um ano com o alemão Émile Charles Brugsch, e seu livro de cabeceira era a *Grammatica hieroglyphica de Brugsch*, um dos organizadores do Museu do Cairo. Ao retornar para Portugal o imperador mostrou grande tristeza, pois havia ficado maravilhado com o que conheceu do Egito.

Quando regressa ao Brasil, depois de dez meses fora - que no inicio eram oito dias - o povo ficou dividido entre adorar D. Pedro como um "monarca triunfante" ou como "um Napoleão cruzando monumentos que só por acidente parecem pertencer a um país tropical."[5] Depois de sua volta o imperador pareceu um pouco fraco e desinteressado pelos assuntos do governo, a ponto de desabafar com um amigo: "As necessidades do Governo estão me consumindo todas as forças".[6] O que rendeu boas charges na imprensa: "Pedro Banana" (por causa da sonolência) e "Pedro Caju" (pelo queixo grande) viraram símbolos desse desinteresse. Através dessas charges e caricaturas, os artistas serviram de porta-voz do povo, pois o sentimento de abandono por parte do imperador indignava a todos. Porém, D. Pedro nunca se importou com isso, lia os principais jornais que circulavam na Corte e dava boas risadas com as charges que saiam a seu respeito, pois no período de seu governo a liberdade de imprensa era total e os jornais diziam o que queriam, sem sofrer qualquer tipo de censura. O imperador possuía uma alma sensível, em uma observação de seu diário ao Alto Nilo ele menciona:

> Não posso repetir com o filho de Pharaó Aen: Conservae-vos alegres durante vossa vida: com effeito, como é possível ter uma alegria que não é partilhada por meus amigos? Esta viagem encanta-me; entretanto, fico triste ao pensar em meus amigos, que estão privados de similhante prazer. (DEBANNÉ, 1912, p.138).

[5] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras; 1998. p.369.

[6] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras; 1998. p.371.

A primeira charge trabalhada dentro da Egiptomania no Brasil provavelmente foi publicada na segunda metade do século XIX, pela Revista Ilustrada, fundada na Corte pelo artista gráfico Angelo Agostini em 1863. Considerado um dos pioneiros da caricatura no Brasil, Angelo trabalhou em alguns periódicos que circularam em São Paulo e no Rio de Janeiro. A charge mostra o imperador representado sob a forma da esfinge, fazendo alusão à sua viagem à terra dos faraós. A imagem mostra o imperador com corpo de leão e sua cabeça portando o *nemes*, usado pelos faraós egípcios. Na lateral do *nemes,* o artista deixou registradas as inquietações do povo a respeito da Questão Política, Questão Militar e Questão Religiosa. No lugar do *uraeus*, a cobra sagrada, vê-se o emblema da coroa brasileira. O povo aparece logo abaixo, fazendo suas reivindicações.

O imperador do Brasil não ficou intimidado com estas charges. Em 15 de março de 1876, ele embarcou para os Estados Unidos por conta da inauguração da Exposição Mundial da Filadélfia - o motivo oficial dado pela corte foi que a saúde de Teresa Cristina estava debilitada - onde permaneceu por três meses e depois foi novamente para a Europa. Mais uma vez, D. Pedro II pretendia aproveitar a viagem, se passando por um "Monarca-Cidadão", retirando o "dom" do nome, assinando Pedro de Alcântara, afirmando que "O Imperador está no Brasil. Eu sou apenas um cidadão brasileiro". Em 16 de novembro, chegou a Atenas e em cinco de dezembro foi para o Egito novamente. Lá passou o Natal e seguiu viagem pelo Alto Nilo acompanhado do egiptólogo francês Mariette Bay. Essa segunda viagem de D. Pedro II ao exterior não teve muitas críticas como a primeira.

Nessa sua segunda viagem, um fabuloso caixão foi doado para D. Pedro II, que o recebeu de Khedive Ismail. Esse artefato foi doado ao museu nacional, um belo caixão policrômico de madeira, original e lacrado. Dentro desse sarcófago, encontra-se uma múmia com riquíssimas informações. De nome Sha-Amun-Em-Su seria uma cantora de um dos templos de Amon, supostamente teria mais de 35 anos. Possuidora de olhos artificiais esféricos e um penteado peculiar, essa mulher pequena e delicada, muito menor que o sarcófago onde foi enterrada, talvez adaptado para seu funeral, ainda tem muito a nos revelar.

Ao retornar ao país, D. Pedro foi recebido com festa e alegria por parte do povo. Mesmo com toda sua popularidade, o imperador não conseguiu lidar com a crise que abalou o seu governo por causa dos desentendimentos com o Exército e a Igreja Católica. Com um golpe militar, o imperador foi deposto e se exilou em Portugal, depois na França. Seu reinado terminou em 15 de novembro de 1889, quando a monarquia foi derrubada e a República proclamada no Brasil.

Pedro II nos deixou tudo registrado em um diário descoberto pelo Visconde de Taunay durante o leilão dos móveis que pertenciam ao imperador, traduzido e publicado em 1909 por seu filho, Afonso d'Escragnolle Taunay., escrito em francês, uma das supostas intenções dele era a de enviar essas anotações para seus amigos egiptólogos, o famoso *Voyageau Haute Nil.*

Em uma publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. Nicolas Debanné, em sua conferência intitulada "D. Pedro II no Egypto" Além de rabiscar alguns desenhos de monumentos e do cotidiano, ele nos conta como esse diário era escrito, fazendo apontamentos que o imperador estava inconformado com o estado da conservação dos monumentos, pois esses estavam sendo alvos de vandalismo.

> O imperador expõe suas idéias sobre diversas questões, nota o que lhe chamou a attenção, formula duvidas sobre esta ou aquella questão de Egyptologia, colleciona recordações que, a seu ver, esclarecem alguns ponctos duvidosos, etc. Vê-se claramente que elle tomava essas notas para discutir o assumpto com os membros do Instituto, quer no primeiro encontro, quer por meio de correspondência. (DEBANNÉ, 1912, p.135)

O Diário ficou esquecido na biblioteca de São Cristovão, junto com outros papéis íntimos. Quando que em 1890 foram leiloados alguns móveis do palácio, foi reencontrado dentro de uma gaveta em uma pequena mesa. Infelizmente o diário não chegou completo. Até os dias de hoje, ninguém sabe o lugar em que possa estar a última parte, talvez dentro dos inúmeros volumes doados a Biblioteca Nacional, talvez em mãos de algum herdeiro de um de seus amigos egiptólogos, talvez perdido para sempre.

É interessante perceber que o general francês, Napoleão Bonaparte, ajudou a construir o Egito de nossos dias, mesmo que indiretamente, incluindo sua Egiptologia, foi ele também quem construiu o Brasil, pois com a conquista de Portugal, expulsou a família real para o Brasil o que mais tarde foi considerado o começo da independência deste país. E embora algumas pessoas acreditem que estas viagens do imperador do Brasil para o estrangeiro, incluindo o Egito, não tenham trazido futuro para nós, devo mostrar alguns fatos a este respeito. Quando D. Pedro II deixou o Brasil, o país estava com uma grande força vital, pois durante suas viagens fortalecia a política externa do país, anos depois de sua saída do trono ainda continuamos colhemos seus frutos.

Em 1887, o Imperador parte novamente para o exterior, os jornais faziam ironia desta partida dizendo: "Aquele que ainda ontem era o Império, hoje não é nem senhor de si", um monarca doente, sofria de inequívoca decadência física, com idade avançada. Chegaram até a comentar que se a primeira viagem foi motivada pelo desejo de conhecer o mundo, a segunda pela doença da Imperatriz, a terceira foi para esconder um D. Pedro fraco e doente, pois este adoecera em 1887 e no início de 1888. A viagem durou só alguns meses, e novamente princesa Isabel ficou no lugar do imperador, assinando em 13 de maio de 1888 a lei áurea que abolia a escravidão no Brasil.

Nesse mesmo ano, D. Pedro II programava retornar pela terceira vez ao país do Egito, com o objetivo de rever seus amigos do instituto egípcio. O que infelizmente, para ele, não foi possível por conta da proclamação da república e o fim do império do Brasil. Nove dias

após a abolição, D. Pedro recebeu um telegrama da princesa dizendo o ocorrido, assim que o monarca estivesse recuperado o suficiente de sua doença, esse voltaria para a corte. De acordo com o imperador, o Brasil necessitava de sábios, pois não eram somente as armas, e sim o intelectual que asseguravam a grandeza de um país. Além de inspirar no Brasil o gosto pelas ciências, trouxe ao país o interesse pela Egiptologia, o início da Egiptofilia e de forma indireta, influenciou o trabalho da Egiptomania.

Em 1894 a população era de 16.000.000 e em 1910 passa para 25.000.000 de habitantes; a emigração vai de 300 emigrantes por ano em 1840 para 133.000 em 1888, a chegada de italianos, alemães, franceses, suíços, russos e orientais transforma o sangue brasileiro que, até o reinado de D. Pedro II, era praticamente formado por portugueses e espanhóis. A exportação passou de 33.000 contos de réis em 1840 para 261.000 em 1889 e depois para 861.000 contos em 1907; vemos então que a política exterior de D. Pedro II trouxe um resultado que podemos ver no orçamento do Brasil que, a receita era de 16.000 contos de réis e as despesas de 20.000 em 1840, passa respectivamente para 167.000 e 186.000 contos em 1889, chegando em 1907 a 400.000 e 380.000 contos de réis.

Conclui-se que as viagens do imperador do Brasil, D. Pedro II, ou Pedro de Alcântara como gostava de ser chamado durante sua ausência na corte, foi motivo de ser atacado pela imprensa que tornou negativo estas idas ai exterior, porem o monarca sabia das necessidades de nosso país, não precisávamos de um imperador cientista, arqueólogo, egiptólogo, e sim de um sábio. O objetivo de D. Pedro era inspirar o gosto pela ciência a um país que alguns anos antes era uma colônia abandonada. Enfim, as viagens para a Europa trouxeram avanços, mesmo que em longo prazo, para o Brasil.

Além disso, D. Pedro I e logo depois D. Pedro II trouxeram a este país o amor pelo Egito, a Egiptofilia, a Egiptomania e a Egiptologia, que hoje ainda é muito pouco estudada. Graças aos Imperadores do Brasil, outras coleções surgiram aqui, tanto de artefatos egípcios originais quanto de réplicas, temos aqui no Brasil vários museus que possuem peças egípcias, dentre eles temos a Fundação Eva Klabin Rapaport no Rio de Janeiro, MAE em São Paulo, Museu de Artes de São Paulo, Mariano Procópio em Minas Gerais e o Museu Egípcio Rosacruz em Curitiba.

Bibliografia

BAKOS, Margaret. **Egiptomania***: O Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004.

_____, Margaret. Encontro de tempos: A rainha Cleópatra no limiar da ciência e da imaginação. **Revista do Historiador**, 2010.

BRANCAGLION, Antonio. "O Estudo Científico das Múmias Egípcias". In WERNER, Heron; LOPES, Jorge (edit.). **Tecnologias 3D Paleontologia, Arqueologia, Fetologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

DEBANNÉ, N. D. Pedro II no Egito. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 75 (2), p. 131 – 157, 1912.

KITCHENS, K. e BELTRÃO, M. C. **Catálogo da coleção do Egito antigo existente no Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Londres: Aris & Phillips Ltd. 1988, 2 v.

PINHEIRO, Rafael Bordalo. **Apontamentos sobre a picaresca viagem do imperador do Rasilb pela Europa**. Lisboa, s.e., 1872.

RIBEIRO, Mel(org.). **EgitoMania, o fascinante mundo do antigo Egito**. Deagostini, Espanha; 2006.

SANTOS, F. Marques dos. Aspectos da primeira viagem do imperador do Brasil à Europa e Egito (1871 – 1872). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 188 (2), p. 55 – 91, 1945.

SARAIVA, Marcia. **Pinduricalhos da memória: Usos e abusos dos obeliscos no Brasil**. PUC-RS, Porto Alegre; 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das Letras; 1998.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Diário de viagem ao Alto Nilo feita pelo Imperador D. Pedro II em 1876. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 75 (1), p. 217 – 277, 1910.

VERCOUTTER, J. **Em busca do Egito esquecido**. São Paulo: Objetiva, 2002.

SESSÃO 15
História Agrária e Territorialidade

No Meio da Serra: O Túnel Grande e a Expansão para Dentro do Império Brasileiro

Maísa de Brito Braga (UNIRIO)[1]

A pesquisa está incluída no plano de trabalho do professor Pedro Marinho como subprojeto do seu projeto principal: "AMPLIANDO O ESTADO IMPERIAL: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista – Parte 1 -A Expansão para dentro: A Companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II". Dessa forma, a vinculação ao projeto do Professor Pedro direciona minha pesquisa à visão gramsciana do "Estado ampliado" como fruto das relações sociais e à noção de "expansão para dentro".

Toda a pesquisa e orientação do Professor Pedro foi possibilitada pela adesão do MAST ao programa de Iniciação Científica do CNPq. E, sendo assim, a questão historiográfica formulada por ele é o que conduz minha linha de pesquisa.

O ponto central do subprojeto "No meio da Serra" é mostrar como a Estrada de Ferro D. Pedro II – EFDPII – solucionou o problema socioeconômico do Brasil oitocentista: criar uma forma de transporte para o café, principal fonte de renda brasileira na época, sem o risco de perder mercadorias pelo caminho, evitando prejuízos. Além disso, coloca a questão do Túnel Grande como símbolo de avanço tecnológico e científico. Antes de o Túnel ser construído, era utilizada a Linha Provisória para dar continuidade ao tráfego entre Rodeio e Barra do Piraí. O Túnel n°12 – Grande – foi o que permitiu a subida da linha para a Serra do Mar.

A Estrada de Ferro D. Pedro II possibilitou a implantação e ampliação da cafeicultura na Bacia do Paraíba. Antes de sua construção, os Caminhos do Comércio e da Polícia garantiam o fluxo do comércio e das ideias, até a produção cafeeira aumentar fazendo com que as demandas da classe senhorial aumentassem concomitantemente. Sem uma via de comunicação daquele porte, não seria possível efetivar uma expansão para dentro do Império brasileiro.

Stanlei J. Stein, eu seu livro "Vassouras", mostra as adversidades dos fazendeiros para o transporte do café antes da Estrada de Ferro D. Pedro II. F. P. de Lacerda Werneck dizia que "sem o trem de carga você não pode ser fazendeiro da Serra Acima (planaltos)" O fazendeiro pagava um preço elevado pela manutenção de um fornecimento de provisões e pelo transporte do café o que gerava grandes prejuízos com perda de animais nas estradas, o café no chão lamacento, dentre vários outros problemas.

Esse quadro permaneceu até a realização daquela que, na época, foi considerada a maior obra de engenharia da América Latina: A Estrada de Ferro Dom Pedro II, incluindo na obra, toda a rede de pontes e túneis possibilitados graças às soluções científicas e tecnológicas, que permitiram a perfuração das rochas. Particularmente o Túnel Grande.

[1] Graduanda em História na UNIRIO. Bolsista PIBIC pelo CNPq - MAST. maisabraga@mast.br. Orientador: Pedro Marinho.

O autor Augusto Emílio Zaluar sai em viagem do Rio de Janeiro para São Paulo (1860-1861) e comenta no livro "Peregrinação pela Província de São Paulo" da rapidez com que chegaram à antiga estação Belém viajando pela Pedro II. Zaluar mostra sua perplexidade ao ver que as condições de trabalho nos túneis e em toda a obra pela Estrada constituíam-se num trabalho árduo, afirmando: "Um dia os homens farão a justiça necessária ao Sr. C. Ottoni por toda a força de vontade mesmo nas condições com pouco ar e luz." (ZALUAR, Augusto Emílio - Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)).

Almir Chaiban El-Kareh em "Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II" cita o comentário do engenheiro inglês, James Brunlees, sobre o Túnel Grande: "O progresso do serviço no túnel grande não tem correspondido à minha expectação: em meus primeiros cálculos eu supunha possível um adiantamento mensal muito mais forte do que se tem obtido". (EL-KAREH, Almir Chaiban - Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)). O mesmo engenheiro ainda diz que se possuíssem as facilidades que os outros países têm para esse tipo de obra o prazo para o término não seria tão longo.

Luiz Agassiz em "Viagem ao Brasil" descreve o passeio que fez com a Pedro II e, sobretudo, a Estrada Provisória que seria abandonada com o fim das obras do Túnel Grande. Agassiz conta que passadas algumas semanas da excursão, encontrou uma moça recém-casada que tinha certo pavor de fazer o mesmo passeio que ele com medo da morte. E comenta achar divertida a ideia de perigo de tal viagem dos brasileiros. Ele descreve com riqueza de detalhes os lugares por onde passou e deslumbra-se com o fato da ferrovia não destruir a beleza da paisagem, mas sim, com os cortes feitos, mostra ainda mais sua magnitude.

Dessa forma, o subprojeto permite assinalar a importância do avanço científico e tecnológico para a consolidação e ápice da produção cafeeira, tendo em vista, principalmente, na perspectiva dos viajantes.

Meus agradecimentos ao CNPq e ao MAST pela viabilização do estudo e pesquisa, juntamente com meu orientador Pedro Eduardo Monteiro Marinho e nossa equipe de pesquisa com o professor Magno Borges e o bolsista de Ensino Médio José Genival por todo o apoio e ajuda.

Bibliografia

AGASSIZ, Louis e Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975.

EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha Branca de Mãe Preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865).** Petrópolis: Vozes, 1982.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um Município Brasileiro do Café (1850-1900).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).** São Paulo: Itatiaia, 1975.

SESSÃO 16
Escravidão e Alteridade Africana na Época Moderna

As Visitações do Santo Ofício em 1591 e 1763: o Escravismo Colonial a partir das Apropriações nas Práticas Mágico-Religiosas

Prof. Mestrando Marcus Vinícius Reis (UERJ)[1]

Sendo natural de Ponte de Lima e filho de Gabriel Rodrigues e Isabel Dias, Balthesar Pereira não seria o único a se direcionar para as autoridades inquisitoriais que desembarcaram na Capitania da Bahia, em 1591, a fim de denunciar possíveis práticas ilícitas ao catolicismo. Sua denúncia, no entanto, pode ser considerada de relativa importância diante dos escassos relatos ao longo da visitação de Heitor Furtado de Mendonça, que identificariam um escravo como sendo praticante de rituais associados às feitiçarias que já se encontravam amplamente difundidas naquele período, seja na Europa como também na Colônia a partir de outros relatos desta visitação.

Exemplo que poderá corroborar com a assertiva anterior é possível de se localizar na "última Inquisição"[2], no qual, com a visitação guiada pelo Pe. Giraldo Abranches ao longo dos anos de 1763 a 1769 no Grão-Pará, novamente a presença de escravos enquanto mediadores entre os mundos natural e sobrenatural emergiria, mas de modo considerável a partir da documentação referente à presença inquisitorial. Ao contrário da visitação no século XVI, a sociedade paraense forneceria às investigações do visitador um extenso rol de práticas ilícitas supostamente encabeçadas pelos escravos da região.

Denunciado por Manoel Francisco da Cunha ainda no primeiro ano da visitação no Grão-Pará, o escravo José, da nação Mandinga[3], segundo o próprio denunciante que também era seu proprietário, possuía fama na região por praticar rituais de cura nada convencionais aos olhos da Inquisição. A gravidade dos relatos apontados por seu proprietário e por outras testemunhas que buscaram denunciar o escravo pôde ser identificada a partir de um processo inquisitorial que fora promovido por Abranches contra José.

Todavia, antes de adentramos de fato nos meandros que envolveram a construção das denúncias referentes aos possíveis indivíduos praticantes de ações mágico-religiosas,

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social; Bolsista CAPES;mv.historia@gmail.com; Orientando da Prof. Dra Daniela Calainho.

[2] A expressão utilizada pode ser referenciada pelo trabalho de Yllan de Matos promovido em sua dissertação de mestrado, onde o autor desenvolvera suas pesquisas a respeito da visitação do Santo Ofício no Grão-Pará, destacando-a como a "última Inquisição". Cf: MATOS, Yllan. A ÚLTIMA INQUISIÇÃO: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769). 233f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

[3] Segundo Daniela Calainho, os "mandingas", como eram chamados os negros malinkê, habitavam o então reino Mali, onde suas crenças assumiram diversas formas de sincretismo com a conversão ao islamismo no século XIII. Região situada na Costa da Mina, conhecida também por Costa da Guiné, que seria desbravada pelos portugueses em 1444, como nos conta a autora. (CALAINHO, 2008, p. 173)

a problemática inicial que merece destaque diz respeito às motivações que nos levaram a mencionar dois acontecimentos, inicialmente distintos quanto ao recorte temporal e espacial, a fim de promovermos o objetivo de pensar como a religiosidade no período colonial pôde assumir diversas possibilidades de estruturação a partir da relação escravismo/práticas mágico-religiosas. Elementos como a existência de um recorte temporal imenso, como já destacado, e a contextualização distinta de ambos os acontecimentos poderiam ser colocados como integrantes de tal inviabilidade temática. Entretanto, tais afirmações podem se tornar um tanto quanto redutivistas levando-se em consideração o campo da religiosidade enquanto âmbito de análise para o pesquisador. A fim de exemplificar tal assertiva, nos ateremos aos processos inquisitoriais analisados por Carlo Ginzburg bem como nas suas proposições teórico-metodológicas referentes a estes.

Ao buscar construir, em seu *História Noturna,* "os mecanismos ideológicos que permitiram a perseguição da feitiçaria na Europa; por outro, as crenças das mulheres e dos homens acusados de bruxaria" (GINZBURG, 2001, p. 10), Ginzburg fora enfático ao concluir da impossibilidade do pesquisador das feitiçarias em se situar em um dado recorte cronológico e/ou espacial definido *a priori.* A justificativa principal para tal inviabilidade reside na complexa rede de significações que as simbologias religiosas assumem nos processos inquisitoriais a partir da relação entre a cultura dada por erudita e a cultura das classes subalternas (GINZBURG, 2001, p. 15).

É nesse sentido que, ao analisar o fenômeno da feitiçaria moderna e a busca das autoridades na detecção de relações diretas com os diabos, Ginzburg identificou uma possibilidade de análise para o pesquisador que extrapola os limites pré-definidos de tempo e espaço. Em outras palavras, a cultura do sabá, do pacto demoníaco amplamente difundido pela cristandade europeia (e, como já fora percebido, também na América portuguesa) não fora homogênea, pelo contrário, se tratou de um emaranhado e complexo fenômeno religioso que assumiria diversos contornos provenientes das mais diversas épocas e regiões na modernidade. Analisar, portanto, um determinado relato envolvendo práticas consideradas pela Inquisição como "feitiçarias" é, em primeiro lugar, perceber que os indivíduos se apropriaram de simbologias religiosas que não se restringiam necessariamente ao recorte de uma visitação inquisitorial, por exemplo. As práticas de cura e adivinhação, mencionadas nos relatos acima, não foram especificidade dos períodos aqui tratados. Cabe ao pesquisador, portanto, identificar o modo como as sociedades articularam diversos esquemas de crenças e práticas, sem uma origem comum, de modo a se tornarem coerentes com a visão de mundo, principalmente a religiosa, que compartilhavam.

Contudo, conforme ressaltara Ginzburg, o sabá, embora seja aspecto revelador para as pesquisas, não poderá ser encarado pelo pesquisador como elemento final na construção de um processo inquisitorial. Essa articulação ao qual mencionamos é muito mais profunda do que simplesmente investigar os estereótipos presentes nessa documentação.

> A propósito da feitiçaria (trata-se de um dado óbvio, mas não é demais repeti-lo) dispomos apenas de testemunhos hostis, que provem de demonólogos, inquisidores e juízes ou foram por eles filtrados. As vozes dos acusados nos chegam sufocadas, alteradas, distorcidas; em muitos casos, perderam-se. Donde – para quem não queria resignar-se a escrever pela enésima vez a história dos vencedores – a importância das anomalias, das lacunas que se abrem por vezes (muito raramente) na documentação, rompendo sua unidade. (GINZBURG, 2001, p. 21)

A possibilidade da existência de lacunas que possam transparecer para o pesquisador uma teia de significações religiosas para além do modelo sabático, defendido pelas autoridades religiosas, é outro elemento capaz de justificar estudos que intercalem contextos inicialmente diversos, mas que podem assumir consonâncias no que tange ao modo como tais religiosidades foram estruturadas pelos indivíduos. Sendo assim, reafirmamos que, relatos separados no tempo e espaço podem perfeitamente constituir como instrumento de análise a partir do objetivo de se pensar as formas que tais indivíduos buscaram aliar, por diversas facetas, as suas visões de mundo e crenças que circulavam, com as demandas individuais ou mesmo coletivas que emergiam no espaço de atuação de tais mediadores.

Infelizmente, pouco se pode inferir a respeito da denúncia promovida contra o escravo de Balthesar Pereira, o *mandinga* André, no que tange às possíveis penitências que poderiam ter sido promovidas contra o dito feiticeiro, ou até mesmo um processo inquisitorial. Vale lembrar, segundo Ronaldo Vainfas – ao concordar, em partes, com as hipóteses de Anita Novinsky e Sônia Siqueira – que houve um considerável interesse da primeira visitação em condensar sua perseguição para os cristãos-novos acusados de reincidir na prática judaica (VAINFAS, 1997, p. 166). Explica-se, portanto, a profusão de processos envolvendo tais indivíduos em detrimento de outras práticas que também foram denunciadas ao longo da visitação, mas que não mereceram atenção proporcional à dada pelo visitador aos judaizantes[4]. Por outro lado, as informações presentes na denúncia de seu proprietário servem de poderoso instrumento de análise capaz de identificar, já no quinhentos, uma religiosidade que assumira contornos também africanos, embora o tráfico ainda começasse a dar seus primeiros passos na América portuguesa.

> punha numa panela ou tigela no chão e afastado um pouco dela punha-se a bulir com os dedos, e com a boca dizendo na sua língua algumas palavras em voz baixa que ele não entendeu e depois em dizendo as ditas palavras ou tigela tomava fúria para se mover dali e logo tendo quem estava presente [...]

[4] Todavia, é válido destacar que houveram alguns processos inquisitoriais promovidos por Heitor Furtado de Mendonça sem possuírem como acusação a prática ilícita de judaísmo. Destacamos, por exemplos, os processos de Felícia Tourinho e Maria Gonçalves que foram denunciadas por atuarem como feiticeiras na Colônia. Tais processos são analisados em nosso projeto de mestrado, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Buono Calainho. Reflexo da ausência de uma razão em especial para a vinda da Inquisição para a Colônia no século XVI, conforme defendera Vainfas, inserindo tal acontecimento em um "vasto programa expansionista executado pelo Santo Ofício na última década do quinhentos." (VAINFAS, 1995, p. 166)

> nela sentirão nela força de se querer mover e ele denunciante pôs também a mão nela para experimentar e sentiu ter a panela ou tigela muita fúria para se mover como que tirava alguém por ela. [...] e assim disse que quando o dito André queria adivinhar onde estava alguma coisa que lhe perguntavam fazia aquilo da panela ou tigela e para onde ela se movia para aí dizia que estava a tal coisa, e que este negro feiticeiro ele denunciante o vendeu a Antônio Vaz de Matoim quando lhe vendeu o engenho.(*Denunciações da Bahia. 1591-1595.* 1922-1929, p. 295)

Nota-se que o núcleo principal da prática denunciada por Balthezar Pereira e que teria sido efetivada por seu escravo André Bucal diz respeito à manipulação de objetos e orações a fim de se concretizar uma prática de adivinhação. Denunciado em 1763 por José Januário da Silva, o escravo José, em contrapartida, seria reconhecido entre a sociedade paraense por sua "fama de boas curas", tendo por núcleo central de suas práticas denunciadas a manipulação de ervas naturais e utilização de palavras e gestuais para alcançar uma determinada cura.

Estando Joze Januario da Silva muito doente, com dores de cabeça, conforme relatara na denúncia, e sabendo através de Joze de Gouveia, conhecido do denunciante, sobre a fama que o escravo José possuía em rituais de cura, como já fora mencionado, resolveu chamar o escravo à sua casa de modo que suas dores fossem curadas. O ritual praticado pelo escravo pode ser dividido em quatro *instrumentais*. Tal noção, baseada na "estrutura da conjuntura" proposta por Marshal Sahlins (SAHLINS, 1999, p. 15), que buscara pensar nas formas que as categorias culturais são apropriadas pelas diversas sociedades, visa entender uma denúncia ou mesmo um processo inquisitorial a partir de uma construção promovida por quem relata como também pela autoridade eclesiástica que busca interpretar o que lhe é contado, revelando, assim, a complexidade que uma determinada prática mágico-religiosa assume para o contexto em que está inserida.

> E chegando o dito preto a sua presença a dita sua casa logo com as suas mãos andou apertando-lhe a cabeça dizendo algumas palavras que não entendeu e no mesmo tempo assoprando e cuspindo na mesma cabeça dele confidente. E depois deste fato pediu uma cuia cheia de água o que se lhe deu e tirando da algibeira do calção umas ervas que ele confidente não conheceu [...] lançou as ditas ervas dentro da cuia e mexendo-as com os dedos na água e cuspindo na mesma e dizendo palavras que se não percebiam tampou ou cobriu a dita cuia com uma tábua de cumprimento de palmo e meio [...] e logo mandando tirar ao dito soldado as chinelas que tinha nos pés e molhando-lhe as plantas dos pés como se os dedos com água da cuia [...] (LAPA, 1978, p. 154)

A citação acima se refere aos dois *instrumentais* inicialmente praticados pelo escravo José. É interessante notar no relato do denunciante o modo como a articulação de gestual

com a profissão de palavras e uso de elementos naturais – água e ervas, principalmente – torna coerente um ritual que se utiliza de signos aparentemente distintos um dos outros. Os *instrumentais* a seguir nos fornecem maiores indícios dessa problematização levantada.

Sob as ordens do escravo, Joze Januário teria ficado em cima da tábua de madeira que o denunciado utilizara para fechar a cuia com água e ervas utilizada. Segundo o relato proferido, a intenção do escravo José era de que "aquillo se fazia pera Se saber Se elle Confitente havia escapar ou naõ daquella doensa porque Senaõ quebrasse naõ havia de morrer". Joze Januario ficara, então, sobre a cuia, sendo que esta não se quebrara, demonstrando, assim, que o denunciante não iria morrer pela doença que vivenciara. O mesmo ritual fora feito com sua mulher, tendo como mesmo resultado o anterior. Em seguida, foi oferecido ao denunciante "huma bebida de leite com Manteiga do Reino E Sal Com agoa quente". Joze Januário diz ter se sufocado com tal bebida, no qual Joze "o apertou pellas espáduas Com as Maõs E outra vez Com huma maõ nos peitos E outra nas costas dando lhe banoens E despois apertando-lhe a cabeça cuspindo E aSoprando nella E pronunciando palavras que lhenaõ persebiaõ" até o momento em que, tanto o sufocamento quanto as dores de cabeças teriam desaparecido. Todavia, as curas experimentadas pelo denunciante seriam efêmeras, não durando mais que quinze dias, levando Joze Januário a procurar "o remédio nos exorcismos da Igreja sem mais valer das curas do dito preto" (LAPA, 1978. p. 154-155).

O interesse em se "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler" fora proposto por Roger Chartier a partir do entendimento do autor acerca da História como campo de infindáveis possibilidades e interpretações que os indivíduos produzem e que se encontram "inscritas nas práticas específicas que as produzem" (CHARTIER, 2002, p. 17;26). O relato de uma denúncia frente à Inquisição, por exemplo, pode ser entendido no sentido de pensarmos essas possibilidades e construções que determinadas categorias culturais, sociais ou políticas se articulam a fim de se tornarem coerentes com a visão de mundo vivenciada pelos indivíduos no contexto em que se é analisado.

Se levarmos em consideração os elementos presentes no relato de Joze Januário como simbologias dispersas sem quaisquer relações entre si, logicamente que nossa conclusão principal se direcionará ao interesse de interpretarmos se essas práticas são reais ou fruto da imaginação de quem denunciara. O erro existirá, portanto, na ausência de uma iniciativa, por parte do pesquisador, de se distanciar de determinadas perspectivas racionalistas atuais para analisar fenômenos da religiosidade na Colônia que se arquitetaram a partir de estruturas distintas, para não dizer completamente diversas, das que, em geral, nos embasamos atualmente. José Pedro Paiva ressaltara, ainda nas páginas iniciais de sua obra, a importância de nos mantermos atentos ao fato de que delimitar a fronteira entre impossível e milagre era um pensamento não muito recorrente na modernidade (PAIVA, 1997, p. 17).

Não se trata, portanto, de promovermos um julgamento que buscará versar a respeito da realidade ou não dos relatos aqui mencionados, tampouco delimitarmos conceitualmente o que fora relatado nas denúncias e confissões das visitações que analisamos. Francisco Bethencourt, em seu *O Imaginário da Magia*, por exemplo, ressaltara os inúmeros problemas que são recorrentes para o pesquisador que se enverede na busca de conceituar as práticas denunciadas ou processadas a partir do termo *feitiçaria* (BETHENCOURT, 2004, p. 46). Por fim, as proposições de Stuart Clark para pensar a trajetória do fenômeno de caça às bruxas na Europa também são essenciais para problematizarmos as articulações entre imaginário e real que se fazem presentes nas denuncias aqui destacadas.

O autor de *Pensando com Demônios* levantaria a questão a respeito de que, grande parte dos pesquisadores terem promovido estudos a respeito da bruxaria moderna a partir da problematização inicial de encarar tais crenças como incorretas, realizando uma verificação empírica que comprovasse tal conclusão, ou atreladas a determinados âmbitos considerados "reais", como a política, que determinariam tais crenças, "mas que [produziriam] crenças objetivamente falsas". Assim, o autor questiona a profusão destes estudos a partir do momento em que os pesquisadores buscaram negligenciar, de modo consciente, o pressuposto essencial de "interpretação das crenças em bruxaria como crenças", onde estas poderiam assumir um significado "real" para as sociedades que vivenciavam tal fenômeno (CLARK, 2006, p. 29).

Partindo, portanto, das proposições de Clark e, utilizando-se das premissas de James Sweet que considerara o *calundu* como uma das formas complexas de possessão espírita e de adivinhação recorrentes entre os negros da África Central (SWEET, 2007, p. 167), seria possível associar os relatos denunciados contra os escravos André e José a tal prática amplamente difundida no período colonial? Ou, por outro lado, tais relatos nada mais são que reflexos esparsos de elementos africanos que constituíam a religiosidade na Colônia e que, assim, não representam necessariamente um corpo homogêneo de crenças e práticas essencialmente africanas? Tais perguntas são abrangentes e, logicamente, suas respostas neste trabalho serão apenas posicionamentos iniciais de uma discussão que já vêm envolvendo alguns pesquisadores a algum tempo.

A problemática central apontada por Laura de Mello e Souza, ao analisar as práticas denunciadas no processo inquisitorial de Luiza Pina bem como dos relatos presentes nos Arquivos Eclesiásticos de Mariana/MG, residiu em perceber se o calundu pode ser considerado como um "proto-candomblé", resultando no candomblé como atualmente o conhecemos, ou se, todavia, deveria ser encarado como um conjunto complexo de crenças e práticas nem sempre passiveis de homogeneização. Para desenvolver tal problemática, a autora destacara a importância que a identificação do processo de Luiza Pina assumiu por se tratar de documentação considerável que retratava bem a maioria dos elementos presentes em um ritual banto: possessões, rituais coletivos, por exemplo (MELLO E SOUZA, Laura de. 2002, p. 9).

> Na ocasião, entravam-lhe pelos ouvidos "os ventos de adivinhar", e passava "a dizer os remédios que se hão de aplicar, e a forma por que se hão de fazer": beberagens feitas com a mistura de vinho e do suco de várias ervas, papas de farinha, raiz de butua, pau santo costurado a uma fita que se enrolava no braço dos doentes a fim de protegê-los dos feitiços. [...]Quando algum negro que tinha *mandinga* ou coisa diabólica se aproximava dela, vinha-lhe logo a doença do calundu, seguida da privação do juízo e da adivinhação acerca da causa do mal. Quem tinha mandinga não podia se aproximar dela sem lhe provocar mal físico, que só passava quando cessava o feitiço. (MELLO E SOUZA, Laura de. 2002, p. 10)

A riqueza de detalhes do processo inquisitorial promovido contra a escrava Luiza realmente nos impressiona, sendo possível identificar uma profusão variada de crenças que se articulavam com uma coerência criada pela acusada. Todavia, esta conclusão, que também fora assinalada pela autora ao buscar uma reflexão final a respeito do que poderia ser considerado calundu – e, assim, distanciando-se de uma definição que o enxergue apenas como um proto-candomblé – é resultado de uma análise que enxergara no processo da escrava Luiza um verdadeiro campo de ambigüidades. Em outras palavras, a leitura de seu processo fez emergir uma explicação para o calundu que o interpretava tanto como uma combinação final de rituais e práticas mágicas diversas, mas, também, como um dom que Deus teria enviado à Luiza para curar os enfeitiçados.

A hipótese melhor apontada pela autora seria a de reforçar a multiplicidade que o termo calundu pode assumir seja pelas autoridades eclesiásticas e indivíduos diretamente relacionados às práticas ou nas interpretações que os pesquisadores buscaram promover através dos casos analisados. Tornar-se-ia viável pensar em um sistema multifacetado, complexo, ora possuindo correlações entre casos oriundos de tempos e espaços distintos, ora se constituindo de forma homogênea em determinadas regiões.

Partindo para os relatos aqui apontados, é possível pensar as combinações religiosas presentes nas possíveis práticas dos escravos André e José como próximas à interpretação de que o escravismo na América portuguesa também produziu uma religiosidade complexa e diversa, longe de um sistema homogêneo identificado por James Sweet em seus estudos a respeito das práticas africanas.

Os relatos envolvendo um sistema de adivinhação a partir da manipulação de elementos naturais revelam uma religiosidade multifacetada, distante do modelo sabático amplamente marcado nos processos analisados por Ginzburg, já no primeiro século de presença portuguesa. O interesse da Inquisição por traços culturais provenientes do continente africano como elementos de ameaça ao catolicismo não emergiria, entretanto, com os relatos denunciando o escravo André. Nesse sentido, a "última Inquisição" revelaria essa maior preocupação, tendo nas práticas do escravo José o alvo principal de associação com o pacto demoníaco. Associar,

contudo, os relatos aqui analisados à existência de verdadeiras práticas coletivas que possam se aproximar dos calundus identificados por Laura de Mello e Souza é cair no risco de interpretar a religiosidade no período colonial a partir de um sistema homogêneo, negligenciando a característica multifacetada que tal religiosidade pode assumir a partir das fontes que possam ser utilizadas.

Como destacado neste trabalho, a denúncia que revelou as práticas de adivinhação do escravo André podem ser consideradas como uma exceção se levarmos em consideração que os principais processos promovidos contra possíveis praticantes de feitiçaria se direcionaram a mulheres[5]. Levando-se em consideração as assertivas de Sweet, considerar como calundu o que foi denunciando contra André ou mesmo contra o escravo José seria errôneo, visto que tal prática fora resultado de uma transposição e não de casos isolados. Todavia, essa categoria de coletividade, que possivelmente caracterizaria um ritual de calundu, não deve ser levada em consideração a partir dos pressupostos de Souza, diante de uma "nebulosa difícil de destrinchar" que são as práticas dos negros na América portuguesa.

Ora se aproximando de um modelo presente no mundo banto, ora distanciando-se de um sistema fechado, as práticas destacadas neste trabalho possuem importância por revelarem uma multiplicidade de apropriações simbólicas que a religiosidade no espaço colonial, independente do recorte, possuiu tanto no quinhentos como, também, no século XVIII. Daí a importância de perceber nas manipulações das práticas mágico-religiosas os elementos capazes de fornecer ao pesquisador a possibilidade de se analisar o modo como a religiosidade de um dado recorte temporal e espacial se arquitetara por meio das mais diversas manipulações.

A própria utilização do termo *práticas mágico-religiosas* resulta dessa preocupação em não tomarmos um posicionamento capaz de julgar as práticas inseridas na documentação antes mesmo de promovermos as análises desejadas. Sendo assim, longe de caracterizarmos como práticas de calundu – embora o núcleo destas apresente rituais de adivinhação e mágico-curativos –, as práticas dos escravos aqui analisados são capazes de evidenciar mais uma possibilidade de apropriação simbólica do que necessariamente a construção de um sistema homogêneo de religiosidade na América portuguesa.

Documentação

Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denunciações e Confissões da Bahia 1591-1593. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denunciações e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, Coleção Pernambucana, 2ª fase, vol. XIV.

[5] Destacamos, principalmente, os processos de Maria Gonçalves e Felícia Tourinho. Cf.: ANTT. Inq. de Lisboa, proc. nº 01268, fl.06; ANTT. Inquisição de Lisboa, proc. nº 10748, fl. 52.

LAPA, José R. do Amaral. *Livro da Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará – 1763-1769*. Apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978.

Bibliografia

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CALAINHO, Daniela. **Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Algés, Portugal: Difel, 2002.

CLARK, Stuart. **Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna**. Tradução de Celso Mauro Paciomik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna: decifrando o Sabá**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura de. "Revisitando o calundu". In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). ***Ensaios sobre a intolerância:* inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo: Humanitas Publicações, 2002.

SAHLINS, Marshall. ***Ilhas de História***. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1999.

SWEET, James H. **Recriar África. Cultura, parentesco e religião no mundo Afro-português (1441-1770)**.Lisboa: Edições 70, 2007, p. 167.

PAIVA, José Pedro. **Bruxaria e superstição num país sem "caça as bruxas": 1600-1774**. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

VAINFAS, Ronaldo.**Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Entre o Cumprimento do Mundo e a Salvação da Alma: Marianna de Andrade uma escrava na Lei de Moisés

Pollyana Vieira Lopes (UGF)[1]

Iniciamos essa comunicação, com uma citação de Carlo Ginzburg, presente no prefácio de *O Queijo e os Vermes*: "(...) se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar as últimas" (GINZBURG, 2006, p. 20). Dessa forma, queremos apresentar as primeiras considerações, acerca da pesquisa que estamos desenvolvendo, tendo como fonte o processo inquisitorial de Marianna de Andrade. Mulher parda, que foi escrava de Domingos Rodrigues Ramires, e chegou às malhas do Santo Ofício através da crença nas Leis de Moisés. Residente e moradora da cidade do Rio de Janeiro, ela teve sua sentença imposta no auto-de-fé[2] de 09 de julho de 1713, com confisco de bens[3], abjuração em forma[4], cárcere e hábito penitencial a arbítrio[5], penas e penitências espirituais, proibição de se ausentar do Reino, além de excomunhão. Tendo sido acusada por 37 testemunhas, de 1711 a 1713. (NOVINSKY, 2009, p. 220).

A união entre a acusação/crime e o indivíduo acusado, são, grosso modo, os aspectos que em um primeiro momento chamam a atenção para o processo da escrava. A afirmativa está pautada no fato de que o crime de judaísmo era também entendido, na época, como sendo de sangue, ou seja, das "raças infectas"[6], como se costumava dizer.

A acusação de judaísmo comumente recaia sobre os cristãos-novos. Indivíduos convertidos à força durante o reinado de D. Manoel, em 1497. Contudo, Marianna de Andrade não era uma cristã-nova. A própria escrava indica em seu relato que não sabia qual seria sua "qualidade de sangue", sendo filha de pai incerto e de mãe escrava. Logo, porque a escrava foi denunciada pelo crime de judaísmo, tendo em vista, que não era uma cristã- nova?

Outro condicionante para acusação de judaísmo está relacionado com a prática de costumes judaicos, entendidos como práticas judaizantes. De acordo com Ângelo de Assis

[1] Aluna de Graduação em Licenciatura e Bacharelado, no 8° período do Curso de História, da Universidade Gama Filho, sob a orientação do Professor Mestre Yllan de Mattos. E-mail: pollyana_vlopes@yahoo.com.br

[2] Os autos-de-fé se transformaram em cerimônias públicas com certo caráter festivo. Era durante o auto-de-fé que os réus ouviam suas sentenças.

[3] Nos casos de judaísmo era comum o confisco dos bens dos acusados feito por funcionários da Inquisição.

[4] A abjuração era a renúncia aos crimes e erros contra a fé. Os condenados por crimes de judaísmo deveriam fazer a "abjuração em forma", sentença característica dos cristãos novos judaizantes. Todo herege, antes de ser "reconciliado" com a Igreja, devia abjurar todos os seus erros, e proclamar que permanecia firme na fé católica. O que abjurava a heresia deveria fazê-lo tocando o livro dos Santos Evangelhos; a abjuração devia ser pública, vista por todos. Ser reconciliado significava ser readmitido no seio da Igreja, ser "recebido" pela Igreja.

[5] Sentença que obrigava os condenados a usar o "hábito penitencial", ou seja, o "sambenito", uma túnica infamante, até o fim da vida do condenado.

[6] De acordo com os estatutos de limpeza de sangue que inabilitavam para os cargos e honrarias do Estado, os negros, mulatos e índios, mais também os mouros e, sobretudo os judeus.

(ASSIS, 2004, p.50), essas práticas judaizantes nada mais eram que, atitudes da religião judaica que foram aos poucos perdendo sua essência estritamente religiosa. E acabavam se integrando ao cotidiano da América Portuguesa. Como afirma Laura de Mello e Souza: "Tudo pois leva a crer que os elementos do judaísmo se fundiram no conjunto das práticas sincréticas que compunham a religiosidade popular da colônia, constituindo uma de suas muitas faces." (SOUZA, 2009, p. 133). O Santo Ofício da Inquisição tinha como objetivo manter a pureza da fé católica. Criado em 1536, teria nos cristãos novos suas principais vítimas e objeto de justificativa para sua instauração. Com a intensificação dos trabalhos inquisitoriais, muitos deixaram Portugal à procura de locais onde vivessem longe das pressões do reino. Dessa forma, a colônia Portuguesa, passou a ser o destino de muitos desses cristãos novos. Não obstante, cabe ressaltar que muitos desses neoconversos tentavam se integrar ao catolicismo e se apartavam, de certa forma, da antiga religião judaica. Contudo, outros permaneciam praticando o judaísmo secreto, dentro de suas casas e adaptado a vida na colônia, ou seja, praticavam o *criptojudaismo*. Assim como indica Sônia Siqueira (SIQUEIRA, 1978, p.71):

> Cristão-novo e criptojudeu não são sinônimos. O nascimento gera o primeiro, à vontade o segundo. O cristão-novo esforçava-se por ser igual aos demais: tentava vencer as barreiras do meio e do seu íntimo e ajustar-se. O criptojudeu contentava-se em parecer igual aos demais. Reservava-se o direito de continuar sendo judeu, de permanecer, às vezes, heroicamente fiel a si mesmo, à religião herdada. Por isso tinha duas religiões: uma externa, social, outra a religião da sua consciência, interior, feita de práticas secretas. Odiava a sociedade que o compelia a uma vida de simulações que lhe tolhia a liberdade de crença, mas guardava certa atitude precavida, cônscio de ser o lado mais débil.

Entretanto, com o passar dos séculos, essas crenças judaicas, aos poucos, foram se diluindo, perdendo seu caráter apenas religioso e se transmutando em hábitos corriqueiros, atitudes do cotidiano. Não obstante, o que queremos ressaltar é que as práticas judaizantes não têm ligação necessária com a crença.

Como já foi dito, indivíduos que não possuíam ligação com a religião judaica, poderiam ser acusados apenas por hábitos cotidianos. Por isso, não se consideravam judeus, uma vez que, não viam mal em seus hábitos. Adquirindo a consciência de sua erroneidade apenas quando era pregado o Monitório. Neste, a população ficava obrigada a denunciar e a confessar, no prazo máximo de trinta dias corridos, "tudo o que souberem de vista ou de ouvida, que qualquer pessoa tenha feito, dito ou cometido contra nossa Santa Fé Católica". O Monitório determinava quais eram os "crimes" de alçada do Santo Ofício e quais deveriam ser denunciados.

Então, podemos supor que a escrava foi acusada por ter praticado atitudes comuns, do cotidiano? O caso de Marianna é significativo, pois a escrava foi ensinada por um cristão-novo

a praticar os cultos e costumes judaicos, as questões religiosas de seu processo, se sobrepõem aos hábitos cotidianos. Ela possuía a consciência do que fazia. Tendo sido iniciada nas Leis de Moisés por Bento Henriques da Paz, cristão novo, filho de Simão Rodrigues de Andrade, senhor da escrava Catarina, mãe de Marianna.

No processo, a escrava relata que há uns quarenta anos, pouco mais ou menos, foi abordada por Bento Henriques da Paz, quando estavam a sós. Lembrando que no tempo da prisão a cativa tinha cinqüenta e cinco anos, logo, supõe-se que deveria ter mais ou menos quinze anos, quando decorreu o caso. Nesse encontro, ela foi questionada por Bento Henriques, sobre quais leis seguia e acreditava para a salvação de sua alma. A escrava respondeu que nas leis de Cristo Nosso Senhor, indicando posteriormente que possuía um conhecimento das orações, tendo sido batizada na Igreja da Sé do Rio de Janeiro e crismada da Igreja de São José, também no Rio de Janeiro. Porém, o dito senhor a alertou que não ia bem em suas crenças, indicando que deveria seguir a Lei de Moisés, pois era a única e verdadeira lei na qual havia possibilidade de salvação da alma. E a ensinou da seguinte forma:

> ... se queria salvar a sua alma tivesse crença na Ley de Moyses em que somente havia salvação para as almas, e por sua observancia havia de guardar os sabbados de trabalho como se fosem dias Santos, e guardar e jejuar o dia Grande que vem no mes de Setembro estando em todo elle sem comer, nem beber senão a noite, em que havia de cear cousas que não fosem de carne, e não havia de comer porco, lebre, coelho, nem peixe de pelle e profundo...

Bento Henriques da Paz já estava morto, quando Marianna de Andrade foi presa e fez sua denúncia. Além dele, a cativa denúncia outras pessoas, dentre eles Gracia Duarte, cristã nova, que também já estava morta.

> Dise mais que havia vinte annos pouco mais ou menos no Rio de Janeyro, e casa de Gracia Duarte x.n (Cristã nova) já defunta, casada com João da Fonseca, lavrador, natural e morador do Rio de Janeyro, não sabe que fose preso ou apresentado, se achou com a mesma estando ambas sos por ocasião de jejuarem o dia Grande no mes de Setembro se declararão e derão conta como crião e vivião na Ley de Moyses com intento de nella se salvarem e por observancia da mesma Ley jejuarão e guardarão o dia Grande do mes de Setembro na sobre dita forma, e a dita Gracia Duarte lhe ensinou a usar a benção do Padre Nosso sem dizer Jesus no fim.

Além dessas denúncias, a escrava faz outras, indicando até mesmo seus filhos, Antônio Rodrigues Ramires e Maria da Costa, como seguidores das Leis de Moisés. Ambos são filhos da escrava com Domingos Rodrigues Ramires.

> Disse mais que havia vinte annos na cidade do Rio de Janeyro e casa della confidente se achou com seu filho Antonio Rodrigues Ramires x.n (Cristão novo) solteiro sem oficio, já defunto filho de Domingos Rodrigues mercador, natural e morador no Rio de Janeyro, não foi preso nem apresentado e estando ambos sós por occasião de fallarem na Ley de Moyses se declararão e derão conta como crião e vivião na Ley de Moyses com intento de nella se salvarem, e por observancia da mesma Ley jejuarão e guardarão o dia Grande do mes de Setembro na sobredita forma.

Outro momento interessante de suas confissões e que reforça a idéia de que a escrava possuía consciência de seus atos, está presente nas determinações de sua crença. A Crença constitui uma parte do processo no qual a cativa é inquirida a dizer em qual lei acreditava no tempo de seus pecados e no tempo presente, ou seja, no momento de sua prisão. Marianna informa que no tempo de seus pecados acreditava no Deus do céu e a ele remetia suas orações. Rezando a benção do Padre Nosso, sem dizer Jesus no fim. Além disso, a cativa também informa que nesse mesmo tempo, não acreditava no Mistério da Santíssima Trindade, muito menos em Cristo, pois ele não era o Deus verdadeiro, e que sobre o Messias não tinha conhecimento. A cativa também foi inquirida sobre a freqüência com a qual ia a Igreja: "Preguntada se no dito tempo ia as Igrejas e nelas ouvia misa, pregação e confesava (ilegível), e fazia as mais obras de cristan e com que intenção o fazia." Respondeu da seguinte forma: "Dise que no dito tempo fazia o conhecido na pregunta por comprimento do mundo" Ou seja, Marianna de Andrade sabia que sua crença ia de encontra com a da Igreja Católica, porém, freqüentava a mesma apenas para ser vista, não levantar suspeita sobre a sua crença nas leis mosaicas. O fazia para cumprimento do mundo, mas guardava o judaísmo para salvação de sua alma.

Em suma, como foi apresentado, não creditamos apenas às práticas cotidianas a acusação feita à escrava, mais acima de tudo, a crença religiosa que lhe ensinaram. Ao tentarmos dividir essas práticas em aspectos religiosas e habituais, percebemos que o primeiro se sobrepõe aos demais, não cabendo apenas a definição de práticas judaizantes para a compreensão da acusação. O entendimento das praticas judaizantes, foi em um primeiro momento, a primeira hipótese que levantamos. Porém, agora, a idéia que analisamos é a de que a cativa fosse uma judaizante. De acordo com a definição do Dicionário Judaico de Lendas e Tradições (UNTERMAN, 1992, p. 139), judaizantes eram "os grupos ou os indivíduos não judeus que adotaram idéias e práticas judaicas". Portanto Marianna de Andrade foi iniciada no seio de uma família de cristãos novos, praticantes do criptojudaísmo e acabou sendo presa pela Inquisição. Assim como os demais membros da família de quem era escrava.No tempo de sua prisão, Marianna disse aos inquisidores que se arrependia por ter se apartado da Lei da Igreja e que não acreditava mais nas Leis de Moisés. Essa atitude é compreensível e comum nos indivíduos levados à inquirição, uma vez que, aqueles que eram contrários aos preceitos estabelecidos pelo Santo Ofício, eram banidos da sociedade, como indica o Manual dos Inquisidores, "Deverão, por direito e sem ser

necessária nova Sentença, ser os hereges desapossados de todo e qualquer Cargo, Benefício, Poderes, Dignidades, etc.", e em alguns casos, levados a morte.

Documentação

Fontes Manuscritas

Torre do Tombo online: digitarq.dgarq.gov.pt/aserch. Processo de Mariana de Andrade: PT/TT/TSO-IL/028/11784

Bibliografia

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **João Nunes um rabi escatológico na Nova Lusitânia**: Sociedade colonial e inquisição no nordeste quinhentista. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. **Macabéias da colônia: criptojudaísmo feminino na Bahia. Século XVI e XVII**. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

BOXER, Charles Ralph. **Relações raciais no Império Colonial Português. (1415-1825).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Annales.** Novembro/ Dezembro de 1989. Número: 06.

EMÉRICO, Nicolau. **O manual dos Inquisidores.** Lisboa: Edições Afrodite, 1972.

FERRETTI, Sérgio. **Repensando o sincretismo*:* estudos sobre a Casa das Minas.** São Paulo, São Luís: EDUSP, FAPEMA, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 2004.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **"**História e análise de textos". In: **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)". In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. "Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida". In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**, 16ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna: decifrando o sabá.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Olhos de madeira: nove ensaios sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O queijo e os vermes**: **o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (Edição de Bolso).

_____. O inquisidor como antropólogo. **Revista brasileira de História** – vol. 11, nº 21, setembro1990/fevereiro1991. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991.

_____. **Relações de força*:* histórica, retórica e prova.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Plínio Freire. **Um herege vai ao paraíso*:* cosmologia de um ex-colono condenado pela inquisição (1680-1744).** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Ensaios 29. São Paulo: Ática. 3º Edição, 1980.

GORENSTEIN, Lina. **A Inquisição contra as mulheres: Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

GRUZINSKI, Serge**. O pensamento mestiço.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. **A confissão pelo avesso: o crime de solicitação no Brasil colonial.** Tese de doutoramento apresentada a Universidade de São Paulo. 1991.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. 3º Edição. São Paulo: Editora: Brasiliense, 2003.

MOTT, Luiz. "Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro". In: MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. **Bahia Inquisição e Sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. **Rosa Egipsíaca: uma santa africana no Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

NOVINSKY, Anita. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____. **Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Inquisição: Ensaios sobre mentalidade, heresias e arte.** São Paulo: Edusp, 1987.

_____. **Inquisição: Prisioneiros do Brasil séculos XVI a XIX.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito-A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SIQUEIRA, Sônia A. **Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. "Revisando o calundu". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; GORENSTEIN, Lina. **Ensaios sobre a Intolerância. Inquisição, marranismo e anti-semistismo.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: **Engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Entrevista. A religião recalcada. Caderno Mais! **Folha de São Paulo.** São Paulo, domingo, 28 de novembro de 2004.

_____. "História das Mentalidades e História Cultural". In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevir, 1997.

_____. **Santo Ofício de Lisboa: confissões da Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____**. Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Africanidade e Escravidão no Período Moderno: Representações, Tensões e Flutuações

Prof. Mestrando Thiago Mota (UFF)[1]

Introdução

Neste ensaio, abordaremos aspectos de concepções europeias que, ao longo dos séculos, forjaram a crença na "inferioridade natural" dos homens africanos. Os discursos que se construíram com o intuito de qualificá-los, que, aqui, chamaremos de *africanidade*, caminharam rumo à estabilização social das sociedades de Antigo Regime, estruturadas sobre as hierarquias e classificações de toda ordem: entre os homens, entre sociedades, entre espaços, entre o plano místico e o terreno. Nesse conjunto, em constante busca de equilíbrio social e cósmico (visto que a principal referência é o plano supra-humano), as tensões causadas pelas diferenças levavam a constantes flutuações nos sentidos aplicados às práticas políticas, sociais e culturais.

A instituição escravidão é anterior ao tráfico desenvolvido por portugueses e demais europeus. A Antiguidade Clássica apresenta diversos relatos de povos escravizados na Grécia, em Roma, no Egito e nas civilizações dos vales dos rios Tigre e Eufrates. Na África, a prática era antiga e presente na maioria das sociedades. Entretanto, entre a escravidão interna, por guerra, dívidas e outras modalidades e aquela aplicada ao mundo atlântico, há um oceano de diferenças. De prática consuetudinária, muitas vezes ligada ao estabelecimento de redes de dependência e subordinação no mundo africano, ela passou ao caráter mercantil, fundindo-se às estruturas econômicas e sociais dos Estados europeus, financiando a aventura colonial e fornecendo braços para a construção da América.

Tendo em vista esse quadro, buscaremos discutir os recursos empregados na caracterização da *africanidade* no período Moderno, destacando os usos dados à conceituação da alteridade negra. Analisaremos como elementos religiosos, políticos e econômicos foram conjugados em busca da definição de um lugar comum nos discursos acerca da natureza dos homens africanos e da possibilidade de sua escravização. O impacto de tais referenciais mostra-nos as tensões e flutuações nos discursos que ora se formavam, em busca constante de configurações cabíveis no imaginário católico moderno.

Na trama dos discursos

Textos e imagens (destacando-se a cartografia) são as principais formas discursivas que, ao longo dos séculos XIV e XVI, consolidaram o imaginário europeu acerca do continente africano e seus povos. Uma premissa necessária ao se analisar as concepções europeias acerca

[1] Thiago Henrique Mota Silva é mestrando em História/UFF, bolsista CAPES. thiago.mota@ymail.com.

da África é perceber que esse espaço não é simplesmente um lugar, que existe para além da condição e da existência humana. Edward Said afirma ser necessário analisar as concepções sobre o espaço amparado pela "grande observação de Vico, de que os homens só podem conhecer o que eles mesmos fizeram" (SAID, 2007, p.31). Assim, como entidades geográficas, históricas e culturais, os lugares, regiões e setores geográficos são criações humanas, dadas a atender fins políticos, expressar e legitimar o exercício do poder sobre essas áreas.

Acreditamos que não se pode compreender o discurso da escravidão negro-africana do período moderno sem buscarmos suas bases no conhecimento medieval. Este, por sua vez, tem raízes profundas noutras tradições. François de Medeiros afirma que os textos medievais sobre as regiões meridionais do globo decorrem de atitudes intelectuais e afetivas, elencando quatro setores que fornecem elementos desse conhecimento e das concepções que chegaram aos autores dos séculos XIII, XIV e XV: 1) as teorias produzidas na Antiguidade grega sobre a zona meridional, 2) o conhecimento direto dos povos antigos sobre a África, 3) as narrativas bíblicas e 4) os modos de transmissão desses conhecimentos ao longo do período medieval (MEDEIROS, 1985, p.35-60).

Acerca do primeiro ponto, Medeiros argumenta que muitos autores gregos acreditavam que o mundo se estendia para além dos limites conhecidos, o que, na mitologia, veio a ganhar forma na concepção da terra oposta, o continente Antípoda, no qual habitavam seres fantásticos. Já no imaginário latino, acentuadamente a partir de Ambrósio Teodósio Macróbio (~340 – 415), destaca-se a teoria de que Antípoda estaria localizada numa zona temperada austral (já que o Velho Mundo encontrava-se numa região equivalente, setentrional), e era habitada. Entretanto, uma zona tórrida e o oceano separavam essas regiões, impossibilitando a comunicação entre seus homens.

No tocante ao conhecimento direto dos povos da antiguidade acerca da África, o autor afirma que esse saber era reduzido a poucos dados concretos que não tinham força para modificar as concepções teóricas acerca das zonas meridionais e da África negra. Assim, justifica-se a transmissão dos conhecimentos teórico-especulativos.

As narrativas bíblicas caracterizam outra fonte privilegiada. Nelas, a África etíope se encontra além das fronteiras do mundo judeu, como Líbia, Sabá e Ophir, o que é uma dificuldade para sua identificação a partir dessas fontes, já que a bíblia é muito discreta na caracterização dos povos que viviam ao sul do Egito; dois termos são utilizados para designar esses personagens do Sul: os hebreus usam a palavra *Coush* ao passo que a Septuaginta[2] traduziu *Aethiopia*; e os diferentes tipos de interpretação dos termos Coush-Aethiopia estão intimamente ligados ao sistema de exegese praticado.

Embora usados como sinônimos, tais termos não se recobrem exatamente, já que o primeiro diz respeito ao livro do Gênese e à distribuição dos povos na Terra e o segundo refere-

[2] Mais antiga tradução do antigo testamento do hebraico para o grego. Conhecida como Septuaginta por ter sido, segundo a tradição, elaborada por 70 escribas. Ainda conforme a tradição cristã, foi elaborada 250 anos antes da Era Cristã.

se ao legado greco-latino e à significação ligada à cor da pele. A equação que daí resulta é: Coush seria filho de Cam e representaria os etíopes, ou seja, os negros. Assim, Cam seria ancestral dos coushitas (entendidos como todos os negros), sobre os quais recairiam as sanções destinadas à posteridade do ancestral bíblico: a escravidão. Cabe ainda lembrar que, conforme Medeiros, o nome África não pertence ao horizonte bíblico e, dentro da patrística medieval, a exegese simbólica e alegórica tem como tema os dados teológicos que retiram seu significado apenas para compreensão do judaísmo ou o cristianismo, negligenciando, portanto, as implicações concretas no tocante a Coush, destacando-se apenas sua relação com os judeus ou com a Igreja.

Considerando as duas fontes primordiais do conhecimento sobre a África no período medieval (já que o conhecimento direito é muito reduzido), oriundas das teorias gregas e romanas e das narrativas bíblicas, a transmissão desses saberes pautava-se numa construção híbrida, no bojo das duas principais fontes. Portanto, Medeiros defende que o amálgama entre, de um lado, as histórias estrangeiras e maravilhosas sobre a zona meridional e, de outro, as deduções pseudocientíficas oriundas da interpretação bíblicas dos escritores cristãos, constitui a base do conhecimento que circula na Europa acerca da África negra no final XII (MEDEIROS, 1985, p.59).

Herdeira dessa tradição livresca e híbrida, a concepção europeia sobre o continente africano encontraria novo curso apenas após as grandes navegações e o desenvolvimento do Périplo Africano, em finais do século XV. Até então, homens e terras eram concebidos ora por meio da cultura clássica cristianizada, ora por meio da exegese bíblica. No tocante à estrutura do universo, sua natureza e organização, o imaginário cristão concebia-o de forma esférica, formado por duas zonas concêntricas. A primeira delas é a celeste, mais afastada da Terra, reservada aos santos, anjos e seres abençoados além de ser sede dos planetas, firmamento, Sol, Lua e da causa inicial de todo o movimento; a segunda era a sublunar ou elementar, na qual se encontravam os quatro elementos e eram gerados os seres vivos, destinados a perecer. O globo terrestre era a massa de matéria circular fixa no centro dessa engrenagem que suportava o peso das esferas superiores, em escala crescente de leveza. Além disso, o globo terrestre alojava o inferno, que se organizava em sete órbitas referentes aos pecados capitais, sendo a última delas a morada de Lúcifer (DESTRO, 2012, p.22).

Portanto, a geografia também era, até o renascimento cartográfico dos séculos XV-XVI, concebida em termos religiosos. Mais do que corroborar os textos bíblicos, o avanço científico nesse período passou a interessar-se pelo conhecimento do mundo, modificando um padrão de autoridade que esteve em vigor durante todo o período Medieval: do texto bíblico ao conhecimento empírico (DESTRO, 2012, p.44). De acordo com Antônio Teixeira Neto, o renascimento da cartografia entre o final da Idade Média e o início do período Moderno tem três bases: 1) a redescoberta de Ptolomeu pelos Ocidentais, que ao ter suas obras traduzidas para o latim permitiu rápida difusão do pensamento geográfico; 2) a invenção da imprensa, que permitiu

a produção de mapas em larga escala e sua popularização; 3) os grandes descobrimentos, que geravam necessidades de conhecimento da superfície do globo, além de orientação e localização.

O trabalho de Cláudio Ptolomeu, matemático, astrônomo e geográfico do século II d.C. exerceu grande influência sobre os árabes e sobre o pensamento Ocidental. Durante a Idade Média, o desenvolvimento cartográfico mais intenso deu-se entre os árabes e esteve vinculado à expansão do islamismo, que avançou pelo norte da África e sul da Europa. Havia grande preocupação entre os muçulmanos em traduzir os ensinamentos clássicos e adaptá-los à sua cultura, dentre estes a geografia ptolomaica. Ptolomeu preocupou-se em definir o traçado da Terra, acreditando que a melhor forma de se conhecerem as distâncias seria através da observação astronômica. Ele inovou ao representar superfícies curvas em mapas planos, utilizando-se de noções como latitude, longitude, minutos e segundos. Através desse referencial, conseguia situar pontos específicos nos mapas, como cidades importantes e povos distantes (TEIXEIRA NETO, 1987-1988, 172).

Principais desbravadores dos domínios atlânticos, os portugueses nutriam grande interesse pela cartografia, embora o termo *cartografia* tenha sido cunhado apenas no século XIX, pelo Visconde de Santarém, iniciando os estudos de História da Cartografia – "uma disciplina de grandes tradições em Portugal" (MARQUES, 1994, p.9). Ainda assim, Teixeira Neto (1987-1988, p.176) afirma que "no século XVI os portugueses deixaram de lado a 'Geografia' de Ptolomeu para construírem, em bases mais científicas, seus mapas de navegação. Isso aconteceu no apogeu das grandes descobertas". Os portugueses chegaram ao Brasil no final do século XV, quando já conheciam boa parte da costa da África. A partir desse momento, "a cartografia passa a ser realmente universal".

Africanidade e escravidão

A concepção teológico-racional da escravidão africana foi mediada pelo fenômeno da alteridade. A primeira e principal alteridade europeia foi, sem dúvida, o mundo islâmico, seu principal rival na busca por almas a serem convertidas às suas respectivas verdades de fé. R. M. Savory (1976, p.127) argumenta que a existência do islamismo sempre deixou o *West* em estado de desconfiança por ser essa a maior religião revelada desde a ascensão do cristianismo no Ocidente. No século XIV, por exemplo, o imortalizado escritor florentino autor d'*A divina comédia*, Dante Alighieri, circunscreveu no oitavo círculo do inferno, destinado àqueles que cometeram fraude, ninguém menos que o Profeta árabe de Deus, Maomé (MOTA, MURRO, 2010, p.33). Aos olhos dos muçulmanos, porém, o islamismo seria a superação do cristianismo, considerado imperfeito e limitado, a ser sobreposto pela religião revelada ao Profeta.

O fenômeno da alteridade, como constructo histórico, é remetido à Antiguidade, especialmente aos contextos expansionistas gregos e romanos e ao uso sistemático do conhecimento para legitimar tal prática. João Rocha Pinto (1992, p.107-108) afirma que a percepção da diferença alinhava-se ao direito de defesa de sua manutenção, como estratégia de

sobrevivência. Para tanto, os discursos histórico, geográfico e filosófico foram instrumentos etnocêntricos para o delineamento da diferença, destacando o papel cabível aos gregos, colonizadores do Mediterrâneo e do Oriente Médio, nos processos históricos e sua precedência diante de outros povos. Através de tais discursos, constrói-se a noção de tripartição espacial, segmentando o espaço cultural ocupado pelos que viriam a ser europeus, asiáticos e africanos. Tal divisão acentua-se à medida que os herdeiros do legado grego-romano fecham-se em si mesmos, cercados pelo islamismo e instrumentalizando o cristianismo como ideologia de resistência, agregando as nações europeias e impelindo-as a sobreviver à ameaça que a expansão maometana nas terras asiáticas e africanas oferecia-lhes.

De acordo com Daniela Calainho (2008, p.32-33), a cartografia do século XV apresentava um mundo reduzido, tratando das representações da Europa, Ásia e África, sendo essa última circunscrita ao Magreb e Egito, além de ligada à Índia, levando à crença de um oceano Índico fechado. Esse pequeno mundo era o abrigo de um universo mítico, formado por seres fantásticos e monstruosos, além de esconder o refúgio do procurado e lendário rei cristão, Preste João, que a princípio era concebido como habitante da Índia e, após os avanços nessa região, foi circunscrito na Etiópia, situando-se nos limites dos domínios islâmicos, do Marrocos ao Mar Negro. A busca por esse rei cristão, que supostamente aliar-se-ia aos portugueses contra os filhos de Mafamede, motivou o desvendamento do continente africano, ainda que limitado ao litoral.

Por conseguinte, um dos principais motivos da expansão portuguesa rumo à África segue essa trilha: Gomes Eanes de Zurara, o cronista-mor de Portugal no tempo do Infante D. Henrique, afirma que dentre os motivos que fomentaram o projeto marítimo henriquino estavam a busca por um rei cristão na África, o mítico Preste João, que ajudasse na guerra contra os mouros; e a expansão da fé a "todas as almas que se quisessem salvar" (ZURARA, 1989, p.57). Estendendo seus domínios para as terras da África negra, as dinâmicas da alteridade, forjadas na esteira do islamismo, abrem-se ao elemento negro, já conhecido na cultura portuguesa e, neste momento, integrante da nova dimensão espacial construída pelo Império Português.

A salvação das almas, conforme defendido por Zurara, perpassa a necessidade de cristianização dos povos recém-chegados à cristandade. Para tanto, a Igreja concede aos portugueses, em 1452, o direito de conquista sobre os mouros. Em 1454, a bula *Romanus Pontifex* concede ao rei de Portugal as terras encontradas desde o Cabo Bojador e Num e o direito de conquista sobre seus povos. Já em 1456, a bula *Inter Coetera* ratifica a anterior e concede à Ordem de Cristo a jurisdição e conquista espiritual das terras encontradas fora da cristandade (SOARES, 2000, p. 43-44). A escravidão inscreve-se nesse direito de conquista e justifica-se pela concessão do batismo e doutrinamento na fé cristã, oferecidos aos negros como meio de civilizá-los e cristianizá-los. Assim, a captura desses homens na costa africana não deveria ser vista como compra ou aquisição de mão de obra, antes, eles estavam sendo resgatados do jugo da idolatria e do islamismo. O termo *resgate* está muito presente na documentação oriunda

dos cronistas dos descobrimentos, tendo em vista que "os portugueses compravam africanos supostamente condenados à morte, garantindo-lhes a vida e a possibilidade de salvação de suas almas" (SOARES, 2000, p.241).

De toda forma, essa justificativa era apenas formal. Em 1514, as Ordenações Manuelinas determinavam que todo senhor de "escravos de Guiné" batizasse seus cativos e os fizesse cristãos em até seis meses, a contar da data de aquisição, sob pena de perderem sua posse. Aos escravos com idade superior a dez anos, era facultado o direito de escolher tornar-se ou não cristão, caso em que nenhuma punição recairia sobre seu proprietário. Dois anos depois, é determinado que os escravos sejam batizados nas embarcações ou no local de seu recolhimento, tendo em vista evitar-se que viessem a falecer sem o sacramento do batismo. Conforme Calainho (2008, p.127-128), a busca da alta circulação das "peças" – como os escravos eram chamados – tornou o batismo trivial, sem preocupação com a doutrinação dos negros, contrariando as normas da Igreja, já que nos locais de embarque os negociantes não dispunham de tempo e recursos para dedicarem-se à catequese.

Além do campo religioso prático, ligado à salvação das almas, a escravidão era justificada na cultura europeia pela associação dos africanos à linhagem amaldiçoada de Cam. Conforme apresentado por Medeiros, as duas interpretações da bíblia ofereceram condições para que Cam fosse concebido como tronco ascendente de todos os africanos. A confusão entre as versões hebraica e grega do livro sagrado, que nomeavam os descendentes de Cam como coushitas, filhos de Coush que era filho de Cam, e que os classificavam como etíopes, tradução grega de coushitas e que significava negros, criou condições para que os negros fossem assimilados à linhagem amaldiçoada do filho de Noé.

O fato é que, na mentalidade hierárquica e estruturada do Antigo Regime, os negros careciam de uma classificação que os incluísse na ordem cristã, social e universal. Embora houvesse algum esforço pela sua animalização, não poderiam ser concebidos fora da doutrina expressa no livro do *Gêneses*, pois a humanidade era uma apenas, formada a partir da descendência de Adão e, posteriormente, de Noé. Entretanto, ainda que homens, não eram iguais aos europeus cristãos e não podiam, portanto, ser considerados da mesma maneira. Keith Thomas (2010, p.192-193) afirma que havia teorias poligenistas e pré-adamitas, porém eram consideradas heréticas, visto que contrariavam os dogmas da unidade humana descendente de Adão, tornando-se mais fortes a partir do desenvolvimento do racionalismo, a partir do século XVII, culminando nas teorias racistas posteriores. Já o monogenismo, ou a teoria adamita, oferecia possibilidades para compreensão da cor negra como uma inferioridade, já que esta era comumente encarada como uma deformidade, uma degeneração do negro frente ao ancestral humano comum.

Outro problema teórico é a preferência da escravidão africana em detrimento da indígena. David Davis (*apud* DESTRO, 2012, p.46) justifica esse tratamento diferenciado pelo fato de as sociedades africanas serem mais populosas e organizadas que suas congêneres indígenas, sendo

menos provável de serem associadas à ideia de natureza primitiva. Além disso, muitos povos negros mantinham contatos com o islamismo, tornando-se assim "contaminados" pela seita de Mafoma, e praticavam religiões animistas, classificadas pelos europeus como idolatrias. Cristina Pompa (2003, p.44) argumenta também que, ao contrário do encontrado pelos europeus na África, no México e no Peru, a humanidade tupinambá não trazia sinais diacríticos da presença de uma religião, como ídolos, sacerdotes e templos. Portanto, a esses indígenas o adjetivo *gentio* cabia perfeitamente, conforme definido por Raphael Bluteau (1712), como pessoa "que fica na mesma forma que foi gerada; e assim não foi circuncidada, como são os judeus, nem são batizadas, como são os cristãos; mas permanecendo *in puris naturalibus*, está como saiu do ventre da mãe, e não conhece a Deus nem coisa sua".

A cartografia imaginária é elemento latente em todas essas teorias: desde a percepção da África como parte do mundo destinada a Cam até concepção de que o contato com os muçulmanos, neste continente, criava condições para a impureza e necessária conversão dos negros. As teorias clássicas sobre a localização da zona tórrida nas terras africanas e a associação entre a cor preta da pele ao mal e à animalização facilitaram a aceitação da escravidão, já que, conforme Keith Thomas (2010, p.60) "é difícil crer que esse sistema fosse tolerado se aos negros fossem atribuídos traços totalmente humanos". Entretanto, foi o renascimento cartográfico e a necessidade de informações que amparassem as trocas comerciais que determinaram a cristalização de todos esses discursos.

Em 1502, o planisfério de Cantino (apud DESTRO, 2012, p.47) traz dados acerca das mercadorias presentes a costa africana, destacando que "em esta serra leoa a muito ouro este eh o mais fino que ay em nenhua parte e traenlom pera portugall e muitos escravos deles sam de jelof e delos de mandinga e de cape, e esteiras mui boas e panos de algodã". Já sobre o Castelo da Mina, afirma que é "donde traçem ao muyto escelente principe dom manuell rey de portugall cada anno doze carauelas com ouro traze cada caravera hua com outra XXV mjll pesos douro val cada peso qujnhentos rreaes e mais traem muytos escravos e pimenta e outras cousas de muyto proueito". Percebe-se, portanto, que a escravidão africana não precisa mais ser justificada e explicada. Os escravos são classificados como produtos, entre "pimentas e outras coisas", e a cartografia cumpre o papel de espalhar essa concepção e instigar indivíduos e nações ao "resgate" na costa africana.

Considerações Finais

Serge Gruzinski (2001) afirma que as trocas culturais devem ser analisadas como um sistema de corpos flutuantes, nos quais os contatos entre diferentes povos e culturas levam à modificação das condições iniciais e "quanto mais as condições são perturbadas, mais ocorrem oscilações entre estados distintos, provocando a dispersão dos elementos do sistema, que ficam oscilando em busca de novas configurações". Pelo exposto, acreditamos que a escravidão africana moderna construiu-se na esteira dessas flutuações, através de tensões de toda ordem.

O embate entre diferentes traduções da bíblia, a fusão entre imaginário cristão e aquele pagão grego-romano, a mistura de seres mitológicos com a teoria adamita e outras concepções de ordem cultural criaram condições para que esse imaginário se desenvolvesse e transformasse-se em prática social.

Retomando as concepções de Edward Said, acreditamos que conhecimento é poder e a produção de discursos sobre a África, construídos sobre os mais diversos pilares, expressa as necessidades econômicas europeias e o exercício do poder político, associado à acumulação de riqueza, distinção social pela posse de cativos e manutenção do ideal cristão de evangelização e salvação das almas. Convertidos à força e por meios coercitivos que hoje se chamariam os mais atrozes, os europeus acreditavam que os gentios e infiéis deveriam, com o tempo, perceber o bem que se lhes faziam e ficarem gratos por isso: estavam sendo apresentados à verdadeira luz e, diante da eternidade e da salvação, quão passageira era a vida e tamanha era a necessidade da conversão (PINTO, 1992, p.113).

A formação da ideia de *africanidade* é mais valiosa como um sinal do poderio europeu sobre a África e sua população que como uma descrição ocupada com a emancipação destes homens, no contexto da cultura cristã. A escravidão atlântica é um fenômeno moderno, em tudo distinta das formas análogas antecessoras, seja na concepção da natureza do escravo, na forma de construir-se como discurso, nos meios que legitimam sua prática, em seu resultado social: a maior diáspora da história da humanidade. Entre tensões que se desenvolveram nas terras do cativeiro e flutuações na estrutura social delas resultantes, essa modalidade de escravidão constituiu-se a partir de discursos e práticas que, remontando-se a si mesmos, embatendo-se com os ideais dominantes nas sociedades de Antigo Regime, conseguiram encontrar um lugar para o negro na hierarquia social, bem como para a África na natureza teológico-pagã do mundo.

Bibliografia

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. Coimbra. 1712.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/introducao.html. Acessado em 23/04/2010.

CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

DESTRO, Letícia Cristina Fonseca. **Serão todos filhos de Adão? A invenção da África Negra pelo imaginário cristão a partir da literatura de viagem e cartografia dos séculos XV e XVI**. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRUZINSKI, Serge**. O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

MARQUES, Alfredo Pinheiro. **A cartografia dos descobrimentos portugueses**. Lisboa: ELO Edições. 1994.

MEDEIROS, François de. **L'Occident et l'Afrique (XIIIe et XVe siècle): images et representations.** Paris: Editions Karthala. 1985.

MOTA, Thiago; MURRO, Fernanda Sardinha. O Inferno de Dante e suas representações: análise do inferno *d'A Divina Comédia* através das ilustrações de William Blake (século XVIII), Gustave Doré (século XIX) e Helder Rocha (século XX). **Contemporâneos – Revista de Artes e Humanidades**. n.º 5, Nov/Abr. 2010.

PINTO, João Rocha. "Imagem e conhecimento da África". In CHANDEIGNE, Michel (org.). **Lisboa Ultramarina (1415-1580): a invenção do mundo pelos navegadores portugueses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru (SP): EDUSC. 2003.

SAVORY, R. M. "Christendom vs. Islam: interaction and co-existence". IN SAVORY, R. M. (ed.). **Introduction to Islamic Civilization**. Cambridge: Cambridge University Press. 1976.

SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da Cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Geografia da História ou História da Geografia? – Ensaio de geo-história. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Publicação anual – Vol.7/8 – n.1/2 – Janeiro/Dezembro – 1987-1988.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Lisboa: Publicações Europa-América. 1989.

SESSÃO 17
O Discurso Médico em Perspectiva Histórica

Na Ordem do Discurso: Rasgando o Contrato Ficcional?

Edson Silva de Lima (UERJ)[1] e Pedro Henrique Rodrigues Torres (UERJ)[2]

1. À loucura a literatura.

"Pode porventura o cego guiar o cego? Não cairão ambos na cova?" Lc, 6:39

Quando a produção do conto "O alienista" de Machado de Assis, o Brasil, que caminha para a abolição da escravatura e para a implantação da república, passou a ver o louco como um problema social e uma questão médica e psiquiátrica, nos moldes do que já acontecia na Europa há quase um século. Passando-se a falar, então, de um corpo que, para além dos tecidos e órgãos, apresentava funções precisas e potencialidades, com comportamento desejável, um "corpo neurológico" (CAPONI, 2012, p.35). Nesse sentido, a sociedade, ao que, munida do saber psiquiátrico, mais que entender e definir os doentes mentais tratou de aprisioná-los, transformando-os em objeto do saber[3], criando espaços próprios para sua reclusão; espaços esses em que sua fala foi enquadrada em um procedimento de exclusão, a "interdição". O louco ao se tornar visível foi silenciado, juntamente com uma percepção social de que a loucura se proliferava nos meios urbanos, o que desencadeou a abertura de outros hospícios e o desenvolvimento de diversas terapêuticas. (SOUZA, 2004, p.88).

O hospício viu sua carência no recolhimento de pessoas senis, jovens problemáticos, débeis mentais e indivíduos com deformidades congênitas, abrigando ainda o improdutivo da força de trabalho urbana[4], sendo este o processo de reconhecimento e separação da sociedade, onde todos se tornam objetos de um saber que se constrói a partir da observação dos loucos e da consolidação de uma normalidade derivada do entendimento do que fora classificado "anormal". Esses lugares são destinados à regeneração e cura, e lá são aprisionados aqueles cuja enfermidade é mental e/ou os que não cabem na estrutura da ordem social[5].

---

[1] Graduando em Historia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; bolsista do Laboratório de Pesquisa e Prática de Ensino – LPPE/UERJ e Monitor voluntário da cadeira de História da Historiografia UERJ - edson_hist@yahoo.com.br

[2] Graduando em Historia pela UERJ, bolsista de iniciação cientifica PIBIC/Fiocruz no Projeto Memória e História da Psiquiatria e da Tuberculose no Brasil: o Pavilhão Remédios da CJM (1940-1970), DEPES/COC/Fiocruz- pedrohrtorres.uerj@yahoo.com.br

[3] "O principal nesta minha obra da Casa Verde é estudar profundamente a loucura, os seus diversos graus, classificar-lhe os casos, descobrir enfim a causa do fenômeno e o remédio universal". p.6

[4] Isso pensando o próprio processo civilizatório, onde, por vezes, relegado à margem da dinâmica social, o indivíduo passa a ser peça coadjuvante no tabuleiro do discurso dominante.

[5] "A Casa Verde, disse ele ao vigário, é agora uma espécie de mundo, em que há o governo temporal e o governo espiritual". p.8.

Dessa forma, é importante perceber que as observações postas por Machado de Assis em "O alienista", são um possível "reflexo" crível do cenário que se constrói às influencias dos saberes médico e psiquiátricos e, ainda, o próprio desdobramento da conjuntura que permite a emergência das ciências humanas e sociais, que reestruturam as concepções epistemológicas do fim do XVIII e inicio do XIX. Neste conto, podemos verificar o aparecimento e ascensão de um discurso que engendra um outro procedimento de exclusão o qual, em "A Ordem do discurso" de Michael Foucault (1970), descreve a transversalidade do poder que, empregado pelas instituições e/ou indivíduos, mantém hegemônico, na dinâmica do exercício de poder e no ciclo intermitente da "vontade da verdade", um único discurso que se torna absoluto/ verdadeiro, rejeitando outros paralelamente existentes e atuantes. O tal que confere a Simão Bacamarte uma verdade irrefutável.

Dentro de tudo que se podia identificar como sendo a chave de entendimento do conto machadiano, a saber, o poder, a ciência ou a loucura, o autor estabelece uma ligação entre os tais através da análise do discurso, ou seja, parte de um eixo político de observação das práticas sociais que constata nesse discurso oitocentista as determinações, o jogo de forças que se defrontam em torno da noção de "normalidade" e "anormalidade"[6] postas pela cientificidade. Sendo a esta investigação política em torno do poder de verdade da ciência e sua apropriação na literatura, a quem devemos este artigo.

Visto que se trata de um conto, e, portanto que não defende teses, como uma obra ficcional que é, nos punge a ideia de que o cenário de delimitações entre razão e loucura, criado por Simão Bacamarte na *Casa Verde*, esteja no cerne das questões que permeavam as realidades médico e psiquiátrica nesse mesmo período no Brasil (GOMES, 1993, p.148), inferindo na narrativa literária (da qual falaremos mais adiante) como um reflexo direto.

Em "O alienista", relatando a história da criação de um asilo em Itaguaí, Machado nos oferece uma análise contundente e irônica do que foi a prática psiquiátrica em seu início no Brasil (LIMA, 2009, p.642). Vemos como a psiquiatria deu ao homem da ciência mais que credibilidade, o poder de categorização, num processo que transformou em patologia as mais diversas singularidades, criando conjuntos de classificações a partir de marcas diferenciais, o que possibilitou agrupar numa mesma categoria todos os portadores de determinados traços, homogeneizando e despotencializando esses traços diferentes, agora postos no hall das anormalidades. O que nos leva a pensar que a diferença entre loucura e razão é ética e não médica.

Quando a loucura é posta como alienação, isto é, um estado conflituoso com a razão, cabe ao alienista à privação da liberdade alienada (AMARANTE, 1996, p.46), visto sua inadequação às malhas da ordem social. No entanto, o que garante razão/ *verdade* a terapêutica da loucura é a arte de subjugar e dominar, por assim dizer, o alienado, posto à dependência de um *homem* que possui qualidades físicas e morais (CAPONI, 2012, p.41), não apenas alinhamento às estruturas

[6] Quanto a estas noções polares, pensar o papel da moralidade no discurso psiquiátrico, levando em consideração as transformações de paradigmas teóricos para manutenções destes discursos.

sociais (trabalho, funções conjugais e, neste momento, o fenótipo), mas também a cientificidade positivista engendrada em si pela conjuntura do XIX.

Contudo, antes de traçar verdades a respeito da loucura, "O alienista" não procura contestá-las, discuti-las, ou colocá-las acima ou abaixo de quaisquer outras que possam fazê-lo, seu empreendimento é, no entanto, perceber o *quê* de normatizador que está engendrado no discurso de Simão Bacamarte fazendo-o "produzir" a loucura, ou seja, quando tão logo seu discurso, a "torrente de loucos". Machado procurou evidenciar que o "fenômeno" da alienação/ *loucura* se incidia à medida que as "verdades" paradigmáticas de Bacamarte perseguiam as minúcias do comportamento individual, lhe cabendo a confirmação diagnóstica final.

Pensando a produção de verdades como o circuito do discurso psiquiátrico de Bacamarte, e ainda e, principalmente, a forma como esse dito discurso poderia ser um *espelho d'água* das discussões "psi" do início do século XIX, propomos a seguir uma análise acerca dos métodos de construção das narrativas histórica e literária, afim de identificar o diálogo presente entres as tais no referido conto machadiano.

2. História e Literatura: gesto contratual?

> "As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia". (ASSIS, 1977, p.3).

Notemos que, no decorrer do conto, por muitas vezes o narrador evidencia o uso de "fontes" que o possibilitou escrever "O Alienista", trazendo o leitor para um campo perigoso de credibilidade e adesão ao enredo, podendo através desse "documento" mediador levá-lo a crer que, de fato, o que está sendo exposto aconteceu efetivamente, que é verdadeiro.

Existem, no entanto, algumas concepções de verdade apresentadas pela filósofa e professora Marilena Chauí (1994), que servirão de norteamento para desvelarmos essa questão, demonstrando uma preocupação bastante atual da autora com o tema, o que nos leva a analise etimológica de Chauí, na tentativa de compreender a raiz da palavra *verdade* e assim problematizar os usos (e abusos) desta.

A autora foi às línguas grega, latina e hebraica para extrair os elementos constitutivos do termo. No grego, a *verdade* aparece como *aletheia:* "não-oculto, não-escondido, não-dissimulado" (1994, p. 99), também como oposição ao "falso". Nesse caso, seria a própria coisa com todo seu automatismo, onde a verdade está a nossa frente e pode ser vista a olho nu. Há com isso tangibilidade e podemos experimentar a *verdade* nesse nível de compreensão como algo palpável.

Pode-se "ver", portanto, é uma oposição direta ao falso que segundo a filósofa: "(...) depende de que ela [a realidade] se esconda ou se dissimule em aparências".

Para a língua latina, *veritas*, "precisão ao rigor e à exatidão de um relato". Não é apenas uma ação, uma interação direta, mas se coloca como um enunciado, como uma relação entre à ação e a palavra, a narrativa no uso do signo como elemento da linguagem, da manifestação do significante. A *veritas* está diretamente ligada à narrativa. "Enunciados que dizem fielmente as coisas tais como foram ou aconteceram". Nesse sentido, a *verdade* não está referida ao fato em si, mas a linguagem, sendo seu antônimo a falsificação. É preciso compreender o seu próprio sistema de interpretação para que o enunciado não caia em simplificações como a polarização entre verdadeiro e falso.

Igualmente importante, *emunah* (confiança), no hebraico, que nos ilumina a uma outra interpretação dessa noção, tão cara para nós, neste exercício de reflexão. Para esta interpretação, perspectiva de futuro, esperança e confiança.

Segundo Chauí o que compreendemos por "verdade" é uma síntese dessas três fontes que nos organizam da seguinte maneira: "(...) se refere à própria realidade (como *aletheia*), à linguagem (como *veritas*) e à confiança/esperança (como na *emunah*)".

Tendo exposto esse pressuposto, tomaremos um caminho que irá colidir com os polos de discussão necessários para chegarmos até uma análise mais aprofundada da referida obra literária.

À medida que chegamos a uma ideia multifacetada que se coaduna em uma síntese, podemos tornar ao questionamento presente na "Ordem do discurso", a *"vontade de verdade"*, no qual a procura por esta seria uma escolha arbitrária que pretere e se legitima nas *instituições de constrangimento*[7], levantando um pilar de conformação e cristalização das relações sociais.

Convém deixar claro que a "*vontade de verdade*" se apresenta como uma teoria[8], organização, e que constrói a verdade processualmente. A esta altura não podemos deixar de perceber a evidente invocação à narrativa histórica, como elemento de consonância entre o que foi falado até o presente momento e os elementos discursivos no conto de Machado de Assis. Fica claro que a produção da verdade está intrínseca as estruturas internas [visão de mundo, arcabouço cultural e interpretativo etc.] de cada individuo, de forma a conduzi-lo para o que pode ou não ser real. Permitindo assim, que sua sensibilidade se expanda para uma percepção menos racional e de imersão na literatura, na imagem e na própria recepção do mundo.

A relação que se estabelece entre o conto machadiano e o interlocutor permite uma adesão indireta e inconsciente, é "uma espécie de acordo tácito entre o autor e o leitor no que se refere às experiências do imaginário, concretizadas pela narrativa para compreender os limites da relação entre texto e leitor" (BARBOSA, 1999, p.67). O conceito de "contrato ficcional"

[7] Em Foucault pode ser compreendido como um sistema de exclusão, onde os sujeitos são pressionados sob um poder coercitivo que exerce um tipo de tensão ordenadora sobre eles. Um espaço que impediria as ações de violação aos padrões preestabelecidos.

[8] Ver em: BARROS, José D'assunção. Teoria da História. "'Teoria': o que é isso?". In: Volume 1 - Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

nos permite observar o dialogo existente entre realidade e ficção, que se estabelece em uma relação emocional, sensorial e psíquica. Nesse sentido, a obra deixa de ser "literatura" (ficção) e se fortalece tornando-se uma "verdade" (realidade). Oliveira Esteves (2011) afirma ainda que a literatura não se apresenta mais como uma cópia da realidade (mimésis), mas como prática social, ou seja, ela faz parte da construção intelectual e, portanto, de construção de identidade da sociedade. Afirma ainda que: "a literatura interessa enquanto prática necessariamente histórica e não como recipiente de conteúdo externo ou imagem de um tempo supostamente passado" (ESTEVES, 2011, p.93).

Tal possibilidade se apresenta no conto de Machado de Assis, onde as questões externas e internas colaboraram para que no interior da obra fossem impressos problemas com o uso de artifícios conformativos, que nos deixam em um estado de negação quanto ao trato ficcional dado aos acontecimentos relatados na obra. Machado nos permite acreditar que o resultado de sua produção critico artística poderia ser o resultado de uma pesquisa empírica, trazendo em sua estilística uma atração que quase impossibilita não dar fé ao que está sendo narrado, visto a proximidade que sua escrita estabelece com a realidade médico e psiquiátrica do Brasil neste período.

Sendo assim, o leitor não conseguiria identificar a "verdade" e a "não-verdade" impressas na narrativa. O que nos punge a discussão quanto às diferenças básicas entre as narrativas literária e histórica, nos permitindo focalizar em que momento se dá um possível "rasgo" no contrato ficcional.

Com efeito, podemos identificar que a história desde Heródoto e Tucídides trouxe para si a necessidade de narrar os fatos, salvo suas respectivas especificações metodológicas. Primeiramente como história para transcrição dos acontecimentos do passado e preservação da memória de um tempo, estando em correspondência com o que realmente se viveu. Posteriormente com Tucídides, tomou outros moldes que a colocaram como a história vivida a partir de feitos de investigação, compreendida, nesse caso, como história construída.

Contudo, adquiriu contornos objetivos [efeito de realidade] no século XIX, quando coube a seus produtores preocupação com a legitimação e cientificidade. A narrativa histórica teria a função de expor os acontecimentos, e, portanto, de apresentá-los como foram ou são, presentificando e enrijecendo a produção do historiador, colocando-o como narrador dos fatos (MARTINS, 2010, p.11). Esta tributaria à história dos acontecimentos [*événementielle]*. Em todo caso, a história produzida a partir dessa filiação teórico-metodológica não careceria de artifícios literários para sua orientação? Hayden White (1973), mostrou que a explanação histórica é retórica e poética por natureza, uma vez que, além do objetivo do convencimento do seu interlocutor, o que o historiador faz por meio de estratégias retóricas, há a utilização de estilos narrativos que servem para conduzir o leitor suavemente à conclusão. Fica notório que o historiador estadunidense defende, reconhecendo um dos possíveis problemas da cientificidade, um resgate da narrativa.

Para Chartier (2010), White compreende que o conhecimento que o discurso histórico produz não se diferencia do discurso gerado pelo mito ou pela ficção. Essa crítica epistemológica à historiografia proposta por ele, no entanto, ajudou a ratificação dos historiadores para com suas práticas historiográficas no cerne do fazer histórico, sua metodologia (técnicas e operações). Também Hartog (2011) afirmou que: "A história em si é, por hipótese, *res gestae* e *historia rerum gestarum*: no mesmo movimento, os acontecimentos e sua narração". Logo, percebemos que há uma linha tênue que aproxima a história da literatura e vice-versa.

Dessa maneira, vimos uma discussão acerca do problema da narrativa histórica. Como essa escrita, na reconstituição do passado, utiliza mecanismos literários para construí-la e assim estabelecer a verdade do fato baseando-se na contemplação, já que o passado está fragmentado, desorganizado e mutilado, cabendo ao historiador o trabalho intelectual de organização e tratamento desses estilhaços.

Em seguida, na Literatura, o vigor é outro. Questionemos, o que é literatura? Alguns afirmarão que é todo texto belo, ou o que provoca uma reação sensível, seja prazer ou horror; outros dirão que depende do interlocutor, e mais, do autor e sua legitimidade ou, ainda, confirmaram sua existência a partir da filiação institucional. Os mais leigos dirão: Todos os textos são Literatura! Mas o que seria correto ou viável para definição desta questão?

A literatura seria a arte da palavra, não de qualquer coisa escrita, mas intencional, carregada de significado, harmonia, expressividade [estética] e capaz de recriar a realidade através da codificação da experiência pessoal e subjetiva. A intenção do escrito literário, ou seja, da literatura, é para própria linguagem, não se preocupando unicamente com os sentidos objetivos, mas carregado de subjetividade, de possibilidades de significação, de inovação estrutural e vocabular, rompendo as barreiras da linguagem e da expressão cotidiana, alcançando níveis elevados de expressividade.

"O próprio fato de ser a obra literária uma "obra de arte verbal" levou, desde há muito, os pesquisadores, a falar do "grande papel" da linguagem numa obra literária", (TODOROV, 1970, p.53). Compreendemos com isso que a linguagem literária possui estímulos que se afastam da linguagem cotidiana, salvo quando necessária à adequação de determinado tempo, onde o autor tenta extrair as formas de comunicação para entender sua temporalidade. Isso denota que a literatura está diretamente ligada à sociedade em que está imersa, e a reproduz. É, em certa medida, experiência social, não apenas uma representação cultural ou social da cultura, mas construção de uma identidade social que se expressa e se redefine. Pois afinal, é escrita ou descrita a partir de um lugar de fala, o de seu autor.

Desse modo podemos elencar alguns elementos próprios da História e da Literatura para podermos confrontá-los e percebermos suas aproximações, diferenciações e diálogo: a História tem compromisso com a verdade, enquanto que a Literatura tem a seu uso a linguagem artística, que pode ser compreendida por uma forma de construção estética sem relação com a comunicabilidade e muitas vezes compreensividade. Na escrita histórica não se abre mão da

inteligibilidade, pois uma de suas funções mais nobres é dar desfecho ao inacabado, sepultar o morto, como afirmar Certeau (1970, p. 104).

A Literatura se desenvolve a partir de uma construção simbólica, e de artifícios que a materializam em formas e signos, bem como a História que tendo estatuto de ciência, e, por conseguinte, experiência, necessita apresentar seu resultado através de uma linguagem própria. Tanto o primeiro quanto o segundo campo de conhecimento, são diferentes de um texto comum. No entanto, a Literatura pode distanciar-se dos sentidos imediatos das palavras, enquanto a História precisa ter uma relação de receptividade e compreensão com seus interlocutores. Ambas não têm finalidade informativa, mas de construção de significado, cabendo a História elaborar os relatos dos acontecimentos e fazer uma narração significativa através da seleção, organização e interpretação, tendo o seu caráter verídico resguardado pelos documentos, destacando-se seus aspectos ideológicos e interpretativos (DONZELLI, 2012)[9].

O diálogo existente entre esses campos nos permite afirmar que o cotejamento é possível em ambas as direções, tanto comparando quanto confrontando. Situando, sobretudo, a intencionalidade, o grupo de produção e interpretação e também a relação entre autor (aquele que cria) e narrador (aquele que anuncia/discursa).

Considerações finais

Compreendendo que sociedade e ciência não estão separadas, antes, que dialogam, se alinhavam e produzem juntas um discurso conformativo e de credibilidade quase irrefutável, tal enlace nos possibilitou a problematização que propomos neste trabalho. De modo que essa diretriz foi o fio condutor que norteou nossa reflexão.

Permitimos-nos identificar na obra "O alienista", elementos discursivos da postura critico literária machadiana, onde compreendemos que os artifícios estéticos e retóricos do conto criaram uma trama que permitiria ao leitor crítico cerzir o verossímil e a ficção, colocando-se no nível de entender e, em alguns momentos, de se afastar das tramas do "laço contratual" [10].

O desmantelamento do que poderia ser um contrato irrevogável entre leitor e autor nos colocou face à necessidade de pensar o cotejamento e em alguns momentos sincronismo nos campos de conhecimento: História e Literatura. E na ordem do discurso, ou seja, observando analiticamente as falas ou construções de "verdades" em Simão Bacamarte, interrogamo-nos acerca da fratura crédito/descrédito do contrato ficcional.

Tal contrato faz necessário ter em voga a existência de um repertório móvel e subjetivo que compreenda: minha alegria e minha tristeza, *minha aversão a cenouras*, minhas leituras anteriores, os textos que escrevi e etc. (WANDERLEY, 1994, p.16). Portanto estruturas sociais impressas que compõem o indivíduo socialmente construído; mobilidade de interpretação e compreensão

[9] Consultado em DONZELLI, Maria Inês. "O discurso da História e o discurso da ficção". Disponível em http://www.fundacioncultural.org/revista/nota11_41.html. Consultado em 4 de julho de 2012.

[10] Tipo de relação que atrai para a aceitação ou credulidade dos fatos narrados, de forma que impedisse outra interpretação que não a aderência ao discurso implícito. Essa não é uma ideia fechada, mas uma noção passível de estudo e aprofundamento em outro momento.

que influirão na constatação do real e da suspensão do material. Os elementos linguísticos e discursivos não teriam função de transmissão de informação sobre a realidade, mas uma espécie de pressão persuasiva do sujeito emissor/comunicante sobre o receptor/interpretante.

Dessa forma, para que haja um contrato e seu rompimento, temos que compreender que há um gesto convencional que se estabelece como um impulso inconsciente presente em nossa estrutura social e individual fazendo com que as "clausulas" deste contrato se apresentem. A escolha pela adesão ou descrédito, por exemplo, residem na individualidade das verdades dos sujeitos contratantes.

Neste esforço reflexivo, vimos o asilo psiquiátrico como o lugar onde a vontade perturbada, as condutas indesejáveis e as paixões pervertidas se defrontam com a retidão moral representada pala figura do alienista, quer no conto de Machado ou nas primeiras inquietações psiquiátricas no Brasil dos oitocentos. O discurso normatizador, então, muitas vezes "invisível" à primeira vista, pode e contém ferramentas de convencimento que exprimem ideias que nos impulsionam para as certezas do enquadramento da ordem social. Portanto, nos valha cuidado.

Bibliografia

AMARANTE, P. **O Homem e a Serpente – Outras histórias para a Loucura e a Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

ASSIS, Machado. **O Alienista**. São Paulo: Ática. 1ed.,1882. 1977.

BARBOSA, João Alexandre. **Entre livros**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados – uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

CHKLOVSKI, Viktor. "A arte como procedimento". In: TODOROV, Tzvetan (org.). **Teoria da Literatura II- Formalistas russos**. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 39-56.

ESTEVES, Lainister de Oliveira. **História e Literatura: Possibilidades do fazer historiográfico**. UFG. Rev. Teoria da História, ano 3, n.6, dez/2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

GOMES, Roberto. Alienista: loucura, poder e ciência. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5 (1-2): 145-160, 1993 (editado nov. 1994).

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores vêem**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LIMA, Elizabeth Martins de Araujo. Machado de Assis e a psiquiatria: um capítulo das relações entre arte e clínica no Brasil. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro. V.16, n3, jul.-set. 2009, p.641-654.

MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Racionalidade Moderna, Ciência e Loucura – Especulações sobre O Alienista de Machado de Assis. **Trilhas**, Belém, ano 4, nº 1, p. 85-94, jul. 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

WANDERLEY, Jorge. "O contrato ficcional: comutações". In: **Arquivo/Ensaio**. São Paulo: Edusp, 1994.

"Dos Temperamentos": discurso médico sobre doenças e escravos no Oitocentos

Prof.ª Doutoranda Iamara da Silva Viana(UERJ)*.

Introdução

A história da medicina no Brasil tem como marco o ano de 1808 e a chegada da corte portuguesa que alterara significativamente o cotidiano da então colônia que pretendia se parecer mais europeia e a medicina, mais científica. Com a nova conjuntura surgem novas necessidades, dentre elas, o de suprir a falta de médicos que pudessem zelar pela saúde da elite portuguesa e de estrangeiros em missões comerciais. Para tanto em caráter emergencial foram criadas duas Escolas de Cirurgia, uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia (LOPES, 2008, p.48). A do Rio de Janeiro tinha forte influência francesa e nos interessa mais de perto, pois que parte importante da pesquisa em andamento.

Pesquisa que privilegia os discursos de um médico francês, Jean-Baptiste Alban Imbert sobre as moléstias que atingiam escravos. Formado em Montpellier chegou ao Império do Brasil em 1831 interessando-se logo de início pelo estudo da medicina popular. Publicou algumas obras importantes sendo o *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes* nossa fonte principal. Utilizamos a segunda edição da obra que fora aumentada em um volume e reeditada em 1839 – a primeira edição data de 1834. Composta por uma introdução, dez títulos e quarenta capítulos, organizados por seções ou classes, totaliza 688 páginas, publicada no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional. Nesta obra apresenta críticas pontuais denunciando medicamentos e tratamentos julgados por ele ultrapassados. Da mesma forma, delatava os charlatães e suas práticas naquela sociedade, ao mesmo tempo em que tentava tornar legitimo alguns métodos enraizados nos costumes populares, como por exemplo, a produção de cataplasmas definindo a temperatura e textura ideais.

A análise do sujeito histórico em questão está intimamente relacionada à noção de sociedade complexa moderno-contemporâneas de Gilberto Velho como constituída e caracterizada "por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados" (VELHO, 1999, p.38). Segundo este autor existe tensão e conflito entre os diferentes níveis que coexistem nesta sociedade, o que reforçaria sua característica complexa. Problemática constante nas biografias e trajetórias individuais, pois

* Doutoranda em História política, PPGH, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Orientadora: Professora Doutora Márcia de Almeida Gonçalves.

> os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, como seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão (VELHO, 1999, p.39).

Embora não seja nosso objetivo central produzir uma biografia, o médico em questão representa um testemunho histórico por meio de suas proposições sobre os escravos e suas moléstias. Assim, demarca um espaço significativo na História que aqui se pretende contar, como sendo parte efetiva da construção da sociedade brasileira. E como pensar o indivíduo que após uma experiência e trajetória em uma dada sociedade passa a viver em outra com costumes e símbolos diferentes? Velho nos diria que "o que está em jogo é um processo histórico abrangente, e a dinâmica das relações entre os sistemas culturais com repercussões na existência dos indivíduos particulares" (VELHO, 1999, p.39). Desta forma, Imbert se constitui indivíduo-sujeito, pois "a medida que se destaca e é mais sujeito, muda o caráter de sua relação com as instituições preexistentes, que não desaparecem necessariamente mas mudam de caráter, embora de forma conflituosa (...)" (VELHO, 1999, p.98). Tal indivíduo a partir de antigas construções se refaz no contato com a sociedade escravista do Império do Brasil, pois pensa, se constrói e reconstrói a partir da interação com outros em distinta sociedade.

Nesta primeira metade do século XIX a medicina no Brasil, embora parte do Estado, disputava lugar de poder com os que praticavam as diferentes artes da cura: feiticeiros, sangradores, boticários, parteiras, grupo distinto também formado por ex-escravos e pobres. A construção cultural que se deu a partir da colonização permitiu uma interlocução entre indivíduos e culturas distintas, fator relevante para análise do contexto em pauta, pois que a peculiaridade da sociedade escravista do período deve ser observada com atenção. A contenda não existia apenas entre médicos acadêmicos e curadores populares. Em meio aos discursos daqueles existia uma hierarquia a ser observada, onde os médicos com diplomas acadêmicos estavam no cume.

> [...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1979, p.179).

Em meio a diferentes discursos e concepções de cura que disputavam entre si o poder, Imbert apresenta o corpo humano como um elemento fundamental para o estudo da medicina. "A concepção do corpo, seu lugar na sociedade, sua presença no imaginário e na realidade, na vida cotidiana e nos momentos excepcionais sofreram modificações em todas as sociedades

históricas". Esse é o pensamento de Jacques Le Goff ao refletir sobre o corpo na Idade Média, que ao sofrer mudança no tempo faz parte da história (LE GOFF, 2011, p.10).

Temperamento, Corpo e Doenças no discurso de Imbert

O poder é considerado "como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede" (FOUCAULT, p.183). Considerado por este prisma e presente nos discursos médicos no momento do desenvolvimento de uma medicina acadêmica no Império do Brasil, o poder ou os diferentes poderes impunham a necessidade de organizar e civilizar a população aos moldes europeus, intervindo assim diretamente na sociedade e práticas de cura.

Questões complexas tendo em vista certas tradições e métodos curativos serem fortemente enraizados, tendo sido criadas a partir do mosaico étnico formado ao longo da colonização portuguesa. Segundo Luiz Otávio Ferreira, "as bases socioculturais da medicina colonial foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas – indígena, africana e europeia", não tendo segundo o autor grande participação dos profissionais com formação acadêmica (FERREIRA, 2003, p.101). A medicina acadêmica disputava lugar com as práticas populares de cura, concorrendo com boticários, curandeiros, parteiras, sangradores, feiticeiros dentre outros.

A relação entre corpo e doenças no século XIX apresenta algumas peculiaridades. O próprio conceito de corpo deve ser observado no espaço e tempo para que nossa análise faça sentido. Foram muitas as mudanças que o corpo e a concepção sobre o mesmo sofreram. Na Idade Média o homem era composto por um corpo e por uma alma, na perspectiva de Imbert e dos médicos brasileiros contemporâneos seus, constituía-se de matéria - o corpo físico, tangível - e do moral - constituído do que não se toca, apenas se observa como características particulares do indivíduo humano. Contudo, a "natureza traçou huma primeira grande divisão creando duas raças de homens que se distinguem pela côr" (IMBERT, 1839, p.XVIII). Brancos e negros desta forma, não constituíam uma espécie única, homogênea, eram diferentes e não somente na cor da pele:

> A organisação do negro differe da do branco, não só pela côr, como tambem por huma limitação em sua organisação cerebral, que lhe não permitte levar ao mesmo gráo a extensão das suas faculdades intelectuaes; (fallamos aqui em these geral, porque não ignoramos que esta Lei excepções) (IMBERT, 1839, p.XVIV).

As características do negro têm um simbolismo nos discursos médicos de forma que, "os defeitos físicos do negro é um juízo que serve de norma de mercado", devendo ser observado com atenção, principalmente no momento da compra evitando-se indivíduos que pudessem

desenvolver ao longo de sua vida moléstias, mormente as infectocontagiosas (IMBERT, 1839, Cap. 1, p.1). O local de nascimento dos negros era também apreciado no momento das distinções, que ajudavam a caracterizar e distingui-los pelas formas físicas, estas diretamente relacionadas a sua origem (IMBERT, 1839, p.2).

A cor da pele, as diferenças intelectuais, o local de nascimento e os "defeitos físicos" podem, na concepção do doutor Imbert apresentar indícios de algumas moléstias, dentre elas a Tuberculose, percebida caso o pescoço não estivesse em justa proporção com a altura do individuo, bem como se apresentasse "tumores glandulosos" principalmente abaixo do queixo este, sinal evidente de "afecção escrofulosa". Mas e o doente, quem ele era e como deveria ser observado? Na definição de Imbert:

> [...] hum doente, he durante sua enfermidade, hum ente apartado da sociedade de que elle he membro, e esta rigorosamente deve, directa ou indirectamente, interessar-se por elle, e prestar-lhe cuidados tão assíduos, como illustrados: faltar pois a hum dever tão sagrado he, a nosso ver, hum crime de lesa humanidade, e todo o individuo, que soportasse frio, silencioso, e insensivel diante de hum ente, que padece, ainda sendo seu mais cruel inimigo, mereceria ser taxado certamente de ter abjurado o mais nobre dos sentimentos, com que a natureza nos tem dotado, o amor do próximo [...] (IMBERT, 1839, p.4).

O enfermo neste caso mereceria uma atenção diferenciada, tornando-se atípica na sociedade escravista das primeiras décadas do século XIX em se tratando do cativo. A preocupação com o trabalhador escravo doente aparece no discurso médico e político relacionado ao discurso religioso. Provavelmente uma tentativa de se ensinar a preservar a propriedade ameaçada pela aproximação do fim do Tráfico Transatlântico. Tais considerações refletem a imagem desse corpo percebida pela medicina, mais precisamente pelo doutor Imbert, em que o negro é mais suscetível de contrair doenças:

> [...] o negro, destinado a viver entre os Tropicos e a supportar todos os dias os ardentes fogos destes climas, vê o seu corpo submettido a toda sua influencia, e he por isso mais exposto ás enfermidades que são endemicas, ou proprias destas regiões (IMBERT, 1839).

O clima é um elemento importante na relação estabelecida pelos cientistas no século XIX entre corpo e doenças, também mencionado por viajantes como Spix e Martius em sua Viagem pelo Brasil de 1817 (SPIX, MARTIUS, 1976). No caso dos escravos outros fatores devem ser destacados: má alimentação, vestimentas inadequadas, horas excessivas de trabalho e castigos violentos. Mas as características pessoais são igualmente importantes delas resultando

moléstias graves, nesse sentido há que se observar na visão do doutor Imbert os *temperamentos* do enfermo. Para o médico em questão:

> Deve-se entender por temperamento as differenças, entre os homens, constantes, compatíveis com a conservação da vida e mantença da saude, caracterisadas por huma diversidade de proporção entre as partes constitutivas da organisação, assás importantes por que influir possão sobre as forças e faculdades da economia animal (IMBERT, 1839, Cap. III, p.19).

A citação acima explica de forma científica o que a medicina do início do século XIX concebe por *temperamento*. Entretanto, conforme seus objetivos, Imbert expõe o conceito de forma mais simples, tendo em vista o público para o qual ele fala:

> o temperamento he huma maneira de ser relativa da individualidade, caracterisada pela predominancia differencial de hum dos systemas geraes do organismo, predominância esta, que tem huma determinada influencia sobre as forças e faculdades do homem, segundo a especie de temperamento, que ella representa, e serve a caracterisar (IMBERT, 1839, Cap. III, p.20).

Tendo optado por escrever para aqueles que não detêm o conhecimento médico acadêmico e que necessitam combater diferentes doenças, ele demonstra ao mesmo tempo erudição e flexibilidade adequando o modo como se utiliza do vocabulário existente. Segundo José Murilo de Carvalho "a natureza da retórica em si já exige, (...), que se leve em conta, além da linguagem e do texto, o autor e seu leitor ou ouvinte". Citando Chaim Perelman, Carvalho aponta que "a retórica está dentro do domínio da lógica na medida em que recorre a argumentos (...). Mas extrapola a lógica na medida em que recorre a argumentos que vão além da estrita racionalidade". Isso porque para Carvalho, a retórica não busca apenas convencer, ela pretende persuadir, mover a vontade, o que exige diferentes argumentos não lógicos (CARVALHO, 2000, p.136).

Quanto a relação entre temperamentos e doenças, afirma Imbert que a apreciação ou o conhecimento do mesmo nos doentes, "ha sido em todos os tempos considerado objecto da primeira importancia relativamente ao tratamento de qualquer infermidade" (IMBERT, 1839, Cap. III, p.20). De forma que um médico apto a tratar de seu enfermo com a inteligência que ela reclama deverá conhecer profundamente o temperamento do paciente, considerando negligência e leviandade a falta deste estudo. Os temperamentos podem ser reduzidos a quatro tipos principais: sanguíneo, linfático, nervoso e bilioso, podendo por meio de diferentes associações entre si, existirem em número maior num mesmo indivíduo, todavia, somente um predomina. Para tratar um enfermo há que se observar o temperamento dominante sem deixar de notar as demais "influências orgânicas secundárias". Um fator importante no estudo dos

temperamentos humanos é o local de nascimento, que os influencia diretamente, do mesmo modo que atuam na constituição física e moral. A título de ilustração Imbert aponta que os

> habitantes do Norte são dotados do temperamento sanguíneo exquisito, e de huma robusta constituição, ao mesmo tempo que os das regiões meridionaes vivem mais particularmente sob o imperio do temperamento lymphatico, nervoso, ou bilioso, e são, além disso, de huma constituição muito mais delicada e débil (IMBERT, 1839, Cap. III, p.22).

Numa tentativa de mapear os indivíduos e seu temperamento, doutor Imbert busca na origem do mesmo a explicação para características físicas e morais. Cada espaço geográfico possui um clima específico e o médico para o doutor Imbert não pode deixar de observar as "modificações que a natureza do clima imprime, ou he capaz de imprimir no organismo dos habitantes", desenvolvendo cada indivíduo características segundo os seus temperamentos. Para os médicos brasileiros o temperamento constitui fator relevante nos diagnósticos e fazem menção a diferentes casos, como os relativos aos indivíduos queimados, ou para explicar a maior mortandade do sexo feminino associada a causa nervosa, temperamento mais desenvolvido por mulheres.

Considerações Finais:

Nessas reflexões iniciais da pesquisa em andamento tentamos demonstrar a importância do discurso médico, particularmente o de Jean-Baptiste Alban Imbert, na construção de civilidade e controle do corpo escravo, associando o mesmo a doenças. O estabelecimento de relações entre o corpo, o temperamento e as diferentes moléstias, demonstram o quão significativo era conhecer o indivíduo para proceder a tratamentos e curas. As diferenças de raça, cor e capacidade intelectual pontuadas em tal discurso reiteram as hierarquias sociais notadamente entre brancos e negros, livres e escravos.

Nesse sentido, o discurso de Jean-Baptiste Alban Imbert médico acadêmico representando o Estado imperial, buscava sustar práticas de cura e de controle de corpos, tendo entrado em conflito com outras práticas. Ele e seu manual materializaram estratégias desse discurso médico que se quer mais atuante e presente na sociedade escravista brasileira do Oitocentos.

Documentação

IMBERT, J.B.A. **Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros**. Typographia Nacional, 1839.

Semanário de saúde Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1831-1834.

SPIX, MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, no. 1, jan-dez. 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX**. Revista de História**. N. 142-143. São Paulo, dezembro 2000. Artigo Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092000000100008. Acesso em: 20 out 2011.

FERREIRA, Luiz Otávio. "Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840)". In: Chalhoub, Sidney et al. (org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michel. "Soberania e Disciplina: discurso do Collège de France, 14 de Janeiro de 1976". In: **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 179.

LOPES, Fábio Henrique. **Suicídio e Saber Médico: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

SESSÃO 18
Olhares sobre a América Latina

Por Uma Revolução Sem Fronteiras: Luta Armada e Internacionalismo Revolucionário na América do Sul

Prof. Doutoranda Izabel Priscila Pimentel da Silva (UFF)[1]

O cenário político da América do Sul foi marcado, ao longo das décadas de 1960 e 1970, pela emergência de ditaduras civil-militares e pela ascensão de diversas organizações revolucionárias, que se caracterizaram por uma forte desconfiança em relação às formas tradicionais de atuação e representação política, pela valorização da ação e pela defesa da luta armada. Estes grupos guerrilheiros se notabilizaram por ousadas ações de propaganda armada da revolução, *expropriações* de armas e bancos e captura de empresários e diplomatas, que foram trocados por presos políticos, resgatados em troca de dinheiro usado para sustentar a infra-estrutura dessas organizações e seus projetos revolucionários e/ou "justiçados".

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, as organizações da esquerda armada na América do Sul, apesar de suas especificidades, também possuíam similitudes teóricas e práticas e, além disso, procuraram estabelecer articulações guerrilheiras, esboçando tentativas (na maioria dos casos, fracassadas) de efetivar um internacionalismo revolucionário na região. O presente artigo visa elucidar uma dessas experiências internacionalistas revolucionárias na América do Sul, através da formação da *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR).[2] Ao recuperar os caminhos e descaminhos da esquerda armada no Cone Sul, e mais especificamente da *Junta de Coordinación Revolucionaria*, procuramos não só resgatar uma parte importante da história recente da América do Sul, mas também interpretar a dinâmica interna dos grupos de esquerda que atuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, buscando reconstruir as propostas, discussões e motivações que nortearam a ação destas organizações.

No contexto latino-americano, as propostas de internacionalismo revolucionário, próprias do socialismo, ganharam forte ímpeto após a vitória da Revolução Cubana em 1959. A vitória dos "barbudos" de *Sierra Maestra* inspirou fortemente as esquerdas latinoamericanas. Acima de tudo, a Revolução Cubana tornou-se um modelo a ser seguido.

---

[1] Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); Mestre em História Social também pela UFF; Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: belprisk@hotmail.com

[2] Nos últimos anos, muitos pesquisadores têm se dedicado a analisar os intercâmbios entre os governos militares e os órgãos de repressão do Cone Sul, contemplando, sobretudo, a chamada *Operação Condor*. No entanto, o mesmo não acontece referente à integração dos grupos da esquerda armada da região. Ainda que exista uma bibliografia abundante acerca da trajetória das organizações da esquerda armada na conjuntura nacional de cada país da América do Sul, estas pesquisas têm demonstrado pouco interesse em analisar as similaridades e a coordenação das ações destas organizações num contexto mais amplo. Ao privilegiar os cenários nacionais, esta bibliografia ofusca os intercâmbios internacionais e acaba por menosprezar os projetos revolucionários que transcenderam fronteiras. Assim sendo, acreditamos que nosso trabalho poderá contribuir para a análise da perspectiva de internacionalismo revolucionário defendida por importantes organizações revolucionárias da América do Sul.

Já em Cuba, como analisou Denise Rollemberg, tornou-se primordial a questão de *exportar a revolução*, não só numa perspectiva de internacionalismo revolucionário, mas também, e sobretudo, como forma de sobrevivência e consolidação da revolução na própria ilha (ROLLEMBERG, 2001, p. 14-15). Contudo, a partir de 1967, Fidel Castro consolidou o caminho de aproximação com a União Soviética – que se opunha às tentativas de desencadeamento da revolução na América Latina – e assumiu a construção do socialismo em um só país (ROLLEMBERG, 2001, p.16). Ambiguamente, no entanto, Fidel Castro também incentivava a impulsão da revolução pelo chamado Terceiro Mundo. Nessa perspectiva, ocorreu em Havana, entre julho e agosto de 1967, a conferência que deu origem à Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que estenderia a revolução pelos países latino-americanos. Embora posteriormente Fidel Castro tenha assumido oficialmente junto à URSS o compromisso de pôr fim à "exportação" da revolução, Cuba apoiou direta e indiretamente (inclusive financeiramente) a guerrilha na América Latina. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um contingente de 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos teria sido treinado na ilha (ROLLEMBERG, 2001, p.18).

Contudo, indubitavelmente, o maior símbolo ou aquele que melhor encarnou a proposta de *exportação da revolução* foi Ernesto "Che" Guevara. Após consagrar-se como um dos principais líderes da Revolução Cubana e depois de passar anos morando em Cuba, "Che" renunciou seus cargos no alto comando do novo governo cubano para levar a revolução a outros povos.

> Se não houvesse revolução em outros países, não haveria lugar para Che. O poder burocratizado lhe era estranho e as críticas à URSS, manifestadas publicamente em 1965, o indispunham a permanecer no governo, em um momento em que Cuba já dependia da ajuda soviética. Assim, seguiu a opção feita desde sempre, coerente com sua vida, em direção à revolução, à transformação, à vida, ao abismo, à morte, à lenda. (ROLLEMBERG, 2001, p.18)

Em 1965, Guevara deixou Cuba e partiu em uma missão clandestina para dirigir um grupo de cubanos que apoiavam os revolucionários no Congo. Contudo, a iniciativa fracassou. Já em 1966, partiu rumo à selva boliviana, onde esperava contar com o apoio dos camponeses. No ano seguinte, fundou, na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional (ELN), no qual militavam bolivianos, cubanos e peruanos, dispostos a espalhar a revolução pela América do Sul. Os combates iniciaram-se em março de 1967. Isolados, sem água, sem remédios, com pouco armamento, sem conseguir estabelecer contatos com os setores populares, sem apoio do Partido Comunista Boliviano (de tendência soviética), lutando em condições cada vez mais adversas, a guerrilha fracassou e Guevara foi finalmente capturado em 08 de outubro de 1967. Ao ser interrogado sobre sua nacionalidade, respondeu: "Sou cubano, argentino, boliviano, equatoriano...". No dia seguinte, foi assassinado. Morria o maior símbolo do guerrilheiro sem pátria, da revolução sem fronteiras.

Apesar de sua morte e do fracasso de seu projeto revolucionário internacionalista, as palavras, as idéias, o exemplo de "Che" Guevara e sua perspectiva de uma revolução para além das fronteiras nacionais continuaram vivos nos corações e mentes dos revolucionários latino-americanos. Em mensagem enviada à conferência tricontinental (em forma de carta, escrita nas montanhas bolivianas no início de 1967), Guevara incentivou a criação de "dois, três, muitos Vietnãs" e conclamou os grupos armados da América Latina a "*formar uma espécie de Junta de Coordenação* para tornar mais difícil a tarefa repressiva do imperialismo ianque e facilitar a própria causa" (GUEVARA, 1967, p.305. Grifos nossos).

O ponto de partida para a formação de uma "junta de coordenação" entre grupos da esquerda sul-americana foi o contato com os sobreviventes cubanos do Exército de Libertação Nacional da Bolívia, que, após o fracasso da guerrilha guevarista, que culminou no assassinato de dezenas de guerrilheiros, incluindo o próprio Guevara, conseguiram chegar (clandestinamente) ao Chile, depois de caminhar mais de 1000 km em condições subumanas. Os sobreviventes foram detidos, mas receberam todo o apoio dos principais grupos da esquerda chilena, em especial do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Após uma forte campanha de solidariedade organizada pelos militantes da esquerda chilena e os esforços do então senador Salvador Allende, o grupo conseguiu ser repatriado para Cuba.

Desde então, os militantes do ELN mantiveram contatos sistemáticos os *miristas* chilenos. A partir de 1970, quando Salvador Allende assumiu a presidência da República, o Chile, além de um lugar de refúgio, sobretudo em vista das várias ditaduras militares que já se espalhavam pela América do Sul, tornou-se um espaço fundamental de trocas políticas para os militantes da esquerda armada sul-americana. Guerrilheiros do ELN boliviano, os uruguios do *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* e os argentinos do *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP)[3] conviviam, debatiam, confirmavam afinidades políticas e aproximavam-se dos militantes do MIR chileno, entre outras organizações. No final de 1972, a sintonia entre estas organizações, que já se consideravam "hermanas", começou a ganhar contornos de formalização. Em novembro daquele ano, reuniram-se em Santiago as principais lideranças do MIR, do ERP e do MLN-Tupamaros. Foi então criada a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR), que deveria ser a concretização da visão estratégica de "Che" Guevara. Em uma segunda reunião realizada em junho de 1973, desta vez na cidade argentina de Rosário, o ELN da Bolívia – que até então só mantinha conversas bilaterais com as outras três organizações, mas contava com grande prestígio e força simbólica por ser representante da guerrilha iniciada pelo próprio Guevara – foi formalmente integrado à recém-fundada Junta de Coordinación Revolucionaria (MARCHESI, 2008, p. 8).

Segundo John Dinges, a JCR não era

[3] Foge aos limites e propósitos deste relatório remontar a história da luta armada na América do Sul, apresentando um vasto histórico dos principais grupos da esquerda armada sul-americana. Para saber mais, cf: BERARDO, 1981.

> uma simples aliança, nem a reunião das organizações separadas. A proposta (...) era que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao outro. Cada grupo lutaria com a sua agenda e seus métodos. (...) Cada organização-membro escolheria como e quando pegar em armas. Mas juntas elas criariam uma infra-estrutura, um aparelho internacional que propiciaria apoio logístico, financeiro e militar mútuo (DINGES, 2005, p.87-88).

Em um estatuto provisório, aparentemente datado de 1974, a organização apontou suas principais aspirações:

> Impulsionar la lucha por la revolución continental, antiimperialista y socialista, que supone el derrocamiento violento de las clases dominantes mediante uma estratégia político-militar de lucha, la destrucción del estado burguês y el establecimiento de la dictadura del proletariado y la construcción de um nuevo estado basado em la democracia directa, em donde el proletariado dirige al conjunto de las clases aliadas y domina a las clases enemigas. (JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA *apud* MARCHESI, 2008, p.9)

Nos primeiros anos da Junta de Coordinación Revolucionaria, o Chile exerceu um papel fundamental, afinal tinha sido o "anfitrião" das outras três organizações que, juntamente com os *miristas* chilenos, dariam origem à JCR. No entanto, com o golpe de Estado perpetrado pelo general Augusto Pinochet, em setembro de 1973, a violência repressiva que se seguiu alterou radicalmente o cenário chileno. Até meados de 1975, a maioria dos militantes do MIR estava presa ou desaparecida. Com o avanço repressivo, os chilenos foram perdendo sua centralidade dentro da JCR.

Após o golpe no Chile em 1973 – antecedido, entre outros, pelo golpe na Bolívia em 1971 e no Uruguai em junho de 1973 – a Argentina, que então vivia um momento democrático, tornou-se um porto para os refugiados políticos e as organizações revolucionárias (embora este período também tenha sido marcado na Argentina pela repressão à esquerda armada).[4] De qualquer maneira, era grande o otimismo revolucionário: "Imaginávamos uma espécie de Vietnã embrionário em toda a América Latina. Íamos levar a idéia da JCR ao Brasil, Peru, México, Caracas. Para nós, a revolução estava prestes a se iniciar em toda a América Latina", relembra Luis Mattini, uma das lideranças do ERP (*apud* DINGES, 2005, p.91).

Em fevereiro de 1974, a Junta de Coordinación Revolucionaria anunciou publicamente sua criação, após convocar uma "coletiva de imprensa" clandestina em Buenos Aires[5], na qual foi distribuído o comunicado *A los pueblos de América Latina*, onde assim apresentavam-se:

[4] A repressão à esquerda armada recrudesceu na Argentina após a criação, em 1974, da Aliança Anticomunista Argentina, mais conhecida como *Triple A*, uma organização de extrema-direita, que liderou uma série de perseguições e assassinatos políticos e atuou particularmente no governo de "Isabelita" Perón (1974-1976).

[5] O anúncio da criação da JCR teve uma modesta repercussão internacional. O *New York Times*, em sua edição

> El Movimiento de Liberación Nacional (Tuparnaros) de Uruguay, el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) de Bolivia y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) de Argentina, firman la presente declaración para hacer conocer a los obreros, a los campesinos pobres, a los pobres de la ciudad, a los estudiantes e intelectuales, a los aborígenes, a los millones de trabajadores explotados de nuestra sufrida patria latinoamericana, su decisión de unirse em uma Junta de Coordinación Revolucionaria. Este importante paso es producto de una sentida necesidad, de la necesidad de cohesionar a nuestros pueblos en el terreno de la organización, de unificar las fuerzas revolucionarias frente al enemigo imperialista, de librar con mayor eficacia la lucha política e ideológica contra el nacionalismo burguês y el reformismo. Este importante paso es la concreción de una de las principales ideas estratégicas del comandante Che Guevara, héroe, símbolo y precursor de la revolución socialista continental. Es también significativo paso que tiende a retomar la tradición fraternal de nuestro pueblos que supieron hermanarse y luchar como un solo hombre contra los opresores del siglo pasado, los coloniales españoles. (JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA, 1974, p.3)

Ainda durante o ano de 1974, a Junta procurou desenvolver uma infra-estrutura de propaganda. Nesse sentido, criou seu órgão de divulgação internacional – uma revista significativamente intitulada *Che Guevara*. A revista, traduzida em três idiomas, teve apenas três números, publicados de forma irregular em novembro de 1974, fevereiro de 1975 e outubro de 1977, respectivamente. Além da revista, a JCR também criou uma agência de imprensa, a *Agencia de Prensa América Latina* (APAL), que chegou a exercer uma pequena atividade em alguns países europeus, e ainda um grupo de cinema voltado para a propaganda revolucionária.

A política exterior e as alianças internacionais representaram, desde o início, uma das prioridades da Junta de Coordinación Revolucionaria. Ainda em 1973, logo após as reuniões realizadas em Rosário (Argentina), o tupamaro Efraín Martinez Platero foi escolhido como representante internacional da JCR. A partir de então, Platero realizou diversas viagens visando conquistar apoio para a Junta. Seu primeiro destino foi Cuba – a ilha era considerada pelas quatro organizações que formavam a JCR a vanguarda revolucionária da América Latina. No entanto, a idéia de criação de uma junta revolucionária latino-americana não foi bem recebida por Fidel Castro. Apesar de Platero ter invocado a memória de "Che" Guevara como inspiração para a JCR, o líder cubano não aprovava os planos da Junta.

Segundo Aldo Marchesi, alguns fatores explicam essa desaprovação cubana em relação à JCR. Em primeiro lugar, Fidel Castro respeitava o MIR chileno, os Tupamaros uruguaios e o ELN boliviano, mas via com desconfiança o ERP argentino, devido à sua origem trotskista.

de 15 de fevereiro de 1974, fez uma breve menção da formação da frente guerrilheira em uma pequena matéria publicada numa página interior do jornal. O anúncio da fundação da JCR também foi publicado em Lisboa.

Além disso, Fidel Castro também era contrário aos planos do ERP de deflagrar uma guerrilha nas montanhas de Tucumán na Argentina, pois o governo argentino abrira relações comerciais com Cuba e o apoio ao ERP poderia prejudicar o desenvolvimento destas relações. Ademais, a aproximação do governo cubano com a União Soviética – ainda que não representasse o fim do apoio de Cuba à esquerda armada latino-americana – significou um estreitamento das relações com os partidos comunistas latino-americanos e, como apontamos anteriormente, uma revisão das propostas defendidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). E, por fim, Fidel Castro imaginava que o desenvolvimento de uma coordenação revolucionária na América Latina, como propunha a JCR, poderia significar uma disputa de hegemonia – até então exercida por Cuba – dentro dos movimentos revolucionários latino-americanos (MARCHESI, 2008, p. 14). Apesar da resistência de Cuba, a Junta de Coordinación Revolucionaria prosseguiu sua busca por contatos e apoio no exterior e conseguiu estabelecer uma rede internacional basicamente na Europa.

As organizações da JCR embarcaram num período de intensos preparativos para a ofensiva futura, o que, na prática, significaria também a reestruturação do ELN, dos Tupamaros e do MIR, sobretudo após as duras ondas de repressão que se seguiram aos golpes de Estado deflagrados na América do Sul. As grandiosas metas da JCR exigiam muito dinheiro. E caberia ao ERP financiar a Junta de Coordinación Revolucionaria. Aliás, ao contrário do que ocorreu com as outras três organizações, o ERP manteve uma posição privilegiada durante o período de desenvolvimento da JCR, em especial devido ao fato da Argentina, entre 1973 e 1976, ter gozado de uma relativa liberdade democrática. Nesse contexto, o ERP era a mais rica das organizações que integravam a JCR, sobretudo após algumas capturas de executivos/empresários estrangeiros, cujos resgates eram destinados, em grande parte, para os projetos da Junta.

Assim sendo, o nível de desenvolvimento da experiência da JCR era diretamente proporcional ao aumento do nível de influência do ERP dentro da Junta:

> La disparidad de recursos, la cantidad de cuadros formados, el menor peso de la represión y uma imagen de relativo êxito em su accionar hasta el año 75 aseguró al PRT-ERP uma presencia sin contrapesos em la JCR. A diferencia de las otras organizaciones que habían sufrido importante derrotas el PRT-ERP se mostraba como uma organización em ascenso y eso le generaba respeto entre vários de los militantes de los otros países que sufrían los avances de los regimenes dictatoriales (MARCHESI, 2008, p. 13).

A Junta de Coordinación Revolucionaria, cuja verba era oriunda, em quase sua totalidade, do ERP, também passou a ajudar financeiramente outras organizações revolucionárias, tornando-se, nas palavras de John Dinges, uma espécie de "Fundação Rockefeller secreta da esquerda marxista radical, recebendo propostas e distribuindo concessões de dinheiro" (DINGERS, 2005, p. 137). Ao mesmo tempo, milhares de dólares eram usados para construir e manter

uma infra-estrutura revolucionária nos quatro países membros da JCR. No entanto, em 1975, a guerrilha internacional ainda não tinha sido deflagrada, limitando-se a "ofensivas" esporádicas, especialmente na Argentina.

Em maio de 1975, a direção da Junta de Cordinación Revolucionaria decidiu enviar dois emissários em uma viagem pela América Latina a fim de espalhar a estratégia revolucionária da JCR pela região: "Era tanto uma incursão como uma viagem de informação para realizar um levantamento do nível de determinação (*voluntad*) dos revolucionários latino-americanos. Era como uma sondagem preliminar. Mais tarde eles deviam entregar um relatório e então sair de novo para cimentar alianças ou membros [na JCR]" (DINGES, 2005, p. 139). Os escolhidos para desempenhar esta missão foram Amílcar Santucho (irmão mais velho de Mario Roberto Santucho, principal líder do ERP) e Jorge Fuentes (o "homem" do MIR em Buenos Aires). A primeira parada dos emissários foi o Paraguai. Contudo, a missão tornou-se o alvo de uma ação combinada entre as forças de segurança da Argentina, Chile e Paraguai, que contaram com o apoio do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos Estados Unidos. Amílcar Santucho e Fuentes foram presos pouco depois de ingressarem no Paraguai. Junto com eles foram apreendidos documentos e listas de endereços e de contatos da JCR.

O tratamento dado pelas agências de inteligência na América do Sul a estes prisioneiros já apontava para uma nova tática das forças repressivas dos países do Cone Sul, que superavam suas longas histórias de rivalidade e animosidade, substituindo-as por um nível sem precedentes de colaboração e compartilhamento de informações. Essa nova realidade daria origem ao *Plano Condor*, uma aliança secreta entre os governos militares de Uruguai, Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil. Embora a colaboração entre os serviços de inteligência e os órgãos de repressão da região já estivesse em andamento, a *Condor* foi oficialmente instituída em novembro de 1975, após um encontro dos principais representantes do setor de inteligência da América do Sul, em Santiago do Chile, comandado pelo general Pinochet e pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional chilena.[6]

A principal justificativa e/ou pretexto para a criação desta operação e/ou plano foi a união de quatro organizações revolucionárias sul-americanas, formalizada através da fundação da Junta de Coordinación Revolucionaria. Ao internacionalismo revolucionário, as ditaduras militares responderiam com o internacionalismo da repressão. Pode-se dizer que os governos militares superestimaram a ação da JCR, que se tornou o principal alvo do Plano Condor. O chileno René Valenzuela, um dos principais representantes da JCR na Europa, avalia: "Eles [os governos militares] achavam que a organização era maior do que na realidade éramos, e reagiram muito rapidamente, com uma força devastadora. Estávamos ainda nas fraldas, com muitos problemas, e nunca tivemos de fato a oportunidade de fazer o que pretendíamos

[6] Segundo John Dinges, uma delegação do Brasil compareceu ao encontro como observadora, mas o país só ingressou formalmente nesta organização em 1976 (DINGES, 2005, p. 37). Há muitas controvérsias e polêmicas acerca da participação brasileira no Plano Condor. O governo brasileiro, por exemplo, nunca assumiu oficialmente essa participação. A não abertura dos arquivos secretos das Forças Armadas brasileiras referentes ao período da ditadura contribui para eclipsar esse período de nossa história.

fazer" (*apud* DINGES, 2005, p. 91). Além da perseguição, prisão, tortura, assassinato e/ou "desaparecimento" dos militantes da Junta de Coordinación Revolucionaria e da esquerda armada em geral, o Plano Condor se voltou principalmente para os líderes democráticos e legalistas, com pouca ou nenhuma conexão com os grupos guerrilheiros.

Em março de 1976, o golpe de Estado deflagrado na Argentina representou um novo e duro baque para o ERP, em particular: com a intensificação da repressão, em pouco mais de um ano a organização foi praticamente desarticulada e grande parte de suas lideranças, incluindo seu secretário-geral Mario Roberto Santucho, foi assassinada. As demais organizações que formavam a JCR também foram duramente atingidas. Ainda havia saída? O exterior. Com o golpe e a extrema repressão que se seguiu, os remanescentes do ERP bem como os chilenos, uruguaios e bolivianos que estavam na Argentina partiram para o exílio, espalhando-se pela Europa, México e Cuba. Entre 1976 e 1977, intentou-se reorganizar a Junta de Coordinación Revolucionaria no exílio, através de comitês organizados pelos militantes exilados primeiramente na Europa e depois no México. Mas as tentativas de reorganização fracassaram, sobretudo porque esbarraram nas fragmentações políticas das próprias organizações que integravam a Junta.

Assim sendo, os conflitos internos das organizações membros da JCR, que dissolveram seus laços de cooperação, foram determinantes para a desagregação da organização. No entanto, há ainda um outro fator a ser apontado como decisivo para os reveses enfrentados pela Junta. Aníbal Garzón afirma que, pela realidade da estrutura da organização, poderíamos mudar o nome da JCR de Junta de *Coordinación* Revolucionaria para Junta de *Subordinación* Revolucionaria (GARZÓN, 2007, p.18). Isso porque teria se construído dentro da organização uma hierarquia de poder, na qual as decisões do ERP definiam os rumos da revolução. Segundo Aldo Marchesi, o ERP elaborou um diagnóstico crítico das outras três organizações e promoveu as mudanças e guinadas que julgava necessárias na trajetória política de seus *hermanos*. Na ótica dos guerrilheiros argentinos, os Tupamaros revelavam uma debilidade ideológica e não haviam superado o nacionalismo dos "democratas revolucionários". O MIR era acusado de falta de "proletarização" e indecisão de deflagrar a luta armada. O ELN, por sua vez, era questionado pelo seu "foquismo", pela falta de inserção nos setores proletários e por ser uma guerrilha sem política. Assim sendo, o processo de internacionalização foi concebido, de certa forma, através da homogenização ideológica proposta pelo ERP (MARCHESI, 2008, p.13).

E, finalmente, no que tange ainda aos fatores que levaram à desestruturação da JCR deve-se ressaltar que o desenvolvimento da coordenação militar, logística e ideológica desta organização na América do Sul correspondeu ao crescente isolamento dos guerrilheiros nos contextos sociais em que estavam inseridos. Ao almejarem um internacionalismo revolucionário, as organizações que integravam a *Junta de Coordinación Revolucionaria* não conseguiram estabelecer laços sólidos com as sociedades que sonhavam transformar.

Bibliografia

BERARDO, João Batista. **Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina**. São Paulo: Edições Populares, 1981.

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GARZÓN, Aníbal. La Junta de Coordinación Revolucionaria y la Operación Condor: Dialéctica de la cooperación Cono Sur, 2007. **Centro de Documentación de los Movimientos Armados (CEDEMA)**. Disponível em: < http://www.cedema.org/uploads/4778_1_junta_de_coordinacion_rev.pdf> Acessado em 05/09/2011.

GUEVARA, Ernesto "Che". "Mensagem aos povos da Tricontinental" (1967). In: LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p.303-306.

JUNTA DE COORDINACIÓN REVOLUCIONARIA. A los pueblos de América Latina, declaración constitutiva da JCR, **Che Guevara** – órgão da JCR, nº 1, 01 de novembro de 1974.

MARCHESI, Aldo. Geografias de la protesta armada, guerra fria, nueva izquierda y activismo transnacional en el cono sur: o ejemplo de la Junta de Coordinación Revolucionaria (1972-1977). **II Jornada Académica "Partidos Armados en la Argentina de los Setenta. Revisiones, interrogantes y problemas"**, 25 de abril de 2008. Disponível em: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/2j_marchesi.pdf>. Acessado em 05/09/2011.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

Concepções de Democracia no Governo de Hugo Chávez

Nilson Pereira (UGF)[1]

Nossa pesquisa trata das questões referentes à historicidade da Democracia nos âmbitos político-sociais referente ao semi-continente latino-americano, usando como ícone para tal, o governo de Hugo Chávez na Venezuela, que se inicia no ano de 1999, e se perdura até o presente momento.

Temos usado leituras sobre o conceito de Democracia ao redor dos tempos históricos da humanidade, tal como a mudança de significado no qual este conceito é frequentemente submetido. Destaca-se com leitura básica, o "Dicionário de Política" organizado pelo professor Norberto Bobbio (BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINO, 2004).

Temos lido e pesquisado de igual forma, sobre a chamada "Revolução venezuelana", uma das que surgem no decorrer do século XX, sendo que esta ainda está como seu processo histórico a ser concluído, tendo como ponto de origem há duas décadas. Para tal, temos trabalhado como leitura básica o livro do historiador da USP Gilberto Maringoni, "A Revolução Venezuelana". Esta leitura parte do século XIX, para explicar todo o contexto da Venezuela dos séculos XX e XI (MARINGONI, 2009). Temos trabalhado também, com leituras que tratam da situação da Democracia na América Latina, de uma forma geral, e ao mesmo tempo particular.

Traçando um panorama histórico, político, social, econômico e cultural (sempre capitaneado pelo prisma histórico-político), utilizando para tal, os livros "Reflexões sobre a Democracia na América Latina", das historiadoras Maria Ligia Coelho Prado (USP), Gabriela Pellegrino Soares (UFMG) e pela jornalista Sylvia Colombo, correspondente do jornal "Folha de São Paulo" em Buenos Aires (PRADO, SOARES, COLOMBO, 2007).

Além dos livros citados, completamos a pesquisa com o livro do historiador mexicano Carlos Antônio Aguirre Rojas, "América Latina: História e presente" publicado no Brasil pela editora Papirus, focado na internacionalidade, miscigenação, cosmopolitismo, e um conceito próprio do autor sobre uma civilização da América Latina (ROJAS, 2004. p. 23-44).

No início do livro que trata das concepções de Democracia de uma forma mais geral quanto ao subcontinente latino-americano, o "Reflexões sobre a Democracia na América Latina", percebe-se que as autoras deram ênfase ao fato de um "encontro" de governos de esquerda em relação aos países latino-americanos desde o fim do século XX.

Perceptível, embora implícito no texto do livro, é o fato desta tendência se confirmada pós-períodos ditatoriais em grande parte dos países do continente, onde os candidatos de esquerda representavam uma espécie de "novo momento" político e econômico, baseado na abertura comercial e ideais neoliberais.

[1] Graduando pela Universidade Gama Filho. Orientador: Professor Doutor Eduardo Scheidt.

Destaca-se no texto que esta nova tendência dos rumos político-econômicos latinos, não conseguiu fazer com que a realidade de desigualdade social e dificuldades econômicas dos países americanos tivessem fim, nem ao menos uma melhora (PRADO, SOARES, COLOMBO, 2007. p. 15-17). Propõe-se uma questão, onde estaria o problema, na Democracia em si, ou nas más administrações de políticos corruptos, outra marca infelizmente, do continente?

Com exemplos como o impeachment de Fernando Collor de Melo no Brasil, primeiro presidente eleito diretamente pelo povo desde o fim dos longínquos anos de Ditadura Militar, as autoras citam uma constatação sobre a viabilidade democrática na América Latina, no fim dos anos de 1990 e início do século XXI.

Cita uma pesquisa de uma organização não governamental sediada em Santiago, no Chile, a Latinobarómetro, que realiza enquetes anuais em 18 dos países latinos, onde há, segundo as autoras,diferentes graus de apoio e aceitação em relação ao sistema democrático (PRADO, SOARES, COLOMBO, 2007. p. 16).

Destaca-se na pesquisa Brasil e Peru como exemplo de países onde o apoio popular ao sistema democrático caiu consideravelmente ao longo dos anos, e a Venezuela como exemplo onde o apoio democrático tem crescido fortemente nos anos de governo de Hugo Chávez. Uruguai e Costa Rica, segundo os dados da pesquisa,continuam a ser, desde o início da iniciativa da organização, como os povos mais adeptos a Democracia no continente.

Um resumo contundente e bem feito em relação aos países latinos que mais se depararam com tensões em relação ao sistema democrático, com menção a Venezuela, país submetido desde 1999, há um governo liderado por Hugo Chávez, com ideais esquerdistas, populistas, e nacionalistas, divido entre as classes mais populares, adeptas fiéis ao "chavismo", e as classes médias, mídias e elites, ferrenhas críticas ao governo de Chávez. Citam, ao discorrer sobre o panorama político da Bolívia, a influência de Chávez em Evo Morales, que segue o modelo do presidente venezuelano no país no qual governa.

Cuba aparece como uma espécie de contraponto, onde o regime socialista no qual a Ilha caribenha está submetida desde dos anos de 1960, faz crescer depois da queda da URSS nos anos de 1980, uma insatisfação, aumento de números de exilados que anseiam por uma redemocratização cubana e o fim do regime de Fidel Castro.

As autoras, brilhantemente, destacam, mesmo que de forma implícita, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, nos EUA, como uma espécie de marco do enfraquecimento do dirigismo norte-americano, em questões econômicas, políticas e ideológicas, havendo assim uma aproximação econômica entre os países latinos, sobretudo, com um fortalecimento e retomada das negociações do MERCOSUL, e de uma busca de diálogos entre o extremo sul do continente, assim como os países andinos.

A América latina se encontra dotada, ao analisarmos a História do tempo presente, de governos cujos líderes e presidentes são progressistas de origem, como Néstor Kirchner na Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Hugo Chávez na Venezuela, Rafael Correa no

Equador, Tabaré Vásquez no Uruguai, Michele Bachelet no Chile (primeira presidente mulher da História da América Latina), e Evo Morales da Bolívia.

O escritor Jorge Castañeda é citado como ressalva de exposição das diferenças entre os presidentes citados, onde, na América do Sul, teriam tomado corpo dois tipos de "esquerda", uma moderna, reformista e internacionalista, com raízes na esquerda linha dura do passado recente, representados por Lula, Bachalet e Tabaré, e uma nascida da grande tradição populista latino-americana, nacionalista, estridente, e de mentalidade fechada, representada por Chávez, Morales, Castro e, hoje, pela presidente da Argentina, Cristina Kichner (PRADO, SOARES, COLOMBO, 2007. p. 28). Jorge Castañeda ainda cita o que ele chama de "tsunami de esquerda" na qual a América Latina está submetida hoje.

Exceção a esta regra de esquerdismo, está à Colômbia, que optou por um governo de direita como tentativa de conter o avanço do narcotráfico, segundo as autoras.

No livro de Carlos Antônio Aguirre Rojas, analisamos um viés culturalista, internacionalista e miscênico, no que se refere à América latina. Rojas vê o subcontinente como uma espécie de "nova liderança mundial", que seria implantada a partir da queda do capitalismo como relação social vigente (Rojas 2004. p. 23-44).

Rojas se utiliza de questões como o cosmopolitismo e miscigenação, explicados pelos contextos históricos da América latina evidente, para basear suas teses da emersão do subcontinente como possível futura potência. Destaca a grandiosidade (populacional, de diversidade e estrutural) e cosmopolitismo de cidades latinas como São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires, para tal.

Gilberto Maringoni, jornalista de formação, em seu livro "A Revolução Venezuelana", destaca características impares dos contextos históricos, sociais e políticos da Venezuela como nação, desde o contexto histórico anterior ao governo de Hugo Chávez, partindo assim do século XIX, passando pelo século XX, onde nos últimos anos deste, Chávez assume o poder, e culminando no século XXI, onde está inserida a maior parte do governo chavista na atual Venezuela.

O autor destaca que a chegada ao poder de Chávez, tem alterado profundamente as realidades econômicas, sociais e políticas da Venezuela. O chavismo interrompeu o rodízio de poder que se perdurava desde 1945, entre a AD (Aliança Democrática), de caráter socialdemocrata e a Copei, de caráter democrata-cristão.

A bandeira de uma "revolução bolivariana", levantada por Hugo Chavéz, é uma das maiores características do governo atual de Caracas. Chavéz defende fielmente uma unificação latino-americana, assim como pregava Simón Bolivar, seu virtual e oficial inspirador, sobretudo no que discerne o campo econômico, combatendo com veemência ideológica a não intervenção e participação dos Estados Unidos nesta unificação latina.

Chavéz mudou a constituição, ampliando assim, dentre outras medidas, a quantidade de reeleições ao cargo de presidente da república. Nacionalizou plenamente a maior fonte de

riqueza da Venezuela, o petróleo, uma vez que o país é um dos maiores produtores deste na humanidade, canalizando assim, os recursos prioritariamente a programas sociais.

O governo chavista, enfrenta forte pressão e oposição externa e interna. Internamente, sofre oposição dos partidos mais tradicionais, dos grandes empresários, dos setores privados de comunicação e da Igreja. Externamente, sofre oposição do governo norte-americano, sobretudo. O governo venezuelano atual tem no populismo e na exaltação do nacionalismo seus pontos cruciais para se manter no poder, é acusado comumente de "esquerdista retrógrado".

Chavéz utiliza como ferramenta política, a chamada Democracia participativa, convocando plebiscitos com teor popular para agir nas circunstâncias mais importantes de seu governo. Valendo ressaltar que na maior parte das Repúblicas no mundo o sistema democrático é representativo, que consiste no fato do povo eleger através de eleições diretas os chamados "representantes da soberania popular", no que discerne das decisões legislativas e executivas de uma nação.

Gilberto Maringoni preocupa-se em demonstrar que o processo político e histórico que pôs Hugo Chávez no poder, não se constitui em uma revolução, no conceito puro da palavra. Maringoni, justifica a tese da não consideração de uma revolução no caso da chegada ao poder de Hugo Chávez, no que discerne a não ruptura estrutural da sociedade venezuelana, mesmo apesar das significativas reformas implementadas pelo chavismo, e o deslocamento evidente das elites tradicionais do poder na Venezuela (MARINGONI, 2009. p. 171-189).

Bibliografia

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. **América Latina: História e presente**. Campinas: Papirus, 2004. □

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. V.2. Brasília: UnB, 2004.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

PRADO, M. L.; SOARES, G. P.; COLOMBO, S. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: SENAC, 2007.

SESSÃO 19
Ensino de História

Etnocentrismo *versus* Eurocentrismo: um Estudo acerca dos Conceitos no Ensino de História sobre a Conquista da América Espanhola.

Prof.ª Carla Magdenier Sobrino (UGF)[1]

As pesquisas em torno da conquista da América por parte dos espanhóis vêm apresentando debates consideráveis sobre a reformulação dos conceitos apresentados para designarem este período tão rico em nossa história. Segundo Benito Schimidt, esses debates foram bastante aguçados em 1992, ano das comemorações do descobrimento da América pelo navegador genovês, Cristóvão Colombo. Neste ano, movimentos indígenas se manifestaram contra esse caráter comemorativo de uma descoberta que nunca aconteceu do ponto de vista ameríndio e ressaltaram o cunho violento e desagregador da colonização. (SCHIMIDT, 1996, p.11).

Se por um lado, esse acontecimento histórico – a descoberta da América e o choque entre duas culturas distintas – foi estudado demasiadamente por historiadores; por outro lado, não observamos o mesmo empenho em desmembrá-lo e decifrá-lo em sala de aula pelos professores. Os velhos e conhecidos problemas vão desde os conceitos trabalhados numa perspectiva eurocêntrica, isto é, conceitos construídos pela visão dos europeus, passando por conteúdos de caráter político-econômico nos livros didáticos, até uma sensação de se dividir a história entre vilões e mocinhos, caindo na velha impressão de derrotismo que tenta explicar a realidade atual econômica de subdesenvolvimento da América Latina pela feição exploradora de seus colonizadores, espanhóis e portugueses, como descreveram Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Morais. (FERNANDES & MORAIS, 2004, p.143-146).

Contudo, antes de falarmos sobre vencedores e vencidos, conquistadores e conquistados ou ainda, dominadores e dominados, permita-nos tecermos algumas breves palavras sobre o etnocentrismo ou a perspectiva etnocêntrica em contraponto com a perspectiva eurocêntrica transcrita no título do nosso artigo. Segundo Everardo Rocha, o etnocentrismo é o ato de analisarmos a cultura do outro de acordo com os nossos próprios valores de cultura e sociedade. (ROCHA, 1988, p.5). Na concepção de Denys Cuche, é natural, portanto, que os valores e hábitos culturais do outro nos sejam estranhos e que nós os julguemos assim. (CUCHE, 2002, p.46). Por esta razão, podemos afirmar que todos nós somos etnocêntricos e que avaliamos os costumes de um povo ou de uma comunidade de acordo com os padrões da nossa sociedade, mas isso não implica necessariamente que sejamos preconceituosos e que achemos a nossa cultura superior. Conforme ressalta Arno Wehling,

[1] Graduada em História pela Universidade Gama Filho.E-mail: carlasobrino@gmail.com

> Os conceitos de tempo e história com os quais trabalham os historiadores são, de modo geral, etnocêntricos. Baseiam-se em determinada concepção do homem e da cultura, mas aspiram à universalidade. Assim, uma análise da temporalidade e da historicidade precisaria partir do reconhecimento prévio desta aporia – nossa imagem do conhecimento histórico e do próprio processo histórico são relativas à nossa própria cultura e não um padrão geral que possamos aplicar indistintamente a diferentes povos e épocas. O reconhecimento desta aporia, aliás, não implica na superação das dificuldades que ela envolve; serve-nos apenas para atilar o espírito contra as tentações do reducionismo. (WEHLING, 2001, p. 51).

Na visão do professor Arno Wehling, o reducionismo seria este sim, algo a ser evitado, visto que, ser etnocêntrico é inerente a qualquer indivíduo e não interferiria na compreensão de universos culturais diferentes do nosso. Agora, em meio a análise da cultura do outro, poderíamos reduzi-la ou inferiorizá-la, determinando que a nossa cultura e os nossos hábitos são superiores e que servem de modelo para as outras sociedades. O mesmo autor ainda cita alguns instrumentos metodológicos como as noções de relativismo cultural /histórico e empatia, por exemplo, que podem ser utilizados pela história e pelas demais ciências sociais para neutralizarem os efeitos, talvez, mais perniciosos do etnocentrismo. (WEHLING, 2001, p.51).

Sendo assim, ao voltamos nossos olhos para a conquista da América e diante dos relatos dos conquistadores como Sepúlveda e Oviedo e dos freis Bartolomé de Las Casas e Toribio Motolinia, teremos duas versões etnocêntricas, com base nos valores europeus, ou seja, eurocêntricos, mas ao mesmo tempo, distintas em seus conteúdos: a primeira ou a dos colonizadores ressaltando o caráter indolente dos grupos nativos frente ao trabalho e seus hábitos tidos como selvagens; a segunda ou a dos freis com base numa espécie de defesa em prol dos ameríndios frente à violência e aos inúmeros abusos de poder cometidos pelos colonizadores.[2] O cenário apocalíptico, particularmente, descrito por Las Casas chocou a metrópole e configurou uma série de medidas tomadas mais tarde pela Coroa numa tentativa de pôr fim às *encomiendas* e substituí-las pelo *repartimiento* indígena (*Mita* no Peru e *Coatéquitl* no México).[3] Quanto aos

[2] Os relatos de Sepúlveda e Oviedo estão transcritos ao fim da obra do historiador Ruggiero Romano: "Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores".(ROMANO, 2007, pp. 66-90). Os relatos do frei dominicano Bartolomé de Las Casas estão presentes em uma série de obras onde destacamos: "O Paraíso destruído" do próprio Las Casas. (LAS CASAS, 2001, 186p). Já os trechos do frei Toribio Benavente Motolinia podem ser analisados na obra do historiador Serge Gruzinski em "O pensamento mestiço". (GRUZINSKI, 2001, 416p).

[3] Segundo Helen Osório, a *encomienda* foi a primeira forma institucionalizada de trabalho indígena. Os conquistadores recebiam uma concessão a qual adjudicava-lhes um determinado número de aldeias e índios que deveriam ser catequizados e protegidos, podendo o *encomendero* exigir-lhes trabalho. Pelo caráter exploratório da *encomienda*, esta ficava associada a uma forma de escravidão. Foi substituída mais tarde pelo *repartimiento*, sistema no qual cada comunidade deveria fornecer um número proporcional à sua população de homens adultos que trabalhariam periodicamente nas empresas coloniais (minas, *haciendas* e serviços públicos) em troca de um jornal diário, retornando depois à sua aldeia. O sistema de *repartimiento* tinha semelhanças com a *mita* praticada no Peru pelos Incas e com o c*oatéquitl* dos Astecas na América Antiga, contudo estas duas últimas não tinham o cunho

relatos dos próprios ameríndios não podemos nos esquecer de uma obra que marcou época nos estudos sobre a conquista da América que foi o trabalho de Miguel León-Portilla (LEÓN-PORTILLA, 1985) até hoje criticada por alguns historiadores por trazer uma perspectiva que Portilla chamou de "a visão dos vencidos", quer dizer, o olhar indígena sobre a conquista, mas com ares de derrotismo, colocando os nativos como vítimas do processo histórico, aceitando a subjugação dos colonizadores sem oferecer nenhuma resistência. (FERNANDES & MORAIS, 2004, p.153-154).

No entanto, consideramos de suma importância a obra de León-Portilla, mesmo que o termo "vencidos" seja depreciado por alguns historiadores. Há na obra deste autor, inúmeros relatos que podem ser analisados pelo pesquisador e nestes relatos não há somente cantares que demonstram os supostos resultados cruéis de um ataque espanhol à comunidade asteca, mas também, como se deram as táticas de sobrevivência. Não podemos negar que houve inúmeros conflitos armados e, conseqüentemente, vencedores e vencidos. Mas também, houve resistência, simulação e transculturação; concepções que iremos analisar mais cuidadosamente ao longo deste artigo. Os relatos dos ameríndios e de mestiços como Garcilaso de La Vega revelam uma outra face de uma dominação que não foi completa, pois mesmos aqueles que se uniram aos espanhóis na fase pós-conquista, não hesitaram para falar sobre as tradições do seu povo, sobre os costumes e hábitos enraizados na história de cada comunidade passando de geração em geração.

São esses os aspectos que devemos levar para sala de aula. Em contato com os alunos, devemos estimulá-los a pensar sobre o processo histórico e os conceitos que utilizamos para designar tal processo. De fato, não iremos nos prender em minúcias e nem tampouco, queremos que os alunos fiquem desestimulados com tantas informações. Ao analisarmos termos como: América Pré - Colombiana, Civilização, Descobrimento, Índios e Conquista, por exemplo, podemos enriquecer nossas aulas e auxiliar o aluno no processo de ensino-aprendizagem. Vejamos como: o termo "América Pré-Colombiana" dá uma idéia de que nosso continente ironicamente só começou a "existir" de fato depois da chegada de Cristóvão Colombo, ou seja, depois do "descobrimento" que é um outro termo polêmico. Podemos substituir América Pré-colombiana por América Antiga, portanto, agora, temos uma América que continha diversas sociedades com culturas diferentes e, sendo assim, histórias diferentes. Já "descobrimento" é algo comumente utilizado na nossa historiografia. De fato, houve a descoberta do outro ou de várias outras comunidades segundo Tzvetan Todorov (TODOROV, 2010, p.4-7). Os europeus não sabiam da existência dos nativos, nem esses sabiam da existência dos europeus. Quando Colombo aportou na América em 1492, pensou que estava nas Índias e chamou os seus habitantes de índios. Este termo se generalizou por todo o continente americano não respeitando as diferenças culturais de cada comunidade. Com o tempo, ser "índio" para muitas pessoas, infelizmente, era o contrário de ser "civilizado" ou educado nos moldes das sociedades ocidentais dominantes. Até hoje, conforme os historiadores Kalina Silva e Maciel Silva, quando

exploratório e exaustivo que o sistema espanhol teve. (OSÓRIO, 2003, pp.39-76).

alguém se refere ao outro como um índio, é como se este outro fosse selvagem, fora dos padrões das cidades (*civitas*) ou das chamadas "civilizações" (SILVA, 2006, p.221-225). No entanto, entre as comunidades indígenas, ser "índio" revela atualmente o orgulho de pertencer a uma comunidade com cultura e história próprias. Povos que lutam por suas terras, pela transmissão aos mais novos de suas tradições e que também desejam estar inseridos em instituições não indígenas, como as Universidades, por exemplo.

Com os alunos, nós, professores, poderemos indagar: o que foi o descobrimento? O que é cultura? Os índios foram desapropriados de sua cultura quando os espanhóis chegaram na América? Como foi feita a conquista espanhola? Os índios apresentaram algum tipo de resistência ou aceitaram pacificamente a dominação dos europeus? Com essas questões e tantas outras com que podemos utilizar em aula, os alunos demonstrarão quais são as suas concepções prévias acerca desse processo histórico. Segundo Maria Schimidt e Marlene Cainelli,

> A construção de conceitos é, assim um processo cognitivo e articulado, já que os conceitos não são autônomos. Eles articulam-se, contrapõem-se e associam-se de forma solidária, pela acomodação e pela sua relação dialógica com um campo de conhecimento, uma relação com as representações já elaboradas pelos alunos, para modificá-las. (SCHIMIDT & CAINELLI, 2004, p.63).

Estas autoras ressaltam ainda que é necessário que o professor utilize uma linguagem acessível em sala para que todos possam compreender a informação, organizá-la e gerar daí o conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio comentam que é necessário se desenvolver melhor os conceitos trabalhados em sala de aula, atentando aos processos históricos vigentes, ou seja, a historicidade destes. (BRASIL, 2002, p.66).

Ao falarmos de cultura - termo tão abrangente - não podemos apenas defini-la como tudo aquilo que é produzido pelo homem, embora essa definição seja correta (SILVA, 2006, p.85-88). Temos que falar sobre um encontro de culturas (espanhola e ameríndias), de trocas, de aculturação, ou melhor, de transculturação. A aculturação pode ser erroneamente interpretada como desapropriação de uma cultura. No entanto, o prefixo "a" não significa privação, mas o prefixo "ad" do latim que quer dizer aproximação. (CUCHE, 2002, p.114). Em 1492, houve uma aproximação entre duas culturas e podemos dizer que também houve um choque, afinal os nativos andavam nus, falavam línguas estranhas, cantavam, dançavam e idolatravam vários deuses, além de realizarem sacrifícios humanos. Esses povos, "sem fé e sem lei" para os espanhóis eram como bárbaros/ selvagens que necessitavam ser dominados pelos administradores europeus para trabalhar nas minas ou nas *haciendas* e catequizados pelos freis dominicanos e franciscanos na tentativa de salvá-los do pecado e trazê-los para a fé católica.

Sabemos que foram várias as formas de dominação, só que com diferentes roupagens. Nativos de diferentes comunidades, principalmente, os nômades como os Chichimecas no norte

do México e os Araucanos no Chile apresentaram uma resistência mais hostil e, freqüentemente, entravam em guerra contra os espanhóis. A explosão advinda das armas de fogo e os cavalos utilizados nos combates dando maior mobilidade foram cruciais para a vitória dos espanhóis nestes conflitos. Todavia, logo estas comunidades ameríndias aprenderiam a utilizar estas mesmas armas no fenômeno descrito pelo antropólogo Nathan Wachtel como "Aculturação" (WACHTEL, 1974, p.126). Atualmente, podemos falar de uma transculturação, pois a aculturação é tida como se os ameríndios tivessem sido os únicos que se apropriaram de elementos da cultura européia, sobretudo, a religião cristã e a língua. Contudo, a transculturação que supõem uma troca, pois os espanhóis ao seguirem com processo de colonização, se apropriaram das instituições ameríndias (*Mita* e *Coatéquitl*) como já citamos, além de introduzirem em sua dieta o milho e a batata. Assim, podemos dizer que houve um intercâmbio entre as duas culturas, embora a cultura européia tenha sido imposta aos nativos de maneira mais efetiva. Como a cultura é algo dinâmico conforme demonstrou Roque de Barros Laraia (LARAIA, 2000, p.98), ao pesquisarmos alguns relatos indígenas, percebemos que aqueles que sobreviveram e as comunidades mestiças mantiveram aspectos da cultura da América Antiga, muitas das vezes, disfarçada na cultura européia, como foi o caso das idolatrias estudadas pelo historiador Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 1992, p.30). Muitos indígenas ao saírem da missa, voltavam aos seus lares (espaços não governados pelos espanhóis) e em seus altares havia tanto imagens de santos católicos quanto dos deuses dos seus ancestrais. Na tentativa de se curarem de certas doenças, muitos nativos buscavam orientações com os curandeiros nas florestas, apesar de tal prática ser terminantemente proibida pelos espanhóis. Outro dado apontado por Vainfas como um sinal de resistência foram as práticas milenaristas. Tanto os Astecas como os Incas acreditavam na volta dos seus antigos deuses e na crença de um recomeço. Homens-deuses ressurgiriam com a capacidade de comunicarem com os "guias espirituais" e se dizerem imortais. Na comunidade nativa de acordo com cada calendário, numa perspectiva de tempo-cíclico, respondendo aos presságios de alguns velhos *kuracas* (chefes aldeões) que não se aliaram aos colonizadores, esses homens-deuses ligavam-se ao divino através de dizeres secretos (palavras mágicas) sob efeito de plantas alucinógenas e danças ritualísticas, mostrando às comunidades nativas que realmente tinham ligação com os *huacas* ou os seus deuses ancestrais (VAINFAS, 1992, p.43). Com a vinda desses homens-deuses, o império ameríndio seria restabelecido e com isso, os espanhóis com sua fé cristã seriam expulsos diante da força e da superioridade das divindades nativas.

Engana-se quem acha que as comunidades sedentárias, como por exemplo, o Império Inca, não reagiram de forma violenta à colonização espanhola. A resistência incaica em Vitcos teve diversas fases. Segundo Ronaldo Vainfas,

> No reinado de Manco Capac – inca que por algum tempo fora servil aos interesses espanhóis – os rebeldes de Vitcos chegaram a sitiar Cuzco – entre 1536 e 1537 – tempo em que o "novo império" restabeleceu o culto solar e demais tradições da dinastia incaica na fronteira. No reinado da Sayri Tupac

> – filho de Manco Capac (...), o Estado rebelde estabeleceu alianças com os espanhóis, chegando o inca a receber o batismo cristão e a solicitar, com êxito, a dispensa papal para casar com sua irmã. (VAINFAS, 1992, p.32).

Vainfas comenta que o incesto foi negado aos súditos pelo Imperador, enquanto a nobreza indígena o exercia livremente longe da recriminação da Igreja. Em 1572, a resistência incaica foi definitivamente derrotada pelos espanhóis com a prisão e execução de Tupac Amaru. Foram anos de alianças, acordos e rebeliões que deixaram o poder espanhol em alerta. (VAINFAS, 1992, p.32).

Um outro aspecto interessante da resistência para se trabalhar como os alunos em sala foi a simulação realizada pelos indígenas. O historiador Hector Bruit destaca a grande influência que a bibliografia de Bartolomé de Las Casas teve em nossa historiografia.[4] Nós também podemos observar como tais relatos do frei são largamente utilizados em nossos livros didáticos.[5] A imagem que Las casas deixou foi a de derrotismo dos ameríndios frente aos colonizadores. Os adjetivos utilizados pelo frei para qualificar os nativos eram sempre os mesmos: "inocentes", "bondosos", "humildes", "pacíficos" e "obedientes". Esses nativos aparentemente sem nenhuma voz contra os conquistadores foram vítimas da sua própria debilidade. Num quadro sempre brutal pintado por Las Casas, corpos de guerreiros ameríndios ensangüentados estavam espalhados no chão, enquanto aqueles que conseguiam sobreviver choravam as suas calamidades. É esse o cenário armado pelo frei que Hector Bruit condena:

> Como Las Casas, a história não pertence ao latino-americano, ele não a fez, não a decide: "sua" história é a história do "outro", a história do forasteiro, a saga dos conquistadores. (BRUIT, 1991, p. 4)

O fato é que dentro da obra de Las Casas há sinais de resistência dos ameríndios. A questão mais forte para o dominicano era entender como seres "inocentes" e "obedientes" podiam mentir, beber, roubar, brigar e dissimular. Ora, a impossibilidade de compreender os atos dos indígenas configurou a idéia da simulação dos vencidos. Segundo Hector Bruit, a simulação foi:

> Um mecanismo de defesa que encobria o rancor pela destruição e o desejo de perpetuar as tradições, pelas quais tinham sido massacrados, mas descobria, aos olhos dos conquistadores, uma fingida boa vontade de aceitar a submissão. Encobrimento e descobrimento eram como um jogo de trocas simbólicas entre os índios aproveitando a ignorância dos conquistadores, em que ora se

[4] Hector Bruit cita duas obras de Las Casas: "A brevíssima relação da destruição das Índias" e "História das Índias". (BRUIT, 1991, p. 2).

[5] Observamos dois livros didáticos para o Ensino Médio usados atualmente em algumas escolas do Rio de Janeiro que contêm trechos das obras do dominicano: "História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais", organizado por Rubim Aquino e "História" de Divalte Garcia Figueira.

> privilegiava o significado quando convinha – foi o caso de se vestir como os espanhóis – ora, se privilegiavam os significantes, como foi o caso do uso do copal para incenso nas igrejas mas que remetia a representações do passado pré-hispânico. (BRUIT, 1991, p.7)

Dentro desse aspecto, saibamos que os indígenas mentiam aos colonizadores para confundi-los e para se defenderem; simulavam obediência, ingenuidade e passividade. Não era um ato de irracionalidade conforme Las Casas entendia, nem tampouco, um sinal de covardia. Abortos e suicídios eram atos extremos contra uma vida de servidão. Índios ficavam em silêncio quando eram obrigados a falar. Muitos deles riram dos espanhóis ao criarem lendas como "A lenda do El Dorado", lugares feitos de ouro sempre situados em ambientes inóspitos. Segundo Bruit, muitos conquistadores se perdiam nestes lugares e outros "só pescavam piranhas". (BRUIT, 1991, p.9).

Com todos esses fatos é importante levarmos para sala de aula esses aspectos da resistência ameríndia. Os nativos não foram seres passivos diante da colonização e, embora, haja inúmeros relatos destacando um suposto "genocídio" e que nós não temos nenhuma pretensão de negá-lo, é necessário saber que perante a subjugação, existiram diversos conflitos. O fato dos ameríndios se vestirem como brancos, irem às missas, aprenderem o idioma estrangeiro e alguns até "auxiliarem" os espanhóis no *repartimiento*,[6] não impediu que eles deixassem suas tradições de lado. As histórias do seu povo foram passadas para os seus descendentes, seja por meio da oralidade, seja através de diários escritos mais tarde pelos mestiços. Vimos que nos espaços não governados pelos espanhóis, os nativos adoravam seus deuses. Alguns acreditavam no restabelecimento das comunidades e na expulsão dos espanhóis, através da supremacia dos seus deuses frente ao deus cristão e da vinda de uma espécie de messias, um homem-deus capaz de libertá-los da dominação.

O professor diante de uma grande quantidade de conteúdos deve saber o que selecionar para debater em sala de aula. Segundo Jayme Pinsky e Carla Pinsky, o livro didático pode e deve servir como uma ferramenta a ser utilizada em sala, pois através dele, o educador pode apontar como cada tema é tratado pelos autores. (PINSKY, 2004, p.22). Além disso, ressaltamos que o educador deve sempre se atualizar, sempre procurar novas leituras e, assim, permitir que o processo de ensino-aprendizagem possa fluir mais vigorosamente. Conhecer o nosso passado, refletir criticamente sobre ele e estar por dentro das novas abordagens pode fazer com que tanto nossas pesquisas quanto nossas aulas sejam mais ricas. A história é uma ciência viva, não só a história da América, do nosso continente, mas a história de toda a humanidade. Afinal, é através do conhecimento sobre o nosso passado que saberemos melhor compreender o nosso presente e as relações que nos cercam.

---

[6] Nathan Wachtel revela que os *kuracas* (curacas) ou chefes aldeões ficavam responsáveis pelos índios dos *ayllus* (comunidades) devido às tradições indígenas. Os *kuracas* distribuíam as faixas de terras entre os membros da comunidade, assim como, a repartição do tributo. Eles assimilaram rapidamente alguns valores da cultura espanhola. (WACHTEL, 1974, p.121).

Bibliografia

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2002.

BRUIT, Hector H. Derrota e simulação. Os índios e a conquista da América. **Resgate: Revista de Cultura.** Campinas. Nº. 2. 1991. p. 09-19.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. "Renovação da História da América". In: KARNAL, Leandro (Org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 143-162.

GRUZINSKI, Serge**. O pensamento mestiço.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2000.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas**. Porto Alegre: L & PM, 1985.

OSÓRIO, Helen. "Estruturas socioeconômicas coloniais"**.** In: WASSERMAN, Claudia (Org). **A História da América Latina: cinco séculos**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996. Cap. 2. p. 39-76.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jayme. "O que e como ensinar: por uma história prazerosa e conseqüente". In: KARNAL, Leandro (Org). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 23-24.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. "A Espanha e a América no final do século 15: o descobrimento e a conquista". In: WASSERMAN, Claudia (Org). **A História da América Latina: cinco séculos** 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. p. 11-37.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias e Milenarismos. In: **Revista Estudos Históricos. Tema: América.** Vol. 9, 1992. p. 29-43.

WACHTEL, Nathan. "A aculturação". In: LE GOFF, J; NORA, P. **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. p. 113-129.

WEHLING, Arno. "Tempo e História nas diferentes culturas". In: **A Invenção da História: Estudos sobre o Historicismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001. p. 51-67.

SESSÃO 20
Literatura e Leis na Idade Média

Além da narração: Comparando as Representações Femininas em Os Contos da Cantuária de Geoffrey Chaucer

Prof.ª Mestranda Anna Beatriz Esser dos Santos(UFRJ)[1]

O presente trabalho pretende analisar como as relações de poder e o discurso permeiam a fonte por nós trabalhada, tentando perceber como a Igreja como instituição estava presente nas relações discursivas. Assim, iremos estudar alguns dos Contos da Cantuária (*The Canterbury Tales*) de Geoffrey Chaucer no que diz respeito à conduta do Clero e como o discurso do autor inglês acaba por representar suas críticas e percepções sobre a sociedade em que vivia.

Quando utilizamos o termo representação, referimo-nos ao conceito desenvolvido por Roger Chartier em *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, que define tipos de "práticas" capazes de articular e dar sentido a tudo que permeia o campo das práticas culturais.

As representações, de fato, fornecem sentido ao conjunto das práticas sociais, mas se diferenciam a partir do grupo que as veicula. Coexistindo uma gama de representações que são diferentes e também divergentes entre si, em uma luta constante, onde estas servem a interesses de grupos particulares dentro da sociedade. Estas lutas se dão no nível simbólico e, muitas vezes, não são facilmente identificáveis.

E como nossa fonte trata de um texto literário, entendemos que este contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença, cuja reprodução e cujas transformações (possíveis) cabem às práticas discursivas, de que a literatura é um veículo. E neste sentido, podem representar e/ou reproduzir ideologias, que entendemos como

> (...) significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais), que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p.117)

E como nessa construção textual o aspecto da linguagem é essencial, esta pode ser entendida, por um lado, a partir de sua função na sociedade, um meio de comunicação através do qual mensagens e informações são construídas e passadas; mas também se pode compreender a linguagem como a própria comunicação, que é constituída na sociedade, a linguagem reflete e é representada pela própria sociedade.

---

[1] Mestranda bolsista (Capes/CNPq) pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/IH/UFRJ) orientada pela Profª Drª Gracilda Alves. annaesser@hotmail.com.

A respeito de como a linguagem é essencial ao se pensar as relações de poder no campo discursivo, ao longo de nossa pesquisa entendemos também que as considerações de Bordieu em *O poder simbólico* são úteis para a análise de nossa fonte. Ele explica que se pode conferir uma eficiência propriamente simbólica de construção da realidade, isto porque estrutura a noção que os agentes sociais têm do mundo, e como se opera as relações nesse mundo. Assim, a língua e, por extensão, a linguagem pode ser compreendida como um sistema simbólico que constitui instrumentos de conhecimento e de comunicação, e de visões de mundo, de percepção do mundo social. E afirma:

> A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado objetivo, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (...); do lado subjetivo, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação, (...) são produtos das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólica. (BORDIEU, 2004, pp.139-140)

As considerações de Bourdieu são pertinentes para essa discussão, pois através delas pode-se precisar, de que forma a linguagem exerce um poder e se constitui em um instrumento que age sobre o mundo. É através desse poder simbólico percebido na linguagem e que reafirmam o caráter social da linguagem. A força das palavras se exerce na sua ação comunicativa, pois elas propagam valores, significados, ideologias que perpassam os agentes sociais, e se configuram formas de dominação e exercício de poder.

Assim, na análise de nossa fonte e entendemos como as palavras estão inseridas nas relações de poder e como estas perpassam na forma como o Clero era percebido pelos homens medievais e como Chaucer, por conseguinte, o representou e explorou as nuances destas caracterizações.

1 - Chaucer e seus Contos

Os Contos da Cantuária têm como ponto de partida, uma peregrinação composta por vinte e nove peregrinos, que incluem o próprio Chaucer entre eles. Estes peregrinos rumam à cidade da Cantuária, para visitar o túmulo de São Thomas Beckett.[2] Quando param em Southwark, reúnem-se na Taberna do Tabardo, onde o Albergueiro sugere aos peregrinos que cada um conte uma história, o melhor narrador ganharia um jantar como prêmio.

Os Contos estão precedidos por um Prólogo onde são apresentados, todos os 21 narradores; que competem membros da aristocracia como o Cavaleiro e o Escudeiro; membros do clero

[2] Arcebispo da Cantuária, assassinado durante o reinado de Henrique II, em 1170, por ter jurado fidelidade ao Papa quando dos conflitos entre o poder da Coroa e o do Papado. MAUROIS, André. **A História da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1975. p 82-87.

como a Prioresa, o Monge, o Frade, a Freira e seu Secretário, o oficial de Justiça Eclesiástica, o Pároco, o Vendedor de Indulgências e o Estudante de Oxford; da burguesia temos o Mercador, o Médico, o Advogado, a Mulher de Bath (fabricante de tecidos) e o proprietário de terras alodiais; das classes populares temos o Feitor, o Moleiro, o Carpinteiro e o Camponês. Os personagens que narram são tão ou até mais importantes que os personagens das histórias que serão contadas. O prólogo funciona como um guia para os contos, já que explica a motivação por trás de cada narrador.

2 - As Mulheres Narradas

O objetivo desta parte é discutir alguns dos Contos cujas temáticas giram em torno da conduta feminina das mulheres narradas. Ou seja, se detém às mulheres como personagens. Em alguns dos contos, as personagens são criticadas pelo poeta inglês por atitudes como a infidelidade, a falsidade, a vaidade, a futilidade, e diversas outras críticas e questionamentos no que diz respeito à vida conjugal.

Neste ponto, Jeffrey Richards atesta que, de acordo com o pensamento da época, o casamento era, com efeito, visto como uma fonte de contrariedades:

> O casamento era o fim da liberdade e o começo da responsabilidade. 'Nenhum homem se casa sem se arrepender disso' era um dos ditos populares da época. Os fabliaux, as histórias ritmadas e obscenas das vilas e cidades, apresentavam um elenco familiar de maridos traídos e frequentemente mais velhos, de jovens esposas lascivas, padres devassos e rapazes galantes e amorosos. (RICHARDS, 1993, p. 45)

O casamento entre pessoas de faixas etárias muito diferentes – aliás, o fator de tensão em alguns dos contos de Chaucer que giram em torno do adultério – era uma realidade comum na época medieval. Muitos homens, do meio urbano principalmente, casavam-se com mulheres bem mais jovens, em decorrência da viuvez ou por adiarem o matrimônio até possuírem condições financeiras adequadas para tal finalidade (COSER, 2008, pp.93-108).

Assim, temos, dentre os contos escolhidos para análise, o *Conto do Moleiro* e o *Conto do Mercador* que tratam ambos de casos onde um homem relativamente idoso desposa uma jovem que é considerada atraente:

> Quanto ao carpinteiro, casara-se, não fazia muito, com uma mulher que ele amava mais do que a própria vida, e que tinha dezoito anos de idade. Era ciumento, mantendo-a sob sete chaves, pois, como era velho, e ela fogosa e jovem, tinha medo de ser corneado. (CHAUCER, 1988, p.50)

No caso do *Conto do Moleiro*, temos um carpinteiro rico e bem sucedido de Oxford que se casa com Alison, uma bela mulher de apenas dezoito anos, em que este a guardava a sete chaves

com medo que fosse traído. Temos aí a confirmação do que é atestado por Jeffrey Richards, ou seja, um suposto vínculo existente, no imaginário da época, entre o casamento e contrariedades futuras. Inclusive, no discurso do narrador do *Conto do Moleiro*, notamos que estas tensões estão relacionadas, em grande medida, ao adultério.

No *Conto do Mercador*, ainda no preâmbulo do conto, observamos as reclamações do narrador em relação a vida conjugal e chama sua mulher, Griselda, de megera:

> Pelo menos no que me diz respeito, é assim que levo a vida. Eu não poderia ter arranjado mulher pior; e posso jurar que até o diabo, se fosse marido dela, iria se dar mal. O que poderia eu lembrar particularmente como amostra de sua enorme maldade? Ela é uma megera em tudo. (CHAUCER, 1988, p.193)

Neste conto, encontramos um nobre italiano de sessenta anos que resolve se casar após adiar tal resolução por muitos anos. No entanto, Janeiro salienta sua opção por desposar um jovem, por considerar que as mulheres mais velhas seriam mais difíceis de lidar, além do risco da infertilidade. Além disto, uma mulher mais nova e inexperiente seria, no entender do personagem, mais submissa:

> (...) uma mulher velha eu não vou aceitar de modo algum. Ela não pode ter mais de vinte anos (...). Não quero saber de trintonas: elas não passam de palha de feijão e forragem. Nem dessas viúvas enrugadas, por Deus! (...) não, prefiro uma coisinha nova, que pode ser guiada como se molda a cera quente com as mãos. (CHAUCER, 1988, p.196)

Em ambos os contos também há, de acordo com Derek Pearsall (In: MANN e BOITANI, 1986, p.129), a presença de um jovem intruso, que acaba funcionando como um pretexto para que as protagonistas demonstrem sua capacidade de trair e enganar seus ingênuos cônjuges. No *Conto do Moleiro*, a figura do intruso é um estudante da Universidade de Oxford, Nicholas, inquilino da casa. Já no caso do *Conto do Mercador* não há exatamente um intruso, mas sim um criado, Damião, que não esconde seu desejo pela esposa de Janeiro.

Neste ponto é interessante observar que na maioria dos contos satíricos deste gênero, como os fabliaux, a classe social dos protagonistas é a pequena burguesia ascendente em fins da Idade Média *O Conto do Mercador* seria a única exceção nos Contos, já que o personagem Janeiro pertence à nobreza (MANN e BOITANI,1986, p.131).

Normalmente o intruso é um homem mais jovem do que o marido logrado, embora no *Conto do Homem do Mar*, é um monge sedutor que aparenta ter idade mais avançada do que os jovens dos demais contos. Além disto, estes intrusos são de origens sociais diferenciadas, ou são universitários, como no caso dos *Contos do Moleiro* e do *Feito*r, ou religiosos como no *Conto do Homem do Mar*.

Concentrando o nosso foco nos *Contos do Moleiro e do Mercador*, percebemos que as jovens esposas não cedem, inicialmente ao assédio dos rapazes apaixonados. No *Conto do Moleiro*, vemos a resistência inicial de Alison em relação a Nicholas, temendo o ciúme do carpinteiro:

> (Nicholas) agarrando-a firmemente pelos quadris, sussurrou: "Meu bem. Venha comigo agora mesmo, senão – que Deus me ajude – vou morrer!" Ela, porém, saltou como o potro que está no cercadinho para ser ferrado, e, desviando rapidamente a cabeça, respondeu: "Eu é que não vou beijar você! Ora, deixe disso, Nicholas ou eu começo a gritar socorro, acudam. Faça-me o favor de não por mais as mãos em mim!" (CHAUCER, 1988, p.50).

Já o *Conto do Mercador* mostra o comportamento tímido e introspectivo da jovem Maio, que não demonstrava afeto e desejo na mesma proporção que seu marido fazia, atitude que pode ser relacionada ao fato de muitos casamentos serem, na Idade Média, realizados em nome de interesses financeiros e alianças políticas, sobretudo em famílias aristocráticas, e o amor não era um pré-requisito para o matrimônio.

No decorrer desses dois contos, as jovens esposas tem a oportunidade de fugir do cerco de seus maridos e corresponder aos apelos dos rapazes, revelando um caráter considerado, no entender dos narradores, malicioso e pérfido, corroborando a imagem construída em relação às mulheres pelo pensamento da época que colocava as mulheres como seres propensos ao pecado e à luxuria.

No *Conto do Moleiro*, Alison e Nicholas armam um plano que o Carpinteiro se ausentasse da casa por um final de semana, ou seja, o que Alison espera era simplesmente uma oportunidade para escapar da vigilância do marido e levar a cabo seu plano de estar com Nicholas (TAVARES, 2011, p.75).

No *Conto do Mercador*, a oportunidade para que Maio e Damião resolvam ceder ao desejo e à paixão ocorre quando o nobre Janeiro fica cego repentinamente, e Maio, furtivamente, cede ao jovem escudeiro a cópia da chave de um jardim particular da propriedade. Com isto Maio e Damião pretendiam consumar o adultério em um momento de distração do marido cego. O destino dos personagens é decidido de forma sobrenatural, através da discussão de Plutão e Prosépina, casal de deuses mitológicos. Plutão pretende comprovar que a infidelidade é uma característica inerente às mulheres, e sua esposa diz que as mulheres deveriam se defende das ofensas masculinas. Janeiro em sua visão restituída pelo deus Greco-romano no exato momento em que sua esposa está em pleno ato sexual com o escudeiro, porém Maio consegue enganar o marido, convencendo-o de que este está delirando.

No *Conto do Moleiro*, por sua vez, o desfecho também é marcado por uma crítica: o carpinteiro, acreditando na eminência de um dilúvio, supostamente previsto por Nicholas, constrói três tinas e pendura-as no teto de um quarto, para evitar que ele, Alison e Nicholas se afogassem. Os dois jovens escapam do esconderijo e ficam juntos durante o final de semana. O

carpinteiro não chega a descobrir que foi traído, mas acaba sendo ridicularizado e considerado como louco pelos demais morados da cidade.

Observa-se que, nos contos cujo gênero literário é a comédia, as personagens não apresentam valores religiosos mais importantes do que a sobrevivência e a satisfação dos desejos (MANN e BOITANI, 1986, p.126). A esperteza, normalmente sobrepõe à honestidade. Em ambos os Contos, o marido acaba ridicularizado por ter acreditado em uma explicação fantasiosa de outro e ser enganado por suas esposas e os amantes.

O *Conto do Feitor* e *O Conto do Homem* do Mar também apresentam outras falhas do caráter feminino. O *Conto do Feitor* descreve um moleiro desonesto e suas trapaças, até o momento em que ele é enganado por dois estudantes de Cambridge. E logo no início do *Conto*, a esposa deste moleiro é apresentada pelo narrador como uma mulher exibicionista, arrogante e orgulhosa:

> E ela, toda empertigada como uma pega, não ficava atrás em matéria de orgulho. Era um espetáculo e tanto ver os dois passeando juntos em dias de festa: ele vinha na frente, com o capuz atado sob o queixo e as calças de vermelho vivo; e ela atrás, metida numa cota da mesma cor. Intimidados, todos a chamavam de 'madame' (...) (CHAUCER, 1988, p.61)

Essa arrogância provinha do fato de que a esposa do moleiro era filha do pároco local, tendo recebido uma boa herança. A filha Molly, é descrita como uma jovem muito bonita, e por essa razão, seus pais esperavam casá-la com um homem ilustre, talvez membro da aristocracia. Vemos, portanto, que a família descrita pela narrativa também faz parte da pequena burguesia. O moleiro engana os dois universitários para que eles precisem pagar por um abrigo em sua casa, onde é ludibriado pelos dois jovens que se envolvem tanto com sua esposa, quanto com sua filha.

Entende-se que o moleiro foi, na realidade, castigado por seus golpes e atitudes desonestas, já que, aos enganar diversas pessoas, acaba sendo traído pela esposa e pela filha. De acordo com Richards, percebe-se que nenhuma crítica é feita a conduta dos estudantes, que ludibriaram as duas mulheres e os prejuízos relativos à moral e a honra seriam exclusivos do moleiro[3].

Assim como no *Conto do Homem do Mar*, que trata de um rico comerciante francês e de sua esposa. A esposa da narrativa deste conto é descrita como uma mulher bonita, consumista e extremamente fútil:

> Ora, quem deve pagar é o idiota do marido. É ele quem deve nos vestir, quem deve nos cobrir de joias... afinal, quando exibimos nossos ricos trajes, dançando alegremente, é ele quem faz boa figura aos olhos da sociedade. (...) (CHAUCER, 1988, p.89)

[3] RICHARDS, J. Op.cit, p. 49.

O monge Dom John se aproxima da família fingindo ser primo do comerciante. Em um determinado momento, o religioso confessa que, na realidade, o que o faz se infiltrar naquela casa foi a atração que sentia pela bela esposa do amigo. Neste caso, não é a mulher que é a agente da sedução, é o homem que a procura. Inclusive, a esposa do conto só aceita se entregar a Dom John pois precisa de um empréstimo para saldar uma dívida. Ao final do conto, descobre-se que a quantia em dinheiro em troca dos favores sexuais havia sido adquirido pelo próprio marido enganado.

No entanto, percebemos que, no discurso de Chaucer, a esposa do mercador é apresentada como uma pessoa que manipula os homens através da beleza e da sensualidade, indicando a crença vigente de que a mulher era, naturalmente, mais inclinada aos excessos sexuais e ao pecado do que os homens (MACEDO, 1999, p.57).

Há também os contos nos quais as condutas femininas eram elogiadas e suas personagens se destacavam em função da bondade, humildade, religiosidade e submissão que assinala suas condutas, mesmo nas situações de grande adversidade. Podemos assim estabelecer um contraste entre o comportamento considerado exemplar e o que era considerado desviante dos padrões morais estabelecidos pela sociedade à época de Chaucer.

A protagonista do *Conto do Magistrado* é Constância, princesa notável devido à sua generosidade e humildade: "Nosso imperador de Roma (...) tem uma filha que pela sua formosura e bondade, não encontra rival no mundo. (...) guia-se pela virtude; nela, a humildade matou a prepotência"(CHAUCER, 1988, p.73). Já no *Conto do Estudante*, Griselda, é uma humilde camponesa de uma aldeia italiana e conhecida por sua perfeição moral: "Quanto à perfeição moral era sem dúvida a mais bela sob o sol, pois, criada na pobreza, não permitia que a cobiça ou a lascívia dominassem seu coração" (CHAUCER, 1988, p.178). Em ambos os contos o desenrolar da história acontece quando as jovens recebem propostas de casamento.

No *Conto do Magistrado*, o sofrimento da princesa tem início quando o rei sírio a pede em casamento, convertendo-se ao cristianismo para desposar Constância. A personagem mostra sua resignação em ter de se casar com um homem completamente desconhecido, separando-se para sempre seus familiares. Esta aceitação de casamento está em pleno acordo com o esperado para uma mulher pertencente à nobreza, ainda mais em um período em que mulheres eram, frequentemente, enviadas para casar com homens desconhecidos, a fim de concretizar alianças políticas.

O *Conto do Estudante* também apresenta uma situação análoga, pois a jovem Griselda é pedida em casamento por Valter, nobre senhor da aldeia onde a jovem vivia. A jovem também não questiona a proposta e jura fidelidade e obediência (ZACHÉ, 2012, p. 15).

No *Conto do Magistrado*, os percalços da jovem princesa têm início quando sua sogra, islâmica fervorosa, conspira contra a nora em função de esta ter convertido o marido e vários membros da corte Síria ao catolicismo. Em um dia de festa, os conversos foram assassinados a mando da sultana, cuja crueldade é realçada pelo narrador. Constância é poupada do massacre,

mas é colocada em um barco à deriva. A princesa vai parar no litoral da Inglaterra sendo recebida pelos habitantes do reino anglo-saxão da Nortúmbria. Através de sua bondade e carisma, a jovem conquista a população do local, fazendo com que o rei e sua corte se convertessem ao cristianismo, o rei toma Constância como esposa.

Griselda por sua vez, torna-se marquesa e conquista o carinho das pessoas de sua região devido à sua bondade. Até que nasce a primeira filha do casal e Valter mostra-se obcecado em ter provas da fidelidade e da obediência de Griselda, submetendo-a a testes extremamente cruéis. Vemos que a resignação desta personagem frente às imposições de Valter é duplamente realçada, devido à origem servil da personagem e à sua posição de esposa, fatores que tornavam natural o excessivo conformismo e paciência da jovem.

Ao passo que, no *Conto do Magistrado*, a resignação de Constância é subjacente à fé e à religiosidade da personagem, pois a heroína é salva de diversos percalços graças à intervenção divina: a jovem é expulsa da Inglaterra em virtude de uma intriga de sua segunda sogra, e é novamente colocada, junto com seu filho, em uma embarcação à deriva. Contudo, ela consegue voltar a sua terra natal.

Os apelos de ambos os contos, deve ser entendido levando em conta a religiosidade da época de Chaucer, atesta que a submissão de ambas as personagens perante o sofrimento é a chave para a redenção das mesmas. Segundo Frank Jr, a espiritualidade de fins da Idade Média, que sublinhava o sofrimento e a dor da Paixão de Cristo e o fato de Chaucer ter dado, ao reescrever a saga de Constância, maior relevo aos elementos religiosos, conferem ao *Conto do Magistrado* um caráter semelhante às hagiografias, visto que a intervenção divina salva a heroína em vários momentos (In: MANN e BOITANI, 1986, p.150).

O discurso religioso de então dava, com base nos exemplos de Cristo e da Virgem Maria, grande importância à humildade, paciência e obediência, características marcantes da conduta de Griselda. Ainda que, como vimos, o discurso de Chaucer condene a crueldade excessiva de Valter, vemos que a conduta da jovem, enquanto esposa, estava em conformidade com os ideais de comportamento da época, tanto que a submissão constante da jovem leva ao arrependimento do marido e à felicidade do casal (ZACHÉ, 2012, p.18).

Ao discutirmos os contos escolhidos relativos à condição da mulher, observamos que, nestes contos cujas protagonistas buscam a atividade sexual fora do casamento ou demonstram espontaneamente os seus desejos, o discurso de Chaucer, nas falas dos narradores, expressa desprezo em relação a estas personagens. Já as personagens dos outros contos, apresentam um perfil psicológico e moral coerente com os ideais da época, calcados nos valores religiosos, o que dava grande relevo ao sofrimento da Paixão de Cristo e à postura passiva perante as dificuldades (PATTERSON, 1991, p.88).

Além disto, destacamos em diversos pontos deste trabalho o quanto o pensamento da época, no que se refere à posição da mulher, estava pautado na inferioridade considerada natural ao sexo feminino. Nesta perspectiva, vemos que as personagens Constância e Griselda são

elogiadas, no discurso de Chaucer, porque acabam aceitando, o papel passivo reservado a elas (ZESMER, 1962, p.213).

Por outro lado, entendemos que ao longo de todo o nosso trabalho, esta questão da inferioridade presumida às mulheres não pode ser aceita como uma verdade universal, pois entendemos que aquelas personagens que acabam sendo passíveis de críticas do poeta inglês, podem demonstrar, na realidade, quais eram as formas encontradas pelas mulheres de então para ter alguma possibilidade de ação e encontrar seu próprio espaço.

Documentação

CHAUCER, G. **Os Contos da Cantuária**. Tradução de Paulo Vizioli. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

Bibliografia

BOITAN, Piero. e MANN, Jill. **The Cambridge Chaucer Companion**. Londres: Cambridge University Press, 1986.

COSER, Miriam C. Casamento, Política e Direito das Mulheres na Idade Média. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v.10-nº11, 2008.

GARDNER, John Champlin. **The life and times of Chaucer**. Nova York: Alfred A. Knopf, 1977.

MACEDO, J. R. **A Mulher na Idade Média.** São Paulo: Contexto, 1999.

MAUROIS, André. **A História da Inglaterra.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1975.

PATTERSON, L. **Chaucer e o conceito de História**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1991.

RICHARDS, J. **Sexo, Desvio e Danação – as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TAVARES, E. F. William Blake e os Peregrinos dos Canterbury. Tales de Chaucer: Releituras Visuais e Textuais. **Fólio – Revista de Letras**. Vitória da Conquista v. 3, n. 2 p. 65-95 jul./dez. 2011.

ZACHÉ, F. As Retratações das Personagens Femininas em Chaucer: uma leitura de "The Clerk's Tale" e "The Wife of Bath's Tale". **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**. Ano 5 - Edição 3 – Março-Maio 2012.

ZESMER, D. M. **Guide to English Literature: From Beowulf through Chaucer and Medieval Drama**. New York: Barnes and Noble, 1961.

O Morrer e o Testar na Idade Média

Aryanne Faustina da Silva (UNIRIO)[1]

> A concepção medieval sobre a morte sempre esteve ligada à representação que, nas distintas épocas, se fez sobre o além-túmulo e da sorte individual que se tinha reservada no outro mundo. Esta vinculação morte-esperança escatológica foi uma das ideias mais originais da pregação cristã, na medida em que esta procurou difundir uma mensagem de possível salvação depois da morte, possibilidade diretamente vinculada ao respeito da lei canônica e a um comportamento social que se considerava como exemplar. [2] (GUIANCE, 1998, p.131)

A Idade Média é conhecida, entre outras coisas, pelo fato de ter sido um período da história em que grandes calamidades se abateram sobre os homens. A fome por muitas vezes desolou partes da Europa, assim como as sucessivas guerras e epidemias. O autor medievalista dos *Annales*, Georges Duby chamou a atenção para o fato de que, principalmente, desde os finais do século XIII houve um maior índice de tensões entre principados e a constituição de grupos de soldados profissionais (DUBY, 1962, p.164-165). Já o português José Mattoso afirmou que: "As condições de violência, de guerra constante, externa e interna, que vive a sociedade castelhana-leonesa durante os séculos VIII a X conferem, de fato, à ameaça da morte um caráter absolutamente concreto e existencial." (MATTOSO, 1996, p.77). Ou seja, independentemente da fase medieval ou do lugar, o receio da morte causada pelas guerras e conflitos era constante entre as pessoas. Duby ainda mostrou que as mortalidades, as epidemias e as pestes abalaram as estruturas de sociedades (DUBY, 1962, p.167). Muitas vezes, tais catástrofes que ocorriam durante a Era Medieval eram relacionadas com o castigo de Deus sobre a humanidade. "A morte e a cólera divina estavam, portanto, no primeiro plano da atenção de quem tentava refletir sobre as relações entre o visível e o invisível" (MATTOSO, 1996, p.78).

Devido a esses fatores, no imaginário medievalista, a morte possuía dentre muitas faces, a da agonia. Esta era relativa à dúvida do momento em que ela ocorreria e de seus desdobramentos *post-mortem*. Havia o temor pela questão espiritual, ou seja, pelo destino da alma do indivíduo. Com o medo do que aconteceria espiritualmente, o homem medieval e cristão temia pela sentença que receberia no dia do Juízo Final (RODRIGUES, 1997, p.150). O temor pela morte era então, compartilhado entre todos, pois se sabia que mais cedo ou mais tarde, ela

[1] Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), atuando no projeto "As reformas pombalinas e a prática testamentária no Rio de Janeiro colonial (c. 1750-1808)", sob orientação da Profª. Claudia Rodrigues. E-mail: aryannefs@gmail.com.

[2] Tradução minha.

chegaria. Muitos diziam pressentir a sua vinda e outros que tinham visões que anunciavam o seu fim.

O presente artigo tem como objetivo percorrer por entre os discursos a cerca da morte que a Igreja desenvolveu ao longo dos séculos e, consequentemente, a crença dos fiéis nos dogmas estabelecidos por ela. Assim como Guiance escreveu na citação que abre esse trabalho, o medievo esteve muito ligado às preocupações em relação ao que se sucederia após o momento da morte e com o auxílio dos religiosos cristãos, o homem foi descobrindo maneiras de ter a garantia da sua salvação. O dispositivo que trazia uma maior tranquilidade para isso era o testamento.

As influências da Igreja na construção do mundo invisível

Sob a influência de uma religião que acreditava num mundo visível movido por questões pertinentes a outro mundo que seria invisível, o medievo possuía homens que criam fortemente no além-túmulo. Jose Mattoso afirmou que monges, no caso os de Cluny, teriam desenvolvido de forma muito influente o culto aos mortos e os mesmos teriam sido responsáveis pela instituição do dia dos mortos, no dia 2 de novembro. Trouxe-se a ideia de que haveria a chance de se alterar o estado da alma do defunto, mesmo após a sua morte, ao interceder pela mesma e, isso se daria através de missas e sufrágios. O mesmo autor escreveu que:

> (...) a liturgia dos defuntos aparece como o meio de intervir no destino eterno de quem já morreu. Celebrá-la é, pois, altamente meritório. Não pode deixar de trazer a que a pratica a proteção dos mortos que ela vem beneficiar, as suas bênçãos para os vivos, a promessa do triunfo, do sucesso e da paz. A descoberta desta forma de comunicação entre o Céu e a Terra, de que os monges, como oficiantes, são medianeiros, constituiu uma das mais poderosas razões do enorme sucesso dos monges cluniacenses em toda a Europa e de uma maneira particular na Hispânia. (MATTOSO, 1996, p.80)

Segundo Mattoso, a liturgia dos mortos era marcada por se escolherem textos que chamavam a atenção para os riscos de condenação perpétua. Entretanto, também mostrava a necessidade de se interceder pelos mortos para livrá-los de tal situação (MATTOSO, 1996, p.81). A oração por tais defuntos tornou-se uma das principais ocupações das comunidades religiosas em geral, no século XIII e depois, para todo o clero também (RODRIGUES, 2005, p.44). Para Ariel Guiance, foi sobre a realidade da morte que a Igreja, desde o seu princípio, criou muitos dos seus sermões para os fiéis. A crença que se baseava no fato de que morrer era adentrar em outra vida, uma vida que seria eterna, logo teria servido para que os religiosos se dispusessem de dogmas para aprovar ou não as atitudes e posturas de um cristão. Aliada a isso foi desenvolvida toda uma rede de preceitos que buscava adequar o comportamento do homem de acordo com o medo dos castigos divinos (GUIANCE, 1998, p.35).

A Igreja mostrava para os seus fiéis opções de além-túmulo que seriam de acordo com o seu comportamento em vida e suas escolhas. José Mattoso partilha do mesmo viés quando mostrou que os pregadores começaram, a partir do século XIII, a fazer questão de falar sobre as virtudes e os vícios, existentes na sociedade e no próprio ser humano, que poderiam ou não ser cultivadas pelos fiéis. Desta forma, boa parte de suas homilias era dedicada a esse tipo de tema (MATTOSO, 1996, p.220). A escatologia da época medieval, segundo Ariel Guiance, tinha dentro de si, de forma profunda, a esperança na ressurreição dos mortos, que desencadearia no encontro das almas com os corpos para se dirigirem ao paraíso (GUIANCE, 1998, p.179). Vejamos, a seguir, as opções que o cristianismo oferecia aos seus adeptos com relação ao destino após a morte.

As opções de destino para a alma

Na Era Medieval, a Igreja pregou a respeito dos possíveis destinos que as almas dos homens teriam após a morte. A crença cristã considerava que a essência de um indivíduo era eterna, independentemente de onde esta estivesse. Segundo tal doutrina religiosa, os lugares aonde as almas poderiam estar seriam o Paraíso, o Inferno e o Purgatório (ARIÈS, 1982, p.115-117). Mattoso traz, em um dos seus textos, uma definição a respeito de como a Igreja enxergava as questões pertinentes ao *post-mortem*:

> Com efeito, a doutrina católica sobre o estado dos defuntos no além- túmulo fá-lo depender do seu julgamento depois da morte. Como este, por sua vez, depende dos méritos individuais de cada um, intervém nele a noção de pecado mortal ou de pecado venial e de castigo ou recompensa definitiva no Inferno ou no Céu, e de purificação suplementar, temporária no purgatório. (MATTOSO, 1996, p.221)

O Paraíso cristão, praticamente sempre, foi retratado como sendo um ambiente de glória, diferentemente do mundo terreno (GUIANCE, 1998, p.169). "O Paraíso era o estado de salvação, vida perdurável no outro mundo" (PINA, 1996, p.127). Reservado única e exclusivamente aos fiéis, nesse local se encontrariam o Deus Pai juntamente com o Filho, assim como a Virgem Maria, os apóstolos de Cristo, os Santos da Igreja e os anjos criados por Deus. Maria do Rosário Bastos descreve este ambiente como sendo destinado aos santos, que morreriam em graça, podendo ver a Deus (BASTOS, 1996, p.113).

Como um lugar de condenação, acreditava-se que o Inferno não daria sossego para aquele que fosse conduzido até ele, sendo atormentado por toda a eternidade por um fogo consumidor, dores e sofrimento. Satanás, os seus demônios e os homens que teriam vivido de acordo com o mundo, sem seguir os preceitos da Igreja e em pecado mortal não veriam jamais a Deus em tal local (BASTOS, 1996, p.113). Antes, queimariam no enxofre por toda a eternidade. Gritos, gemidos e clamores por piedade, segundo os religiosos, seriam emitidos

por aqueles que uma vez no Inferno, não teriam mais a mínima chance de salvação. Para Ariel Guiance, este lugar sempre foi pregado como um ambiente aonde o sofrimento mais duro e pesado da alma é o espiritual e não o carnal. Entretanto, cria-se que a alma tinha sim algum tipo de sentido corporal após a morte. Com isso, ela tinha em si a conservação de alguma espécie de materialidade, podendo assim, sofrer tormentos do inferno (GUIANCE, 1998, p.196). Sobre a crença em tal lugar, Ariès escreveu o seguinte: "Esse risco tem alguma coisa de aterrador e compreende-se que o medo do além tenha se apoderado então de populações que ainda não tinham receio da morte. Esse medo ao além se manifestava, sem dúvida pela representação dos suplícios do inferno" (ARIÈS, 1982, p.117). José Mattoso também acabou concordando com tal citação de Ariès quando falou sobre as sociedades que criam nos dogmas cristãos, a possibilidade de ir para o inferno era "constantemente eminente, ameaçadora e real" (MATTOSO, 1996, p.77).

O pensamento de que além do Céu e do Inferno cristãos, existiria, antes do Julgamento Final um período aonde a alma poderia passar por uma purificação de seus pecados veniais, foi nascendo de forma lenta e gradualmente durante o século XI (MATTOSO, 1996, p.94). Já no século XIII o Purgatório já estaria totalmente formulado como um terceiro lugar do além-cristão. Aqui estariam aqueles que, segundo Bastos, "embora tenham morrido em graça, não pagaram todos os seus pecados nesta vida" (BASTOS, 1996, p.113). Num ambiente como este, a alma do indivíduo passaria por penas fortes, mas nem tanto quanto as do inferno, que o ajudariam a purgar os seus pecados. Com isso, a estadia no Purgatório estaria relacionada com o tempo necessário para a purificação do fiel. Na crença desenvolvida durante séculos do cristianismo, os vivos poderiam interceder na terra pelas almas que se encontram em estado de purgação. Neste local, o cristão tinha a possibilidade de ter a sua alma resgatada através do fogo que a purificaria (RODRIGUES, 1997, p.154).

Estes destinos para a alma do fiel seriam decididos, de acordo com os ensinamentos da Igreja, a partir de um julgamento individual ou particular e do Julgamento Final ou Universal (RODRIGUES, 2005, p.48) e (SANT'ANNA, 2006, p.58). O julgamento individual, segundo a escatologia cristã, se daria para cada um no exato instante de sua "passagem". Tal julgamento é feito por Deus, logo após o mesmo examinar a vida do indivíduo (SANT'ANNA, 2006, p.57). Nesse momento, a alma poderia ou ser levada ao Purgatório, como já explicitado, ou poderia já ser condenada ao Inferno. O dia do Julgamento Final se daria quando Jesus Cristo regressasse a Terra e julgasse todos os seres humanos ao mesmo tempo. As almas do Purgatório que ainda não tivessem terminado o seu processo de purgação iriam para o Paraíso e os que já haviam sido condenados, no juízo individual, ao inferno, novamente receberiam esta sentença (SANT'ANNA, 2006, p.57).

A preparação para uma boa morte: o testamento como instrumento de salvação

Primeiramente, é necessário chamar a atenção para duas questões em torno do morrer propriamente dito. Para a Igreja, a morte que se anunciava, ou seja, a que dava tempo para toda

uma preparação espiritual do moribundo, era a ideal. Tal preparação consistia em fazer um testamento e receber os últimos sacramentos. Já a morte que ocorria subitamente como, por exemplo, um afogamento, era extremamente temida. Na visão de Ariès, "normalmente, por conseguinte, o homem estava preparado" (ARIÈS, 1988, p.20). Como o homem medieval cria de forma firme na vida eterna, muito pior do que morte, era pra ele a característica incerta do que se sucederia; assim como a morte repentina, sem as preparações indicadas pela Igreja, que davam certa tranquilidade ao fiel cristão quanto a sua salvação (PINA, 1996, p.126).

Segundo Claudia Rodrigues: "(...) os sacramentos, enquanto sinais do encontro de Deus com o homem, em momentos existenciais densos, supunham, expressavam e alimentavam a fé" (RODRIGUES, 1997, p.176). Os sacramentos da Igreja, próximos à hora da morte, na perspectiva dos dogmas cristãos, traziam conforto, fortaleciam e ajudavam o indivíduo a resistir os últimos suspiros. Acreditava-se que, nesses últimos momentos de vida do homem, Satanás e seus demônios faziam investidas para abocanhar a alma do fiel e tragá-la para o Inferno. Era muito importante que a pessoa permanecesse firme contra tais ataques do Diabo, pois se entendia que nesses instantes finais de vida, a salvação da alma era determinada ou não (SANT´ANNA, 2006, p.60) de acordo com a postura do moribundo. Tais sacramentos que a Igreja considerava de suma importância para acontecer uma boa morte eram os da penitência, da eucaristia e da extrema-unção.

O sacramento da penitência significava que o fiel deveria se prestar a certas práticas para que seus pecados cometidos fossem redimidos. Entretanto, se a morte estivesse muito eminente, o próprio sacerdote junto a ele poderia absolvê-lo depois de sua confissão (RODRIGUES, 1997, p.177). A eucaristia era vista como um alimento espiritual que serviria para fortalecer o espírito do indivíduo que estava para morrer. E por último, a extrema-unção, segundo Rodrigues, tinha o poder de perdoar as falhas do homem, trazendo certa tranquilidade à alma do mesmo. "As condições para o seu recebimento eram a enfermidade grave, com perigo de vida, e a manutenção da esperança em viver" (RODRIGUES, 1997, p.179).

Agora, tratando do segundo ponto chave deste trabalho, o testamento, vamos tentar compreender um pouco da sua importância no que se referia à crença no seu poder de investimento para a salvação eterna da alma (RODRIGUES, 1997, p.151). Segundo Izabel Castro Pina, o testar foi se tornando algo comum a partir, principalmente, dos finais do século XIII. Isso, para ela, deixa claro uma individualização das atitudes perante a morte (PINA, 1996, p.126). Ou seja, com o passar do tempo era o testador quem decidia como se sucederiam os cortejos fúnebres, aonde seria enterrado, quem o acompanharia e quantas seriam missas seriam rezadas. O próprio organizava como as pessoas iriam se despedir dele. Além de tudo isso, era também no testamento que se deixava esmolas para os pobres, ou seja, se praticava a caridade, doavam-se bens para igrejas e para irmandades religiosas, se acertavam contas passadas e se pedia perdão por certos erros cometidos (SANT´ANNA, 2006, p.59).

Hermínia Vasconcelos Vilar em sua percepção quanto às motivações para se testar, também demonstrou entender o testamento como uma forma do indivíduo expressar sua preocupação com relação à salvação de sua alma. Da mesma maneira, para a autora, este documento seria um instrumento para assegurar, de certa forma, a obtenção de um lugar privilegiado Paraíso (VILAR, 1996, p.166). Segundo Ariel Guiance, as doações feitas a favor da alma vinham da ideia de que as mesmas tinham o poder de ajudarem o testador a ter acesso à vida eterna, trazendo assim, um tipo de tranquilidade ao doador. Aqueles que saíssem desse mundo sem deixar um testamento corriam até mesmo o risco da excomunhão (GUIANCE, 1998, p.65).

Quanto aos testamentos e à influência da Igreja sobre os mesmos, Guiance afirmou que:

> Conhecido desde a Antiguidade romana, o testamento terá uma particular evolução ao longo da Idade Média. Em especial, muito se tem discutido a respeito da possível influência exercida pela Igreja – sobre tudo, durante os primeiros séculos cristãos – na formulação de novos conteúdos jurídicos testamentários. Nesse sentido, não cabe dúvida de que a principal transformação que se produziu com a difusão do cristianismo se manifestou em uma 'maior frequência das disposições entre vivos ou sucessões a favor da alma, assim como a atenuação do rigor das normas jurídicas romanas. [3](GUIANCE, 1998, p.64)

O testamento foi uma forma de vincular, durante a Idade Média – e até o século XVIII – o homem ao além-túmulo. Nessa dinâmica, a Igreja teria sido a mediadora desse relacionamento. Com a propagação do costume de se testar, os religiosos tinham um meio significativo para obter recursos financeiros e também, para manter, de certa forma, um equilíbrio na ordem social (GUIANCE, 1998, p.68). Tais recursos eram oriundos dos estabelecimentos de pedidos de missas e sufrágios que os religiosos faziam em favor dos testadores, assim como as já mencionadas doações que era feitas à Igreja. Essas doações em favor da alma do indivíduo teriam se difundido ainda mais na Europa Ocidental com a ideia de que era possível ser salvo e ir para o Paraíso, como já foi tratado no segundo tópico desse trabalho.

As ordens mendicantes foram, talvez, as maiores encorajadoras da prática testamentária com esse viés de cunho escatológico. E da mesma forma, procuraram sempre convencer os que estavam vivos a respeitarem a última vontade dos testadores. Segundo Rodrigues, seria no momento do sacramento da confissão, que tais religiosos aproveitavam também, para convencer o fiel a não deixar de testar (RODRIGUES, 2005, p.50). A mesma autora também afirmou que com o conhecimento da assistência aos moribundos, as ordens mendicantes os ajudavam a escrever seus últimos desejos, ou seja, seus testamentos. A autora Maria Ângela Beirante afirmou que durante os séculos XIII e XIV, os testamentos tinham dominantemente

[3] Tradução minha.

uma preocupação de cunho religioso, pois eram, sobretudo, um ato de expressão religiosa (BEIRANTE, 1982, p.364).

Em seu testamento o indivíduo expressava a sua crença nos santos da Igreja, assim como na Trindade. O fiel pedia a intercessão por sua alma para diversos seres divinos:

> Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade que a Criou, e rogo ao Padre Eterno pela morte e Paixão do Seu unigênito filho a queira receber assim Como recebeu a Sua (...) e rogo a Gloriosa Virgem Maria Mãe de Deus, e a todos os Santos, e Santas da Corte do Céu, e especialmente ao Santo do meu nome, e Anjo da minha guarda queiram por mim interceder, a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando a minha Alma do meu Corpo Sair que Como Verdadeiro Católico protesto viver e morrer na Santa fé Católica e quero do quanto tem, e Crê a Santa Madre Igreja de Roma em Cuja fé espero Salvar a minha Alma, não por meus merecimentos mas sim pelos merecimentos da Paixão, e morte do Unigênito filho de Deus.[4]

Apesar de este testamento ser do século XVIII e feito no Brasil colônia, ele seguia o mesmo tipo de modelo usado no período do qual esse trabalho trata. Como podemos observar o testador entrega a sua "sorte espiritual" aos seus intercessores. Para Claudia Rodrigues, mesmo que o indivíduo não tivesse cumprido todos os ensinamentos e dogmas cristão-católicos em vida, no momento da morte ele ainda teria a chance de mostrar arrependimento e obter o perdão baseado nos preceitos da Santa Igreja (RODRIGUES, 2005, p.39).

Considerações finais

Conhecer um pouco sobre a crença do homem medieval, o tempo todo aqui sendo focado o cristão, faz-nos perceber o quão profunda foi a influência da Igreja sobre as suas atitudes perante a morte. De forma simular o imaginário do medievo à cerca do mundo invisível foi formulado à base de pregações e dogmas cristãos. Com o decorrer dos séculos, iniciando-se com os monges mendicantes, o culto aos mortos; assim como a condução da prática testamentária foram se tornando competências essenciais ao clero como um todo. Através da crença no *post mortem,* os testamentos foram adquirindo dentro de si características que expressavam o desejo do testador de ter a sua alma salva no dia do Juízo Final. E para Ariès, ao testar o homem estaria entregando aquilo que lhe era de mais valoroso: o seu corpo e a sua alma (ÀRIES, 1988, p.117).

Em um dos campos de conhecimento da História, o da história cultural, ter o conhecimento do homem e das estruturas nas quais ele está inserido, juntamente com o do recorte temporal e suas ações perante as situações nas quais ele se encontra, são fatores essenciais. Assim já afirmava Vovelle (VOVELLE, 1991, p.116). O estudo da morte e, mais

[4] Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – ACMRJ, Livro AP0156 (1776-1784) – p.1. Testamento de Matheus da Silva.

especificamente, dos testamentos trazem condição de compreendermos melhor o homem medieval, ou melhor, o indivíduo em todo o tempo.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

_____. **História da morte no Ocidente:** da Idade Média. Lisboa: editorial Teorema, 1988.

BASTOS, Maria do Rosário. "Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI". In: MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

_____. "Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII". In: MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular.** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

BEIRANTE, Maria Ângela. "Para a história da morte em Portugal (século XII-XIV)". In: **Estudos de História de Portugal, vol. I – séculos X-XV.** Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1962. V. II.

GUIANCE, Ariel. **Los discursos sobre la muerte en la Castilla Medieval (siglos VII-XV)**. Valladolid: Junta de Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura, 1998.

MATTOSO, José. "O culto dos mortos no fim do século XI". In: MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular.** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

_____. "O culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo". In: MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular.** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

_____. "O imaginário do além-túmulo nos *exempla* peninsulares da Idade Média". In: MATTOSO, José. **O reino dos mortos na Idade Média peninsular.** Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

PINA, Izabel Castro. "Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV". In: MATTOSO, José (org.) **O reino dos mortos na Idade Media Peninsular.** Lisboa: Edições João de Sá da Costa, 1996.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SANT´ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721-1822)**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006. Disponível em:
http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-6X6PTL/1/dissertação

sabrinamarasantanna.pdf <Acessado em 15 de julho de 1012>

VILAR, Hermínia Vasconcelos. "Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)". In: MATTOSO, José (org.) **O reino dos mortos na Idade Media Peninsular.** Lisboa: Edições João de Sá da Costa, 1996.

VOVELLE, *Michel*. **Ideologias e Mentalidades**. *2ª Edição*, São Paulo: Brasiliense, 1991.

A situação legal dos judeus durante o reinado do Rei Sábio: uma análise do discurso régio

Igor Formagueri Cunha de Oliveira (UGF)[1]

A pesquisa, ora em curso, se propõe a entender as relações entre cristãos e judeus durante o reinado de Afonso X de Castela (1254 - 1284). Estas relações, que transitam tanto pela marginalidade quanto pela tolerância, se encaixam num processo político grandioso e audacioso, ou seja, o de consolidação do poder régio, empreendido pelo monarca castelhano no decorrer do século XIII. Para tal empreitada, Afonso X "elaborou" uma vasta obra jurídico-legislativa a fim de eliminar ou diminuir o pluralismo legal existente em seu reino. O *Fuero Real* e as *Siete Partidas* são resultados do esforço centralista afonsino. Em nossa análise convencionou-se utilizar-se como fonte primária o *Fuero Real*. Através do método da análise do discurso, analisaremos o processo de confecção deste *códex j*urídico, bem como os discursos predominantes por ele enunciado, além de analisar as penalidades impostas a minoria judaica dentro deste quadro de forças.

Em 1254, quando Afonso X ascendeu ao trono, o reino castelhano havia aumentado consideravelmente suas fronteiras. Isto se deu por obra das lutas de reconquista empreendia por Fernando III; ele ainda incorporou Leão a Castela, através de um imbricado jogo político proporcionado pela morte de rei leonês Afonso IX. Assim, em meados do século XIII, o reino castelhano tornou-se a maior força militar da Península Ibérica, apossando-se de grande parte do antigo território de *Al-Andaluz*, e submetendo o seu último bastião – o reino de taifa de Granada – a sua vassalagem (SOUZA JUNIOR, 2009, p.62).

Além do processo de Reconquista, a Europa Medieval também passava por mudanças estruturais (SILVEIRA, 2012, p.80). O século XII trouxe mudanças que repercutiriam enormemente na centúria posterior. A retomada de diversas rotas comerciais mediterrânicas proporcionou um ressurgimento comercial em todo Ocidente medieval. Tal ressurgimento do comércio proporcionou o reaparecimento de antigos centros urbanos ou o nascimento de novas cidades, num território "mergulhado nas trevas do mundo medieval". Além disso, essa retomada do comércio propiciou o crescimento econômico do reino castelhano. O renascimento das cidades fomentou o surgimento de novas relações sociais. O universo urbano trouxe para a lógica feudal novas concepções acerca do tempo, espaço e trabalho (SOUZA JUNIOR, 2009, p.114). Iniciava-se então o nascimento da figura do habitante da urbe, ou seja, o burguês; aquele que praticaria o comércio por excelência. Segundo Marta Silveira "as cidades que experimentaram grande crescimento no mundo europeu ao longo do século XII foram

[1] Universidade Gama Filho – Graduando em História – PIBIC/UGF – Orientação: Profª Drª Marta de Carvalho Silveira.

organizadas, geralmente, em regiões de entrecruzamento de rotas comerciais e de proximidade de castelos, submetidas aos poderes senhoriais locais" (SILVEIRA, 2012, p.82). Em Castela, as cidades desenvolveram um importante papel na constituição das fronteiras do reino. As mesmas consolidavam as fronteiras ao promoverem o repovoamento da área reconquistada e assim afastariam a probabilidade de invasões por parte dos mulçumanos.

Todas as mudanças ocorridas no Ocidente Medieval no decorrer dos séculos XII e XIII excitaram novas e diversas relações sócias. Isto ocorreu com maior vigor em Castela devido a característica heterogênea da população do reino – que era composta tanto por cristãos, quanto por judeus e mulçumanos. Para regular e moldar os novos ares sociais, a Igreja elaborou reformas para garantir que seu rebanho continuasse no caminho da salvação. A Reforma Gregoriana é o resultado do esforço da Igreja para se adaptar ao novo quadro estrutural da Europa Medieval. Ela buscou centralizar e reforçar o poder papal; buscou ainda normatizar as relações sociais do mundo urbano, pois em sua visão, as cidades eram o lugar do pecado, devido a aglomeração de diferentes povos e culturas/religiões existentes no mundo urbano.

As monarquias europeias não ficaram alheias às transformações estruturais ocorridas nos séculos XII e XIII, sobretudo em Castela. Afonso X, diante das mutações sociais e do múltiplo e descentralizado aparato jurídica do reino, percebeu que a legislação castelhana não atendia de forma adequada todas as necessidades de um reino que havia crescido territorialmente e economicamente. Desta forma, o rei castelhano inicia sua obra de centralização do poder. Para isto ele lança mão da elaboração de um "novo" códex jurídico que embasaria seu poder régio e reforçaria os preceitos da verdadeira fé. É importante observar também, que esta centralização sofreu influência da teocracia papal, que com a Reforma Gregoriana, serviu de exemplo para a estruturação das monarquias no Ocidente Medieval (SILVEIRA, 2012, p.78).

O *scriptorium* afonsino produziu diversas obras; que estão distribuídas pelos campos históricos, científicos, poéticos, e jurídicos. Segundo Almir Marques de Sousa, há um ponto em comum, que perpassa toda a obra afonsina: a propaganda da figura do monarca (SOUZA JUNIOR, 2009, p.155). Como já afirmado no decorrer de nossa narrativa, nos ateremos ao Fuero Real como fonte primária. Este código jurídico/legislativo buscou base e inspiração para sua edificação, no Direito Romano e Canônico. Também teve enorme influência do direito consuetudinário e dos fueros locais castelhanos. O Fuero Real tratou de questões cotidianas do reino Castelhano, como heranças, bens, testamentos, questões comerciais; tratou também das relações dos cristãos com as minorias do reino e sobre a fé católica. Esta fonte versou, ainda, sobre as normas que colocariam o rei no centro do processo legislativo do reino; logo também abordou questões sobre a função da lei e as funções do aparato burocrático real necessário à centralização régia.

A legislação afonsina ratificava em seu texto a concepção organicista da sociedade medieval. Lembremos que tanto o mundo eclesiástico, quanto as monarquias medievais vinculavam a ideia de que a sociedade terrestre deveria ser o espelho da corte celeste. Para que

o homem não se desvirtuasse do caminho do cristianismo e contribuísse para a edificação da corte celeste na terra, o súdito deveria respeito ao representante máximo de Deus no reino: o rei. Ao cometer um crime, então, o indivíduo atentava contra a parte ofendida, contra o próprio rei, e em ultima instância, contra a própria divindade. O Fuero Real ratifica a figura do monarca como representante de Deus, ao proferir que "(...) nuetro señor Jesuscristo es rey sobre todos los reyes, e los reyes por él regnan, e dél han el nombre, e él quiso e mandó guardar los derechos de los reyes (...)" (Fuero Real, I, V, IV, p13).

Neste sentido, podemos encarar que havia certa interseção entre a ideia de crime/pecado. Ora, se o indivíduo, ao cometer um erro cometia uma ofensa contra o emissário máximo de Deus no reino, este também cometia um delito contra a própria divindade cristã. Logo, as ideias de crime e pecado foram usadas no período medieval como instrumento coercitivo e punitivo. Aquele que desrespeitasse os princípios morais vigentes na cultura cristã pecaria ou cometeria mal contra o representante máximo dos súditos, o próprio rei, aquele que era considerado a cabeça do corpo social; aquele que o próprio Deus coroava.

Ainda a partir do trecho retirado do Fuero Real, podemos considerar que este códex jurídico encarava a justiça como um atributo divino (FONTES, 2011, p.92). O rei como representante de seus súditos e investido do poder de Deus, deveria guiar seu rebanho com sabedoria e honra a paz. Neste sentido, o rei legislava para o bem comum; ao formular leis que garantissem a ordem social e a moral cristã, o rei garantia que seu reino estivesse mais próximo da corte celeste. Apreendemos então o quão importante era o poder eclesiástico para a manutenção da ordem monárquica, pois os clérigos legitimavam o discurso régio quando professavam os mesmo ideais de corpo social.

Ao elaborar o Fuero Real – colocando-se como legislador máximo do reino – e outorgá-lo a diversas regiões do mesmo, Afonso X interferiu no funcionamento das leis locais e no poder da nobreza. Lembremos que este período a nobreza se viu alijada de uma enorme fonte de renda, a guerra; as guerras da Reconquista haviam diminuído consideravelmente neste período. Logo, a nobreza via seus rendimentos caírem. Além disso, o Fuero Real coloca como parte ofendida o próprio rei. Ao logo de todo o texto, a lei determinava que metade dos valores arrecadados das penas pecuniárias iriam para os cofres régios. Assim o monarca retirava da nobreza o poder de *ban,* ou seja, o poder de exercer a justiça e consequentemente, ter acesso aos rendimentos provenientes desta prática. O rei estabelecia o Fuero Real como lei máxima do reino, o mesmo deveria ser seguido por todos os súditos, em detrimento das leis locais. Assim o fuero afirma:

> Bien sofrimos e queremos que todo ome sepa otras leyes por ser mas entendudos los omes e mas sabidores, mas non queremos que niguno por ellas razone nin judgue, mas todos los pleitos sean judgados por las leyes deste libro, que nos damos a nuesrto pueblo, e mandamos guardar. Et si alguno adujiere libros de otras leyes em juicio para razonar o para judgar por

> él, peche quinientos sueldos al rey. Pero si alguno razonare ley que acuerde com las deste libro, e las ayude, puedelo facer e non haya pena (Fuero Real, I, VI, V, p17).

Este trecho do fuero nos mostra como o monarca incidiu enormemente no poder dos *ricos hombres* de Castela. Além de retirar das mãos da classe nobiliárquica, poder e uma importante fonte de renda, Afonso X proibia vigência dos fueros locais. Estes fueros locais atendiam, em muitos casos, aos interesses da classe nobiliárquica na localidade. Segundo Julio Escalona, o Fuero Real também intervia nas relações senhorias com seus vassalos dentro da base de estruturação de poder dos *ricos hombres,* o senhorio de behetria (ESCALONA, 2002). O rei enfrentou diversas resistências a implantação do Fuero Real. O ponto máximo desta rivalidade entre Coroa e nobreza se deu com a revolta nobiliárquica de 1272, onde os nobres se rebelam contra a autoridade do monarca e ameaçam romper seu laço de vassalagem com Afonso e estabelece-lo com o rei de Granada. As demandas dos nobres, basicamente, eram pela volta à vigência dos fueros locais; ou seja, a classe nobiliárquica reivindicava o retorno da fonte de renda e do poder para suas mãos. Depois de negociações, em 1273, Afonso sede as reivindicações e restabelece a vigência dos fueros locais. O Fuero Real passaria então e ter uma vigência limitada, pois ele só seria usado quando as leis locais não respondessem adequadamente ao pleito e/ou quando o pleito seguisse para uma "segunda instância" – ou seja, quando uma das partes resolviam recorrer da decisão do alcaide local, indo até a corte, onde o monarca legislaria acerca do pleito.

O esforço centralista de Afonso X faz parte de um processo que Max Weber define como "racionalização do Direito" No capitulo "A Racionalização Substantiva da Lei" (WEBER, 2011). Weber procura entender como ocorreu a racionalização do Direito e/ou como o Direito Sagrado influenciou o Direito Secular. Ele afirma que a racionalização do Direito insere-se num processo que é orientado pelo interesse. Este interesse é motivado pelo fato de o Direito Sagrado não mais conseguir responder aos anseios sociais; e ainda visa certa "emancipação" do Direito Secular em relação ao Direito Sagrado (no nosso caso, do Direito Canônico). Contudo, Weber acrescenta outras ideias, complementares a esta. No capítulo "O Imperium e o poder Monárquico Patrimonial e suas influências sobre as qualidades formais de Lei: as Codificações" (WEBER, 2011), Weber salienta que racionalização era empreendida basicamente pelo monarca patrimonialista, que munido de seu direito principesco (WEBER, 2011, p.239) – ou direito especial – promovia uma codificação das leis; ou seja, ele reunia os dispares códigos de leis existentes, procurava eliminar suas ambiguidades e formulava um único código jurídico, que pretendia-se implantar em todo o território (WEBER, 2011, p.251).

Segundo Weber, é devido a influência dos príncipes que foram estabelecidas as primeiras tarifas de Wergeld (termo oriundo do Direito Germânico) (WEBER, 2011, p.239). Essas tarifas, introduzidas no direito pelos príncipes, determinavam a soma de dinheiro que o culpado deveria

pagar a parte ofendida, para que esta não recorre-se à "justiça privada"; ou seja, fazer justiça com as próprias mãos e assim colocar em risco a ordem/paz da sociedade.

Todo este processo de racionalização e codificação do direito, empreendida pelos monarcas patrimonialistas, visava um funcionamento "perfeito" da máquina burocrática-administrativa que os rei medievais, e posteriormente, absolutos procuraram implantar em seus domínios. Além disso, se faz interessante pontuar que a perseguição em fazer com que houvesse um bom funcionamento deste embrião de Estado, empreendida pelos monarcas patrimonialistas, era extremamente interessante a eles, pois o correto funcionamento do aparato jurídico-administrativo do reino proporcionava prestígio ao representante máximo do reino, e acima de tudo, lhe dava segurança jurídica para governar.

No que tange a relação dos judeus em Castela, o Fuero Real se mostra um tanto ambíguo em sua definição. Para a sociedade medieval aquele indivíduo que não comungasse da moral cristã estava excluído da sociedade. Isto acontecia não só com os judeus, mas também com os mouros e os hereges. A lei embasava este discurso ao enquadrar os seguidores de Davi como desconhecedores da "verdadeira lei" (a fé católica). Contudo a próprio Fuero Real admitia a presença dos judeus em seu reino, porém desde que estes não oferecessem nenhum risco a moral cristã. As leis subjugavam-nos, porém não os excluía totalmente convívio social. Logo, "a violência era marginalizante somente quando desembocava em atitudes tidas como criminosas pelo corpo social e legal da época" (FONTES, 2011, p.49).

A maior parte dos interditos aos judeus refere-se ao campo religioso. Os judeus eram diferenciados por não crerem em Jesus Cristo como salvador. Logo, reafirmo que a diferenciação, na Idade Média, se dava pela fé. O Fuero Real corrobora isto ao condenar a morte qualquer um que deixasse a fé católica (Fuero Real, IV, I, I, p117). Os judeus eram penalizados quando atentavam contra o bastião da fé e/ou moral cristã, como nos mostra o Fuero Real, ao dizer que os judeus não poderiam ofender a virgem Maria ou qualquer outro santo católico (Fuero Real, IV, II, III, p119), ou ainda, que ficavam proibidos de praticar a usura (Fuero Real, IV, II, V, p119).

Se no âmbito jurídico normativo os judeus eram perseguidos, no âmbito da prática, tal perseguição, por vezes poderia ser afrouxada. Contudo tal fato dependeria do crime e do status que aquele judeu alcançou na sociedade afonsina. Outro fator que atenuaria a exclusão é o que se refere ao pagamento dos dízimos (imposto obrigatório), pois o Fuero Real não via distinção entre praticantes da fé católica ou não. Segundo Leonardo Augusto Fontes "o dizimo igualava todos os súditos do rei" (FONTES, 2011, p.256). Tanto cristãos quanto judeus e mouros eram obrigados a pagar tal imposto. Assim diz o Fuero:

> (...) los moros, e los judios, e los gentiles, que son de otras leyes e que non han conoscencia de la verdadeira fé, dan los diezmos derechamientre segunt los mandamientos de su ley (...) (Fuero Real, I, V, IV, p13).

Outros elementos ainda serviam como atenuantes da marginalização do judeu. O interesse particular do monarca por vezes passava desrespeitava a legislação. O fato do próprio rei chamar para participar de sua corte, judeus que tivessem algum conhecimento útil a casa real nos faz indagar o até que ponto os judeus eram excluídos. A pesquisadora Rita de Cássia Boeira Campos parafraseia Hans Borger, ao dizer que Afonso X nomeou judeus para cargos de médico e tesoureiro em sua corte (CAMPOS, 2001/2002, p 47).

Concluímos então, que os judeus em Castela medieval eram marginalizados, porém, não necessariamente excluídos do convívio social. Isto mostra que a marginalização não é um fenômeno estático e que entre o corpo jurídico e a realidade há certa discrepância.

Finalizamos nosso trabalho ressaltando que o mesmo ainda encontra-se em redijo, portanto outras considerações, bem como a inserção de novas fontes primárias, não estão descartadas.

Documentação

Fuero Real.

Bibliografia

CAMPOS, B. C. Rita. A Situação dos Judeus em Castela Medieval: uma Tolerância Limitada. **Rev. Anos 90**, 2001/2002, nº16, Porto Alegre.

ESCALONA, Julio. Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliária de 1272-1273. **CLCHM**, n. 25, 2002. p. 131-162. Disponível em: http://csic.academia.edu/JulioEscalona/Papers/1260215/Los_nobles_contra_su_rey._Ar gumentos_y_motivaciones_de_la_insubordinacion_nobiliaria_de_1272. Acessado em 10 de fevereiro de 2011.

FONTES, Leonardo A. S. **Às Margens da Cristandade: os Moros D'España à Época de Afonso X**. 2011. Dissertação (Mestrando em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FOUCAULT, Michel. "O Corpo dos Condenados". In: **Vigiar e Punir:** o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. **As Penalidades Corporais e o Processo de Consolidação do Poder Monárquico Afonsino.** 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SOUZA JUNIOR, Almir Marques. **As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Afonso X**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2009.

WEBER, Max. "O Imperium e o poder Monárquico Patrimonial e suas influências sobre as qualidades formais de Lei: as Codificações". In: **O Direito na Economia e na Sociedade**. São Paulo: Ícone, 2011.

_____. "A Racionalização Substantiva da Lei". In: **O Direito na Economia e na Sociedade**. São Paulo: Ícone, 2011.

Uma Disputa de Amor nas Cantigas de Santa Maria: Gênero, Sexualidade e Eclesiásticos no século XIII

Nathália Silva Fontes (IH/UFRJ)[1]

Nesta comunicação será discutido um recorte da minha pesquisa monográfica, a qual está vinculada ao projeto coletivo *Hagiografia e História: um estudo comparativo da santidade*, sob o eixo de pesquisa Discursos de Gênero. Tal projeto coletivo, bem como a pesquisa aqui apresentada, estão sob a coordenação e orientação da Professora Doutora Andréia C. L. Frazão da Silva, e ambos estão vinculados ao Programa de Estudos Medievais da UFRJ.

O documento aqui analisado consiste numa *cantiga*, música ou poesia cantada, comum no Ocidente medieval (SILVA, 2009, p.174), extraída das *Cantigas de Santa Maria*, conjunto de canções reunidas em meados do século XIII, cujo tema central é o culto e o relato de milagres marianos. Desta forma, esta cantiga é também uma *hagiografia*,[2]um texto que contém a vida, as realizações e as características do culto de um santo, ou seja, pessoa que foi cultuada em determinado momento ou região.

As *Cantigas de Santa Maria* reúnem 420 textos, ou 427, se forem consideradas as cantigas de festa, que não eram exclusivamente marianas (MALEVAL, 2002, p. 18), além de iluminuras e notações musicais, reunidas e organizadas em edições a partir do início da década de sessenta do século XIII em galego-português, língua singular da lírica ibérica naquele momento. Tais cantigas são diferenciadas em *loores*, distribuídas de dez em dez, e os *miragres*, em número maior e de caráter narrativo, categoria na qual está inserida a cantiga aqui analisada, além de cantigas-prólogo e dos textos de encerramento (PIZZORUSSO, 1993, p. 143).

O coordenador da compilação e também autor de alguns poemas foi Alfonso X, o sábio, que reinou sobre Castela entre 1252 e 1284 (SILVA, 2009, p. 26). Não há acordo entre os estudiosos sobre o grau de influência do rei sábio na elaboração das *Cantigas*; é discutível se ele foi autor somente das cantigas autobiográficas ou se atuou de forma mais ampla, como na seleção dos temas, revisão do texto e composição das canções. Não é o foco deste artigo discutir a autoria das *Cantigas*, mas é importante esclarecer que Alfonso X, com a colaboração dos poetas que frequentavam a corte, foi no mínimo o responsável pelas edições manuscritas das *Cantigas de Santa Maria* (MALEVAL, 2002, p. 18). Então, é possível considerar as principais ideias veiculadas nestes poemas como uma postura da corte frente ao contexto sociocultural apresentado pelas cantigas. Além disso, é preciso lembrar também que o conjunto das *Cantigas*

[1] Graduanda do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: nathaliafontes@ufrj.br. Orientadora: Andréia C. L. Frazão da Silva.

[2] "palavra de origem grega (*hagios* = santo; *grafia* = escrita), usada desde o século XVII, com dupla aplicação. Pode classificar os textos medievais, cujo tema central são os santos e/ou seu culto (...). Ou ainda, referir-se ao estudo crítico do culto aos santos" (SILVA, 2009, p.178).

possui pelo menos três tipos de linguagem – textual, imagética e musical – possibilitando várias frentes de estudo. Reforço, portanto, que este trabalho concentra-se somente na interpretação do texto escrito.

Há quatro códices preservados com manuscritos desta obra, todos ainda do século XIII: o Códice de Toledo (*To*ou *Tol*), que contém a primeira redação da obra, com 100 cantigas, e estava primitivamente na Biblioteca do Cabido de Toledo, mas hoje é guardado na Biblioteca Nacional, em Madrid; Códice j.b.2 (*E*), o qual possui a redação mais vasta, com 402 cantigas e está na biblioteca de El Escorial; o Códice T.j.1(*T*), com originalmente 200 cantigas, mas somente 195 em bom estado, também guardado no El Escorial e o Códice *F*, que ficou incompleto com a morte de Alfonso X em 1284, contendo 104 cantigas e conservado na Biblioteca Nazionale em Florença (METTMANN, 1959, p. 7).

Tendo em vista as principais características do documento analisado, procuro realizar uma interpretação pautada no eixo de pesquisa discursos de gênero, por meio da investigação dos discursos presentes em hagiografias que explicavam as diferenças e normatizavam os comportamentos de homens e mulheres. Logo, procuro fazer uma leitura a partir da categoria gênero, como desenvolvida por Joan Scott, para quem "gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais", e este *saber* segue o conceito de Michel Foucault, e significa a "compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres" (SCOTT, 1994, p. 12).

Logo, será realizada uma análise narrativa do texto da *Cantiga CXXXII*, pautada na categoria gênero. A narrativa de tal *Cantiga* tem início com exaltações à Virgem Maria, através de alertas ao grande erro que um fiel cometeria ao trocar a Santa por uma mulher comum, mesmo que esta possuísse qualidades, tais como beleza, bens ou afeto. Então, a história é detalhada: o milagre é localizado em Pisa e o poema apresenta o clérigo, caracterizado como um homem belo e rico, mas muito humilde e dedicado à oração, que prometeu guardar sua castidade motivado pela virgindade de Maria.

Entretanto, após o falecimento de seus pais, o clérigo, que enriquecera ao herdar "vinhas e hortos", é aconselhado por seus familiares a casar-se. Embora o clérigo resista a tais pressões num primeiro momento, seus parentes insistem e lhe conseguem uma noiva, descrita na *Cantiga* como "ha menynna donzela/ das mais ricas que sabian/ ena terra e mais bela" [3] (132, 62 – 64), e desta forma o clérigo, agora noivo, viu-se obrigado a seguir com o casamento.

No dia do matrimônio, enquanto os convidados se reuniam, o clérigo percebeu que esquecera suas orações diárias, e dirigiu-se à Igreja. Enquanto dizia as horas devotamente, ele sentiu um sono profundo, e ao adormecer teve visões do céu e da Virgem Maria, a qual se declara decepcionada com seu fiel, por ele não ter cumprido suas promessas, ao rejeitar o amor da Santa e trocá-la por outra, considerando-o um mentiroso.

Ao despertar, o clérigo retornou às festividades do casamento e ordenou que o banquete fosse servido, embora estivesse com a mente perturbada pela visão da Virgem, fato que o fez

[3] Tradução: A menina donzela das mais ricas que conheciam na terra e a mais bela.

perder o apetite. No momento das núpcias, os noivos são deixados a sós num quarto, e apesar do corpo da donzela despertar desejo ao noivo, a Virgem Maria não permite a consumação do casamento. Então, o clérigo deixa a mulher e renuncia aos seus bens, assumindo uma vida de pobreza e servindo à Virgem Maria. A Santa se torna sua guia durante toda a vida e após a morte, ao encaminhar sua alma até Deus.

Sobre os principais agentes desta narrativa, destaco em primeiro lugar o clérigo, que no contexto da Baixa Idade Média era, de modo geral, alguém que recebeu uma Ordem Sagrada, que pode ser uma ordem maior (na qual estão inseridos subdiáconos, diáconos, padres e bispos, sujeitos à imposição do celibato naquele contexto) ou menor (funções como de exorcista, acólito, leitor, porteiro, salmista e chantre) (SCHMITT, 2002, p.242). A *Cantiga* não fornece detalhes sobre a que tipo de ordem este clérigo pertence, mas é possível caracterizá-lo como um representante da *ecclesia* de forma geral, que, num primeiro momento, é exaltado como um cristão humilde, casto, dedicado às orações e ao culto mariano. Entretanto, ao ceder aos seus familiares e aceitar se casar, o clérigo acaba tornando-se relapso com suas obrigações eclesiásticas, esquecendo-se de dizer as horas como de costume.

Embora este texto não informe se o clérigo ocupava um cargo sujeito à obrigatoriedade do celibato, é preciso levar em conta as discussões sobre a proibição do casamento aos clérigos, presentes em concílios desde o século IV, como o de Elvira (300 – 306) e Nicéia (325) (MIGUEL, 2001, p.4), mas cuja imposição rigorosa ocorre somente a partir do século XI com a reforma gregoriana (SCHMITT, 2002, p.241), o que foi reafirmado no IV Concílio de Latrão (1215). As regras deste concílio repercutiram na Península Ibérica na primeira metade do século XIII, através do legado papal Jean de Abbeville, que dirigiu concílios locais que reafirmaram a regra do celibato, como os de Valladolid (1228), Lérida (1229) e Leão (1267) (MIGUEL, 2001, p.4). No entanto, quando Jean de Abbeville deixou a Península Ibérica, os arcebispos da região encarregaram-se da responsabilidade de convocar sínodos e concílios locais e de insistir nas diretrizes deixadas pelo legado pontifício, o que aparentemente não foi cumprido com o afinco necessário, pois muitos bispos castelhanos não conferiram importância a estas regras, preocupando-se com outras questões (LINEHAN, 1971, p. 35).

Os parentes do clérigo surgem na narrativa quando o mesmo recebe uma herança, após a morte dos pais, e tem como principal atuação o incentivo ao casamento. Então, é possível deduzir que seus parentes estavam preocupados com a futura partilha destes bens, tendo em vista que durante a Idade Média Central a posição social de uma família estava fundamentada no poder sobre a terra e na capacidade de transmissão deste poder em herança, formando uma linhagem de herdeiros com domínio sobre a terra e os homens associados à mesma, uma "topolinhagem" (BASCHET, 2006, p. 452). Desta maneira, os parentes parecem julgar como mais importante para o *status* do clérigo a transmissão de seu poder sobre as terras herdadas, através dos filhos oriundos do casamento, ao invés da manutenção de seus deveres eclesiásticos.

Outra personagem a ser destacada é a donzela, noiva do clérigo. Ela não realiza nenhuma ação significativa, apenas desempenha o papel esperado de uma noiva naquele contexto. Apesar da narrativa não explicar se o voto de castidade do clérigo era somente pessoal, ou se ele estava sujeito à regra do celibato, é preciso elucidar que embora as mulheres e os filhos de clérigos não tivessem *status* oficial na lei, os registros mostram que eles não necessariamente eram marginalizados pela comunidade, e quando isso ocorria, a razão era mais complexa que apenas a relação com um eclesiástico (KELLEHER, p. 359). Ao desconhecer o voto de castidade de seu noivo, bem como a fala de Santa Maria, a donzela tenta provocar com sua beleza e feminilidade a relação sexual que a transformaria numa esposa, e, possivelmente, mãe, atendendo às expectativas da sociedade. Desta forma, no contexto do matrimônio, o sexo com a donzela era um dever doclérigo, uma espécie de débito conjugal entre os noivos que reafirmaria o casamento. Este momento de sedução é descrito na cantiga de maneira naturalizada, sem rodeios, como na seguinte passagem que apresenta um claro erotismo (CASTRO, 2006, p. 163): "e des que soosficaron/e el viu dela o peyto,/logo ambos ss' abraçaron,/cuidand' ela seu dereyto/averdel, mais non podia" [4] (132, 135 – 139).

Por fim, mais uma personagem a ser detalhada é a própria Santa Maria, que na *Cantiga CXXXII* dirige a palavra ao clérigo como num desabafo, no qual parece sentir-se "trocada" por outra mulher: "Non es tu o que dizias/que mi mais que al amavas/e que me noytes e dias/ mui de grado saudavas?/Porqué outra fillaryas/amiga e desdennavas/a mi, que amor ti avia?"[5] (132, 101 – 107). Em geral, a Virgem Maria representada nas cantigas de louvor é divinizada e valorizada por suas virtudes, mas na maior parte das cantigas de milagre, como na analisada neste artigo, Maria assume uma postura passional, compadecida, com sentimentos humanos, mas sem perder sua aura e ação divinas. Desta forma, a identidade humana da Virgem surge vinculada aos valores femininos e maternais, além de prezar a virgindade em homens e mulheres; todavia, a Santa também possui seus poderes sobrenaturais marcados nos milagres que ela realiza, possuindo de maneira dupla os valores ambíguos do divino e do humano (CASTRO, 2006, p. 202 – 204), da virgindade e da maternidade, valores femininos, exercidos por Maria de forma simultânea e divina, impossíveis de serem imitados pelas fiéis.

Outro aspecto da sociedade do medievo, referente à Santa e relevante para a interpretação desta cantiga, é a associação, de forma indireta, da Virgem com a própria Igreja. O corpo de Maria, que gerou Cristo sem a mácula do pecado, foi apresentado por Ambrósio de Milão e por clérigos depois dele como a imagem da pureza da Igreja, que deve ser defendida das torpezas do mundo. "E do mesmo modo que Maria dá à luz o corpo de Jesus virginalmente, a Igreja é a mãe que reproduz o corpo social pela virtude do Espírito" (BASCHET, 2006, p. 423). Estas ideias podem ser observadas em alguns momentos da narrativa, como a promessa de castidade direcionada à Santa (talvez um símbolo do rito de ordenação), num contexto em que a Igreja

[4] Tradução: e assim que ficaram sós e ele viu o peito dela, logo ambos se abraçaram, pensando ela receber dele o seu direito, mas não pôde.

[5] Tradução: não era você o que dizia me amar acima de todos, e durante noite e dia me saudava de bom grado? Por que vai encontrar outra amiga e desdenhar a mim, que por você tinha amor?

procurava exigir o celibato, bem como a escolha final de servir à Maria, o que significa neste caso cumprir os deveres eclesiásticos e servir à Igreja.

Além disso, é preciso refletir sobre as relações entre a Igreja Romana e o rei Alfonso X, coordenador das *Cantigas de Santa Maria*, e como as determinações régias e eclesiásticas surgem neste texto. É preciso lembrar que, no caso específico das relações entre Castela e a Igreja, é estabelecido no século XIII as origens da formação de um espaço laico, possuidor de sua própria legitimidade. No entanto, este processo em Castela não desencadeou conflitos, pois não se pretendia excluir a presença eclesiástica no exercício da política, mas apropriar-se dela, para dar ao poder real determinada legitimidade particular, que evitava dependências excessivas do poder eclesiástico, procurando potencializar os mecanismos de controle sobre o clero (NIETO SORIA, 2007, p. 89), como a própria questão do celibato que interferena partilha de bens e manutenção do poder, com a faltade herdeiros legítimos.

O que podemos apreender desta *Cantiga*, em primeiro lugar, é a apresentação de algumas ideias da reorganização social engajada pela Igreja, em especial a distinção entre os eclesiásticos e os leigos. Então, a *Cantiga*, além de reafirmar e incentivar o celibato, também apresenta a distinção entre clérigos – cujo dever seria abandonar os laços da carne e cuidar da reprodução espiritual da sociedade – e leigos – destinados ao matrimônio e a reprodução corporal (BASCHET, 2006, p. 451). Assim, um clérigo não poderia cumprir os deveres próprios do laicado, pois não conseguiria conciliar suas obrigações eclesiais com as responsabilidades cotidianas da vida laica, como demostra a passagem da *Cantiga* em que o clérigo, durante as comemorações do matrimônio, percebe que se esqueceu de dizer as horas canônicas.

Por fim, pensando através da categoria gênero, esta narrativa apresenta uma disputa entre dois tipos de vivência por meio do amor das personagens femininas: a donzela, representando a vida secular, o casamento e a transmissão de bens; e Santa Maria, que remete à vida eclesiástica e aos votos de castidade e pobreza. Como o clérigo havia feito uma escolha inicial com sua promessa de castidade à Santa, seu pecado foi tentar ingressar em outro tipo de vida, assumindo uma esposa e uma família. Entretanto, a Virgem Maria exige do clérigo seu comprometimento com a Igreja, através da visão e ao impedir o ato sexual que legitimaria o matrimônio e o inicio de uma vida temporal. Com isso, o clérigo renuncia os elementos de uma vida laica, seus bens e sua noiva, e adota definitivamente a vida eclesiástica, tendo a Virgem Maria como guia, que o recompensa pela escolha após a morte, com um lugar nos céus.

Então, tendo em vista as relações de gênero como uma forma primária das representações de poder, a narrativa apresenta uma inversão simbólica das relações entre masculino e feminino vigentes na época, pois a Virgem Maria, associada à Igreja e à monarquia, é uma figura redentora, que impede que o clérigo de assumir responsabilidades temporais, e com isso ele acaba por disciplinar-se segundo a moral corrente, praticando uma vida clerical idealizada de pobreza, humildade e castidade, sob os cuidados e orientações da Santa.

Documentação

METTMANN, Walter (Ed.). **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1961. 4v. V. 2.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

CASTRO, Bernardo Monteiro de. "O 'si mesmo' de Maria". In:_____. **As Cantigas de Santa Maria: um estilo gótico na lírica ibérica medieval**. Niterói: EdUFF, 2006, p. 200-209.

KELLEHER, Marie. A. 'Like man and wife': clerics' concubines in the diocese of Barcelona. **Journal of Medieval History**, v. 28, nº 04, p. 349-360, dezembro, 2002.

LINEHAN, Peter. "The Reaction to John of Abbeville's Legislation". In: _____. **The Spanish church and the papacy in the thirteenth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 35-53.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. "Cantigas de Santa Maria". In:_____. **Poesia medieval no Brasil**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha. 2002, p. 18-19.

METTMANN, Walter (Ed.). **Cantigas de Santa Maria**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959. 4v. V. 1, p. 7-11.

MIGUEL, Nicasio Salvador. Soltería devota y sexo en la Literatura Medieval. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=595382&orden=0>. Acesso em: 10 out. 2011.

NIETO SORIA, José Manuel. El poder real como representación em la monarquia castellano-leonesa del siglo XIII. **Res publica**, Madrid, n. 17, p. 81-104, 2007.

PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. "Cantigas de Santa Maria". In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Org.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editora Caminho, 1993. p. 142-146.

SCHMITT, Jean-Claude. "Clérigos e leigos". In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC, 2002. 2v., V.1, p. 237-251.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of history. **Cadernos Pagu**.Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SILVA, Andréia C. L. Frazão da (Coord.). **Banco de dados das hagiografias ibéricas (séculos XI ao XIII)**. Rio de Janeiro: Pem, 2009 (Hagiografia e História, 1).

Um Estudo comparativo em História e Literatura – O Episódio de Inês de Castro n'*Os Lusíadas*

Prof.ª Raquel Hoffmann Monteiro (UGF)[1]

A História e a Literatura são campos do conhecimento que se fundem frequentemente em obras de caráter diverso e de épocas diferentes. Este é o caso do poema *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. De cunho épico, a obra camoniana se utiliza de, entre outros, elementos históricos do passado de Portugal para construir uma narrativa literária enaltecedora do reino lusitano e de sua monarquia. (SEVCENKO, 2005, p.48.) Para compreender o intuito exaltador do épico construído por Camões é preciso alinhá-lo com as crônicas biográficas dos reis de Portugal – registros históricos contemporâneos de Luís de Camões – e com a base historiográfica que nos é corrente.

Desta forma, além de afirmar que o poeta recorreu à História em sua narrativa, é necessário precisar de que forma Camões o faz e qual o papel lhe atribui em sua obra. Além de narrar a viagem da Vasco da Gama à Índia, o poeta se dedica a legitimar a empreitada através do relato de como o engenho e o empenho dos portugueses na Península Ibérica através dos séculos, fizeram de Portugal um reino independente e poderoso e assim, apto a desbravar o Oriente e construir um império expandindo as fronteiras do reino. (MACEDO, 1979, p.112-113.) – a despeito de todos os obstáculos que lhes dificultaram o sucesso.

Ao longo da obra, Luís de Camões narra diversos episódios extraídos diretamente dos relatos de crônicas historiográficas e biográficas dos reis de Portugal, além de perpassar sua obra com outros tipos de episódios mitológicos e ficcionais, sempre optando pelo viés literário, mantendo a fluidez do texto e a congruência com o tom épico. Uma tendência se exibe nas leturas preliminares do poema: Camões prefere tratar de feitos bélicos e estratégicos da história portuguesa, uma atitude que forma um expositório literário – além de guia de admoestação[2] – sobre o poder adquirido e construído da monarquia lusitana durante o tempo; da gênese do reino até o momento que Camões escreve *Os Lusíadas* e dedica sua obra ao rei D. Sebastião I.

---

[1] Graduada Bacharel em História pela Universidade Gama Filho no ano de 2012 através de trabalho monográfico sobre os motivos políticos da presença de D. Inês de Castro n'*Os Lusíadas*. Atualmente prepara projeto de pesquisa para ingresso na pós-graduação em História Comparada oferecida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[2] Camões utiliza sua obra para estabelecer uma compilação de bons e maus exemplos de governança para o rei português, sobre como o reino foi construído por seus antepassados e sobre como D. Sebastião poderia se inspirar nos erros e acertos dos reis de outrora para que seu reinado fosse pacífico e próspero. Ver MACEDO, 1979, p.113.

Inês de Castro n'Os Lusíadas

A questão que nos intriga no episódio inesiano, além da diferença de estilo narrativo – passando de uma das muitas narrativas bélicas ao drama quase pastoril da morte de uma dama da alta aristocracia clandestinamente envolvida com o príncipe-herdeiro da coroa portuguesa – é a escolha feita por Luís de Camões. Há n'*Os Lusíadas*, uma grande variedade de personagens de muitas naturezas: literárias, mitológicas, históricas. Entretanto, quando estreitamos o escopo para observar as personagens femininas e históricas sobre as quais Camões dedicou-se a escrever e às quais ele deu voz e participação ativa no poema, percebemos que nesta categoria figuram apenas duas integrantes – e em episódios contíguos do poema: Maria de Portugal e Inês de Castro. (LAMAS, 2006, texto digital). Ora, a primeira participa do trecho onde Camões dedica-se a comentar o desenrolar da Batalha do Salado, uma querela marcante na história do reino português – e da península ibérica – e uma vitória decisiva contra as invasões mouriscas do território peninsular. Já a segunda é a protagonista de um evento histórico que pouco se liga diretamente à batalhas e disputas campais. E é este o ponto intrigante que torna o episódio de Inês de Castro tão propício à análises e abordagens de variados campos do conhecimento.

Camões nos expõe uma Inês plácida e à espera de seu amor, o príncipe-herdeiro Pedro de Portugal.

> Estauas linda Ines posta em sosego
> De teus annos, colhendo doce fructo,
> Naquelle engano da alma, ledo & cego,
> Que a fortuna não deixa durar muito,
> Nos saudosos campos do Mondego,
> De teus fermosos olhos nunca enxuto,
> Aos montes insinando, & e âs eruinhas
> O nome que no peito escripto tinhas. (CAMÕES, 1995, p.58)

Antes de situar sua protagonista no cenário bucólico onde a encontramos pela primeira vez, Camões suspende a belicosidade de sua narrativa para que se passe a contar algo solene. Na primeira estrofe do episódio inesiano:

> Passada esta tão prospera victoria,
> Tornado Affonso aa Lusitana terra,
> A se lograr da paz com tanta gloria,
> Quanta soube ganhar na dura guerra,
> O caso triste, & dino da memoria,
> Que do sepulchro os homes desenterra,
> Aconteceo da misera, & mezquinha
> Que despois de ser morta foy Rainha. (CAMÕES, 1995, p.57)

O poeta então nos deixa claro que neste momento o tom de sua obra é outro e que depois de versar sobre como o Rei Afonso IV, através da guerra, fez o reino português alcançar a paz, ele utilizará a história de Inês de Castro como um interlúdio dos seus relatos de conquistas marciais. O episódio inesiano, apesar de parecer ser um ponto fora da curva da narrativa, não foge da proposta camoniana de exaltação de Portugal e da monarquia: a morte de Inês de Castro fora intimamente ligada à algumas políticas monárquicas tanto de Afonso IV quanto de seu sucessor – e amante de Inês (ou marido, a historiografia diverge) – Pedro I de Portugal. Mesmo que a belicosidade típica do épico tenha sido suspensa por Camões no episódio inesiano, este não deixa de exaltar ou de admoestar sobre o reino e a instituição monárquica lusitana no dito trecho. Usurfruindo da liberdade literária o poeta inseriu representações de poder institucional monárquico na passagem inesiana, utilizando as solenidades líricas e a suavização do tom para opinar sobre um episódio delicado da história portuguesa. Por exemplo:

> Tirar Ines ao mundo determina,
> Por lhe tirar o filho que tem preso,
> Crendo co sangue sô da morte indina,
> Matar do firme amor o fogo aceso:
> Que furor consentio, que a espada fina,
> Que pôde sustentar o grande peso
> Do furor Mauro, fosse alevantada,
> Contra hua fraca dama delicada? (CAMÕES, 1995, p. 59.)

Camões opta por tratar este fato histórico através da construção de alegorias que representassem a execução do poder real por Afonso IV e a presença da instituição monárquica nos foros mais íntimos da corte portuguesa. A interpretação de tais alegorias é indispensável para a análise do épico. É através destes recursos que o poeta realiza suas admoestações, críticas e observações à monarquia e ao reino de Portugal. A representação portanto, atua de forma dupla durante a narrativa: Camões transforma o poder exercido por Afonso IV em integrante da lírica do episódio através da representação do posicionamento do rei ante à questão inesiana. Por outro lado, este processo literário serve como representação atemporal de como a instituição monárquica age e se situa entre os assuntos do reino em questões que impliquem em decisões delicadas do âmbito da corte.

No intento de extrair o teor histórico dos versos líricos, é preciso – assim como na leitura de todo o poema – observar este excerto do texto camoniano através de um prisma sutil: o uso dos verbos e a escolha dos termos, sejam estes adjetivos e substantivos, exibem uma nesga do panorama histórico que configurou a morte de Inês de Castro, deixando para o subtexto as representações das motivações políticas que levaram o rei Afonso IV a ordenar a execução da amante (esposa?) do seu filho e herdeiro.

Chartier e a análise da representação histórica n'Os Lusíadas

Luís de Camões consegue respaldo na premissa de sua obra ao escolher e encadear fatos históricos, atribuindo a estes a substância de fundamentos para o reino português. O discurso d'*Os Lusíadas*, como supracitado, tem o intuito de convergir em si diversos valores culturais portugueses, agindo como um catalizador identitário através da exaltação de um passado comum e do incentivo à união em torno da figura do monarca – por este ser um herdeiro jovem de longínqua dinastia, de antepassados que estiveram ativamente envolvidos no estabelecimento do Portugal de então, um reino que se encontrava em grande fase de poder e extensão territorial.

A interpretação dos fatos históricos incluídos no subtexto do episódio camoniano nos leva a recorrer ao conceito de representação tal como construído por Roger Chartier:

> A relação de representação - entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objecto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme - modela toda a teoria do signo que comanda o pensamento (...). Por um lado, são as suas modalidades variáveis que permitem distinguir diferentes categorias de signos (certos ou prováveis, naturais ou instituídos, ligados ou separados do que é representado, etc.) e que nos permitem caracterizar o símbolo (em sentido restrito) na sua diferença relativamente a outros signos. Por outro lado, ao identificar as duas condições necessárias para que uma relação desse tipo seja inteligível - a saber, o conhecimento do signo enquanto signo, no seu distanciamento da coisa significada, e a existência de convenções partilhadas que regulam a relação do signo com a coisa. (CHARTIER, 2002, p.21.)

Este conceito aplica-se à análise do texto d'*Os Lusíadas* – e, por consequência, do excerto do episódio inesiano – por Camões ter estabelecido em sua obra *imagens simbólicas representativas* de figuras e fatos históricos em prol de escrever um poema épico sobre a História de Portugal. O poeta constrói estes símbolos, estas figuras de representação, quando nos apresenta o cenário; quando adjetiva Inês, o rei Afonso e os conselheiros e algozes; quando dá voz à castelhana, temerosa pelos filhos que deixaria órfãos e a faz implorar pela vida, e em diversos outros momentos do episódio. A intenção da elaboração deste tipo de simbologia, sobretudo no caso d'*Os Lusíadas* e seus teores de exaltação política, também é explorada por Chartier mais adiante em seu texto:

> (...) lidando apenas com ciências imaginárias, é-lhes necessário lançar mão desses vãos instrumentos que impressionam a imaginação daqueles com que têm de tratar; e é deste modo, que se dão ao respeito. A relação de representação é assim confundida pela acção da imaginação, "essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade", que faz tomar

> o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado, que é necessário onde quer que falte o possível recurso a uma violência imediata. (CHARTIER, 2002, p.22)

A leitura d'*Os Lusíadas* sob a luz do conceito de representação tal como cunhado por Roger Chartier torna possível que a análise historiográfica se faça de forma profunda e completa para os estudos de comparação entre o texto camoniano e os cânones crônico e historiográfico. A chave para compreender o teor histórico do épico de Luís de Camões é a decifração dos símbolos e imagens que o poeta atribuiu aos episódios por ele selecionados para figurar n'*Os Lusíadas* como bastiões da legitimidade da identidade unitária portuguesa.

É desta forma, comparando as crônicas e a produção historiográfica com o texto de Camões que podemos perceber, por exemplo, a tensão política existente por trás do uso do verbo "determinar" quando o poeta nos diz que *"Tirar Inês ao mundo determina"*. Quem determina? O Rei Afonso IV. Mas qual a grave razão para que um soberano *determinasse* com tamanha veemência a execução de uma mulher que era cara ao seu filho e, ainda que por vias quase morganáticas, mãe de alguns de seus netos? Outras amantes e concubinas existiram na história dos reinos europeus e raramente foram tão desejadamente eliminadas pelos monarcas afetados por suas existências ou inclusas com tanto destaque em obras com o peso e o respaldo d'*Os Lusíadas.*[3] Por que Inês de Castro? (MENDONÇA, M. In: SOUSA. (Org.), 2002, p.24.)

As respostas para a questão levantada acima podem ser encontradas nas crônicas e na historiografia: Na edição da *Chronica Del Rey D. Pedro* editada em 1735 pelo padre Jozé Pereira Bayam, o editor do cronista destaca um suplemento inteiro da obra para tratar do período de D. Pedro como príncipe-herdeiro do reino. Há neste suplemento nove capítulos – de um total de doze – que tratam do relacionamento do príncipe com Inês de Castro e de suas consequências a longo prazo quando ele já era rei de Portugal: sobre como ele ordenara a exumação do cadáver de Inês, sua trasladação e ressepultamento no Mosteiro de Alcobaça. O suplemento também fala sobre o testamento do rei Pedro I – onde este pede que sejam preservados os direitos de

[3] Por exemplo: no mesmo canto, um pouco mais a frente em sua narrativa, Luís de Camões aborda fugazmente o relacionamento do rei D. Fernando – filho legítimo de D. Pedro I – com D. Leonor Teles, rainha consorte de Portugal. Inês de Castro, em atitudes, jamais representara comoção política equiparável à causada pela rainha D. Leonor Teles no reino de Portugal durante seu relacionamento legítimo com o rei D. Fernando e na crise acontecida após a morte deste. O foco de Camões neste caso repousa brevemente sobre a figura *branda, remissa e descuidada* do monarca (como o próprio poeta o adjetiva), envenenado e influenciado pela *vil e baixa* D. Leonor. A escolha de Camões é quase óbvia: D. Sebastião era descendente direto de D. João I, filho de Pedro I e meio-irmão de D. Fernando. Se este não tivesse morrido prematuramente e assim aberto uma crise dinástica, diminuiria a probabilidade de os antepassados de D. Sebastião chegarem ao trono lusitano. Fora preciso representar o evento que possibilitou a subida de D. Sebastião ao poder simbolizando uma bem afortunada transferência do poder monárquico de um irmão *remisso* para um irmão, mesmo que bastardo, *ordenado pelos céus*. Os adjetivos grifados são os termos utilizados pelo poeta para simbolizar e representar a legitimidade monárquica através da sutileza lírica.

herança dos filhos que tivera com a castelhana. Sobre os possíveis motivos da ordenação partida de D. Afonso IV para a execução de Inês de Castro, o suplemento diz:

> Fomentavaõ [os nobres de Portugal que aconselhavam o rei Afonso IV] este conselho cõ varias razões, quaes eraõ a desigualdade della para mulher do Infante, que havia de ser Rey, e ter por irmãos D. Fernando, e Alvaro Pires de Castro, poderosos em Castella, e em Portugal já pouco menos com o seu favor, dos quaes se podia recear, que ordenassem a morte ao Infante Dom Fernando, herdeiro do Reyno, como filho do Matrimonio de D. Pedro, e Dona Constança, para que algum de seus sobrinhos, filhos de Dona Ignez, pudesse succeder no Reyno, e elles por esta via se fizessem mais poderosos nelle.
>
> Estas, e outras razões penetráraõ tanto o coração delRey Dom Affonso, que ficou muito mais desgostado, e posto em mayores cuidados do caso: porque por huma parte reconhecia o grande perigo em que ficava metido hum neto, que muito amava, por ser filho de mãy, que tanto estimou, e criava para herdeiro do seu Reyno, e receava sua destruiçaõ, ficando Dona Ignez viva com tantos parentes, que lho haviaõ de usurpar. (BAYAM, 1735, p.459-461.)

Ou seja, o rei determinara – de acordo com o termo utilizado por Camões – que Inês fosse morta pois temia – de acordo com o suplemento da crônica de Pedro I – que sua proximidade crescente do trono lusitano pusesse a vida de seu único neto legítimo em risco. A crônica também expõe personagens que estão presentes no épico camoniano: os conselheiros de Afonso IV e que tiveram participação na execução de Inês de Castro estão registrados no documento do século XVIII como aqueles que fomentaram no rei a ideia de que era necessário livrar-se da castelhana. (FERNANDES; FRIGHETTO. 2001, p.165.) Entretanto, de que forma a narrativa de um episódio tão mórbido da história de Portugal serviria ao propósito camoniano de exaltação da monarquia e do reino português? De que maneira a história da execução de Inês de Castro poderia ser simbólica e engrandecedora para o épico de Camões e suas intenções de estabelecer pontos fixos na História de Portugal que formassem uma linha de eventos que representassem a edificação do reino de Portugal em glória, tal como o poeta o descreve? É necessário que voltemos a Chartier para compreender o processo de inserção do episódio inesiano no épico:

> Ela [a representação] é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens do Antigo Regime, quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. (...) ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através

> das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns "representantes" (instancias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p.24)

Delinear a compreensão do funcionamento social, construir realidades, reconhecer identidades sociais, exibir uma posição social, simbolizar estatutos, instituições e pessoas; instituir o poder. Segundo Chartier, estas são as funções das representações na cultura e na política das sociedades.

O episódio inesiano é uma narrativa dramática mas também é uma versão lírica de um ato político. Inês de Castro é uma personagem de relevância no poema e na História de Portugal, entretanto, o instrumento da representação do episódio inesiano não é a castelhana que lhe dá profundidade dramática e faz apelo aos leitores. Este papel no poema de Luís de Camões cabe ao rei D. Afonso IV. As estrofes do episódio onde o monarca é o sujeito da ação são aquelas que servem ao poeta como âncora da intenção exaltadora d'*Os Lusíadas,* como símbolo da monarquia e de Portugal acima de tudo. O rei determina a execução de Inês acima de sua própria vontade de permitir que ela viva: Camões nos diz que o rei apiedara-se da mulher ao ouvir suas súplicas[4] mas que seguira em frente com a execução ao ser convencido[5] da ameaça por ela representada.

O ato político da execução de Inês de Castro fora um gesto da *instituição monárquica pelo bem comum* ao invés de ser apenas solução de uma rusga familiar. D. Afonso IV ordenara a morte da amante do filho por ela representar um perigo dinástico e não por moralidade ou conveniência. A questão não é apresentada ao leitor como um gesto coercitivo de um pai insatisfeito com um filho, mas como um ato de um rei que o comete para proteger a dinastia e o trono de influências estrangeiras ou usurpadoras. É Portugal que executa uma figura inimiga do reino e não um pai que elimina uma nora indesejada. Quando D. Afonso esmorece diante das súplicas de Inês e logo depois prossegue com a execução, é representação de Camões de um soberano que não se intimida ante dilemas e que, mesmo tomado como rigoroso, defende os interesses de Portugal acima dos interesses próprios ou familiares.

Para solucionar o problema da análise do subtexto de fontes literárias, Roger Chartier nos apresenta um instrumento primaz:

---

[4] É bastante improvável que D. Afonso estivesse presente na ocasião da execução de Inês de Castro, entretanto, é um recurso bastante útil ao poeta descrever como se ele estivesse com ela, para que melhor representasse a aspereza de sua decisão. Ver: MONTEIRO, M. In: SOUSA (Org.), 2005, p.44.

[5] O poema diz que o rei fora convencido da necessidade da morte de Inês pelo *pertinaz povo.* É aceito que Camões se referisse aos nobres que aconselhavam o rei, e não ao povo português em si.

> As modalidades do agir e do pensar (...) devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder. (...) Aplicada à teoria da leitura, esta perspectiva leva a observar quão insatisfatórias são as abordagens que consideram o acto de ler como uma relação transparente entre o "texto" - apresentado como uma abstracção, reduzido ao seu conteúdo semântico, como se existisse fora dos objectos que o oferecem à decifração - e o "leitor" também ele abstracto, como se as práticas através das quais ele se apropria do texto não fossem histórica e socialmente variáveis. (CHARTIER, 2002, p.25.)

Ou seja, o pesquisador ao confrontar uma fonte literária necessita de maleabilidade em sua análise e de abstração para detectar as relações de interdependência que permeiam este tipo de texto. As fontes literárias apresentam uma relatividade significativa no que diz respeito ao subtexto, sendo importante a análise não apenas do que o texto diz: igualmente importante à análise histórica de uma fonte literária é o que o texto não diz – ou aborda de maneira tão sutil que põe-se às beiras da indetectabilidade.

Aqui demonstramos como a morte de Inês de Castro, uma questão de Razão de Estado, é tratada n'*Os Lusíadas* como um episódio dramático mas, como se pôde examinar, o subtexto camoniano é repleto de representações e símbolos que traduzem não apenas a intenção de Luís de Camões ao escrever seu poema como suas orientações intelectuais, suas afiliações políticas e suas opiniões sobre a monarquia e como o reino de Portugal deveria ser gerido para que pudesse continuar próximo. A revelação do que há n'*Os Lusíadas* além da lírica é possibilitada através da aplicação do método de História Comparada e da utilização da representação tal como Chartier a conceituara.

Bibliografia

CAMÕES, Luis Vaz de. **Os Lusíadas**. Edição fac-símilar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995 (fac-símile de 1572).

CIDADE, Hernani. **Luís de Camões – a obra e o homem**. Lisboa: Arcádia, 1979.

FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.

LAMAS, Maria Paula. Mulheres n'A Odisséia e n'Os Lusíadas. In: **Cadernos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Vol VII, n.9, 2003.

LOPES, Fernão. **Chronica del Rey D. Pedro I deste nome, e dos reys de Portugal o oitavo cognominado o Justiceiro na forma em que a escereveo Fernão Lopes. Copiada fielmente do seu original antigo pelo Padre Jozé Pereira Bayam.** - Lisboa Occidental: Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735. Disponível em: <http://purl.pt/422>

MACEDO, Jorge Borges de. **Os Lusíadas e a História**. Lisboa: Verbo, 1979.

MATTOSO, José. **História de Portugal: vol. 2 - A Monarquia Feudal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____. **A Nobreza Medieval Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. A Nobreza Medieval Portuguesa no contexto peninsular. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, vol. 15, n°2, 1998, p. 1019 - 1044. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4047.pdf>

MENDES, J; NAMORADO, E; REBELO, L. S.; WALKER, R. M. **Camões e o pensamento filosófico de seu tempo**. Lisboa: Prelo, 1979.

MENDONÇA, Manuela. O tempo de Inês de Castro. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de. (Org.) **Colóquio Inês de Castro**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005.

SOUSA, Maria Leonor Machado de. **Inês de Castro na Literatura Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

SESSÃO 21
Perspectivas sobre História da América

"As Aventuras do Homem-Aranha no Deserto do Real": Uma Discussão do Real e Irreal, Heroicização e Vilanização na Ótica de Slavoj Žižek

Prof. Gustavo Montalvão Freixo (UGF)*

Marcos históricos geralmente são definidos posteriormente pela historiografia, poucos foram os momentos onde os contemporâneos ao ocorrido notaram sua verdadeira força. Ao mesmo tempo, às vezes, a ebulição social ou a repercussão mental dos fatos deixam marcas tão profundas que todos percebem a força do momento. A "Queda da Bastilha", o "Dia D", ou mesmo a "Derrubada do Muro de Berlim" são exemplos desses momentos ímpares da história, e ficaram marcados na mente e nos olhos das pessoas de sua época. O mesmo ocorreu no dia 11 de Setembro de 2001, quando fomos surpreendidos pelo provável maior ataque terrorista da história. Proponho um exercício ao leitor, que tenha idade para tanto. Feche seus olhos e tente se lembrar: O que você fazia quando soube do ataque? Qual foi sua reação? O que você imaginou que ocorreria a partir daquele momento. Sinceramente, acredito que muitos leitores lembraram, com pouco esforço, todas essas respostas. Eu lembro de ter acreditado que iniciaria um novo mundo, estranho e diferente. Eu temi as consequências daquele dia, e por isso acredito na pertinência da discussão a respeito dos reflexos do 11 de setembro. Seja no imaginário estadunidense, seja de suas reverberações no resto do mundo.

Poucos meses após o ataque, em dezembro, a editora estadunidense Marvel Comics lançou o número 36 da revista em quadrinho "The Amazing Spider-Man[1]" onde vemos as reações de um dos seus personagens mais populares e icônicos aos acontecimentos: O Homem-Aranha. Idealizado em 1962 pelo roteirista Stam Lee e desenhado pelo Steve Ditko, como um jovem adolescente que acaba sendo mordido por uma aranha radioativa que lhe confere super-força, super-agilidade, a capacidade de subir pelas paredes e uma espécie de sexto sentido que lhe avisa dos perigos eminentes. Uma das estratégias usadas por Stam Lee para conferir as suas personagens uma empatia imediata com o público era a ambientação das aventuras em lugares reais, ao contrário do que era feito por outras editoras (como as cidades fictícias Metrópolis e Gothan City), e no caso do herói aracnídeo, sua "área de ação" é a cidade de Nova York. Talvez seja exatamente essa vontade de criar uma identificação entre público e heróis, que tenha levado a editora a inserir no contexto dos acontecimentos do 11 de setembro.

Slavoj Žižek é um homem polêmico. Casado com uma super-modelo argentina, e badalado como "rock-star" da filosofia, ele foi candidato a presidência da Servia, logo após sua independência, e é reconhecido por suas opiniões e propostas inovadoras e até mesmo inusitadas. Sua obra, de orientação marxista, apresenta uma abragência considerável abordando

* Graduado em História pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, RJ.

[1] No Brasil a Panini Comics lançou uma edição especial em setembro de 2002.

temas como cinema, política e meio-ambiente. Em 2003 Žižek publicou a obra "Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas", onde ele analisa o acontecido em Nova York com uma considerável lucidez.

Duas obras distintas, com públicos e objetivos totalmente diferentes, mas que dialogam entre si, uma vez que versam sobre o mesmo tema. Este trabalho tenta identificar aspectos da interpretação de Slavoj Žižek do 11 de setembro nas páginas da, já citada, revista em quadrinho especial do Homem-Aranha.

A "Paixão pelo Real", termo originalmente cunhado pelo filósofo francês Alain Badiou, é para Žižek uma das características do século XX, e continua sendo nesse início de século XXI. Nas palavras de Žižek:

> O século XX buscou a coisa em si – a realização direta da esperada Nova Ordem. O momento último e definidor do século XX foi a experiência direta do Real como oposição à realidade social diária – o Real em sua violência extrema como o preço pago pela retirada das camadas enganadoras da realidade (ŽIŽEK, 2003, p.19)

Essa busca pela realidade expressa na dor, no caos, na catástrofe, confere ao espectador um senso de existência. Žižek utiliza como parábola para explicar essa dialética da paixão pelo Real e a afirmação da própria realidade, o exemplo das pessoas que se cortam com lâminas ou procuram se ferir. O corte, nesse sentido é uma "tentativa radical de (re)dominar a realidade ou (...) basear firmemente o ego na realidade do corpo contra a angústia insuportável de se sentir inexistente." (ŽIŽEK, 2003, p.24). Esse sentimento explica-se como fuga para uma sociedade fragilizada pelo acúmulo de experiências virtuais. Daí a consolidação e sucesso do "Cinema Catástrofe" como subgênero cinematográfico de Hollywood.

Lembrando que, para o teórico alemão Theodor Adorno, essas distinções de gênero servem mais para padronizar os espectadores que para definir a temática do material veiculado. Logo, compreendendo o cinema enquanto indústria, a multiplicação dos filmes catástrofes, de "Airport[2]" ao recente "2012[3]", refletem a demanda por esse tipo de obra.

E o que dizer da programação televisiva? Se as obras cinematográficas refletem os desejos de uma sociedade cada vez mais em busca do Real, a televisão viu cada vez mais sua programação dominada por talk shows, construídos a partir da participação popular, e reality shows. Adorno, que escrevia ainda contaminado pelas características do pós-Guerra já previa o crescimento do poderio econômico dos conglomerados televisivos. Em suas palavras:

---

[2] Lançado em 1970 nos EUA, o filme mostra as ações de um experiente piloto, interpretado por Burt Lancaster, que tem sua aeronave tomada por um psicopata.

[3] Lançado em 2009 nos EUA, o filme mostra a Terra sendo assolada por uma drástica mudança climática após o superaquecimento do núcleo do planeta.

> A televisão tende a uma síntese do rádio e do cinema, (...) mas cujas possibilidades ilimitadas prometem intensificar a tal ponto o empobrecimento dos materiais estéticos que a identidade apenas ligeiramente mascarada de todos os produtos da indústria cultural já amanhã poderá triunfar abertamente" (ADORNO, 2002, p.12).

Essa importância do reality show é notado também pelo sociólogo polonês Zigmunt Bauman, porém, não é a curiosidade humana a respeito da vida individual dos participantes que justifica a popularidade desses shows, e sim a característica magnética da eliminação das pessoas. Para Bauman:

> Não dá para ter certeza de quando virá a ordem de fazer as malas e ir embora, e nada que você fizer fará com que ela venha ou deixe de vir. O que os reality shows expõem é o destino. No que diz respeito, a eliminação é um destino inevitável é como a morte que você pode tentar manter à distância por algum tempo, mas nada do que faça poderá detê-la quando finalmente chegar. (BAUMAN, 2008, p.38)

Essa atratividade causada pela experiência da eliminação remonta um sentimento catártico, de se re-descobrir, de se re-imaginar. Uma experiência que busca,como a fênix, o renascimento jovial. Mas se até esse momento os reality shows satisfaziam essa natureza do ego humano, ao passo que imaginávamos e buscávamos o Real, coube ao advento do 11 de setembro nos acordar da ilusão do real e nos fazer enxergar a verdadeira realidade. Nas palavras de Žižek:

> O impacto dos aviões contra as torres do WTC são a obra de arte definitiva: pode-se entender o colapso das torres do WTC como a conclusão culminante da 'paixão pelo real' (...) os próprios 'terroristas' não o fizeram primariamente visando provocar dano material real, mas pelo efeito espetacular. (...) Quando vimos, pela televisão as duas torres do WTC caindo ficou patente a falsidade dos reality shows. (ŽIŽEK, 2003, p.26)

A natureza espetacular dos atentados, bem como as reações imediatas são todas transpostas para a HQ "Amazing Spider-Man 36" escrita por Michael Straczynsky e desenhada por John Romita Junior, que anunciou publicamente que teve problemas para dormir à época que tinha que desenhar todas as cenas da queda das torres e o trabalho dos civis. Não há dúvida de que existe um tom de luto na edição americana: uma capa toda negra, apenas com seu título e edição deixa claro a solenidade da ocasião.

A maneira clássica, aceita pela maioria dos especialistas, para definir uma "história em quadrinhos" é a existência de duas imagens sequenciais, cujo sentido é compreendido pela imaginação do leitor, que completa o espaço entre as imagens, chamado de sarjeta, conferindo

ação à cena. Curiosamente, após uma primeira página sem imagens, essas características são ignoradas, e nos deparamos com duas páginas inteiras descrevendo o mesmo "quadro": O Homem-Aranha no canto direito, com suas mãos na cabeça, ao se deparar com uma Nova York destruída, invadida pela fumaça e por chamas. Ao centro, onde deveriam estar as Torres Gêmeas do WTC, só há destroços e caos. A descrição caótica, que tirou o sono até do desenhista, é completada por apenas um pequeno balão, com somente uma palavra, a imagem já diz tudo, e o roteirista não precisa de muito para expressar a agonia do herói que grita: "Deus..."

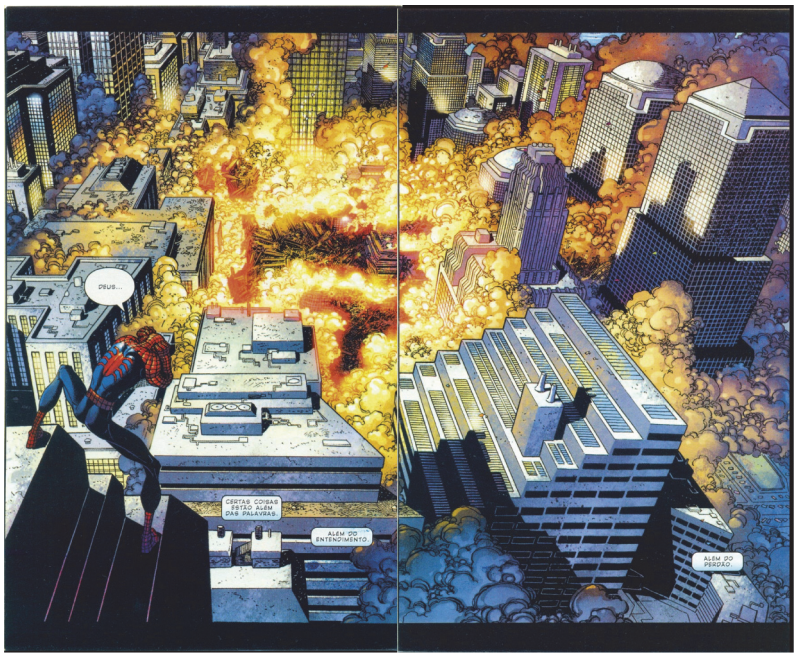


Ilustração 1. Página dupla: Quadro Único p.2-3

Na verdade a pouca existência de "balões" que expressem a fala das personagens é uma constante na revista, para se ter ideia, o próprio herói tem ao todo apenas três balões. Todo diálogo se passa em caixas de texto, expressando o pensamento profundamente incomodado e triste do Homem-Aranha. Essa foi uma tentativa de representar o que as pessoas estavam sentindo à época. Um dos editores da revista, Axel Alonso, deu entrevistas que declaravam "Amazing Spider-Man 36" como sendo a declaração oficial da Marvel Comics a respeito dos atentados. A verdade é que os quadrinhos servem como mecanismo de representação do universo que seus artistas envolvidos vivem. O mundo criado por essas pessoas é profundamente influenciado pela vivência social e política dos mesmos, podemos ver: sentimentos, preconceitos e escolhas políticas oficiais e oficiosas se defrontando nessa construção contínua e dialética de dois universos paradoxalmente conflitantes: Real e Irreal.

O notório é que o ocorrido com os atentados do WTC serve para compreender essa relação entre universos. Uma vez que antes mesmo da destruição ocorrer de fato, ela havia ocorrido em múltiplos universos imaginários. Em filmes, séries e até jogos. Como é exemplo o popular jogo de interpretação RPG, onde guiados por sistemas de regras, o jogador pode

encarnar heróis, cavaleiros e monstros. O "Guia do Jogador" para o jogo "Vampiro: a Máscara" define o maior nível de especialização em "demolições" que um jogador pode alcançar como "Tchauzinho World Trade Center". A veiculação e destruição constante dos monumentos e prédios estadunidenses começou no mundo da imaginação, e dele passou para o real. Quando foi lançado em 1996 o filme "Independence Day" dirigido por Roland Emmerich, uma reportagem do programa dominical da Rede Globo de Televisão "Fantástico" anunciou a invasão de alienígenas e a destruição da Casa Branca, em uma paródia da versão radiofônica de Guerra dos Mundos, a ficção de H.G. Wells confundida como evento real que gerou pânico em 1938 nos EUA. Lembro-me de ficar bastante assustado ao ver a cena da destruição da Casa Branca por um raio, apresentada no "Fantástico", mas logo desmentida. Žižek oferece então uma compreensão diferente dos atentados e sua relação com os mundos fantásticos da imaginação humana, para ele:

> Teríamos, portanto, de inverter a leitura padrão, segundo a qual as explosões do WTC seriam uma intrusão do Real que estilhaçou a nossa esfera ilusória (...). Não foi a realidade que invadiu nossa imagem: foi a imagem que invadiu e destruiu a nossa realidade (ou seja, as coordenadas simbólicas que determinavam o que sentimos como realidade). (ŽIŽEK, 2003, p.31)

Nesse contexto "The Amazing Spider-Man 36" é o retorno ao universo ficcional de um evento real, inspirado no irreal. Em uma das sequências iniciais,o "Aranha" caminha em direção a destruição, até ser envolvido pela nuvem de fumaça que cobria todo o complexo do WTC. Como a passagem pela bruma, que lhe envia para um mundo invertido de sua compreensão rotineira. Em um cenário de cooperação, heróis e vilões auxiliam as vítimas ainda soterradas. Em destaque um dos maiores vilões da Marvel: Dr. Destino.

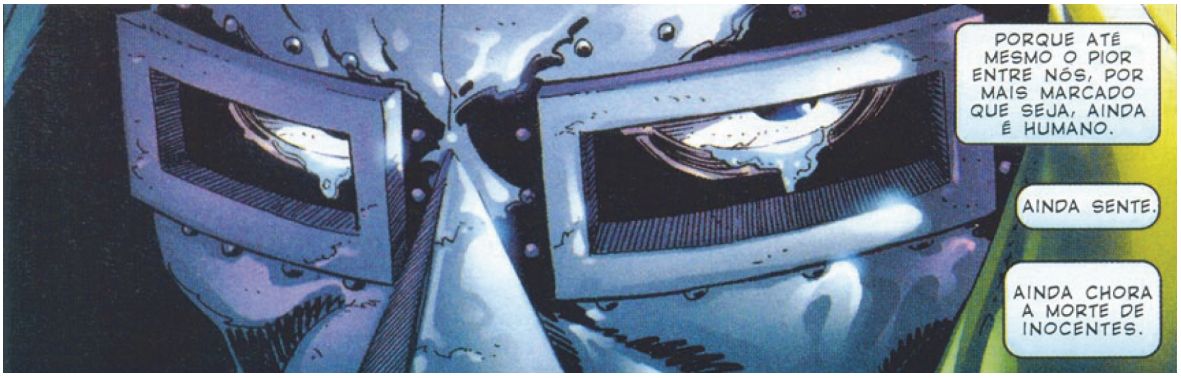


Ilustração 2. Detalhe do vilão chorando. P.9

Originalmente criado por Stam Lee e Jack Kirby em 1962 como um vilão do Quarteto Fantástico, Victor Von Doom, era o Rei da Latvéria, um país fictício mas profundamente inspirado pela cultura da Europa Oriental, e portanto um personagem utilizado em diversas

histórias que ressaltavam o perigo soviético da Guerra Fria. Curiosamente o representante do antigo inimigo americano chora, enquanto o antigo "amigo" americano é responsabilizado pelos atentados. Como afirma Žižek:

> E o mesmo não é válido como relação às figuras hoje apresentadas pela mídia como a verdadeira corporificação do Mal radical? Não é esta a verdade que se oculta por trás do fato de Osama Bin Laden e o Talibã terem surgido como parte do movimento de guerrilha antissoviética patrocinado pela CIA no Afeganistão (ŽIŽEK, 2003, p.42)

O que vemos no quadrinho foge do tom convencional de procurar culpados, do herói que luta contra o vilão. Vemos heróis pasmos, tentando minimizar as vítimas. O terror que cai sobre os ombros pesados. Cenas onde cabe ao herói assistir ao lado das vítimas, a morte e o desespero.

Ilustração 3. Herói segurando um órfão do atentado. p. 14

O Homem-Aranha está no olho do furacão dos eventos e da destruição. Ele está no "Deserto do Real" descrito por Žižek, se apropriando do termo cunhado pelos irmãos Wachowski, responsáveis por Matrix (1999) para descrever o "mundo real" destruído pelas máquinas que, no enredo do filme, tomaram o controle do planeta, relegando o homem a uma condição deplorável. Paradoxalmente, o herói imaginado por Stam Lee é lançado no mundo real, onde seus poderes não são mais que meros luxos, onde a fantasia não protege mais as crianças.

A destruição das Torres Gêmeas teve esse papel de despertador da sociedade estadunidense, que acordou do sonho do "American Way of Life" e das abstrações do capitalismo consumista para vivenciar o que eles só viam nas telas das televisões. Para compreender essa relação de Real e imaginário, Žižek utiliza o conceito do psicanalista francês Jacques-Marie Émile Lacan de "Atravessar a fantasia". Žižek afirma que:

> Na vida diária, estamos imersos na "realidade" (estruturada e suportada pela fantasia) e essa imersão é perturbada por sintomas que atestam o fato de que outro nível reprimido de nossa psique resiste a ela. 'Atravessar a fantasia', então, significa identificar-se totalmente com a fantasia – a saber, com a fantasia que estrutura o excesso que resiste à nossa imersão na realidade diária. (ŽIŽEK, 2003, p.32).

Em outras palavras, a realidade em si é construída, e o gênero ficcional é a mola mestra que o edifica, assim, toda produção cultural encontra-se submissa a esse papel de construtora da realidade. Todo Real é um pouco fantástico, pois nos habituamos a enxergar o mundo por "lentes" (do repórter, do diretor, do autor). Então não temos como perceber a realidade Real do século XXI sem levar em consideração o papel desses universos culturais na vida das pessoas como parte da própria crítica documental. O contexto realidade e irrealidade se confunde nesse nosso mundo líquido moderno, concordando com o conceito de Bauman, que desfaz e reconstrói todas as estruturas sólidas, inclusive o tecido da realidade. Segundo Žižek:

> A 'realidade' é um produto do discurso, uma ficção simbólica que erroneamente percebemos como entidade autônoma do real. (...) É necessário ter a capacidade de distinguir qual parte da realidade é 'transfuncionalizada' pela fantasia, de forma que, apesar de ser parte da realidade, seja percebida num modo ficcional. Muito mais difícil do que denunciar ou desmascarar a ficção (o que parece ser) a realidade é reconhecer a parte da ficção na realidade Real. (ŽIŽEK, 2003, p.34)

Nosso hábito de ver o mundo orientado pelas câmeras, se comprova na própria "Amazing Spider-Man 36", quando inúmeras pessoas param em frente as televisões de uma loja e observam o suicídio em massa, de pessoas que, se encontrando nos andares mais altos, preferiam saltar pelas janelas, buscando um morte mais rápida.

Não há como negar a "tragédia" social e o impacto mental do atentado às duas torres. O que não impede, é óbvio, de encontrar fortes mensagens ideológicas na revista analisada, que, além de apresentar todo o sofrimento da população nova-yorkina apresenta um papel construtor de um sentimento abalado pelo atentado. Uma espécie de novo patriotismo, representado pela elevação dos cidadãos envolvidos no resgate das pessoas soterradas à posição de heróis nacionais. O que vemos, então, é a heroicização de bombeiros, policiais e civis, e a propagação

Ilustração 4. Detalhe, Tv em quadrinhos. p.12

de um sentimento de superação que abarca toda a população estadunidense. Como deixa clara a revista nas falas transcritas abaixo:

> Em anos recentes, nosso povo foi tribalizado e fracionado por milhares de ofensas casuais. Mas nesta tragédia nós estamos unidos. Bandeiras brotaram em lugares incomuns, o chão se fertilizou pelas lágrimas e determinação compartilhada. Nós nos tornamos um em nossa tristeza. Agora somos um em nossa determinação. Um enquanto nos recuperamos. Um enquanto reconstruímos. Você queria mandar uma mensagem e, ao fazer isso, nos despertou de nosso sono. Mensagem recebida. Nossa resposta virá pelo trovão. Em dias como esses nascem inúmeros heróis. Não heróis como nós. Os verdadeiros heróis do século 21. Cada um de vocês, seres humanos singulares, vocês que são mais nobres do que pensam e mais fortes do que imaginam. Vocês os heróis deste momento particular da história. Ergam a Cabeça. (STRACZYNSKY, 2002, p.20-21)

Embora inúmeras teorias da conspiração, tenham surgido imediatamente após o advento do 11 de setembro, não é necessário concordar com nenhuma delas para imaginar que o Estado estadunidense se apropriou do sentimento gerado pelos atentados a seu favor. O historiador

britânico Eric Hobsbawm, analisando os acontecimentos da Guerra Fria, já havia notado uma tendência da política americana em fazer uso do caos social para edificar seus interesses. Em suas palavras: "Mais concretamente, a histeria pública tornava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana." (HOBSBAWM, 1995: 232). Slavoj Žižek também salienta este aspecto de "utilidade" ideológica dos ataques terroristas, segundo ele:

> E se nada epocal aconteceu no dia 11 de setembro? E se – como parece demonstrar a exibição maciça de patriotismo americano – a experiência dramática do 11 de setembro serviu apenas como artifício para a ideologia hegemônica americana "retornar ao básico", reafirmar suas coordenadas ideológicas básicas contra a tentação antiglobalista e outras tentações críticas? (ŽIŽEK, 2003, p.63)

Talvez por isso, a revista assuma um tom conciliador, propondo a união do povo americano, ao passo que justifica, na época de sua criação, possíveis ações do governo americano, que depois veríamos ocorrer, como as intervenções no Afeganistão e no Iraque. A última página da revista analisada parece corroborar essas afirmações, ao perfilar os eleitos "novos heróis reais", já à frente em importância dos heróis do mundo ficcional. Ao fundo a bandeira americana, com o nome dos "patriotas" artistas envolvidos, parece balançar com o vento.

Ilustração 5. Heróis Perfilados p. 21

Parece claro, ao fim dessa análise, a existência de um ideário político em constante construção, que cria, recria e adapta, às necessidades do governo americano todo um complexo sistema cultural que reafirma a existência de um inimigo externo, que independente de ser real ou irreal, é parte da política dos EUA, profundamente e historicamente enraizado em seu aspecto democrático. De acordo com as palavras de Žižek:

> Ao longo do século XX, percebe-se o mesmo padrão: para esmagar seu verdadeiro inimigo, o capitalismo começou a brincar com fogo e mobilizou seu excesso obsceno disfarçado de fascismo; mas esse excesso assumiu vida própria, e se tornou tão forte que o capitalismo "liberal" foi forçado a unir forças com seu verdadeiro inimigo o comunismo. (...) E o caso do Talibã não seria idêntico? Depois de criar um fantasma para combater o comunismo, eles o transformaram em seu principal inimigo. (ŽIŽEK, 2003, p.71)

Em suma, os EUA criam seus inimigos, de forma a estimular a união social, e justificar escolhas econômicas e políticas. Nesse sentido os problemas decorrentes são efeitos colaterais de sua política externa. Esse processo de heroicização e vilanização é parte de sua indústria cultural, que desenvolve e padroniza seu próprio público, condicionando e reinterpretando realidade ou fantasia às suas produções midiáticas.

Documentação

STRACZYNSKY, J. Michael. ROMITA, John Jr. **Homem-Aranha: em memória da tragédia de 11 de setembro**. São Paulo: Editora Panini, 2002.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e Sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BORGO, Érico. **Crítica à publicação de Homem-Aranha: Em memória das vítimas de 11 de setembro**. 2002. Disponível em <www.omelete.uol.com.br/quadrinhos/ihomem-aranha-em-memoria-das-vitimas-de-11-de-setembroi/>. Acesso em: 27 mai. 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de história política. **X Encontro Regional de História da Anpuh/MG**, 1996, Mariana. LPH – Revista de História. Belo Horizonte: 1996. p. 83-91.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**: 1914-1991 – São Paulo: Cia das Letras, 1995.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-Vindo ao deserto do Real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Carlos Lacerda e a Proposta Udenista de Política Econômica Internacional do Brasil com os Estados Unidos (1945-1965)

Karen Garcia Pêgas (UCB)[1]

O ano de 1950, que marcou a volta de Getúlio Vargas de forma legítima ao poder após o golpe que provocou a sua deposição em 21 de novembro de 1945, acentuou também o desmoronamento das teses de "união nacional", um dos principais lemas defendidos pela UDN que consistiam no partido aderir a uma posição antiestatista, a valorização dos valores democráticos e além do anti-getulismo e anticomunismo enfatizados veementemente durante a campanha para a sucessão presidencial de 1950, dispostos nos seus lemas de "redemocratização".

Para o Congresso o partido da União Democrática Nacional (UDN) conseguiu eleger 81 deputados (num total de 304) e 15 senadores, o que representava cerca de ¼ do total das cadeiras.

A campanha eleitoral udenista de 1950 se situou com a mobilização da cúpula udenista voltada para a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato novamente pela UDN após a derrota sofrida nas eleições de 1945.

A UDN se apresentava como um partido bastante heterogêneo e essa diversidade dentro do próprio partido que tinha representatividade nos interesses locais de cada região era louvada pelo próprio partido como a demonstração dos ideais democráticos em meio a liberdades de escolhas de acordo regionais dentro do próprio partido.

Essas coligações entre os partidos políticos representavam aos interesses locais vinculados às eleições para o Congresso. Devido a isso até mesmo alguns partidários de uma linha mais progressista e pragmática receberam apoio de Getúlio o que permitiu não só o maior apoio para as legislações getulistas, mas também aos candidatos do seu partido o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) no Congresso de alguns membros mais progressistas do PSD e da própria UDN, bem como também que alguns udenistas conseguissem ser eleitos em certos estados como: João Cleofas da UDN pernambucana.

Essas tendências representavam também as conveniências políticas de acordo com a posição que lhes possibilitassem as melhores vantagens. Essas contradições se davam através daqueles que aderiam a uma linha mais pragmática, que dependendo do contexto político uniam-se até mesmo a partidos adversários declarados como eram o PSD e PTB conhecidos como "Bossa Nova".

Havia também aqueles que eram adeptos de uma linha mais tradicional, em que se diziam formados na moral administrativa e na plenitude dos fundamentos da economia e da leio que era o ideal conhecido como o do "bacharelismo". Esta idéia correspondia aos bacharéis

[1] Universidade Castelo Branco.

da economia e da justiça que compunham a maioria do partido e que acabavam por esse fato por superestimar a ênfase dada a esse ideal do "bacharelismo" do "juridicismo".

A supervalorização desse ideal acabava por implicar na formulação de programas partidários apenas inspirados nos aspectos fundamentalmente políticos de cada questão negligenciando as questões técnicas da realidade financeira. E foram por diversas vezes as influenciais desses ideais que contribuíram para os udenistas se desvinculassem dos fatores técnicos econômicos e acabando por gerar na verdade uma concepção teórica sem conjugá-la a realidade prática econômica. O prejudicava certas vezes a elaboração dos projetos de política econômica referentes a questões como: A intervenção do Estado na economia, principalmente referente à política de proteção aos recursos naturais e estímulos a empresas públicas.

Esse retorno legítimo de Vargas ao poder significava para os udenistas uma verdadeira armadilha da História fazendo com que eles duvidassem acerca dos seus tão enfatizados conhecimentos das leis e da moral administrativa quais eles mesmos costumavam dizer deles próprios dotados, e que lhes dava por isso o direito e o dever moral ocupar aos cargos políticos em favor do estabelecimento de uma democracia com ampla participação política. Essa vitória de Vargas além de deixá-los inconformados acabou por provocar neles um sentimento de revolta quanto à classe trabalhadora, a maior base de apoio eleitoral a Vargas dizendo que esta não tinha o conhecimento necessário sobre funcionamento da política. Iniciava então uma rotina na prática udenista: a contestação de resultados eleitorais.

Pouco tempo após as primeiras reuniões no Diretório Nacional do partido após as eleições de 1950 o pleito do líder Soares Filho analisa a derrota da UDN com realismo, responsabilizando "o acordo interpartidário e as defecções causadas interesses estaduais" (BENEVIDES, 1981, p.8). Aliomar Baleiro defende uma estratégia de luta para anular as eleições, uma vez que o vencedor não conseguiria a maioria absoluta total dos votos. Propõem então que o Congresso escolha o presidente, como num sistema colegiado, ou uma nova disputa eleitoral entre os dois mais votados Getúlio e Eduardo Gomes. A tese da maioria absoluta conta com o apoio expressivo da imprensa, liderada por Prudente de Morais Neto, (Pedro Dantas) do Estado de São Paulo e por Pompeu de Souza, do Diário Carioca.

Os debates no Congresso a cerca da maioria absoluta, liderados pela UDN e pelo PL, estenderam-se de fins de outubro até o dia 18 de janeiro de 1951. Diante dessa situação, a UDN se viu na obrigação de redimensionar os alcances e os limites de sua atuação, embora mantivesse a postura oscilante entre as táticas legalistas e táticas golpistas de oposição.

Deste modo, essas conspirações udenistas acabavam por esboçar uma reação tipicamente conservadora e as acusações expressam uma posição totalmente contrária do partido. Isto se deu através de contados de caráter mais privativo e menos explícito como com militares e com a imprensa ou de contatos de caráter público, visando alcançar a opinião pública como a defesa do "estado de exceção". Com isso, a conspiração udenista apresentava-se como contrapartida eficaz para a frustração de um partido duas vezes derrotadas nas urnas.

A UDN proclama em sua primeira convenção nacional após a posse de Getúlio Vargas, os mesmos ideais democráticos e despojamento patriótico que consistiria em evitar uma "oposição sistemática e irracional ao governo" (BENEVIDES, 1981, p.84). No entanto, se a oposição udenista não foi de fato "racional" ela foi ao menos "sistemática": agressiva no Congresso, violenta na imprensa e conspiratória nos setores militares vinculados à Cruzada Democrática.

Assim, durante os primeiros três e meio do governo de Vargas a atuação da UDN se caracterizava por ser mais acusatória do que opositora, desenvolveu-se, sobretudo a partir de 1952, abarcando a três grandes temas: a desgraça, para o país, com a volta do ex- ditador (insistência na lembrança do Estado Novo e nas glórias de 45);as denúncias constantes de corrupção administrativa, a "caça aos escândalos" (o moralismo udenista surge como a marca "ideológica" do partido); a necessidade da intervenção militar contra a "subversão" e a "desordem social" (o golpismo e o elitismo udenista). (BENEVIDES, 1981, p.84)

No congresso a liderança da oposição udenista se dava através da "Banda de Música", grupo formado por bacharéis como Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros, que sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e até mesmo muitas vezes virulenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo. Essa analogia com a orquestra devia-se ao fato do grupo "fazer barulho", gerar confusões, perturbações e dificulta a serenidade do orador adversário no seu discurso. Em termos de denúncia, de corrupção a atuação da "Banda de Música" se deu em meio a dois exemplos ilustres disso: o chamado caso "Última Hora" e o inquérito sobre o Banco do Brasil.

O Jornal Última Hora era acusado de receber apoio financeiro do governo, a UDN conseguiu aprovar a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a denúncia e Aliomar Baleeiro chegou a pedir licença da Câmara para processar os deputados Lutero Vargas e Euvaldo Lodi, supostamente envolvidos no caso. (BENEVIDES, 1981, p. 84). As denúncias contra o Banco do Brasil (José Bonifácio, Aliomar Baleeiro e outros udenistas chegaram a adquirir ações do Banco do Brasil para comparecer as audiências gerais a fim de tentar impugnar as contas do Banco e criar dificuldades para o governo) visavam supostas irregularidades com relação à concessão de créditos e licenciamento para importações; o deputado José Bonifácio foi aclamado na Convenção Nacional de 1953, por sua "atuação vitoriosa frente ao inquérito do Banco do Brasil" (BENEVIDES, 1981. P.84).

A "Banda de Música" se dedicou a atacar sistematicamente a política econômica e financeira do governo, visando a atuação dos Ministros da Fazenda (Horácio Lafer e Oswaldo Aranha) e a alegada corrupção em outros órgãos como a CEXIM, a CACEX e a SUMOC. Na verdade, essa era a tese da oposição conservadora que ela liderada pela UDN e alimentava as suas críticas quanto à política econômica do governo pela aversão as propostas de política social e salarial anunciadas por Getúlio, como por exemplo, o combate ao salário mínimo em nome da estabilização, e ao avanço do nacionalismo, referente à intervenção estatal e ao controle do capital estrangeiro.

A disputa com relação ao capital estatal, privado e estrangeiro se dava em meio à rixa entre os "nacionalistas" que apoiavam ao projeto de Getúlio Vargas sobre monopólio econômico do Estado sobre a implementação de política econômica de desenvolvimento industrial no país. E os "entreguistas" alcunha dada pelos nacionalistas varguistas aos udenistas, devido sua posição favorável ao capital estrangeiro e antiestatista para o desenvolvimento de uma política industrial, principalmente no que relacionou a área dos recursos naturais, como foi o caso da implantação de uma política econômica industrial do petróleo.

É justamente quanto às questões das riquezas minerais que havia uma cisão entre dois projetos políticos udenistas: o de Odilon Braga, ministro de Vargas e executor do Código de Águas e Minas, tido como "entreguista", pois defendia a ampla participação privada e também do capital estrangeiro na indústria do petróleo e o projeto nacionalista e estatista do deputado Bilac Pinto, que garantia o monopólio do petróleo de solução estatal e que iria apavorar todo o Congresso tal projeto vindo de membros da UDN.

Concomitante a esses dois, havia também o projeto varguista de Assessoria Econômica encaminhado ao Congresso em 1951, que propunha uma economia mista sobre o controle do Estado, mas na qual era facultativa a presença do capital privado e em bem menor escala a do capital estrangeiro.

Diante disso, os udenistas declararam-se a favor do projeto de Bilac Pinto a fim de acabar com a base de legislação getulista, o que evidencia uma postura partidária indefinida, apoiando aquelas propostas que lhe ofereciam as melhores vantagens, pois na votação do pleito a proposta de Bilac Pinto saiu vencedora com o apoio da maioria udenista.

Contrária à "Banda de Música" atuava um grupo de parlamentares udenistas do nordeste geralmente, passíveis de aproximação com o governo, os chamados "chapas- brancas". Um representante da defesa dessa linha foi João Cleofas (UDN-Pe) que aceita o Ministério da Agricultura no mandato de Vargas e o que resulta em inúmeras discussões no Diretório Nacional sobre a sua conveniência com relação à expansão do partido.

No que se refere ao anticomunismo, a UDN assume posição radical e reforça as suas afinidades com os militares da Cruzada, vitoriosa nas eleições do Clube Militar, Generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, contra a ala nacionalista (porém considerada "de esquerda") liderada pelo Gen. Zenóbio da Costa. A UDN defende,em 1952, o Acordo Militar Brasil- Estados Unidos defendidos devido à instauração do contexto "da guerra fria e da solidariedade continental", ou seja, com mesmos argumentos que os militares.

E partir de 1953, sobretudo com a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, que irá se estreitar os vínculos entre a UDN e os militares, no combate ao getulismo e ao alegado comunismo. A atuação de Goulart vista por Getúlio como o ponto de convergência das classes populares passa a ser alvo da crítica de civis e militares que denunciavam as "intenções sindicalistas" e os incentivos à "subversão social".

O ano de 1953 se configura em uma conjuntura de crise econômica, social e política: a inflação e declínio na taxa de produção industrial; intensificação dos movimentos reivindicatórios ("a greve dos cem mil"), radicalização da polêmica militar em torno da questão do petróleo e instabilidade governamental, com mudanças nos Ministérios do Trabalho, da Fazenda e da Viação.

A UDN do então Distrito Federal influenciada pela pregação golpista de Carlos Lacerda (representante da UDN carioca) e reforçada pela "Banda de Música" no Congresso passa a exercer a hegemonia dentro do partido. Data também dessa mesma época a criação do "Clube da Lanterna", que reunia militares e civis inspirados na liderança lacerdista, radicalmente anti-getulistas e anti- comunistas.

Se para os militares da Cruzada Democrática o antiesquerdismo é o ponto de oposição a Getúlio, para os parlamentares udenistas ele ainda não se apresenta tão ameaçador quanto o próprio getulismo. Na Convenção Nacional de maio de 1953 as diretrizes partidárias apresentadas pelo líder Afonso Arinos baseiam-se principalmente em três pontos e revelam a importância primordial da postura antigetulista: oposição ao governo federal (aplaudida de pé); a não participação no governo e permanente colaboração, sem prejuízo das liberdades de crítica, em todas as medidas legislativas de interesse público. (BENEVIDES, 1981, p.86)

O moralismo administrativo significava ao mesmo tempo o lema da bandeira ideológica e o recurso oposição constante contra o governo. Esta postura é aprovada na Convenção Nacional do partido epor unanimidade na proposta do Diretório Regional de Minas Gerais para "que a UDN inscrevesse como ponto principal de sua ação política o combate quanto aos prevaricadores". (BENEVIDES. 1981, p.86)

Os fenômenos que caracterizaram a agitada conjuntura de 1954, com seu trágico desfecho, são conhecidos: o agravamento da crise econômica e das tensões sociais (greves, o aumento de 100% no salário mínimo); a intensificação da intervenção militar na política (o "memorial dos Coroneis", o documento dos Generais pedindo afastamento do Ministério do Trabalho de João Goulart, o papel predominante da Aeronáutica na condução do inquérito sobre o atentando a Carlos Lacerda); a radicalização da oposição parlamentar em torno da corrupção administrativa (as denúncias sobre o "mar de lama") e diferentes tentativas de golpe contra Getúlio (impeachment, renúncia, licença) lideradas por civis e militares.

A atuação da UDN foi decisiva e culminou com o pedido de renúncia do presidente encaminhado pelo líder da oposição parlamentar (UDN- PL-PR-PDC) Afonso Arinos então "maestro" da "Banda de Música". A repercussão da pregação golpista de Carlos Lacerda, apoiado por importantes setores da imprensa, entre os militares, e, sobretudo a jovem oficialidade da Aeronáutica e os membros da Cruzada Democrática (pela segunda vencedora das eleições no clube Militar) o transforma no líder de fato da oposição civil e militar, embora sofresse certa hostilidade dentro da UDN nacional. Dá intensidade conspiratória das alianças entre políticos, jornalistas e militares já se tornavam real.

Se durante o ano de 1953 a oposição se dava contra o governo e o difuso getulismo, em 1954 o círculo se fecha na constante pessoa do presidente. O processo de impeachment encaminhado a Câmara pela UDN, foi derrotado com ampla margem de votos inclusive de alguns udenistas a fim de evitar a outro terrível grande problema que seria a vitória hegemônica e absoluta do PSD. Mas os debates revelavam a tônica das acusações, direcionadas especificamente contrária a figura do presidente como se afirma no discurso de Hebert Levy ao dizer que: "as razões políticas evidentes estão a assinalar a periculosidade do Sr. Getúlio Vargas, vis a vis as instituições". (BENEVIDES, 1981, p.89)

A concessão do aumento de 100% acirrou a oposição da "Banda de Música" (através dos "financistas da UDN", Aliomar Baleeiro e Hebert Levy)à política econômica do governo mais ainda referente a essa questão visavam diretamente a Getúlio Vargas.

Nas reuniões do Diretório Nacional da UDN há um grande destaque para a hegemônica representação carioca no combate a figura política e pessoal de Getúlio: Adauto Lúcio Cardoso adverte que "a UDN carioca compreende muitos sacrifícios, menos o capital da traição à estratégia de partido na luta contra Vargas" (BENEVIDES, 1981, p.89) e é Aliomar Baleeiro quem lança a expressão "mar de lama" visando a atacar a:

> corrupção, na qual morreu o Major da Aeronáutica Rubens Vaz, no dia cinco de agosto, polariza a radicalização civil e militar contra Getúlio. Carlos Lacerda passa a pregar a derrubada de um governo imoral , ilegal, do banditismo e da loucura". (BENEVIDES, 1981, p. 89)

A Aeronáutica instala o inquérito, com total autonomia do poder judiciário sem limites de hierarquia ou de jurisdição independentemente das possíveis consequências, a chamada "República do Galeão". A "Banda de Música" atinge o auge na atuação do Congresso, cobrando diariamente resultados e investigações, sobretudo quanto atinge membros da guarda pessoal do presidente. A renúncia do presidente já é pedida na Câmara tanto pelos udenistas quanto pelos aliados dos partidários do PL.

O vice- presidente Café Filho, embora vindo do partido de Adhemar de Barros (PSP) em aliança com o PTB a esta altura já se encontrava afinadíssimo com a UDN e o movimento antigetulista. Oficiais da Aeronáutica inspirados pelo brigadeiro Eduardo Gomes, lançam um manifesto exigindo a renúncia seguida do manifesto dos generais, no qual julgam "como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do presidente" (BENEVIDES, 1981.p.90). O ato final da oposição udenista se dá por conta de Afonso Arinos que discursa na Câmara a 1º de Agosto responsabilizando o presidente pelo atentado e apontando a renúncia como a solução para a crise:

> Eu falo a Getúlio Vargas como presidente e como homem (...) tenha a coragem de perceber que seu governo é hoje um estuário de lama e de sangue; observe

> que os porões de seu palácio chegaram a ser vasculhadouro da sociedade (...). E eu lhe solicito homem, em nome do que há de mais alto no coração do meu povo: tenha a coragem de ser um desses homens não permanecendo no governo, se não for digno de exercê-lo. (BENEVIDES, 1981, p. 90)

O suicídio de Getúlio, a 24 de Agosto passa a se configurar apesar de uma solução trágica como uma saída política extremamente audaciosa, além de constitucionalmente inatacável as crises que marcaram a todas as frentes e perduraram até os últimos dias de seu governo. O vice-presidente Café – Filho assume a presidência da República sob a garantia das Forças Armadas e compõe seu primeiro Ministério com a maioria de tendência udenista incluindo ao Brigadeiro Eduardo Gomes, no Ministério da Aeronáutica. O impacto do suicídio, a repercussão popular e a exploração política da "carta – testamento" contribuiu para amenizar temporariamente a oposição violenta da "Banda de Música".

O processo conspiratório e de concentração de pressões civis e militares que levaram ao suicídio de Vargas é considerado um "golpe- branco" pelos udenistas, que organizado pelas forças anti-getulistas causou nos udenistas um sentimento simultaneamente ambíguo de depressão e euforia, pois, o trauma de ter provocado a morte de seu arque- rival e ser essa a ideia que configurava a "razão de ser" do partido e da atuação oposicionista constante.

Porém para as eleições legislativas de outubro de 1954 o desnorteamento da UDN se mostrou evidente quando os líderes nacionais udenistas ficaram temerosos de certa reação popular pela "culpa" referente ao suicídio de Getúlio Vargas que sabiam indiretamente devido aos seus ataques direcionados a figura central do presidente. A exploração da "carta testamento" fortalecia o novo rigor getulista (a aliança PSD- PTB seria vitoriosa um ano mais tarde) e contrário a essa força carismática se dava a branda oposição udenista traumatizada e perplexa.

Logo, a análise dos anos de 1950 a 1954 evidencia através das identificações através dos episódios marcantes em torno das eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950 com o retorno de Vargas ao poder e do seu suicídio em 24 de agosto de 1954 o quanto foi de suma importância a participação do partido União Democrática Nacional (UDN) no que se refere aos projetos udenistas que não estiveram distantes em muitos casos dos processos implantados, pois o liberalismo econômico udenista não se mostrou totalmente derrotado. Já que as ideias que permearam a adoção de uma política econômica de industrialização, principalmente no que se refere à questão do petróleo, contaram com a organização da maioria udenista junto aos outros votos do pleito para a vitória da implementação de um política econômica udenista.

O pensamento udenista influenciou efetivamente na política econômica brasileira, pois apesar da UDN ser vista como um partido perdedor por nunca ter conseguido eleger nenhum dos seus representantes ao cargo máximo de presidente República conseguiu eleger ministros, governadores (como Carlos Lacerda no antigo Estado da Guanabara (1960-1964)), prefeitos, deputados e muitas outras nomeações para os cargos políticos.

Muitos dos seus projetos também, foram implementados direta ou indiretamente, pois mesmo Vargas a fim de atrair a oposição nomeou vários udenistas para integrarem ao seu Ministério a fim de alcançar tão objetivo. Isso promoveu também a elaboração de vários projetos de lei que contaram com o apoio e influência desses udenistas escolhidos por Vargas bem como também manteve a forte e constante oposição udenista no Congresso o fez com que os udenistas tivessem uma importante participação nas decisões dos votos no pleito no Congresso.

A UDN desempenhou grande papel no cenário político no período da Era Vargas. Visto que, não só o seu surgimento se deu justamente com o objetivo se voltando ao combate explícito contra a figura política e pessoal de Getúlio Vargas e que mobilizou a todos os seus partidários. Bem como também, formou alianças unindo as forças de direita e extremo-direita a fim de compor a maioria nos vetos do Congresso em torno dos projetos de legislação getulista.

Bibliografia

BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o Udenismo**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

LACERDA, Carlos. **Minhas cartas e as dos outros.** Brasília: Editora UNB, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, **Lucília de Almeida Neves** (orgs.). **O Brasil republicano. V.3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Urbanidade, Ideologia e Projeto: o Caso da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951-1953)

Prof. Ms. Thiago Reis Marques Ribeiro (UFF)[1]

A *Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU)* é uma das experiências de cooperação técnica e econômica ocorrida entre os dois países durante a tensa conjuntura geopolítica internacional compreendia pela Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria – como a *Missão Taub* e a *Missão Cooke*, durante a Segunda Guerra, e a *Missão Abbink* em 1948. No caso da *Comissão*, além de um detalhado *Relatório Geral*, em dois volumes, onde se encerra uma minuciosa análise da economia brasileira (inédita até então em vários aspectos e importante na história do pensamento econômico brasileiro), estavam envolvidos a construção de 42 projetos concretos de investimentos (especialmente na área de infra-estrutura de energia e transportes), empréstimos a ser realizados pelo *Banco Mundial* e o *Eximbank* norte-americano e a construção de um novo órgão econômico do Estado para gerir, tanto os fundos em moeda estrangeira, quanto um fundo em moeda nacional equivalente: o *BNDE*. Dado o caráter *desenvolvimentista* da Comissão Mista, a importância do *planejamento econômico* nos seus trabalhos (mesmo que um planejamento de tipo *setorial* ou *seccional*)[2]e a atenção dispensada à temática urbana na documentação produzida pela Comissão, entendo ser relevante explicitar algumas considerações sobre a temática do urbano nos trabalhos da Comissão Mista, dada sua importância no conjunto da ideologia e do projeto de desenvolvimento proposto pela Comissão.

A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos se instalou com o intuito de promover estudos, análises e projetos cujo fito era o desenvolvimento econômico nacional; o planejamento seria técnica determinante na consecução destes objetivos. Não se trata de um *planejamento urbano*, porém um tipo de planejamento com profundas consequências sobre o urbano, mesmo que este não fosse o objetivo. Na verdade, poderia-se arriscar dizer que o *planejamento econômico com vistas ao crescimento industrial tem impactos tão ou até mais poderosos sobre o urbano do que o próprio planejamento cujo fim seja estritamente este*. É claro que na maioria dos casos, trata-se de um impacto pernicioso para a vida na cidade, gerando verdadeiros "desequilíbrios planejados"[3]; seguindo as categorizações propostas por Freitag (2009), inspiradas nas reflexões de Richard Senett, podemos dizer que o planejamento proposto pela CMBEU teve muito mais impacto positivo (não no sentido do juízo de valor) sobre a *urbs* e sobre a cidade de *pedra,* ampliando muitíssimo o quantitativo dos

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professor de História da rede pública de ensino.

[2] Sobre a Comissão Mista enquanto representante dos *desenvolvimentistas não-nacionalistas do setor público*, cf. BIELSCHOWSKY (2000).

[3] Este é o título de um interessantíssimo ensaio de Robin Blackburn sobre os problemas do modelo soviético de planificação, que consta em obra organizada por ele mesmo chamada "Depois da Queda".

elementos sedentários das cidades brasileiras, mesmo que de forma desordenada e traumática. Pela sua ausência ou influência declinante que exerce, a urbanização da forma como se deu no período de transição para a industrialização pesada, se deu em prejuízo aos elementos da *civitas* ou da parte de *carne* da cidade, dadas as difíceis condições de vida para a maioria da população que habitava as cidades que cresceram demais sem poderem oferecer aspectos mais básicos da civilidade urbana – o que atesta as condições dos bairros populares das grandes cidades brasileiras.

O primeiro ponto que quero sustentar aqui é de que a CMBEU *tinha consciência de que, tanto a cidade representa um ponto fundamental para o esforço desenvolvimentista – daí ser elemento constituinte de sua ideologia e projeto de desenvolvimento – quanto de que suas proposições impactariam sobre a* urbs *brasileira*. Passemos ao exame das fontes sobre este primeiro ponto.

Um dos principais problemas encarados quando da realização dos investimentos em industrialização era o encontro de fontes que se acreditava não inflacionárias de recursos para o investimento, ou seja, não emissionistas. Desde o trabalho realizado pela Comissão Abbink, a *Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (CMBAEE)*, se levantava como um elemento que "infelizmente" absorvia recursos que poderiam ser usados para investimentos produtivos as economias feitas por empresas de seguros, capitalização e institutos de previdência social, assim como outras empresas particulares, as construções de imóveis urbanos (CMBAEE, 1949, p.7). Esta fonte segue expondo que com esta quantia se poderia construir 3 ou 4 Siderúrgicas. Apesar desta menção, o documento não desaprova absolutamente tais investimentos, mas apenas os considera desproporcionais.

Já na CMBEU, este fato se apresenta de forma um tanto mais problemática, como podemos perceber no seguinte excerto de uma parte da documentação intitulada "O cenário econômico":

> É notório que a atividade industrial privada de construções se vem mantendo em alto nível, em todo o período de após-guerra. Em 1947 respondeu ela por nada menos de 40% do investimento bruto total e 47% do investimento bruto privado, um aumento extremamente significativo se comparado com 1939, quando tal tipo de investimento respondeu por apenas 16% do investimento bruto total e 20 % das inversões brutas do setor privado. A atividade de construção declinou desde 1947 e nos últimos dois anos parece ter representada cerca de 1/4 das inversões brutas totais e cerca de 1/3 das inversões privadas. A característica mais inquietante da construção imobiliária privada, no presente, não é tanto o seu vulto absoluto como a sua *tremenda concentração no Distrito Federal e na cidade de São Paulo*, que em conjunto absorvem mais de 60% do total das construções privadas, assim como o fato de que uma *parcela elevada consiste de investimentos especulativos em apartamentos para as classes de rendimentos elevados.* (CMBEU, 1954, p.30, grifo meu)

Aqui fica claro que o que aparece no relatório Abbink como mera "desproporção", aqui já é apresentado como um problema, principalmente por causa da porcentagem das inversões privadas feitas na área da construção imobiliária – sendo muito significativa a caracterização como "especulativa" de grande parte destes investimentos. Outro fato é a consciência por parte dos membros da CMBEU de que estes investimentos são muito concentrados no Distrito Federal e em São Paulo. Mais adiante, este desvio de investimentos no setor imobiliário é novamente colocado, porém agora relacionado com o fenômeno inflacionário:

> A inflação de preços solapou os incentivos à poupança voluntária e tonificou a propensão tradicional de todas as classes no Brasil [...] a investir a maior parte de seus rendimentos e da sua poupança na compra de terrenos agrícolas e urbanos, e na construção imobiliária urbana. Desviada assim uma proporção tão alta da poupança das classes médias e dos institutos de poupança coletiva para empreendimentos imobiliários, e dada a tendência das empresas na retenção de lucros para financiamento da expansão de empresas já existentes, os novos empreendimentos, em quaisquer campos de atividade, tinham que repousar, predominantemente, sobre o crédito bancário. (*Ibidem*, p. 33)

É importante notar como este fato é relacionado como uma certa *propensão*, quase posto como um "costume" que deveria ser transformado por aqui, o que fica claro em outros trechos da documentação. Aqui podemos inferir que se pode remontar, no mínimo, a este período a colocação do "problema" do "déficit habitacional", já que não se trata de uma insuficiência de unidades habitacionais, mas sim de um movimento especulativo que reserva parte destes empreendimentos em valores inacessíveis a maior parte da população. Posteriormente votaremos às questões relativas aos imóveis quando formos tratar do projeto na linha férrea suburbana do Rio. Quero insistir no ponto em que se fala da "propensão tradicional" de investimento aludida no trecho citado da fonte e compará-lo com outro, onde se expõe uma outra forma de comportamento para com investimentos que a CMBEU julga digno de elogios, a saber, "A evolução do espírito de empresa", título do item onde em certo trecho se lê:

> A emergência de um grupo, em constante expansão de homens de empresa, é um dos aspectos dominantes da vida nas principais cidades do país, particularmente em São Paulo, centro de Minas Gerais, Pernambuco, Distrito Federal e Rio Grande do Sul (Porto Alegre). (*Ibidem*, p. 31)

Aqui podemos ver um outro aspecto da vida citadina daquele período ressaltada pela documentação, aparecendo algumas cidades brasileiras como o *locus* de um verdadeiro novo "ethos" empresarial, um empreendedorismo que será de fundamental importância para o processo de desenvolvimento. Posteriormente, segue uma pequena periodização da evolução do referido espírito de empresa através das diferentes gerações de empresários, além de se referir a

uma evolução da noção de contabilidade mais apurada, o que era obstaculizado pela generosidade do Estado e era própria da agricultura, do comércio e da indústria patriarcal e especulativa (*Ibidem*, pp. 31-32). A fonte ainda diz que esta mentalidade atrasada ainda é predominante, apesar de estar declinante. Em outro trecho, se referindo ao papel da educação entre as "classes cultas" brasileiras, também podemos ver um exemplo desta permanência patriarcal que se busca combater:

> O fenecimento da classe culta alta, rural e feudal, da era monárquica – que produziu, sem dúvida, notáveis estadistas e servidores públicos – e emergência de novos grupos de poder político e econômico, não foram acompanhados por um rápido desenvolvimento de novas atitudes em relação à educação, tecnologia e governo. A educação continuou a orientar-se no sentido de assegurar posição social, ao invés de dar ênfase ao treinamento técnico para tarefas agrícolas e industriais. O Governo permaneceu pessoal e paternalista em alto grau, revelando-se todos os grupos ansiosos por auxílio e proteção governamental. (*Ibidem*, pp. 40-41)

Comparando-se esta crítica com o fato de que o Rio de inícios do século é sede daquilo que alguns chamam de "bacharelismo", associado à educação voltada para *status* social e não para atividades produtivas[4], podemos sugerir que também neste aspecto a cidade do Rio ainda possuía profunda permanência de tal fenômeno; o que poderia opor barreiras ao desenvolvimento, que também significa desenvolvimento do espírito de empresa. Cabe aqui sustentar um segundo ponto, o de que, *a vida urbana também aparece na formulações da CMBEU como o* locus *de um determinado espírito de empresa e certo empreendedorismo, em que o pragmatismo com relação à produtividade é absolutamente indispensável ao desenvolvimento econômico nacional.* Assim, temos um pequeno exemplo da *cidade de carne* exposta nesta documentação; digo pequeno, pois os elementos de carne e osso que compõem a cidade e que interessa neste momento como sendo fundamental ao desenvolvimento é uma pequena fração: o moderno empresariado.

Um outro aspecto da consciência que se tinha do impacto da industrialização sobre as cidades brasileiras encontradas na documentação é notada no trecho a seguir:

> O processo de industrialização e, sobretudo, a rápida e concentrada urbanização que o acompanhou, alargaram grandemente os mercados citadinos. […] o restabelecimento da lucratividade da agricultura, assim como o incremento da produção comercial de alimentos, foram responsáveis

[4] "Em outras palavras, o modelo pensado pelas elites empreendedoras e modernizantes associava a cidade moderna ao bacharelismo e não ao trabalho, ou seja, a ideia de trabalho continuava marcada por uma atmosfera de servidão incompatível com o viver aristocrático" (RODRIGUES, 2009, p. 93). Aqui podemos ver como era diferente o sentido de "empreendedor" e "modernizante" que se depreende da fonte produzida décadas mais tarde na mesma cidade ao período a qual se refere o texto de Rodrigues.

> pelo surto e crescimento de um número considerável de cidades médias no interior. (*Ibidem,* p. 35)

Faz-se referência a um aumento no número de cidades médias no interior do país, colocado em função do aumento da lucratividade da agricultura e de sua produção comercial. Aqui pode parecer que a fonte entende que o crescimento industrial levou a uma descentralização das cidades e da população urbana. Porém, esta "mobilidade" ente regiões e setores da economia:

> […] não encontra entretanto paralelo ente indústrias e firmas. A razão principal dessa discrepância são os dispositivos sobre a estabilidade do emprego na legislação trabalhista brasileira, que exercem função correspondente aos esquemas mais flexíveis de seguro e compensação desemprego, vigorantes em países altamente industrializados, mas que não raro premiam a antiguidade a expensas da eficiência e tendem a criar um certo grau de inflexibilidade financeira na operação industrial. (*Ibidem*, p. 38)

Ou seja, a concentração das indústrias e firmas, neste ponto, é atribuída à "dispositivos sobre a estabilidade do emprego na legislação trabalhista brasileira"! Mas, comparando com outro trecho, vemos que, a despeito da consciência desta concentração urbana, não se procurou corrigi-la (talvez se fosse possível "corrigir" a legislação trabalhista...).

> O programa de investimentos da Comissão Mista inclui projetos em quase todas as regiões do país. Importa acentuar, entretanto, que os investimentos recomendados foram concebidos em escala que reflete a importância econômica comparativa das diferentes regiões. Não buscam, todavia, corrigir desequilíbrios no ritmo do progresso regional, porque os critérios de prioridade e produtividade sobrepujaram outras considerações. (*Ibidem*, p. 143)

Chegamos aqui num importantíssimo ponto da documentação, pois se expõem com toda a clareza que a forma pela qual buscava-se aumentar o ritmo do crescimento econômico seria via aumento da produtividade da economia brasileira e que esta é a principal prioridade da CMBEU, e não o aumento do bem-estar da população brasileira: novamente, a *cidade de pedra* tem preferência em relação à *cidade de carne*. Os membros da CMBEU sabiam que:

> A centralização excessiva suscitou numerosos e sérios problemas. Em primeiro lugar, as zonas residenciais, escolas, os serviços de água e esgoto, energia e gás, assim como os transportes urbanos têm sido sobrecarregados a um ponto crítico; formidáveis problemas econômicos e sociais daí resultaram, como o ilustram as "favelas" do Rio de Janeiro, a escassez de

> água no Rio e São Paulo e o crescente congestionamento de tráfegos. […] Em alguns casos importantes, a ocorrência de trabalhadores já altamente treinados e a possibilidade de um alto grau de especialização, tornam São Paulo e o Distrito Federal altamente vantajosos para o estabelecimento de novas indústrias, acrescendo-se a atração daqueles fatores pela proximidade de indústrias complementares e pela rede de distribuição de mercados e instituições financeiras. (*Ibidem*, p. 327)

Assim, apesar da consciência dos "formidáveis problemas econômicos e sociais" e como estes influíam na deterioração do bem estar da população, a prioridade continua sendo a *produtividade*. Importante também notar como as "favelas" já aparecem como um dos "formidáveis problemas" existente nas cidades com intensa concentração populacional. Comparando com as passagens já transcritas onde a especulação imobiliária aparece, vemos que nunca esta é mostrada como um elemento causador destes problemas: só atenta-se para o fato de que tal especulação "drena" recursos e retarda o desenvolvimento. Com isso, um terceiro ponto pode ser sustentado aqui: *havia consciência de que o crescimento urbano brasileiro se dava de forma concentracionista e que esta era a fonte de intensas mazelas sociais; porém, nada seria feito no sentido de tentar resolver este problema, sendo o aumento da produtividade a maior prioridade dos projetos de investimentos elaborados pela CMBEU.*

A documentação produzida pela CMBEU também se estende por mais 15 volumes (além dos dois de *Relatório Geral*) onde estão o conjunto de projetos específicos de investimentos, principalmente em transportes e energia. Irei me ocupar daquele que recebeu o no. 23 na série de projetos elaborados pela CMBEU, que trata dos investimentos em melhoramentos dos trens suburbanos da *Estrada de Ferro Central do Brasil*. Investigar o sistema de transporte é de extrema importância, pois implica diretamente na forma como se desenvolve a questão das habitações nas zonas urbanas e suburbanas, principalmente no que tange às parcelas mais populares da sociedade[5]. Este fato também é de conhecimento das autoridades presentes na CMBEU, como se pode perceber deste texto de abertura do referido projeto 23:

> Do ponto de vista econômico, o investimento pode ser considerado justificável. Ajudará a eliminar as dificuldades que atualmente enfrentam os passageiros que buscam transporte, entre lares e os locais de trabalho, acelerará a atual tendência de descentralização da população, e permitirá, finalmente, que contingentes adicionais de população se desloquem das áreas urbanas densamente povoadas, para a periferia da cidade. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1952, Ary Frederico Torres e Merwin L. Bohan, Presidentes das Seções Brasileiras e Americanas. (CMBEU, 1953, p. 266)

[5] Fundamental referência na investigação sobre as relações entre *Questão habitacional e o movimento operário* (título da obra) e a importância, para tanto, dos sistemas de transportes é LOBO *et al.*(1989).

Claramente aqui se refere como sendo algo positivo esta mudança de contingentes populacionais para a periferia da cidade, no intuito de continuar com este processo que se incia na virada do século XIX para o XX (cf. LOBO *et al*., 1989). Porém, ainda não se explicita que segmento da população iria fazer tal deslocamento, o que será feito adiante. Entre outras coisas, a fonte coloca que tais projetos são importantes pelo fato de que os trens suburbanos são a principal forma de transporte dos trabalhadores; que as condições de superlotação tem gerados muitos acidentes, fadiga psicológica e atrasos (o que atenta contra a anteriormente referida produtividade); e porque "essas condições de superlotação excessiva, os longos períodos de espera e a falta de segurança no serviço suburbano são fatores de *instabilidade* e *inquietações sociais"* (*Ibidem*, 1953, p. 271, grifo meu). Já aparece, mesmo que de forma genérica e pouco formalizada, a preocupação com aquilo que genericamente podemos chamar de "questão social", dado que não mais se avança em precisar tal tema na documentação.

O Distrito Federal é apresentado como tendo a maior concentração urbana do país, dado que compreende 4% da população (2,4 milhões de habitantes). Também a cidade é caracterizada como centro político, militar e burocrático, centralizando as agências financeiras do Governo, tornando-se, por isso, também um centro financeiro e bancário de extrema importância, além de ser o segundo porto em tonelagem. A despeito de sua pequena área, é o segundo em produção de valor industrial e número de estabelecimentos, sendo a indústria de construção a primeira em número de trabalhadores (*Ibidem*, pp. 271273). Segundo a fonte, por causa da formação alongada da cidade, a maior parte dos trabalhadores tem que percorrer grandes distâncias, o que é mais grave com os trabalhadores do comércio (no Centro) – já que vinha aumentando o número de indústrias na própria área suburbana, nos últimos surtos industriais. Ora, podemos notar a preocupação em descrever a importância política e econômica da cidade, o que nos faz inferir que não seria nem um pouco desejável que se avolumasse as "instabilidades e inquietações sociais" que pudesse por em risco o funcionamento ordeiro e sem percalços da cidade. A fonte segue expondo que:

> Visto ser muito estreita a pequena faixa costeira na qual estão localizados os principais bairros das zonas sul e central da Capital Federal, o futuro desenvolvimento urbano encontra maiores possibilidades nos arredores da cidade e nos distritos vizinhos do Estado do Rio de Janeiro, na direção de São Paulo. (*Ibidem*, pp. 274-275)

Vemos quase que o "desejo" por parte da CMBEU de que este desenvolvimento se desse nesta direção, no intuito de diminuir a pressão populacional na Zona Sul e no Centro da cidade, dado que: "Esse movimento de população do centro para periferia é semelhante ao que vem ocorrendo em outras grandes cidades" (*Ibidem*, p. 275). O texto da fonte ainda menciona duas tendências na zona urbana do Rio de Janeiro: rapidíssimo crescimento dos "bairros elegantes" (Copacabana, Ipanema e Leblon) e decréscimo da população trabalhadora. Existindo pressões

inflacionárias nos aluguéis nas proximidades do centro, se tem uma consequente mudança para os subúrbios e cidades vizinhas, estimulada pela construção de conjuntos habitacionais financiados por institutos de aposentadorias e pensões, pela Fundação da Casa Popular e por companhias particulares de capitalização (*Ibidem,* pp. 276-277).

Com as precárias condições dos trens suburbanos, existe um deslocamento de passageiros para os ônibus e lotações (apesar das passagens com preços mais elevados), mas com a expectativa de que estes passageiros afluam novamente ao transporte ferroviário assim que as condições melhorassem[6] (*Ibidem*, p. 277). A fonte recomenda ainda que as tarifas dos trens suburbanos fossem aumentada, pois "[...] a Central tem mantido tarifas excessivamente baixas, que, na realidade, equivalem a uma subvenção social" (*Ibidem*, p. 282). Este último trecho é interessante pois ao mesmo tempo em que se menciona as instabilidades sociais que as más condições nos trens geram, não se levanta a hipótese de que poderia aumentar-se ainda mais tais instabilidades no caso do aumento dessas tarifas, o que seria muito razoável, dado que os trens podem ser tomados como verdadeiros "bodes expiatórios" e dar vazão em seu interior de grandes distúrbios.

Tinha-se consciência das tensões cotidianas vividas nas composições do ramal suburbano da E.F. Central do Brasil, como pode ser atestado pelos depoimentos da administração da estrada de ferro (apesar da fonte não mencionar o cargo, o nome nem as circunstâncias de tais depoimentos) mencionados nas fontes:

> "Mais de um maquinista tem sido agredido e até ameaçado de linchamento. Há ocasiões, como aconteceu ultimamente, em que o maquinista precisou ser protegido pela polícia, em vista do perigo em que corre nas mãos dos passageiros indignados."; "Essas ocorrências estão provocando um estado de temor entre os maquinistas, que, recentemente, tentaram mesmo abandonar o trabalho, receosos de agressão física por parte dos passageiros."; "Se essa situação não for remediada, será difícil evitar que os maquinistas abandonem os trens. E então veremos os serviços suburbanos completamente paralisados."; "Esses estados de ânimos são muito semelhantes àqueles que precedem a franca revolta. É muito possível que essas multidões de passageiros cheguem a um ponto de absoluto descontrole, do que poderão achar consequências inteiramente imprevisíveis." (*Ibidem,* p. 285)

Apesar da prioridade em promover um aumento da produtividade, *as tensões sociais e inquietudes próprias dos processos de rápida industrialização e urbanização (principalmente quando se dá de forma concentracionista de população), que se expressam na forma de indignações e revoltas contra os serviços*

[6] "(*) Os autolotações constituem um serviço de transporte coletivo no qual são empregados ônibus pequenos ou camionetes, que transportam 8 a 16 passageiros sentados. Os lotações podem receber e deixar passageiros em qualquer ponto da rota estabelecida para o veículo, neles prevalecendo um só preço de passagem, seja qual for a distância percorrida" (p. 279, nota de rodapé). Como podemos ver, não se trata de algo atual a tentativa de combate a este tipo de transporte por parte das autoridades.

dos trens, era fator componente das preocupações da CMBEU, apesar de aparecerem de forma genérica e pouco formalizada, preferindo-se "empurrar" para fora do Centro e da Zona Sul da cidade a parte menos abastada da população. O "vocabulário" dos membros da Comissão não era o mais adequado para o entendimento de tais inquietações, já que as categorias próprias do planejamento econômico e do incremento da produtividade eram dominantes; porém, talvez pela emergência de tais problemas, a "questão social" teve que entrar nas considerações da CMBEU, nem que fosse de forma quase que "espectral".

Para concluir com o caso do projeto do ramal suburbano da Central do Brasil, é importante lembrar que no ano de 1952 ocorrera nestes ramais um dos piores desastres ferroviários, em Anchieta, que totalizou 119 mortos. Um vagão de passageiros – ainda de madeira naquele período – descarrilou e foi atingido por uma locomotiva que vinha no sentido contrário. Os membros da seção norte-americana tinham consciência das consequências *políticas* que este acidente poderia ter sobre os trabalhos da própria Comissão[7] – já que este mesmo ramal já era objeto de negociação para receber empréstimo. Porém, na documentação da Comissão Mista, não se faz uma menção a tal acidente.

Por fim, destaco que é possível perceber a temática do urbano na ideologia e projeto explícita na documentação produzida pela CMBEU das seguintes formas: a) havia consciência do impacto que os investimentos sugeridos teriam sobre o conjunto da urbanidade no Brasil; b) que as cidades aparecem como o *locus* privilegiado para o desenvolvimento de um moderno "espírito de empresa" que deveria suplantar disposições antiquadas para com os negócios; c) havia a consciência de que a urbanização se dava no Brasil por um viés concentracionista de população, apesar de nada ser proposto para reverter tal situação, já que a prioridade era o aumento da produtividade; e d) as contradições sociais próprias de um intenso processo de industrialização e urbanização são conhecidas pelos membros da CMBEU e aparece na documentação, ainda que de forma genérica e pouco precisa, preferindo-se dar continuidade ao afastamento da população mais pobre para a periferia da cidade.

Documentação

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CMBEU). **Relatório Geral, vol.1**. Rio de Janeiro, 1954. _____. *Projetos, vol.1*. Rio de Janeiro, 1953.

COMISSÃO MISTA BRASILEIRO AMERICANA DE ESTUDOS ECONÔMICOS (CMBAEE) **Relatório Final vol. 1**. Rio de Janeiro, 1949.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. **Foreign relations of the United States diplomatic papers, 1952-54. The American Republics. Volume IV**. Washington: United States Government Printing Office, 1983.

[7] Sobre este assunto, cf. UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE, 1983, pp. 573-575.

Bibliografia

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

RODRIGUES, Antônio Edmilson. "História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil". In: CARNEIRO, Sandra de Sá e SANT'ANNA, Maria Josefina G. (orgs.). **Cidades, olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FREITAG, Bárbara. **Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro**. Campinas: Papirus, 2009.

LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myriam. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

SESSÃO 22
História Militar: Ações da Marinha do Brasil do Império à República Velha

Rui Barbosa e a ameaça germânica: a leitura de André Chéradame na Primeira Guerra Mundial

Prof.ª Mestranda Livia Claro Pires (UERJ)[1]

Com as inovações trazidas pela história cultural, a prática da leitura tornou-se objeto da história. Extrapolando a simples ação de juntar letras e formar palavras, ler configura-se como um ato de extrair significados e ultrapassar sentidos pré-concebidos do texto. Esse feito – a leitura – outrora considerado como uma ação una e universal, torna-se, com os postulados de novas correntes historiográficas, datada e plural, influenciando e sendo influenciada pelo seu contexto histórico (CHARTIER, 1992).

No ano de 1916, na cidade de Paris, chegou às prateleiras da capital francesa o livro *Le plan pangermaniste démasqué: le redoutable piège berlinois de "la partie nulle.",* escrito pelo francês André Chéradame. Não era um livro qualquer, lançado em uma época qualquer. Era o momento da Primeira Guerra Mundial, em que a França, a Inglaterra e a Rússia batiam-se contra o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano. O livro afirmava categoricamente a existência de um plano germânico de dominação mundial. Essa publicação atravessou o Atlântico e chegou num país que até então nada tinha de oficialmente relacionado ao confronto europeu, indo parar nas mãos de um dos seus homens mais ilustres, Rui Barbosa.

O advogado baiano formado pela Universidade de São Paulo era uma das maiores personagens públicas do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Sempre presente no cenário político nacional, Rui Barbosa apresentava-se como voz ativa em diferentes questões que mobilizaram o país. Da abolição da escravidão, passando pela implementação da República, até as divergências que dela derivaram, sua presença foi percebida e destacada como um homem que omitia e formava opinião. Ocupou cargos públicos nas altas esferas do poder, foi ministro da Fazenda, deputado e senador, e saiu da cena política brasileira apenas quando de sua morte, no ano de 1923.

Rui Barbosa é uma figura repleta de nuances e interpretações díspares, não apenas pelos seus contemporâneos, como pela historiografia posteriormente produzida. A avaliação de sua trajetória e contribuição intelectual presta-se ou à mistificação, criando uma aura quase que sagrada em torno de suas falas e ações, ou ao questionamento de sua imagem política e intelectual, buscando desconstruir as representações enaltecedoras do mito criado. Protagonista de inúmeras biografias, Rui Barbosa teve sua importância, seja como homem político, seja como intelectual, redimensionada sucessivamente, condicionada por interesses do momento histórico em questão (SILVA, [s/d]).

[1] Mestranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientada pela Profª. Drª. Lucia Maria Paschoal Guimarães.

O senador brasileiro era um estudioso incansável dos temas que lhe despertavam interesse, buscando agrupar a mais completa bibliografia possível a respeito de um determinado assunto. Possuía uma rotina diária de estudos que seguia rigorosamente: pelas manhãs, principalmente, entregava-se ao exame de certa matéria e, caso não conseguisse seguir tal roteiro, sentia-se incomodado (CARDIM, 2007). O ato da leitura de Barbosa não incluía anotações em outros locais que não os próprios livros. Teria reunido apenas alguns poucos cadernos de notas de bibliografias utilizadas. No mais, grifava as passagens importantes com um indefectível lápis vermelho ou azul, o mesmo com que escrevia eventuais comentários nas páginas, na língua em que estivesse impresso o texto, seja em português, francês, alemão ou latim. Fossem estas longas ou curtas, as observações sobre as obras por vezes incluíam, até mesmo, correções aos autores, revelando uma forma diferenciada de apreensão do texto, discordantes das intenções originais de quem as escreveu (PIRES, 1949).

Em sua biblioteca, ao longo de toda a sua vida, somou-se cerca de 35 mil volumes, dos mais variados interesses. Tal diversidade expõe um estudioso que não se atinha a superficialidades, que acreditava na percepção aprofundada das matérias que despertassem a sua atenção. Sobre a Primeira Guerra Mundial, reuniu um conjunto de quase 1.700 livros; sobre o pangermanismo, acumulou cerca de 52 títulos, dentre eles *Le plan pangermaniste*, de André Chéradame. A presença de livros sobre o pangermanismo e mesmo a leitura de *Le plan pangermaniste* demonstra, senão uma curiosidade, um interesse genuíno de Rui Barbosa sobre a questão [2].

André Chéradame foi um cientista político formado pela École Libre des Sciences Politiques. A geopolítica era sua área de atuação por excelência. Entre 1901 e 1941, André Chéradame publicou 20 livros tendo esta disciplina como embasamento, e as relações internacionais envolvendo França, Alemanha, Balcãs e Oriente Próximo como temáticas privilegiadas. Chéradame não é o que se poderia chamar de um escritor obscuro. Seus comentários a respeito da política internacional podem ser vistos em jornais da França como *L'Illustracion*, e seus livros alcançavam boas tiragens, sendo que alguns títulos tiveram mais de uma edição e conseguiram a alcunha de esgotados. O reconhecimento parecia vir também do meio acadêmico. Três de suas obras, inclusive *Le plan pangermaniste,* receberam prêmios da Academia de Ciências Morais e Políticas de Paris, além de resenhas em publicações como a *Revue Historique*[3]. Suas obras, em geral, focalizavam questões políticas em perspectiva à época dos lançamentos, como o livro *Le monde et la guerre russo-japonaise,* publicado em 1906, quando se desenrolava o conflito entre a Rússia czarista e o Japão, ou mesmo *Le plan pangermaniste,* lançado em plena Primeira Guerra Mundial, em 1916.

[2] A ideia do *perigo alemão* afirmava a possibilidade dos imigrantes alemães tornarem independente a região sul do Brasil, formando uma nação germânica. Segundo alguns intelectuais e políticos do final do século XIX e início do século XX, os colonos teutônicos mantinham-se isolados e não eram integrados à sociedade brasileira.

[3] Foi o caso de seu livro L'Europe et la Question d'Autriche au seuil du XX siècle, que mereceu um artigo de Louis Eisenmann, publicada no tomo 79, e do próprio Le plan pangermaniste, resenhado por G. Pariset no tomo 124.

Este livro, sem dúvida, alcançou êxito. Na França, teve 18 edições publicadas até o ano de 1940. Ganhou traduções para o espanhol, russo, japonês, inglês e português. Nos Estados Unidos, foram feitas 7 reimpressões até o ano de 1917. *Le plan pangermaniste* é uma espécie de relatório de denúncia. São 356 páginas em que o autor assume um tom de alerta e de acusação ao longo de sua análise (embora alegue imparcialidade em suas observações), apontando os alemães como um povo sórdido e pérfido, que teriam a cobiça e a dominação como características inerentes ao seu caráter, onde quer que estivessem. O livro, além de prefácio e introdução, possui 9 capítulos. Ao longo destes é construída a suposta origem e desenvolvimento do plano arquitetado pelo Império Alemão desde a unificação, sua preponderância sobre os principais problemas geopolíticos da Europa, sua influência sobre a eclosão e o desenrolar da Primeira Guerra, e os efeitos que teria tanto sobre os países europeus, quanto sobre os países neutros no conflito. Os capítulos são divididos em subtítulos e a obra, no total, é acompanhada de 31 mapas ilustrando os efeitos e o movimento do plano pangermanista, conferindo ao livro um caráter absolutamente didático.

O livro de Chéradame adquirido por Rui Barbosa foi a segunda edição, em francês, e possui sinais de leitura. Ali, com seu lápis vermelho, grifou trechos do prefácio, do capítulo V, sobre uma possível armadilha alemã para garantir a realização do plano pangermanista; e do capítulo IX, que aborda as designações do plano para os países neutros. Não fez anotações ao longo das páginas. Os destaques foram realizados nas partes do livro que abordam os pormenores do plano pangermanista, como as quais países se estendia; as evidências desse plano estar sendo posto em prática através da Primeira Guerra Mundial; e a inclusão do Brasil e da Argentina nas suas etapas de conclusão.

O interesse pelo estudo de Chéradame justifica-se, já que Rui Barbosa pertencia ao grupo dos defensores da causa da Inglaterra, França e Rússia. Ao longo da Primeira Guerra, tornou-se no Brasil um dos símbolos dos chamados *aliadófilos* – como eram conhecidos os seguidores da Tríplice *Entente*. Seus discursos inflamados foram importantes na mobilização da opinião pública em momentos de tensão entre o governo brasileiro e os Império Centrais. Foi, inclusive, o presidente de honra da Liga Brasileira pelos Aliados, uma associação fundada em 1915 com o propósito de arregimentar apoio à causa aliada[4].

Outrossim, o posicionamento de Rui Barbosa na Grande Guerra indica que este tenha ao menos atribuído algum sentido à leitura feita do livro de Chéradame. Em setembro de 1916, Rui realizou uma conferência promovida pela Liga Brasileira pelos Aliados, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na conferência, Rui discursou para uma plateia onde se encontravam os representantes diplomáticos dos países aliados, dentre outras personalidades da elite fluminense.

Em sua fala, o jurista apresentou uma série de paralelismos com a linha mestra de pensamento de André Chéradame a respeito do conflito europeu. Além de criticar a neutralidade

[4] Às vésperas do rompimento diplomático com o Império Alemão, em abril de 1917, discursou na sacada do escritório do *Jornal do Commércio,* a pedido das pessoas que ali se reuniram. Não à toa, quando o Brasil assinou a declaração de guerra contra a Alemanha, ao final daquele ano, era Rui Barbosa quem estava ao lado do presidente da República.

sustentada pelo governo brasileiro, Rui Barbosa não hesitou ao culpar os alemães pela guerra, sendo esta um desdobramento de sua cobiça sobre o mundo. Comparou-os aos hunos de Átila, aos povos bárbaros que invadiram o Império Romano, tal qual fez o autor francês. Classificou-os como inimigos da cultura. Principalmente, o discursante demonstrou aderência à ideia de que apoiar os Aliados seria uma forma de proteger-se contra futuras demonstrações do imperialismo alemão no continente americano.

Rui Barbosa afirmou no seu discurso a existência das intenções pangermânicas no território estadunidense por meio do imigrante alemão, e das pretensões em se formar uma Alemanha Austral unindo parte dos territórios da Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. Para corroborar sua argumentação, faz citações a Otto Tannenberg e a seu mapa, onde mostra que em 1950 essas regiões estariam sob o domínio teutônico. Disse:

> Ora, a obra de Tannenberg, a sua Grande Alemanha, tem a qualidade valiosa de ser a expressão sincera das aspirações do militarismo teutônico, no qual a campanha europeia de hoje acaba de mostrar quão perto estão da prática as teorias mais nefandas e as aspirações mais monstruosas. Por outro lado, o sonho alemão tem na América do Sul e, sobretudo no torrão brasileiro, grandes obras avançadas que lhe predispõem as cousas para o assalto, e lhe assegurariam as condições do bom êxito se a casta militar alemã ganhasse esta partida. (BARBOSA, 1981, p.191).

São argumentos usados por Chéradame e marcados no livro *Le plan pangermaniste* por Rui Barbosa, a seguir expressos:

> Tannenberg precisa enfim os diversos protetorados alemães que virião a estabelecer-se sobre a parte meridional da América do Sul, onde existem, em grande número, colonos alemães, cujas tendências invasoras são já bem manifestas. 'A Alemanha, diz textualmente Tannenberg, toma sob a sua proteção as repúblicas da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, o terço meridional da Bolívia, tanto porque pertence à bacia do Rio da Prata, e à parte meridional do Brasil, quando porque reina ali a cultura alemã. (CHÉRADAME, 1917, p.149).

Em 17 de março de 1917, às vésperas do rompimento das relações entre Brasil e Alemanha, Rui Barbosa realizou uma nova conferência, no Teatro Petrópolis, em um evento da Cruz Vermelha dos Aliados. Os argumentos utilizados nas falas anteriores são reiterados. A Alemanha é novamente tingida com as cores da barbárie, da força e da crueldade; sua cultura é representada por Rui como a que preza a guerra, o horror e o domínio. Culpa diretamente o Império de Guilherme II pela conflagração europeia, planejada décadas antes para culminar no

triunfo do pangermanismo. Em suas palavras, outra vez, percebe-se a correspondência com as sustentações de um plano pangermanista denunciado por Chéradame. Rui afirmou que:

> Organizado como a maior máquina de agressão e defesa que os séculos nunca viram, o grande império, certo da sua superioridade e da sua invencibilidade, necessitava de as traduzir no domínio do mundo. O seu movimento de 1914 estava anunciado, estava planejado, estava aparelhado com tal acumulação de explosivos, que a explosão de 4 de agosto, longamente meditada pelos seus organizadores, era inevitável (BARBOSA, 1988, p.21-22).

O jurista brasileiro chegou até a mencionar os países e regiões subjugadas pelo pangermanismo perpetrado pela Alemanha, localidades estas apontadas pelos mapas divulgados em *Le plan pangermaniste*. Aos planos alemães de dominação mundial não escapariam a citação ao Brasil, expondo a guerra como um pleito, uma concórdia onde seriam decididas "não só a manutenção das nossas instituições e liberdades, mas a nossa própria integridade territorial" (BARBOSA, 1988, p.40).

A edição em português do livro cientista político francês chegou ao Brasil no segundo semestre de 1917, quando as discussões a respeito da Primeira Guerra e da participação do país no conflito acirraram-se. Em 19 de julho de 1917, foi escrita por Auguste Baptiste Garnier, representante em Paris da livraria e editora Garnier, uma carta a Rui Barbosa:

> Tenho a honra de fazer chegar às mãos de V. Ex. o livro que acompanha a presente carta, intitulado "O plano pangermanista desmascarado", da autoria de M. André Chéradame. Desempenhando desta forma a incumbência de que fui encarregado para com V. Ex., a pedido do próprio autor, resta-me somente patentear o meu grande reconhecimento e alta admiração que tenho por V. Ex., e com a devida vênia, subscrevo-me respeitosamente (CORRESPONDÊNCIAS RUI BARBOSA).

A tradução para o português encaminhada ao senador vinha, ainda, acrescida da seguinte dedicatória, escrita por Chéradame: *A M. Le Lenoveur, Ruy Barbosa. Le Perpicace et Vaillarit defenseur de la noble caude des alliés. Hor très distingue et recoriciaisnant* (CORRESPONDÊNCIAS RUI BARBOSA).

O plano pangermanista foi publicado em terras brasileiras sob o selo da Livraria e Editora Garnier, sendo impresso na congênere de Paris. Guarda algumas diferenças importantes em relação à edição francesa. Possui prefácio escrito por Graça Aranha, representante da Liga Brasileira pelos Aliados em Paris, com o título "O Brasil e o pangermanismo" (CHÉRADAME, 1917, p.III-XLII). No texto escrito por Aranha, são enfatizadas as ameaças pangermânicas sobre o território brasileiro e o caráter predador dos alemães, além de comentados trechos de obras germânicas que preconizam a invasão da América do Sul.

Esta versão foi acrescida, ainda, do mapa de Otto Tannenberg, mencionado por Rui Barbosa em seus discursos, e de uma nota da Editora Garnier, confirmando as afirmações do autor, merecedor de crédito e justo em suas teorias. Além disso, acompanha ao final do livro uma espécie de panfleto, dirigido diretamente aos leitores, exortando-os a divulgar a mensagem contida na publicação como forma de prevenção contra os planos pangermânicos. Não foi um livro de simples curiosidade trazido pela editora Garnier ao Brasil: foi um objeto de propaganda aliadófila.

Em nenhum dos discursos de Rui Barbosa acima expostos foi feita pelo jurista e político brasileiro qualquer citação ou menção direta a André Chéradame ou ao seu livro. Segundo Ana Virginia Pinheiro, Rui não tinha o costume de citar autores ainda vivos (CATÁLOGO DA BIBLIOTECA, 2007, p.20). Não se pode precisar, também, quando foi feita a aquisição da obra do francês por Rui, tampouco quando ele a leu. No entanto, essa leitura teve certamente algum impacto no brasileiro, que pode tê-la resignificado como uma descoberta ou confirmação de pensamentos sobre o pangermanismo no Brasil anteriormente formulados[5].

A ideia da ameaça pangermânica sobre o território nacional, tão presente nas suas falas a respeito da conflagração europeia e característica de sua atuação no debate sobre o conflito, de maneira geral, refletem uma preocupação primordial do seu pensamento. Rui Barbosa, assim como os demais intelectuais brasileiros, estava empenhado em dirigir a construção do Brasil enquanto nação moderna. Pensava e agia pautado na esperança do progresso, na solidificação da nacionalidade, da cultura e do território. O pangermanismo implicava uma ameaça a todos esses elementos, símbolos da soberania nacional, de acordo com os pensamentos nacionalistas da época.

O posicionamento de Rui Barbosa nas discussões sobre a Primeira Guerra e a participação brasileira na conflagração europeia demonstra outra etapa da consolidação do Brasil como nação moderna. Herdeiro das diretrizes do Barão do Rio Branco, o senador defendeu um Brasil ativo na política internacional, participativo das questões que mobilizassem a comunidade estrangeira, defensor de posições, porta-voz da América do Sul no exterior. A Primeira Guerra era a oportunidade para isso, e Rui condenava o papel considerado por ele omisso desempenhado pelo governo brasileiro até então[6]. As ideias de neutralidade vigilante, da igualdade entre as nações, as denúncias contra o pangermanismo, demonstram a preocupação ruiana em projetar o Brasil nas relações internacionais, em lhe dar um papel de destaque. Pô-lo no mundo era uma forma de ter a legitimidade de país civilizado, de obter o reconhecimento do ingresso definitivo na modernidade. Essa era, afinal, a grande luta de Rui.

---

[5] Em sua estante, constava um livro publicado em 1922 pelo cientista político francês – *La mystification des peuples alliés* – indicando, talvez, uma apreciação dos escritos de Chéradame. Há, ainda, outros dois títulos do autor, além do acima citado, na biblioteca de Rui, *A guerra europeia e a paz alemã,* edição de 1915, e *O mundo e a guerra russo-japonesa,* edição de 1916, que possam vir a confirmar o seu gosto pelos estudos do francês.

[6] Entre agosto de 1914 e outubro de 1917, o governo brasileiro alegou a neutralidade diante do conflito. Tal postura só foi abandonada, quando, após uma série de afundamentos de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, o Brasil declarou guerra aos Impérios Centrais.

Documentação:

BARBOSA, Rui. **Deveres dos Neutros.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.

_____. **Obras completas de Rui Barbosa. A Grande Guerra.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 44, t. 1, 1988.

_____. **Obras completas de Rui Barbosa. Embaixada a Buenos Aires.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 43, t. 1, 1981.

CHÉRADAME, André. **A defesa das Américas.** Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 1941.

_____. Long accepted pangerman schemes being carried out, to wich the Austrian Emperor docilely submits. **The New York Times**, New York, 26 mai. 1918, p.3.

_____. How to destroy pangerman threat. **The New York Times**, New York, 9 dez. 1917, p.4.

_____. **Le plan pangermaniste démasqué: Le redoutable piège berlinois de la partie nulle.** Paris: Librairie Plon, 1916.

_____. Message. The New York Times, New York, 18 dez. 1918, p. 4.

_____. **O plano pangermanista desmascarado: a terrível cilada berlineza da partida nula.** Paris: Livraria Garnier, 1917.

Arquivo Histórico Fundação Casa de Rui Barbosa. **Correspondências de Rui Barbosa** (RB-RBCRUPJ/22/09/1899 a 19/07/1917; RB-RBCRUPF/03-05-1899 a 06-01-1919).

Bibliografia

CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas. Rui Barbosa: o Brasil no mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.

CHARTIER, Roger. "Texto, impressão, leituras." In: HUNT, Lynn (org) **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros. Passado, presente e futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FAUSTO, Boris. Revisão de Rui. Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 de jul. de 1999, p. 26.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, v. V, 1979.

PIRES, Homero. **Rui e os livros**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1949.

SILVA, Wilton. C. L. **Imortal e esquecido: Rui Barbosa (1849-1923), memória e biografia**. [s/d]. p.4-41.

De Natal a Gibraltar: a divisão Naval Brasileira na Primeira Guerra Mundial

Prof. Ms. Valterian Braga Mendonça(UFF)[1]

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil evidenciava fragilidade em todos os campos do poder nacional. País de dimensões continentais, de economia agro-exportadora, com insipiente base industrial e acentuado atraso técnico-científico, tinha o Brasil os grandes produtores de café com pleno domínio da política nacional. Eram grandes as mazelas de nossa sociedade, predominantemente mestiça e rural, recém-saída de um sistema secular de trabalho escravo.

Observava-se ainda a falta da necessária coesão, da unidade de pensamento e da continuidade das políticas e das ações voltadas para a defesa nacional no seio de cada força singular (Marinha e Exército). As forças armadas, mal aparelhadas, de pequeno efetivo e gozando de pouco prestígio social, não podiam ser consideradas representantes da integração de um povo, nem capacitadas para a defesa da integridade territorial e da soberania nacional.

O descontentamento dos militares não raro era expresso em sublevações. Para evitar a união dos militares insatisfeitos e o fortalecimento da classe, tida como ameaça às lideranças civis, não raro uma força singular era usada contra a outra. O Exército se equipava contra uma Marinha revoltosa e esta era destinada a conter os arroubos de um Exército revolucionário (CALÓGERAS, 1933, p.56). Rebeliões eclodiram com relativa regularidade em ambas as instituições e seus membros com frequência se envolviam em vias de fato e arruaças comprometendo a ordem pública.

O país se encontrava ainda combatendo os revoltosos na Guerra do Contestado, entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, o governo federal decretou intervenção no Estado do Mato Grosso e convivia-se com a terrível "Seca do Quinze", no sertão nordestino. Diante de cenário tão pouco alvissareiro, o Brasil pretendia contribuir com as potências aliadas européias, envoltas na Primeira Guerra Mundial, com vistas a conquistar simpatias e obter posição de destaque na política internacional. A expectativa era de que, finda a guerra, teríamos assento nos fóruns de debates para definir o novo mapa do mundo e os destinos da humanidade. A respeito das pretensões das elites dirigentes de nosso país, profetizava Dunshee de Abranches: "[...] uma vez firmada a paz na Europa, a desilusão será completa [...] para uma grande maioria dos brasileiros". (ABRANCHES, 1917, p.375)

1 Pós-Graduando em História Militar Brasileira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Mestre em Relações Internacionais
Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: mendoncavb2002@hotmail.com

A guerra chega ao Brasil

A eclosão da Primeira Guerra Mundial encontrou as forças armadas brasileiras (Exército e Marinha) em avançado estágio de despreparo, degradação e obsolescência. Ao Exército faltavam instalações, armamentos, efetivos e uniformes, além de chefes dinâmicos, ressalvadas algumas raras iniciativas. Na Marinha, era deficiente a qualificação técnico-profissional da marujada para operar o instrumental e a aparelhagem de bordo, bem como para a manutenção dos modernos e avançados meios flutuantes recém-adquiridos, que requeriam ainda ferramental e sobressalentes não disponíveis no parque industrial e nos arsenais existentes à época no Brasil. (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1920, p.23).

A Grande Guerra tomou as páginas dos jornais e tornou-se tema de debate nas altas esferas da sociedade dos grandes centros urbanos. Era a mais oportuna ocasião para estimular o estudo dos temas militares, promover sua discussão e propor soluções para os problemas que afetavam nossas instituições militares. Intelectuais e militares que ocupavam cargos influentes e exerciam funções de assessoria junto às autoridades políticas.

e do corpo diplomático se solidarizaram em torno de intenso movimento de revitalização das forças armadas nacionais (ARARIPE, 1960, p.300).

Com a Guerra na Europa em andamento, o governo brasileiro passou a sofrer pressões diplomáticas e econômicas, notadamente por parte da Inglaterra e da França, para que se posicionasse favoravelmente à causa das potências aliadas. Teria sido prudente e esperado que fossem tomadas providências para a razoável preparação e prontificação de nossas forças de defesa. Mas não foi isto o que se sucedeu. Denunciava Calógeras em seu relatório ao futuro Presidente Rodrigues Alves:

> Em entrevista não contestada, declarou o Ministro da Marinha que, 'dada a ordem de mobilização, em uma hora a Esquadra, pronta e com todos os sobressalentes precisos, poderia puxar fogos e sair barra a fora no desempenho de sua missão'. Há disso já oito meses e ela ainda permanecia, há poucos dias, em portos brasileiros, impossibilitada de se mover. (CALÓGERAS, 1933, p.59)

O programa de revitalização da Armada Nacional proposto pelo almirante Júlio de Noronha e defendido na imprensa e no plenário da Câmara pelo jornalista e deputado Laurindo Pita, em 1906, previa uma Marinha balanceada, adequada à nossa realidade, com um arsenal a apoiá-la. As alterações a este projeto, impetradas por iniciativa do ministro Alexandrino Faria de Alencar, nos legaram, a partir de 1909, uma Marinha grandiosa na aparência, mas ineficiente em essência. Dizia-se estar nossa Marinha preparada para o combate ("Rumo ao mar" era o lema propalado à época), quando a norma vigente era a da paralisia como condenação pela inatividade.

A situação do nosso Exército era também desoladora, apesar de louváveis iniciativas, como o empreendimento de renovação dos "jovens turcos" e da "missão indígena", em que jovens oficiais subalternos priorizaram a instrução e o adestramento para a formação profissional e a qualificação técnica de seus subordinados. Sobre o estado do Exército Nacional naquela ocasião dizia Calógeras: "Há trinta anos está acéfalo o Ministério da Guerra", ressalvadas as administrações de Floriano Peixoto, Mallet e Hermes da Fonseca. "Em uma fase que exige (...) trabalho orientado, uma atividade incansável, (...) e uma capacidade de organização excepcional, o horizonte alcançado mal abrange a rotina burocrática...". (CALÓGERAS, 1933, p.78)

João Pandiá Calógeras, em seu relatório, também não poupava a classe política. Acrescentava:

> O governo atual [...] assumiu a tremenda responsabilidade, em plena guerra, de preparar nosso Exército para intervir na batalha [...] Pois bem, tal compromisso faliu miseravelmente [...] De preparo profissional só se cogita em discursos vazios.... (CALÓGERAS, 1933, p.33)

Embora nos fosse estranha a guerra em questão, pois travava-se entre grandes potências imperialistas, em solo europeu, por razões exógenas aos nossos interesses, logo nos veríamos envolvidos emocionalmente no conflito, abraçando platonicamente a causa de uns ou de outros dos beligerantes com discursos acalorados. "Em declarações canglorosas, ninguém nos excedeu. Mas nunca nos lembramos de agir...", denunciava Dunshee de Abranches. (ABRANCHES, 1917, p.375)

Com a Revolução bolchevique na Rússia, este país abandonou a guerra, o que desbalanceava os combates no teatro terrestre em favor da Alemanha, que poderia agora mobilizar as tropas do front oriental para lutar contra a França, no front ocidental. Para não ver prejudicados seus altos investimentos em favor dos aliados, os Estados Unidos da América ingressam no conflito. Diante deste fato e do vislumbre de provável projeção internacional com participação ativa nos destinos políticos da humanidade (o Presidente norte-americano Woodrow Wilson idealizava a criação da Liga das Nações, precursora da Organização das Nações Unidas), o governo brasileiro, a despeito de suas precárias condições, aderiu à causa aliada e decidiu participar ativamente do conflito, em 26 de outubro de 1917.

O Brasil vai à guerra

Bloqueada comercialmente pela esquadra britânica, a Alemanha revidou com um bloqueio submarino contra o comércio aliado. A despeito do elevado número de afundamentos de navios mercantes que o desafiaram, o Brasil se negou a reconhecer a efetividade do bloqueio marítimo promovido pela Alemanha e insistiu em navegar por áreas conflagradas para manter o fluxo comercial com as potências aliadas. Vindo a sofrer quatro naufrágios, devido a

torpedeamentos atribuídos a submarinos alemães, o governo brasileiro proclamou reconhecer o estado de beligerância que o Império Alemão lhe impunha.

Para evidenciar sua contribuição ao esforço de guerra aliado, o governo brasileiro adotou as seguintes medidas: forneceu, em grandes volumes e a preços reduzidos, gêneros alimentícios e minérios; afretou à França os 30 melhores navios mercantes alemães, já recondicionados, dentre os 46 aqui apresados durante o conflito; enviou comissões de observadores para estudar a evolução da arte da guerra *in loco* e para avaliar materiais equipamentos militares a serem adquiridos pelo Brasil na Europa e nos Estados Unidos; enviou uma missão médica formada por 100 profissionais de saúde para prestar assistência ao povo francês nas cidades de Paris, Nantes, Tours e Marselha; instalou, aparelhou e operacionalizou um hospital com 500 leitos, em Paris (KROEFF, 1975, p.4-6); adquiriu aeronaves e peças de reposição, contratou instrutores de vôo e equipes de manutenção junto aos países aliados; enviou pilotos para treinamento e instrução de vôo nos Estados Unidos, na Inglaterra, França e Itália; um grupo de dez oficiais foi enviado à Inglaterra para, incorporados à Royal Air Force, efetuarem treinamentos e operações de patrulha sobre o Canal da Mancha; e enviou uma pequena frota para contribuir com a Marinha britânica no patrulhamento de trecho da costa ocidental africana entre as Ilhas de Cabo Verde, o Senegal e Gibraltar. É sobre a atuação dessa frota, a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), na Primeira Guerra Mundial, que trataremos a seguir.

As ações da DNOG

A Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), composta pelos cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, pelos contratorpedeiros *Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina*, pelo navio-auxiliar *Belmonte* e pelo rebocador *Laurindo Pita*, não estava preparada para a guerra. Navios novos, porém já obsoletos em razão do rápido e acentuado progresso científico e tecnológico da época, movidos a vapor produzido a partir de carvão importado da Inglaterra (quando já se utilizavam derivados de petróleo como combustível nas caldeiras dos navios), desprovidos dos meios para o combate antissubmarino que iria praticar, sem o necessário treinamento e sem pessoal qualificado para a eficiente operacionalização e manutenção dos meios, faziam da DNOG um monumento ao estado de decrepitude de nossa Marinha. Na avaliação do historiador Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, a despeito do notável esforço e do louvável trabalho de nossos homens do mar, a "... participação da DNOG na Primeira Guerra Mundial foi uma verdadeira catástrofe" (VINHOSA, 1989, p.170).

Os navios da DNOG deixaram o porto do Rio de Janeiro em maio de 1918, um ano após a assunção do cargo de chanceler pelo Dr. Nilo Peçanha, ocasião em que era previsível e esperada a entrada do Brasil na guerra, por suas estreitas relações com Rui Barbosa e seu posicionamento notadamente aliadófilo (GAMA, 1982, p.123). Aportando em Salvador, Recife e Natal, onde fizeram reparos de ordem diversa, nossos navios só deixaram as águas

jurisdicionais brasileiras em princípios de agosto de 1918, com destino a Gibraltar, com escalas programadas em Freetown (Serra Leoa) e Dacar (Senegal).

Na noite do dia 25 daquele mês, véspera da chegada a Dacar, com a tripulação tensa e desgastada, navegando na escuridão da noite em mar revolto, a DNOG teria sofrido um ataque de submarino alemão. Um marinheiro, "[...] que nunca avistara um submarino [...] descrevia, com perfeição, a respectiva torreta de comando". O torpedo lançado pelo suposto submarino não atingiu o alvo, passando a uns 20 metros da popa do navio-auxiliar *Belmonte*. O cruzador *Bahia*, o rebocador *Laurindo Pita* e o contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* revidaram ao ataque. "Não houve certeza de sua destruição, por não se haver constatado vestígios denunciadores. Aliás, a escuridão da noite dificultava sobremaneira essa verificação [...]". Mas como o submarino alemão não mais foi visto, credita-se ao contratorpedeiro *Rio Grande do Norte* a façanha de seu afundamento (MAIA, 1961, p.10).

Chegando a Dacar, no Senegal, a tripulação da DNOG foi acometida pela "gripe espanhola", que vitimou cerca de um quinto de seu efetivo, sendo quase um décimo de maneira fatal. Dezenas de marinheiros morreram à míngua a bordo dos navios da esquadra, fato descrito por um dos oficiais como uma "hecatombe" (MAIA, 1961, p.83). Cento e quarenta enfermos retornaram ao Brasil em dois navios mercantes italianos.

Recompletada a tripulação com pessoal vindo do Brasil, os navios da DNOG prestaram serviços de ajuda humanitária às populações caboverdianas e realizaram patrulhamento da entrada do porto de São Vicente, muito utilizado como ponto de apoio à época por navios das esquadras aliadas. A 03 de novembro a DNOG seguia sua derrota. Dois de seus navios permaneceram em Dacar, avariados; o rebocador *Laurindo Pita*, agora tido como desnecessário em razão da disponibilidade de apoio nos portos próximos, retornou ao Brasil; o navio-auxiliar *Belmonte* passou a transportar trigo para a França. Dos oito navios iniciais que compunham nossa frota, contava-se agora com apenas quatro.

No intervalo de uma semana de viagem, a DNOG protagonizou feitos inéditos: a 05 de novembro, desferiu ataque a um cardume de golfinhos (o famoso "combate das toninhas"), confundido com submarinos alemães à plena luz do dia, navegando em águas tranquilas; disparou contra um navio aliado norte-americano, pensando tratar-se de belonave inimiga; atrasou seu encontro com o navio inglês *Britania,* designado que fora para guiar a DNOG com segurança até o porto de Gibraltar. Enquanto esperava a chegada da DNOG, o *Britânia* foi torpedeado por submarino alemão e soçobrou, no dia 09 de novembro. Finalmente, a 10 de novembro de 1918 (seis meses após sua partida), a DNOG, tendo sofrido cento e cinquenta e seis mortes, reduzida à metade de sua formação original, chegou se arrastando (nas palavras de seu comandante, o Almirante Pedro Max Fernando de Frontin) a Gibraltar. No dia seguinte (11 de novembro de 1918), foi assinado o armistício que poria fim à guerra.

No pós-guerra, depois de mais de oitenta dias de reparos na base naval de Gibraltar, os navios remanescentes da DNOG fizeram política de "mostrar bandeira" em portos da

Inglaterra, França, Portugal e Itália, num trabalho diplomático de apoio aos interesses nacionais durante as negociações para os acordos de paz do Tratado de Versalhes.

Ficaram evidentes as restrições técnico-profissionais do pessoal e as deficiências de ordem material da DNOG. Toda sua travessia converteu-se num suplício. As perdas humanas sofridas caracterizam esse empreendimento como trágico. A despeito de tudo, pode-se dizer que seu desempenho, se foi abaixo do desejado, mostrou-se acima do esperado. A modesta contribuição militar brasileira na Primeira Guerra Mundial deu-se em meio a grande esforço do erário nacional, sob imenso sacrifício humano.

Considerações finais

O Brasil, no alvorecer do século XX, era ainda um país de economia agro-exportadora onde seu principal produto era o café. Sua população, na maioria mestiça, predominantemente rural, de sociedade recém-saída do secular modelo de trabalho escravo, sofria mazelas de acentuadas desigualdades.

A situação das forças armadas nacionais à época da Primeira Guerra Mundial era desanimadora: escassez de recursos, obsolescência do material, desatualização doutrinária, desorganização estrutural, comodismo. Foram exceções, no Exército, as administrações de Floriano Peixoto, de Mallet e de Hermes da Fonseca. Merecem destaque as iniciativas dos *jovens turcos* e da *missão indígena*. Na Marinha, o almirante Júlio de Noronha, apoiado pelo jornalista e deputado Laurindo Pita e pelo Barão do Rio Branco, elaborou projeto de modernização que, alterado pelo ministro Alexandrino Faria de Alencar, nos legou uma esquadra portentosa, cara e ineficiente.

Eis que o governo brasileiro, pressionado diplomática e comercialmente pela Inglaterra e pela França, decide ingressar na Primeira Grande Guerra aliando-se aos Estados Unidos em apoio às potências da Tríplice Entente. Como colaboração no esforço de guerra aliado, o Brasil forneceu gêneros de primeira necessidade, adquiriu material aeronáutico, contratou equipes de instrutores e de mecânicos de aviação dos países aliados, afretou navios mercantes à França, enviou equipes de observadores para avaliar as operações de guerra e sugerir a aquisição de material bélico dos países aliados, forneceu uma divisão naval para atuar em auxílio à Marinha britânica no noroeste da África, enviou uma missão médica militar para a França, instalou e operacionalizou um hospital para 500 leitos em Paris e enviou uma equipe de dez militares para treinamento e combate junto à Royal Air Force, na Inglaterra.

A DNOG, a despeito de suas restrições materiais e limitações em qualificação de mão de obra, prestou sua contribuição ao esforço de guerra aliado como instrumento da política externa do governo brasileiro em suas pretensões de projeção no cenário internacional. Foram quatro meses de reparos no arsenal do Rio de Janeiro. Seguiram-se três meses em viagem ao longo da costa brasileira, com paradas em portos nacionais para manutenção, adestramento e ajustes administrativos, técnicos e procedimentais.

A travessia das águas jurisdiconais brasileiras até Gibraltar, porto de destino e base de operações das marinhas aliadas no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, demandou mais três meses, desta feita em razão da gripe espanhola que atingiu sua tripulação em Dacar, uma verdadeira hecatombe que vitimou fatalmente 156 membros da tripulação da DNOG e mais quatro militares brasileiros da Missão Médica que rumava à França.

Antes da chegada a Dacar, numa noite escura em mar revolto, a DNOG revidou suposto ataque de hipotético submarino alemão. Enquanto aguardava recompletamento de pessoal para prosseguir sua missão, navios da DNOG operaram nas Ilhas de Cabo Verde em ajuda à população local e no patrulhamento do porto de São Vicente, ponto de apoio das marinhas aliadas naquela época.

Recompletada, prosseguiu a DNOG em sua derrota rumo a Gibraltar, reduzida a metade de sua composição original: dois de seus navios permaneceram em manutenção no porto de Dacar, impossibilitados de prosseguir viagem; um navio retornou ao Brasil, pois seus préstimos não se faziam mais necessários; outro foi cedido à França para transporte de gêneros.

Na travessia de Dacar para Gibraltar a DNOG protagonizou o anedótico "combate das toninhas" ao confundir um cardume de golfinhos com submarinos alemães. Confundiu também como inimigo um navio da Marinha dos Estados Unidos disparando contra ele seus canhões. Ainda em razão de panes, retardou seu encontro com o navio *Britannia*, da Marinha Inglesa, que, enquanto aguardava a esquadra brasileira, sofreu torpedeamento por submarino alemão e soçobrou com vítimas fatais.

Finda a guerra, a DNOG prestou ainda apoio à política externa brasileira em seus esforços de inserção internacional do país durante as negociações do Tratado de Versalhes. Nossos navios efetuaram a "política de mostrar bandeira", visitando portos de nações amigas. Eis, em suma, a participação ativa da divisão naval brasileira na Primeira Guerra Mundial.

Foi de um labor intenso toda a sua preparação em face das limitações de recursos, quando tudo havia a ser feito e nada se podia gastar. Toda a travessia foi um suplício em virtude das frequentes panes de seus navios. A empreitada foi trágica, pelo número de vítimas sofridas e diante das circunstâncias com que se depararam para fazer frente à gripe espanhola. Sua atuação, se abaixo do desejado, diante do que se almeja de uma Marinha de Guerra, foi acima do esperado, face ao despreparo material, à escassez de recursos e às deficiências técnicas de suas guarnições.

A despeito de tudo, a DNOG não fugiu ao seu dever. Atendeu ao chamado do governo brasileiro e se lançou ao mar durante a Primeira Guerra Mundial, em colaboração à esquadra britânica no Atlântico. Este fato histórico, relegado ao esquecimento na História do Brasil, merece ser pesquisado e estudado com maior profundidade para que seus legados e ensinamentos não sejam olvidados pelas gerações futuras.

Documentação

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.** Capital Federal: Imprensa Militar, 1920.
MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Raul Soares de Moura, Ministro de Negócios da Marinha, em Julho de 1920**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1920.
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório do Ministro das Relações Exteriores ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**. Capital Federal: Imprensa Nacional, 1919.

Bibliografia

ABRANCHES, João Dunshee de. **A ilusão brazileira** (justificativa de uma atitude). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso***:* um pouco da história do nosso Exército. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.
CALÓGERAS, João Pandiá. **Problemas de Administração**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
GAMA, Artur Oscar Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: CAPEMI, 1982.
HAYTHORNTHWAITE, Philip J. **The World War One Source Book**. London: BroockhamptonPress, 1998.
KROEFF, Mário. "Missão Médica Militar Especial em França, em 1918. Seu papel no esforço de guerra". In: MARINHA DO BRASIL. **A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975.
MAIA, Prado. **DNOG***:* uma página esquecida da história da Marinha Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1961.
MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino** (A Vida do General Malan D'Angrogne). Rio de Janeiro: BIBLEX, 1977.
VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

SESSÃO 23
A Antiguidade e suas Reinterpretações Contemporâneas

Práticas Amorosas e Mágicas no Antigo Egito (1550-1070 a.C.)

Prof.ª Especialista Thamis Malena Marciano Caria (UERJ)[1]

Discutir o campo amoroso e suas práticas parece ser algo incomum para alguns, porque para estes o amor não possui definição ou explicação, é apenas vivido e relatado como um sentimento comum e inerente ao homem. O campo amoroso pode ser definido com pluralidade de sentimentos e influências sociais, uma vez que identificado suas variações é possível abordar esse conjunto de elementos, como práticas amorosas.

Para compreender o imaginário social acerca do amor, os pesquisadores recorrerem a variados documentos, que vão desde as ações transcritas dos enamorados a iconografia, no qual é possível verificar no período histórico informações valiosas da sociedade. Tais como: desenvolvimento social, imaginário social, comunicação e organização social e cultural.

As primeiras referências sobre o objeto pesquisa, amor e práticas amorosas, podem ser encontradas na Terceira Geração dos Annales, a qual possibilitou um novo percurso no estudo Histórico, permitindo o diálogo com Antropologia, Psicologia e Arqueologia. Uma História vista de baixo para cima e desde então surgiram novos estudos buscando compreender as várias formas de relações e comunicações da qual o ser humano utiliza. Neste contexto, destacamos as contribuições dos historiadores franceses Georges Duby e Philippe Ariès ao desenvolverem a coleção sobre a História da Vida Privada, que reúne ensaios desde antiguidade até modernidade. A coleção trata de temas relativos ao casamento, a família, a sexualidade, a mulher, a infância, a morte, a doença, a cultura popular, e os imaginários (BURKE, 1997).

Atualmente no Brasil os historiadores estão dando continuidade às pesquisas referente ao campo amoroso e suas práticas em um contexto de análise social e cultural. Temos como exemplo a tese de doutorado sobre Identidades de Gênero, Amor e Casamento em Teresina (1920-1960) de Elizangela Barbosa Cardoso defendida em 2010 no PPGH da UFF, e os livros de Mary Del Priore que entre seus trabalhos podemos destacar: *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil* **e** *História do Amor no Brasil***.**

Nossa análise se concentra no conjunto literário conhecido como *poemas de amor*, que se desenvolveram no período do Reino novo em 1070 a.C. Os poemas revelam o cotidiano dos enamorados, os flertes, as aclamações destinadas à deusa do ouro (Hathor), a delicadeza e a riqueza literárias — O que nos revela a importância e o significado desse poema na época. Ao que tudo indica esses poemas foram encomendados por escribas para o consumo de uma elite e outros segmentos sociais. Podemos imaginar que tais poemas eram recitados em festas

[1] Graduada em História (FEFIS), Especialista em História Antiga e Medieval (NEA/ CHEAM/ UERJ) e Professora pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (NEHMAAT/UFF-PUCG).

ou cantados para o público e talvez utilizados nas conquistas amorosas. Apesar de não haver uma referencia clara do teatro no Egito podemos pensar que foram dramatizados em espaços públicos ou privados. Porém o interessante é refletir sobre a existência deles e questionar porque foram escritos.

Infelizmente não chegou até nós cerimônias de casamentos para que pudéssemos constatar as expressões durante o matrimônio e nem os contratos núpcias parecem utilizar tal expressão. Um dado interessante segundo Amanda Wiedemann os poemas mostram que os amantes não precisavam ser casados para passarem uma noite como marido e mulher (WIEDEMANN, 2007, p.238).

Conforme a narrativa de alguns poemas de amor, os enamorados tinham liberdade de escolha, nos revelando que o egípcio antigo desenvolveu relações de poder e um ideal comportamental para os casais apaixonados, o que compreendemos como a construção de um imaginário social expresso ou ensinado através dos poemas de amor e de uma iconografia específica.

Outro aspecto importante dos *poemas de amor* se refere à narrativa. É possível identificar, que em um grupo de poemas, os homens descrevem o seu desejo de forma amável e em algumas vezes sedutora aparentemente respeitosa com a sua amada. Já em outro grupo de poemas são as mulheres que expressam seus desejos com relação ao seu amado de forma romântica e singela.

Clara Pinto defende a idéia de que a poesia dos poemas "permitem-nos olhar para uma mulher sensível, bela, sedutora e apaixonada. Adivinhamos, igualmente, um poeta que soube transpor para os seus versos as mais belas expressões de sentimento feminino percebendo que, ao expô-las, não os envergonhava. Paralelamente, vemos crescer uma imagem masculina fascinante e que sabe beneficiar e usufruir do encantador poder do amor" (PINTO, 2003, p. 05).

Posener, por sua vez, verifica que nos *poemas de* amor "os amantes descrevem os seus sentimentos em palavras altissonantes, exprimem seu desejo e sua impaciência mediante comparações artísticas, e falam com graça de suas alegrias, esperanças e decepções. Deve-se ler esses poemas para lhes apreciar a qualidade" (POSENER, 1993, p. 249).

A singularidade dos *poemas de amor, a nosso ver,* torna-se inspiradora para quem o lê, pois os poemas são carregados de amor, ternura e simplicidade, na qual, nos seduz com a semelhança e características de um primeiro amor ou de um indivíduo que está amando profundamente, e o quarto poema do Papiro Chesther Beaty nos demonstrasse elemento:

> Meu coração palpita (forte)
> quando penso em meu amor por ti.
> Ele não me deixa ser como as outras pessoas,
> salta do peito.
> Não me deixa vestir roupa,
> cobrir-me com um manto

Não mais pinto os meus olhos
nem passo perfume em mim.
"Não esperes, vai à casa (dele)!"
diz-me meu coração cada vez que penso nele.
Ô meu coração não ajas com tolo,
por que te conduzes como um louco?
senta quieto, meu irmão vem a ti e muitos olhos te vêem!
Faze com que não se diga de mim:
"Esta mulher está caída de amor"
Sê firme quando pensas nele,
ó, meu coração, não palpites (tão forte)!
(ARAÚJO, 2000, p. 306)

Entretanto existem exemplos sedutores que também parecem apresentar boa dose de carinho e o cuidado para com sua amada:

Quando beijo e seus lábios se entreabrem,
sinto-me inebriado sem mesmo ter bebido cerveja.
Preencheu-se a ausência, Menqet[2] embelezou-se
e leva-me à cama de minha irmã.
Vem, (criado), para que eu fale:
traze linho fino para seu corpo
e **forra sua cama com linho real.**
Seu corpo é tão delicioso
como (a fragrância) que vem do bálsamo Tishepes
(ARAÚJO, 200, p.326)

De acordo com Luiz Manuel Araújo, os melhores exemplos de poesia amorosa estão contidas nos Papiro Chester Beatty e no Papiro Harris 500, cujo estilo literário, a prosódia e a escolha das palavras mostram que eles foram elaborados com deliberado cuidado (ARAÚJO, 1995, p. 114).

Ao que parece os *poemas de amor* foram copilados por escribas masculinos e talvez tenham até sido produzidos com auxílio de mulheres; podemos pensar também a tradução dos sentimentos foram baseados através da observação da vida cotidiana de seus familiares ou simplesmente de sua vida privada. Notamos também que, constam mais poemas destinados a fala feminina, o que nos leva a questionar qual era a intenção que motivou o autor ou autora a produzir poemas relacionados aos sentimentos amorosos da mulher. Talvez fosse uma forma de euforizar a figura masculina estabelecendo assim uma relação de poder no qual o homem aparentemente é privilegiado.

[2] Deusa protetora da cerveja.

O modelo de comportamento social também pode ser encontrado nos poemas de amor, sendo mais visíveis aqueles relacionados à mulher. Um bom exemplo de ideal de comportamento feminino é o primeiro poema do papiro Chester Beatty I, em que podemos observar qual era o perfil de educação dado à mulher nesta sociedade, tendo em vista que o poeta elogia o comportamento amoroso de sua amada ao andar e ao falar: "Brilha radiosa e sua pele resplandece, sedutor é o fitar de seu olhar, doce a palavra de seus lábios, seu falar é (sempre) contido (...) as pernas proclamam sua perfeição, graciosa é seu porte ao andar no chão". Neste mesmo poema podemos verificar o ideal de estética feminina: "Longo é seu pescoço, brilhantes são seus mamilos, seu cabelo é verdadeiro lápis-lazúli (pedra preciosa), mais belo que ouro são os seus braços e seus dedos como lótus a desabrocharem. De coxas duras e cintura fina".

A busca pelo belo sempre veio acompanhada pela própria história do ser humano e podemos percebê-las nos segmentos artísticos, monumentais e estéticos. Segundo a professora Alessandra Serra Viegas o belo, para os gregos antigos, era aquilo que agradava aos olhos. Por isso, na era clássica, encontramos reproduzidos no mármore e no bronze. E a influência do belo era tão forte para os gregos que, até mesmo quando queriam saudar um amigo querido, chamavam-no de *Hó Kálliste: Ó Belíssimo*[3]. *(*VIEGAS, 2008, p.13).

O visual e a beleza são artifícios de extrema importância em nosso mundo contemporâneo, tornando assim uma busca incessante pela perfeição de seus corpos nas academias, nas cirurgias estéticas, nos tratamentos cosméticos, salões de belezas e entre outros tratamentos para seguir o padrão estabelecido pela mídia.

No Egito Antigo podemos analisar o ideal de estética e beleza através da iconografia e dos textos, e os *Poemas de Amor* nos permitem imaginar como era o ideal de beleza e estética no período faraônico e que atributos eram usados na conquista amorosa. De acordo com o Historiador Pierre Montet: "(...) não faltavam produtos de beleza. (...) Havia produtos para embelezar, revitalizar e fortificar a pele, e outros para combater as manchas e as espinhas do rosto (...)" **(**MONTET, 1946, p.78). E para os mais idosos a preocupação parecia se demonstrar no "coro cabeludo" que, segundo Pierre Montet, era um objeto de cuidados incessantes, "ora para tratar de eliminar os cabelos grisalhos, evitar o embranquecimento das sobrancelhas, ora de combater a calvície, ora de fazer crescer os cabelos." (MONTET, 1946, p.78)

Deste modo, é possível identificar a sedução dos cabelos no papiro Harris 500. No terceiro poema o amado expressa o seu sentimento com relação ao cabelo de sua amada: "Meus olhos vêem no seu cabelo uma isca e fico preso na armadilha". Já no terceiro poema do Óstraco do Cairo a amada descreve a felicidade em exibir sua beleza para seu amado, retratando detalhadamente o seu penteado: "Como é bom ir ao (rio), banhar-me diante a ti./ Deixo-te (veres) minha beleza (...) com meus cabelos trançados em dobras como juncos." Para Amanda Wiendemann alguns elementos, embora menos freqüentes nos poemas, são muitos típicos do pensamento dos egípcios antigos. O ideal privilegiado do "homem silencioso" (WIEDEMANN, 2007, p. 239).

3

Mas a beleza não era o único instrumento para atrair o amado ou a amada, os encantamentos mágicos dirigidos à deusa Hathor desempenhavam forte influência na vida dos apaixonados — a magia tinha como objetivo atrair a mulher ou o homem amado. Como exemplo, citamos o fragmento de cerâmica da 20ª dinastia que se refere a uma poção de "amarração para o amor" em que o pedinte ao praticar a magia saudava os deuses e ao mesmo tempo ameaçava-os caso seu pedido não fosse atendido:

> Saúdo a ti O Ra-Harakhty, Pais dos Deuses! Saúdo a ti O "Sete Hathors" (...) Venham [façam] [fulana] filha de siclano vir atrás de mim, como um cervo atrás da grama (...) Se vocês não fizerem ela vir atrás de mim, então eu colocarei fogo em Busiris (cidade) e queimarei [Osiris].

Os antigos egípcios também invocavam as Hathors para predestinar um futuro ao recém-nascido e neste encantamento podemos inferir que o pedinte solicitava as Hathors a previsão e a concessão do seu romance. De certa forma, também podemos comparar tais práticas com as simpatias praticadas pelos devotos de Santo Antônio a fim de conquistar um bom casamento.

Também existiam magias que favoreciam as mulheres ciumentas. No papiro Ebers, por exemplo, encontramos uma vingança contra os atrativos da pretendente de seu amado: "Para fazer o cabelo da rival cair todo — ungir sua cabeça com folhas queimadas de lótus fervidas em óleo ben". Interessante notar que após 3.000 anos essas práticas ainda são utilizadas pela nossa sociedade.

O amuleto djed era usado como símbolo de estabilidade e para manter a permanência do vigor sexual, assim como o mito de Osíris, que após ter sido assassinado e esquartejado pelo seu irmão Seth, sua esposa Ísis foi capaz de encontrar o corpo e o reconstruiu. O falo foi o único membro não encontrado, mas Ísis molda um novo e consegue engravidar e dar a luz ao seu filho Hórus. O amuleto djed de Osíris dotava o homem de virilidade e proteção de forma similar ao mito.

Neste contexto é possível analisarmos que o amor desempenha um forte papel na vida do egípcio antigo, a literatura e as práticas mágicas revelam a preocupação em manter a aparência bela e jovem para impressionar seu parceiro, e, é surpreendente notar que nestes momentos, descritos nos poemas de amor, a pós-morte não foi mencionada.

Bibliografia

ANTELME, Ruth S, ROSSINI, Stéphane. **Sacred Sexuality in Ancient Egypt**. Vermont: Inner Traitions, 2001.

ARAÚJO, Emanuel. **Escrito para a eternidade**. Brasília: UnB, 2000.

ARAÙJO, Luís Manuel de. **Estudos Sobre Erotismo no Antigo Egipto**. Lisboa: Colibri, 1995.

BAKOS, Margareth Marchiori. **Fatos e Mitos do Antigo Egito**. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: **Enciclopédia EINAUDI. Vol. 1. Memória e História.** Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984. p 296-331.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Deuses, Múmias e Ziguratts**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CHAVES, Jacqueline Cavalcanti**.** Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da belle époque. **Análise social**; Vol. XLI (180), 2006.

_____. **Sete Olhares sobre a Antiguidade.** Brasília: Editora UNB, 1994.

HARIS, J. R. (org.) **O Legado do Egito**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

KEMP, Barry J. **El Antiguo Egypto: Anatomía de una Cilvilisación**. Barcelona: Crítica, 1992.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature. Volume II: The New Kingdom**. Los Angeles: University of California Press, 1976.

LIVERANI, Mario. **El Antiguo Oriente: Historia, Sociedad y Economia**. Barcelona: Crítica, 1995.

MANNICHE, Lise. **A Vida Sexual no Antigo Egito.** tradução de Arno Vogel.- Rio de Janeiro: Imago Editora,1990.

MONTET, Pierre. **O Egito no Tempo de Ramsés**. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

NOBLECOURT, Christiane. **A mulher no tempo dos Faraós**. São Paulo: Papirus, 1994.

ROBINS, Gay. **The Art of Ancient Egypt**. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press 1997.

_____. **Women In Ancient Egypt**. Cambridge (Massachusetts): Harvard University. Press, 1993.

GRALHA, Julio. **Deuses, Faraós e o Poder**. Rio de Janeiro: Barroso, 2002.

GRIMMAL, Nicolas. **Historia del Antiguo Egipto**. Madrid: Akal, 1996.

PINCH, Geraldine. **Magic in Ancient Egypt**. Austin: Universidade do Texas, 1994.

PINTO, Clara da Conceição Melão**. A Mulher e o Amor no Antigo Egito**. Lisboa: Tese, Nova Lisboa, 2003.

SHORTER, M. A. e Alan W. **Os Deuses Egípcios**. São Paulo: Cultrix ,1993.

SHAFER, Byron. **As Religiões no Egito Antigo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

STEARNS, Peter N. **História da Sexualidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

TRAUNECKER, Claude. **Os deuses do Egito**. Trad. de Emanuel Araujo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

El-Qhamid e TOLEDANO, Joseph. **Erotismo e sexualidade no Antigo Egito**. Barcelona: Folio, 2007.

VIEGAS, Alessandra Serra. **A Importância do Corpo na Sociedade Grega: na vida e na morte**. NEARCO, 2008, p.13. Disponível em: http://www.nea.uerj.br/nearco /arquivos/ numero1/completa.pdf

WILKINSON, Richard H. **Symbol & Magic in Egyptian Art**. London: Thames & Hudson, 1994.

WWIDEMANN, Amanda. **Gênero e Mulher no Antigo Egito**. Niterói: UFF - Tese de doutorado, 2007.

SESSÃO 24
Índios, Escravos e Jesuítas na Colônia

Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século XVIII

Prof. Mestrando Marcelo Inácio de Oliveira Alves (UFRRJ)[1]

É importante ressaltar as transformações pelas quais passa a Guanabara no século XVIII. "Ao longo do Setecentos, o Rio de Janeiro transformou-se na principal praça mercantil do Atlântico Sul e da América portuguesa. Por exemplo, o Rio de Janeiro, na década de 1790, era o principal porto do tráfico internacional de escravos nas Américas." (FRAGOSO, 2010, p. 74) Logo, "não seria absurdo pensar que o porto carioca tenha absorvido no mínimo 50% do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII." (FLORENTINO, 1997, p. 46).

Daí cabe a pergunta: será que os plantéis de São Gonçalo eram constituídos e mantidos somente via tráfico atlântico de cativos? Se não era apenas via tráfico, a reprodução de escravos seria dentro das unidades produtivas, ou seja, "esses senhores [...] apesar de poderem repor seus cativos via Atlântico, tinham parte expressiva de seus plantéis formada por famílias escravas." (FRAGOSO, 2003, p. 19)

No total de 1.742 rebentos, 554 (30%) tinham o pai registrado. Incluindo, há 212 mães casadas ou socialmente reconhecidas como "mulher de", ou seja, 38% dos relacionamentos entre esses cativos eram dentro do casamento. Um número razoável de famílias escravas, portanto, vigia na freguesia. Pois a concessão senhorial para a formação das famílias escravas surge como uma barganha mútua e desigual entre escravos e senhores para o governo dos cativos (FRAGOSO, 2003, p. 19). Em outras palavras, a permissão da formação da família era um das práticas senhoriais em São Gonçalo, como postulado pelos jesuítas na teoria cristã do governo dos escravos (BENCI, 1977, p.102).

O próprio ato do batismo revela a preocupação dos senhores com os sacramentos. Em 72 anos (de 1722 a 1794), 1.868 escravos foram levados à pia batismal. E podemos deduzir que em São Gonçalo setecentista "qualquer" senhor poderia batizar seu escravo, pois, segundo Pizarro, "as ofertas por batizados são voluntárias; e raras vezes se dão 640, e uma vela, sendo por livres: e sendo por cativos, não excedem a 320, e uma vela. As ofertas por casamentos de cativos, são ordinariamente uma galinha, ou 320Rs." (PIZARRO *apud* GALDAMES, 2007. p. 530) Voluntariamente ou ao preço de uma galinha: o batismo era real para o "bolso" de qualquer senhor.

[1] Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR-UFRRJ). E-mail: marcelo.ufrrj@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Roberto Guedes.

A religiosidade não era uma questão de retórica, estamos tratando de uma sociedade de Antigo Regime cujo temor a Deus era latente, como fica claro na maioria dos testamentos de senhores (as) de São Gonçalo. Foi o caso de um deles realizado em 7 de fevereiro de 1733.

> Eu Joseph Duarte Lisboa [...] *Temendo-me da morte e desejando por mim alma no Caminho da Salvação* por não saber o que Deus nosso senhor de mim quer fazer e quando será servido levar-me para si, faço esse meu testamento na forma seguinte – Primeiramente encomendo minha alma a Santíssima Trindade que a criou [...] peço, rogo a gloriosa virgem Maria nossa Senhora madre de Deus e a todos os santos e sua corte celestial principalmente ao anjo de minha guarda e ao santo do meu nome e aos mais santos a quem tenho devoção queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Cristo agora e quando minha alma do meu corpo sair porque como verdadeiro cristão protesto de viver e morrer na santa Fe católica e crer o que tem e crê a santa madre igreja romana em [...] *Fe espero salvar* minha [alma]. (grifo nosso) (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

O individuo, "temendo a morte", preocupa-se primeiramente em "encomendar a alma", para depois tratar dos bens materiais. E não só a dele, mas a dos próximos. Maria de Oliveira da Cunha, uma senhora moradora de São Gonçalo, pedia missas em seu testamento pela irmã, pais e marido já falecidos.

> Declaro que se digam cinco missas pela alma de minha irmã Ursula da Cunha com a esmola costumada – Item – Declaro que se diga meia capela de missas pela alma de meu marido Antonio de Caldas com a esmola costumada – Item – Declaro que se digam dez missas pelas almas de meus pais com a esmola costumada. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

E tais pedidos de missas, apesar de recorrentes, não eram gratuitos, ou seja, era relativamente dispendioso rogar missas, mas, mesmo assim, não se poupava para salvar a alma. Por isso, essa mesma senhora, pedia que "no dia de [seu] falecimento se dirão por minha alma dez missas de corpo presente podendo ser no mesmo dia." (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735) Pedir missas de corpo presente, e também para *outrem*, não era bagatela em São Gonçalo.

> Havendo Ofício de Corpo presente, pela assistência á ela, Missa Cantada, e encomendação, tem 12$800 além de duas velas de libra pelo Ofício, e encomendação, a cera da banqueta, e Altares laterais. Sendo o Ofício fóra da Igreja Matriz, tem mais alguma coisa pelo caminho. Por Missa de Corpo

> presente, 640; e quotidiana, 320. Por encomendação de qualquér pessoa liberta adulta, ou inocente, dentro da Igreja, tem 1$600, e uma vela: por dtª no Cemiterio, 960. (PIZARRO *apud* GALDAMES, 2007, p. 530)

Como dito acima, se os senhores preocupam-se com os sacramentos, aliando conversão/dominação dos escravos (batismo e casamentos), os cativos também não seriam esquecidos nos testamentos. Por isso, Maria de Oliveira da Cunha, pede "missas pelas almas de meus escravos" em seu testamento. Além da alma, essa senhora de São Gonçalo, por exemplo, preocupou-se com a vida de uns mulatinhos após sua morte, os quais criou como filhos.

> Declaro que instituo por meus universais herdeiros de todos os meus bens uns mulatinhos que sempre os criei como meus filhos, Jeronimo, Joao e Maria, filhos de uma negra crioula forra por nome Phelipa e por achar em minha consciência que lhes devo fazer assim por cetros particulares que os não possa descobrir debaixo de minha consciência == + assim peço a dita mãe dos ditos mulatinhos que por minha morte venha assistir com os ditos seus filhos para ter cuidado deles até tomarem estado, principalmente a filha por ser já mulher, por eu não ter herdeiros forçados. [...] Declaro que deixo a mulatinha Maria atrás declarada o valor de uma moleca que se lhe dará quando casar setenta mil reis para a compra da dita moleca [...] como também se lhe dará toda a roupa de meu uso. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

Esta senhora atenta para a vida desses mulatos, assim como à liberdade de escravos de outros senhores: "declaro que o Reverendo Gaspar de Barros liberte um mulatinho por nome Francisco, filho de Páscoa, escrava do dito Padre, e a tempo do meu falecimento esteja já liberto e [...] pela sua alforria lhe darão cinquenta mil reis de esmola." (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

Interessante é que essa senhora possui parentes, quer dizer ela prefere se dispor com os mulatinhos e nem tanto com suas sobrinhas, para as quais

> Declaro que deixo a minha sobrinha Maria filha de João de Brito e Maria da Cunha dez mil reis quando casar [...] depois do meu falecimento mando que se lhe dêem para seu vestuário, vivendo honradamente == Item == declaro que deixo a minha sobrinha Ignacia Gomes Castro mil e oitocentos reis para seu vestuário sendo que viva honradamente. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

Resumindo, a senhora deixa como herdeiros universais alguns mulatinhos filhos de uma forra, prestando mais atenção monetária aos mulatos, de sua casa e de fora, preterindo suas sobrinhas.

Outro senhor – cujo nome é incógnito por faltar a última página do testamento – demonstra a mesma preocupação com seus escravos. Sem herdeiros, assumiu os filhos tidos com uma forra, ex-escrava de outro senhor, e lhes instituiu como herdeiros universais.

> Declaro que sou solteiro e nunca fui casado e tendo três filhos a saber Baltazar, José e Ana; os quais tive uma mulher preta forra por nome Francisca Pereira, escrava que foi de Pedro Barbosa, cujos filhos naturais instituo por meus herdeiros universais de todos os meus bens que se acharem por meu falecimento por estes me sucederem como homem. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

Ao referir-se aos demais escravos, sua prática, geralmente, é prometer alforria e razoáveis quantias após alguns anos de serviço a seus filhos.

> Declaro mais que possuo um escravo meu por nome Lourenço, de nação Cabo Verde, qual é meu afilhado o qual deixo a obrigação de que sirva a meu filho dois anos, tendo princípio dia do meu falecimento por diante; e acabados eles o dei por forra liberto e meus testamenteiros lhe passem liberdades e vá tratar de sua vida. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

No tocante à uma escrava de sua preferência, Maria Mina, vai além. Promete alforriar seu filho, Zacarias, se o pai nomeado, Felix de Oliveira Costa, assumisse a paternidade. Mas, também, ganharia liberdade se apresentar outro pai, que, se fosse escravo, também o alforriaria. Se não fosse dessa maneira, ainda teria a terceira chance de receber a prometida liberdade:

> e mais dando duzentas oitavas de ouro meus testamenteiros lhes passem carta de alforria e não havendo que os forre em tal caso deixo ao mulatinho Zacarias, filho da dita negra forra, com obrigação de assistir com os meus filhos, e estes o sustentarão até ter idade suficiente para poder governar-se meus testamenteiros o porão a um ofício o que ele se intimar e, estando capaz de poder governar-se, se lhe dara um vestido e cem mil reis em dinheiro para [...] poder tratar de sua vida o quando a mais por nome Maria, nação mina, esta dando cem oitavas de ouro por [...] meus testamenteiros lhe passaram carta de alforria. (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735)

Se em nenhuma das formas acima bastarem para o mulatinho e sua mãe alcançarem a liberdade, como último esforço o senhor os deixava sobre a proteção dos filhos, os quais teriam que dar ofício, vestido e cem mil reis em dinheiro ao mulatinho.

Não podemos generalizar, mas através desses estudos de caso percebemos que, além de o aspecto religioso sobressair-se aos demais, há toda uma preocupação cristã em conceder a alforria. Diria mais, os senhores se preocupavam com o futuro de seus escravos, tidos como filhos, ou preferidos. No mínimo, há a promessa de liberdade após alguns anos de serviços prestados, até quantias maiores do que as direcionadas a parentes legítimos. Talvez, a relação senhor/escravo, como dissemos, fosse além da violência e a submissão nem sempre significava opressão, mas "negociações entre senhores e a hierarquia social existente nas senzalas. Um dos produtos de tal negociação era a legitimidade dada pelos cativos ao mando social e político aos seus senhores; outro produto era a alforria." (FRAGOSO, 2010, p. 85). Assim, estabelecem-se códigos de poder senhorial.

É lógico que nem todos os escravos vão aparecer nos testamentos de seus senhores ganhando alforria ou recursos. Mas existe outra forma de o senhor, em vida, oferecer alianças e proteção ao seu cativo, além de corroborar com os aspectos religiosos: através do apadrinhamento. O mesmo senhor citado acima declarou "que tendo em meu poder dois moleques um por nome Ignácio e outro por nome Domingos, os quais pertencem a meus filhos. Inácio a Baltazar; e o Domingos a José os quais muleques [...] por lhes haverem dado lhes os padrinhos e assim lhes tocao fora da herança por meu falecimento." (Arquivo da Arquidiocese de Niterói. Livro de Testamentos da Freguesia de São Gonçalo 1733-1735) Esses moleques já foram devidamente agraciados com proteção através de padrinhos, podendo, por isso, estarem excluídos do testamento.

Eis a importância desse ritual religioso que implica relações sociais. Ter padrinhos era possuir a possibilidade de construir uma teia de proteção em uma sociedade insegura, na qual os escravos "como fracos, vierem por si mesmos a pedir [...] ao senhor [...] padrinhos que os acompanhem". (ANTONIL, 1982, p. 90) Em outras palavras, querer padrinho era um ato pelo qual o mais humilde pedia benesses ao seu protetor temporal, o qual inserirá o batizado na sociedade, para que se aglutine à uma proteção espiritual. É uma negociação que se estabelece quando o senhor não só permite, mas concede tal proteção ao subalterno em situação suplicante e mais frágil.

Além de geradora de proteção para os cativos, essas alianças advindas do apadrinhamento eram importantes para construir a legitimidade dos senhores perante os subalternos:

> Seguia-se uma velha tradição, já presente nos batismos de São Gonçalo de meados do século XVII: a de membros da nobreza da terra, inclusive fidalgos da casa do rei, serem compadres de algumas e poucas famílias escravas. Tal parentesco entre diferentes estamentos sociais contribuía para produzir

> uma hierarquia nas senzalas e com isto viabilizar o governo dos engenhos. (FRAGOSO, 2010, p. 79)

Nesse sentido, os 1.868 ex-pagãos em São Gonçalo no século XVIII tiveram 1.832 padrinhos e 1.619 madrinhas**,** sendo 636 (35%) padrinhos e 811 (50%) madrinhas escravos – supostamente com aprovação senhorial. Isso mostra a importância dessas alianças sociais e religiosas dentro da escravaria. Entre os egressos do cativeiro também, pois cerca de 80 padrinhos (4,36%) e 110 (6%) madrinhas eram forros.

Tabela 1 – Número de padrinhos e madrinhas escravos e forros em São Gonçalo (1722-1794)

Total de padrinhos	Padrinhos escravos	%	Padrinhos forros	%	Total de madrinhas	Madrinhas escravas	%	Madrinhas forras	%
1.832	636	35	80	4,36	1.619	811	50	110	6

Quando enxergamos um grande número de padrinhos e madrinhas escravos, isto não significa que a questão da proteção vai por água a baixo. O apadrinhamento entre escravos era deveras importante, já que ultrapassava as porteiras da fazenda senhorial e, igualmente, construindo o poder dos senhores.

> Os batismos sugerem [...] a existência de redes de sociabilidade de escravos que ultrapassavam os engenhos. [...] Uma mesma família escrava era capaz de manter, simultaneamente, compadrios com cativos de distintos engenhos. [...] A estabilidade da família aparece associada a elos de compadrios entre senzalas de engenhos diversos. Evidentemente, [...] insinuam redes de sociabilidades escravas que atravessavam a freguesia. Estas teias podiam ser ou não entre cativos de senhores aparentados. (FRAGOSO, 2003, p. 19)

Esse último dado salientado por Fragoso merece ser mais explorado, principalmente para o nosso tema. O fato de a teia ser, ou não, entre cativos de senhores aparentados demonstra algumas práticas dos senhores implícitas nos apadrinhamentos. Pode ser que o fato de muitos padrinhos e madrinhas serem cativos indique, além de laços entre escravos, a legitimidade, o *status* e o poder de seus senhores.

Para chegar próximo a uma resposta, ressaltamos que na "busca pela obtenção e manutenção da posição de mando dentro da sociedade, a elite, inevitavelmente, deveria adquirir legitimidade social. Nesse ponto, as negociações com a escravaria exerciam uma função primeira." (MATHIAS KELMER, 2008, p. 91). A constituição do ser senhor não é previa. E as estratégias desenvolvidas para tal não se remetem apenas aos estratos superiores, pelo contrário,

a negociação com os subalternos fez-se urgente desde a conquista, e "destes entendimentos dependia a própria existência físicas daqueles fidalgos [...] da mesma medida o grau de sintonia das relações senhores-escravos contribuía decisivamente para a plasticidade da estratificação social nos trópicos." Para tanto, basta lembrar os conflitos bélicos intra-senhores nos quais se recorria aos escravos armados. Na mesma medida, "as malhas parentais, fictícias ou não, dos cativos com escravos de outros donos [...] produziam a sua sociabilidade, entretanto podia aparecer como um canal de comunicação de um dado fidalgo tropical com tais segmentos sociais." Em outras palavras, eis "a possibilidade de os cativos surgirem como espécies de agentes políticos para seu senhor" na medida em que apadrinhavam escravos de outro senhor. Com tal estratégia, ambos (senhores e padrinhos escravos) legitimam-se perante outros cativos. (FRAGOSO *apud* MATHIAS KELMER, 2005, p. 92)

No caso de São Gonçalo setecentista, percebemos tal estratégia. O doutor desembargador Roberto Car Ribeiro, mesmo com importantes alianças parentais até para fora da capitania, não abriu mão de tal prática: dos 10 escravos que levou á Pia batismal, 8 padrinhos e 10 madrinhas eram cativos. O Visconde de Asseca tinha mais de 100 escravos em sua fazenda, dos quais muitos possuíam padrinhos cativos. Dos 36 batizados, têm-se como padrinhos 11 escravos, um pardo forro e um *índio forro*; entre as madrinhas, há 14 escravas e uma *índia*. Como se vê, é larga a rede de sociabilidade desse senhor. Ou seja, mesmo abastados e bem inseridos na sociedade, eles expandiam seu poder, também, através do apadrinhamento de seus escravos.

Esta situação salta à vista também quando percebemos a recíproca legitimidade entre senhores com postos semelhantes, notadamente militares. O Alferes Francisco Cordeiro Carvalho possui um escravo e uma escrava, os quais apadrinharam os cativos do também militar Tenente Bento Leite Andrade. Por sua vez, este senhor possui 3 escravos e 5 escravas apadrinhando os cativos do Alferes Francisco Cordeiro Carvalho em 13 batismos.

Isso mostra que essa prática de apadrinhamento recíproco de escravarias para legitimar-se é forte e estava presente entre os grandes senhores, os possuidores de postos e títulos. Há 1.832 rebentos com padrinhos, dos quais 636 são escravos, e 27% (170) dos seus senhores ou senhoras têm algum titulo de dona, militar ou eclesiástico. Em contrapartida, apenas 7,7% de padrinhos livres tinham títulos (vide a tabela 6).

Tabela 2 – Número de padrinhos escravos e seus senhores com títulos, e os padrinhos livres com títulos em São Gonçalo (1722-1794)

Total de padrinhos	Padrinhos escravos	%	Senhores dos padrinhos possuidores de títulos (militar, eclesiástico, régio ou dona)	%	Padrinhos livres	%	Padrinhos livres com títulos (militar, eclesiástico ou régio)	%
1.832	636	35	170	27	1.196	65	92	7,7

Com base nas madrinhas, observa-se o mesmo: dos 1.619 ex-pagãos que possuíam madrinhas, 807 (50%) eram escravas, e 245 (30%) senhores dessas madrinhas tinham algum titulo. E apenas 58 madrinhas livres (7%) possuíam títulos.

Tabela 3 – Número de madrinhas escravas e seus senhores com títulos, e as madrinhas livres com títulos em São Gonçalo (1722-1794)

Total de madrinhas	Madrinhas escravas	%	Senhores das madrinhas possuidores de títulos (militar, eclesiástico, régio ou dona)	%	Madrinhas livres	%	Madrinhas livres com títulos (dona)	%
1.619	807	50	245	30	811	50	58	7

Daí pode-se extrair algumas conclusões e corroborar com o aspecto religioso e social assinalado acima. O apadrinhamento intra-encravos era, de fato, uma prática senhorial em São Gonçalo do século XVIII, visando a legitimação desses senhores. Mas não de quaisquer senhores, e sim apenas dos possuíam determinado poder na sociedade, estabelecido por seus postos, títulos e número expressivo de escravos. Há 181 senhores que fazem alianças por apadrinhamento escravo e 696 que não fazem. Uma diferença considerável. Dos que fazem alianças, há a presença de 71% de médios/grande senhores[2] dos quais 29% possuem algum tipo de título/posto.

Tabela 4 – Senhores (e seus títulos) que fazem alianças através do apadrinhamento escravo em São Gonçalo (1722-1794)

Senhores que fazem alianças através do apadrinhamento escravo	%	Médios/grande senhores	%	Senhores possuidores de títulos (militar, eclesiástico, régio ou dona)	%
181	20,6	128	71	52	29

E na tabela 9, dos 696 senhores que não fazem alianças, apenas 18% são médios/grande senhores, dos quais 17% são possuidores de títulos.

[2] Consideraremos um médio/grande senhor aquele que possui mais de 6 escravos.

Tabela 5 – Senhores (e seus títulos) que não fazem alianças através do apadrinhamento escravo em São Gonçalo (1722-1794)

Senhores que *não* fazem alianças através do apadrinhamento escravo	%	Médios/grande senhores	%	Senhores possuidores de títulos (militar, eclesiástico ou dona)	%
696	79,4	125	18	119	17

Podemos concluir, então, como já indicado, que as relações de apadrinhamento através dos escravos era um prática predominante entre os grandes senhores, e como eles eram minoria, entendemos porque 181 faziam as alianças e 696 não faziam.

O critério para estabelecer essa hierarquia entre os senhores é variado, um deles é a quantidade de escravos, pois:

> a posse de numerosa escravaria foi fundamental na definição de um indivíduo como elite e/ou poderoso não só porque a quantidade de escravos, juntamente com a posse de terras, ajudava na definição do lugar social, mas também porque a posse destes mesmos escravos era essencial para dinamizar e por em prática um mecanismo essencial de afirmação desta elite/poderosos: a prestação de serviços à Coroa. Para além disso, possuir muitos escravos e utilizá-los como braço armado em prestação de serviços a Coroa era essencial também porque indicava a legitimidade e o poder de mando destes indivíduos. (COSTA, 2008 p. 63)

Em São Gonçalo setecentista, do total de 877 senhores, 693 (79%) eram possuidores de 1 a 5 escravos. 107 (12,2%) senhores possuíam de 6 a 10 escravos. De 11 a 15 possuidores de escravos, há 33 (3,7%) senhores. 23 senhores (2,6%) possuem de 16 a 20 escravos. E, finalmente, nesse alto escalão de mais de 20 escravos, há apenas 21 senhores (2,4%).

Dos mais de 870 senhores analisados em São Gonçalo no século XVIII, 173 (19,7%) tinham títulos e 704 (80,2%) não os tinham. Nesse ranking, dentre os dez senhores com mais escravos há um visconde, 3 capitães, 2 tenentes, um padre e um doutor. Isto demonstra que realmente os postos eram importantes para diferenciar os senhores, já que foram assinalados em registros de batismos, documentos a época que, teoricamente, não se direcionam a isso.

Tabela 6 – Quantidade de senhores com títulos/postos e seus escravos em São Gonçalo (1722-1794)

Postos	Número de senhores com títulos/postos	Quantidade de escravos pelos ocupantes dos postos	%	Média
Ajudante	2	10	0,79	5
Alcaide-Mor	1	4	0,31	4
Alferes	18	201	15,9	11,16
Capitão	34	309	24,4	9,08
Capitão-Mor	3	41	3,20	13,66
Cônego	1	3	0,23	3
Coronel	3	13	1,02	4,33
Desembargador	1	34	2,68	34
Dona	75	305	24,1	4,06
Frei	1	3	0,23	3
Furriel	1	5	0,39	5
Mestre de Campo	1	36	2,84	36
Juiz do Fisco	1	3	0,23	3
Padre	16	115	9,09	7,18
Sargento-Mor	4	13	1,02	3,25
Tenente	10	157	12,4	15,7
Vigário	1	12	0,94	12
Total	**173** (19,7% do total de senhores)	**1.264** (35,6% do total de escravos)	**100,0**	**173,0**

Tais práticas podem ser entendidas como códigos compartilhados pelos senhores setecentistas, dentro de suas estratégias para serem reconhecidos como tal em São Gonçalo do século XVIII, desde um Visconde, com quase 100 escravos, até forros com um escravo. Logo, dentre os códigos e práticas senhoriais em São Gonçalo – percebidas a partir de fontes eclesiásticas – alguns advinham da conjugação conversão/dominação. Se, de um lado, era, para o escravo, um privilégio casar-se, apadrinhar e ser apadrinhado, barganhando melhores condições de existência e proteção, de outro, os senhores exerciam sua dominação a partir de códigos e práticas que se confundem com obrigações senhoriais cristãs, justamente para manter seus cativos como cristãos obedientes integrantes de sua *casa*, com menos risco de desgoverno e de perda da fidelidade.

Documentação

Arquivo da Arquidiocese de Niterói. **Livros de Registro de batismo de escravos, 1722-1794.**
Arquivo da Arquidiocese de Niterói. **Livro de Testamentos Freguesia de São Gonçalo, 1733-1735.**

Bibliografia

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BENCI, J. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos** (livro brasileiro de 1700). Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M. M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, A. P. "Leais Vassalos e seu Braço Armado": uma analise das interações entre potentados locais e seus escravos. Vila Rica, 1711-1750. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 10 n. 1 e 2, Jan.-Dez., 2008.

FLORENTINO, M. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, J. A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. **Tempo**, Niterói, v. 8, n.15. 2003.

_____. Efigênia angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

GALDAMES, Francisco. **Entre a Cruz e a Coroa: a trajetória de Mons. Pizarro (1753-1830**). Niterói: UFF. Dissertação. 2007. p. 527.

LARA, Silvia. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. **Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATHIAS KELMER, C. "O Braço Armado do Senhor: recursos e orientações valorativas nas relações sociais escravistas em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII". In. PAIVA. E & IVO, I (orgs.). **Escravidão, mestiçagem e história comparada**. São Paulo: Annablume, 2008.

PIZARRO de Araujo, José de Souza Azevedo *(Monsenhor Pizarro)*. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1820. Tomo III. p. 18 e 19. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Conflito entre os Colonos da Capitania de São Vicente e a Companhia de Jesus, no Período de 1611 a 1640

Miguel Luciano Bispo dos Santos (UGF)[1]

Introdução

A questão da escravidão indígena foi um dos pontos de maior tensão durante o período colonial no Brasil e envolveu os diferentes setores dessa nascente sociedade: os moradores, os jesuítas, os funcionários régios na Colônia, a Coroa, e, obviamente, os próprios indígenas.

Em São Paulo colonial, essa questão da escravidão indígena foi mais intensa e conflituosa, pois a base da agricultura comercial estava ligada a mão-de-obra escrava indígena, assim como sua sociedade e cultura. "A especificidade do planalto paulista residiu na instalação de um sistema produtivo que, para ser realizado, demandou uma luta política e jurídica para garantir estruturas legais mínimas que fundamentassem o regime compulsório do trabalho." (FREITAS, 2006, p.1)

Em suma, a expulsão dos jesuítas foi provocada pela forte oposição que esses padres faziam à escravização dos índios. Essa oposição foi acirrada pelo Breve de Urbano VIII, de 22 de abril de 1639, que proibia o cativeiro dos índios. Embora essa abordagem simplificadora dos fatos permitisse delimitar este conflito em termos de interesses bem definidos entre as partes, a situação real manifestou maior complexidade, explicando, outrossim, algumas das contradições que passaram a povoar a política indigenista dos portugueses no Brasil. Realmente, ao passo que os colonos não se mostravam unívocos a favor da escravidão como forma singular do trabalho indígena, nem todos os jesuítas se opunham ao cativeiro. "Afinal de contas, todos – excluindo os índios, é claro – concordavam que a dominação nua e crua proporcionaria a única maneira de garantir, de uma vez por todas, o controle social e a exploração econômica dos indígenas." (MONTEIRO, 1995, p.40-41)

No entanto, os jesuítas se opunham a sua escravização indiscriminada, como pretendiam os colonos. Tanto jesuítas como colonos utilizavam a mão-de-obra do índio. "Para os jesuítas o índio deveria ser catequizado para ser civilizado, para os colonos a escravidão era um meio de incorporar o índio à civilização e à catequese; escravizava-se para catequizar". (PINHEIRO, 2007, p. 43)

Enfim, para os jesuítas, a escravidão deveria ter um caráter religioso e não econômico. E, como os colonos pretendiam escravizar os índios tendo em vista exclusivamente o próprio interesse, tal atitude foi interpretada pelos jesuítas como expressão da cobiça, valor esse profundamente condenado pela Igreja medieval.

[1] Aluno de Graduação do Curso de História na Universidade Gama Filho e Bolsista de Iniciação Científica-UGF/CNPq. Email para contato: miguellucianobispo@hotmail.com

A importância do trabalho indígena na colonização de Capitania de São Vicente

Mas antes entrar nas causas do conflito entre colonos e os padres inacianos, irei apresentar uma breve contextualização da fundação da Companhia de Jesus, assim como sua chegada na América portuguesa, e principalmente a importância mão-de-obra indígena para a colonização da Capitania de São Vicente (que em 1681 tornou-se Capitania de São Paulo).

Os jesuítas eram sacerdotes pertencentes à Companhia de Jesus ou Ordem Jesuíta, fundada na Europa por Inácio de Loyola, em 1534. Entre os objetivos dos jesuítas estava a divulgação da religião católica pelo mundo. Surgida no movimento da Contra-Reforma, a companhia foi à ordem que mais expressou o espírito combativo e propagador do cristianismo, renovado a partir do Concílio de Trento. "Fiel ao papa e aos dogmas atacados pelo protestantismo, os jesuítas se inspiravam nos Exercícios Espirituais de Santo Ignácio. A ordem procurava fazer de seus sacerdotes uma espécie de 'soldados do catolicismo" (FREITAS, 2006, p. 46).

A primeira leva de jesuítas chegou ao Brasil em 1549, junto com a comitiva do primeiro governador geral, Tomé de Sousa. Sob a direção de Manuel da Nóbrega, primeiro Provincial, iniciaram os projetos de conversão dos índios e fundaram os colégios, da Bahia, em 1553 e o de São Paulo, em 1554. Definiram, assim, os propósitos da empresa: a evangelização e a educação Desde os primeiros tempos, os jesuítas dedicaram-se a catequização dos indígenas e, nesse trabalho, combatiam os costumes e as tradições indígenas que se chocavam com o cristianismo, como a antropofagia, a poligamia, a nudez, a crença nos rituais dos pajés etc.

A história do surgimento da Capitania de São Vicente está amplamente ligada à dois personagens: João Ramalho e Martim Afonso de Sousa. Em 1513, o português João Ramalho (genro do cacique Tibiriçá), fundou no planalto paulista a vila de Santo André da Borda do Campo; começando a conquista e desbravamento dessa área. Em 22 de janeiro de 1532, como o claro objetivo de estabelecer núcleos de povoamento, Martin de Afonso fundou a primeira vila do Brasil, a vila de São Vicente. Ele também fundou outros povoados, como o Santo André da Borda do Campo e Santo Amaro. "A efetiva ocupação desse espaço da Capitania se dará com a chegada dos jesuítas e a fundação da vila de São Paulo de Piratininga em 1554, que irá englobar a vila de Santo André da Borda do Campo." (HOLANDA, 1961, p. 274).

Embora Martim Afonso de Sousa em 1532, quando fundou a vila de São Vicente (a primeira vila do Brasil), tenha lançado as bases da lavoura canavieira em São Paulo, a produção de açúcar na região não se desenvolveu. Em conseqüência, Capitania paulista ficou relegada à uma posição inferior dentro do comércio colonial. Não podendo competir na produção de açúcar com as capitanias do nordeste, São Paulo isolou-se no comércio ultramarino durante a segunda metade do século XVI, mas internamente sobreviveu graças ao trabalho escravo indígena em suas terras.

Na procura por trabalhadores indígenas, os colonos buscavam suprir-se, inicialmente, de duas maneiras: através do escambo ou da compra de cativos. Entretanto, nenhuma das duas estratégias mostrou-se eficiente, devido, sobretudo, à recusa dos índios em colaborar à altura

das expectativas portuguesas. Segundo historiador John Monteiro foi desse momento que surgi o trabalho compulsório na América portuguesa.

> Como conseqüência, os colonizadores voltaram-se cada vez mais para a opção do trabalho forçado na tentativa de construir uma base para a economia e sociedade colonial. Nesse sentido, podem-se situar as origens da escravidão no Brasil – tanto indígena quanto africana – nesta fase inicial das relações luso-indígenas. (MONTEIRO, 1995, p.18)

Em relação às legislações indígenas, a coroa portuguesa sempre assegurou a liberdade indígena durante todo o período colonial. A escravização dos indígenas somente era legal quando os nativos eram capturados em guerra justa.

A primeira legislação indigenista sobre guerra justa foi trazida juntamente com o Regimento de Tomé de Sousa, em 1549. No regimento, o rei delegava o poder de decretar a guerra justa para o Governador Geral. Os índios considerados aliados (os aldeados e convertidos) tinham a sua liberdade legalmente assegurada, e aqueles, considerados inimigos (hostis à ação colonizadora) eram passíveis de escravização legal. No entanto, o conceito de liberdade estava incluso a cristianização e a transformação do índio em força produtiva para a empresa colonial. "A obrigatoriedade da prestação de serviço não violava seu estado de liberdade, uma vez que o trabalho era, em tese, remunerado, e, como todo e qualquer vassalo, o índio tinha obrigações para com o reino de Portugal." (FREITAS, 2006, p. 171)

Com o estabelecimento de aldeamentos, os jesuítas ofereceram um contraponto à dizimação deliberada praticada pela maioria dos colonos, os jesuítas buscaram controlar e preservar os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo. Os jesuítas admitiam o trabalho do gentio como forma de civilizá-lo e integrá-lo à sociedade. Aceitavam que os índios trabalhassem para os brancos, desde que esses pagassem "salários" aos índios (pago geralmente em forma de pano para vestimenta) e que fosse por período determinado.

Os colonos, a princípio, apoiaram o projeto jesuítico dos aldeamentos, que lhes garantia mão-de-obra abundante e barata por meio da contratação do serviço dos índios aldeados. Todavia, a experiência dos aldeamentos logo se mostrou problemática. Para os colonos o controle excessivo dos padres sobre os índios acarretava a dificuldade de dispor satisfatoriamente da força de trabalho. Em 1611-12 os principais da terra através da Câmara da Municipal se opuseram abertamente contras a administração dos padres jesuítas sobres os índios aldeados. Veja-se o início da exposição da questão que, de acordo com o documento, se inicia em 1611:

> Aos 15 dias do mez de Agosto do Anno de 1611 nesta Villa de S. Paulo na Caza do Conselho della a requerimento de Dom Jorge de Barros Fajardo Procurador do Conselho... estando junto a maior parte do povo,

> e moradores, e homens da Governança da Terra... dizendo: ...Que se não largasse o Dominio dos Padres mais do que somente doutrinarem-nos como Sua Magestade manda, e quando os ditos Padres os não quizerem doutrinar desta maneira que elles officiaes fizessem requerimento ao vigario desta Villa para pôr cobro nisso, o que se podia fazer facilmente(...). (PIZA, 1898, p.59)

No ano seguinte, em 1612, as criticas dos colonos paulistas ficaram mais contundentes, revoltados com o obstáculo jesuítico, um grupo significativo de colonos emitia perante a Câmara, uma dura crítica aos aldeamentos, alegando que estes impediam o acesso à mão-de-obra do aldeamento.

> (...) que sendo as Aldêas desta Capitania sempre sujeitas aos Capitães e Justiça desta dicta Capitania agora se introduzia pelo dito Gentio hum rumor dizendo: Que não conheciam senão os padres por seus superiores, e os ditos padres dizendo publicamente: Que as ditas Aldeãs eram suas, porque eram Senhores no temporal e espiritual, e que só o Papa era a sua cabeça (...). (PIZA, 1898, p.60-61)

Nesse sentido, notamos que a partir de 1611 a Câmara da Municipal da vila de São Paulo iniciou sua participação ativa na questão do trabalho indígena, representando os interesses políticos e econômicos dos paulistas. A partir de então, a relação de padres e colonos passou a ser marcada por conflitos crescentes.

Em reação a essa dificuldade de acesso a mão-de-obra dos índios aldeados, os paulistas organizaram as bandeiras ou entrada particulares com o objetivo de capturar índios aculturados para trabalharem em suas terras. Desde o final da década de 1620, os bandeirantes paulistas passaram atacar as reduções jesuíticas do sul e sudoeste de São Paulo, primeiramente as do Guairá, entre 1628 e 1631, e, depois, Tape, Patos e Uruguai ainda nessa década. Esses ataques as missões jesuíticas não pode ser interpretado como uma retaliação dos paulistas aos padres da ordem inacianas, mas sim pelo interesse nos índios aldeados nessas reduções, que já estavam mais familiarizado com a cultura européia (católico, comunicando-se em português, agricultor e acostumado com trabalho domestico).

Em decorrência a esses ataques nas missões, os jesuítas espanhóis resolveram solicitar assistência a Madrid e Roma. Os jesuítas espanhóis conduziram uma campanha contra os paulistas, propagando a imagem destes como um perigoso bando de desordeiros e foras-da-lei. Os jesuítas não voltaram para América portuguesa de mãos vazias, eles conseguiram do papa Urbano VIII a publicação, no Brasil (1639), de uma antiga bula de Paulo III, escrita em 1537, que afirmava a liberdade dos índios e excomungava aqueles que os cativassem e vendessem. A Coroa, certamente distraída por força dos iminentes conflitos que se iriam desencadear em torno da Restauração de 1640, respondeu de forma apenas sucinta aos apelos dos jesuítas. O

Vaticano, por sua vez, foi mais decisivo, pressionando os colonos com a publicação do breve em 3 de dezembro de 1639.

A expulsão dos jesuítas da Capitania de São Vicente

O Breve Commissum Nobis, de 22 de abril de 1639 do Papa Urbano VIII, "sobre a Liberdade dos Índios da América".

> (...) O Ministério do officio do supremo Apostolado a Nos comettido pelo Senhor, pede que parecedendonos estar a nosso cargo a salvação de todos, não somente com os Fiéis, mas também para com aquelles que ainda estão fora do grêmio da Igreja nas trevas da pagam superstição, mostremos effeitos de nossa paternal caridade e procuremos quanto podemos em o Senhor, tirarlhes aquellas cousas que de qualquer modo lhes podem servir de obstáculo quando são trazidos ao conhecimento da Fé e verdade christam. (...) que daqui por diante não ouzem ou presumão cativar os sobredittos índios, vendellos, compralos, trocalos, dalos, apartalos de suas molheres e filhos, privalos de seus bens, e fazenda, levalos e mandalos para outros lugares, privalos de qualquer modo de liberdade, rethelos na servidão e dar a quem isto fizer, conselho, ajuda, favor e obra com qualquer pretexto e color ou pregar, ou ensinar, que seja isso licito ou cooperar no sobreditto declarando que quaisquer contradittores e rebeldes e que no sobreditto vos não obedecerem, incorrerão na sobredita excomunhão, e também impedindo por outras censuras e penas ecclesiasticas e outros opportunos remédios de Direito e feito sem appelação, aggravando ainda por muitas vezes as ditas censuras e penas com legítimos processos que sobre isso se faça invocada também para isso sendo necessário ajuda do braço secular: porque Nós vos damos para isso plenária, ampla e livre faculdade de poder. (1639, Apud COMMISSUM NOBIS; LEITE, 1963, p. 624)

Em meados de 1640, os jesuítas passaram a divulgar o conteúdo do breve, a publicação da bula papal na Colônia gerou fortes protestos, ao declarar livre o "gentio" da América e condenar à excomunhão todo aquele que o cativasse, a bula papal gerou revoltas e motins contra os padres da Companhia de Jesus em São Paulo, Santos, São Vicente e Rio de Janeiro.

Para esses colonos a situação apresentava-se sob a forma de um duplo problema: em primeiro lugar, a proibição de se cativar o índio, os senhores de escravos índios perderiam a sua única fonte de mão-de-obra disponível e a sua principal mercadoria, o escravo indígena. Quem iria substituí-lo no trabalho? Em segundo lugar, estar excluído da sociedade era extremamente grave. "Além de serem excluídos do convívio social e eclesiástico (o excomungado não pertencia mais à sociedade cristã, não poderia receber os sacramentos, o que, na teoria, o condenaria à 'danação' e ao 'fogo eterno' no 'Inferno')" (PINHEIRO, 2007, p. 65)

Os representantes das Câmaras Municipais de São Paulo reuniram-se para discutir o assunto e, sob forte pressão dos principais moradores da vila de São Paulo, em 2 de julho de 1640, Câmara intimou o reitor dos jesuítas, padre Nicolau Botelho, a que ele e os religiosos de sua ordem se recolhessem ao colégio do Rio de Janeiro, dando-lhes seis dias de prazo para o cumprimento dessa determinação.

> (...) Aos dous dias do mês de julho do dito ano na caza do conselho (...) eu escrivão da câmara a requerimento do povo e camera toda junta a dita notificasão ao reverendo reitor nicollaho botelho que dentro em seis dias despejassem esta villa e se recolhessem ao collegio do rio de janeiro para seguransa de suas vidas onrras e fazendas contra os allevantamtos do gentio de que não vivem seguros como a esperiensia ten mostrado (...). (Actas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1915, p. 25-26)

No dia 10 de julho de 1640 a Câmara Municipal de São Paulo deu o último aviso aos padres inacianos, que estes deviam sair da Capitania de São Vicente em três dias em direção ao colégio do Rio de Janeiro, e que tudo se daria em segurança e sem maiores tumultos se os padres não excomungassem os moradores da Capitania. Nesta mesma notificação os representantes da Câmara alegavam que estavam somente defendendo suas fazendas, honras e vidas.

> Aos des dias do mês de julho do anno de mil e seis sentos e quartenta anos nesta villa de são paullo por mandando dos oferiais da camera desta Villa de São Paulo (...) mandarão notificar ao reverendo padre antonio ferrera da companhia de jesus por nao esta o Reitor ficou elle es seus lugar a notificação que lhe foi feita a segunda que a dita notificação são três dias que o povo tinha feito a suas reverensias para que despejasen esta vila e capitania não fazer sem violensia prostestavão de não encorrer na excomunhão si quis suadente diablo nen em outras alguas sensuras porque os não lansavão fora persuadição do demônio ou oidio ou maquerema ne vingansa mais que somente por defenderem suas fazendas e onrras e vidas e de suas molheres e filhos como tudo provarião largamente ante juis competente a coal faz da vida e onra doutra maneira não podião defender (...) requeremos aos reverendos prezesen en ordem as suas coizas e se recolhesen ao collegio do rio de janeiro desocupando esta Villa e capitania pêra o que lhe daremos toda ajuda e favor dentro do dito termo (...). (Actas da Câmara da Cidade de São Paulo, 1915, p. 31-32)

No dia 13 de julho de 1640 os padres Companhia da Ordem de Jesus foram expulsos da capitania de são Vicente, tendo o confisco de suas propriedades e a transferência da administração dos aldeamentos para o poder público. A expulsão dos jesuítas da vila de São Paulo marcou a

vitória simbólica do uso e costume da terra sobre a proteção legal da liberdade indígena. Depois da expulsão, a Companhia de Jesus só retornou a São Paulo em 1653, sob severas condições de não interferir em assunto dos índios. Desse momento em diante o poder político dos inacianos na Vila ficou irreversivelmente diminuído.

Conclusão

Como vimos, nos primeiros tempos da ocupação e colonização de São Paulo jesuítas e moradores conjugaram suas ações, porém, a partir do momento em que a expansão agrícola levou à concorrência pela mão-de-obra, o resultado foi à ruptura. Nesse sentido, a origem do conflito estava centrada na administração da mão-de-obra indígena, e as leis que regulavam o cativeiro indígena oscilavam entre a liberdade e a escravidão do índio, favorecendo ora os jesuítas, ora os moradores da colônia.

No entanto, os jesuítas representavam muito mais que apenas um obstáculo à mão-de-obra dos aldeados para os paulistas, para estes o aspecto mais grave era o fato de que os padres também configuravam uma força considerável na economia paulista enquanto produtores e proprietários, aproveitando e mesmo aforando terrenos indígenas para o beneficio do Colégio, controlando as melhores terras produtivas e propriedades urbanas, muitas vezes adquiridas através de doações da Coroa.

Apesar dos esforços da Coroa em garantir o monopólio dos jesuítas sobre o acesso à mão-de-obra indígena, foi através da Câmara Municipal que os colonos conseguiram driblar as medidas legislativas da coroa portuguesa. Além da Câmara Municipal, que representava os interesses políticos e econômicos dos principais da terra, as ordens religiosas que permaneceram em São Paulo – sobretudo os franciscanos – também explicitaram os motivos que justiçavam a expulsão dos inacianos.

> Assim, em 1649, em meio a um acirrado litígio entre os franciscanos e os jesuítas, a justiça colonial recebeu uma relação de oito "causas" da expulsão, detalhada pelos próprios colonos: 1) Os jesuítas estavam ficando ricos e poderosos demais; 2) os jesuítas forçaram os herdeiros de Afonso Sardinha, Gonçalo Pires e Francisco de Proença a fazer enormes concessões, provavelmente em terras e índios; 3) Arrancaram terras dos lavradores pobres através de litígios; 4) perseguiram, também por meio de justiça, Antonio Raposo Tavares e Paulo do Amaral, provavelmente por causa das atividades sertanistas destes; 5) ganhavam todas as suas causas das litigiosas em decorrência de sua enorme base material; 6) que se servem dos índios melhor que os moradores em suas searas, engenhos, moinhos, e até os carregam nas costas.. 7) que se aproveitam das terras e datas dos índios trocando-as e vendendo-as; trazendo nelas seus gados; 8) os índios por eles doutrinados mostraram-se rebeldes e sediciosos em Cabo Frio, Espírito Santo, Rio de Janeiro e, sobretudo, Pernambuco. (MONTEIRO, 1995, p.146)

Vale ressaltar que este processo de expulsão dos padres jesuítas em pleno século XVII foi um fato bastante relevante para época, pois não podemos confundir nossa concepção de Estado Moderno neste período analisado, ou seja, de uma divisão dos poderes temporais e religiosos nas decisões políticas, ainda mais que o Estado era ligado a Igreja através do sistema de patronato. Para um cristão do século XVII, ser excomungado era ser colocado para fora da sociedade uma vez que, até então, as relações sociais encontravam correspondência nos ritos e costumes sagrados da Igreja Católica.

Enfim, o breve do Papa Urbano VIII, Commissum Nobis, de 22 de abril de 1639, sobre a "Liberdade dos Índios da América" só foi estopim do confronto direto entre colonos e jesuítas e não a única causa deste longo conflito. Para os colonos paulistas, os jesuítas eram um empecilho moral, religioso e, principalmente, econômico. Não havia como chegar à uma posição intermediária. Para os paulistas, o futuro econômico da capitania dependia da expulsão dos padres. (PINHEIRO, 2007, p. 82)

Documentação

- Actas da Câmara da Cidade de São Paulo de 1640-1652, Vol. 5, Typographia Piratininga, 1915. O documento está disponibilizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Endereço: AV. Augusto Severo No 8º, 9º/12º andar – Glória – Rio de Janeiro.

- Breve do Papa Urbano VIII, Comimissum Nobis, de 22 de abril de 1639, sobre a Liberdade dos Índios da América, In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil – tomo VI**, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943, p.624.

Bibliografia

FREITAS, Ludmila Gomide. **A Câmara Municipal da Vila de São Paulo e a escravidão indígena no séc. XVII (1629-1696).** Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**, Vol. I. São Paulo: Difel, 1961.

LEITE, Pe. Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, Volumes IV e VI.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflito entre Jesuítas e Colonos na América Portuguesa (1640-1700)**. Campinas: Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2007.

PIZA, Antonio de Toledo. "Expulsão dos jesuítas e causas que tiveram para ella os paulista desde o anno de 1611 até o de 1640, em que os lançaram para fora de toda a capitania de S. Paulo e S. Vicente". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo**. São Paulo: Typographia de El Diario Español. Vol. III, 1898.

TAUNAY**,** Affonso de E**. História das Bandeiras Paulistas**. Tomo I. Edições Melhoramentos. 1951.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Era. 1994.

SESSÃO 25
História da Morte na Colônia

A Morte Indígena como Objeto de Estudo: Refletindo sobre o Cotidiano do Morrer nos Aldeamentos Coloniais do Rio de Janeiro

Ana Carolina Santoian Ferreira (UNIRIO)[1]

Introdução

Costuma-se afirmar que a morte é uma de nossas únicas certezas: uma vez que nascemos, estamos fadados a morrer. No entanto, esse é um dado estritamente biológico, expresso através de um quadro abrangente, que diz respeito a todos os seres vivos. Podemos dizer, todavia, que a partir desse momento – da morte biológica – cada povo ou cultura guarda em si sua própria *certeza*. Em outras palavras, um imaginário da morte.

A partir disso, surge todo um entorno de ritos, práticas funerárias, mágicas, religiosas ou cívicas que constituem – como denominou Michel Vovelle – a "morte vivida". Porém, como sustenta o autor, a sensibilidade à morte não é estática, e está imbricada em um "discurso coletivo sobre a morte", que é em grande parte, inconsciente e deve ser entendido através do fio histórico que se constitui. (VOVELLE, 1991, p.131-133).

É, então, a concepção escatológica e o imaginário sobre o além, presente nas sociedades, que acaba por orientar suas atitudes perante a morte. Nesse contexto, inserem-se os ritos fúnebres, que podem ser interpretado como ritos de passagem. Segundo Cláudia Rodrigues "[...] para o homem religioso, a passagem da vida à existência *post-mortem* nunca é instantânea, é um trajeto, um percurso de provas e incertezas, cujo término se dá ao fim da celebração dos rituais funerários." Assim, "a morte é identificada como a passagem de uma forma de vida social a uma outra, de modo que ela não é o fim da existência mas o começo de uma nova vida." (RODRIGUES, 1997, p.149).

Este artigo é, pois, dedicado a um *encontro* de imaginários e crenças distintas. Para tanto, devemos largar mão da falsa rigidez que muitas vezes atribuímos às culturas, e pensá-la em seu prisma dinâmico, considerando sua historicidade[2]. A palavra "encontro", aqui utilizada, insere flexibilidade às estruturas que possam parecer rigorosas, evidenciando a singularidade do processo. Levaremos em conta também, como sublinhou Vovelle, a "real criatividade do imaginário, que inventa novos objetos, novos suportes e novas imagens", (VOVELLE, 1991, p.118). Para a reflexão de tais aspectos cambiantes, nosso objeto é bastante propício: a morte e o morrer indígena nos aldeamentos coloniais, em especial, no Rio de Janeiro do século XVIII.

[1] Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Bolsista de Iniciação Científica pelo projeto "As Reformas Pombalinas e a prática testamentária no Rio de Janeiro colonial." Sob orientação da Prof.ª Dr.ª Cláudia Rodrigues e apoio financeiro do DPq/UNIRIO. Email: carolina.santoian@gmail.com

[2] Seguimos aqui, as postulações de Sidney W. Mintz: "[...] cultura é um produto histórico, e historicamente mais bem entendido." (MINTZ, 2009, p.234).

Nesse sentido, apresentarei as bases da minha pesquisa, que ainda se encontra em estágio inicial. Busca-se com ela investigar os ritos fúnebres de tais índios aldeados, bem como suas concepções de morte e além-túmulo geradas a partir do convívio entre indígenas e europeus, no contexto colonial. Pergunto-me então, como morrem tais índios, como estes interpretam a fé católica e suas concepções de morte, buscando ser sensível às possíveis ressignificações resultantes desse contato, entendido aqui como dialético.

Os índios e o processo colonial

Bons conhecedores do território e em número superiores aos portugueses que aqui aportavam, os índios foram essenciais para o projeto colonial, sobretudo nos primeiros séculos de conquista. No entanto, por muito tempo, estas funções primordiais que desempenharam na colônia foram interpretadas como resultado de uma imposição do europeu, estabelecidas por meio de uma relação unilateral e coerciva.

Assim, cria-se a imagem, *grosso modo*, do índio sempre subjulgado às imposições do colonizador, vítima de um sistema que somente o explora. As populações nativas, por esse viés, convertem-se em uma metáfora para a morte. As epidemias e as guerras relacionadas ao processo de conquista e colonização ajudam a compor esse quadro, cuja expressão dramática torna-se traço característico.

Porém, novos estudos – privilegiando as singularidades, especificidades e vivências na colônia – começam a demonstrar que as populações nativas não foram vítimas passivas, mas sim agentes ativos deste processo. Essa perspectiva não desconsidera as doenças e a violência provenientes do contato, mas entende que, apesar de tais males, os índios "encontraram possibilidades de sobrevivência e souberam aproveitá-las" (ALMEIDA, 2010, p.23). Desta forma:

> A ideia de que os grupos indígenas e suas culturas, longe de estarem congelados, transformam-se através da dinâmica de suas relações sociais, [...] permite repensar a trajetória de inúmeros povos que por muito tempo foram considerados misturados e extintos. (ALMEIDA, 2010, p.23).

Soma-se a essa interpretação a noção de que esse era um contexto sem precedentes. Era a descoberta do *Novo* Mundo, de novas culturas, de novos espaços, que exigia a todo o momento formulações e reformulações, que somente na prática poderiam ser pensadas. Adone Agnolin sublinha que "a prática desse espaço (a "descoberta") começava a se tornar um ato culturalmente criador, na medida em que sua descrição ganhava [...] um poder distributivo e uma força performativa" (AGNOLIN, 2005, p.55). Em síntese, este universo que gradativamente se constituía – o colonial – exigiu esforços de sentido adaptativo, não somente para os índios, mas também para o europeu. O momento do encontro era diferente para ambos agentes. Seus

frutos, portanto, não eram provenientes de uma estrutura pré-estabelecida, mas sim, de uma negociação.

Laura de Mello e Souza, em *O diabo e a Terra de Santa Cruz* afirma que "Apesar de específico – colonial –, o Novo Mundo deveria muito aos elementos do imaginário europeu, sob cujo signo se constituiu" (SOUZA, 2009, p.35). Esta autora sustenta que, embora a América tenha sido vista por alguns como o Paraíso, predominava-se a imagem do Inferno na Colônia, cujo próprio nome "Brasil" que culminou em detrimento de "Santa Cruz", evidenciava (SOUZA, 2009, p.94).

Portanto, "O Brasil, colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental" (SOUZA, 2009, p.45). Por esse viés pautado na demonologia, os índios – aos olhos dos europeus – estariam subjugados ao Demônio e imersos em pecados[3]. Deveriam assim, ser salvos. Justificar-se-ia, então, a missão colonial, cujos aspectos religiosos, políticos e econômicos viam-se imbricados, já que a Igreja e Império português caminharam juntos nesse momento. Era necessário, pois, ensinar-lhes a doutrina cristã, e dar-lhes sentido de pertencimento à Colônia. Tal encargo ficaria por conta dos jesuítas, através da criação de aldeamentos, proposta por Manoel da Nóbrega.

No entanto, se o intuito do missionário era salvar as almas dos nativos... Como os índios entendiam esse processo? Como vimos, até mesmo a assimilação da Colônia a imagens ora do Paraíso, ora do Inferno, deixam entrever a difundida e sempre presente escatologia católica no imaginário europeu. Diante disso, nos perguntamos aqui: de que forma – levando-se em consideração a criativa capacidade do imaginário de se reinventar – os indígenas – que também possuíam suas crenças específicas – compreenderam tal concepção cristã do *post-mortem*? E de que forma isso se manifestou nos ritos fúnebres? Não obstante, é Mello e Souza que nos introduz a essa questão: "Ser híbrido, multifacetado, moderno, não poderia se relacionar com o sobrenatural senão de forma sincrética." (SOUZA, 2009, p.117).

Para um "cotidiano do morrer" nos aldeamentos coloniais

Com base nas novas diretrizes que impulsionam os estudos sobre o Brasil colonial, cuja singularidade e vivência tornam-se questões de destaque, a ideia de um "cotidiano do morrer", no âmbito dos aldeamentos coloniais, torna-se possível e, mais do que isso: um interessante prisma para se pensar esse momento específico.

As aldeias coloniais, que reuniam vários índios *descidos*[4], proporcionaram o convívio entre índios e jesuítas[5]. Nesse espaço, os índios aproximavam-se do catolicismo – religião oficial do Império Português – e dos costumes dos europeus, para assim, serem inseridos na sociedade colonial.

[3] A antropofagia, a nudez e a cauinagem são exemplos de algumas práticas indígenas abomináveis aos olhos dos europeus, que as viam como influência do demônio.

[4] Índios retirados de suas aldeias de origem para estabelecerem-se próximo aos portugueses.

[5] Estes detiveram o controle temporal e espiritual dos aldeamentos até serem expulsos por Pombal, em 1759.

No entanto, para pensar a morte e o morrer indígena nesses espaços, devemos ter em mente que "as aldeias coloniais foram um espaço indígena, onde os índios encontram possibilidades de adaptar-se à Colônia, recriando suas tradições e identidades" (ALMEIDA, 2003, p.90). Os aldeamentos eram, portanto, um espaço específico, propício para *metamorfoses indígenas*, como sublinhou magistralmente Maria Regina Celestino de Almeida (ALMEIDA, 2003).

A mesma autora chama a atenção para a vivência religiosa nas aldeias, pois, "apesar das fugas e insubordinações, os índios parecem ter abraçado as novas práticas, dedicando-se especialmente às festas religiosas, procissões e aos cuidados com as igrejas", assim, aponta para a necessidade de "refletir sobre os significados que os rituais tinham para os índios, provavelmente bem diversos daqueles entendidos pelos padres." (ALMEIDA, 2010, p.95). Para tanto, acredito que os ritos fúnebres destes índios aldeados possam ser valiosos para entender a dinâmica das relações sociais entre jesuítas e ameríndios.

É necessário destacar que não cabe aqui a tentativa de apreender elementos escatológicos originalmente indígenas ou marcadamente europeus, pois isso seria demasiado simplista e acabaria por reduzir nossa interpretação; cairíamos assim, incorrendo no mito de origem ao qual falava Marc Bloch (BLOCH, 2001). Se o encontro estabelecido nos aldeamentos coloniais possuía caráter dialético, e não se tratava de uma simples aculturação, nossa visão deve estar atenta às particularidades deste contato, já que "a nova representação do sagrado assim produzida não era nem a teologia cristã nem a crença tupi, mas uma terceira esfera simbólica, uma espécie de mitologia paralela que só a situação colonial tornara possível." (BOSI, 1992, p.31). Nesse sentido, Cristina Pompa propõe a ideia de tradução, que não somente se restringia ao plano linguístico, mas também ao social:

> Nunca houve, do lado indígena, a aceitação passiva e a absorção indiscriminada da fé imposta pelos missionários, e tampouco houve um fenômeno de 'resistência' entendida como negação total da catequese e afirmação de seus costumes tradicionais, ou 'volta' a eles. O que houve foi um processo de negociação ou, para dizer melhor, de 'tradução'. (POMPA, 2001, p.90).

O estudo da morte indígena aqui proposto trabalhará, portanto, através desta perspectiva de "tradução" delineada por Pompa. Se o imaginário acerca do Além-túmulo era sempre presente e detentor de peso nas sociedades de cultura cristãs – às quais pertenciam os colonizadores – este também seria de suma importância para as tentativas de conversão que se estabeleciam nos aldeamentos coloniais. Segundo Glória Kok, "a pedagogia jesuítica gravitava em torno da ideia de morte", sendo esta objeto de mediação (KOK, 2001, p.98). Segundo a autora, os índios, no limiar da morte, estariam propensos à absorção de novas esferas simbólicas, entretanto, os

resultados nem sempre eram os esperados pelos jesuítas, colocando mais uma vez a ideia de "terceira esfera simbólica" no que diz respeito às crenças na colônia[6].

Por isso, para entender melhor como essa mentalidade se desenhava nos aldeamentos, precisamos ir a fundo e investigar seus costumes e práticas, na tentativa de perceber de que maneira lidavam com a morte. Neste âmbito, inserem-se os ritos fúnebres, cuja importância tratamos no início deste artigo. Portanto, buscaremos investigar, através da documentação, aspectos tanto da "morte vivida" quanto do "discurso sobre a morte", postos por Vovelle.

Para dar conta desta proposta, atentar-nos-emos para a escolha das fontes. Conjugando a análise de visitas pastorais e relatos de viajantes, que nos permitem pensar estes dois níveis da morte sublinhados pelo autor, somam-se os registros paroquiais de óbitos que se tornam documentos primordiais para esta pesquisa. A ideia do "cotidiano do morrer", presente em nossa proposta, carrega em si todo o momento expresso na "morte vivida", em que se inserem "toda a rede de gestos e ritos que acompanham o percurso da última enfermidade até a agonia, ao túmulo e ao outro mundo" sem esquecer que "no interior deste invólucro, se exprime uma sensibilidade à morte que está longe de ser monolítica ou imutável".

Devido à ausência de registros civis nesta época, os registros paroquiais – batismo, casamento e óbito – obtiveram, além do caráter religioso, a função de legitimar a pertença do indivíduo à sociedade. Os registros de óbito desta espécie cobriam toda a população, sem distinção, com pouco número de sub-registros. O único pré-requisito era ser batizado na fé católica. (MARCILIO, 1983, p. 66). Por isso, tornam-se fontes mais próximas à realidade – poderíamos dizer "não conformistas"– e que deixam transparecer não somente os dados básicos do moribundo (como nome, estado matrimonial, e data do falecimento), mas também informações a respeito de ritos e cortejos fúnebres, bem como local de sepultura, sacramentos e mortalha. Os dados, porém, variavam de acordo com o pároco que o redigia.

As diversas possibilidades de interpretações e análises que os registros paroquiais de óbitos oferecem, de caráter quantitativo e qualitativo tornam estes documentos fontes por excelência para o entendimento do cotidiano do morrer indígena, permitindo "o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado." (MARCÍLIO, 2004, p.17).

Tentarei mostrar, nas próximas páginas, as bases de minha pesquisa, que segue dando seus primeiros passos. Esta segue os pressupostos já esboçados e se concentra nos aldeamentos de São Barnabé e São Lourenço, englobando todo o século XVIII, cujo trabalho se dá primordialmente com a utilização de registros paroquiais de óbitos.

---

[6] Para esta autora: "[...] no processo da catequização, a Companhia de Jesus atuou no sentido de implantar um novo modelo de além, que abrangia do centro da terra aos espaços celestes, ao qual, ao reorganizar os mortos entrava numa outra topografia, alterou o circuito dos vivos com os mortos e vice-versa. [...] Diversos atores indígenas vislumbraram imagens do céu, inferno e purgatório, que longe de estarem adequadas ao modelo cristão, configuraram-se como fragmentos dispersos e desviantes" (KOK, 2008, p.13).

Um estudo de caso: os aldeamentos de São Barnabé e São Lourenço

Os aldeamentos de São Lourenço e São Barnabé se constituíram como os principais do Rio de Janeiro, fundados no século XVI, cuja existência atravessa praticamente todo o período colonial. (ALMEIDA, 2003, p.87).

O primeiro fora resultado de uma sesmaria concedida ao índio Araribóia – ou Martin Afonso de Souza, seu nome de batismo –, e aos mais índios aliados dos portugueses na Guerra de Conquista do Rio de Janeiro[7], em 16 de março de 1568, como forma de recompensa aos serviços prestados à El-Rei de Portugal. Esta sesmaria atendia às demandas imediatas de tais índios, abrigando os primeiros *descidos* do sertão. No entanto, com a intensificação dos *descimentos* criou-se a necessidade de se obter mais terras para dar conta destes novos índios que chegavam (ABREU, 2010, p.171). É neste contexto, que é criada a aldeia de São Barnabé, segundo aldeamento do Rio de Janeiro, que abrigou amigos e parentes dos principais índios de São Lourenço.

Detenho-me, porém, no século XVIII. A escolha do período se deve, primeiramente, à carência de fontes para períodos anteriores. Soma-se a isso, a mudança que estas aldeias sofreram nos anos setecentistas: em meados do século XVIII, Pombal estabelece uma série de leis e regulamentos, como o Diretório dos Índios, que mudariam as estruturas destes aldeamentos, transformando-os em freguesias e vilas, e a expulsão dos jesuítas, em 1759. Destarte, pretendo analisar de que modo essas transformações foram sentidas nestes aldeamentos na perspectiva da morte já que os livros de registros paroquiais de óbito com os quais trabalho – AP1186, Aldeia de São Barnabé (1690 – 1767), e Livro 1 de óbitos da Aldeia de São Lourenço (1776 – 1864)[8], cobrem um período anterior e posterior à implementação de tais mudanças impostas pela administração pombalina (1750-1777), o que me permitirá verificar possíveis alterações no cotidiano do morrer destes aldeamentos.

A pesquisa trabalha com o período da longa duração, que envolve todo o século. Tal metodologia é exposta nos estudo de Philippe Ariès e Michel Vovelle, por entenderem que as mudanças nas concepções de morte e além-túmulo são lentas, exigindo do estudioso extrema sensibilidade para percebê-las. Para Ariès, "a atitude perante a morte pode parecer quase imóvel através de períodos de tempos muito longos" e, no entanto, "a dificuldade para o historiador está em ser sensível às modificações" (ARIÈS, 1988, p.19). Vovelle, apesar de priorizar o papel das transformações, também aponta para a nossa "necessidade de lidar com os silêncios, e de surpreender por meio da confissão indireta o que não foi formulado, nem sequer sentido claramente" (VOVELLE, 1991, p.114).

Como afirmamos, os registros paroquiais de óbitos trazem importantes informações para o historiador da morte. No primeiro momento, me detenho na transcrição dos dados relativos aos óbitos do livro de São Barnabé, que posteriormente serão organizados em um

[7] A guerra de conquista foi travada entre tamoios, aliados aos franceses – que ocupavam a Guanabara - contra temiminós e tupiniquins, aliados aos portugueses, que queriam tomar a região.

[8] Disponível em: https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-13870-24045-93?cc=1719212&wc=MMLJ-122:n1088689135

banco de dados (ACCESS), para uma análise em termos quantitativos e qualitativos. Porém, mesmo em fase inicial do processo investigativo, deparei-me com alguns casos significativos, que já nos permitem refletir sobre a morte e o morrer neste aldeamento.

Exemplo curioso é do índio Pedro de Verona, que segundo nos informa seu óbito: "Morreu com todos os sacramentos e mostras finais de arrependimento. Deste índio se conta que se desafiava publicamente ao sarampo fazendo mofa dos que deles padeciam. Foi o primeiro dos adultos que dele morreu.".[9] Esta passagem é emblemática, pois evidencia a assertiva que fizemos sobre o limiar da morte como momento propício para atuação dos jesuítas. O registro supõe um discurso doutrinário em que a doença, sob a qual o índio padece, é um castigo divino, uma vez que na "perspectiva cristã, a doença era a prova inexorável da existência de Deus [...]." (KOK, 2001, p.99).

Além disso, o mesmo documento deixa transparecer a importância que as doenças e os surtos epidêmicos tiveram para a pedagogia jesuítica. Segundo Glória Kok, "os surtos epidêmicos propiciavam, também, a difusão entre os índios de uma outra imagem de morte: *a morte visível*, cujos efeitos eram sentidos na gradual decomposição do corpo" [grifo meu] (KOK, 2001, p.129). A meu ver, não parece ser por acaso que consta no óbito a informação que Pedro de Verona foi o primeiro dos adultos que morreu da doença. Muito pelo contrário, o índio parece servir de (mau) exemplo aos demais índios, por desafiar a Deus. Denota-se assim, que a doutrina jesuítica, no que diz respeito às epidemias e à morte, era pautada em uma "pedagogia do medo".

Outro aspecto interessante é a menção ao local de sepultamentos neste aldeamento. Segundo consta, Nathalia Gonçalvez foi enterrada "das grades para dentro"[10], por ter sido seu marido, Bartholomeu de Araújo, capitão-mor da aldeia, cargo ocupado por índios e de caráter hereditário. Nota-se assim, a existência de hierarquias também no "mundo dos mortos", visto que somente os mais poderosos eram enterrados dentro da Igreja enquanto os menos favorecidos, fora[11]. Como a hierarquia do "mundo dos mortos" por vezes era reflexo da posição social que este morto assumia no "mundo dos vivos", o local de sepultamento se configura como interessante dado para pensar na estrutura social das próprias aldeias: suas lideranças, sua dinâmica, seus agentes.

Conclusão

Tentei abordar aqui alguns pontos que a investigação do "cotidiano do morrer" indígena pode explorar. A pesquisa segue buscando respostas que, às vezes, geram mais e mais questionamentos: princípio ativo do ofício de historiador. Acredito que o estudo destas aldeias,

[9] Fonte: ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (ACMRJ). **Livro de casamentos, batismos e óbitos da Aldeia de São Barnabé.** AP1186 (1690 – 1767). Pág. 135 Verso, 1753.

[10] Idem, p. 140, 1759.

[11] Sobre tal fato, comenta Vieira: "nos lugares das sepulturas haverá tal diferença, que só os principais de toda a aldeia se enterrem nas grades para dentro, e no corpo da Igreja todos os fregueses da mesma nação; e no adro os escravos que aí se vieram enterrar" (ALMEIDA, 2003, p.159).

pelo viés da morte, contribui significativamente para entender as mentalidades e vivências neste momento tão singular, que extrapolou os limites impostos pela ortodoxia. É por estas vias menos estigmatizadas que caminha minha pesquisa, revisitando com um novo olhar o Rio de Janeiro colonial.

Documentação

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (ACMRJ). **Livro de casamentos, batismos e óbitos da Aldeia de São Barnabé.** AP1186 (1690 – 1767).

Bibliografia

ABREU, M. A. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700),** v.1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

AGNOLIN, Adone. **O apetite da Antropologia**. São Paulo: Humanitas, 2005.

ALMEIDA, M. R. C. de. **Metamorfoses indígenas.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente.** Lisboa: editorial Teorema, 1988.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KOK, Glória. Os ameríndios nas redes do sobrenatural cristão. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 8-14, 2008.

_____. **Os vivos e os mortos na América portuguesa**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

MARCÍLIO, M. L. "A morte de nossos ancestrais". In: MARTINS, José de Souza (org.). **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.

_____. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia História.** Minas Gerais, nº 31, pp. 13-20, 2004.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 14, n.28, p. 223-237, 2010.

POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: Missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil Colonial**, 2001, 453 p. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Tradições fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SOUZA, L. M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VOVELLE, M. **Ideologia e mentalidades.** 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

A Morte no Patíbulo:
As Execuções e Seus Rituais no Rio De Janeiro Colonial (1750-1822)

Bárbara Alves Benevides (UNIRIO)[1]

A autora Cláudia Rodrigues (2005) afirma que do período colonial até meados do século XIX, "Havia uma semelhança estrutural na forma como os fiéis católicos do Rio de Janeiro procuraram morrer". Tendo em vista as diversas formas de morrer e de vivência dessas mortes, seja pelas preocupações em torno da confecção de testamentos, realização dos funerais, associação às irmandades para (contudo não somente) a "garantia" de uma "boa morte", me proponho a estudar a vivência de uma morte em particular, a morte no patíbulo, ou seja, as execuções dos condenados à pena de morte no contexto da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1750-1822. Montando um cenário geral de tal situação pela análise do ritual em torno da execução; das etapas da execução da pena até o patíbulo; sua geografia (os espaços da cidade destinados à cadeia, à forca, à sepultura dos condenados e etc.); de seus "agentes sociais" (os carrascos e seus ajudantes, os sacerdotes, os irmãos da Santa Casa de Misericórdia e etc.) e das atitudes populares perante tal evento. Busca-se compreender, portanto, o contexto em torno das mortes por execução e como ela era vivenciada na cidade do Rio de Janeiro colonial.

Considero importante mencionar que o trabalho apresentado é o esboço de um estudo em desenvolvimento que intenta produzir um trabalho de monografia, e de forma mais ambiciosa criar um panorama geral sobre um tema ainda pouco explorado pela historiografia da morte, no Brasil.

Procurei apoio nos estudos de Focault (1987/1988), e de forma mais restrita no pensamento de Durkheim, em busca de familiarização com as ideias de castigo, suplício, execução e etc. Optei pelo trabalho de José Carlos Rodrigues (1999) para entender um pouco mais sobre a questão do corpo. Também utilizei leituras que pudessem oferecer um panorama das execuções em geral e especificamente no Brasil. Dessa forma, correlacionei a leitura de Le Goff (1989) com relatos dos memorialistas Viera Fazenda (1921) e Mello Moraes (1979), as informações obtidas no Livro Quinto das Ordenações Filipinas (2004), nos estudos feitos por Silvia Lara (1988/2007), Thalita Casadei (1971) e João Luiz Ribeiro (2005). O que me possibilitou vislumbrar o roteiro feito pelo condenado traçando o caminho percorrido desde a cadeia ao patíbulo, e por fim o destino final de seu corpo após a execução.

Em seu livro, "O Homem Medieval", o historiador Jacques Le Goff menciona que às violências cívicas (exposições no pelourinho, flagelações, execuções de condenados) excediam

[1] Graduanda do curso de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e bolsista de Iniciação Científica (IC-UNIRIO), atuando no projeto "As Reformas Pombalinas e a prática testamentária no Rio de Janeiro Colonial", sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Cláudia Rodrigues e apoio financeiro do DPQ/UNIRIO. Email: barbara.benevides@hotmail.com

a esfera de punições e eram oferecidas como espetáculo aos habitantes das cidades. Assim como nas cidades medievais, na cidade do Rio de Janeiro Colonial (1750-1822) é observado o caráter de espetáculo na execução das ditas violências. Dessa forma, me proponho a analisar as execuções de pena de morte, tomando por base essa herança medieval que destaca o caráter de espetáculo nessa forma específica de morrer.

Foucault (1987) enxerga a punição como uma função social complexa e toma os castigos por uma perspectiva de tática política. Atenta para sua função não ser restringida a reparação de danos, e dialoga com Durkheim[2] no sentido em que percebe no castigo uma maneira de buscar vingança pessoal e pública.

Sobre o suplício, ele o define como uma: pena corporal, dolorosa, mais ou menos atroz que não é irregular nem selvagem; técnica que não deve ser equiparada aos extremos de uma raiva sem lei, que deve produzir certa quantidade de sofrimento que se possa, ao menos hierarquizar. É um agente político que faz parte de um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune[3]. Tem como função "purgar" o crime e não reconciliar. Permite que o mesmo seja reproduzido e voltado contra o corpo visível do criminoso, fazendo assim com se manifeste e se anule. Por fim, é um cerimonial que visa reconstituir a soberania lesada. Contudo atenta para que não eram as penas mais frequentes.

Nesse sentido, o autor considera a morte um suplício, por além de infringir à privação da vida, ela ser o momento final de um sofrimento gradual e calculado[4]. Em menção à pena de morte, diz que: "Por muito tempo, ela foi, juntamente com a guerra, a outra forma de direito de gládio; constituía a resposta do soberano a quem atacava sua vontade, sua lei, sua pessoa." (FOCAULT, 1988, p.129). Considera as execuções públicas mais uma manifestação de força do que obra da justiça. Segundo Silvia Lara,

> Importantes do ponto de vista político e militar[5] eram também as execuções públicas. Esses eventos envolviam um rigoroso cerimonial e não podiam prescindir do espaço urbano. [...] Operando do mesmo modo que as festividades dinásticas, o suplício penal marcava a glória do monarca e, fazendo privilegiar sua vontade sobre o corpo do criminoso, impressionava

[2] "A função do castigo é satisfazer a consciência comum, ferida pelo ato cometido por um dos membros da coletividade. Ela exige reparação e o castigo do culpado é essa reparação feita aos sentimentos de todos." (ARON, 1995:303). "castigos não passam de uma espécie de vingança da consciência coletiva, aplicada a indivíduos indisciplinados" (ARON, 1995, p.303).

[3] "Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função 'purgar' o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados." (FOCAULT, 1987, p.32)

[4] "a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em 'mil mortes'". (FOCAULT, 1987, p.31)

[5] "Pois importa, evidentemente, impedir qualquer evasão ou ato de violência; importa prevenir também, da parte do povo, um movimento de simpatia para salvar os condenados, ou uma onda de indignação para matá-los imediatamente: importa igualmente lembrar que em todo crime há uma espécie de sublevação contra a lei e que o criminoso é um inimigo do príncipe." (FOCAULT, 1989, p. 43).

> de modo pedagógico os demais súditos e vassalos./O lugar do patíbulo, o dia da execução e o roteiro por onde passaria o cortejo penal, bem como os lugares a serem ocupados pelos membros da nobreza e pelos corpos militares – tudo era minuciosamente prescrito. (LARA, 2007, p.59).

De acordo com as Ordenações Filipinas (2004), "No nosso Codigo Criminal art.38 adoptamos o modo de execução reputado vil pela antiga legislação, *a forca,* para todos os casos de morte." (MENDES, 2004, p.1313). Contudo, também há menção ao caso de um réu, que por ser médico formado na Universidade de Coimbra, não padeceu na forca, e sim foi degolado. Assim como, João Luiz Ribeiro (2005) menciona o caso de um padre que foi fuzilado em 1817.

Viera Fazenda (1921) apresenta uma classificação de quatro tipos de morte no contexto das execuções, sendo elas: atroz, cruel, natural e natural para sempre. Segundo o autor, a morte atroz é a em que "o condenado depois de enforcado era decapitado, e a cabeça ficava exposta no patíbulo; outras vezes era o cadáver esquartejado, podendo também ser queimado e aos ventos lançadas as cinzas!" (FAZENDA, 1921, p.85); na morte cruel "o réo antes de morrer era atormentado, atenazado; podiam ser seus membros quebrados com massas de ferro, etc." (FAZENDA, 1921, p.85). Referente à morte natural e a natural para sempre, ele aponta que na última, os corpos permaneciam pendurados na forca expostos para exemplo e escarmento, sendo este tipo destinado aos grandes criminosos.

Segundo Fazenda (1921), acredita-se que Mem de Sá levantou o primeiro patíbulo no alto do morro do Castelo. A forca, que de início era fixa[6], com o decorrer do tempo passou a ser montada de acordo com a necessidade. A execução da sentença deveria ser espaçada em até vinte dias e ao condenado deveria ser dado tempo para se confessar[7].

José Carlos Rodrigues (1999), afirma que a questão da confissão do condenado era um tanto polêmica, sua recusa significara uma punição extra no contexto religioso, algo extremamente grave na medida em que consistiria na condenação eterna. Tendo em vista a gravidade da situação, no século XI o Concílio de Viena recomenda que se ministrasse pelo menos a penitência e no século XIII, o oferecimento dos sacramentos aos justiçados se torna obrigatório[8].

6 Em 1579, a forca se encontrava no local do Hospital novo da Misericórdia; em 1751, na praia de S. Bento; por volta de 1753, na praça do General Osorio, fora da Vala da Cidade e diante do antigo cemitério do Mulatos; no ano de 1755, no campo de S. Domingos. A partir da metade do século XVIII, segundo Lara (2007), os enforcamentos são realizados para além da Rua da Vala.

7 "E ás pessoas, que per Justiça houverem de padecer, se notificará a sentença hum dia à tarde, a horas que lhe fique tempo para se confessarem, e pedirem a Nosso Senhor perdão de seus peccados./E depois que forem confessados starão com elles algumas pessoas Religiosas, para os consolarem, e animarem a bem morrer, e assi mais outras que os guardem./E ao outro dia seguinte pela manhã lhes darão o Santissimo Sacramento, e se continuará em starem com elles as pessoas Religiosas, e os que guardão./E ao terceiro dia pela manhã se fará no condenado a execução de morte com effeito, segundo em a sentença fôr conteúdo./E se no lugar houver Confraria da Mizericordia, seja-lhe notificado, para irem com elle, e o consolarem./E havendo-se de fazer execução de morte, no lugar em que stiver cada hum das Relações, o Capellão della será obrigado confessar os condenados, e ir com elles até o lugar deputado para a tal Justiça, esforçando-os com palavras, com que morrão bons Chritãos, e recebão a morte com paciencia." (MENDES, 2004, p.1313-1314).

8 "havia grande polêmica sobre se seria legítimo recusar confissão e extrema-unção ao criminoso condenado à

As cerimônias de execução costumavam terminar ao meio dia, e além de não serem realizadas na parte da tarde, também não era feitas na véspera de domingo, em Dias Santos, ou Dias de Festa Nacional. Fazenda relata que, enquanto a população da cidade do Rio de Janeiro era pequena, os justiçados eram sepultados em um campo junto ao morro do Castelo e por trás do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que viria a ser o Cemitério da Santa Casa da Misericórdia, destinado aos pobres, indigentes, escravos e justiçados, dentre outros. Sendo o sepultamento realizado pela dita Santa Casa.

Dentre as informações obtidas, pude constatar que a pena de morte não era aplicada aos menores de 17 anos. E de acordo com João Luiz Ribeiro, no Código Criminal do Império do Brasil, a pena também não era aplicada as mulheres grávidas, somente após quarenta dias da realização do parto. Contudo, ainda não consegui apurar se tal restrição já era considerada no período colonial.

A trajetória do padecente se iniciava com a ida ao oratório. "Satisfeitas as exigencias das Ordenações e lavrada a sentença de morte, quebrava o juiz a penna, e era o réo conduzido ao oratório, onde tinha de passar três dias até a execução da sentença." (FAZENDA, 1921:91). Segundo Melo Moraes: "Os três dias e as três noites que precediam aos deveres do carrasco, eram consagrados à prece e à confissão, à recepção do Sagrado Viático e a penitencia d'alma do malfeitor irretocável."[9] (MORAES, 1979, p.219).

De acordo com Vieira Fazenda, por pedido de João Ribeiro Corrêa, em seu testamento, foi construída em frente à Cadeia, a Capela de Jesus para onde era levado o condenado. Com o tempo a capela caiu em ruínas e o oratório passou a ser dentro da própria Cadeia. Quando os presos foram transferidos para o Aljube[10], foi construída para oratório a Capela de Santa Ana. Melo Moraes afirma que apenas o condenado entrava no oratório, contudo menciona que a tradição oral relata a realização de casamentos no dito local.

Fazenda diz que, no dia da execução, ao chegar à prisão, todos se ajoelhavam, o réu beijava o crucifixo e era entoada a ladainha de Todos os Santos até o versículo Sancta Maria. A partir de uma discrição feita por Debret, João Luiz Ribeiro relata que o cortejo saia por volta das dez horas da manhã, tendo a sua frente um destacamento de cavalaria da polícia seguido pelos oficiais de justiça, dentre eles o pregoeiro. Logo após, a bandeira da Santa Casa da Misericórdia, escoltada por seus irmãos, e o padecente, sustentado por dois de seus confessores. Segundo Debret:

---

morte, uma vez que tal negativa significaria certamente de sua condenação eterna. A idéia básica era que esta última configurasse uma punição exagerada, da qual um cristão devesse estar isento quase que por princípio. De modo coerente com essas inquietações, no século XI o Concílio de Viena recomendou que fosse ministrada ao menos a penitência e, no século XIII, o oferecimento deste sacramento aos condenados à pena capital acabou tornando-se obrigatório." (CARLOS RODRIGUES, 1999, p.123)

[9] "No primeiro dia era chamado um sacerdote para confortar o criminoso. Dessa missão se encarregavam, a principio os Jesuitas, e mais tarde os Franciscanos; entretanto houve execuções capitães, em que ao lado do condemnado estiveram religiosos de S. Bento. No segundo dia o preso ouvia missa, confessava-se e comungava. No terceiro, enfim, a Misericordia enviava a mortalha e a corda." (FAZENDA, 1921, p.91).

[10] Em 1808, a Antiga Cadeia se torna acomodação para criados da Família Real.

> Vestindo um dominó cujo capuz virado para trás mostra o laço das duas cordas passadas em torno do pescoço, uma das quais muito grossa e a outra da grossura do dedo mínimo mais ou menos. Acompanham-no dois carrascos negros emparelhados por uma pesada corrente presa ao pescoço e às pernas. Um deles, bem atrás da vítima, segura a longa cauda do dominó e a ponta das duas cordas enroladas. O segundo carrega ao ombro um grande saco onde leva dois enormes facões, para cortar as cordas no fim da execução. (RIBEIRO, 2005, p.12)

A procissão se dirigia em direção à forca, e parava vez ou outra para que o pregoeiro lesse a sentença em voz alta.[11] No caminho devia haver uma igreja aberta para o réu ouvir a missa, sendo que deveria fazê-lo ajoelhado na porta da igreja. Para tal, serviram as Igrejas de Santa Luzia, São José, Santa Rita e da Lampadosa.

Ribeiro segue dizendo que depois de assistir a missa o padecente era conduzido ao patíbulo. Junto aos carrascos vinham oficiais de justiça carregando suas foices para cortar a corda e um banquinho de madeira. Além disso, afirma que eram protegidos "contra a afluência dos curiosos, por uma retaguarda de infantaria, caçadores, guardas da polícia". (RIBEIRO, 2005: 12). Quando chegava ao patíbulo, o justiçado se sentava no banquinho de madeira e a bandeira da Santa Casa de Misericórdia era colocada diante dele para que a forca permanecesse escondida enquanto era repetida a leitura da sentença. Em seguida, os irmãos da Santa Casa lhe ofereciam alimentos confortadores.

Por fim:

> Ajudado pelo carrasco e acompanhado pelo confessor, subia o condemnado os degraus da forca. O algoz amarrava o baraço na trave superior, e o sacerdote descia lentamente, com as costas voltadas para o povo, rezando com voz pausada o Credo, e pousando os pés em terra, voltava-se rapidamente ao pronunciar as palavras – vida eterna. Nesse momento terrível o carrasco precipitava o condemnado, que expirava em horriveis convulsões; depois de carregado pelo executor da alta justiça, cortada a corda com uma machadinha, era o cadaver depositado em um caixão denominado lancha (hoje rabecão) e levado para o deposito da Santa Casa. (FAZENDA, 1921, p.92).

Um antigo costume dizia que se a corda arrebentasse no momento do enforcamento, o condenado era o amparado pela bandeira da Misericórdia e recebia o perdão. Entretanto, Fazenda afirma que esta situação não ocorria de fato. Esse costume nunca foi respeitado no Brasil, portanto, a bandeira era apenas um sinal de conforto. Focault menciona que muitas vezes o povo esperava que essa tradição fosse cumprida, e que visando evitar tumultos foi necessário

[11] Segundo o autor, o Cerimonial usado nas execuções se encontra no Capitulo XXXVI do Compromisso da Misericórdia.

ter o cuidado de explicitar na sentença que o condenado seria "pendurado e estrangulado até a morte" ou "até a extinção da vida".

O carrasco é denominado por Focault (1987) como, "anatomista imediato do sofrimento". Para o autor, ele é quem aplica a lei e exibe a força; agente que aplica violência a violência do crime com o objetivo de dominá-la. Sendo do crime, adversário material e físico, partilha sua infâmia apesar de ser agente da justiça. Dizendo assim ser indecoroso receber a punição, e pouco glorioso aplicá-la.

Segundo Bronislau Geremek, na Idade Média, o conceito de infâmia "estava associado à prática de determinadas actividades que, para a lei e para a consciência social, eram susceptíveis de ser consideradas 'desonestas' ou 'indignas' e que cobriam de infâmia quem a exercia e, em certos casos, os seus descendentes. A infâmia é, assim, um factor de exclusão da sociedade". (LE GOFF, 1989, p.242) Sendo ofício do carrasco considerado "profissão indigna" devido ao fato de estar relacionado com o derramamento de sangue, assim como barbeiros, cirurgiões, açougueiros.

Gerenek resalta que "A exclusão das 'profissões indignas' é um fenômeno duradoiro que sobreviveu à própria Idade Média". Entretanto, "com o tempo, alguns desses ofícios considerados desonrosos acabavam por obter um *status* social pleno e digno." (LE GOFF, 1989, p.243)

Nas Ordenações (2004), o algoz também é denominado como Ministro ou Executor da Justiça Criminal, e é mencionado, referente à infâmia de seu cargo, que outrora seu ofício era exercido sem a mesma. Sobre tal questão, Fazenda (1921) fala que:

> Teria no Rio de Janeiro, o executor da alta justiça tanta importancia para morar por aposentadoria, em casa especial? Pelo livro 1º, titulo 33 8 das Ordenações do reino, eram os algozes considerados ministros e gosavam de consideração, não sendo, segundo Viterbo, desprezivel o mister de fazer morrer por justiça. Penso, porém, que no Brasil tal não se deu, e o saião foi sempre olhado com desprêzo e horror. (FAZENDA, 1921, p.76).

Vieira e Casadei apontam para que na falta de carrasco juramentado, a pena poderia ser executada por um condenado a pena máxima, e a ele era dada como compensação uma pequena quantia inferior a cinco cruzeiros. Os autores ressaltam que esse "serviço" não atenuava a pena do executor provisório. Nota-se que havia comutação de pena sim, mas nada tinha a ver com a "prestação de serviço de carrasco". De acordo com o que diz Arno Wehling, no Prefácio do livro "No Meio das Galinhas as Baratas não tem Razão" de João Luiz Ribeiro, Antonio Manuel Espanha afirma que "o perdão real era um instrumento importante para a diminuição do número de executados". Sobre o assunto, se diz que, no alvará de 22 de novembro de 1822, Pedro I comutou a pena de muitos condenados a morte por conta da Independência.

"Agente participante" de grande destaque, a Santa Casa de Misericórdia era responsável: pelo sustento dos presos; recolhimento de esmolas para sufrágio dos padecentes no dia do suplicio; fornecimento de alimentos aos supliciados pobres antes da execução[12]; sepultamento dos justiçados; realização da Procissão dos Ossos no dia 1º de novembro ao entardecer, quando buscava e sepultava os restos mortais dos condenados a morte natural para sempre[13].

Segundo Focault (1987), o povo é personagem principal nas cerimônias do suplício. Ele é espectador, testemunha, garantia da punição, e até certo ponto, toma parte nela. Os cortejos eram acompanhados pela população como um grande espetáculo. Multidões saiam às ruas e acompanhavam os últimos passos dos justiçados. Havia ainda os que acompanhavam toda a cerimônia pelas janelas das casas. De uma forma ou de outra, as execuções chamavam a atenção popular.

> A ladeira do Castelo, negrejante de gente que subia, mostrava no alto uma espécie de anfiteatro e riçado de cabeças, que se debruçavam sôfregas do horripilante espetáculo./Nas janelas apinhadas de famílias, viam-se, rompendo detrás, trepados em cadeira e em mochos, meninos e moleques, negras e negrinhas, que cresciam da ponta dos pés, estirando o pescoço, olhando para baixo, nada perdendo do que se passava, até avistarem o préstito. (MORAES 1979, p.221).

Focault ainda relata, em relação à grande participação popular, que nos dias de execução, "o trabalho era interrompido, as tabernas ficavam cheias, lançavam-se injúrias ou pedras ao carrasco, aos policiais e aos soldados; procurava-se apossar do condenado, para salvá-lo ou para melhor matá-lo;" (FOCAULT, 1987, p.52).

Outro aspecto que o autor aponta como justificativa para o grande número de pessoas que assistiam as execuções se atribui a curiosidade referente às últimas palavras do padecente.

> Se a multidão se comprime em torno do cadafalso, não é simplesmente para assistir ao sofrimento do condenado ou excitar a raiva do carrasco: é também para ouvir aquele que não tem mais nada a perder maldizer os juízes, as leis, o poder, a religião. O suplício permite ao condenado essas saturnais de um instante, em que nada mais é proibido nem punível. Ao abrigo da morte que vai chegar, o criminoso pode dizer tudo, e os assistentes aclamá-lo. (FOCAULT, 1987, p.51).

[12] "Para satisfazer os últimos desejos do condenado lá estavam os serviçais da Misericórdia, conduzindo em cesta o vinho e mais cousas que se costuma levar para a consolação. Essas cousas eram fornecidas pelo mordomo da Botica aos mordomos dos presos" (FAZENDA, 1921, p.214).

[13] Tal responsabilidade é mencionada no Compromisso da Misericórdia e nas Ordenações Filipinas (2004). "Resumindo as singelas expressões do Capitulo XXXVII do Compromisso – Do modo com que se hão de ir buscar as ossadas dos que padeceram por justiça, tentaremos descrever a chamada procissão dos ossos." (FAZENDA, 1921, p.84).

Após o suplicio, os enforcados eram conduzidos a um lugar apropriado onde lhe era retirado todo o tecido gorduroso reduzido a um óleo que era vendido por um bom preço. Era muito disputado, e acreditava-se que curava a calvície. Além disso, a corda do enforcado era tida como um talismã que trazia felicidade. "Fragmentos da corda do enforcado eram posteriormente distribuídos como presentes de alta estimativa, pois, segundo a crença popular, preservavam de males e davam fortuna." (MORAES, 1979, p.224).

Dando prosseguimento a pesquisa, tenho como objetivo aprofundar as questões apresentadas fazendo uma investigação mais detalhada sobre: o ritual da pena de morte; o papel desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia no dito contexto; a figura do carrasco; as vivências/reações da população perante esse tipo de morte específica. Assim como uma investigação no âmbito jurídico sobre a pena de morte (quais crimes levavam à condenação; de que forma se dava a comutação da pena; para quem ficava seus bens; quais as outras formas de execução aplicada e a quem era destinadas; se o processo era conduzido secretamente ou se o condenado tinha acesso a ele;[14] e etc.).

Para tal, além de relatos de memorialistas, buscarei documentos do Projeto Resgate que façam menção às execuções, processos-crimes envolvendo casos de execução, documentação referente ao papel da Santa Casa de Misericórdia no contexto das execuções, legislação relativa à pena de morte no Brasil.

Dentre os resultados preliminares deste trabalho, os que considero de maior destaque são: a presença ativa da Santa Casa de Misericórdia em diversas etapas do procedimento, sendo seus irmãos responsáveis pela vestimenta do padecente, suas confissões, últimos desejos, seu sepultamento e a realização de missas pela alma; e a atração que as execuções exerciam sobre grande parte da população, que era levada as ruas para assisti-las ou ainda as janelas das casas, sendo vista como um espetáculo. Dessa forma, a presente pesquisa aponta para o entendimento de um tipo de morte específica: a execução. Este estudo procura buscar informações sobre as cerimônias em torno desta forma de morrer, para isso investigando sobre todo o seu ritual e legislação envolvida, assim criando um panorama geral sobre este tema ainda pouco explorado pela historiografia brasileira.

Bibliografia

ARON, R. "Émile Durkheim." In: _____. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CASADEI, T. Algozes do Período Regencial. **Páginas de História Fluminense**. Niterói: [s.n.], 1971 (UFF).

14 "Na França, como na maior parte dos países europeus — com a notável exceção da Inglaterra — todo o processo criminal, até à sentença, permanecia secreto: ou seja opaco não só para o público mas para o próprio acusado. O processo se desenrolava sem ele, ou pelo menos sem que ele pudesse conhecer a acusação, as imputações, os depoimentos, as provas. Na ordem da justiça criminal, o saber era privilégio absoluto da acusação." (FOCAULT, 1987, p.32).

FAZENDA, V. Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, tomo 86, vol. 140, 1921.

FOUCAULT, M. "Direito de morte e poder sobre a vida." In: _____. **História da sexualidade I.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 7ª. Edição.

FOUCAULT, M. ***Vigiar e punir.*** Petrópolis: Vozes, 1987.

LARA, S. H. "Criminosos e Suspeitos" In: _____. **Campos da Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, J. **O Homem Medieval.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

MENDES DE ALMEIDA, C. **Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal.** Quinto Livro. 14ª Edição. Brasília: Senado Federal, 2004. (Edições do Senado Federal – Vol. 38-D).

MORAES FILHO, M. **Festas e tradições populares no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RIBEIRO, J. L. **No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: a Lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RODRIGUES, C. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, J. C. "Espírito e Matéria" e "Indivíduo e Decomposição". In: _____. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

Comparações entre Cemitérios da desprivilegiados no Brasil Escravista: os casos de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro

Prof.ª Mestranda Milra Nascimento Bravo (UFRJ)[1]

As hierarquias na sociedade brasileira escravista, não se davam apenas entre os vivos; na questão dos enterramentos também havia uma hierarquização e a posição social e financeira de cada indivíduo tinha total influência na hora de sua morte. João Reis afirma que de um modo geral, qualquer pessoa podia ser enterrada nas igrejas; porém, havia uma divisão sócio-espacial que definia onde cada indivíduo deveria ser sepultado. O adro (área em volta da igreja) por ser gratuito e mais distante dos santos era o local reservado para escravos e pessoas livres pobres. Já o corpo (parte interna da igreja) era o espaço onde eram enterrados indivíduos de maior prestígio e quanto mais importante, mais próximo do altar e consequentemente, da salvação na vida eterna. Isto não quer dizer que escravos nunca tivessem seus cadáveres sepultados no corpo de uma igreja em Salvador; porém, isto era pouco comum, exceto no caso de crianças escravas que mais ou menos até 1820 eram enterradas no interior dos templos. Nesta divisão social dos mortos, aqueles que em vida haviam se filiado a alguma irmandade ou confraria obtinham certas vantagens. Dentre elas, a garantia de um enterro em terreno santo e especialmente assistência desde o momento que precedia a morte até sua sepultura; a morte solitária era muito temida entre os cristãos. (REIS, 1991, p. 175-176)

Havia irmandades muito ricas, e outras que dividiam-se por cor de seus membros e até mesmo por profissão. A filiação a uma irmandade era garantia de certa assistência na hora da morte – desde que o membro cumprisse com suas obrigações, pagando joias, por exemplo – e para os escravos era um meio de evitar que seus corpos fossem enterrados em cemitérios onde estariam sujeitos a profanações; algumas irmandades ajudavam, inclusive, seus membros escravos a conseguirem a alforria.

Antes de prosseguir, é importante frisar que por se tratar do estudo de elementos sociais e levando em consideração que os pensamentos e relações humanas são mutáveis, não é possível generalizar minhas afirmações acreditando que todos os negros – cativos ou forros – aderiram às crenças católicas; como também não posso dizer que todos se afiliavam a irmandades apenas buscando um funeral considerado digno. Devo considerar a existências destas duas realidades.

Tendo em vista que os enterros se davam nos templos ou terrenos pertencentes à Igreja católica, o indivíduo que não fosse católico, em tese, não teria direito à sepultura e aos rituais necessários para uma boa morte. Portanto, quando analisar os casos de negros afiliados a

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO. Especialista em História do Rio de Janeiro/ UFF. Bolsista CAPES. E-mail: milra.nasc@gmail.com. Orientadora: Prof.ª Dra. Cláudia Rodrigues.

irmandades, não farei juízo de valor discutindo se eles acreditavam realmente no catolicismo, se aliavam práticas africanas e católicas ou se realmente haviam se cristianizado. O que interessa nas exposições realizadas é alertar ao leitor que estes negros eram indivíduos ativos e que desta forma, suas participações nas irmandades podem ter se dado de maneiras distintas. Desta forma, irei me deter principalmente aos benefícios na hora da morte garantidos por estas instituições religiosas e também nos prejuízos – se posso assim chamar – que assolavam aqueles que não faziam parte delas.

Como citado anteriormente, negros que se associavam a uma irmandade recebiam desta uma garantia de morte considerada digna dentro dos parâmetros estabelecidos pela tradição e seguidos pela sociedade, e eram sepultados nas igrejas. Nas igrejas de irmandades de negros se sepultavam além dos corpos de seus afiliados, os daqueles que pertenciam a outras associações que não possuíssem seus próprios templos. Os que não tinham nenhuma ligação com estas organizações religiosas e não haviam conseguido dinheiro em vida, dependiam da ajuda de amigos e parentes ou quando estes também não possuíam bens, recorriam aos pedidos de esmolas. Em alguns casos, o cadáver era abandonado na porta de uma igreja na esperança de que este fosse sepultado "pelo amor de Deus"; ou seja, seu enterro dependeria da caridade do pároco ou de algum irmão religioso. (RODRIGUES, 2005, 222-223)

Os mais privilegiados socialmente tinham um tipo de enterro que era almejado pelos indivíduos com menos posses; vimos alguns dos principais meios de conseguir este tipo de sepultamento. Porém, cabe aqui questionar o que aconteceria com aqueles que não conseguiam este tipo de enterro; para onde iam os corpos dos menos privilegiados socialmente?

O sepultamento fora dos templos era sinal de grande infortúnio e nem todos os indivíduos possuíam o privilégio de ter seu cadáver encomendado e enterrado *ad sanctos/ apud ecclesiam*. Podemos agrupar estes indivíduos em dois grandes segmentos: os que seriam proibidos pela Igreja de ter sepultura dentro dos templos por terem sido excomungados ou não se enquadrarem no seio católico. O outro grupo era formado por aqueles que não possuíam condições socioeconômicas para tal.

No primeiro caso, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* ameaçavam de excomunhão os senhores que enterravam seus escravos em condições indignas, porém, isto não significava que todos os mortos tinham direito à sepultura eclesiástica. Eram impossibilitados de receberem tal benefício: judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas (exceto quando o indivíduo era considerado louco), duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. Estas pessoas poderiam conseguir um enterro eclesiástico caso reparassem suas faltas com a Igreja e com Deus. (REIS, 1991, p. 172-174)

No segundo caso, chamarei aqui de morte desprivilegiada, aquela que assolou indivíduos da sociedade brasileira que não tiveram a mesma sorte pós-morte que aqueles exemplificados

anteriormente, tais como: pobres, indigentes, alguns escravos, justiçados e "pretos novos". Mesmo recebendo sepultura eclesiástica, muitos mortos tiveram seus corpos sepultados em cemitérios que considerarei aqui de desprivilegiados – na ausência de termo melhor –, e alguns nem mesmo tinham um local onde pudessem ser inumados, sendo sepultados nos matos, terrenos baldios e nas praias. São estes indivíduos, o objeto do presente estudo.

Na Bahia os suicidas, criminosos, indigentes, rebeldes e escravos eram enterrados no cemitério do Campo da Pólvora – que era mantido pela Santa Casa da Misericórdia. Não se sabe com precisão a origem deste cemitério. Com base nas posturas da Câmara de Salvador desde a primeira década do século XVIII que citavam que o Campo saía do portão da Casa da Pólvora e era responsável pelo enterro de negros pagãos, João Reis conclui que este local era, neste período, um lugar interditado ao enterro de cristãos, mesmo quando estes eram escravos. O autor afirma também, que pelo menos nas duas primeiras décadas do século XVIII, o local referente ao Cemitério do Campo da Pólvora – a nomenclatura cemitério ainda não era usada – ainda não se encontrava sob a administração da Santa Casa, e sim, da Câmara. Os responsáveis pelo enterramento destes africanos pagãos eram os funcionários que realizavam a limpeza pública; ou seja, ao mesmo tempo em que se cuidava da higiene da cidade, retiravam-se os corpos abandonados para evitar que cães se alimentassem deles ou que causassem algum dano à saúde da população. (REIS, 1991, p. 193 - 196)

Tempos depois, em 1844, já sendo transferido para a Santa Casa da Misericórdia em outra área da cidade, o Campo da Pólvora passa a ser local de sepultamento da maioria dos cadáveres de escravos – pagãos ou não – na Bahia, e também outros indivíduos menos privilegiados na sociedade. Este cemitério não era bem visto pela sociedade em geral, era o destino dos infortunados. Além de grande parte dos sepultados neste terreno terem sido corpos de negros novos que não sobreviviam à quarentena anterior ao desembarque dos tumbeiros, a forca estava erguida dentro de seus limites para facilitar o enterro dos justiçados – evitando o transporte dos cadáveres (REIS, 1991, p. 196-197). Em *A morte é uma festa*, Reis descreve as condições em que o Campo da Pólvora se apresentava:

> O cemitério possuía valas comuns e superficiais, ficando os cadáveres à mercê de animais famintos. [...] O cemitério, [...], era cuidado por negros que 'não somente deixam os cadáveres na flor da terra por preguiça de afundar as sepulturas, como por dias deixam alguns por sepultar, além de ser ele tão pequeno, que impossível é não estarem em pilha os cadáveres'. Ao que tudo indica, como no cemitério da Misericórdia do Rio, nenhuma cerimônia religiosa precedia o enterramento. Nenhum documento menciona a existência de capela. (REIS, 1991, p. 196)

A citação acima explica o motivo pelo qual – além da questão religiosa, que prezava a necessidade de um enterro *ad sanctos apud ecclesiam* – o cemitério do Campo da Pólvora não fosse

um dos destinos procurados pela população pra inumação de seus defuntos: sendo destino apenas dos mais desprivilegiados socialmente. Ele servia também como um meio de evitar que os cadáveres destas pessoas fossem abandonados em terrenos baldios, no mato ou na praia e fossem profanados e/ou ameaçassem a salubridade da cidade.

Esta situação não era exclusividade da realidade mortuária baiana.

Em relação a São Paulo, o local de inumação sobre o qual existem mais referências é o Cemitério dos Aflitos, que estava localizado na região correspondente ao atual bairro da Liberdade, e era administrado pela Santa Casa da Misericórdia. Em 1774, a Diocese definiu o terreno onde se fixaria o cemitério e, em 1775, este foi inaugurado. Acredita-se que este local foi escolhido devido à sua proximidade com a Santa Casa. (PAGOTO, 2004, p. 62)

Já que a Misericórdia era a instituição responsável pelo sepultamento de grande parte dos excluídos socialmente, no Cemitério dos Aflitos – nome este que pode nos sugerir o tipo de cadáver e de enterramento presentes neste local – eram inumados escravos, indigentes e sentenciados. Os que faleciam na cadeia também eram lá sepultados. (CYMBALISTA, 2002, p. 39 / PAGOTO, 2004, p. 62-63)

Como citado anteriormente, em Salvador, a forca foi erguida dentro do Campo da Pólvora. Em São Paulo, medida parecida foi tomada, estando a forca próxima ao cemitério para facilitar o transporte e enterro dos corpos dos justiçados. Embora houvesse sido construída uma capela neste cemitério, *com o passar do tempo, o seu estado de abandono era tamanho que não se sabia ao certo qual autoridade era responsável pela sua manutenção.* (PAGOTO, 2004, p. 62)

No Rio de Janeiro, o tratamento que era destinado aos defuntos desprivilegiados não diferia muito do que ocorria nas demais cidades. O destino dos corpos dos recém-chegados da África – conhecidos como "pretos novos" – quase sempre era o cemitério administrado pela Santa Casa da Misericórdia, que ficava localizado atrás do hospital da Misericórdia, junto ao Morro do Castelo e foi ampliado em 1827 e transferido em 1838 para os arredores do Caju. O fato de o Campo da Pólvora, o Cemitério dos Aflitos e o da Misericórdia, no Rio de Janeiro serem administrados pela Santa Casa não era mera coincidência, isto se deve ao fato de *tradicionalmente, esta ter possuído o monopólio do serviço funerário, do sepultamento e do transporte de cadáveres, como contrapartida da assistência que prestava aos pobres e escravos.* (RODRIGUES, 2003, p. 144)

Além dos demais desprivilegiados, indigentes e pacientes pobres que morriam no Hospital da Misericórdia também eram enterrados em seu cemitério. Embora fosse considerado um campo santo, o tipo de sepultamento oferecido era daqueles em relação ao qual, muitos indivíduos buscavam fugir. O viajante John Luccock conta que aqueles que iam até o Campo Santo da Misericórdia assistiam a "cenas repugnantes", e lembra que o "cheiro" que os cadáveres exalavam era fortíssimo (LUCCOCK, 1973, p.37). Robert Walsh, um capelão inglês que esteve no Rio de Janeiro entre os anos de 1828 e 1829, também relatou algumas práticas realizadas no cemitério da Santa Casa da Misericórdia. A citação abaixo descreve o momento que precedia a inumação neste cemitério:

> [...] Antes de serem enterradas aí, são depositados sobre um estrado numa casinha que fica no meio do cemitério, até que haja um número suficiente de corpos. Então é realizada a cerimônia fúnebre para todos eles, que são colocados na cova sem os caixões. Algumas vezes nus, mas normalmente envoltos em lona. São colocados de lado, geralmente com a cabeça virada para os pés do outro. Nunca estive nesse lugar sem que houvesse menos de quatro ou cinco corpos esperando para serem enterrados e ao sair sempre me encontrava com outros chegando... (WALSH, 1985, p. 170)

Reforçando tais descrições, o viajante alemão Carl Seidler também cita as condições deste cemitério, no Rio de Janeiro, do qual ele dizia ter lembranças que o arrepiavam. Segundo ele, o corpo era atirado no buraco como um cão morto e como se colocava pouca terra sobre ele, por vezes alguma parte ficava para o lado de fora. Além disso, socavam-no com pesados tocos de madeira, formando assim o que o viajante chamou de *horrível mingau de terra, sangue e excrementos*. Em seu relato, também consta que caso houvesse uma forte chuva, era possível que alguma pessoa se deparasse dentro dos limites do cemitério com um pedaço de braço ou perna esmagado. (apud PAGOTO, 2004, p. 63)

No século XVIII, com o aumento do tráfico africano já não havia mais espaço para tantos mortos e a solução encontrada pelo governador foi a criação de um cemitério destinado aos "pretos novos", que foi erigido em 1722, no Largo de Santa Rita – para simplificar o translado dos escravos mortos no mercado, que estava situado nesta localidade – e mais tarde transferido para a região do Valongo devido à mudança, em 1769, do mercado de escravos para esta região. Fato este que causou enorme mudança na dinâmica comercial e portuária da cidade. O objetivo da aproximação do cemitério do mercado de escravos era facilitar a remoção dos corpos dos pretos que morriam antes de serem vendidos. O viajante G.W. Freireyss descreve este segundo cemitério da seguinte forma:

> Na entrada daquele espaço, cercado por um muro de cerca de 50 braças em quadra, estava assentado um velho com vestes de padre, lendo um livro de rezas pelas almas dos infelizes que tinham sido arrancados pela sua pátria por homens desalmados, e a uns 20 passos dele alguns pretos estavam ocupados em cobrir de terra seus patrícios mortos e, sem se darem ao trabalho de fazer uma cova, jogam apenas um pouco de terra sobre o cadáver, passando em seguida a sepultar outro. No meio deste espaço havia um monte de terra na qual, aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pelas chuvas que tinham carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido enterrados. Nus estavam apenas envoltos numa esteira, amarrada por cima da cabeça e por baixo dos pés. Provavelmente procede-se ao enterramento apenas uma vez por semana e como os cadáveres facilmente se decompõem, o mau cheiro é insuportável. Finalmente chegou-se à melhor

> compreensão, queimando de vez em quando um monte de cadáveres semidecompostos. (FREIREYSS, 1982, p. 132- 134)

O relato deste viajante nos leva a crer na existência de algum tipo de cerimônia religiosa no Cemitério dos Pretos Novos – mesmo que esta fosse bem simples. Esta hipótese pode ser levantada ao analisarmos o trecho em que ele afirma que havia um velho com roupa de padre lendo um livro de rezas pelas almas dos mortos que estavam sepultados naquele local. Mesmo que este indivíduo não fosse um padre, não podemos negar que algum tipo de sufrágio parecia ser oferecido a estes mortos, ainda que fossem as orações de um leigo. Isto mostra que, embora ainda não estivessem inseridos no seio da sociedade, os "pretos novos" podiam ser agrupados juntamente com os outros tipos de indivíduos que estamos estudando. Estes negros "possuíam um cemitério exclusivo" por questões sociais e não, religiosas.

Além disso, note-se que a imagem do descaso para com estes mortos era tão grande, que até mesmo um costume não permitido pela Igreja era praticado algumas vezes: a cremação. Segundo o ideal de morte cristã, a incineração de um cadáver impediria o reencontro da alma com o corpo após a ressurreição.

Retornemos à questão da localização do Cemitério dos Pretos Novos. Quando o mercado foi transferido para a área do Valongo, em 1769, esta não era muito povoada, porém, com esta mudança, aumentou o comércio na região e consequentemente, a população cresceu. O cemitério que no momento de sua transferência localizava-se fora do perímetro da cidade, por volta de 1821 encontra-se em meio ao movimento urbano que se estabelecera no local. Neste ano, os moradores da região enviam dois requerimentos ao príncipe regente solicitando que o mesmo retirasse o Cemitério dos Pretos Novos da cidade e o transferisse para um lugar distante devido às ameaças causadas por ele. Alegavam que os corpos não eram bem enterrados e que o cheiro era insuportável. José de Sousa Vasconcelos, o juiz do Crime do bairro de Santa Rita encarregado de averiguar a procedência das reclamações da população, concluiu que o cemitério era muito pequeno em relação ao número de corpos que eram enterrados lá. Afirmou também, que realmente ele estava rodeado de casas, o que seria muito prejudicial à saúde da vizinhança. Um detalhe importante deste caso é o fato de que parte dos moradores do Valongo que reclamaram sobre o cemitério, eram indivíduos brancos, portugueses e quase todos comerciantes e que a insatisfação deles poderia ser proveniente da necessidade de deixar seus comércios fechados, o que lhes traria prejuízo. (RODRIGUES, 1997, p. 71-75)

Segundo dados de Júlio César Pereira onde o mesmo analisa a relação entre o volume de tráfico negreiro e a quantidade de escravos sepultados em seus limites de 1824 a 1830, pode-se concluir que nos períodos onde havia mais entrada de cativos no porto do Rio de Janeiro o número de sepultamentos no referido cemitério aumentava. Isto nos mostra que os enterros realizados neste local estavam diretamente ligados ao tráfico. (PEREIRA, 2007, p. 122) No dia 04 de março de 1830 foi realizado o último sepultamento no Cemitério dos "Pretos

Novos" e este foi fechado. Neste ano apenas 17 cadáveres foram enterrados neste terreno. Este dado merece uma atenção especial e pode ser relacionado com a situação política do período. (PEREIRA, 2007, p. 96)

Em 1825, o Brasil foi reconhecido pela Inglaterra como uma nação independente e no seguinte firmou o tratado anglo-brasileiro que previa que o tráfico fosse extinto no prazo de três anos. Este tratado foi ratificado em 1827 e ficou definido que em 13 de março de 1830 o tráfico negreiro deveria acabar definitivamente. No período entre a criação da lei e seu previsto cumprimento houve um aumento considerável na compra de africanos e consequentemente, no número de sepultamentos. Para que não ficasse tão visível que estas transações continuavam acontecendo, os compradores viram a necessidade de buscar um novo local de inumação para estes defuntos. E mesmo depois de saberem que a "lei para inglês ver" não conseguiria acabar com o comércio através do Atlântico, passaram a inumar os "pretos novos" em outro cemitério – o da Misericórdia –, já que continuação dos sepultamentos no terreno destinado a estes cadáveres anteriormente seria uma prova de que a lei não estava sendo de fato cumprida (PEREIRA, 2007, p. 124-129).

Este cemitério da Misericórdia é o mesmo que já mencionamos, localizado atrás do hospital da Misericórdia. Lá não eram enterrados apenas "pretos novos" e segundo Júlio Pereira, a superlotação era um problema constante e recorrente; e também, que *ser sepultado sem os paramentos fúnebres não foi um 'privilégio' do Cemitério dos Pretos Novos.* (PEREIRA, 2007, p. 130)

Analisando todos estes cemitérios e as práticas fúnebres adotadas por eles, é possível observar que praticamente não havia diferença entre um e outro no modo como os cadáveres eram tratados: os relatos afirmam que eram poucos – ou nenhum – os cuidados destinados a eles, o que feria os conceitos e crenças do bem-morrer e facilitava a exposição dos corpos a profanações e ao ataque de animais.

Antes de concluir este artigo, devo explicar que estamos tratando do período anterior a 1850. Após esta data, principalmente por questões de saúde pública, os cadáveres deixaram de ser levados para o interior dos templos e passaram a existir cemitérios públicos onde todos os indivíduos – católicos – deveriam ser enterrados. Sendo assim, só é possível analisar este tipo de enterramento se delimitarmos este recorte temporal, pois após ele, os estudos de hierarquia fúnebre deverão ser realizados a partir de outras perspectivas.

Bibliografia

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989 (v.1)

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. **Revista do Departamento de História da UFMG**, nº 6, 1988.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.

FAZENDA, José Vieira. Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 86, vol. 140, 1921.

FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1982.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro:** Trabalho, família, aliança e mobilidade social. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1975.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850/1860)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro**: Garamond: IPHAN, 2007.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformação fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____ A morte como elemento de afirmação da cultura africana no Rio de Janeiro escravista: o caso do cemitério dos "pretos novos". **Estudos de História**. Franca, v.10, n.1, 2003.

_____ **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____ Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v.10, n. 18, jul. – dez. 2007.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1985.

SESSÃO 26
Baixa Idade Média e Transição para a Modernidade

O conceito de classe social e a burguesia medieval portuguesa - uma discussão teórico-historiográfica

Prof. Mestrando Bruno Marconi da Costa (UFRJ)[1]

1- Introdução

A Europa Ocidental passou por um importante processo histórico de transformação em diversos setores da sociedade do século XI ao princípio do século XIV. Com o crescimento das cidades, das relações internacionais de comércio e da produção artesanal, as estruturas feudais passam a coexistir com novos agentes sociais que não se incluem nas tradicionais relações senhoriais. Jose Luis Romero chama esse processo histórico de uma *revolução burguesa no mundo feudal*. Com sua aceleração no século XIII, caracteriza a formação econômico-social da cristandade ocidental como uma sociedade *feudoburguesa*.

Essa nova realidade social é formada a partir da sobreposição de duas estruturas distintas: uma, a feudal, era constituída por um mundo fechado e com tendência à estabilização; a outra, urbana, era dinâmica e tinha por principais características enquadrar novas classes que surgiam em meio à transformação, a aparição de novas atividades relacionadas a uma economia de mercado, a aceleração da mobilidade social das atividades citadinas e um esforço desses novos grupos para alcançar certa participação no poder. O principal agente dessa profunda alteração é a *classe burguesa*, composta pelas forças produtivas do comércio e do artesanato.

Com a crise do século XIV persistindo até meados do XV, um movimento de estabilização da sociedade foi empreendido pelos elementos sociais dominantes, levados pela contenção da ascensão e organização dos mais pobres: nos campos, a nobreza esforça-se para conter as revoltas camponesas, cada vez mais frequentes e consequentes da crise econômica e depressão demográfica pela qual passava a Europa Ocidental; nas cidades, o patriciado, formado por burgueses do comércio internacional, passa a enfrentar e explorar os jornaleiros, os trabalhadores urbanos e os artesãos, estes que criavam suas próprias instituições político-sociais.

> O fenômeno mais significativo da época da retração econômica e da crise social que começou no início do século XIV e durou até a primeira metade do século XV foi a intensa agitação que sacudiu as cidades, nas quais se enfrentaram com violência e quase com ira as camadas distintas de uma sociedade cada vez mais misturada. [...] Com tenacidade, o patriciado que havia se constituído durante o primeiro florescimento da sociedade feudoburguesa

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e bolsista do CNPQ/CAPES, orientado pela Profª Drª Gracilda Alves. brunomarconihistoria@gmail.com

> respondeu ao desafio. Em certas ocasiões ele foi derrotado por movimentos populares que o desalojaram do poder; mas voltou, a curto ou a longo prazo. E, mais garantido, aumentou seu poder econômico, consolidou suas posições sociais e políticas e procurou conter a desaforada tendência à mobilidade que os grupos subordinados acusavam, menos orientada agora pela conjuntura e que, por isso, ultrapassava os canais de aventura individual e irrompia de maneira quase desesperada em dramáticos conflitos sociais. (ROMERO, 2005, p.48.)

A sobreposição de diferentes estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais também ocorreu em Portugal, com a especificidade que a Reconquista lhe confere - a do choque civilizacional. Nas palavras de A. H. de Oliveira Marques:

> O Portugal dos séculos XIII a XV apresentava muitas características próprias, consequência natural do encontro e da fusão de estruturas do Norte com estruturas do Sul. Reunia, na verdade a) elementos tipicamente feudais, comuns a toda a Europa Ocidental, resultado da evolução de categorias romanas e bárbaras (principalmente visigodas) e, mais tarde, do declínio do próprio feudalismo; b) elementos feudais deturpados, consequência das necessidades e circunstâncias da *Reconquista*; c) elementos moçárabes, com uma longa tradição de autodesenvolvimento e isolamento da Europa cristã; e d) elementos islâmicos típicos, comuns a todo o mundo muçulmano, o qual, pelos séculos XII e XIII, se mostrava já feudal ou rapidamente tendendo ao feudalismo. (OLIVEIRA MARQUES, 2010, p.73.)

Entendendo que a burguesia é um importante agente dessa transformação também no reino de Portugal, o objetivo do presente artigo é analisar algumas das diferentes perspectivas nas quais ela é tratada dentro do debate historiográfico português, principalmente os que a tomam a partir do arcabouço teórico que envolve o conceito de *classe social*. Consideramos que o conceito é operacional para as ciências humanas, contanto que pensado teoricamente em conjunto com a prática da pesquisa histórica.

Diversas escolas, baseadas em estudos de autores paradigmáticos, discutiram o conceito e, mesmo dentro delas próprias, existem discordâncias quanto ao seu uso para compreender objetos na História. É o caso do marxismo, representado por António Borges Coelho e Armando Castro. Propondo uma alternativa, Armindo de Sousa utiliza o modelo teórico proposto por Pierre Bourdieu; por fim, levantaremos ainda o contraponto de dois autores que não vêem na burguesia medieval uma classe social e preferem utilizar outros conceitos para analisá-la - é o caso de Humberto Baquero Moreno e, mais recentemente, Mario Sérgio da Silva Farelo.

2- A análise de classe de cunho marxista em Portugal - António Borges Coelho e Armando Castro

António Borges Coelho, ao discutir o quadro teórico que se baseou para analisar a Revolução de 1383, começa por criticar aqueles que privilegiam a divisão social em ordens como funcional para compreender a sociedade da época. Faz isso por considerá-lo homogeneizante, primeiro pelo fato do clero e da nobreza estarem na mesma posição sócio-econômica no mundo medieval. Segundo, devido ao fato de as condições objetivas da nobreza enquanto classe social mudarem entre o século XI e o século XV, e enquanto ordem elas continuam possuindo a mesma função na sociedade da época:

> Operar na construção histórica do século XV com a simples exterioridade de ordem - Defensores - é estar a laborar com um conceito equívoco porquanto a ordem da nobreza e a ordem do clero estão penetradas por um duplo e antagónico (não contraditório) carácter de classe. (BORGES COELHO, 1977, p.222).

O autor, então, define que a *classe social*, enquanto uma ferramenta analítica do historiador sobre seus objetos, é a forma de compreender as contradições que surgem nas formações sócio-econômicas do Portugal medievo. Isso ocorre devido ao fato da classe emergir da estrutura econômica de uma sociedade, considerando-a a base das relações humanas.

> E quando a divisão social leva ao antagonismo das classes é neste antagonismo, porque oriundo da produção, da necessidade vital, que temos de procurar as raízes da evolução e do antagonismo do processo político. O conceito de classe é o simples em todas as sociedades de classes. Não é tudo; está na raiz; é o ponto de referência fundamental porque emerge do económico; é a estrutura. Mas evidentemente há todo um mundo a descobrir: social, político, económico, ideológico, teórico. (BORGES COELHO, 1977, p.224.)

O autor compreende que a Revolução de 1383 foi burguesa e nacional, por considerá-la a partir de um antagonismo não contraditório entre diferentes classes dominantes (a contradição está entre burgueses *versus* trabalhadores assalariados e nobres *versus* servos). Ao atestar isso, Borges Coelho considera que a burguesia medieval, formada por cavaleiros-vilãos, era a classe dominante de um *modo de produção capitalista* que, apesar de coexistir com o modo de produção predominante na sociedade medieval - o feudal, por vezes entram em conflito direto devido aos seus interesses antitéticos.

> Nobreza senhorial e burguesia capitalista opõem-se mas o seu antagonismo não é contraditório. Opõem-se na disputa dos meios de produção. Aproximam-se como classes, unidas por um medo comum, o medo do produtor direto de que vivem. Os próprios modos de produção feudal e capitalista coexistiram e

> coexistem embora tivessem necessariamente de surgir situações de ruptura. A primeira ocorreu em Portugal em 1383. (BORGES COELHO, 1977, p.224.)

A perspectiva de Borges Coelho aproxima-se da de Armando Castro no que diz respeito à conceitualização de classe social. Este, em sua coletânea de dez volumes nomeada "A Evolução Econômica de Portugal do século XII ao XV" atesta que não tratará propriamente do conceito de classe *social*, por ser amplo demais, relacionando-se a disciplinas que não tem por objetivo abordar em sua obra. Tratará, portanto, das classes *econômicas*. Considera, porém, que se a classe econômica não abarca todas as características de uma classe social, é nela que se encontra sua essência objetiva.

> A base científica do conhecimento das classes sociais emerge da actividade económica e da posição que os vários grupos sociais nela representam. (...) Reside aí a essência do fenômeno 'classe social': não é só um grupo económico mas é antes de mais nada um grupo económico. (CASTRO, 1966, p.325, volume IV.)

Apesar dessa definição geral de classe social ser muito similar àquela proposta por António Borges Coelho, a interpretação que Armando Castro faz da burguesia medieval portuguesa não se situa nos mesmos termos. Para ele, o desenvolvimento do comércio não caracteriza um modo de produção capitalista, devido à conjuntura de produção no qual os artesãos medievais estavam inseridos - não há alienação da força de trabalho de forma a constituir o sistema hegemônico na Europa do século XIX. Em suas palavras:

> Todavia estamos ainda muito longe da actividade capitalista que só viria a estabelecer-se em Portugal muitas centenas de anos mais tarde. A produção não assentava no trabalho assalariado; não existia então a dicotomia que se exprime na propriedade individual dos meios de produção e o trabalho colectivo levado a cabo pelos trabalhadores que, utilizando esses instrumentos produtivos e matérias-primas, recebem apenas um salário, pertencendo ao proprietário dos meios de produção a iniciativa da venda dos artigos fabricados e o lucro que proporcionem. (CASTRO, 1966, p.151, volume III.)

A perspectiva teórica dos autores parece se aproximar da escola teórica do marxismo-estruturalista, que sofreu grande resistência dentro do próprio marxismo a partir da década de 60. A oposição mais contundente foi feita pelos membros da New Left britânica, tendo seu principal representante Edward P. Thompson. Thompson critica, basicamente, a consideração geral de classe social como uma estrutura, pois, dessa forma, perde-se a noção de sua formação

a partir da experiência de homens e mulheres no processo histórico. Em sua *magnum opus,* descreve seu conceito de classe como *relação* e como *processo*:

> Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimento díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2004, p.9.)

Thompson considera que existam dois usos legítimos, dentro do marxismo, do conceito de classes: o primeiro, reservado às sociedades do século XIX, é aplicado a agentes sociais que já se vêem a partir de uma terminologia classista; o segundo, heurístico, é usado para estabelecer uma relação analítica entre uma evidência mais distante no tempo. A esse segundo tipo, que seria o aplicável à sociedade medieval, Thompson enfatiza a prioridade do conceito de *luta de classes*, que precede a classe social.

No ambiente teórico thompsoniano, os integrantes de uma classe social não são suportes de uma estrutura. Pelo contrário, eles possuem experiências objetivas e subjetivas do processo histórico, consequentes de suas relações com outras classes - por vezes conflituosas - para então, posteriormente, criarem uma consciência de classe.

> Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2007, p.273-274)

A socióloga Ellen M. Wood, que usa como base teórica as considerações de Thompson, considera que o conceito de classes para Thompson abarca a análise da História sem recorrer a mecanicismos e economicismos:

> É essencial para seu materialismo histórico [de Thompson] reconhecer que 'objetivo' e 'subjetivo' não são entidades dualisticamente separadas (que se prestam com facilidade a medições de 'necessidade' e 'ação'), relacionadas uma com a outra somente externa e mecanicamente, 'uma em seqüência

> à outra' como estímulo objetivo e resposta subjetiva. De alguma forma, é necessário incorporar à análise social o papel consciente e ativo dos seres históricos, que são ao mesmo tempo 'sujeito' e 'objeto', agentes e forças materiais nos processos objetivos. (WOOD, 2003, p.86.)

3- Armindo de Sousa - uma perspectiva baseada em Pierre Bourdieu

O autor português que mais se aproxima da perspectiva thompsoniana de classes ao estudar a burguesia portuguesa, ainda que com significantes distanciamentos decorrentes do foco das análises, é Armindo de Sousa. Utiliza-se, porém, de um léxico teórico diferenciado, fora do marxismo: a "teoria do espaço social" proposta por Pierre Bourdieu. Apesar de sua crítica à teoria marxista de classe social (que, como vimos, possui múltiplas interpretações dentro do próprio marxismo), sua similaridade com a análise de classes de Thompson dá-se devido à valorização da experiência homogênea de agentes sociais no processo que produzem práticas semelhantes em suas relações entre si.

Existem diferenças entre Bourdieu e Thompson. As classes, para Bourdieu, são somente um constructo teórico, sem existência real como um grupo efetivamente mobilizado. Em suas palavras, a classe só existiria "no papel" (BOURDIEU, 1989, p.136), enquanto para Thompson, como já vimos, elas possuem existência real no processo histórico a partir da forma na qual diversos indivíduos reúnem-se em um processo comum de luta de classes - construindo, então, sua consciência de classe.

Para aplicar a teoria de classes sociais pensada por Bourdieu à realidade medieval portuguesa, Armindo de Sousa adota conceitos do sistema teórico construído pelo sociólogo francês, composto por capital objetivo, capital incorporado e *habitus*. Em suas palavras, define uma classe social da seguinte maneira:

> Será tido como 'classe social' se: a) Os seus membros partilharem idênticas ou análogas condições de vida, as quais lhe imponham comportamentos psicossociais semelhantes; b) os ditos membros detiverem, cada um, uma soma de capital reconhecida por todos como dentro da média necessária - 'capital objetivo' ou económico (terras, meios de produção, rendas ou dinheiro), e, simultaneamente, 'capital incorporado' ou cultural (político, social, simbólico). (SOUSA, 1997, p.342-343.)

A partir dessa conceitualização, Armindo de Sousa considera a burguesia como sendo uma classe social, um macrogrupo nacional dotado de identidade, consciência e antagonismos de classe. Porém, um indivíduo não é burguês por exercer algum ofício ou profissão determinada. De acordo com o autor, ser burguês é ter *riqueza*. "Conjunto de abastados ou 'manteúdos'; e, logo, os 'bons', os 'maiores', os 'honrados', os 'nobres' dos lugares" (SOUSA, 1997, p.343). Por

isso, suas funções econômicas são assimétricas e heterogêneas, mas sua agência socio-política bem determinada.

Armindo de Sousa não considera, porém, que riqueza seja somente renda "capital objetivo":

> A resposta é esta: a riqueza que fazia grupos burgueses no Norte, Centro, Sul, Litoral ou Interior não se media em cifrões, número de cabeças de gado ou hectares de terra, uniformes e estandardizados. Em cada localidade, talvez isso funcionasse; empiricamente, já se vê. Em termos de grupo à distância, macrogrupo nacional, não. Contava a riqueza que proporcionasse, isso sim, liberdade, independência, disponibilidade política, *statu*. (SOUSA, 1997, p.344.)

Há, portanto, em Armindo de Sousa, uma definição de burguesia a partir de seu status enquanto dirigentes locais, homens considerados importantes de uma localidade. É uma conceitualização de classe que coloca a tônica sobre suas perspectivas políticas, por considerar que sua riqueza - essência da classe - emerge de sua posição no jogo de poder no qual participa no Portugal medieval.

Chegamos, porém, a um impasse comparativo. Enquanto as definições dos outros autores que vimos anteriormente referem-se à burguesia enquanto uma categoria profissional, urbana, relacionada às suas posições no modo de produção - prioritariamente comerciais e artesanais, Armindo de Sousa aplica o termo a outro tipo de agente social. Como Armindo de Sousa, portanto, observa os mesteirais portugueses durante a Idade Média? O autor os considera enquanto classes sociais?

Armindo de Sousa não considera os artesãos medievais portugueses enquanto um grupo organizado e com capital objetivo e simbólico suficientes para definí-los enquanto uma classe social em nível *nacional*. Da mesma forma que caracteriza os burgueses enquanto os mais importantes de cada localidade, os mesteirais seriam a camada média. Diferentemente, em nível *local*, o autor coloca sua definição em função de sua mobilização: em algumas cidades, como Porto e Lisboa, onde movimentos de contestação emergentes das demandas dos artífices, pode-se considerá-los uma classe no âmbito das sociabilidades urbanas (SOUSA, 1997, p.351-353).

4- Duas críticas ao conceito de classe social

A utilização do conceito de classe social para a burguesia medieval portuguesa não é ponto pacífico na historiografia que tratou do tema. Apresentaremos, a seguir, dois autores que levantaram críticas a seu uso teórico, seja por pensar classe de uma maneira rígida ou por considerar o conceito insuficiente, sujeito a anacronismos e falhas em sua aplicação à realidade portuguesa.

Humberto Barquero Moreno, ao analisar a burguesia do século XV em Portugal enquanto elites locais, alega:

> Apesar de com frequência se inserirem os mercadores ligados aos centros urbanos e os proprietários rurais residentes nas cidades numa categoria vasta e heterogénea designada por povo, parece-nos, contudo, defensável a teoria que os situa numa posição intermédia entre o povo propriamente dito e a nobreza. Considero igualmente não ser possível aplicar o conceito de classe ao burguês-mercador da Idade Média, o que apenas se torna viável a partir da Idade Moderna. No caso em apreço, estamos em presença de importantes grupos humanos que se dedicam essencialmente ao comércio ou em alternativa a uma actividade mista que se relaciona directamente com o fabrico e a comercialização dos artefactos produzidos. (MORENO, 1994, p.111)

Apesar de relacionar o termo burguesia com as relações diretas de produção e comercialização, ou seja, objetivas (de maneira diferente daquela definida por Armindo de Sousa e aproximando-se dos marxistas), Baquero Moreno não considera a burguesia medieval portuguesa uma classe social. Utiliza, em seu léxico conceitual, a ideia de "ordem" para situá-la entre o povo e a nobreza. Tal perspectiva é sujeita a críticas, principalmente pelo fato já atestado pelos autores marxistas da divisão social por ordens não ser suficiente para tratar da complexidade da sociedade portuguesa.

Em recente tese defendida na Universidade de Coimbra, Mário Sérgio da Silva Farelo se propõe a analisar o mesmo grupo social anteriormente descrito por Baquero Moreno, em um espaço mais restrito: a cidade de Lisboa. Para tal, na introdução de sua obra, levantou o problema de diversos conceitos que já foram aplicados ao grupo de dirigentes das cidades medievais, preferindo, entre eles, o de oligarquia.

> Idêntica precaução foi tomada em relação ao termo **burguesia**, visto que o seu emprego na realidade medieval olisiponense coloca problemas, não somente pela sua associação anacrónica com a classe social que tomou poder político na Europa do século XIX, mas também porque o vocábulo não se encontra na documentação medieval da própria cidade. Não sendo este último um óbice intransponível, parece-nos que a sua utilização remete, à semelhança do termo patriciado, para elites conotadas com a preeminência económica propiciada pelo comércio de largo trato e pelos negócios financeiros. Assim, também o seu uso será restringido a esse grupo específico das elites urbanas e dos grupos dirigentes das cidades. (FARELO, 2008, p.29-30)

Considera, portanto, que o termo burguesia refere-se tradicionalmente a suas perspectivas econômicas, por isso, redutor. O conceito de classe burguesa, porém, quando efetivamente trabalhado pelo historiador de maneira a evitar anacronismos, pode ter em si diversas interpretações, das mais economicistas (que Farelo nega o uso, corretamente, às oligarquias camarárias, por não as comportar enquanto grupo) quanto sócio-políticas e em assimilação de *status* (como a de Armindo de Sousa).

5- Conclusão

A partir do presente estudo, apesar deste ser limitado por tratar apenas de um pequeno número de correntes historiográficas, podemos traçar algumas conclusões gerais sobre o uso do conceito de classe aplicado à burguesia medieval portuguesa.

A historiografia marxista portuguesa mais tradicional, aqui representada nas figuras de António Borges Coelho e Armando Castro, não parece ter dialogado de forma efetiva com a flexibilização da referida escola teórica a partir da década de 60. Por isso, aspectos ahistóricos originados do estruturalismo economicista acabam por permear suas análises de classe, limitando-as a um determinismo reducionista dos agentes históricos relacionados ao comércio e ao artesanato. Possuem o mérito, porém, de defender o uso do conceito como uma ferramenta de análise para compreender a multiplicidade dos grupos sociais presentes na Idade Média portuguesa.

Armindo de Sousa tem como ponto forte a profunda discussão em torno do conceito de classe, que define, aos moldes de Bourdieu, enquanto uma relação de grupos societais, valorizando tanto os aspectos econômicos quanto os políticos, culturais e simbólicos. Há uma diferença, porém, quando trata do termo "burguesia": sua definição não segue os moldes tradicionais de uma classe relacionada ao comércio e ao artesanato, e sim a uma elite política local de detentores de riqueza (seja material ou simbólica). Não relaciona o conceito à função ocupada pela classe no sistema de relações de trabalho - o que o afasta do substancialmente do esquema marxista.

As críticas que apresentamos aqui ao conceito de classe variam, entre uma perspectiva muito fechada do conceito - e, por isso, possível somente em sociedades com alguma "consciência de classe" - a críticas à sua validade quando refere-se ao objeto de um estudo específico do historiador. São críticas parcialmente legítimas: por um lado, o objeto da prática historiográfica deve ter prioridade no diálogo com o aparato conceitual; por outro, não compreenderem que o conceito de classe é multifacetado na historiografia e sofreu interpretações, como a de Thompson, que são aplicáveis historicamente para grupos formados a partir de suas experiências específicas em relação aos distintos processos históricos.

Em conclusão, a partir desta apresentação pontual de alguns dos autores mais importantes da tradição historiográfica portuguesa, percebemos que a discussão sobre a aplicabilidade do conceito de classes à história medieval do reino é um tema em aberto, livre para conceitualizações

mais elaboradas que coloque em perspectiva as diversas posições sobre o assunto. Deve-se ter em vista, claro, a importância do diálogo entre a teoria e a prática empírica, o contato com o documento de maneira crítica e questionadora, ou seja, a partir de seu próprio ofício do historiador em seu esforço pela compreensão do passado.

Bibliografia

BAQUERO MORENO, Humberto. As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal. **Revista da Faculdade de Letras**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1994.

BORGES COELHO, António. **A Revolução de 1383**. Lisboa: Seara Nova, 1977.

BOURDIEU, Pierre. "Espaço social e gênese de classe". In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p.133-162.

CASTRO, Armando. **Evolução Económica de Portugal nos século XII a XV**. Portugália: Lisboa: 1964.

FARELO, Mario Sérgio da Silva. **A oligarquia camarária de Lisboa** (1325-1433). Tese de doutoramento em História Medieval – Universidade de Coimbra, 2008.

ROMERO, José Luis. **La revolucion burguesa en el mundo feudal**. Buenos Aires: Sudamericana, 1967.

_____. **Crise e Ordem no mundo feudoburguês**. São Paulo: Palíndromo, 2005.

SOUSA, Armindo de. "1325-1480 – Classes". In: **História de Portugal** - A monarquia feudal. Lisboa: Estampa, 1997.

THOMPSON, Edward P**. A Formação da Classe Operária Inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2007. p.269-281.

WOOD, Ellen M. "Classe como processo e como relação". In: **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003. p.73-98.

As Virgens Italianas da Coleção Eva Klabin: uma Análise Iconográfica

Prof.ª Mestranda Fernanda Correa (UFRJ)[1]

Introdução

Atualmente, ao se fazer uso da imagem como fonte histórica, a tendência metodológica consiste em buscar o seu significado a partir do seu contexto social. No processo histórico, as formas de recepção e percepção das obras de arte se transformam do mesmo modo que as sociedades, por isso é importante perceber e interpretar as imagens no centro de uma determinada cultura. Abordar uma obra pictórica implica em uma análise e uma investigação na busca dos símbolos que a compõem, assim como o contexto ao qual ela pertence. Ao analisar uma imagem, o historiador deve procurar compreender aquilo que se pretende expressar, refletir sobre os sentidos dessa construção e apreender as configurações históricas e culturais, ideológicas e políticas.

Entre as fontes analisadas, destaca-se uma série de representações da Virgem Maria com o Menino, de indiscutível valor artístico. Tais obras ainda não foram estudadas com exatidão e, portanto, não são do conhecimento do meio acadêmico.

No Brasil, entre as coleções particulares de obras de arte, destaca-se a de Eva Klabin. Primogênita de imigrantes lituanos que vieram para o país em busca de uma vida melhor, desde muito cedo Eva entrou em contato com outras culturas, despertando o gosto pela arte e pela história, moldando sua personalidade[2]. Sua alta condição social permitiu que iniciasse ainda adolescente um acervo particular de arte. No entanto, o que começou como um *hobby* tornou-se projeto de vida, e Eva Klabin decidiu fundar uma instituição que levaria o próprio nome. Composta por mais de duas mil peças e oriunda de várias partes do mundo, sua coleção de arte se insere num arco temporal de cerca de cinquenta séculos, isto é, desde o Egito Antigo ao século XIX. No entanto estas obras de valor constituem um acervo de excelência ainda pouco conhecido e pouco estudado.

Os pesquisadores Luiz Marques e Luciano Migliaccio foram os únicos que até então se debruçaram sobre o acervo Klabin, porém seus estudos, que deram origem à publicação de catálogos[3], carecem de análises mais aprofundadas.

A fim de dar continuidade ao exercício de valorização da arte produzida entre os séculos XV e XVI na península itálica que se encontra em território brasileiro, esta pesquisa

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). E-mail: fernanda.correas@yahoo.com.br

[2] MIGLIACCIO, Luciano. **A Coleção Eva Klabin**. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007, p. 3.

[3] Cf. MARQUES, Luiz. *Boletim* Arte Italiana em Coleções Brasileiras, 1250-1950. **Boletim do Instituto de História da Arte do Masp. Edição inaugural**. Lemos: São Paulo, 1996 e MIGLIACCIO, Luciano. *Op. Cit.*, 2007.

visa uma análise destas pinturas, segundo as suas questões iconográficas relacionadas às formas simbólicas renascentistas.

Considerações sobre a representação da Virgem

A partir do século IV, ainda durante a consolidação do Cristianismo, o fundamento básico do pensamento sobre Maria foi paradoxal, uma vez que esta além de ser tanto Virgem quanto Mãe era também a mãe humana de Deus. A figura mariana, apesar de pouco representada neste período, já era alvo de discussões teológicas. O Concílio de Éfeso em 431 insistiu no título *Theotokos*, isto é, "Mãe de Deus" [4]. Para que não se lançassem dúvidas a respeito do aspecto humano de Jesus houve um cuidado por parte dos teólogos da época para que a imagem de Maria não se assemelhasse a uma deusa – eles argumentavam que uma mãe humana era indispensável para garantir a vida humana de Jesus. De acordo com Hans Belting,

> Foi só quando o debate público sobre a definição da pessoa de Cristo, no séc. IV, preocupou todo o Império Romano que Maria começou a aparecer de forma mais destacada nos argumentos cristológicos, criando-se a necessidade de definir tanto sua vida quanto sua pessoa. [5]

No entanto, os dados a respeito da Virgem ainda estavam restritos a algumas passagens de sua vida, principalmente a Natividade, a Anunciação e a Visitação, nos Evangelhos Canônicos (de São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João), nos Evangelhos Apócrifos[6] e em livros hagiográficos.

A primeira utilização de imagens religiosas pela Igreja de que se tem notícia data do século VI. A família imperial ordenou que uma imagem da Virgem fosse enviada de Jerusalém a Constantinopla. Tal imagem supostamente teria sido pintada por Lucas, o Evangelista, a partir do modelo vivo. O ícone é conhecido por *Hodegetria* e está perdido desde a conquista turca da cidade. No entanto foi, provavelmente, o ícone mais reproduzido de todos com a figura de meio-corpo da Virgem e o Menino Jesus no seu braço esquerdo. Houve um esforço por parte das variantes medievais para tornar a ligação da Mãe com o Menino mais óbvia através do olhar e do gesto[7].

Com o passar do tempo os cultos e festas litúrgicas em homenagem à Maria se intensificaram. A partir do século XII surgem debates sobre uma iconografia que fosse capaz

---

[4] BELTING, Hans. **Semelhança e Presença: A história da imagem antes da era da arte**. Rio de Janeiro: Ars Urbe, 2010, p. 38 e 39.

[5] *Idem.*

[6] Os Evangelhos Canônicos derivam da palavra *Cânon* (ou Cânone), isto é, o catálogo de livros sagrados admitidos pela Igreja Católica. Partindo deste princípio, os Evangelhos Apócrifos são aqueles que, apesar de serem atribuídos a autores sagrados (como São Tiago e Maria Madalena), não são considerados canônicos. A diferença entre os livros é que os de caráter canônico seriam oriundos de uma Inspiração Divina.

[7] BELTING, Hans. *Op. Cit.*, p. 89 e 179.

de mostrar a infância de Jesus Cristo, mas é no *Trecento* italiano que se verifica a humanização de Maria enquanto mãe no que diz respeito à produção plástica.

Jaroslav Pelikan constata que ao longo da história Maria adquiriu um *status* simbólico, religioso e místico que, para além da simples devoção piedosa, personifica o ideal feminino de virtude. Não há dúvidas de que podemos considerar a imagem de Maria como uma das mais importantes para a concepção das tantas outras que dominaram o cenário produtivo da arte religiosa do cristianismo.

O conceito de imagem no medievo

Ao analisarmos estas obras, devemos levar em conta o debate conceitual em torno do termo "imagem", a fim de explorar seus usos e funções no período em que foram realizadas. As pinturas em questão mostram bem a época de transição em que se encontram, exibindo características tipicamente medievais. Não temos aqui propriamente um instrumento de conversão religiosa, mas de sustentação e reforço do culto, de maneira a agregar para si também os valores da cultura clássica. A produção destas obras, além de inserida numa esfera marcada pelo culto e pela devoção, faz parte de um processo pelo qual a imagem de culto medieval se tornou a obra de arte da era moderna. Temos assim uma "continuidade dos símbolos dentro de uma descontinuidade do seu uso" [8]. Ainda de acordo com Hans Belting,

> em seu lugar entra a arte, inserindo um novo nível de significado entre a aparência visual da imagem e a compreensão do contemplador. A arte se torna a esfera do artista, que assume o controle da imagem como prova de sua arte [9]

Norteado pelas reflexões teóricas de Belting, Jean Claude Schmitt afirma que as imagens no contexto do medievo tinham a função de mediadoras entre os homens e o divino, pertencendo mais à ordem do visual que à ordem da representação*:* "A imagem medieval se impõe como uma aparição, entra no visível, torna-se sensível" [10]. Deste modo elas podiam ser comparadas a aparições e manifestações divinas, o que levou os místicos da época a estabelecerem uma relação com as personagens sacras. A partir de uma abordagem antropológica, o autor utiliza o termo latim *imago* para distinguir a imagem medieval. Mas, assim como Belting, Schmitt acredita que a imagem do medievo não é portadora de uma única função, já que esta excluiria outras possibilidades de representação entre funções políticas e culturais, por exemplo.

Aliado às questões sobre o papel da imagem em seus usos e funções no período de transição entre o medievo e a renascença a fim de compreender a ressignificação deste conceito, este trabalho reconhece a necessidade de discorrer sobre o método de análise iconológico.

---

[8] *Idem,* p. 12.
[9] *Idem*, p. 17.
[10] SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens – Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. São Paulo: Edusc. 2007, p. 16.

Método de análise: iconografia/iconologia

Erwin Panofsky atribui ao exercício de análise de imagens três etapas que se organizam sucessivamente em descrição, análise e interpretação[11]. A descrição corresponde a uma fase pré-iconográfica e descritiva. A análise, por sua vez, deriva de um conhecimento mais aprofundado acerca dos temas representados (aproximação com a mitologia, por exemplo), enquanto a interpretação de uma obra seria a iconologia.

De acordo com o autor, a iconologia estaria destinada ao estudo e interpretação do significado dos ícones ou do simbolismo artístico de uma obra ou artista, em diferentes contextos históricos e culturais que resultam em representações alegóricas ou emblemáticas de uma visão de mundo. Ao comparar o surgimento dessa consciência histórica com a invenção da perspectiva, Panofsky propõe um paralelismo entre os acontecimentos artísticos e históricos, estabelecendo uma relação de dependência para a sua compreensão.

Rafael García Mahíques, por sua vez, aponta a iconografia como a disciplina que nos permite conhecer o conteúdo da figura em virtude da especificidade de suas características e sua relação com determinadas fontes literárias. Assim como Panofsky, o autor aproxima o conceito a termos como "descrição" e "classificação das imagens" [12]. Por outro lado, o conceito de iconologia, para Mahíques, equivale a uma interpretação histórica das imagens, em que se busca compreender as situações e os ambientes onde essas imagens cumpriram com uma função particular cultural. Ao recorrer à iconologia, o historiador estabelece um diálogo entre a imagem e o contexto histórico. Por um lado, trata-se de um enfoque metodológico da História da Arte como tantos outros (por exemplo, o formalismo e a sociologia da arte). Por outro, é uma maneira de contribuir para a História da cultura, "*tomando ésta como um âmbito em donde las diferentes disciplinas humanísticas se pueden relacionar entre si*" [13].

Escolhas compositivas

As imagens que compõem o objeto desta pesquisa são ao todo cinco. Todas apresentam a figura da Virgem com o Menino Jesus e, em duas delas, há também a representação de São João Batista criança.

As Virgens da coleção Eva Klabin, embora tenham a temática em comum, se diferem no que diz respeito às técnicas, aos materiais e à iconografia. A *Madona com Menino* (Fig.1) do artista sienense Sano Di Pietro é a mais antiga do *corpus* desta pesquisa. A obra data de meados do século XV e retrata a figura da Virgem com um pássaro na mão direita e o Menino Jesus no colo. Podemos dizer que apresenta aspectos mais próximos dos resquícios da forma gótica do que dos anseios renascentistas que já despontavam nos centros artísticos da Itália, uma vez que não há a presença da perspectiva e as vestes apresentam características mais rígidas.

[11] PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 47-87.
[12] MAHÍQUES, Rafael G**. Iconografía e Iconología. La Historia del Arte como Historia Cultural**. Volumes 1 e 2. Madrid: Ed. Encuentro, 2008, p. 21.
[13] MAHÍQUES, Rafael G. *Op. cit.*, p. 30.

Nos primórdios da Arte Cristã a forma do pássaro remetia à "alma alada", sugerindo o espiritual em oposição ao material. Esta representação da alma através do pássaro retorna à arte do Egito Antigo. Esse simbolismo é frequente nas pinturas do Menino Jesus[14].

Além disso, podemos perceber na pintura sienense que a relação entre mãe e filho se estabelece nos pequenos detalhes como a troca de olhares entre ambos e a mão de Jesus tocando o rosto de Maria.

Outras duas obras que compõem o objeto desta pesquisa datam do final do *Quattrocento* e se assemelham à pintura sienense no que tange as suas composições formais – como, por exemplo, a ausência da perspectiva ou quaisquer características que indiquem um cenário interno ou externo. Uma delas (Fig. 2) é atribuída ao artista Antoniazzo Romano que, segundo Vasari escreveu em suas *Vite*, foi "um dos pintores melhores existentes então em Roma" [15].

Entre os simbolismos presentes na obra, vale ressaltar a estrela dourada no ombro da Virgem. Com frequência a mãe de Deus é representada desta forma na Arte Cristã, e isso se deve ao fato de que 'Maria' em hebraico significa 'estrela do mar' (Maris Stella). Nesta pintura também é possível notar a relação entre mãe e filho a partir da troca de olhares entre as figuras.

Já a outra obra (Fig. 3) é atribuída ao círculo produtivo da região Lombarda, mas sem autografia certa. Nesta, a relação entre as figuras é estabelecida nos detalhes como no fixo olhar de Maria e em suas mãos abertas que sugerem o peso do Menino.

A quarta obra (Fig. 4) a ser analisada foi adquirida pela colecionadora Eva Klabin como sendo de autoria de Sandro Botticelli, mas o estudioso Luciano Migliaccio[16] contesta este dado em sua pesquisa, atribuindo-a a Filippino Lippi. O quadro é o primeiro da série proposta que apresenta a perspectiva, a paisagem e a figura de São João Batista criança entre as suas características.

Por fim, a quinta e última pintura (Fig. 5) deste *corpus* apresenta caso parecido com a anterior: foi adquirida por Eva como sendo de Andrea Del Sarto, mas sua autoria foi questionada por Migliaccio[17], que a aproximou de Michele Tosini. Este quadro é o único da série que apresenta características já consideradas maneiristas, isto é, típicas do complexo movimento artístico que gravitou pelo cenário europeu no século XVI.

Os aspectos formais e compositivos de cada obra devem ser analisados segundo as suas questões iconográficas relacionadas aos moldes medievais e às formas simbólicas renascentistas.

Para além das questões conceituais que circulam a análise deste estudo, é fundamental considerar a proveniência regional das imagens, levando em conta as variantes regionais da Península Itálica e a vasta gama de círculos artísticos que circundavam o território naquele período – discussão complexa devido principalmente às suas possibilidades extensivas. No entanto, este trabalho não pretende traçá-la a partir do objetivo de se estabelecer um resultado

[14] FERGUSON, George. **Signs and Symbols in Christian Art**. Oxford: Oxford University Press, 1977, p. 12-13.
[15] VASARI, Giorgio. **Vidas dos Artistas**. Edição de Lorenzo Torrentino; organização de Luciano Bellosi e Aldo Rossi; tradução de Ivone Castilho Benedetti. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 407.
[16] MIGLIACCIO, Luciano. *Op. cit.*, p. 60-62.
[17] MIGLIACCIO, Luciano. *Op. cit.*, p. 74-75.

final, mas sim de propor um estudo de aproximações estilísticas entre os diferentes artistas, fazendo emergir assim suas peculiaridades e características essenciais, levando em consideração as autorias propostas por Luciano Migliaccio e Luiz Marques em suas pesquisas.

Considerações finais

Podemos dizer que o merecimento do estudo destas pinturas se justifica principalmente por três motivos: um de ordem material, ou seja, o valor das obras como documento histórico cultural no nosso patrimônio nacional; outro de ordem iconográfica, que analisa os seus simbolismos artísticos e religiosos; e o último motivo, de ordem estilística, que nos aproxima aos principais ateliês italianos dos séculos XV e XVI, constituindo assim um conjunto exemplar de excelência.

O debate sobre o cenário produtivo da arte religiosa na Renascença italiana e suas implicações nos remete à necessidade constante de se renovar o olhar crítico sobre a arte e a cultura naquele período. Por outro lado, no campo da historiografia, a validade deste trabalho está em analisar um tema ainda caro aos historiadores da arte no Brasil diante da expansão de projetos de valorização do acervo nacional a partir de obras estrangeiras.

Sem pretender estabelecer conceitos fechados ou se limitar às referências aqui descritas, esta pesquisa objetiva caminhar abertamente, pronta a receber novas influências e traçar novas discussões teóricas, sem abandonar, entretanto, o seu objetivo principal da análise especificada.

Bibliografia

BELTING, Hans. **Semelhança e Presença: A história da imagem antes da era da arte**. Rio de Janeiro: Ars Urbe, 2010.

BERBARA, Maria (Org.). **Renascimento Italiano: Ensaios e Traduções**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

BURKE, Peter. **O Renascimento italiano – cultura e sociedade na Itália**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

FERGUSON, George. **Signs and Symbols in Christian Art**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

LANGMUIR, Erika; LYNTON, Norbert. **The Yale Dictionary of Art and Artists**. New Haven / London: Yale University Press, 2000.

MAHÍQUES, Rafael G**. Iconografía e Iconología. La Historia del Arte como Historia Cultural**. Volumes 1 e 2. Madrid: Ed. Encuentro, 2008.

MARQUES, Luiz. Boletim Arte Italiana em Coleções Brasileiras, 1250-1950. **Boletim do Instituto de História da Arte do Masp**. Edição inaugural. Lemos: São Paulo, 1996.

MIGLIACCIO, Luciano. **A Coleção Eva Klabin**. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PELIKAN, Jaroslav. **Maria através dos séculos, seu papel na história da cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens – Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. São Paulo: Edusc. 2007.

VASARI, Giorgio. **Vidas dos Artistas**. Edição de Lorenzo Torrentino; organização de Luciano Bellosi e Aldo Rossi; tradução de Ivone Castilho Benedetti. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

ANEXOS

Fig. 1

Madona com Menino
Sano di Pietro
Siena, Itália, 1406-1481
Óleo sobre madeira folheada a ouro / 48 x 31,5 cm / Fundação Eva Klabin
nº registro: FEK 687

Fig. 2

Madona com Menino
Antoniazzo Romano
Itália, final do século XV / início do século XVI
Óleo sobre madeira / 34,0 x 23,5 cm /
Fundação Eva Klabin
nº registro: FEK 584

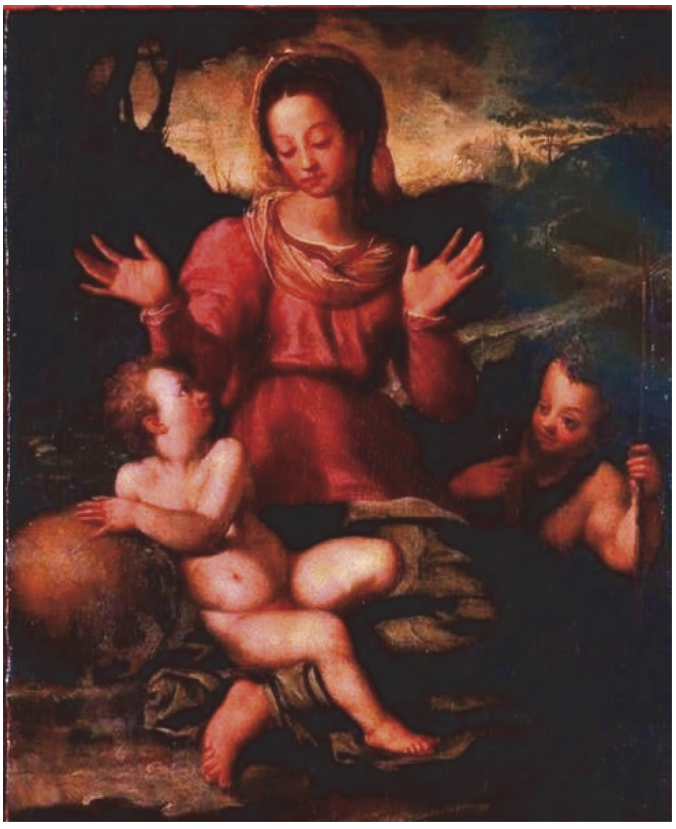
Fig. 3

Madona com Menino
Lombardia, século XVI
Óleo sobre madeira / 45 x 36 cm /
Fundação Eva Klabin
nº registro: FEK 381

Fig. 4

Madona com Menino e São João Batista
Sandro Botticelli (atribuição de inventário) / Filippino Lippi (atribuição Luciano Migliaccio)
Florença, Itália, 1490-1500
Óleo sobre madeira / 96,0 x 60,0 cm / Fundação Eva Klabin

Fig. 5



Nossa Senhora com o Menino e São João Batista criança
Andrea del Sarto (atribuição de inventário) / Michele Tosini (atribuição Luciano Migliaccio)
Florença, Itália, c. 1570
Óleo sobre madeira / 50,5 x 41,5 cm / Fundação Eva Klabin
nº registro: FEK 377

O Estado Português às Vésperas da Modernidade: Tensões e Relações de poder em uma Sociedade Nobiliárquica

Thaís Silva Félix Dias (UGF) [1]

A pesquisa aqui apresentada tem por finalidade a compreensão da configuração do Estado Moderno, a partir da particularidade do caso português. Para isso, utilizamos conceitos pré-estabelecidos acerca de tal época e verificamos sua aplicabilidade no Portugal da passagem para a modernidade.

Ao século XVI associado ao fenômeno chamado de "Formação dos Estados Modernos", que se tornariam no século XVIII os Estados Absolutistas. É comum aplicar o conceito de Estado Absolutista, amadurecido no século XVIII, para o século XVI – apesar de compreendermos a inexistência de um poder plenamente absoluto (HESPANHA, 1984, p. 30). Porém, tal qualificação não corresponderia ao século XVI, o que levanta a dúvida sobre a natureza do poder central de então.

Como se percebe, o conceito de Absolutismo está constantemente atrelado ao de Estado Moderno, porém o mesmo conceito é uma construção tardia, oriunda do Estado Liberal Burguês do século XVIII. Tal Estado definia o Absolutismo como um poder nas mãos de um governante que exercia influência e controle extremos na vida social, o que não condiz com a realidade no Antigo Regime.

Durante muitos anos a historiografia defendeu a tese de que fim da servidão, somado a fatores tais como o sistema tributário nacional e primórdios de um mercado unificado, teriam gerado um equilíbrio entre nobreza e aristocracia urbana (ANDERSON, 1985, p. 17). Porém, o fim da servidão não significou o desaparecimento das relações feudais no campo.

O Estado Moderno seria, portanto um aparelho de dominação que se basearia na lógica das relações feudais, reforçadas e recolocadas a partir do fortalecimento da realeza. A exploração sobre a classe dominada (rural) continuava, mas sob uma articulação na qual a monarquia tinha papel decisivo (a tributação, agora, ia para as mãos do rei).

O Estado verificado no século XVI se sustentava no equilíbrio dinâmico entre poderes periféricos e o poder central. O poder central não era exclusivo e monopolista. Antes, o rei tinha que governar de acordo com a pluralidade de poderes, a fim de manter a própria lógica que regia as relações políticas (HESPANHA, 1984, p. 35) e a dominação naquela sociedade; ou seja, as existentes tensões entre as várias instâncias de poder não eram necessariamente desestabilizadoras, pois de certa forma agiam na manutenção da estrutura política e social.

[1] Universidade Gama Filho, graduanda. PIBIC/UGF. thaisfelix08@yahoo.com.br. Orientador: Professor Me. João Cerineu Leite de Carvalho.

Para entender a questão dos papeis da realeza e da nobreza na configuração estatal, podemos fazer uso das lentes de Anderson, segundo o qual

> O poder de classe dos senhores feudais estava assim diretamente em risco com o desaparecimento gradual da servidão. O resultado disso foi um deslocamento da coerção político - legal, (...) criando um aparelho reforçado do poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebeias na base da hierarquia social. Entretanto, esta nova máquina política foi também, por sua própria natureza, dotada de uma força capaz de vergar ou disciplinar indivíduos ou grupos dentro da própria nobreza. (ANDERSON, 1985, p. 17)

Perante esse contexto, Portugal representa uma particularidade: desde o século XIII a organização do poder se concentrava as mãos do rei. A chamada Revolução de Avis (1383-1385) do século XIV representou o início da reorganização nobiliárquica das relações de poder no reino de Portugal (MARQUES, 1997, p. 145).

Ainda no século XIV apresentou-se em Portugal a legitimação da monarquia e da nobreza como elementos fundamentais da estrutura social – "os novos tempos" portugueses eram apresentados como corolário da relação entre "povo" e monarca, no qual este exercia notório papel de protetor da ordem (COSTA, 1999, p. 40), uma renovada forma de se reproduzir a lógica nobiliárquica.

Portanto, e ao contrário de certos países do Ocidente europeu, vemos, no recorte que compreende os séculos XIV a XVI, um Estado português que visava reajustar/adaptar estruturas (e mecanismos) "pré-existentes" para o novo contexto em que se inseria.

Entendendo o Estado Moderno português como um tabuleiro onde forças opostas se confrontavam em prol de seus interesses, mas que também visavam o equilíbrio de forças e a manutenção da estrutura de poder vigente e fazendo uso das Ordenações Afonsinas e Manuelinas, percebe-se como os interesses dos pólos de análise em questão, nobreza e realeza, eram praticados na estrutura estatal.

A organização das *Ordenações do Reino*, as *Afonsinas*, referentes ao reinado de Afonso V[2], representaram um avanço para o direito português. Em um contexto de lutas pela centralização do poder, as Ordenações representaram uma tentativa de equilibrar as relações de poder, vista a existência de variadas leis ao longo de reino que eram obstáculos à ampla execução da justiça portuguesa. (*Ordenações Afonsinas*, 1984, p.5)

Porém, por mais que sejam consideradas um avanço no direito português, é bom ressaltar que nada mais eram do que compilações de leis já existentes e em vigor e que o interesse em reuni-las existia desde o reinado de D. João I.

[2] Datadas do século XV (no reinado de D. Afonso V – 1448 a 1481) e que foram editadas, pela primeira vez, em 1792 pela Universidade de Coimbra, Portugal.

Com o reinado de D. Afonso V, vemos a última fase da aristocracia feudal em Portugal, com o fortalecimento de casas nobres perante um conjuntural recuo do alcance dos poderes da Coroa. Em contraponto a isto temos a tentativa da Coroa em se sobrepor aos interesses dos nobres através das Ordenações.

Se analisarmos as políticas afonsinas neste período, principalmente no que se refere ao projeto expansionista africano, vemos como o monarca tentou centralizar sua administração em detrimento da apropriação de uma série de conquistas pela nobreza. (COSTA, 1999, p. 64)

D. Afonso V também assegurou a hegemonia portuguesa contra a Igreja, que queria intervir nos novos territórios adquiridos pela Coroa. Através dessas políticas, as medidas de D. Afonso V foram a base para a administração e – principalmente – para o sucesso da expansão marítima perpetuada por seu filho D. João II.

Com as mesmas funções das Afonsinas, as Ordenações Manuelinas[3] substituíram as Ordenações vigentes até então. Visando se consolidar politicamente e criar a imagem de "Perfeito-Monarca", D. Manuel I não só ordenou uma nova compilação como exigiu que as anteriores fossem destruídas e relegadas ao desuso em todo reino (NISHIWAKI, 2008), prevendo punições a quem ainda as aplicasse.

O senhor D. Manuel

> mandara reformar as ordenações do Senhor D. Afonso V, nas quais mandou diminuir, e acrescentar tudo aquilo, que pareceo neceffario para o bom regimento do Regno, e ordem de Juftiça, no que Fe trabalhou muito, e tanto tempo, que foi a mor parte do que elle regnou: e no outro lugar diz, que o Senhor D. Manoel madar reformar as Leis e Ordenações antigas do Regno, e accrefcentar nellas algumas coufas, que lhe parecerão neceffarias. Daqui pois Fe prova, que a intenção do Senhor Rei D. Manoel não era fimlesmente reduzir a melhor ordem as Ordenções antigas, e outras Leis feitas por elle mefmo, ou por feus Auguftos Prdeceffores, mas que também queria corrigir, e emendar o que pareceffe digno de reforma, e accrefcentar novas providencias fobre os cafos omiffos nellas. (*Ordenações Manuelinas*, pp. XXIII-XXIIII)

D. Manuel determinou a criação de novas Ordenações em 1505, porém pode-se dizer que as mesmas só foram concluídas em 1521 e postas realmente em prática após sua morte, sendo substituídas na União Ibérica pelas *Filipinas*.

D. Manuel representava a complacência de Afonso V e a ferocidade do D. João II, e, como já mencionado, utilizou-se das Ordenações Manuelinas para construir sua imagem – D. Manuel I, o Venturoso; um "Perfeito Monarca", empenhando em legitimar seu poder.

[3] As Ordenações Manuelinas são datadas de 1521, no reinado de D. Manuel I, em substituição às Ordenações Afonsinas, e foram editadas em 1797 também pela Universidade de Coimbra.

D. Manuel preocupou-se, dentre outras coisas, com a imagem da monarquia portuguesa, com a memória do reino – evidenciado pelo cuidado em conservar a Torre do Tombo - e em continuar os grandes projetos de D. João II – especialmente os das grandes navegações e a busca do caminho para as Índias (NISHIWAKI, 2008).

Analisando os livros I e II das respectivas Ordenações percebemos as ferramentas jurídicas que a realeza utilizava para centralizar o poder em suas mãos em detrimento dos poderes periféricos, ao mesmo tempo em que a ideia de "corpo social" (HESPANHA, 1995, p. 29) era defendida em oposição ao interesse de autonomia dos mesmos poderes. Tais direcionamentos da Coroa foram consolidados a partir das Ordenações Manuelinas, mas não sem antes e durante sofrer resistências dos demais poderes.

Nos livros I e II de ambas as *Ordenações*, vemos como, segundo os dizeres dos monarcas, a estrutura política do Estado Português deveria ser configurada; como o poder deveria ser distribuído entre as esferas políticas existentes no reino.

Nos livros I de cada Ordenação, temos a distribuição dos poderes através dos cargos de Regedor, Chanceler Mor, Governador da Casa da Justiça, entre outros. Em paralelo a essas distribuições há a lembrança, no decorrer dos livros, de que o direito cabe aos monarcas respectivos, que o poder emana deles.

A questão de que os súditos devem remeter aos monarcas as informações adquiridas sobre o reino fica clara, por exemplo, através da leitura do Título 50 do Livro I das Ordenações Afonsinas, no qual o monarca expressa que

> Primeiramente mandamos ao Efcripvam dos noffos Feitos, e das Malfeitorias, que efcrepvam todalas citaçooes, pergooes, procuraçooes, e inquirições, de que havemos d'aver os noffos direitos, fazendo defto livro e cada huum anno, (...) (*Ordenações Afonsinas – Livro I,* pp.282 -283)

Se no primeiro livro coube esta distribuição, no segundo competiu aos monarcas estabelecer a relação de poder entre a igreja e a monarquia, como se percebe no Título I do livro II das Ordenações Manuelinas, que apresenta em que casos os clérigos respondem à justiça secular,

> (...) todolos Creligos que forem d'Ordens menores, affi folteiros como cafados com taces molheres que lhe as Ordens deuem valer, poderam feer demandados perante Noffas Juftiças em todos os cafos, (...) (Ordenações Manuelinas, p.6)

Através de uma análise objetiva, percebemos que a Ordenações tentaram sobrepor o poder real acima de todos os outros, mas que nem sempre as mesmas resultaram em uma eficácia prática. Entretanto, mais do que representar um jogo de poderes, as Ordenações

mostraram como se configurou a administração estatal portuguesa às vésperas da modernidade. Configuração que se perpetuou ao longo da modernidade, e, que, à sua maneira, fundamentou as estruturas de dominação e exploração instaladas de diversas formas nas possessões portuguesas ao redor do globo.

Documentação

Ordenações Afonsinas. Volumes I-V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
Ordenações Manuelinas. Volumes I-V. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
COSTA, João Paulo Oliveira. D. Afonso V e o Atlântico: a base do projeto expansionista de D. João II. **Mare Liberum: Revista de História dos Mares**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº 17, 1999, pp. 39-71.
HESPANHA, Antônio Manuel. "Para uma teoria da História Institucional do Antigo Regime". In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Coletânea de textos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1984, pp. 7-90.
_____. **História de Portugal – político e institucional.** Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
MARQUES, A.H. de Oliveira. **A História de Portugal**, v. 1. Lisboa: Editora Presença, 1997.
NISHIWAKI, P. S. L.. O Ideário Governativo de D. Manuel I: Pelo Trato das Leis o Retrato do "Perfeito-Monarca". **IX Encontro de Pesquisadores**, v. 01, p. sem pág., 2008.

SESSÃO 27
Historiografia e Teoria da História

O Valor e o não Valor dos Estudos Históricos: uma Leitura sobre a "II Consideração Intempestiva" de Friedrich Nietzsche

Prof.ª Mestranda Ana Carolina Pereira Araujo (PUC-Rio)[11]

Para iniciarmos essa comunicação gostaria de destacar algumas questões que a leitura da "II Consideração Intempestiva" tem suscitado, são elas: Qual é a utilidade da História para a vida? Nós realmente necessitamos dela para viver? O que é mais importante o conhecimento (a ciência) ou a ação? Questões essas, polêmicas, que permearam a minha leitura da "II Intempestiva" de Nietzsche e que irei retomar aos poucos ao longo dessa apresentação.

Nietzsche trabalha na sua Segunda Consideração Intempestiva com a seguinte imagem: o rebanho no pasto. Para o filósofo, o homem ao observar o rebanho sente inveja destes animais, da sua felicidade, oriunda da sua capacidade de esquecimento, "pois este homem só deseja isto: viver como animal, sem tristeza e sem sofrimento; mas ele o deseja em vão, pois não pode desejar isto como o faz o animal" (NIETZSCHE, 2005, p.70).

Nietzsche contrapõe a representação do rebanho que vive de maneira a-histórica e devido a isso carrega consigo a jovialidade, à imagem do homem que se torna prisioneiro de suas lembranças, tornando-se assim enfermo. A felicidade para o filósofo reside, na "faculdade de sentir as coisas, durante todo o tempo em que dura, fora de qualquer perspectiva histórica" (NIETZSCHE, 2005, p.72). Sendo assim, para Nietzsche tanto a História como o esquecimento são indispensáveis para a conservação do homem.

Visando determinar o limite tênue em que a História pode passar de benéfica para nociva, Nietzsche afirma a necessidade de compreensão da força plástica de um indivíduo, de um povo ou de uma cultura em questão. Força essa que "permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar as suas feridas, reparar as suas perdas, reconstituir por si próprio as formas destruídas" (NIETZSCHE, 2005, p.73). Desta forma, a força plástica permite a certos tipos de homens ou de culturas, uma maior capacidade de esquecimento, de incorporação dos acontecimentos históricos, cabendo a cada indivíduo ou estado analisar as suas fragilidades e a sua capacidade plástica ao entrar em contato com esse passado, visando utilizá-la de forma benéfica a vida.

Para o filósofo a História moderna teve que ser racionalizada para poder ser aceita como ciência e dessa forma passou a se distanciar cada vez mais da vida. O saber histórico abundante para o filósofo, assola o homem moderno e faz dele um depósito de informações, faltando-lhe força plástica, potencial ativo e transformador. Sua interioridade o paralisa.

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura (PUC-Rio); Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Marcelo Gantus Jasmin. E-mail: carol.historia@hotmail.com.

> O homem moderno acaba por ter o estômago carregado de uma massa enorme de conhecimentos indigestos, que como é dito no conto, rolam e se chocam no seu ventre. Este ruído revela a característica mais íntima deste homem moderno: a admirável oposição – desconhecida nos povos antigos – entre uma interioridade à qual não corresponde nenhuma exterioridade, e uma exterioridade à qual não corresponde nenhuma interioridade. O saber com o qual ele se empanturra, frequentemente sem fome, às vezes mesmo sem necessidade, não age mais como uma força transformadora orientada para fora, fica dissimulado numa certa estranha soberbia, como sendo a sua "interioridade" específica (NIETZSCHE, 2005, p.100).

Na sua crítica a cultura histórica moderna, Nietzsche define a cultura de um povo, "quer dizer o contrário desta barbárie, como sendo a unidade do estilo artístico em todas as manifestações da vida deste povo" (NIETZSCHE, 2005, p.102). Uma cultura homogênea, singular e viva em contraposição a cultura histórica moderna acumuladora que vê o tempo histórico como sucessivo e linear.

A antiguidade grega seria o modelo cultural nietzschiano. O filósofo enfatiza o sentido a-histórico grego, onde haveria uma diferenciação entre "ser culto" e ter uma "cultura histórica", entre sabedoria e cultura histórica. Destacando que um Heleno perdido na modernidade notaria que "nós não possuímos nada de próprio", e que apesar da nossa cultura histórica não passamos de "enciclopédias ambulantes" (NIETZSCHE, 2005, p. 102).

No que concerne ao tempo, para Nietzsche existem três modos de compreendê-lo: De forma a-histórica, supra-histórica e ou histórica. O modo a-histórico de compreensão do tempo é o tempo onde as balizas entre o passado e o presente são indefinidas. Esse tempo não histórico é o tempo dos animais, é o tempo da infância. Na vida do homem é o instante em que este se permite o esquecimento e a ilusão, sendo assim capaz de empregar o passado em benefício do presente.

O ponto de vista supra-histórico implica em aceitar a presença da ação de imprevistos nos acontecimentos. O homem supra-histórico coloca-se de fora da história e acredita que o mundo atinge o seu fim a cada instante, para estes há algo de imutável na História. O supra-histórico "estaria curado, a partir de então da tentação de levar a história muito a sério; teria aprendido a achar em todo lugar (...) a resposta à questão do porquê e do como da existência" (NIETZSCHE, 2005, p. 78).

O sentido histórico diz respeito aqueles "espíritos históricos" que Nietzsche crítica, aos que enxergam a história sobre a ótica do processo e acreditam obter a verdade dos fatos através do método científico. Para o filósofo os dois primeiros modos seriam o principal remédio contra a doença do historicismo.

No tocante a época moderna, Nietzsche identifica que a cultura histórica seria responsável por alguns malefícios ao homem como a discrepância entre interioridade e exterioridade, a

pretensão a justiça, a perturbação dos instintos, o envelhecimento da humanidade e o ser irônico consigo mesmo. Entretanto a despeito de todas as críticas que Nietzsche dirige a História, vale ressaltar que ele a considera necessária para a vida. É a história como doença, em excesso que é o alvo da crítica do filósofo. Segundo Nietzsche a vida tem necessidade do serviço da história e esta interessa aos seres vivos por três razões:

> porque eles agem e perseguem um fim, porque eles conservam e veneram o que foi, porque eles sofrem e têm necessidade de libertação. A essas três relações correspondem três formas de história, na medida em que é permitido distinguir aí uma história monumental, uma história tradicionalista e uma história crítica (NIETZSCHE, 2005, p.82).

A História monumental só considera acontecimentos históricos eventos grandiosos do passado. Sua narrativa pauta-se na exemplaridade e o passado é visto como modelo. Esse tipo de História "interessa sobretudo ao homem ativo e poderoso que trava um grande combate e tem necessidade de modelos, de mestres, de consoladores que ele não consegue encontrar à sua volta e no presente" (NIETZSCHE, 2005, p. 82). É saudável na medida em que induz o homem a acreditar que a grandeza do passado será possível novamente, impulsionando-o desta forma para a ação, para criação. Contudo tem seus aspectos nocivos, na medida em que exclui da sua narrativa segmentos do passado e que ao invés de impulsionar o homem para a ação, tem o poder de paralisá-lo. Uma vez que é possível que o ser humano passe a considerar o passado tão grandioso que o verá como único modelo, desprezando assim toda a criação do presente.

Esse homem nostálgico que busca no passado o seu objeto de adoração é o que acredita na História tradicionalista. O passado na sua visão deve ser respeitado e o seu prazer se encontra nas origens. Para o homem tradicionalista a vida esta a serviço da História. Esse homem sabe conservar o passado, mas não consegue criar através dele, desprezando a vida em transformação. Para Nietzsche:

> Aqui, surge imediatamente um perigo: tudo o que é antigo e passado, enquanto permanece no campo de visão acaba por ser recoberto por um véu uniforme de veneração, ao passo que aquilo que não dá testemunho de respeito para com estes vestígios, quer dizer, tudo quilo que é novo e em vias de nascer, se encontra aí rejeitado e atacado (NIETZSCHE, 2005, p.94).

A História crítica busca julgar o passado, interrogando-o e por vezes condenando-o, a partir do nosso critério de justiça. É útil na medida em que permite livrar-se do peso da história. Porém, quando em excesso essa abordagem traz muitos perigos para a vida, pois condenando a história o crítico renega a sua própria natureza, perdendo o seu contato com o passado. Sobre isso, escreve Nietzsche:

> É então que se examina o passado do ponto vista crítico e se ataca com o machado as suas raízes, se abstendo cruelmente, além disso, de todas as clemências. Este processo é sempre perigoso, perigoso para a própria vida: e os homens ou as épocas que servem à vida julgando e destruindo o passado são sempre homens e épocas perigosos e ameaçadores. Já que somos efetivamente o fruto das gerações anteriores, somos também o fruto dos seus desregramentos, das suas paixões, dos seus erros, ou seja, ou seja, dos seus crimes: não é possível excluir-se completamente desta cadeia. Podemos condenar estes desregramentos e acreditar que estamos livres deles, mas isto não impede que sejamos os seus herdeiros. Na melhor das hipóteses, chegaremos então a provocar um conflito entre a nossa natureza íntima, hereditária, e o nosso conhecimento, e também, sem dúvida, haverá uma luta entre uma disciplina nova e rigorosa e os valores legados e inculcados por uma educação tradicional. (NIETZSCHE, 2005, p. 97).

Esses três tipos de história devem ser usados de forma apropriada para fortalecer a vida. Sendo assim aquele que quer criar grandes coisas deve se apropriar do passado para impulsionar as suas obras, aquele que se satisfaz com a rotina do hábito e venera as coisas antigas usa a história de forma racionalista e aquele que necessita livrar-se do peso do passado sente a necessidade de uma história crítica. Para Nietzsche: a troca imprudente destes papéis pode acarretar muitos problemas "o espírito que critica sem necessidade, aquele que conserva sem piedade e aquele que conhece a grandeza sem ser capaz de realizar grandes coisas são como aquelas plantas que, arrancadas do seu solo originário, retornam ao estado selvagem e degeneram" (NIETZSCHE, 2005, p.90).

Friedrich Nietzsche faz um ataque direto aos pressupostos científicos da Historia, aos seus métodos e ao Historicismo de Hegel e seus seguidores. É contra a História universal que o filósofo se ergue, essa história que acredita que "há muito que as mudanças que ocorrem na história são caracterizadas igualmente como um progresso para o melhor, o mais perfeito" (HEGEL, 1995, p. 85). Para Hegel, a História é progressiva e linear alcançada através da consciência da liberdade que culmina no Estado. Contra Hegel, Nietzsche assinala a infinitude do tempo, e a temporalidade como eternidade e circularidade.

Nietzsche defende que é pelo contato com a arte que se torna possível um uso saudável da história. Sobre a relação entre História e arte escreve "somente quando admite ser transformada em obra de arte, ou seja, numa pura criação da arte, é que a história pode eventualmente preservar ou mesmo despertar os instintos" (NIETZSCHE, 2005, p.129). Desta forma, o historiador deveria abandonar as exigências metodológicas científicas e produzir a história de forma mais próxima a essência artística da criação.

Por fim, na *Segunda Consideração Intempestiva,* podemos observar que Nietzsche acredita na utilidade da História para a vida, mas crê na sua utilização moderada, de modo que não reduza

os impulsos criadores humanos, a força plástica do indivíduo. O filósofo coloca em evidência a crença nos valores da ciência Histórica como algo concreto e sem falhas, e propõe outro modo de se lidar com a História, mais próximo da arte.

Bibliografia

HEGEL, Friedrich. **Filosofia da História**. Trad. Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: UnB, 1995.

NIETZSCHE, F. "II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida". In: **Escritos sobre história**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. "Introdução teorética sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral". In: **O livro do filósofo**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. 6ed. São Paulo: Centauro, 2004.

SOCHODOLAK, Hélio. **O Jovem Nietzsche e a História – Como ser intempestivo e duelar com o seu tempo**. São Paulo: Annablume, 2009.

Nas Ondas do Tempo:
Considerações sobre a Ideia de História Universal na Contemporaneidade

Prof. Mestrando Rafael Cunha (PUC-Rio).[1]

Desde o século XVIII, com os desafios e propostas trazidos à cena pelas Filosofias da História, a temática do "universal" passou a ser uma questão fundamental e inerente ao conhecimento histórico. Contudo,o declínio desses modelos explicativos ocorrido entre o final do século XIX e começo do XX fez com que as indagações sobre uma "História Universal", tal como pensada por Kant, desse lugar à discussão sobre o método historiográfico.[2] Tal declínio está intimamente associado com o chamado *esgotamento das energias utópicas*[3]; fenômeno que encontra seu momento de maior tensão com as duas Grandes Guerras quelevaram a barbárie em sua face mais cruel – o holocausto –, antes só encontrada nas distantes colônias de além-mar, ao solo Europeu. (ARENDT, 1981)

Tendo todo esse contexto em vista, é razoável afirmar que durante esse turbulento período, a Historiografia Europeia da primeira metade do século XX, sobretudo a francesa, não parece ter feito grandes esforços para enfrentar essa crise de sentido que a História parece experimentar "desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro". (TOCQUEVILLE apud ARENDT, 1981, p.32)

É só entre as décadas de 1970 e1980 que as reflexões sobre as possibilidades de uma "História Universal" começaram a ganhar força no cenário internacional. Alguns intelectuais, em seu esforço para repensar a teoria marxista à luz dos novos desafios enfrentados pela construção do conhecimento histórico nesse período, afirmam ser necessário que esses novos problemas epistemológicos sejam enfrentados a partir da "unidade de uma única grande história" (JAMESON, 1992, p.17).

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. rafaelcfrancisco@hotmail.com

[2] Ao fazermos tal afirmação, temos plena consciência de que essa leitura pode ser facilmente problematizada. Algumas interpretações recentes sobre o positivismo alemão destacam a existência de uma preocupação com a questão da "HistóriaUniversal" nesses autores. Nesse sentido, cf. GUILLAND, Antoine. **L'Allemagne Nouvelle et ses historiens: Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel et Treitschke.** Paris: Félix Alcan, 1899. No entanto, como esse trabalho não tem o intuito de fazer uma análise mais detida sobre as múltiplas faces da escola positivista, mas sim pensar as possibilidades de uma "história universal" em nossa contemporaneidade, não nos deteremos no extenso debate travado por Ranke e Hegel acerca das ideias de Universal e particular na História.

[3] A respeito da relação entre utopia e crise, ver: KOSSELECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 1999. Ver também o esclarecedor trabalho de Habermas que procura analisar a situação de crise enfrentada pelo Welfare State na década de 1980 à luz da ideia de esgotamento das energias utópicas. HABERMAS, Jürgen. "A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas". In: **Diagnósticos do tempo, seis ensaios**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

É necessário esclarecer, em primeiro lugar, que esse trabalho de Jameson não pertenceao campo da Historiografia; o autor deixa claro que, embora aborde temáticas comuns à História Literária, seu livro deve ser entendido como um novo método crítico que teria por base a análise ideológica a partir da unificação entre Teoria e História Literária até então vistas como campos de reflexão opostos pelas outras tradições do pensamento ocidental. Em segundo lugar, logo na primeira frase de seu prefácio o autor dá uma pista de que essa relação, inerente ao marxismo, não é livre de hierarquia. "*Historicizar sempre*", nos revela Jameson, seria o único imperativo absoluto do pensamento dialético. (JAMESON, 1992, p.9).

Nesse sentido, a questão de uma História Universal comum a todos os homens se apresentava mais uma vez, contudo, ainda intimamenteligada ao Historicismo. O que significa pensar a totalidade da História sobre esses termos? Uma exposição breve e resumida da análise de Jameson sobre a constituição do indivíduo moderno burguês nos romances de Balzac, Gissing e Conrad deve nos ajudar a perceber os limites dessa concepção de História Universal.

O principal objetivo do livro, como o próprio subtítulo deixa claro e em linhas muito gerais, é demonstrar como a narrativa ficcional se constitui em um ato simbólico e, a partir disso, como o inconsciente político de determinada época pode ser apreendido através da análise ideológica. Dessa forma, os seus dois primeiros capítulos são formados por uma longa discussão teórica sobre o marxismo e suas possibilidades enquanto teoria crítica da literatura.

O método de análise brilhantemente desenvolvido por Jamesonem seus capítulos iniciais – e aplicado em suas análises – possui três fases distintas, as quais são por ele chamadas de molduras ou horizontes e que só poderiam ser estudados em sua relação umas com as outras e não separadamente, embora cada um desses horizontes possua objetos muito bem definidos.[4]

O primeiro consiste na análise detalhada da obra individual. Essa moldura supõe que, a partir dos atos simbólicos, os textos literários são lidos como soluções de contradições sociais existentes que não poderiam ser solucionados pela via política convencional. Nesse sentido, o analista deveria buscar sempre a contradição fundamental que moveu a produção de determinado texto, ou seja, a qual problema insolúvel esse ou aquele texto se referem. O segundo horizonte trata da busca pelos ideologemas, que éa menor unidade inteligível do discurso objetivo, contidos nas camadas internas dos textos. Esse movimento analítico tira a atenção da obra como um problema individual, ou seja, do escritor e de sua condição social no mundo em que vive para transformá-la em fatos e instituições sociais coletivas. Esses ideologemas são, em outras palavras, ideias anfíbias que tem como característica essencial sua manifestação como uma "pseudo-ideia". Por último, o terceiro horizonte seria constituído por uma total restruturação do texto individual como um campo de forças no qual as respectivas relações entre os diferentes signos contidos no texto possa ser registrada, para que assim se possa constituir a *ideologia da forma*. (JAMESON, 1992, p.68-93)

[4] Sua tipologia metodológica é amplamente inspirada nas noções de Gadamer, embora o autor privilegie mais a discussão com a hermenêutica psicanalítica, especialmente com a corrente lacaniana. Nesse sentido Cf. JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**. São Paulo: Ática, 1992, p.68.

É aqui que a noção de História Universal se torna ao mesmo tempo fundamental e problemática nas formulações de Jameson; isso porque ao afirmar que a História – entendida aqui não como um campo do conhecimento, mas sim como aquele singular coletivo (*Weltgeschichte*) – é, na verdade, o campo último da compreensão geral a partir de uma "reescrita do texto"[5], fica implícito em seu argumento a noção de que os eventos que serão reestruturados pelo analista já estão dados *a priori*no mundo social. Nesse sentido, essa noção de História Universal perde grande parte de seu sentido, uma vez que os eventos poderiam ser facilmente antecipados pelo analista, caso ele fosse capaz de perceber quais as contradições fundamentais que motivaram a produção de determinado texto e, por conseguinte, vislumbrar a totalidade de um processo histórico, como por exemplo, a representação do desenvolvimento do indivíduo burguês moderno na literatura de Balzac, Gissing e Conrad.[6]

Portanto, é como se os problemas abordados por Jameson em seus estudos literários já estivessem dados em um plano superior e, indo mais além, fosse possível conhecer de antemão a conclusão da sua investigação histórica justamente por sermos capazes de vislumbrar o processo desde seu princípio, como se os próprios agentes históricos– os três autores por ele analisados – por meio da atuação de um *"inconsciente político"* fossem apenas uma pequena parte do processo maior que seria a constituição do indivíduo burguês moderno.

Nesse sentido, por mais louvável que seja o esforço do autor em propor uma resposta à crise do historicismo, é fundamental nos lembrarmos da famosa parábola de Kafka, exaustivamente citada por Hannah Arendt em diversos de seus trabalhos, na qual um homem enfrenta dois adversários, um a sua frente e outro às suas costas. Lutando com ambos, deseja incansavelmente alcançar o *impossível*, qual seja, ser jogado para fora dessa linha de conflito e por sua *experiência* de luta ser nomeado juiz entre os dois combatentes que agora lutam entre si (ARENDT, 1981). E por que essa é uma tarefa impossível? Pois não há como o homem sair do seu tempo para ser juiz nem do passado (inimigo que ataca o homem pelas costas) e tampouco do futuro (adversário que avança pela frente). Por mais que as formulações de Jameson sejam brilhantemente desenvolvidas, receio que não tenha existido sequer um homem capaz de viver fora do seu tempo, nem ele mesmo.

Nesse sentido, as concepções teleológicas que orientam suas reflexões sobre uma História Universal revelam-se pouco esclarecedoras, contudo, motivam uma nova pergunta a ser feita: há possibilidade de que as reflexões sobre uma História Universal não estejam diretamente ligadas ao resgate do pensamento teleológico? Responderemos a essa pergunta a partir de algumas formulações contidas no recente trabalho de Peter Burke que procura pensar a universalidade histórica em um sentido mais acadêmico.

---

[5] Aqui se faz necessário, para tornar a argumentação mais clara, a transcrição da passagem completa: "A tarefada análise cultural e social, assim construída nesse último horizonte será, é claro, a *reescritura* de seus materiais de tal forma que essa perpétua revolução cultural possa ser apreendida e lida como a estrutura constitutiva mais profunda e permanente em que os objetos textuais empíricos alcançam inteligibilidade." Grifo meu, cf. Ibid. p.89.

[6] Nesse sentido, ver o desenvolvimento do argumento de Jameson (1992) ao longo dos capítulos 3,4 e 5.

Em seu *Western Historical Thinking in a global perspective – 10 theses*, Peter Burke apresenta ao seu leitor algumas considerações sobre suas comparações entre o pensamento histórico europeu e outras culturas que buscam refletir sobre a história, como as chinesas, japonesas e árabes. Embora o autor ressalte que seu trabalho não tem o intuito de fornecer conclusões sobre esse assunto, mas sim propiciar alternativas para que outros estudiosos se aventurem pelos caminhos do estudo comparativo entre diferentes culturas históricas, Burkeoferece aos seus pares alguns pontos nos quais ocidente e oriente se "tocam", ou seja, onde as duas formas de reflexão sobre a história partilham pontos comuns. Nas palavras do autor um exemplo dissoconsiste no fato de que:

> [It is] needless to say, linear views of history can be found outside west. Messianic and millenarian expectations form part of Muslim as well as Jewish and Christian traditions. They can be found in many parts of the world in the nineteenth and twentieth centuries (in China, in Africa, in the "cargo cults" of Polynesia) the result not only of the spread of Christianity but also of its interaction with indigenous traditions.(BURKE, 2010, p.17) [7]

Poderíamos citar exemplos como esse à exaustão. No limite, o texto de Burke parece concentrar seus argumentos na tentativa de estabelecer conexões entre o cânone historiográfico ocidental e as diversas tradições oriundas do oriente. Deve-se ressaltar também queesse foi um ponto duramente criticado por diversos autores, especialmente acadêmicos orientais que perceberam, nas formulações de Burke,uma relativa simplificação de temas complexos pertinentes às suas respectivas culturas, muitas vezes fazendo conexões que, aos olhos de seus críticos, pareciam exageradas ou mesmo equivocadas.[8]

Contudo, não são as conexões estabelecidas por Burkeque interessam para nossas próprias reflexões sobre a História Universal, mas sim a constituiçãode uma comunidade global de Historiadores que, como nos lembra White, adotaram os cânones da prática historiográfica ocidental. Isso fica claro quando constatamos que nenhuma das suas teses é capaz de citar pelo menos uma contribuição genuinamente significativa das culturas orientais para essa comunidade global. (WHITE, 2010)[9]

Mas o que significa dizer que esse espaço comum a todos os historiadores é ditado pelo cânone historiográfico europeu? A resposta a essa pergunta está nas conclusões do texto de White, quando ele afirma que:

---

[7] BURKE, Peter. "Western Historical Thinking in a global perspective – 10 theses". In: RUSEN, Jörn. (org.) **Western Historical Thinking.** .New York, Berghanh Books, 2010. p.17.

[8] Para um maior aprofundamento no conteúdo dessas críticas, ver por exemplo:YING-SHIH, Yü. "Reflexions on chinese historical thinking". In: RUSEN, Jörn. (org.) **Western Historical Thinking.** New York, Berghanh Books, 2010. p.173-176.

[9] WHITE, Hayden. "The Westernization of World History". In: RUSEN, Jörn. (org.) **Western Historical Thinking**. .New York, Berghanh Books. 2010.

> Burke does not suggest that this convergence of interests might be a function of Western political, economic, and cultural imperialism in which a distinctive Western notion of history has gained hegemony over other "nativist" notions. On the contrary, he accepts the idea of "professionalism" as a transcendental perspective in which the advance of knowledge of the past is held by a good in itself.(WHITE, 2010, p. 118)[10]

Isso significa dizer, em linhas gerais, que as reflexões de Burkeconsistem muito mais em um movimento de ocidentalização da História Universal do que propriamente no desenvolvimento de um campo que seja capaz de abranger as múltiplas faces das diferentes culturas e suas respectivas relações com uma noção de História comum a todas elas. Se, como demonstramos anteriormente, uma ideia de teleologia reduz a produção do conhecimento histórico, de um ponto de vista epistemológico, ao patamar de uma mera busca por métodos que sejam capazes de *revelar*processos, tampouco a mera ocidentalização do cânone historiográfico ocidental será capaz de vencer as barreiras impostas por um mundo cada vez mais plural. Em suma, a mera constatação de que os historiadores brasileiros, norte-americanos, franceses, alemães, chineses, japoneses e etc. partilham agora um conjunto de práticas metodológicas e teóricascomuns é certamente interessante na perspectiva acadêmica, mas certamente isso não é suficiente.

Estamos falando aqui de uma constatação básica da condição humana contemporânea, qual seja, a de que todos nós habitamos o mesmo planeta, eque a cada dia as distâncias que separam os homens são reduzidas. Basta pensarmos no advento da globalização e da modernização dos meios de tecnologia e comunicação para verificarmos o quanto estamos cada vez mais ligados uns aos outros. Contudo, isso não significa necessariamente que as diferenças sejam eliminadas a partir da expansão do modelo capitalista, pelo contrário, na medida em que essas distâncias são encurtadas, as diferenças culturais parecem se acentuar cada vez mais. Uma noção de História Universal, pensada nos nossos dias, deve obrigatoriamente levar isso em conta. Reconheço que nesse ponto a questão deixa de ser somente historiográfica e assume um caráter quase especulativo. O desenvolvimento da nossa proposta se dará justamente nesse campo no qual os historiadores não gostam muito de se aventurar, qual seja, nas ondas de nosso próprio tempo, especulando sobre as possibilidades que temos de vislumbrar um espaço de experiência comum aos mais diferentes homens.

O que significa pensar um *espaço de experiência*[11] comum aos homens? Como é possível que esse espaço não seja, como vimos no trabalho de Burke, uma mera ocidentalização da cultura européia, ou seja, que respeite as diferenças entre ocidente e oriente e, assim sendo, respeite as

[10] Ibid. p.118.

[11] A ideia de espaço de experiência discutida aqui é tributária das reflexões do historiador alemão Reinhart Koselleck. Para um maior aprofundamento sobre esse conceito, ver: KOSSELECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos. **"Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio/ Contraponto, 2006.

muitas visões sobre a História presentes nessas culturas?Provavelmente não seremos capazes de fornecer nenhuma resposta definitiva a essas questões. Contudo, a partir de determinados acontecimentos contemporâneos podemos apontar para alguns caminhospossíveisà recuperação da noção de História Universal, sem que ela seja um sinônimo de ocidentalização pela via de uma "colonização historiográfica"(Burke) ou uma interpretação apriorística dos processos históricos (Jameson).

A formulação da ideia de um *espaço de experiência* global, comum aos homens de diferentes partes do mundo, não invalida a possibilidade da existência de outros *espaços de experiência* menores, ou seja, que possam ser pensados em uma perspectiva local. De fato, acompanhando as reflexões de Koselleck, seria razoável dizer que existem inúmeros *espaços de experiência* aos quais corresponderiam outros tantos *horizontes de expectativa*. Essas duas categorias analíticas são abordadas aqui *não*como sinônimos de passado e futuro, mas sim como meios de se pensar, a partir de uma perspectiva temporal, a coexistência entre um espaço comum a todos os homens – um mundo cosmopolita, para usar os termos de Kant – e diversos outros espaços nos quais esses mesmos homens pensam suas respectivas histórias de maneiras muito particulares e distintas umas das outras.

Certamente esse espaço que estamos desenvolvendo em nossas reflexões não se trata de um meio acadêmico no qual a produção dos historiadores é metodologicamente homogênea, como nos apresenta Burke, mas sim de um*espaço de experiência* no qual os homens vivem igualmente os efeitos de uma crise econômica em algum país da Europa, da Ásia ou da América do Norte. O que queremos dizer é que com a expansão dos meios de comunicação e do próprio capitalismo, criou-se um espaço no qual os homens do mundo partilham, por exemplo, os mesmos medos ou esperanças.

A atual crise econômica vivida pelo capitalismo é emblemática nesse sentido. Não é preciso ser um economista para saber o que poderá acontecer caso os gregos resolvam sair da Zona do Euro. Para além disso, há também aquele receio generalizado de que a crise se espalhe por todo o mundo. Isso é facilmente visível ao lermos notícias sobre outros países que, segundo os jornais e os especialistas, também estão com a "corda do pescoço", como Portugal, Espanha, Irlanda e Itália.

Logicamente não nos interessa fazer uma exaustiva investigaçãodas causas da atual crise do capitalismo, mas sim utilizá-la como breve exemplo daquilo que viemos falando e defendendo ao longo desse trabalho. Acreditamos que a existência desse *horizonte de expectativa* comum frente a essa crise, qual seja, esse sentimento universal de medo que parece tomar conta de tudo e todos, talvez seja um bom começo para que sejamos capazes de refletir sobre um espaço comum a todos os homens e, por conseguinte, oferecermos um caminho pelo qual possamos pensar e reavaliar a noção de uma História Universal na atualidade.

Curiosamente, essa proposta não parececarregar em seu conteúdo o otimismo apresentado por Burke e sua comunidade global de historiadores e as propostas utópicas de

Jameson. Por um lado esse pode ser um argumento verdadeiro, se levarmos em consideração a crise econômica como o único exemplo possível no qual esse espaço de experiência, de fato, é possível.

Se essa é ou não a única possibilidade talvez seja impossível afirmar, contudo, nos dias atuais ela certamente é a mais poderosa constituidora desse espaço, isso porque, como nos lembra White em sua resposta à Burke, a segunda metade do século XX viu a consolidação do capitalismo enquanto um sistema econômico mundial. Aliado a isso, vimos uma crescente redução das distâncias através da modernização dos meios de comunicação e do estabelecimento de relações econômicas de dependência entre os países. Todo esse contexto, sem dúvida alguma, acabou por aproximar as ambições, sonhos e medos dos agentes históricos nos últimos anos do milênio passado.

Talvez o leitor pudesse considerar nossas propostas um pouco menos pessimistas se considerássemos, por exemplo, ao invés da crise econômica a progressiva crença nos valores democráticos como bons em si mesmos. As recentes revoltas ocorridas no Egito, na Síria e na Tunísia parecem comprovar que essa expansão, longe de ser um consenso entre todas as formas de governo, parece ser capaz de estabelecer outro espaço comum suficientemente abrangente para pensarmos mais uma vez na questão da universalidade, sem que com isso tenhamos que necessariamente vivenciar uma experiência de medo como a crise econômica parece trazer diariamente tanto ao grego quanto ao brasileiro. Nós, ocidentais, vemos a luta daqueles homens e mulheres por liberdade e em um exercício de alteridade chegamos mesmo a pensar como eles conseguiram viver por tanto tempo sem poder votar e escolher seus líderes, o sofrimento deles passa a ser o nosso próprio uma vez que aqueles homens, do outro lado do mundo, passaram a partilhar dos mesmos valores que nós mesmos.

Por fim, contudo, devemos destacar que as duas possibilidades por nós exploradas de constituição de espaços de experiência comuns aos homens passam obrigatoriamente pelo movimento de expansão e consolidação dos valores capitalistas e do próprio capitalismo enquanto um sistema econômico. Não é mera coincidência que o exemplo da crise econômica pareça mais plausível para o nosso leitor do que a expansão do desejo pela liberdade. Isso se deve ao fato de que o capitalismo enquanto um sistema econômico global já exerce sua plena hegemonia, ou seja, a economia mundial é uma realidade comum a todos, mesmo diante daqueles países não capitalistas como Cuba eChina. Já a democracia, embora seja amplamente difundida na cultura política ocidental, é obrigada a concorrer com outras formas de governo no oriente, especialmente as teocracias autoritárias árabes.

Certamente, a título de conclusão, não pretendemos sustentar a ilusão de que fomos capazes de propor pelo menos uma formulação palpável sobre a História Universal. O que nós fizemos foi tentar compreender como a expansão do capitalismo e o advento da globalização influenciaram na criação de novos espaços nosquaisos homens partilham novamente algo em comum, mesmo que esse novo tesouro por eles partilhado seja o medo de que o sistema

econômico capaz de uní-los seautodestrua.Logicamente essa "união" é questionável e esse espaço de experiência, seja ele consolidado pela crise econômica ou pelos valores democráticos, é bastante limitado. Contudo, não devemos cair na tentação de acreditar que a História Universal está perdida.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1954.

_____. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1981.

GUILLAND, Antoine. **L'Allemagne Nouvelle etseshistoriens: Niebuhr, Ranke, Mommsen, Sybel et Treitschke**. Paris: Félix Alcan, 1899.

HABERMAS, Jürgen. **Diagnósticos do tempo, seis ensaios**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**. São Paulo: Ática, 1992.

KOSSELECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto, 1999.

_____. **Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio/ Contraponto, 2006.

RUSEN, Jörn. (org.) **Western Historical Thinking**. New York, Berghanh Books, 2010.

SESSÃO 28
Diferentes Perspectivas sobre o Conhecimento Histórico

A Autobiografia em Blaise Cendrars: o Personagem entre a história e a História

Prof.ª Doutoranda Karla Adriana de Aquino (UFRJ)[1]

O poeta franco-suiço Blaise Cendrars (1887-1961), viaja ao Brasil nos anos 20, sugerindo a seus modernistas partir em busca das tradições brasileiras. A apropriação estética de sua experiência brasileira, nos romances e nos gêneros autobiográfico e histórico, caracteriza sua obra literária, a partir dessa viagem, marcando uma ruptura em sua produção literária. O interesse, neste trabalho, é a questão da autobiografia com pretensão de veracidade histórica que encontramos em *Bourlinguer* (1948) e *Le Lotissement du Ciel* (1949). Analisaremos, em particular, a questão do sujeito na narrativa autobiográfica, a partir de *Boulinguer* e de *Le Lotissement du Ciel*.

Essa investigação trata das tensões entre os gêneros autobiográfico e histórico, na obra literária de Blaise Cendrars. Busca-se investigar se a imagem de Blaise Cendrars e de alguns personagens, como Paulo Prado, impressa nos textos, corresponde a uma certa realidade; qual o estatuto que adquirem e o papel que exercem essas pessoas transformadas em personagens no texto literário marcado pelo pacto referencial, que é a autobiografia; e se a regra fundamental do pacto autobiográfico, a da coincidência explícita entre autor, narrador e personagem principal, foi bem sucedida (FREITAS, 1998, p.30).

Philippe Lejeune, afirmando o caráter contratual do pacto autor/leitor no gênero autobiográfico, ressalta a historicidade dos códigos implícitos ou explícitos da publicação, e considera que, sendo a história da autobiografia a história de seus modos de leitura, trata-se, de modo comparativo, de fazer dialogar os contratos de leitura propostos pelos diferentes tipos de texto e os diferentes modos de leitura a que esses textos são submetidos (LEJEUNE, 2008, p.46-47). Trata-se de fazer dialogar os diferentes tipos de texto presentes nos livros de Blaise Cendrars, em particular, em *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel*. Trata-se, pois, de investigar o lugar do sujeito na narrativa autobiográfica e, comparativamente, na biografia e no romance: particularmente, o estatuto e o papel do personagem real ou fictício nessas narrativas.

Maria Teresa de Freitas levanta algumas considerações, em *"Portrait de Paulo Prado* (FREITAS, 1998, p.29), sobre a obra de Cendrars, a partir de sua leitura de *O pacto autobiográfico* de Philippe Lejeune. Quando se conta sua própria vida, como é o caso de Blaise Cendrars em *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel,* isto pode implicar em contar a vida dos outros. Mesmo se tratando a autobiografia de um texto literário, sendo um texto "referencial", a autobiografia é suscetível de ser submetida a uma "prova de verificação". Ou, inversamente, porque as informações se encontram num texto referencial, elas podem ser tomadas como provas documentais. A questão que se coloca, então, a qualquer texto que tem como característica o pacto referencial, mas onde esta referencialidade está submetida a uma enunciação subjetiva é

[1] Doutoranda PPGHIS/UFRJ; Mestre em Letras; Orientadora: Profa. Dra. Andréa Daher.

qual lugar ocupa o personagem entre a história e a História? Qual o estatuto entre o mundo real, que o criou, e o texto, que o recriou? Qual o papel que representa na autobiografia do Outro? (FREITAS, 1998, p.29)

Philippe Lejeune, em *O pacto autobiográfico*, (Cf. LEJEUNE, 2008) define a autobiografia da seguinte forma: "[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade." (LEJEUNE, 2008, p.14) *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel* parecem, a princípio, ser uma autobiografia que se mescla com os gêneros memórias (biografia), romance pessoal, auto-retrato e ensaio.

Para que haja autobiografia, e, numa perspectiva mais geral, "literatura íntima" (diário, autoretrato, auto-ensaio) (LEJEUNE, 2008, p.24), Lejeune afirma que a condição essencial é haver relação de identidade entre o autor, o narrador e o personagem. No caso da narrativa em primeira pessoa, no que se refere à identidade autor-personagem-narrador é que ele diferenciará autobiografia de romance; com relação à autobiografia, manifesta-se a confusão entre a noção de identidade e a de semelhança ('Cópia autenticada'), que lhe servem para diferenciar autobiografia e biografia (LEJEUNE, 2008, p.15).

No que concerne à identidade narrador-personagem principal, suposta pela autobiografia, esta se caracteriza, na maior parte das vezes, segundo Lejeune, pelo emprego da primeira pessoa. É o que assistimos em *Bourlinguer*, no livro, como um todo, há identidade entre autor e narrador, Blaise Cendrars, e o personagem principal é também Cendrars. Mas, no trecho que mais aqui nos interessa, quando se dedica ao personagem real de Paulo Prado, no décimo-primeiro capítulo, "Paris, Port-de-Mer", o narrador coincide com o autor, Blaise Cendrars, numa narrativa em primeira pessoa, mas o personagem principal passa a ser Paulo Prado. O mesmo procedimento ocorre em outros textos do mesmo livro, quando o personagem principal passa a ser um personagem real ilustre ou "anônimo". Já, em *Le Lotissement du Ciel*, na parte intitulada "La Tour Eiffel Sidérale", o personagem principal, Oswaldo Padroso, assim como outro personagem, Caïo de Azevedo, são fictícios, mas inspirados em personagens reais e a narrativa se baseia também em fatos vividos por Cendrars, que participa do livro, que é um volume antes de tudo autobiográfico.

Assim, desde o início, tanto em *Bourlinguer* quanto em *Le Lotissement du Ciel*, o autor-narrador-personagem principal aparece através do pronome pessoal "je", deixando bem clara a intenção autobiográfica, mesmo com todo o recurso ao ensaio e à História, com o convite ao leitor de se transportar a um lugar real, e com o recurso à ficção no segundo livro, mas uma ficção que também serve à uma narrativa autobiográfica que pretende legitimação histórica.

É possível, também, haver identidade entre narrador e personagem principal sem o emprego da primeira pessoa, no caso da narrativa em terceira pessoa. A identidade narrador-personagem é então estabelecida de forma indireta, trata-se de uma autobiografia escrita como se fosse uma simples biografia. Ao falar de si na terceira pessoa, o narrador impõe ao personagem,

o distanciamento do olhar da história ou do olhar de Deus, segundo Lejeune (LEJEUNE, 2008, p.17).

O que nos interessa aqui é o "distanciamento do olhar da história" de que fala Lejeune. Em *Bourlinguer*, há o que Maria Teresa de Freitas chama de "irrupção da História na autobiografia – e, sobretudo, em uma autobiografia mítica, como é a de Cendrars -", em que o personagem de Paulo Prado assegura a função histórica do gênero, "o que é também uma garantia da autenticidade do texto" (FREITAS, 1998, p.36-37). Não só o célebre personagem Paulo Prado ou o também conhecido personagem Chadenat, como também personagens "anônimos" e até fictícios, mas inspirados em personagens reais, têm a função de garantes da autenticidade histórica da narrativa memorialística de Cendrars. Vê-se, no décimo-primeiro capítulo do livro, "*Paris, Port-de-Mer*", no que Freitas chama de "espécie de díptico simultâneo dinâmico" (FREITAS, 1998, p.34), a história do Brasil se passar em diferentes momentos, da fundação da cidade de São Paulo à modernização dos grandes centros urbanos carioca e paulista, dos escritos dos primeiros viajantes às imigrações, da independência política do país à sua entrada na Primeira Grande Guerra Mundial ao lado dos aliados. Parece-nos, pois, que nesta narrativa em primeira pessoa, não é o uso da terceira pessoa no registro autobiográfico que assegura o "distanciamento do olhar da história", mas o uso do personagem real de Paulo Prado, por exemplo, que protagoniza parte do livro intitulada "Paris, Port-de-Mer", como garantia da autenticidade do texto, de que fala Maria Teresa de Freitas. Portanto, é o personagem principal desta parte do livro, em que o narrador não coincide com o personagem principal, sendo o narrador a mesma pessoa do autor, que Blaise Cendrars *usa* como forma de afirmar a historicidade do texto em que narra uma série de eventos da história do Brasil, na perspectiva dos "desbravadores" paulistas. O que, por sua vez, confirma o protagonismo de Paulo Prado não só na autobiografia de Cendrars, como, o de sua família e dos cafeicultores paulistas também, na História com *h* maiúsculo do Brasil que ele pretende contar mesclada à sua história de vida. Ele *usa* o personagem de Paulo Prado, personagem real, ainda que a narrativa possa se faltar com a fidelidade absoluta aos fatos[2], como garante da autenticidade da narrativa. Esse mecanismo, de se valer de uma narrativa biográfica, permite a Blaise Cendrars, ao mesmo tempo, distanciar-se da ficção e assegurar para sua autobiografia a função histórica do gênero. De forma que, nesta parte do livro, predominam os gêneros biográfico e histórico, mas eles se prestam a confirmar a veracidade dos fatos narrados na autobiografia.

Bourlinguer inicia-se, fazendo apelo à História com *h* maiúsculo, particularmente aos seus métodos e protocolos: a pesquisa bibliográfica e as notas. Vê-se a preocupação de Cendrars com a utilização de manuscritos originais e as deformações a que estão sujeitos, ao que acrescenta, mais adiante, uma crítica à "história oficial" a que visariam as deformações da tradução, e não "a história do homem, dos homens, do autor e de seus contemporâneos." (CENDRARS,1948, p.25) Esse primeiro capítulo parece querer introduzir a questão que coloca Blaise Cendrars

[2] Podem ocorrer erros, deformações, interpretações consubstanciais próprias da elaboração do mito pessoal em qualquer autobiografia, Cf. LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico** de Rousseau à Internet. *Op. cit.,* p. 41.

ao escrever suas autobiografias: servir à história. Mas que história? Ele responde: a história do homem, dos homens, do autor e de seus contemporâneos. Não, "a história oficial". Note-se que ele prevê um possível uso "enciclopédico" das informações contidas em seu livro.

Assim, ao longo do livro, as narrativas, quer "históricas", como aquelas sobre a História do Brasil, quer ensaísticas, quer memoriais, quer memoriais entremeadas de "históricas", pretendem contribuir para uma História com *h* maiúsculo dos homens, do autor e de seus contemporâneos, contrapondo-se a uma "história oficial", como se os testemunhos dessa história dos homens a tornasse mais próxima da história vivida do que a narrativa da "história oficial". Esta intenção de dar às suas memórias função histórica parece se confirmar pela introdução de notas do autor "para o Leitor desconhecido", em que explicita dados históricos. Portanto, se prestarmos atenção nesses paratextos, que, como lembra Maria Teresa de Freitas (FREITAS, 1998, p.32), a partir de Lejeune, permitem estabelecer o "contrato de leitura" (Cf. LEJEUNE, 2008), perceberemos que essas notas, protocolo elementar do ofício do historiador, têm uma clara intenção performativa, de conferir autenticidade ao texto ensaístico-memorialista de Cendrars.

Esse recurso a obras de história com o intuito de reforçar a veracidade dos fatos narrados no livro, autenticando as histórias de sua vida narradas no livro com uma escrita menos subjetiva, quiçá científica, e, ao mesmo tempo, subjetivando e individualizando as histórias colhidas dentre escritos ou fatos históricos com a sua autoria é o uso que Blaise Cendrars faz da *Storia de Mogor*, de Nicolao Manucci, que lhe serve para introduzir *Bourlinguer*, de forma a deixar claro que o autor considera sua autobiografia como uma forma de fazer história, a história dos homens, aproximando-se dos fatos vividos, ao contrário do que faria a história oficial, na sua visão.

Mas, ao contrário do que isso possa estar fazendo parecer, não é todo o texto de *Bourlinguer* que faz apelo à História. Há um *mélange* entre narrativas que recorrem a personagens reais ilustres ou não para reforçar a autenticidade do texto e há narrativas tipicamente memoriais sobre as quais, no entanto, não podemos sequer afirmar a veracidade dos fatos, portanto mais próximas da ficção. Cabe indagar sobre o papel que exerce nessas duas autobiografias de Cendrars a ficção.

Também em *Le Lotissement du Ciel* (Cf. CENDRARS, 1949) as narrativas ficcionais se misturam às autobiográficas, especialmente em "*La Tour Eiffel Sidérale*", mas aí também surgem fatos históricos confundindo ainda mais ficção e realidade e servindo a conferir veracidade ao texto autobiográfico. Está, pois, claro o papel que exercem as narrativas históricas nos dois textos autobiográficos. Mas a pergunta sobre o papel da ficção nessas narrativas autobiográficas resta impreciso. Vê-se a intenção autobiográfica do autor, situando-se na história, que é um *mélange* de reconstituição histórica e ficção.

Portanto, seguindo os critérios de Lejeune, tanto *Bourlinguer* quanto *Le lotissement du Ciel* são autobiografias, não romances autobiográficos, a diferença fundamental entre os dois gêneros é que na autobiografia há uma identidade assumida no ato de enunciação entre autor-

narrador-personagem principal. Note-se também que a memória liga de forma aleatória tempos diferentes do personagem principal que é também autor e narrador, não se tratando, pois, de uma autobiografia que siga a cronologia, esta só pode ser construída pelo leitor.

É "em relação ao nome próprio que devem ser situados os problemas da autobiografia", diz Lejeune (LEJEUNE, 2008, p.23). É ao nome impresso na capa do livro e na folha de rosto que se refere o que se chama de *autor*, segundo ele "única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito" (LEJEUNE, 2008, p.23). Conclui-se que o autor não é só uma pessoa, mas uma pessoa que escreve e publica, inscrevendo, a um só tempo, no texto e no extratexto, a linha de contato entre eles (LEJEUNE, 2008, p.23). Indispensável ao que Lejeune chama de "espaço autobiográfico" é que a autobiografia seja antecedida de "outros textos" não autobiográficos. Não há objeções para Lejeune quanto ao pseudônimo, pois é um nome de autor, que não mudaria nada em relação à identidade. Para se pensar que a história é uma autobiografia, ela só o será no caso de haver "uma *identidade assumida* na enunciação, sendo a *semelhança* produzida pelo enunciado totalmente secundária" (LEJEUNE, 2008, p.25). Esses textos que se assemelham com a autobiografia sem que haja uma identidade assumida no ato de enunciação entre autor-narrador-personagem principal são "romances autobiográficos": "textos de ficção em que o leitor pode ter razões de suspeitar, a partir das semelhanças que acredita ver, que haja identidade entre autor e *personagem*, mas que o autor escolheu negar essa identidade ou, pelo menos, não afirmá-la." (LEJEUNE, 2008, p.25).

Portanto, segundo os critérios de Lejeune, nenhum dos dois livros em questão é romance autobiográfico. Mas, se, segundo esses critérios de Lejeune, no que concerne, pois, à obra de Blaise Cendrars, o seu pseudônimo não importaria como índice de "ficcionalidade", digamos assim, pois o que importa aí é que o pseudônimo Blaise Cendrars é assumido como nome do autor; para Claude Leroy, Cendrars assume com constância a dimensão autobiográfica, e o pseudônimo importa, especialmente, em seu caso, pois introduz um elemento de fábula e autoficção no texto (LEROY, 2009, p.441), estendendo sua utilização mesmo ao período de sua vida anterior à criação do nome fictício e à sua família. Em *Bourlinguer*, desde a primeira página do livro a primeira pessoa aparece referindo-se ao autor, que assume o livro como autobiográfico, terceiro de uma série de, ao menos, quatro livros autobiográficos. Como afirma Claude Leroy sobre *Le Lotissement du Ciel*, mas o mesmo vale para *Bourlinguer*, além de se pôr em cena, se nomear e se fazer nomear, Cendrars assina essa espécie de Suma de suas aventuras, encontros, viagens e escritos, referindo-se a uma vasta biblioteca por alusões, notas ou citações. Resulta um autorretrato que é, para Leroy, uma espécie de "espelho partido", em que o "fio cronológico é permanentemente rompido pelos caprichos da memória" (LEROY, 2009, p.440), assim não são evidentes os princípios de aparecimento e associação dos lugares, das épocas e

dos atores que surgem em cena. Como, num "quebra-cabeça", diz Leroy, cabe ao leitor situá-los numa cronologia (LEROY, 2009, p.440).

Já em relação à diferenciação autobiografia/romance autobiográfico, poderíamos, pois, concluir que, ainda segundo os critérios de Lejeune, *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel* são autobiografias, não "romances autobiográficos", tampouco "mesclas" de autobiografia e romance autobiográfico, pois o que define este último é a identidade assumida pelo autor no ato de enunciação e não os graus de "ficcionalidade", diria eu, ou "fidelidade" do texto (nas palavras de Lejeune, "rupturas do contrato" ou não) (LEJEUNE, 2008, p.26). E Blaise Cendrars, apesar de se aproximar da ficção ao longo dessas narrativas, assume na enunciação a identidade de autor-narrador-personagem principal: é esta "assinatura" (LEJEUNE, 2008, p.22) que equaciona a questão do *nome próprio*, fundamental, por sua vez, para a definição de "autobiografia" Lejeune (LEJEUNE, 2008, p.26) diz que o leitor pode levantar dúvidas quanto à semelhança, mas nunca quanto à identidade, que é, pois, o que define a autobiografia. Em *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel*, a identidade de nome entre autor-narrador-personagem principal não é assumida implicitamente, mas "de modo patente", para utilizar as palavras de Lejeune, isto é, referindo-se ao nome assumido pelo narrador-personagem na própria narrativa que coincide com o nome do autor impresso na capa do livro (LEJEUNE, 2008, p.27). Trata-se, pois, de um caso de "pacto autobiográfico", assumido no início do livro de "maneira solene" e "disperso e repetido ao longo do texto" (LEJEUNE, 2008, p.31).

Ainda que Blaise Cendrars se aproxime, nesses dois livros, aparentemente da ficção, como dissemos anteriormente, seguindo os critérios de Lejeune, a narrativa seria da ordem da "mentira" e não da ficção. Diz ele, sobre o caso de coincidirem nome do personagem principal e nome do autor, o que excluiria a possibilidade de ficção (LEJEUNE, 2008, p.30). Esse mentir de Cendrars é, para Claude Leroy, "um mentir-verdadeiro", pois Cendrars se coloca como testemunha "para caucionar com sua assinatura o que só se pode atingir pelo desvio de uma ficção" (LEROY, 2009, p.441-442). Para Leroy, não importa separar a verdade da lenda em Cendrars. Pergunta ele: "À sua maneira rapsódica, misturando claras rupturas e correspondências secretas, não buscam suas memórias antes recompor o tempo perdido para recuperá-lo pela via do mito?" (LEROY, 2009, p.433) Esta seria uma resposta possível para a questão anteriormente levantada sobre a função da ficção nas autobiografias cendrarsianas. Portanto, o mito revelaria, segundo Leroy, o sentido mais verdadeiro da autobiografia. Lejeune discordaria.

O fato de se tratarem de autobiografias não impede que, em partes dos dois textos, Blaise Cendrars escolha como personagem principal outro personagem real, ou, atenção, fictício, e se reserve o posto de coadjuvante. É o que ocorre, no caso de um personagem principal que é um personagem real outro que não o autor, Paulo Prado, no trecho já citado de "Paris, Port-de-Mer" de *Bourlinguer,* e de "La Tour Eiffel Sidérale" de *Le Lotissement du Ciel*, em que o personagem Oswaldo Padroso é um personagem fictício que mescla características do fazendeiro Luiz Bueno de Miranda, de Oswald de Andrade (1890-1953) e de Paulo Prado, todos companheiros de

jornadas na primeira viagem que Cendrars fez ao Brasil, em 1924 (LEROY, 2011, p.18-20). No primeiro exemplo, tratar-se-ia de uma biografia dentro de uma autobiografia, uma biografia esta que vem autenticar a veracidade dos fatos narrados pelo autor-narrador-personagem principal da autobiografia, valendo-se, além disso, do gênero histórico, com este propósito? No segundo, em que há pacto autobiográfico, mas o personagem principal da parte "biográfica", por assim dizer, da autobiografia é fictício, tratar-se-ia de um "romance" dentro da autobiografia? Mas, como, se Lejeune afirma que no caso de haver coincidência entre o nome do personagem principal e o nome do autor, ainda por cima com afirmação do "pacto autobiográfico", ser impossível se tratar de ficção (LEJEUNE, 2008, p.30)? E, ainda, que função teria essa ficção se ela busca aparentemente resgatar memórias de fato vividas?

Lejeune afirma que tanto a biografia quanto a autobiografia são textos referenciais, que, tal qual o discurso científico ou histórico, se propõem a dar informações sobre uma "realidade" externa ao texto e a se submeter a uma "prova de verificação": aí encontra-se a chave do "pacto referencial", em geral, coextensivo ao "pacto autobiográfico", sendo difícil dissociá-los (LEJEUNE, 2008, p.36).

O contrato estabelecido pelo "pacto referencial" restringe-se à "verdade possível", isto é, 'a verdade tal qual me parece, levando-se em conta os inevitáveis esquecimentos, erros, deformações involuntárias etc., em demarcar explicitamente o "campo" ao qual o juramento se aplica, ou seja, sobre tal aspecto da vida narrada e não outro' (LEJEUNE, 2008, p.37). Assim, o "pacto referencial" tem semelhança com o pacto do historiador com o leitor. A diferença é, diz Lejeune, que, ao contrário do pacto do historiador em que há uma exigência de exatidão, no pacto autobiográfico a exatidão não é necessária (LEJEUNE, 2008, p.37). Portanto, o "pacto referencial" na autobiografia pode ser firmado e cumprido com inexatidão, já o "pacto referencial" firmado pelo historiador ou pelo jornalista exige exatidão.

Nos casos de *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel* não se trataria, pois, nem de embuste nem de mitomania, pois, mesmo em "*La Tour Eiffel Sidérale*", o personagem de Oswaldo Padroso, ainda que fictício e não autobiográfico, baseia-se em elementos biográficos de personagens reais, estabelecendo, pois, uma relação de semelhança com o real, sendo este o motivo do grande interesse que desperta na historiografia literária. Pois aí, as hierarquias *identidade/ semelhança* se confundem, havendo afirmação da *identidade* no que se refere ao pacto autobiográfico, que rege os dois livros, o que imporia uma superioridade da *identidade* sobre a *semelhança*, mas também há afirmação da *semelhança*, tanto no caso da biografia dentro da autobiografia, no exemplo da função de Paulo Prado em relação à autobiografia de Cendrars em *Bourlinguer*, quanto nos personagens fictícios baseados em personagens reais de *Le Lotissement du Ciel*, em que haveria uma superioridade da *semelhança* sobre a *identidade*.

Cabe, então, ainda, indagar sobre o papel da ficção na autobiografia de Cendrars. Claude Leroy pergunta: "Seria a fábula, nessas Memórias, a parte do romance que, segundo uma fórmula famosa do seu autor são 'Memórias sem ser Memórias'?" (LEROY, 2009, p.441)

Podemos concordar com Paul de Man (Cf. MAN, 1979) que a referência se assemelha à ficção e com Claude Leroy que as memórias de Blaise Cendrars visam recuperar o tempo perdido via mito, que esta é a função da ficção nos seus livros autobiográficos, como *Bourlinguer* e *Le Lotissement du Ciel*, mas temos que admitir que Cendrars faz uso das narrativas históricas como forma de asseverar a verdade da sua história, faz uso, inclusive, das notas, como diz o próprio Leroy para abastecer seus relatos de comentários e precisões bibliográficas (LEROY, 2009, p.433), o que não deixa de ser um uso do método historiográfico. Conclui-se que, via ficção ou via narrativa histórica, o pacto autobiográfico de Blaise Cendrars reitera um compromisso com a verdade, é a verdade histórica que ele, como diz logo no início de *Bourlinguer* quando fala da *Storia de Mogor*, pretende recuperar e garantir ao leitor, seja se valendo da biografia de um personagem real, como Paulo Prado, seja criando um personagem fictício como Oswaldo Padroso, inspirado em personagens reais, o que equivale a dizer, via narrativa histórica ou via *mito*, a função das autobiografias de Cendrars, seu contrato de leitura baseia-se na *verdade*, o seu *fundo* é a *verdade histórica*, sua função é dupla: narrar a história de um homem, ele mesmo, e contar a História, dos homens, não a "oficial". E se, concordando com Lejeune, não cabe, na autobiografia, buscar uma semelhança com uma pessoa real, mas sim analisar o tipo de leitura que engendra, a crença que produz, então, a *crença* que produz Cendrars com os seus personagens, seja ele mesmo, seja o personagem real de Paulo Prado, seja o personagem fictício de Oswaldo Padroso é essa, de que o fundamento de suas autobiografias é *verdadeiro*, que elas têm como base a História, e que mesmo a ficção só vem a contribuir para essa *crença*. Portanto, a autobiografia em Blaise Cendrars obedece a uma dupla função: uma *função biográfica* ou *autobiográfica* e uma *função histórica* ou *historiográfica,* ambas têm como fundamento a *verdade*, veiculam a *crença* na *verdade histórica*: esta é a natureza do contrato autobiográfico de Cendrars.

Bibliografia:

CENDRARS, Blaise. **Bourlinguer**. Paris: Éditions Denöel, 1948.

_____. **Le Lotissement du Ciel**. Paris: Denoël, 1949.

FREITAS, Maria Teresa. "Portrait de Paulo Prado". In: FREITAS, Maria Teresa de; LEROY, Claude (direction). **Brésil L'Utopialand de Blaise Cendrars**. Paris: Harmattan, 1998.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico de Rousseau à Internet**. Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEROY, Claude. "Plano de vôo". In: CENDRARS, Blaise. **O Loteamento do Céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Le livre des secrets. In: CENDRARS, Blaise. **Le Lotissement Du Ciel**. Paris: Gallimard, 2011.

MAN, Paul de. Autobiography as Defacement. MLN. Vol. 94, no. 5, **Comparative Literature**. Dec., 1979.

O Arquivista e o Historiador/Pesquisador

Prof.ª Especialista Maria Lúcia Valada de Brito (UFRJ)[1]

1 Introdução

Há uma interface forte entre a Arquivologia e a História. Ao longo do tempo muitos historiadores se tornaram arquivistas pela falta de profissionais no mercado e a necessidade do historiador em organizar, classificar e selecionar a massa documental para a pesquisa histórica. Nesse sentido, existe um forte elo entre o arquivista e o historiador. Por isso, também, o ensino da história poderia ser melhor aproveitado se fosse realizado juntamente com os arquivos, e outras disciplinas culturais e pedagógicas como museus, bibliotecas entre outros. Assim, o ensino da história incorporaria mais técnicas e beneficiaria todas as áreas.

O arquivista aprimorou uma tarefa que já era sua, mas que foi, por muito tempo, depositada aos *historiadores c*omo função. Além da função do arquivista de preservar a memória, a ele, também, cabem outras funções como dar acesso, classificar, fazer tabelas de temporalidade e instrumentos de pesquisa que irão orientar os pesquisadores dentro do arquivo. Aliado a tudo isso, hoje, ele também interage com o pessoal de Tecnologia da informação (TI) e formula sugestões digitais para aplicação e otimização dos documentos arquivísticos digitais na WEB.

2 O arquivista e o historiador, objetivos

O que é, e faz um arquivista? O arquivista é um profissional interdisciplinar e deve ter qualificações necessárias para que tomem decisões a respeito da preservação dos conteúdos documentais, selecionando e dando acesso a eles. Além de algum conhecimento em história, o arquivista, como diz Michel Duchein, deve fazer a gestão da informação, e todas as suas tarefas estão orientadas para satisfazer necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência e economia. O objetivo de tudo isso é salvaguardar direitos e deveres das pessoas, contidos nos documentos, e para tornar viável a pesquisa e a difusão cultural. Por fim, esse profissional representa um meio para o bom funcionamento de qualquer instituição.

O que o historiador busca nos arquivos são os textos inéditos e históricos para fundamentar sua pesquisa. Assim, um historiador pode procurar manuscritos por dois métodos principais: estudos sobre o assunto realizados anteriormente por outros historiadores ou textos pouco estudados anteriormente. Ele inicia sua pesquisa por meio de instrumentos de pesquisa, como catálogos de arquivos, se estes existirem sob forma impressa, fichários, inventários, ou eletrônico. Todos com bom índice de assuntos facilitam e muito aos historiadores. Porém, em

[1] Especialista em Política de Informação e Organização do Conhecimento pela UFRJ. E-mail:mlucia51@yahoo.com.br e graduada em Arquivologia – UNIRIO.

muitos casos os arquivos não estão, em geral, organizados, e não há índice, e quando há um instrumento de pesquisa ele não contém um bom trabalho de conteúdo que ajude o pesquisador.

Além de tudo isso, o que mais dificulta o trabalho do pesquisador é quando ele não vive na mesma cidade do acervo e por isso tem que se deslocar. Há pesquisas que não são viáveis ao pesquisador sair viajando para visitar todos os centros de documentação e por isso, se houvesse a possibilidade de se fazer buscas através da Internet, em uma base de dados internacional que contivesse informações sobre os principais arquivos dos países referentes a sua pesquisa, e que permitisse localizar manuscritos de determinada época, eles poderiam em poucas horas realizarem seus trabalhos.

Assim, os catálogos eletrônicos facilitam quando permitem buscas complexas, por palavras-chave, utilizando também condições geográficas, cronológicas, e etc. Além disso, podem existir documentos importantes espalhados por muitos arquivos de diversos países. Dependendo do tipo de pesquisa, o pesquisador poderá encontrar a maior parte dos documentos inéditos existentes na própria instituição que é referência sobre o assunto.

Por fim, as principais dificuldades encontradas pelos historiadores na busca de documentos manuscritos são a má estrutura dos instrumentos de pesquisa e localização, e dificuldade de acesso a esses instrumentos. O historiador/pesquisador necessita localizar documentos através de critérios variados e muito especiais, e os critérios utilizados pelos arquivistas para criar os instrumentos de pesquisa e busca nem sempre satisfazem as necessidades do pesquisador. Além disso, o investigador pode não conseguir ter acesso aos instrumentos de localização existentes: pode ter dificuldade em obter os catálogos impressos existentes.

Outra dificuldade é quando os documentos existem, cópia do documento (sob forma de microfilme ou outro suporte). Pode acontecer que alguns diretores de arquivos não autorizam cópias de seu material. O pesquisador tem necessidades imediatas, pois não precisa de uma cópia em microfilme para guardar durante cem anos, como é o caso dos arquivistas; ele quer algo que possa ser utilizado durante os próximos meses ou, no máximo, alguns anos.

Para os pesquisadores é que há muitos documentos preservados nos arquivos, mas os documentos não são descritos. Documentos não descritos são documentos "mortos" ou perdidos. A descrição de manuscritos é essencial para que sua preservação tenha utilidade para o pesquisador/ historiador. Em geral, o que o historiador precisa é saber sobre: tipologia documental, autores e pessoas citadas, destinatários de correspondências, datas (exatas ou aproximadas), instituições e locais onde foram produzidos, conteúdo (descrição) do documento.

Há ocasiões que aproximam historiadores e arquivistas quando o trabalho com a memória e o interesse pela preservação são necessários. Por vezes, em ambientes em que historiadores e arquivistas coabitam, existe uma certa dificuldade, nasce uma discussão sobre: quem sabe cuidar de documentos é o historiador. De outra forma, falam que "para saber recuperar uma informação é preciso ser arquivista". Isso se refere a peculiaridade de cada profissão. Contudo,

muitos historiadores possuem características de arquivísticas, mas não são especialistas na área e também muitos arquivistas também começaram como historiadores.

Cabe ao historiador uma observação mais profunda sobre o documento, e ao arquivista uma tarefa menos analítica como o que diz Schellenberg (1980, p. 81).

> O trabalho do arquivista é de natureza menos analítica do que o do historiador. Enquanto ordena e descreve os documentos, o arquivista deve executar uma soma apreciável de trabalho analítico, mas este diz respeito principalmente a averiguação de como foram criados os documentos. Pertence isto a natureza do trabalho historiográfico, mas a investigação histórica é dirigida para a descoberta da origem dos documentos, não para seu significado. (...) O arquivista se certifica da origem dos documentos para arranjá-los e descreve. A metodologia da arquivística é suscetível de ser mais claramente definida do que a da história.

Talvez o instante mais importante da tarefa do arquivista em relação ao documento é aquele momento em que o documento se impregna do valor permanente, quando ele reflete a memória ou a história institucional. Nesse momento, o documento deixa de ser de interesse da administração e passa ao interesse dos pesquisadores e historiadores, como valiosa fonte de pesquisa para a reconstrução da memória de uma comunidade e firmação de sua história. Sendo assim, se o profissional não perceber essa "maturidade" documental, pode-se perder muito da história e memória da instituição. Nesse sentido, a documentação de terceira idade é descartada ou relegada ao descaso por anos até se desmanchar ou sumir.

Segundo, Miriam Manini (2008), a História e a Arquivologia são ciências que se relacionam com várias características em comum, como:

a) a capacidade que a Arquivologia desempenha ao promover a reunião de documentos de uma pessoa ou instituição, com o intuito de preservar os registros que poderão contar sua história;
b) ou o conjunto deste mesmo acúmulo, que representa a capacidade incomensurável de contar a história de um local, uma época, uma sociedade, etc.;
c) o fato da História, enquanto ciência ou disciplina, produzir artefatos de toda e qualquer natureza, destinados a registrar, representar, contar, guardar, manter o fluxo dos acontecimentos, demandando a existência de métodos e técnicas de preservação e recuperação de informações;
d) os arquivos permanentes, repositórios de documentos considerados de guarda e preservação "infinita", são também chamados de arquivos históricos e, certamente, lugares de memória. Segundo qualquer uma destas perspectivas, a Arquivologia colabora com a historiografia e, por conseqüência, com a memória.

Bellotto (2007, p. 27) diz que "a história se faz com uma infinidade de papeis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo". E, por conseguinte, um arquivo permanente e histórico se faz com documentos de mais de 25 anos. Assim, o que interessa para o historiador é o conjunto, a série de documentos. Ele precisa do documento que tem relação com os outros e mantém sua organicidade para contar a história e fundamentar sua pesquisa. Ele deve também guardar a naturalidade de acomodação à medida que se sobrepõem uns sobre os outros. Assim, "o documento arquivístico só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu". Ele tem que retratar as funções e atividades do órgão que o produziu. Essa é a base da teoria dos fundos, segundo Bellotto. E, é o que interessa para o pesquisador historiador.

Sobre a recuperação da informação, o tratamento que o arquivista faz da informação de classificar, desde a criação do documento, é fundamental para o correto acesso e outras etapas posteriores. Como afirma Borras (2001, p. 2), a atuação do arquivista na etapa da produção do documento se fundamenta no:

> princípio da proveniência, segundo o qual os documentos de um fundo devem estar devidamente organizados, segundo a estrutura originária ou a ordem natural de produção... Igualmente o princípio de respeito ao fundo também favorece claramente a recuperação da informação, já que o conhecimento do organismo ou da unidade produtora, suas funções e atividades, são fatores determinantes desde esta primeira fase do documento.

O arquivista é importantíssimo na fase de produção do documento, ou fase corrente. Ele, com uma ferramenta da identificação, pode assegurar a adequada elaboração das tipologias documentais, classificações e seleções. Na função arquivística, "A utilização da identificação, enquanto fase de pesquisa preliminar, pode auxiliar o arquivista no diagnóstico do órgão produtor e das tipologias, tornando possível visualizar as culturas nele existentes e sua influência na produção documental", afirma Ribeiro (2007, p. 48, grifo nosso).

O estudo da tipologia documental é uma ferramenta que tornam aptos o administrador, o arquivista e o historiador a realizarem práticas arquivísticas de gestão, aproxima e une todos esses profissionais. O arquivista-gestor, qualificado em conhecimento de manter a organicidade dos documentos e o princípio da proveniência, faz adequados planejamentos, referências e recomendações para o produtor de documentos. Ele deve participar ativamente do planejamento da produção documental e da gestão.

3 A importância do usuário/pesquisador

Os usuários se classificam de diversas formas: quanto ao modo como se transmite o saber, diversos grupos se apropriam de forma diferente e desigual da herança cultural. Muitos não têm perguntas apenas respondem a estímulos. Alguns, quando assistem a uma exposição, pedem avidamente fotocópias e microfilmes. Inúmeras pessoas solicitam informações pelo

correio ou internet, outros necessitam saber urgentemente tudo que existe na unidade sobre os mais descabelados temas e improváveis pesquisas; reclamam a ampliação de horários, que todos tenham uma capacidade de resposta mais rápida e eficaz, reclamam ver o livro ou o documento mais importante do século XVII. Outros repetem mil vezes ao ano a pergunta qual é o livro ou o documento mais antigo, porque algum professor pediu uma tarefa que necessitam entregar no dia seguinte, etc.

Quanto ao caráter de pesquisador, há o Investigador profissional (demanda intelectual, tradição até 1950), investigador aficionado (genealogia, história local), estudantes (não apenas o universitário), cidadão comum. Outro tipo é o Usuário institucional que se refere aos Gestores administrativos, técnicos da administração, engenheiros, etc. estes consideram a unidade de informação como decorrentes de uma atividade.

A mais nova tipologia de usuário é o "Cidadão comum". Ele surge a partir da consolidação do direito à informação e a transparência das administrações públicas por um lado. Por outro lado, ele surge das atividades de difusão e divulgação cultural promovidas pelo centro de informação. Estes geralmente não conhecem os centros de informação, seu funcionamento, instrumentos de pesquisa, manejo e consulta de livros e documentos, consideram as unidades de informação como uma extensão do escritório administrativo. (JARDIM, 2001, p.6)

Os usuários de arquivos, sejam eles digitais ou convencionais, fornecem uma grande contribuição no planejamento para dar acesso à informação, através dos instrumentos de pesquisa orgânica (guias, catálogos, inventários, sumários, etc). É o que diz Michéal Cook (2007, p.130), é preciso incorporar a contribuição dos usuários na descrição arquivística. Apenas a adoção de sistemas de computador e os métodos normativos de categorizar a informação descritiva dos acervos arquivísticos não são capazes de contemplar o mundo de usuários em potencial: "[...] por detrás das normas estão várias suposições culturais que podem precisar ser ajustadas". As normas significam uma plataforma para representação do conteúdo dos arquivos, harmonizando a terminologia da descrição aos mapas mentais dos usuários. Contudo, um trabalho de qualidade deve investigar as reais necessidades dos usuários e acompanhar se sua busca foi corretamente utilizada e satisfez o usuário. Tudo isso, com entrevistas e formulários de sugestões disponibilizados na WEB ou nos acervos.

Nesse sentido, Randall Jimerson, EUA, é imperioso quando ressalta que "se deve desenvolver uma clara visão estratégica para melhorar os serviços...". Para outros, por exemplo, no Canadá, tornar a consulta mais eficaz é absolutamente secundário frente haver maior preocupação com a preservação e conservação dos fundos de memória. E, para melhorar os serviços é necessário saber com eficácia o que o usuário necessita e se foi bem atendido e o porquê, não o foi. Tudo isso é, também, para melhorar o relacionamento entre o atendente e o usuário.

O autor Costa (2009) busca desvendar quem são os usuários da informação por meio de suas reais necessidades e como se dão suas buscas e usos da informação. Ele ressalta as

pesquisas sobre aspectos da interação entre usuários e unidades de informação. Elas devem colocar o conteúdo e a tecnologia a serviço dos seus usuários. E, estes que ao utilizar e processar a informação adquirem e geram o conhecimento.

Por fim, Guinchat e Menou (1994, p.482) tentam esclarecer, resumir sobre a definição e a importância do usuário, em poucas linhas, que afirmam *"*O usuário é um agente essencial na concepção, avaliação, enriquecimento, adaptação, estímulo e funcionamento de qualquer sistema de informação*"*. Cada indivíduo tem necessidades de informações diferentes. Isso depende de sua necessidade, atividade profissional, cultural e social do contexto em que ele está vivendo num momento de sua vida.

4 O pesquisador internauta

Os usuários de INTERNET e a inclusão digital descrevem um novo contexto na sociedade multidisciplinar dos saberes. Dessa forma, Jardim (2004, p,2) ressalta que os arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes, por isso a presença do profissional de referência nos ambientes virtuais é uma necessidade para dinamizar e aperfeiçoar os serviços de informação digital na Web. Nesses ambientes virtuais, o usuário possui total autonomia em suas buscas e por isso necessita de facilidades que só um profissional de informação pode oferecer para o usuário acessar o que necessita e a qualquer momento. Isso deve ser oferecido tanto nos serviços de arquivos físicos tradicionais como nos virtuais de Web.

5 Materiais e métodos

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho foram: a pesquisa bibliográfica, que é uma das mais importantes etapas de um estudo, pois fundamenta teoricamente o projeto fazendo um diagnóstico dos principais autores que escreveram sobre o tema.

6 Considerações finais

As instituições de informação devem: Conhecer seus clientes; Conhecer as necessidades de seus clientes, isto é, conhecer em que os usuários estão utilizando as informações de arquivo e como estão fazendo uso delas; realizar reordenamentos organizacionais e de produtos e serviços, buscando satisfazer efetivamente as necessidades dos clientes; fazer uso das técnicas do marketing e da pedagogia com o objetivo de seduzir e formar novos clientes. A adoção de uma postura ativa e centrada no cliente significa também a atualização dos padrões de qualidade nos arquivos.

Aliado a tudo isso, deveria haver uma forma de facilitar, cada vez mais, abertura dos acervos aos pesquisadores. Os arquivos precisam se capacitar mais tecnologicamente, para se tornarem mais úteis aos seus usuários. Com as inovações tecnológicas, a digitalização e publicação de instrumentos de pesquisa na WEB, facilitam o acesso a informação orgânica

e não danificam os originais. Para fins de pesquisa, esses processos são melhores do que a utilização de microfilmes. Além disso, deveria haver uma política institucional que facilitasse a aquisição de cópias de documentos, mesmo à distância.

Bibliografia

ARAÚJO, Carlos Alberto A. Estudo de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENANCIB, 9, São Paulo, 2008. **Anais**, São Paulo, 2008.

BAPTISTA, S. G.; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte**,** v.12, n.2, p.168-184, maio/ago 2007.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em 24 mar. 2012.

COOK, Michâel. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan/dez 2OO7.

COSTA, Luciana F.; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re) visitando os estudos de usuário: entre a "tradição" e o "alternativo". **DataGramaZero,** v.10 n.4 ago/09. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/ago09/Art_03.htm> Acesso em: 09 jan. 2012.

FUGUERES, Ramón Alberchi. Apliación del uso de los archivos, estrategias y perspectivas. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueres.rtf>. Acesso em: 09 jan. 2009, 16:30:30.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

JARDIM, J. M., FONSECA, M.ª O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação – v.5, n.5, out/04. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/out04/Art_04.htm>. Acesso em: 10 jan. 2012, 16:30:30.

JARDIM, J. M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**. Rio de janeiro 13-15 de julho de 1999. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2012.

JARDIM, José Maria. **Transparência do Estado e Capacidade Governativa na Sociedade de Informação. Internacional: OEA**. 2001. 73p.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

MANINI, Miriam P.; SOUSA, Renato. T. B.; LUNARDELLI, Rosane S. A.; CALDERON, Wilmara R.; MORENO, Nádina A.; BARTALO, Linete . "A fotografia como registro e como documento de arquivo". In: Linete Bartalo; Nádina Aparecida Moreno. (org.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. 1 ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2008, v. 1, p. 102-161.

SESSÃO 29
Entre a África e o Brasil

O Flanêur e os Cultos Afro-Brasileiros: Contradições e Pertinências na Belle Époque Carioca

Viviane Fernandes Silva (UERJ)[1]

O ofício do historiador, sempre tão rotulado por suas certezas, tem sido cada vez mais questionado quanto a sua veracidade. Neste sentido, a historiografia tem se aproximado muito da produção literária, que mesmo com seu caráter ficcional, trás à cena as particularidades do comportamento humano e ambientes específicos. Consiste, pois, no olhar proposto por Carlo Ginzburg, no qual o historiador se atém à verdade e ao uso das fontes, mas resgatando através da literatura indícios para investigar e reconstruir o tempo passado.

No presente trabalho proponho-me a pensar as transformações na sociedade da virada do século XIX para o século XX a partir da crônica intitulada *No mundo dos feitiços*, inserida na obra As religiões no Rio, de Paulo Barreto, o célebre João do Rio, publicada em 1904. Dedicar-me-ei a refletir acerca do pioneirismo do autor ao discorrer sobre os cultos afro-brasileiros no período da Belle Époque carioca, então momento de modernização na sociedade como um todo, teoricamente. Acredito poder deslumbrar nesta narrativa a tentativa de João do Rio em promover seu exercício investigativo não apenas na atividade jornalística ou literária, mas também na crítica social. Neste sentido, julgo a crônica em questão valiosíssima para a compreensão dos limites da modernidade no período republicano frente às influências ainda presentes do período colonial e, sobretudo imperial na sociedade brasileira, refletidas em sua então capital o Rio de Janeiro.

Antes, porém, de adentrar na análise da obra literária em si irei expor o seu momento histórico e a relevância do conceito de *flanêur*, de Charles Baudelaire, a partir do qual trabalharei o escritor João do Rio.

O advento da Belle Époque carioca e seu flanêur

Em fins do século XIX e inícios do XX, a sociedade brasileira passou por profundas transformações nos âmbitos: social, político, econômico e mesmo cultural e mental. Era o projeto de cidade republicana no período da *Belle Époque*, com enfoque na então capital federal, o Rio de Janeiro, implantando o modelo europeu, especificamente o francês, por parte das elites do Brasil. Esta absorção de valores estrangeiros, em detrimento dos nacionais, encontra-se muito bem explicitada na afirmação do cronista Luiz Edmundo: "Contudo, persistimos franceses, pelo espírito, e, mais do que nunca, a diminuir pelo esnobismo tudo o que seja nosso.

[1] Graduanda no curso de História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Voluntária no Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais (LRPRC) - UERJ, orientada pela Profª Drª Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves; monitora da disciplina da cadeira de Moderna - UERJ; estagiária do Tribunal Regional do Trabalho – TRT, na Sessão de Memorial, catalogando arquivos judiciais.

Tudo, sem a menor exceção. O que temos, não presta: a natureza, o céu, o clima, o amor, o café. Bom, só o que vem de fora. E ótimo, só o que vem da França" (PESAVENTO, 2007, p. 192).

Neste contexto, o gênero literário de maior relevância na *Belle Époque* carioca foi a crônica, difundida por jornais discutindo a relação entre o progresso e a tradição inserida em uma cultura de modernidade eminentemente urbana. A cidade se consolidava em uma nova ordem mundial e se tornava agente das manifestações culturais e artísticas, através de processos de industrialização e reformas urbanas. Sob estas especificidades emerge Paulo Alberto Coelho Barreto, que com o ilustre pseudônimo de João do Rio, criado em 1903 na coluna *A cidade* no jornal *Gazeta de Notícias*, atuou de forma singular no jornalismo carioca, apostando na investigação e anunciando o novo tempo, trazendo assim a marca literária para o jornalismo. Haja vista que "A Gazeta era o jornal de vanguarda. Anunciador do novo tempo foi o primeiro a trazer para o Brasil o modo de diagramação europeu e, junto, a divulgação das novidades de Paris e Londres" (RODRIGUES, 2000, p. 38).

Eis que o Rio de Janeiro do início do século XX vivenciava a "boêmia dourada", como expõe Brito Broca. A nova paisagem urbana foi sendo absorvida pela literatura interligada a vida mundana, os escritores escreviam a cidade, exploravam seus contornos e acabavam por acentuar seus antagonismos: Lima Barreto, Paulo Barreto (João do Rio), Machado de Assis, Coelho Neto e Olavo Bilac são exemplos de talentosos literatos que abordaram a cidade, cada um com seu estilo, seus valores pessoais e literários. Este rico círculo intelectual possibilitou diferentes olhares e percepções sobre a cidade.

No quadro que se procurou esboçar a imprensa também havia se transformado. As inovações tecnológicas, o aumento do número de leitores e o crescimento da cidade exigiam dela mais velocidade, mais reportagens, mais crônicas, mais cores, charges e caricaturas. Certamente isto influenciava não somente na vida dos escritores, como também em suas obras, pois havia um compromisso, às vezes diário, de fornecer escritos para os jornais. A partir de 1900, os periódicos foram optando por reportagens e notícias, sacrificando assim, os artigos. Não há dúvidas de que este fator alterou a atitude literária dos escritores que escreviam nos jornais. "Foi ao que se amoldou logo um João do Rio, fazendo da reportagem um gênero literário e vindo assim a servir simultaneamente ao jornalismo e à literatura" (BROCA, 2005, p. 288).

João do Rio ia às ruas a procura de inspiração como um *flâneur* que, para Charles Baudelaire em *Sobre a Modernidade*, consiste num observador apaixonado, para quem estar fora de casa era, em verdade, sentir-se em casa, lendo o espaço público em busca de apreender cada detalhe. O mistério urbano gerado pela multidão dispersa pelo espaço labiríntico da grande cidade convidava-o a decifrar o seu enigma. Caminhar, observar e imaginar, palavras que melhor definem a atividade do *flâneur* segundo a lógica de Baudelaire. E foi no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, que esse observador não era outro senão João do Rio, jornalista e literato exercia por vezes o ofício de relatar a história ao passo que fazia do cotidiano da cidade e de seus tipos sociais documento. Sob esta ótica, as crônicas de *As religiões no Rio*, para a *Gazeta de Notícias*,

exemplificam a perspectiva por ele adotada, série editada em livro no fim de 1904, onde o autor interpreta a cidade como palco da diversidade e percebe a importância de descobrir diferentes tipos sociais no campo da religiosidade.

Das galerias aos terreiros: os andarilhos de um *flanêur*

O escritor, observador atento das mudanças na paisagem urbana do Rio de Janeiro, registrou a referida cidade em transformação, entre o esplendor das vitrines e o horror dos escombros de uma cidade que se civiliza a duras penas, na qual se move a humanidade boquiaberta com a rápida mudança de valores, de moral, de mundo enfim (VALENÇA, 1992, p. 15). Compreendendo o lugar e a atuação deste homem no seu tempo, há de se reconhecer seu brilhantismo ao deixar como legado um material tão instigante e reflexivo sobre a cidade carioca, suas crônicas, retratando não apenas o progresso deste verniz modernizador, mas também a crueldade da sociedade brasileira que este acarretava.

Pensando na funcionalidade das religiões em meio a este cenário efervescente, o próprio João do Rio afirma: "A religião? Um misterioso sentimento, misto de terror e de esperança, a simbolização lúgubre ou alegre de um poder que não temos e almejamos ter, o desconhecido avassalador, o equívoco, o medo, a perversidade" (RIO, 2006, p. 15). E não só, constatando a diversidade religiosa expressiva num país que se diz essencialmente católico, nos desperta ao questionar a razão de tal generalização.

O capítulo ao qual me aterei intitulado "No mundo dos feitiços", composto por cinco reportagens que discorrem sobre a religiosidade de origem africana na capital federal, a mencionar: *Os feiticeiros, As Iaôs, O feitiço, A casa das almas* e *Os novos feitiços de Sanin*, todas tem em sua narrativa o compromisso de desvelar um estrato social e, porque não dizer, uma cidade oculta, segregada. Por intermédio de conversas do jornalista com seu informante Antônio, dá-se luz às trevas que reservaram a tais crenças, as pessoas e seu cotidiano religioso, eis que a fonte histórica vai se formando. Caminho esmiuçado por Marilene Rosa que afirmou que "No cotidiano marcado pela espontaneidade, pelo pragmatismo, pelo economicismo, pela ordem dos precedentes, impregnado de um juízo provisório, pela ultrageneralização, pela mímese e pela entonação, são geradas todas as ações humanas. A vida cotidiana, portanto, não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social." (SILVA, 2002, p. 105)

Através dos cultos afro-brasileiros pouco a pouco a cidade negra ganha voz, as ruas de São Diogo, Barão de São Félix, Hospício, Núncio e da Almeida onde se realizam os candomblés e vivem os pais de santos vão sendo reveladas. *Os feiticeiros,* caracteriza-os em grande maioria de escravos africanos vindos para o Brasil nos períodos colonial e monárquico e com dialeto próprio denominado Eubá. Subdivididos entre duas grandes crenças: os orixás e os alufás, respectivamente seguidores do candomblé e chefes religiosos muçulmanos de origem africana, ambos dotados de um panteão, uma hierarquia, cerimônias e práticas sociais.

Em *As Iaôs*, especialmente, João do Rio demonstra seu horror diante da relação cativa destas mulheres, como relata: "Fazer santo é a renda direta dos babaloxás, mas ser filha-de-santo é sacrificar a liberdade, escravizar-se, sofrer, delirar" (RIO, 2006, p. 35), acrescenta ainda uma detalhada descrição da cerimônia e opina dizendo que "as iaôs são as demoníacas e as grandes farsistas da raça negra, as obcecadas e as delirantes" (RIO, 2006, p. 36).

Todavia, são as reportagens que se seguem as de maior relevância para minha análise, primeiramente *O feitiço*, do qual todos são dependentes, pois como o autor coloca "É possível que muita gente não acredite nem nas bruxas e nem nos magos, mas não há ninguém cuja vida tivesse decorrido no Rio sem uma entrada nas casas sujas onde se enrosca a indolência malandra dos negros e das negras" (RIO, 2006, p. 50). Contudo, ao tratar deste aspecto é que João do Rio se mostra crítico ferrenho de tais crenças, alegando serem alucinações de dor ou de ambição, com sua existência assegurada justamente por tal dependência. Segundo o jornalista, o feitiço é nosso vício, o nosso gozo, a degeneração, espalhado por toda o Rio, onde seus ditos *olhos de civilizado* vêem todos os seus tipos, razões e modos, embasados pelo *Livro de São Cipriano.*

Para alguns doutrina, para outros embromação que lhes faz renda, mas sempre permeada de muito mistério, o segredo é a chave para a crendice tanto dos que ritualizam quanto dos que freqüentam. Eis que a *Casa das Almas*, local onde a cerimônia egungum[2] se dá, ambiente iluminado por candeeiros de cera estranha com brancas meretrizes e mulatas desnudas, bem como negros em roda no assoalho, tudo minuciosamente preparado para melhor receberem o santo. Ao fundo em uma sala, as ditas almas banqueteavam enquanto cantigas incompreensíveis eram pronunciadas, para em seguida os santos apresentarem-se e exigirem o que lhes interessar pedir. Quando então finda o rito, o álcool e a queda de realidade estabelecem o desejo, uma espécie de bacanal se apropria destas mentes ainda em estado de êxtase.

É neste cenário que João do Rio constata que "O culto precisa de mentiras e de dinheiro. Todos os cultos mentem e absorvem dinheiro. Os que nos desvendaram os segredos e a maquinação morreram. Os africanos também matam" (RIO, 2006, p. 76). Com isso, instala-se o desejo de entregar Antônio-negro para pernoitar à casa de Ojô, para não mais revelar o segredo das casas das minas, que logo se transforma em preocupação, afinal, a vida de Antônio era de grande serventia aos literatos.

Por último, mas não menos importante, temos *Os novos feitiços de Sanin*, malandro orgulhoso do feitiço e temeroso quanto o assunto é polícia, jornais ou agentes, mas sedento de dinheiro e esperança, não tardou a falar dos feitiços próprios praticados por cada um, inclusive os seus, os mais variados possíveis, usados para o bem e para o mal. Porém, ao comentar de um despacho feito no Campo de Santana para calar o que andava a divulgar sua religiosidade, deparou-se com uma surpresa sem tamanho, a de ter à sua frente justamente o homem responsável por tal feito, que sem titubear identificou-se, pagou-o e retirou-se, considerando "Dinheiro mortes e infâmias: as bases desse templo formidável do feitiço!" (RIO, 2006, p. 87).

Modernidade carioca e suas limitações

A proclamação da república e a abolição da escravidão não foram e nem quiseram ser, caminhos pelos quais se poria fim aos preconceitos trazidos com a escravidão realizada no Brasil. Muito pelo contrário, o mito da modernidade, repleto de contradições presentes no duelo entre progresso e retrocesso, travado muitas de suas batalhas no campo das religiões, muito mais nos cultos afro-brasileiros. Vale ressaltar que, durante o período colonial, tais cultos eram sempre escondidos, intermitentes, buscando escapar à repressão e à sociedade dominante, enquanto no período monárquico, uma política de tolerância fora implementada. Porém, uma nova reviravolta substituiu logo nos primeiros anos da república, a tolerância por um cosmopolitismo que condenava toda e qualquer prática popular de cultura.

Em seu livro *O poder dos candomblés*, Edmar Ferreira, atenta sobre a tentativa do governo em apagar a memória da população afro-brasileira, considerada selvagem e primitiva. Afinal, como já vimos, o Brasil em questão é independente, civilizado, modelado a partir de padrões europeus. Essa disputa pelo imaginário da nação não se inaugurou com a República, no entanto, a partir dela assumiu novos contornos. A reformulação do sistema legal atinge todas as relações sociais engendradas no espaço público, de modo a reduzir a capacidade de sobrevivência desses povos, embora tais leis não fossem seguidas à risca.

Eis que não é difícil compreendermos a insatisfação dos feiticeiros e das mães-de-santo do Rio de Janeiro expostos nas crônicas do *Gazeta* e seu desejo em descobrir e punir Antônio, o africano de Lagos que estava abrindo as cenas do culto dos pretos-minas. Isto porque tais práticas eram rotuladas em uma tipologia de crimes potenciais derivados das raças. Enquanto os homens civilizados no padrão europeu maravilhavam-se com as inovações tecnológicas, aplicava-se uma legislação que simplesmente proibia tais manifestações negras como o batuque, o afoxé (candomblé) e a capoeira. Vejamos alguns artigos que bem exemplificam destes:

O Art. 157 - Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e catamancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. Penas de prisão celular por um a seis meses e multa de 100$ a 500$000. (SILVA, 2002, p. 110).

Art. 158 - Ministrar ou simplesmente prescrever como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substâncias de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro. Pena de prisão por seis meses de prisão e multa de 100$ a 500$000. (SILVA, 2002, p. 110).

Na imprensa, os jornais classificavam a experiência dos populares em duas esferas: o mundo do trabalho e o mundo do lazer, sendo a primeira valorizada como constituinte de cidadania, da moral, da ordem pública e da civilização e a segunda, subdividida em duas outras partes distintas: a *ludicidade religiosa cristã*, valorizada e incentivada pelas irmandades católicas e a *ludicidade profana*, vista como fruto da ociosidade, geradora de desordens e imoralidades, sobre esta incindiram as campanhas civilizatórias desencadeadas por setores do grupo dirigente.

Racismo e preconceito religioso são os instrumentos pelos quais essa ação segregadora vigorou por muito tempo no Brasil e principalmente em sua capital, Rio de |Janeiro. Entretanto, isto só fez reafirmar a idéia do resgate e manutenção da herança negra, haja vista que os "batuques" **e** os candomblés sempre coexistiram com as perseguições senhorias e policiais, mecanismos de resistência foram tomando forma através das irmandades e do sincretismo religioso. O que de todo modo só comprova as limitações encontradas no período de aparente modernidade da *Belle Époque* carioca retratada por João do Rio, que inclusive encarna tais instrumentos em suas passagens.

Considerações finais

Em suma, embora o presente trabalho ainda seja apenas um esboço para uma pesquisa muito mais abrangente, creio ter exposto, mesmo com as limitações de página e tempo, o cenário histórico da *Belle Époque* carioca, suas propostas e suas contradições quanto a sua dita modernidade. Fora além, a figura do *flanêur,* uma espécie de vagabundo intelectual, que anseia desvendar tudo que oculta se encontre em uma grande cidade deste período. Eis João do Rio, ilustre literato que mergulhou no universo afro-brasileiro como nunca ninguém houvera feito, e não somente isto, revelou seus segredos mais ocultos e singulares, opinando e por vezes deixando claro certo preconceito e descrença, típico do universo a que pertencia na sociedade em questão, mas sempre muito compromissado com o informativo. Logo, mesmo moderna, a capital brasileira não dava conta da sua diversidade, que neste caso específico abordo a religiosidade, a legislação limitava e punia a duras custas os que exercessem tais crenças, ou seja, o período monárquico e o colonial, sobretudo, deixou um legado de heranças que tendiam a segregar as camadas populares negras.

Bibliografia

BAUDELAIRE, Charles. "O Pintor da Vida Moderna". In: _____. **A modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 164.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. "Paris, capital do século XIX". In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio/ Academia Brasileira de Letras, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: Verdadeiro, Falso, Fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **João do Rio: a cidade e o poeta, o olhar de flâneur na Belle Époque Tropical**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio: uma biografia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1949.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos Candomblés. Perseguição e Resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. "O feitiço e o poder do feitiço". In: _____. **História e Religião**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002. p. 104-115.

VALENÇA, R. T. "João do Rio: Vida e Obra". In: _____. **João do Rio. Um escritor entre duas cidades**. Instituto Moreira Salles/ Casa da cultura de Poços de Caldas, 1992.

VENEU, Marcos Guedes. O *flâneur e a vertigem, metrópole* e *subjetividade* na *obra* de *João* do *Rio.* In: _____. **Revista Estudos Históricos**, *Rio* de *Janeiro, v.3*, n.6, p. 229-243, *1990.*

SESSÃO 30
Visões sobre o Mundo Contemporâneo

A Crise Estrutural do Capital: Notas Teóricas sobre o Capitalismo Contemporâneo

Prof. Ms. Andre Franklin Palmeira (UFF)[1]

A fim de analisar o processo da dinâmica capitalista, duas questões se colocam de forma central: primeiro, de que forma o capitalismo conseguiu se expandir até o limiar do século XXI a ponto de expor a humanidade ao risco de extinção, numa crise não só econômica (e todas as tragédias sociais envolvidas) como civilizatória? ; e segundo, como a sociedade do capital expandiu formas de aceitação/coerção através da crescente divisão social do trabalho, transformando seres humanos em indivíduos histórico-mundiais voluntariamente necessitados de vender sua força de trabalho sob quaisquer condições?

E para começar a compreender esse complexo processo, a crítica da economia política, em todas as suas dimensões (da economia às condições sociais de existência, ou seja, o modo de produção – totalizante da vida social), se faz necessária. Ao refutar o evolucionismo contínuo da economia como uma *lei natural*, inexorável, estática, como defendem os liberais, estamos defendendo o caráter *histórico* e *mutável* das relações sociais, entre elas, as relações econômicas. Não existe produção separada da condição social; a base da produção de meios de subsistência vem do trabalho e, com o desenrolar do capitalismo, a economia e as diversas formas de apropriação do trabalho foram sendo naturalizadas, como parte da *natureza humana*.

Para István Mészáros, o capital, enquanto *modo de controle do metabolismo social*, se apresenta como relação social que se tornou um sistema expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável, oriundo da *forma geral do capital* ou *forma de reprodução ampliada do capital* D-M-D' (ALVES, 2009, p.13) Antes do capitalismo, as mudanças sociais eram lentas, sendo o propósito social a permanência dos "costumes" (dinâmica tradicionalista, voltada para dentro). Com o capitalismo, a partir do predomínio da troca mercantil nas sociedades, as mudanças são expansivas e, ao produzir, mais o capitalismo se reproduz com novas bases e em novas escalas.

A fórmula D-M-D' expressa o caminho essencial da sociedade burguesa: o (D) – dinheiro – representa concentração de renda, a acumulação prévia (trabalho morto); (M) – mercadoria – representa a compra de mercadorias, força de trabalho (trabalho vivo), meios de produção e matérias-primas (ambas também podendo advir de trabalho morto), e outra mercadoria transformada; por fim, (D') é resultado do processo que gerou mais dinheiro (mais-valor). Não é como os liberais defendem, M-D-M, em que o dinheiro é o meio de circulação simples, equivalente. O dinheiro é o principio e o fim de todo o processo e o capital (K) é o próprio movimento de autovalorização. Na circulação capitalista em que já existe uma

[1] Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Email: andrefranklin23@yahoo.com.br.

apropriação prévia[2], quanto mais rápida for a rotação deste capital, mais ciclos de D-M-D' poderão ser realizados e mais lucro aferirá ao capitalista.[3]

E como descreve a historiadora Virginia Fontes, existem duas faces sociais dessa tendência expansiva do capital: "a concentração de *recursos sociais* de produção e a recriação permanente de expropriações sociais" (FONTES, 2011, p.01). Isso demonstra o quanto é voraz e que "(...) traduz a *atividade* necessária para o capital (o exercício do trabalho sob o capital, ou a extração de mais-valor)".

Baseando-nos na teoria do valor, que é central no estudo de Karl Marx sobre o desenvolvimento do *Valor* e em toda a teoria econômica marxista, buscamos através de sua descrição demonstrar como no processo de valorização do capital acontece a *apropriação* e *transferência de valores* (mais-valor) que permitem – além de sua valorização – a concentração cada vez maior desse valor-capital. A teoria do valor é "uma teoria da produção, apropriação e transferência da riqueza (...) N'O Capital, Marx estuda teoricamente o processo de desenvolvimento do valor desde a sua gênese até a forma mais avançada: o capital" (CARCANHOLO e TEIXEIRA, 1992, p. 581-591. p.581).

E é criticando essa falsa comensurabilidade entre os valores, por exemplo, na compra e venda da força de trabalho, que Marx demonstra como essa diferença apropriada é o "pulo do gato" da acumulação de capital. Com a conversão da força de trabalho em mercadoria, os trabalhos díspares foram (durante o processo histórico) sendo comensurados. Como o valor da mercadoria (força de trabalho) é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário (e variável), mais o valor social depositado naquele tipo de trabalho (também variável) nem sempre corresponde ao que foi produzido pelo trabalho, e esse excedente (mais valor) impulsiona a generalização de mercadorias. E as condições necessárias para que a força de trabalho seja negociada (para um valor mais alto ou mais baixo) são a produção social de trabalhadores

[2] A colonização das Américas, o saque do continente africano e o fim da servidão ao longo de séculos na Europa são exemplos históricos dessa "acumulação prévia" de recursos que possibilitaram a revolução industrial e a predominância do capitalismo.

[3] Apresentando o ciclo do capital-dinheiro, Reinaldo Carcanholo descreve com clareza esse movimento: 1. Em primeiro lugar destaca-se que CAPITAL é VALOR que, através de determinado processo de circulação chega a incrementar-se, a auto-valorizar-se, através da criação da mais-valia. CAPITAL é, na verdade, nome simplificado do VALORCAPITAL. 2. Esse processo de circulação do VALOR-CAPITAL consiste numa seqüência determinada de metamorfoses. O valor inicia o ciclo sob forma de dinheiro (D), isto é, sob forma de capital-dinheiro, transforma-se pela compra de mercadorias (M) no conjunto de meios de produção (MdP) e força de trabalho (FdT), isto é, adota a forma de capital-produtivo, alcança a forma de mercadoria produzida (valor sob forma de capital-mercadoria) e, finalmente, volta a transformar-se em dinheiro (agora incrementado). Dinheiro e mercadoria são, portanto, formas funcionais do capital. 3. Em resumo é valor que através de determinado processo de circulação se autovaloriza e apresenta as seguintes formas funcionais: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. 4. O valor-capital adota a forma funcional de capital-dinheiro, para cumprir as funções de dinheiro, isto é, meio geral de compra e meio de pagamento; para depois da compra, converter-se nos elementos materiais do capital-produtivo. A expressão D-M, indica a metamorfose (ou conversão) do capital da sua forma capital-dinheiro para capital-produtivo. 5. Sob a forma de meios de produção e força de trabalho o capital deve cumprir as funções produtivas, isto é a produção de mais-valia. Posteriormente o valor capital assume a forma funcional de capital-mercadoria (já impregnada de mais-valia) para cumprir as funções de mercadoria: os produtos que o constituem devem ser vendidos. A simples mercadoria converte-se em capital mercadoria no momento em que se torna forma funcional, através da qual tem existência o valor-capital. (CARCANHOLO, 2011, p.01).

livres (já expropriados dos meios de subsistir autonomamente) disponíveis para o mercado e a extração de sobretrabalho na forma de mais-valor.

Portanto, o capitalista ao ir progressivamente eliminando as diferenças entre tempo de trabalho e tempo livre, e assim acabando com a capacidade de identificar o tempo de trabalho (que nos dias atuais foi extrapolada), pode intensificar e não remunerar este tempo de trabalho, aumentando a exploração. Assim, na medida que o capitalismo foi se desenvolvendo e se generalizando, começaram a surgir mecanismos de autonomização do capital para se valorizar.

A reprodução do capital é sempre ampliada incorporando novas capacidades de acumulação. Na sua dinâmica, a autonomização do capital comercial[4], capital-produtivo[5] e capital-bancário[6], um capital passa direta e indiretamente a ser estimulado por outro capital. O capital-bancário estimula o capital-industrial com créditos a juros para produzir – e extrair mais-valor – mais mercadorias, que serão vendidas pelo capital-comercial. Por sua vez, o capital-bancário é estimulado pelos outros capitais com o pagamento dos empréstimos com juros (valor acrescido com o mais-valor extraído na escala produtiva). Com a crescente acumulação de capitais na segunda metade do século XIX e a necessidade cada vez mais insana de valorizar montantes maiores de capital, Marx percebeu que o capital também teria se tornado *mercadoria*: "O valor de uso do capital convertido em mercadoria, ou o capital portador de juros, é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através da multiplicação de agentes voltados para a função de extrair mais-valor" (FONTES, 2011, p.02).

Assim sendo, um capital passa a depender organicamente um do outro, aumentando as condições sociais para esse movimento de valorização, e sua condição de existência é impulsionar a possibilidade de expansão deste processo. O que existe é uma massa concentrada de *trabalho morto* (em forma de dinheiro) que precisa ser valorizado para se tornar novamente capital e se dispõe no mercado para ser revalorizado por terceiros. Exemplo mais evidente do capital portador de juros são as reuniões de grandes montantes de capitais, fundos de pensão, bancos de investimentos.

Essa punção por expansão pressiona e modifica para cima as relações sociais capitalistas e, com essa generalização de uma relação social (do capital) cada vez mais complexa, reforçam-se as expropriações do trabalho e produção de necessidades (que também é uma construção social histórica e mutável). Na virada do século XIX para o século XX emerge o capital financeiro (uma fusão entre o capital industrial e o capital bancário, que marca o fim do capitalismo concorrencial).

Lênin identifica nos monopólios a expressão maior do grau de concentração de capitais existentes. (LENINE, 1977) É a fase imperialista do capitalismo tendo como característica

[4] Capital comercial: aparece historicamente antes, é o comércio.

[5] Capital produtivo: Marx chama de capital-industrial toda a totalidade de funções que extraem mais-valor, como a industrial, a de serviços, entre outros.

[6] Capital bancário: como o capital-comercial, aparece antes do capitalismo que se generalizou como resultado do crescimento do Estado-Nação com a cobrança de impostos e centralização monetária. Cumpre o papel bancário de fazer reserva de dinheiro que os capitalistas necessitam além de adiantar valores em capital-dinheiro, potencializando o crescimento do valor.

principal os monopólios (o que demonstra uma mudança substancial do capitalismo), o que, por sua vez, acaba alterando o conjunto de todas as relações dentro do capitalismo. O mundo é visto como totalidade e de alcance às "oportunidades" de valorização do capital ou simplesmente rapina dos recursos naturais e matérias primas. Com a exportação de capitais para outros países, novos sistemas de participação surgem impulsionando mais concentração e um novo tipo de Estado vinculado a esses capitais. E o acirramento entre as nações imperialistas resultou em duas guerras mundiais.

Enquanto Lênin (nas primeiras décadas do século XX) enfatizou os monopólios econômicos, Antônio Gramsci (posteriormente) pensou nos monopólios do poder e na forma como as frações de classe burguesas dominam e conferem um sentido mais afável à lógica do capital. Gramsci observou que nos países do Oriente, os Estados eram fortes e a sociedade civil fraca e que o oposto ocorria no Ocidente, caracterizado por um Estado fraco com uma sociedade civil forte, na qual o poder não se limita à posse da ossatura material do Estado.[7] Em textos como *Americanismo e fordismo* **(**GRAMSCI**,** 1978**),** Gramsci demonstra como as formas de consciência foram sendo formadas para a aceitação e consentimento dos trabalhadores. Concomitante a este processo, ocorreu um grande florescimento de associações e comitês da burguesia participando ativamente de discussões acerca do Estado, bem como formando quadros para atuar dentro deste Estado que privilegia o grande capital, mas transforma seus interesses em interesses universais, hegemônicos.[8]

No pós-Segunda Guerra Mundial, assistimos a um aumento ainda maior de entidades e organismos internacionais de promoção de políticas públicas destinadas a formar quadros técnicos e assessorar reformas políticas e econômicas que sejam necessárias para facilitar a acumulação de capital pelo mundo. A partir destas organizações com alcance e poder de barganha global sob a tutela dos Estados Unidos – como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras – realizou-se um rearranjo entre as nações imperialistas com um intenso entrecruzamento de capitais de diversas origens e destinos, o que possibilitou um aumento da concentração de capitais com o incremento de multinacionais espalhadas por boa parte do mundo em associação com as burguesias locais subalternas, como a brasileira.

Com a tendência de acumular cada vez mais capital, surge a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais para continuar valorizando esses capitais, propiciando a formação de mega conglomerados internacionais com forte atuação nos mercados de ações que se valorizam na proporção D-D'[9], mas que mascara e impulsiona a tendência à necessidade de cada vez mais

7 A questão sobre a diferença entre o Ocidente e o Oriente em Gramsci. Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=643>. Acessado em 17/04/2012.

8 Para tanto, a visão de Gramsci sobre o Estado é ampliada. Além do Estado estar dentro do conjunto das relações sociais historicamente construídas, ele é aberto a canais de ação política por parte de *aparelhos privados de hegemonia* de todas as classes. Na ótica *gramsciana*, o Estado pode ser dividido em duas esferas. De um lado, a *sociedade política*, representada pelas agências burocráticas e aparelhos estatais; e de outro, a *sociedade civil*, que se materializa nos aparelhos privados de hegemonia, que objetivam desenvolver canais de interlocução com o restante da sociedade e também defendem os interesses político-econômicos das frações de classe (difundindo certas visões de mundo, ideologias). O amálgama entre essas duas esferas – *sociedade política* e *sociedade civil* – originaria o *Estado ampliado*.

9 A expressão representa a fase em que o capital vira mercadoria. O capital-dinheiro é emprestado a juros.

extrair mais-valor, em qualquer lugar do planeta e sob quaisquer condições. Com a proliferação de crédito para o desenvolvimento industrial dos países periféricos ao capitalismo e subalternos aos países centrais, os mercados de ações e de dívida pública ganharam uma importância vital para a reprodução do sistema já sob a hegemonia do capital portador de juros.

O Brasil, desde o início de seu processo de industrialização, favoreceu a grande indústria privada (com subsídios e monopólios), mas principalmente criou condições estruturais para que ela se expandisse. Inicialmente, através da criação das grandes estatais de base no setor de mineração, como a Vale do Rio Doce, no setor siderúrgico, com a Companhia Siderúrgica Nacional, e de motores aeronáuticos e posteriormente de caminhões e ônibus, com a Fábrica Nacional de Motores. Com a abertura para entrada de empresas estrangeiras no país, principalmente com as montadoras de automóveis, a partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), as estatais passaram a subsidiar seus preços para garantir a expansão do setor privado (MENDONÇA e FONTES, 1994).

O estabelecimento de grandes grupos empresariais foi sendo estimulado, através de concessão de monopólios ou proteção contra a concorrência estrangeira (reserva de mercado), como no caso das empreiteiras brasileiras (CAMPOS, 2010). Isso propiciou ao Brasil, a partir de 1970, exportar capitais, fenômeno que foi intensificado com o processo de privatização na década de 1990, o que, por sua vez, fomentou uma concentração de capitais ainda maior no país. Como consequência desde processo, foram gestados grandes grupos empresariais que, com apoio e suporte do governo brasileiro, tem expandido suas atividades além das fronteiras nacionais, numa expansão em nova escala.

O período após a Segunda Guerra Mundial e até a primeira metade da década de 1970 foi marcado por um grande crescimento econômico e estabilidade política nos países centrais do capitalismo. O sistema capitalista se expandia para diversas regiões do planeta e se consolidava na Europa Central, que se reindustrializava com vultuosos empréstimos e investimentos dos Estados Unidos. Assim, o capitalismo conseguia acumular capital distribuindo renda e afastando qualquer ameaça socialista de seus domínios hegemônicos (HOBSBAWM, 1995).

Esse processo ocorreu sob a liderança econômica dos Estados Unidos que, através de um plano de ajuda à Europa Central e ao Japão – o *Plano Marshall*[10] – viabilizou, para estas regiões, um grande fluxo de capital, desencadeando um desenvolvimento industrial marcado pela forte presença do Estado na economia: um Estado de tipo *Keynesiano,* baseado no pleno emprego, elevados gastos sociais em saúde, educação e seguridade social.[11] A crise mundial do capitalismo

Enquanto na expressão aparece apenas D-D', dinheiro que valoriza e se transforma em mais dinheiro, ela oculta o processo de extração de mais valor que ela impulsiona através de créditos no setor produtivo e mercado de ações de empresas.

[10] Plano de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental destruídos pela 2ª Guerra Mundial. Foi um aprofundamento da Doutrina Truman que também buscava afastar o Comunismo desses países.

[11] Esse *Estado de Bem-Estar Social* ("Welfare State") serviu ao processo de acumulação de capital no período, pois além de investir em setores da economia que não eram atraentes ao capital privado, atendeu também à classe trabalhadora via concessão de direitos sociais. Ou seja, o Estado garantiu a reprodução do modelo de acumulação e condições de sua manutenção. Porém, já no final da década de 1960, esse modelo apresentava sinais de esgotamento.

na década de 1970 colocou fim a um período de grande expansão do capitalismo pelo planeta (a "Era de Ouro", na expressão de Hobsbawm) e levou a uma baixa produtividade e ao aumento considerável da inflação. Concomitante a esse processo de crise, o movimento operário – que já não era aquele que presenciara a miséria do pós-guerra e sim aquele, desenvolvido ao longo das décadas de 1960 e 1970, que viveu do consumo de bens duráveis e do pleno emprego – passou a criar tensões e lutar pela manutenção de seus direitos, que agora corroíam as bases de acumulação de capital.[12]

Percebemos nessa análise de Antunes acerca da tese de Mészáros sobre a crise estrutural do capital que, no pós-1970, ocorreu uma busca pela agilização do ciclo produtivo como uma busca de alternativa para a saída da crise. O uso indiscriminado da tecnologia como forma de aumentar a capacidade produtiva, junto com a descartabilidade cada vez maior dos produtos consumidos (exemplos como computadores e automóveis cada vez mais "descartáveis" ou com período de vida útil cada vez menor), fez surgir gerações de consumidores compulsivos e formas de trabalho com o objetivo de gerar necessidades de consumo (como os publicitários), bem como uma valorização da esfera financeira, com a utilização das bolsas de valores para valorizar o capital. A resposta para a crise foi uma ofensiva do capital contra a classe trabalhadora no sentido de eliminar o máximo possível de trabalho improdutivo, suspendendo direitos, promovendo o desemprego estrutural como forma de pressionar para baixo as relações de trabalho e assim extrair ainda com mais ferocidade mais-valor. Com o predomínio do capital portador de juros houve ainda mais pressão por maximização do mais-valor e mundialização do capital e produção.

Ou seja, o enfrentamento da crise foi superficial e não transformou seus pilares, pelo contrário, aprofundou-os. Suas medidas foram no sentido de voltar com as taxas de lucro de outrora, a *Fase de Ouro* do capitalismo no pós-Segunda Grande Guerra. Não se mudou a forma de produção, mudou-se o padrão de acumulação, que agora deveria ser flexibilizado.

O sistema produtivo dominante fordista foi substituído paulatinamente pelo método fordista japonês, conhecido como *toyotista*. Para Antunes, o *toyotismo* seria a "via japonesa de consolidação do capitalismo industrial" que possuía menos trabalhadores, mas garantia uma maior produtividade (MÉZÁROS, 2010).[13]

[12] Para o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, o pós-1970 possui como características: 1) a queda da taxa de lucro das empresas; 2) o esgotamento do padrão de produção fordista; 3) hipertrofia da esfera financeira e sua autonomia frente à produção; 4) maior concentração de capitais, com mega fusões; 5) crise do Estado de Bem-Estar Social (com retração dos gastos públicos e transferência de serviços para a iniciativa privada); 6) flexibilização e privatizações (ANTUNES, 1999). O modelo iniciado em Breton Wood, de controle do fluxo de capitais, vinculação das moedas nacionais ao padrão ouro-dólar, força de instituições globais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial com forte influência estadunidense, começa a ter dificuldade em valorizar capitais. E já na década de 1960, esses capitais começam a migrar para a esfera financeira.

[13] As diferenças entre o *Fordismo* e o *Toyotismo* são: 1) produção vinculada à demanda; 2) produção flexível; 3) trabalho em equipe; 4) *just in time*; 5) estoques mínimos; 6) produção descentralizada; 7) círculos de controle de qualidade, apropriando-se do intelecto do trabalhador; 8) emprego vitalício (muito pouco utilizado no ocidente). Embora tenham sido adotadas em boa parte do mundo capitalista, essas medidas se adaptaram às singularidades e às particularidades de cada país ou região. Isso mostra a intensificação da exploração da força de trabalho em escala global devido aos seguintes motivos: 1) pelo fato dos trabalhadores trabalharem, muitas vezes, em múltiplas

No campo ideológico, o legitimador desse capitalismo duro foi Friedrich Hayek. Suas teses advinham da herança liberal, embora com novos e simplificados contornos e similaridades com a pós-modernidade. Para o historiador Perry Anderson, o Neoliberalismo surge em 1944, com o livro *"Caminho da Servidão"*, de Friedrich Hayek, que consistia num ataque apaixonado contra qualquer limitação do "mercado" pelo Estado, encarada como um ataque à "liberdade". Economia de mercado e sociedade organizada materialmente pelo mercado são as heranças liberais de Hayek (PAULANI, 2005, p.118). A sociedade organizada pelo mercado seria um resultado aceitável (e racional), porém não planejado. Para Hayek, os mecanismos de mercado regulatórios da sociedade se fazem necessários, pois, em sua ótica, essa é a única forma de compatibilizar as liberdades individuais, por mais duras e imorais que sejam.[14]

As diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo são basicamente o fato de o neoliberalismo ser menos do que uma doutrina política, filosófica e moral. É uma receita econômica que despreza valores universais. Os princípios básicos do Neoliberalismo são: a redução do tamanho do Estado, através da privatização; rígido ajuste fiscal, livre comércio de bens e serviço, entre outros.

O Estado "inchado" e "oneroso", que teria caracterizado o "Welfare State", na concepção dos seguidores da doutrina neoliberal, deveria diminuir de tamanho, passando para a iniciativa privada setores da economia até então controlados pelo poder público. Essas *privatizações* deveriam criar um ambiente favorável para a volta do crescimento econômico, uma vez que, como prega a ideologia neoliberal, o setor privado é muito mais dinâmico que o público. Outra diferença em relação ao liberalismo clássico é que, por suposta superioridade do mercado, o neoliberalismo "exige" fé total na "racionalidade" capitalista e no livre mercado (PAULANI, 2005).

Assim sendo, percebemos que Hayek e seus signatários, como Milton Friedmann (conselheiro econômico do Partido Republicano dos Estados Unidos), não fundaram uma nova teoria. Antes, fundaram um discurso normativo, estático e ahistórico, assim como o

máquinas com metas de produção; 2) aumento do ritmo e velocidade da cadeia produtiva; e 3) apropriação das atividades intelectuais do trabalho. Para tanto, as técnicas de gestão de pessoal foram modificadas, para se enquadrar às formas de acumulação flexível. Essa forma de acumulação se fundamenta no padrão produtivo organizacional que se vale largamente de tecnologia de ponta, com produção mais flexível que se utiliza de terceirizações, "times de trabalho", "envolvimento participativo", "multifuncionalidade", entre outras técnicas de gestão de pessoas. Isso representa a captura da subjetividade do trabalhador que agora deve doar-se de corpo e alma ao trabalho. O capitalismo passou a exigir atitudes colaborativas, mesmo com humilhações impostas ao trabalhador.

[14] O ponto central de Hayek é a sua tentativa de demonstrar que o mercado pode atingir o equilíbrio, e quando isso acontece o mercado mostra ser a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo. A intromissão do Estado é irracional uma vez que o mercado busca o equilíbrio por meios racionais (PAULANI, 2005, p.123). Durante 30 anos, as ideias de Hayek existiam apenas como discurso e ideário. Com a crise de 1970, as condições materiais surgiram para dar legitimidade às ideias de Hayek, como um discurso duro e apologético do capital. Em 1947, Hayek funda a sociedade de *Mont Pelerin,* com o claro propósito de atacar o *keynesianismo*. Ao longo dos anos, essas ideias permearam políticos conservadores e grandes universidades como a Universidade de Chicago, e, após 1970, bolsas de estudo oriundas dessas instituições cresceram enormemente, bem como o ingresso desses pós-graduados em altos postos governamentais de inúmeros países. Com a crise do Estado de Bem-Estar Social, lá estavam os *Chicago Boys* com as "soluções" para a crise.

pós-modernismo. O neoliberalismo não é cientifico como os neoclássicos, pois troca a ciência pela técnica financista reduzindo o debate econômico (PAULANI, 2005, p.137). No pós-modernismo não há distinção entre a verdade científica e as representações literárias, enaltecendo valores metafísicos e apresentando o mercado como possuidor de características libertadoras e autoritárias. Os pós-modernistas são radicais na postura (anti-universal e anti-totalizante) ao mesmo tempo que são conservadores, ratificando a incondicionalidade do capitalismo duro e intransigente que o neoliberalismo referendou.

Mas toda essa autossuficiência verborizada pelos defensores do Neoliberalismo não conseguiu cumprir nessas quatro décadas de hegemonia neoliberal as promessas contidas em suas ideias. Nas últimas décadas, presenciamos uma crise estrutural do capital, onde os limites dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho ultrapassam os níveis de sobrevivência do planeta e da saúde física e mental dos trabalhadores, somados ao avanço inesgotável do capital fictício nas bolsas de valores.

Crise da dívida dos países latino-americanos na década de 1980. Crise financeira mundial em 1987, que levou o Brasil, entre outros fatores, a decretar uma moratória ao FMI. O desmantelamento do "Socialismo Real" no Leste Europeu e a adoção dessa cartilha neoliberal, que resultou, em pouco mais de três anos, numa grave crise econômica na Rússia em 1994. Neste mesmo ano, também foi a vez do México enfrentar uma crise. Em 1997, foram os países conhecidos como "Tigres Asiáticos". Entre 1998 e 1999, o Brasil. No final de 2001, a Argentina viveu a maior crise de sua história, e, por fim, a grande crise financeira de 2008, que atingiu o centro do capitalismo mundial e parece ser uma crise maior que a crise de 1929, conhecida como a "Grande Depressão". Todas essas crises parecem ser, segundo a formulação de István Mészáros, "a forma de uma *crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente*" (MÉZÁROS, 2010, p.12).

Bibliografia

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Editora Práxis, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. **Contra a Corrente: revista marxista de teoria, política e história contemporânea**. Ano 2, nº3, 2010. p. 70-77.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Roteiro para o ensino da economia marxista**. Disponível em: <www.carcanholo.cjb.net>. Acessado em 15/01/2011.

_____, Reinaldo e TEIXEIRA, Olívio. Sobre a leitura ricardiana de Marx. **Revista Ensaios – FEE**, ano 13, nº2. Porto Alegre, 1992. p. 581-591.

FONTES, Virgínia. **O capital-imperialismo: algumas considerações**. Comunicação do 3º Encontro Internacional de Serpa: "Civilização ou barbárie: os desafios do mundo contemporâneo", p. 1. Disponível em: <www.diario.info>. Acessado em 15/01/2011.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENINE, Vladimir I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Obras Escolhidas. Lisboa: Editora 'Avante!', 1977.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PAULANI, Leda Maria. **Modernidade e Discurso Econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

Limites do Crescimento: Influência Histórica do Clube de Roma na Construção de uma Consciência de Mundo Finito

Prof.ª Denise Quintanilha (UGF)[1]

Com as mudanças ocorridas nas políticas ambientais, econômicas e sociais das últimas décadas e pela forma como certos atores sociais contribuíram para tais transformações, o Clube de Roma está entre os formadores de opiniões de maior expressão da década de setenta. Esta organização tratou de questões ligadas ao futuro da humanidade e promoveu discussões de seus valores com o intuito de buscar soluções possíveis através de Relatórios produzidos e Conferências realizadas.

A partir de questões fundamentais como: pode haver mais progresso econômico e social dentro dos atuais padrões de consumo e produção? Pode estar em risco a sobrevivência do planeta pelo uso acelerado, ininterrupto e limitado dos recursos naturais? O Clube de Roma encomendou estudo aos pesquisadores do MIT[2], Dennis Meadows, sua esposa Donella Meadows e Jorgem Randers para obtenção de respostas a essas formulações. Os pesquisadores utilizaram o *Computer Science and Artificial Intelligence Laboratory* e desenvolveram um programa capaz de projetar em cenários futuros o estado em que se encontraria o planeta no período de cinqüenta anos. A obra Limites do Crescimento é o relatório detalhado deste trabalho, cuja publicação ocorreu em 1972. A venda alcançou a significativa marca de mais 30 milhões de cópias em 30 idiomas[3], tornando-se um dos livros sobre ambiente mais vendido da história.

A obra Limites do Crescimento não somente projetou o Clube de Roma, mas causou uma grande repercussão na maneira como as políticas sociais e econômicas tratavam as disponibilidades dos recursos naturais e o futuro da própria humanidade. Os resultados inspiraram críticas e influenciou de certa maneira a desconstrução do mito do crescimento, o que até então era sustentado por um paradigma de expansão industrial e por uma busca infinita de bem-estar reforçada pelo desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas. Tal projeção nas comunidades acadêmicas e populares justifica a presente pesquisa.

Para análise da influência que o Clube de Roma ocasionou após publicação dos resultados do estudo encomendado foram selecionados: os próprios autores do relatório Limites do Crescimento, por chamarem atenção ao agravamento dos riscos ambientais de acordo com as prospecções feitas nos cenários cibernéticos; uma pesquisa nos periódicos do Jornal do Brasil nos primeiros anos da década de setenta para avaliar as repercussões que teve o Clube de Roma no Brasil e na comunidade internacional e, por fim, escolhidos os autores Bárbara Ward e

[1] Discente Pós-graduação UGF em História Cultural do Brasil. E-mail: dequintanilha@gmail.com
[2] Do ingles Massachusetts Institute of Technology
[3] Disponível na página httpp.// www.clubofrome.org

René Dubos por serem deles o relatório da Primeira Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, no qual fazem uma análise global de temáticas que vão da explosão demográfica à utilização dos recursos naturais.

No primeiro momento do trabalho são apresentadas as principais considerações aos resultados do relatório Limites do Crescimento. Fazem parte do segmento seguinte as repercussões desses resultados e como isto influenciou uma nova visão de mundo. Nas considerações finais destaca-se o legado histórico do Clube de Roma como agente fomentador de novos olhares, paradigmas e valores socio-ambientais, fazendo-lhe justiça ao seu papel de catalisador de opiniões.

Clube de Roma e os Limites do Crescimento

Ao enfocar a questão da tecnologia e mercados, os autores do relatório Limites do Crescimento apresentaram a expansão da cultura industrial como sendo a principal inspiradora e consolidadora do desejo de um crescimento material permanente, o que equivaleria dizer que em praticamente todas as comunidades mundiais a idéia de limite ao crescimento fosse impensável – o mito do crescimento.

O Clube de Roma ponderou que mesmo sendo a tecnologia um aliado na busca de solução aos riscos ambientais, o avanço tecnológico só é concebível quando certas decisões sociais, ações governamentais e recursos são direcionados a salvaguardar o meio-ambiente, mas que ainda sim esses avanços viriam após intervalos de tempo expressivo, portanto insuficientes para que o planeta pudesse se recuperar dos danos sofridos, conforme os cenários testados no programa Word3.[4]

Os pesquisadores também entenderam que vinculada à tecnologia, o mercado dita o custo do produto. A fabricação de produtos demanda investimento na captação de recursos naturais, sendo esse escasso a demanda refletiria no aumento de preços dos produtos ou serviços, que por sua vez causaria reações, impulsionaria os fabricantes ao emprego de novas tecnologias para substituir o produto usado por outro mais abundante e de menor custo. A busca e o emprego de novas tecnologias influiriam novos hábitos de consumo. Desta forma, explicitou que o mercado está muito mais atrelado a tecnologia do que na solução em reduzir o dano causado por um poluente qualquer. Sobretudo, que a "conta" seria paga pela sociedade que continuaria disposta a pagá-la e assim ser atendida em sua necessidade de consumo. Dentro dessa estrutura, o mito do crescimento se retroalimentaria.

Para melhor compreender a dinâmica dessa estrutura, destacamos alguns fatores que constam no relatório e servem como análises das causas e consequências possíveis de um crescimento além da capacidade do planeta e a possíveis catástofres.

[4] Word3 programa cibernético criado pelos pesquisadores do MIT para simular cenários possíveis e retratar as crises advindas do esgotamento dos recursos não renováveis, em relação ao crescimento populacional e a produção mundial.

• O crescimento exponencial

A pesquisa Meadows chamou a atenção para os riscos possíveis de uma ruptura ou catástofre que nosso planeta estaria sujeito num período aproximado de um século. A proposta de desaceleração das economias globais envolve muito mais que um alerta ao grande risco. Fala de um comportamento de crescimento que tem sido a postura dominante do sistema socioeconômico mundial durante mais de 200 anos. A isto denominaram de *overshoot*, ou "*indo longe demais*".

A força motriz para o crescimento exponencial ainda estava sob discussão nos programas públicos, políticos e econômicos. Havia muita confusão, como ainda há, numa época de limites naturais sendo insignificantes as medidas tomadas para desacelerar o crescimento exponencial por parte das entidades que fomentam a escassez de matérias primas do planeta. Para os pesquisadores o crescimento contínuo merecia estar submetido a programas políticos e econômicos que favorecessem a baixa do índice de natalidade, já que "a produção de alimentos, a utilização de recursos e a poluição tendem a aumentar exponencialmente, não porque se automultipliquem, mas porque são impulsionadas pela população e capital" (Meadows, 2007) e para ilustrar tais medidas, apresentaram as perspectivas dos recursos hídricos cuja demanda média per capita não mudará enquanto a população mundial continuar a crescer ao ponto de atingir nove bilhões em 2050. Neste caso os seres humanos consumiriam 10.200 quilômetros cúbicos por ano, representando 82% da vazão sustentável total de água doce do planeta.

• Fontes e sumidouros

No início dos anos setenta, pensar num mundo finito era algo incomum. Atualmente, o mito da natureza infinita foi derrubado após debates sobre o risco de colapso nas fontes de energia e sumidouros que absorvem os resíduos bem como poluentes não aproveitados pelo crescimento. Já é sabido, graças aos estudos das prospecções do Clube de Roma e de outras entidades científicas, que de fato existe um limite entre a velocidade da extração de matéria-prima para produção e a absorção dos resíduos pelos sumidouros naturais. São esses limites que evitam os prejuízos tanto às pessoas quanto às economias, aos processos de regulação e regeneração do planeta.

O que o Clube de Roma passou a divulgar com esse relatório e seguintes, é que o século XXI estaria consumindo recursos importantes e gerando níveis arriscados de resíduos, ou seja, a pressão do ser humano sobre a natureza caminhava para além dos limites suportados porque bilhões de pessoas ainda desejam ter carros, geladeiras e outros bens de consumo, embora as maiorias das economias já estejam mais conscientes quanto aos limites de saturação dos sumidouros e das fontes fornecedoras de matérias primas, como a energia.

A simulação virtual também considerou o emprego de fertilizantes, pesticidas e outros insumos utilizados na produção de alimentos como um dos fatores que contribuem para saturação desses sumidouros. Neste caso, a aplicação de insumos industrializados no combate a queda da produtividade devido à escassez de terras férteis e ao aumento da demanda por alimentos de uma

população em crescimento acelerado, levaria à saturação das fontes e sumidouros. A saturação por sua vez ocasionaria a queda na produção de alimentos, consequentemente o aumento de mortalidade e finalmente o setor industrial iria parar de crescer. A isto os pesquisadores chamaram de 'crise da poluição global'.

• Dentro dos limites sustentáveis

A confrontação entre crescimento e preservação dos recursos naturais alcançou na década seguinte à publicação da obra Limites do Crescimento, uma expressividade maior.

Na opinião do Clube de Roma, viver dentro dos limites não necessariamente significava negar o crescimento, mas usar o crescimento material de forma ponderada, ou seja, saber discriminar o tipo e o propósito do crescimento. O Clube de Roma apoiou seus pesquisadores que romperam com o falso conceito de que a sustentabilidade levava a estagnação, ao desemprego e a falência. Afirmaram que a sociedade é capaz de proporcionar o crescimento se fizerem uso da tecnologia com criatividade. Sugeriram a necessidade de regras para se coibir a excessiva utilização dos recursos renováveis ou a utilização de um poluente perigoso. Alertaram que, ainda que haja perigos, o resultado da luta será consequência do que está sendo feito no presente para se voltar aos níveis de sustentabilidade do planeta.

O Clube de Roma aposta no retrocesso do overshoot, desde que haja disposição ao sacrifício, em viver dentro dos limites que o planeta suporta. Do contrário, mesmo que as soluções se apresentem pelo emprego de tecnologias capazes de reverter o overshoot, a demora e a continuidade da produção industrial em crescimento acelerado só trará como resultado um futuro sombrio, um colapso na melhor das hipóteses por volta de 2070.

Influência do Clube de Roma na construção de uma consciência de mundo finito

O impacto da interpretação construída a partir da pesquisa encomendada pelo Clube de Roma através de um sofisticado modelo cibernético, capaz de simular cenários respondendo a várias e complexas variáveis, como taxa de crescimento da população, utilização de recursos não renováveis, produção de bens industriais, consumo de alimentos, poluição, desigualdades sociais, foi o suficiente para abrir um grande fórum de discussões que despertou posicionamentos favoráveis e outros contrários às teses decorrentes de tais análises, posterior a sua publicação. No Brasil o articulista Lord Gladwyn[5] fez a primeira referência às projeções apresentadas pelo relatório, considerando-as como uma prevenção a um possível colapso de proporções mais regionais do que global.

Após a publicação pelo Clube de Roma do relatório Limites do Crescimento, Ward & Dubos lançaram a obra *Uma Terra Somente: a preservação de um pequeno planeta*[6]. Os autores apresentaram suas preocupações com o processo de aceleração tecnológica e o consumo de energia para manter o padrão de conforto populacional das sociedades localizadas no 'Sul' do Planeta, caso seguissem o modelo elevado de consumo das muitas sociedades do 'Norte'

[5] Publicação no JB de 29/04/1973.

[6] Resultado da I Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente. Estocolmo, 1972.

– europeus e americanos. O estado de apreensão estava baseado não no sentido de preconizar o não desenvolvimento tecnológico, econômico ou social dos que estão abaixo da linha do equador, mas na dicotomia entre o mundo natural com o mundo tecnológico bem como o desequilíbrio que o homem poderia causar.

O sociólogo Helio Jaguaribe[7] referiu-se ao modelo Meadows como sendo pioneiro e de investigação bem abrangente. Um estudo que buscou compreender uma crise real ou em potencial no mundo. Seus possíveis desdobramentos também foram considerados e as discussões assim como os estudos posteriores de tais crises, estavam todas relacionadas aos problemas que o mundo iria enfrentar num futuro próximo. Essa crise esclareceu o sociólogo, não poderia ser tratada isoladamente, pois nenhum país, por mais que fosse poderoso, seria capaz de solucioná-la. A busca de uma resposta à crise envolvia todo o sistema global e não se limitava apenas ao aspecto político. Outras situações deveriam ser consideradas, como os recursos energéticos, matérias-primas disponíveis às indústrias, mercados e até mesmo aspectos como a violência urbana. Portanto, qualquer aspiração que o ser humano viesse ter naquele momento, já não poderia ser definida isoladamente por uma cultura específica ou pela resposta do próprio meio ambiente. Neste sentido, ficou destacada a grande influência que exerceu o Clube de Roma nos vários segmentos da comunidade mundial e uma das primeiras repercussões no Brasil. Em 1974, a sombria promessa do estado estacionário, um dos destaques da obra Limites do Crescimento, ganhou espaço no Caderno Especial de domingo do Jornal do Brasil. Sucederam-se os temas tendo como influência as prospecções contidas no relatório do Clube de Roma. Novas abrangências de pesquisas e discussões olhavam para um futuro que envolvia políticas sociais, os desníveis entre países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, a situação da produção de alimentos, o aumento populacional e a própria qualidade de vida nas grandes metrópoles. O economista Julien Chacel, por exemplo, então diretor de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, foi um dos que destacou o problema do crescimento da população e a capacidade de produção de alimentos na FAO[8] de 1973. Para Chacel, conforme noticiado por Rangel[9], esse aspecto não poderia estar dissociado com o que se estava vivendo no momento – a crise de energia do petróleo.

Na medida em que o temor quanto ao futuro da humanidade e do planeta ganhava maior expressividade, diversificavam os questionamentos e as idéias. Como conciliar o aumento populacional sem comprometer a qualidade de vida? Como frear o aumento demográfico sem interferir na cultura dos povos? Que consequências estavam por vir caso o crescimento seguisse em ritmo acelerado? Na medida em que avançavam as análises sobre o crescimento, as diversidades de opiniões encontraram um ponto em comum. Vive-se num mundo finito de recursos, a população mundial não para de crescer, o consumo de matérias primas continua acelerado e as reservas naturais caminham para a escassez. Uma consciência ecológica se

[7] Entrevista concedida ao JB de 15/12/1974.
[8] Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
[9] Reportagem publicada no Caderno Especial/2 do JB em 20/01/1974.

fortaleceu em decorrência das análises da aceleração do crescimento. Os primeiros passos haviam sido dados na Conferência de Estocolmo[10] e Copenhague[11]. O Clube de Roma reforçava o perigo do mito do crescimento e chamava a atenção por medidas que freassem a aceleração. Desta forma as publicações sobre meio-ambiente, sociedade consumidora, mercado econômico e políticas de governo ganharam novas colorações. Comparou-se o efeito do devastamento das fontes de energia ao da bomba de hidrogênio. Outros aspectos somaram às reflexões feitas por especialistas. Conceitos como ecologia, ambientalismo e sustentabilidade conquistaram expressividade. Descobriu-se um mundo interligado, dependente e de recursos naturais limitados. Neste sentido o Clube de Roma provocou e desempenhou importante papel na conscientização dessa nova realidade existencial.

Considerações finais

Não há dúvidas que estamos em risco. As questões ambientais, sociais, políticas e econômicas fazem parte de conferências locais, regionais e globais. Todas sinalizam para tomadas de medidas que alterem esta condição de perigo. Hobsbawn (2009) apropriadamente afirmou: "o que tornou o mundo um lugar ainda mais perigoso foi a equação tácita de crescimento econômico ilimitado e poder político, que veio a ser aceita inconscientemente". Desta forma, a influência do relatório Limites do Crescimento e atualizações seguintes, com suas impactantes análises, ajudou a construir um novo entendimento e senso crítico de realidade global.

Se o número de associações, organizações e acordos multilaterais continuam a crescer, foi de certa forma em razão do esforço do Clube de Roma. Suas ações voltadas para análises das estruturas políticas e sociais, bem como a divulgação dos problemas enfrentados pela aceleração do crescimento industrial, ajudaram a despertar a consciência de mundo finito e interligado.

Muitas vezes criticado, o Clube de Roma fez parte de um "time" pioneiro na divulgação de pesquisas ambientais. Contribuiu de certa maneira na construção de uma consciência de mundo por ser um catalisador de opiniões. Pode parecer que seu primeiro relatório tenha sido radical ao revelar projeções sombrias para o futuro do planeta, causando um mal-estar nos grupos de pensadores e intelectuais. Mas tal impacto agitou e forneceu material para novas discussões, reflexões sobre o mito do crescimento e os riscos ao ambiente e a própria humanidade.

Se hoje há uma visão de mundo finito e uma busca por uma economia sustentável, muito se deve aos movimentos ambientalistas da década de setenta e em especial ao Clube de Roma por abrir à discussão os entraves que o modelo econômico atual vem provocando em quase três séculos de industrialização e crescimento.

Ainda que estejamos mais conscientes da finitude dos recursos naturais, agimos como se o ambiente fosse passivo e neutro. Por isso as discussões trazidas pelo Clube de Roma não se restringiram apenas ao esgotamento dos recursos naturais e persistem ainda hoje. Com seus estudos chega-se a conclusão que não se dispõe de uma margem segura de tempo para reverter

[10] Declaração de Estocolmo, conf. Ref. Bibliográficas.
[11] Acordo de Copenhague, conf. Ref. bibliográficas.

o colapso ambiental; que o modelo político-econômico dominante é inviável à sustentabilidade do planeta e as diferenças econômicas existentes entre os países no retorno aos níveis de sustentabilidade do planeta esbarram em questões como repasse de recursos financeiros e tecnologias. Mas o problema não se circunscreve apenas aos governantes, lideranças e autoridades em geral. Percebemos que no dia a dia as pessoas não estão totalmente envolvidas com a questão ambiental. O problema sobre aquecimento global ainda é visto como algo distante do nosso cotidiano. A própria mídia, de certa maneira, valoriza mais as tragédias consequências do desequilíbrio ambiental do que suas causas. Não há reportagens suficientes que orientem a população a serem mais econômicas, a evitar o desperdício. Vivemos o mito do "jogar fora" e continuamos pensando que tudo que consumimos não deixa resíduos no ambiente. Neste sentido, o alerta do Clube de Roma é relevante. Precisa-se de medidas que venham salvaguardar o ambiente.

Enquanto não surge uma forma legal de restringir o uso dos recursos naturais, instituições como a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento–CMMAD, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas-IPCC e iniciativas como Rio+20 permanecerão apenas no âmbito dos pactos, intenções e acordos sem um compromisso sério.

Documentação

ACORDO DE COPENHAGUE. Disponível em: http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/aplication/pdf/COP-15_cph_auv.pdf .Acesso em 25/10/2010.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: www.unep.org. Acesso em 25/10/2010.

Bibliografia

ASSIS, J. Carlos & LESSA, Ricardo. Crises geram pesquisa pioneira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno Especial/1, dez.,1974.

GLADWYN, Lorde. A lógica do crescimento. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, abr., 1973.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2009.

MEADOWS, Donella et al. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualtymark, 2007.

RANGEL, Maria Lucia. A ótica brasileira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno Especial/2, jan.,1974.

WARD, Barbara & DUBOS, René. **Uma Terra somente: a preservação de um pequeno planeta**. São Paulo: Ed. USP, 1973.

SESSÃO 31
Patrimônio e Memória

O Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: uma Discussão sobre Patrimônio e Memória

Prof. Mestrando André Luiz Galdino da Silva (USS)[1]

A situação dos bens culturais tombados é algo tem despertado atenção atualmente. Em viagens pelo estado de Minas Gerais se ouve sobre a necessidade imperiosa de proteger os nossos monumentos que por si só já retratam a história de tão importante estado da federação e, conseqüentemente, uma contundente parte da história do Brasil. Um bom exemplo é a cidade de Ouro Preto, considerada oficialmente patrimônio histórico e artístico do povo brasileiro desde 1937. Emblemática diante de uma política oficial de preservação dos monumentos de relativa importância histórica e artística, Ouro Preto passou a ser foco de projetos e programas, ao longo dos anos, voltados para a proteção do seu conjunto arquitetônico.

Até ai é perfeitamente compreensível que a política preservacionista pensada para a antiga Vila Rica fundamentava-se no tombamento do casario barroco, pois, ia de encontro às diretrizes do antigo Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a presidência de Rodrigo de Mello Franco. Mas, com a chegada dos anos de 1980, sob a égide do Instituto Proteção do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, IPHAN, foram lançadas novas luzes na luta por uma política de preservação que buscasse algo para além das linhas arquitetônicas.

Retomando a reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural lanço mão novamente do exemplo de Minas Gerais, onde é fácil perceber que o conceito de "bem histórico" foi ampliado a partir do momento que passou a ser incluído na definição de "bem cultural", previsto inclusive no texto da Constituição Federal de 1988. A partir de então outras manifestações socioculturais passaram a constar de uma lista de bens materiais e imateriais passíveis de preservação e proteção visando o "resgate" da memória histórica de grupos, comunidades, etc.

Foi nessa mesma década que as manifestações voltadas para a preservação do patrimônio histórico de Belo Horizonte levaram a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). E, posteriormente, em 1993, a criação da Gerência de Patrimônio Histórico[2]. É bem verdade que alguns monumentos em Belo Horizonte

[1] Professor do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, do Centro Estadual de Educação Continuada Poeta Murilo Mendes (MG) e aluno do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Severino Sombra -USS, sendo orientado pelo Prof. Dr. Jorge Victor de Araújo.

[2] Nos anos 80, inicia-se o movimento de consolidação da política de proteção de bens culturais em Belo Horizonte, desencadeado pela reação à demolição do Cine Metrópole, uma edificação histórica, implantada na rua da Bahia e que culminaria com a Constituição do CDPMBH (Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte) e com a criação de um órgão municipal (antiga Gerência de Patrimônio Histórico) responsável pela preservação da memória urbana de BH, hoje representado pela DIPC (Diretoria de Patrimônio Cultural). A política de proteção dos bens culturais tem como um de seus fundamentos os conjuntos urbanos, que são áreas definidas com o objetivo de se proteger espaços específicos da cidade, denominados

já haviam sido tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), como é o caso do conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade e o Complexo da Pampulha.

A política de proteção pensada para Belo Horizonte está estruturada no inventário de Conjuntos Urbanos que busca identificar bens culturais representativos da memória da cidade. O inventário se orientou sob o estudo de dois espaços: o de valor simbólico e o de valor urbanístico. No cenário urbano é que se localizam esses bens, isoladamente ou em conjuntos, ou seja, edificações e/ou ambiências consideradas de valor histórico e simbólico que se pressupõe incorporadas ao imaginário da cidade. O órgão responsável pela preservação da memória histórica da cidade de Belo Horizonte centrou seus esforços na preservação desses espaços edificados que atualmente estão divididos em 18 Conjuntos Urbanos, 670 imóveis com tombamento específico e 05 Áreas de Diretrizes Especiais-ADE's.

Portanto, segundo informações da própria Prefeitura de Belo Horizonte, desde 1994 a concepção de bem cultural foi incorporada as políticas de proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte. E, de acordo com os discursos oficiais "preservar o patrimônio cultural de uma cidade é manter as marcas de sua história ao longo do tempo e assim assegurar a possibilidade da construção dinâmica da identidade e da diversidade cultural daquela comunidade". Partindo dessa ideia as ações de preservação, via tombamento, tiveram como foco as edificações que representavam as mudanças ocorridas através das décadas na arquitetura belorizontina desde o ecletismo, passando pelo modernista, até chegar ao pós-modernista.

Desde então duas questões tem permeado minhas reflexões a respeito da política municipal de preservação do patrimônio cultural:

1ª apesar das novas orientações quanto à ampliação do conceito de bens culturais, a prática parece ainda se dar nos moldes do antigo Sistema de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) uma vez que se fundamenta na preservação de bens de relevância arquitetônica. Sendo "interessante percebemos como essa abordagem – que se utiliza da história para a construção de um projeto nacional – vai marcar fortemente a historiografia da arquitetura brasileira [...], fica visível a aproximação da história da arquitetura e a preservação do patrimônio: a versão produzida pelos modernistas vai ser hegemônica em nosso País, em seus focos, e, principalmente, em seus silêncios (CASTRIOTA, 2009)".

2ª e as outras formas de arquitetura que não fazem parte desse rol de bens inventariados para tombamento? Como, por exemplo, as vilas que serviram de residência para os operários, pois, se houve um grande canteiro de obras por certo ele esteve apinhado de operários das mais diversas origens que com certeza muito contribuíram para história da Capital mineira. "É importante pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter a proteção especial do Estado, [...] (FONSECA, 2009)". Pois a tônica dos discursos é sempre a participação efetiva da sociedade na formulação

espaços polarizadores, onde são encontradas ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural. Esses espaços destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão urbanas.

de programas e projetos de preservação de bens culturais, mas "em verdade, as políticas de patrimônio, tal como estão estruturadas, atualmente, com certeza estão longe de cumprir esses objetivos, ainda mais numa sociedade que se queira democrática (FONSECA, 2009)".

Voltando à questão dos bens culturais inventariados na Capital mineira para o tombamento, para fundamentar a crítica em torno das ações de proteção levadas a cabo pela Diretoria de Patrimônio tomarei como referenciais dois conjuntos urbanos: o Conjunto da Floresta e o Conjunto da Comissão Construtora. A escolha recaiu sobre o Conjunto da Comissão Construtora por se tratar de dossiê dos imóveis mais antigos da cidade planejada por Aarão Reis – claro, excluindo da discussão três exemplares cujas construções remontam à antiga Curral Del Rei, ou seja, edificações anteriores a fundação de Belo Horizonte. E, também, sob o Conjunto da Floresta por ser a região com o maior número de impugnações contra as ações de tombamento.

Por se tratar de um ato administrativo do poder público, nesse caso municipal, o tombamento já traz consigo a ideia de unilateralidade. Pensar em uma proposta de política de preservação cultural democratizante, por parte do poder público, implicaria necessariamente na abertura de espaço para discussões permitindo a comunidade manifestar seus anseios, ideias, sentimentos, enfim, suas memórias a respeito dos bens culturais inventariados, mas especificamente dos bens edificados. Se, como afirma os órgãos responsáveis pela política de proteção do patrimônio cultural belorizontino, as ações de tombamento são compartilhadas com a comunidade, o que leva essa mesma comunidade a se posicionar contra o tombamento, uma vez que essas edificações são elementos importantes na construção de sua identidade cultural?

Se tomarmos, por exemplo, o conjunto Urbano da Floresta cuja ação de proteção deflagrada pelo poder público determinou o tombamento de 300 de edificações[3] representativas de tipologias arquitetônicas que se fizeram presentes ao longo do tempo na cidade. A medida definida pela Prefeitura como uma ação preventiva gerou em contrapartida um número imediatamente proporcional de recursos, por parte dos proprietários, que em sua maioria foram acatados administrativamente ou judicialmente. Então como falar em construção de uma identidade se a própria comunidade não se identifica com os bens culturais edificados que são alvos da proteção da administração pública municipal. Bem! Poderia se levantar a hipótese de que o problema residiria em simples operação econômica, já que o imóvel que viesse a ser inventariado para o tombamento, em virtude da legislação vigente, ficaria "desinteressante" para o mercado imobiliário, pois não poderia ser demolido para ceder espaço para a construção de prédios, residenciais e/ou comerciais, cada vez mais altos. Isso sem falar nas restrições de altimetria definidas para o entorno, o que contribui ainda mais para a ideia de "perda de valor" em função da especulação imobiliária.

[3] A decisão foi publicada no Diário Oficial do Município, no dia 16 de outubro gerando a reação imediata dos moradores impugnaram administrativa e judicialmente a maior parte dos tombamentos.

É sabido que, hoje em dia, existem programas financeiros que incentivam a preservação desses bens edificados tombados que vão desde a isenção de IPTU às verbas para restauração dos imóveis e, também, a mudança no uso do imóvel que muitas vezes passam a ser destinados ao uso comercial. No caso dos imóveis tombados pelo poder público municipal, na Capital mineira, o proprietário pode também usufruir da transferência do direito de construir[4].

Se a resistência em prol do tombamento como uma medida de proteção cultural não reside exclusivamente na perda de valor econômico, talvez o problema esteja relacionado a outro tipo de valor: o histórico. Em que bases o valor histórico é atribuído a essas edificações? Quem define que bem tem valor histórico e, portanto, merecedor de ser protegido? Partindo da ideia bem comum de que o "antigo" merece ser preservado para que não seja destruído e, consequentemente, a história ligada a esse bem também não desapareça, voltamos nossas reflexões para o Conjunto Arquitônico de Tipologia de Influência da Nova Capital: "as casas-tipo".

As casas-tipo foram destinadas aos funcionários públicos que vieram juntamente com todo o aparato administrativo da Antiga Vila Rica para a cidade de Belo Horizonte e seguiam certa padronização em seu aspecto construtivo. Essas edificações residenciais foram fator importante na formação da sociedade belorizontina. Elas autenticaram o projeto do governo do estado na medida em que se pretendia criar uma identidade para a nova Capital, mas ao mesmo tempo significava uma "expressão da cultura" da cidade de Belo Horizonte, como outras moradias também foram "expressões da cultura" brasileira. Já em outros momentos da história do país, em um sentido mais sociológico e antropológico, "pode se dizer da casa de residência e, por extensão, do tipo de arquitetura designado como doméstico, como uma das mais significativas expressões da cultura brasileira (FREYRE, 1979)".

Mas, se os tombamentos desses imóveis com tipologia da Comissão Construtora da Nova Capital, as casas-tipo, também são alvo de resistência por parte dos seus proprietários, a atribuição de valor por critério de antiguidade também é questionável. Talvez um bom caminho seja pensar nessas edificações para além de suas linhas arquitetônicas, onde seus espaços possam nos levar a visualizar um pouco mais a respeito do contexto histórico da época de suas construções. Analisar essa simbologia contida nos aspectos construtivos – ou pelo menos indicar possibilidades de análise dessa simbologia – revendo traços e linhas, espaços e ambientes, dessas mesmas "casas" sob outros aspectos que não somente o arquitetônico, com certeza seria uma importante contribuição para se conhecer um pouco mais da história da cidade.

O que vem transparecendo é que as ações preservacionistas sob a responsabilidade do município perpassam pelas mesmas práticas há décadas no país e que sempre se basearam na idéia de remissão da destruição do passado. É o mesmo "jogo entre fragmentos e totalidade, destruição e reconstrução, coerência e desintegração simbolicamente usados para fazer com que

[4] A transferência do direito de construir é um instrumento previsto na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo que concede o direito de alienar ou exercer em outro local o potencial construtivo do lote que não possa ser exercido no imóvel de origem, seja por possuir proteção específica ou por se inserir em área de preservação ambiental ou cultural, quando ocorra restrição do seu potencial construtivo (Fonte: www.pbh.gov.br).

as pessoas vejam e se identifiquem com a nação enquanto entidade a ser protegida e preservada (GONÇALVES, 2002)", só que em uma escala micro, o município.

Tudo isso é como se o valor estético atribuído às edificações por si só pudesse autenticar a identidade da Capital mineira. Da mesma maneira que preservar o patrimônio é preservar a nação, preservar as casas-tipo simbolicamente é preservar a memória da história de Belo Horizonte. Mas, "para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considera seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura (JEUDY, 2005)". Esse apelo à preservação dos "bens culturais", em qualquer nível (município, estado ou união), tem que ser uma construção da sociedade no sentido de atribuir valor histórico e não simplesmente um projeto governamental.

Talvez de início, no caso de Belo Horizonte, um bom caminho para fugirmos dessa abordagem "pedra e cal" é atentarmos para o fato de que essas casas tiveram como engenheiros e arquitetos, profissionais formados nas escolas italianas de arquitetura e que para cá vieram em um período turbulento que seu país atravessava, fruto das consequências das guerras em solo italiano, ao final do século XIX, que por sinal levaram uma grande parte da população italiana a uma situação de extrema penúria. Esses imigrantes italianos que atravessavam o Atlântico aportavam no Brasil, principalmente em São Paulo, em busca de melhores condições de vida em uma "terra de oportunidades". Entretanto, diferentemente do contingente de trabalhadores italianos que aqui chegaram e se dirigiram para as lavouras cafeeiras no sul e sudeste do país, essa outra leva de imigrantes, construtores e artífices, buscaram a Nova Capital mineira que no momento era apenas um grande canteiro de obras, mas cuja planta original deixava entrever um futuro promissor para a cidade moderna e planejada.

A fundamentação para a elaboração dos dossiês de tombamento desses imóveis residenciais se dá em função de uma discussão mais técnica, de um arcabouço de termos arquitetônicos, que na maior parte das vezes não despertam as "memórias" dos belorizontinos. Eles não se identificam com esses bens culturais, que teoricamente são elementos representativos da dinâmica de construção da identidade cultural da cidade. Em momento algum estamos desqualificando o trabalho de pesquisa dos arquitetos, principalmente dos que enveredaram pelo caminho da preservação do patrimônio cultural, mais especificamente da preservação e proteção do patrimônio cultural em Belo Horizonte. Contudo vale ressaltar que a proposta não é fazer uma mera descrição arquitetônica dos imóveis, mas sim nos apoiarmos em alguns aspectos construtivos, para efetivamente trabalhar a história dessas casas.

Pensar nessas habitações, as casas-tipos, para além de seus traços e linhas arquitetônicas, desvendando sua simbologia, lendo seus ambientes e espaços, torna-se uma aventura intrigante, mas perfeitamente possível. Talvez a partir daí possamos visualizar um caminho viável sob nova perspectiva da história da sociedade belorizontina, seguindo passos semelhantes aos de Gilberto Freire ao analisar a casa, seja a casa-grande, a de caboclo ou o mocambo do pescador

como "expressão concreta" na formação da sociedade brasileira. E porque não atribuir a pesquisa histórica mais "espaço" nesse importante e complexo processo de "construção" da memória histórica de Belo Horizonte e da preservação dos bens culturais da cidade, fugindo da idéia de "objetividade, considerada necessária no exercício diário de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2009)", defendida por Lúcio Costa. E, por fim, quem sabe por esse mesmo caminho nos aproximarmos efetivamente das formas diversas de vida social e cultural, em sua complexidade e pluralidade, que muito podem contribuir para a preservação da memória histórica da Capital mineira.

Bibliografia

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural". In: ABREU, Regina & CHAGAS Mário (orgs.). **Memória e patrimônio.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Oh de Casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

JEUDY, Henri Pierri. **Espelho das Cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MENEZES, I. P. de. **Belo Horizonte, residências, arquitetura: ensaio histórico documental da fase inicial da arquitetura residencial em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Grupo Geraldo Gomes Filho, 1997.

Minas Geraes. **Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. 1895.** Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1895. p. 145-149.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendente de Minas. **A cozinha na história da casa mineira.** Belo Horizonte: Museu Mineiro, 1987.

Revista **Minas Faz Ciência**, nº 7. Belo Horizonte: Fapemig.

Ruínas de Gongo Soco: um histórico de Destruição.

Prof. Mestrando Jonas José de Melo Alves (USS)[1]

I - Introdução

O presente texto é decorrente de análises de leituras, pesquisas e visitas "in loco" executadas formalmente desde agosto de 2011, numa investigação histórica bem mais ampla cuja meta principal é a elaboração de uma dissertação de mestrado. O tema deste trabalho científico está relacionado com a mineração aurífera em Minas Gerais no decorrer do século XIX, mais especificamente a história da mina de Gongo Soco e do antigo núcleo urbano – arraial – com influências inglesas que se formou ao seu redor, atualmente em ruínas.

A mina de Gongo Soco está localizada a 13 Km da sede do município de Barão de Cocais/MG, na região da Zona Metalúrgica e aproximadamente a 90 Km de Belo Horizonte. A exploração aurífera no local foi uma das mais rentáveis em Minas Gerais no decorrer dos séculos XVIII e XIX. O Capitão-mor João Batista Ferreira de Sousa Coutinho, o Barão de Catas Altas, foi um dos célebres proprietários da mina, que hoje pertence à empresa mineradora VALE S/A, que explora o minério de ferro.

A intenção inicial do projeto de pesquisa buscava responder a diversos hiatos na história desta renomada mina, entretanto sob a orientação da Profª Drª Cláudia Atallah – Doutora em História Política pela UFF e Professora Adjunta do PPGH da Universidade Severino Sombra (USS), em Vassouras/RJ e do Prof. Roberto Guedes – Doutor em História Social pela UFRJ e pós-doutorando pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – foi considerado inviável tratar de diversos assuntos e proceder a consultas em numerosas fontes com uma restrição considerável de tempo. O enfoque deveria ser então, em torno das relações técnicas empregadas pela empresa mineradora inglesa IBMA – *Imperial Brazilian Mining Association* – ou ligadas ao modo de trabalho utilizado - escravo e assalariado. A IBMA foi formada por investidores na cidade de Londres em 1824, com um capital inicial de 350.000 libras esterlinas. Em 1825, se beneficiando do Decreto Imperial de D. Pedro I – que permitia a atuação de empresas estrangeiras na exploração mineral – adquiriu a Mina de Gongo Soco do então proprietário, o Barão de Catas Altas.

Entretanto, considero que entre as temáticas a serem relegadas sobre Gongo Soco, em virtude da necessária diluição do trabalho está uma das mais interessantes, ou seja, aquilo que pode ser considerado o verdadeiro tesouro histórico da mina. Não falo de possíveis jazidas de ouro que ainda possam existir em seu subsolo nem de mapas descritivos de tesouros escondidos,

[1] O autor do artigo é mestrando em História Cultural pela Universidade Severino Sombra, de Vassouras/RJ, onde desenvolve a sua dissertação com o título provisório "Os mistérios que envolvem a opulência e a decadência de Gongo Soco – 1825 – 1856". É professor de ensino médio em Belo Horizonte. Leciona história no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais e na Escola Estadual Maurício Murgel.

mas sim das riquezas que podem ser vistas a olho nu ou encobertas superficialmente por camadas de terra. O verdadeiro "tesouro" de Gongo Soco é mais precisamente, o sítio arqueológico composto de ruínas – do antigo núcleo urbano minerador – que ainda insistem em se manter de pé, e os milhares de objetos e fragmentos utilizados pelos seus antigos moradores encravados em seu subsolo - que comprovam a vitalidade do local durante algumas décadas e, por que não em mais de um século.

Segundo o parecer do historiador Pedro Gaeta Neto – do IEPHA/MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) – feito em 1990, as ruínas são remanescentes de dois períodos distintos e representativos da atividade extrativista em Minas Gerais. No primeiro período, a atividade teria começado com a exploração aurífera no início do século XVIII, e após sucessivas transmissões na posse desta propriedade, chega às mãos do Barão de Catas Altas nos primórdios do século XIX. No segundo período, as atividades extrativistas do ouro são realizadas pelos ingleses da *Imperial Brazilian Mining Association* a partir de 1825, que passam a explorá-la industrialmente, utilizando técnicas e estruturas do processo capitalista europeu inserido na Revolução Industrial, provocando também uma transformação nas relações de trabalho. Tal processo persistiu até o fechamento do empreendimento por volta de 1856.

II- Início da destruição

A degradação natural de Gongo Soco vem ocorrendo desde o fim das atividades exploratórias por parte dos ingleses ocorrida em 1856 e o conseqüente abandono do arraial por parte dos moradores - ingleses e brasileiros – que saíram em busca de lugares que permitissem a conjugação de vida social, trabalho, lucro e sobrevivência. Serve como comprovação desta situação, a descrição feita em 1867, pelo inglês Burton (1976, p. 241-256), um dos diversos viajantes estrangeiros que conheceram e descreveram parte do cotidiano deste arraial. Em 1997, a jornalista Maria Clara Prates, do Jornal Estado de Minas, realizou uma reportagem especial sobre a localidade, aproveitando um dos comentários feitos pelo viajante inglês na ocasião de sua visita quando o mesmo ressaltou a sua decadência.

> É melancólico ver ruínas em terra jovem, cabelos grisalhos em uma cabeça juvenil. O enorme depósito pintado de branco à esquerda do caminho está fechado, as hortas e jardins foram estragados pelos porcos, as excelentes estrebarias estão em ruínas, enquanto remanescentes das senzalas, pretos cegos e aleijados saíram para receber moedinhas de Mr. Gordon, ao passarmos.

O comentário feito por Burton comprova que a paralisação das atividades do complexo industrial minerador pelos ingleses e a saída dos moradores delegaram ao antigo núcleo urbano um irreversível fim, o abandono da mina. A falta de utilização e manutenção das moradias e

equipamentos provocou uma degradação contínua desse verdadeiro tesouro histórico de Minas Gerais e do Brasil, que hoje está parcialmente materializado em suas ruínas. Conseqüentemente, os monumentos edificados em processo contínuo de arruinamento ficaram vulneráveis e cada vez mais sujeitos as intempéries provocadas pelo tempo.

O IEPHA/MG efetuou a pesquisa histórica entre 1989 e 1990 e o posterior tombamento do sítio arqueológico-histórico em maio de 1995. O tombamento parcial efetivado das ruínas e de pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no final da última década do século XX, não significou a garantia da preservação dos monumentos e de seus objetos, por falta de uma ação mais efetiva de profissionais capacitados – especialmente historiadores, antropólogos e arqueólogos – que deveriam se unir para salvá-lo da completa destruição. Em 1996, o engenheiro civil Luiz Mauro de Resende, do IEPHA/MG, emitiu um parecer sobre as vistorias que realizou no local em agosto do mesmo ano, contendo a análise das patologias apresentadas pelos monumentos, o diagnóstico destas patologias, a proposta de tratamento para as mesmas e a documentação fotográfica relativa à sua vistoria. Na parte concernente às intervenções visando à preservação da área, o engenheiro considerava fundamental a consolidação das estruturas existentes, com aplicação de material consolidante em partes mais degradadas e principalmente, a retirada de vegetação de grande porte, junto ao material edificado e posterior plantio de gramíneas ao seu redor. Entretanto, estamos no final de 2012, já se passaram 16 anos e nenhuma medida prática foi tomada neste sentido por qualquer órgão, empresa ou entidades que deveriam se incumbir da preservação e conservação do que restou da mina e do povoado.

A ruína é, de acordo com o italiano Carena (1997, p.129) – Professor de Letras (Latim, Italiano e Grego) e de História da Arte – "(…) o testemunho do poder destrutivo do tempo e o triunfo da natureza sobre a cultura (…)." É resultado da corrosão natural do tempo, das intempéries, da chuva, sol, calor, frio e uso humano, ou seja, uma ruína se forma ao longo de anos. No entanto, as ruínas conferem à paisagem uma marca humana que está contida nelas. O processo destrutivo sofrido em Gongo Soco extrapolou a passagem do tempo. Foi abandonado e deixou de ser um lugar gerador de riquezas e, após uma intensa exploração ocorrida no espaço de 30 anos, se transformou em um cenário arruinado, retrato vivo do descaso e da omissão. Mesmo em ruínas, o núcleo urbano oferece a possibilidade de contemplá-las, estimulando a imaginação a ver nelas um signo, ou seja, um símbolo de acontecimentos do passado que venceu o tempo e a natureza e se transformou em patrimônio histórico, fonte de conhecimento sobre o grupo humano que está na sua origem.

A situação descrita permite considerar que a descaracterização das ruínas provocada por um fenômeno natural, ou seja, a retomada da vegetação, conforme alerta do engenheiro Luiz Mauro, do IEPHA, está mais ligada ao descaso e omissão das autoridades – públicas e privadas - e especialistas brasileiros do que propriamente uma demonstração inequívoca de superioridade da natureza sobre as construções humanas.

A frase formulada pelo suíço Starobinski e utilizada pela especialista brasileira Tirello (1999) exemplifica esta dedução: "A ruína, por excelência, marca um culto desertado, um deus negligenciado. Exprime o abandono e o desamparo".

A mensagem acima demonstra perfeitamente a situação atual do objeto de análise deste artigo. Estabelecendo um paralelo com o mundo das ciências jurídicas, se hipoteticamente pudéssemos estabelecer a omissão e o desamparo, tratado por Starobinski, como crime, a conclusão final seria a de que ocorre uma reincidência do crime. O abandono ocorrido na década de 60 – século XIX – foi o primeiro e provocou o arruinamento das edificações e equipamentos. Como atenuante a este primeiro crime, se pode alegar que no Brasil Império – e por que não dizer até mesmo na Europa – a questão da preservação e conservação do patrimônio histórico não existia ou era bem restrita. A questão só veio a fazer parte de um projeto oficial de governo na gestão do presidente Getúlio Vargas (1930 -1945). O primeiro passo foi à implantação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM) pelo Decreto nº 24.375 de 14/07/1934 que tinha como suas finalidades impedir que parte do acervo material histórico do país fosse comercializada no exterior e também evitar a destruição das edificações assim classificadas. O segundo passo foi com a criação e regulamentação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937. O órgão presidido pelo advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade – período de 1937 até 1967 – possibilitou na esfera federal, o tombamento, preservação e até mesmo a valorização de uma diminuta parcela de bens materiais, edificações civis e religiosas em sua maioria. Na teoria o tombamento significava a salvação dos bens. O entusiasmo tomou conta dos defensores do patrimônio histórico nacional, principalmente entre os artistas e intelectuais de diversas áreas de conhecimento. Entre os que colaboraram com o SPHAN estão nomes como, os poetas Mário de Andrade e Manuel Bandeira, o jurista e historiador Afonso Arinos de Melo Franco, o historiador Sérgio Buarque de Holanda e o arquiteto Lúcio Costa.

Pelo exposto fica evidente que a maior parte do patrimônio cultural nacional distribuído pelas diversas regiões do país não foi contemplada com o tombamento ou por alguma política conservacionista. Os bens materiais excluídos da seleção federal ficaram a mercê da boa vontade de governadores estaduais, prefeitos municipais e de proprietários particulares. Para os monumentos em ruínas ou em processo de arruinamento, a situação era mais complicada, pois não eram considerados de valor histórico e na maioria das vezes, estabelecia uma equivalência deles como algo desprezível. Este imaginário coletivo, de negação da importância das ruínas de uma forma geral, foi trabalhado por Carena (1997, p. 106-129): "(…) a ruína associa-se, naturalmente, ao cemitério, lugar freqüentemente danificado e abandonado, objeto e sede da corrupção temporal".

A visão do autor acima foi fruto de pesquisas, – de que o mesmo participou ao longo de sua carreira – observando e analisando algumas ruínas existentes em toda a Europa, principalmente no território italiano e grego. Carena procurou, com as suas observações,

implantar uma mentalidade positiva a respeito das edificações e objetos materiais degradados e esquecidos no tempo. Mesmo não sendo o único defensor desta necessária valorização, o empenho dele o transformaria em um dos principais autores lidos por profissionais ligados à temática da preservação do patrimônio histórico pelo mundo. No intuito de sintetizar algumas opiniões de Carlo Carena sobre a importância das ruínas foi elaborado o quadro abaixo:

Definições sobre as ruínas:	**Aspecto(s) destacado(s):**
Testemunho do poder destrutivo do tempo.	Temporalidade
Triunfo da natureza sobre a cultura.	Natureza/Cultura
Conferem à paisagem a marca humana que as contém, abrindo-as para uma dimensão histórica.	História
Podem, na maior parte dos casos, desempenharem seu próprio papel graças à imaginação.	Imaginário social
Signo de acontecimentos do passado	Passado-presente
Metáfora de caducidade e de finitude	Catástrofes, morte, vida/morte
Enquanto "restauro" se refere não só a uma prática simultaneamente artesanal e artística	Artes, artesanato, reprodução/ reprodutibilidade

Aqui no Brasil, uma das pessoas mais empenhadas neste ímpeto preservacionista e que sofreu fortes influências das idéias de Carlo Carena, é a pesquisadora Regina A. Tirello, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, cuja tese de doutorado publicada em 1999, tratou do processo de destruição – consolidada em 1996 – da sede da Fazenda Rialto, considerada como um dos mais importantes conjuntos de arquitetura e arte profana do Estado de São Paulo, localizada na cidade de Bananal, no Vale do Paraíba, um dos mais importantes centros de produção cafeeira no século XIX. Apesar do enfoque específico de seu trabalho ser a destruição – e possível restauração – das pinturas murais que existiam nas paredes da fazenda, a sua obra promove a discussão também, de questões relativas aos limites da ação preservacionista oficial brasileira, inclusive sobre o papel das ruínas como legítimas representantes dos bens materiais que integram o patrimônio cultural brasileiro. A sua pesquisa faz uma reflexão sobre o desenvolvimento e as mudanças das noções de historicidade relativas à preservação dos bens do passado e suas implicações metodológicas nos conceitos de conservação e restauro. E um dos aspectos mais pertinentes é o de facilitar a compreensão das fases evolutivas de bens edificados como apoio para projetos de profissionais que atuam na área de preservação que provêm de formações diferenciadas.

Entre os obstáculos que existem para preservar as ruínas e, consequentemente a história de Gongo Soco, os relacionados pela ação destrutiva do homem tem sido o principal, sobretudo, a destruição motivada pela continuidade do extrativismo mineral em suas áreas, pois no decorrer do século XX, a exploração aurífera deu lugar à extração ferrífera. Da década de 60, do século XX, até os dias atuais, três empresas - a *São Carlos Minérios*, do grupo inglês *Republic*

Steel; os brasileiros da *Mineração Socoimex* e por último a *Cia. Vale do Rio Doce*, atual *VALE* - assumiram sucessivamente a concessão para extração das jazidas de minério de ferro. No final da década de 80, o jornalista Leonel Marques, da cidade de Barão de Cocais, conhecedor e defensor deste sítio arqueológico já denunciava na imprensa local que partes das ruínas já tinham desaparecido definitivamente e outras corriam sérios riscos. Em 1990, o Promotor de Justiça Fernando Ribeiro Magalhães Cruz – da Promotoria de Justiça de Barão de Cocais – deu início a um inquérito civil e requisitou uma perícia por parte do IEPHA para constatação de danos em bens tidos como de valor histórico, artístico e cultural, citados na denúncia. O mesmo promotor solicitava que fosse respondido pelo mesmo órgão em anexo algumas questões como:

1. Há no local denominado "Gongo Soco", município de Barão de Cocais, ruínas de valor histórico, artístico e cultural?
2. Houve dano de qualquer natureza nas referidas ruínas?
3. Os danos havidos provocaram descaracterização, diminuindo ou destruindo o valor histórico e cultural das ruínas?
4. Há possibilidades de se recuperar o patrimônio danificado ou destruído?
5. Que tipo de conduta deverá ser adotada na recuperação ou reconstrução das ruínas?
6. Além das ruínas, há no local outros bens de valor histórico artístico e cultural a serem preservados?
7. Esses bens sofreram algum dano?
8. Quem praticou os danos nas ruínas e nos demais bens de valor histórico e cultural?

Analisando a postura inicial tomada pela Promotoria de Justiça de Barão de Cocais, a impressão que fica é a de que o promotor Fernando Ribeiro agiu com um grande espírito público, pois as medidas tomadas visavam exclusivamente defender um bem cultural protegido por lei. Acrescente-se a eficácia de seu posicionamento, pois um mês depois, o historiador Pedro Gaeta Neto, encarregado pelo IEPHA de levantar o acervo histórico, arquitetônico, artístico e arqueológico das ruínas em questão, informava ao promotor que o órgão público estadual já estava catalogando o acervo existente desde os fins de 1989 para incluí-lo no IPAC/MG - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. O mesmo historiador informou ao magistrado que retornou ao local com o intuito de subsidiar-se nas respostas aos quesitos solicitados. Como resultado elaborou um relatório preciso que, contudo, continha duas falhas. A primeira, não respondeu o quesito 7: – *Esses bens sofreram algum dano?* –, e a segunda, no quesito 8: *Quem praticou os danos nas ruínas e nos demais bens de valor histórico e cultural?* – o autor do relatório se resumiu a afirmar que "os agentes são de toda ordem e ameaça é constante". Podemos considerar que a conduta do historiador refletia na realidade um grande desconhecimento não só pessoal como possivelmente da maior parte dos especialistas em patrimônio histórico sobre as origens e os fatores de degradação ocorridos ao longo do tempo em Gongo Soco. Pedro Gaeta salienta, inclusive, que não foi possível conhecer todo o acervo, pois algumas partes das ruínas estavam em locais de difícil acesso e outras estavam encobertas pela vegetação. Foi

necessária a colaboração de funcionários da Mineração Socoimex – empresa detentora da área na época – para acessar os locais escolhidos para a vistoria. Como conseqüência o levantamento fotográfico foi praticamente impossível de ser realizado. Neste contexto, como poderia o historiador representante do IEPHA/MG afirmar que danos sofreram os bens se os mesmos ainda não eram nem conhecidos e muito menos inventariados? Consequentemente mesmo sendo um especialista em história, não poderia responsabilizar pessoas ou empresas por um "suposto" dano em um "possível" bem. A inexistência de documentação textual e iconográfica limita consideravelmente a atuação de um historiador. A precariedade de informações históricas motivou o IEPHA/MG a enviar para Mariana e Ouro Preto, em 1994, a historiadora Elinete Vasconcelos e um estagiário para efetuar um levantamento documental nos arquivos destas cidades sobre as ruínas de Gongo Soco. Neste caso específico, as menções históricas, sobre o núcleo urbano minerador conhecidas no período, estavam relacionadas às descrições feitas por diversos viajantes estrangeiros. BUNBURY, BURTON, CASTELNEAU, ESCHWEGE, GARDNER, POHL e SAINT-HILAIRE são alguns dos que estiveram ou descreveram Gongo Soco. São importantes também os relatos contidos no romance histórico *Gongo Soco* escrito por Vasconcelos (1966) e também no texto de Mattos (1914, p. 757-780), *Gongo Soco e Socorro.*

No mesmo ano de 1990, o jornalista Leonel Marques enviou uma correspondência à presidência do IEPHA contendo um parecer técnico sobre as ruínas de Gongo Soco e comunicando que o prefeito municipal de Barão de Cocais, João Batista de Alvarenga, determinava o tombamento do acervo arquitetônico e arqueológico a ser feito pelo órgão estadual nas citadas ruínas, "das célebres ruínas de Gongo Soco", dada a sua importância histórica e turística. No mesmo relato informava que as partes arruinadas como o "Arco de Pedra" – que segundo relatos de viajantes estrangeiros foram transpostos pelos imperadores D. Pedro I (1831) e D. Pedro II (1881) em suas respectivas passagens pela localidade – e o antigo vestiário da mina tinham sido suprimidas por uma empresa contratada para implantar obras no ramal ferroviário Costa Lacerda – Belo Horizonte, pertencente a Cia. Vale do Rio Doce. A mesma obra teria provocado à destruição parcial de uma ponte construída pelos ingleses da IBMA em meados do século XIX. O jornalista também isenta de culpabilidade pelo fim definitivo de parte das ruínas, a empresa proprietária da Mina de Gongo Soco na época, a Mineração Socoimex.

Após as intervenções feitas por diversas entidades – Promotoria da Justiça, IEPHA/MG, Prefeitura Municipal de Barão de Cocais, jornais (Estado de Minas, A Província e Barão de Cocais Extra) – parecia que finalmente as ruínas de Gongo Soco, cuja história escondida por detrás daqueles escombros era de conhecimento de poucos, que durante muito tempo eram vistas por muitos como um amontoado de lixo e que revelavam o descuido do poder público em relação à sua conservação passariam a ter o devido reconhecimento e proteção. Contudo, um artigo intitulado "*Piratas do acervo histórico*" publicado em 1994, pelo arqueólogo Paulo Alvarenga Junqueira – professor-adjunto e Coordenador do Setor de Arqueologia Histórica do Museu de

História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –, no Jornal Hoje em Dia, de Belo Horizonte, mostrava que a constatação esperada acima era infelizmente uma ilusão. O artigo demonstrava a sua revolta e incompreensão quanto à destruição realizada pela Mineração Socoimex em alguns dos monumentos que integravam o sítio arqueológico-histórico. Alguns trechos do seu artigo são reproduzidos abaixo:

> (…) Agora voltaram a atacar. O cemitério continua a existir, mas todo o complexo da área de mineração com duas amplas edificações, a entrada principal da mina, o forno com a chaminé para a fundição de ferro e outras estruturas arquitetônicas foram inteiramente demolidas. Não ficou pedra sobre pedra. Aniquilou-se, devastou-se, fez-se desaparecer, de maneira fria e calculada, testemunhos edificados de um importante momento da história industrial brasileira.

Em 1995 com o tombamento decretado pelo IEPHA ocorreu um estancamento do processo contínuo de destruição deste importante vestígio histórico e entre 1997 e 2000, uma equipe multidisciplinar realizou prospecções parciais que possibilitaram a coleta de diversos objetos – moedas, botões de cobre, cerâmicas, garrafas, colares, cachimbos, agulhas, porcelanas, ossadas, entre outros – que se encontram provavelmente sob a guarda do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da UFMG.

Nas atribuições do historiador está a intermediação entre os vestígios arqueológicos de Gongo Soco e a sociedade. Estejam eles inacessíveis em um depósito de uma renomada instituição ou em campo, sob a ação do tempo e dos homens. Cabe a ele, historiador, o diálogo com esses objetos decodificando vestígios do passado. A salvaguarda dos objetos arqueológicos por si só não é suficiente para se redimir do passado. O sentido revelador por trás de cada vestígio arqueológico deve ser buscado como fator imprescindível para a dinâmica de preservação do patrimônio cultural. Dosse (1992) comprova tal argumentação: "A história da cultura material é certamente rica em descobertas, mas com a condição de ser o lugar de "Cruzamentos da história econômica, social e cultural".

A simples constatação do que é material, do tangível, não deve ser pensada e muito menos assinalada como a mais contundente abordagem investigativa desses artefatos arqueológicos. A tarefa, fundamentada no trabalho do arqueólogo, de dar sentido histórico a essas ruínas é primazia do historiador que se apropria de conceitos e métodos de ciências como a arqueologia e a antropologia sem, contudo, se eximir do papel que lhe cabe: dimensionar para além dos aspectos materiais esses achados arqueológicos. Novamente, é importante a argumentação de Dosse (1992): "Permanece a abertura nova e interessante do campo histórico, com a condição de historicizar as descobertas, o que nem sempre é o caso, sobretudo quando se contenta com a descrição".

Bibliografia

BUNBURY, Charles James Fox. **Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CARENA, Carlo. "Ruína e Restauro" In: LE GOFF, Jacques (org.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. V.1, p.110.

_____. "Ruína/Restauro". **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa de Moeda, 1997. Vol. 1. Memória-História, p.106-129.

CASTELNEAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**.

DOSSE, François. **A história em migalhas. Dos Annales à Nova História**. São Paulo. Ensaio, Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. **Pluto Brasiliensis**. São Paulo: Itatiaia, 1979. V.1.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

IEPHA/MG. **Laudo técnico de Gongo Soco**. 22 de junho de 1990.

_____. **Relatório de Viagem de 10 de agosto de 1994**.

_____. **Comunicação Interna 196/96 de 05 de setembro de 1996**.

Jornal Estado de Minas. Gongo Soco: Resgatando a história. Belo Horizonte: 16 de março de 1997, p.42-43.

Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte: 02 de dezembro de 1994.

LEVI, Giovanni. "Sobre a Micro-História". In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, pp.133-162.

MATTOS, Padre Manoel Maria de Albuquerque Melo. Gongo Soco e Socorro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1914, p. 757-780.

POHL, Johan Emmanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1976.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BARÃO DE COCAIS. Portaria de 10 de maio de 1990 e Laudo Pericial de nº 16/90 de 23 de maio de 1990.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e do Litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

TIRELLO, R. A. **A ruína, o restauro e as pinturas murais oitocentistas do Vale do Paraíba Paulista**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999, 2v.

VASCONCELOS, Agripa. **Gongo Soco**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

Cine Vaz Lobo: Preservação, Cultura e Memória

Prof.ª Especialista Karen da Silva Barros (UFF)[1]

Cine Vaz Lobo: construção, inauguração e decadência

O Cinema Vaz Lobo, localizado no bairro de Vaz Lobo, pertencente geograficamente a baixada de Irajá, faz parte da história e memória do primeiro núcleo de ocupação sub urbe da Cidade do Rio de Janeiro, que, em 1644, tornou-se sua terceira freguesia. Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, ao longo dessas vias começou a desenvolver densa ocupação urbana. Na confluência de várias micro regiões, como a então estrada para a Penha, hoje Av. Vicente Carvalho, e na vizinhança do loteamento de terras da família Lobo, viria se destacar um amplo logradouro, no entorno do qual gradativamente formou-se ativa centralidade que veio a receber a denominação de Largo de Vaz Lobo. Ao final dos anos 1920, e ao longo dos anos 1930, com a implantação de serviço de bondes elétricos ligando Madureira a Irajá e a Penha, o Largo de Vaz Lobo, entroncamento das linhas deste serviço, assumiu representatividade social e comercial e em 23/7/1981 foi decretada a criação do bairro Vaz Lobo.

Atualmente, Vaz Lobo passa por uma grande transformação com a passagem do corredor expresso Transcarioca[2]. Dessa transformação espera-se melhoria sócio econômica, atraindo novos investimentos comerciais e imobiliários, melhorando a infraestrutura e oferecendo uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes e visitantes. Contudo, há de se refletir sobre essa mudança e seus benefícios/malefícios junto à análise histórica do bairro, seus patrimônios culturais, o que se resgatar e preservar da memória e identidade do bairro.

Em 1939, o emigrante português Antônio Mendes Monteiro comprou o terreno fronteiro ao Largo de Vaz Lobo, uma área triangular entre as atuais Av. Vicente Carvalho e Rua Oliveira Figueiredo, e nele construiu o cinema com capacidade de 1.800 lugares. A obra foi contratada a Mattos e Mattos Construtores Ltda e o projeto, contratado ao engenheiro e arquiteto Accácio Corrêa Jr. que para cobrir a sala de projeção ergueu a laje que, a sua época, foi o maior vão livre do subúrbio, representando um pioneirismo arquitetônico, apesar do medo de muitos que pensavam que o prédio iria cair e hoje o testemunham de pé. No segundo andar foram construídos quatro apartamentos residenciais, tendo ainda em sua lateral para Vicente Carvalho um conjunto de quatro lojas comerciais mostrando sua característica de construção mista.

O cinema em estilo arte-déco tardio apresenta sua denominação *Cine Vaz Lobo* grafado em seu frontispício. De acordo com a análise da arquiteta Fernanda Costa sobre a evolução das

[1] Pós Graduada *Lato Sensu* de História do Brasil pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: karen.historia.tur@gmail.com

[2] O Transcarioca, ou Corredor T5, é um corredor exclusivo para ônibus articulados ligando o Terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, ao Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim.

salas de cinema no Rio de Janeiro, por Renato da Gama, a construção do Cine Vaz Lobo ocorre na Época de Ouro, entre 1936 e 1941 (COSTA, 2010, p.5).

Com obra concluída em fins de 1940, o Cine Vaz Lobo foi inaugurado em 1941 com a presença da Primeira-dama Sra. Darcy Vargas, esposa do então Presidente Getulio Vargas, sendo toda a sua renda do dia destinada a obras sociais.

O contexto histórico político foi propício para sua realização. Conforme Fábio Kobol, em seu artigo "*Apoio estatal*", a partir da década de 1930 com a Revolução o cinema começou a ganhar espaço sendo visto como mais um aparelho de comunicação para expandir a construção de uma identidade nacional com produção própria ou na maioria das vezes importando (KOBOL, 2010, p.34-37).

Assim, os referenciais históricos abordados são trabalhados junto às memórias individuais, recuperando o papel do indivíduo nos processos sociais e por outro lado, uma memória social; longe de ser o somatório das memórias individuais, que está ligada ao sentido de comunidade, à construção das identidades sociais e aos processos sociais como um todo (MAUAD, 2005).

Segundo depoimento de Ronaldo Luiz Martins, ex-morador de Irajá e freqüentador do Cine, esse iniciou sua atividade em tempos críticos pela Segunda Guerra Mundial, tornando-se ávido centro de procura da sociedade local que, além do lazer do cinema, buscava noticias nos jornais cinematográficos sobre as batalhas. Em sua frente, em julho de 1942, a população local reuniu-se levantado protestos contra o afundamento de navios brasileiros e clamou pela declaração de guerra à Alemanha. Da mesma forma, em maio de 1945 a população festejou a vitória aliada e o fim da guerra. "O conteúdo dos filmetes, importados ou nacionais, apresentava de tudo: fatos públicos e políticos, demolições, temas sacros, cômicos." (FERRAZ, 2009, p.9)

Quanto aos filmes exibidos, na década de 1950, surgem dois principais filmes brasileiros exibidos no Cine Vaz Lobo, "Tico-tico no fubá" e "O cangaceiro" que contam intrínseco a sua história a criação do estúdio cinematográfico Vera Cruz, sua decadência e venda a americana Columbia Pictures gerando estado de alerta do setor recolocando o Estado como árbitro das disputas com a criação do Instituto Nacional de Cinema em 1951 (KOBOL, 2010, p.34-37).

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, o Cine Vaz Lobo viveu seu apogeu, dividindo espaço de freqüência com os cinemas Irajá, Alfa e Coliseu, todos como ele então filiados a rede de distribuição cinematográfica Cine Alfa. O Cine Vaz Lobo tornou-se presente na formação de toda uma geração, sendo dela marco de lazer, vida social e romance, que nele viveu o impacto do Rock-and-rool nos musicais então importados, exibidos e lembrados até hoje. Segundo entrevista de Ronaldo Martins, os dois únicos momentos em que o Cine Vaz Lobo teria fechado seriam: primeiro para adaptar-se a tecnologia do Cinemascope e o segundo, para se recompor da "algazarra" da platéia (alunos das escolas próximas) ao som do rock do filme "Ritmo Alucinante".

A década de 1950 foi marcada no país pelo desenvolvimentismo sob a presidência de Juscelino Kubitschek com seu Plano de Metas acentuando o projeto de industrialização do país atraindo empresas estrangeiras com o apoio e financiamento oficial. Assim, surge em 1956 a Comissão Federal de Cinema, com objetivo de articular a política pública para o setor, atuando inclusive na taxação dos filmes estrangeiros. Contudo, com o capital externo em todos os setores econômicos, a concorrência no circuito cinematográfico era desleal (KOBOL, 2010, p.34-37).

Com o golpe de 1964, segundo Fábio Kobol, o cinema refletiria mais uma vez mudanças de uma época. Em 1966, o Instituto Nacional de Cinema centralizou as ações referentes ao campo cinematográfico e sob o regime militar nasceu a Embrafilme para financiar, co-produzir e distribuir filmes. Com um discurso nacionalista, os militares conseguiram a adesão de muitos cineastas e produtores. "Nos dez anos anteriores à criação do INC, a média anual de longas-metragens produzidos não passava de 40. De 1967 a 1974, esse número chegou a 66 produções, com pico de 94 filmes realizados em 1971." Contudo, findo os anos 70, o chamado cinema de rua entrava em decadência e os tradicionais cinemas locais se fecharam, resistindo o Cine Vaz Lobo até 1982.

> O cinema nacional estava cada vez mais dependente do investimento direto do Estado. Sensível a uma conjuntura de crise mundial, o Brasil acumulou uma enorme dívida externa e enveredou pela crise fiscal. O espectador, já acostumado com a televisão, ia cada vez menos ao cinema (KOBOL, 2010, p.34-37).

Os extintos cinemas tomaram destinações diferentes: o Cine Irajá foi vendido a uma instituição religiosa. O Cine Alfa e o Cine Coliseu foram transformados em lojas comerciais e seus prédios foram totalmente descaracterizados. Outros foram totalmente demolidos como são exemplos os cinemas São Pedro na Penha, Monte Castelo em Cascadura e Para Todos no Méier. Graças à persistência do patriarca da família Mendes Monteiro, o Cine Vaz Lobo não foi vendido, nem descaracterizado, conservando este a arquitetura original e o espaço da sua sala de projeção, da qual apenas foram retiradas as cadeiras para ser usada, por curto tempo, como estacionamento de automóveis, conservando ainda, os seus projetores e maquinários.

O processo de crise dos cinemas de rua, segundo Alice Gonzaga, estaria ligado à crise cultural gerada por inúmeros fatores: a transferência da capital federal pra Brasília, a diminuição dos investimentos no setor, o período de censura da ditadura militar, a diminuição do poder aquisitivo da população, a mudança de hábitos sócio-culturais, o aumento da violência, a difusão da televisão, o surgimento dos shoppings centers.

Nos anos 90 e até fins de 2009, o Cine Vaz Lobo permaneceu em estado de dormência na memória popular. Findando 2009, o patriarca da Família Mendes Monteiro faleceu e a família permanece sem objetivos claro para o Cine Vaz Lobo.

Movimento Cine Vaz Lobo: preservação, cultura e memória

Em janeiro de 2010, atendendo ao projeto de construção do Corredor Transcarioca, foi decretada pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro a desapropriação de cerca de 3500 imóveis, sendo neste, no Largo de Vaz Lobo a desapropriação total do terreno do Cine Vaz Lobo e a demolição do prédio, para nele ser construída a pista da via, restando apenas uma praça.

A condenação do Cine Vaz Lobo à demolição chamou atenção de moradores e amigos locais para a sua defesa, daí começou um longo processo de rememoração com os moradores em torno da história do cinema, também como história do bairro e suas próprias histórias de vida, agregando assim, o cinema um valor histórico incalculável.

Entre estes se destacou primeiramente Fernanda Costa, moradora de Vaz Lobo, que entrevistando Ronaldo Martins, a respeito do cinema, objeto de sua pesquisa para concluir sua graduação em arquitetura, notou a relevância do Cine Vaz Lobo e o risco de ser demolido. Tomando conhecimento de um segundo projeto, para o traçado do corredor Transcarioca em Vaz Lobo, respeitando patrimônios históricos, em ação conjunta a Secretaria Municipal de Cultura, demonstraram aos projetistas do Corredor Transcarioca a importância histórica do Cine Vaz Lobo e a necessidade de preservação de seu prédio, conseguindo reativar o projeto 2 e manter o cinema.

Parcialmente já havendo possibilidade da não demolição do prédio de acordo com a segunda proposta do projeto T5, formamos o *Movimento Cine Vaz Lobo: Preservação, Cultura e Memória*[3] com moradores, amigos e pesquisadores do bairro Vaz Lobo e baixada de Irajá buscando promover a recuperação do cinema, preservando sua presença histórica. Após esta ação, considerando a valorização urbana a resultar da implantação do Corredor Transcarioca, buscamos dar ao conjunto arquitetônico destinação condigna a sua relevante condição de histórico centro de convivência social, afim de promover seu tombamento como patrimônio Cultural Municipal, Estadual e Nacional, de forma a transformá-lo em Centro Cultural onde, com ênfase na atividade fim de sua criação, em especial seja cultivada as artes cênicas e áudio visuais.

O Cine Vaz Lobo, propriedade da família herdeira de Antônio Mendes, filhos e netos, é mantido fechado e sem manutenção adequada. O cinema seria desapropriado para sua demolição e construção do Corredor Transcarioca, de acordo com a proposta 1 do projeto. Contudo, firmou-se a proposta 2 do projeto mantendo o cinema com um pequeno recuo da curva do Corredor Transacrioca. Assim sendo, a ação do Movimento vem ratificar a importância do Cine Vaz Lobo, que já seria desapropriado, buscando medidas que o preserve e salvaguarde seu uso para fins culturais.

[3] Integrantes do *Movimento Cine Vaz Lobo: Preservação, Cultura e Memória: Celeste Ferreira, Diogo Carneiro, Fernanda Costa, Gilson Gusmão, Karen Barros, Rolf Malungo, Ronaldo Martins e Wanderlei. Apoio: Mercadão de Madureira, Antônio Tanque, Subúrbio em transe, IGPL, Rádio Bicuda.*

O Cine Vaz Lobo representa um bem cultural suburbano que deve ser preservado, elo entre diferentes décadas. Possui a ressonância necessária para expressar um imenso valor patrimonial, reunindo aspectos materiais e culturais cristalizados em seu prédio, reconhecido e mantido pela memória dos moradores, a pouco ameaçado de demolição e neste contexto rememorado. Um dos "palácios cinematográficos" do Rio, marcando em especial três gerações (40, 50, e 60), para as quais foi um espaço de lazer e encontro da sociedade local, contribuindo para a construção do espaço social suburbano, e desgastado pelo abandono e esquecimento dos seus valores históricos.

> Tem ressonância, que fazem a mediação entre passado e presente, entre o imaterial e material, entre alma e corpo, que são condição e efeito de determinada modalidade de autoconsciência. Vale notar que em vez da idéia de autenticidade – originalidade e permanência – que guiava o campo da preservação, agora são tomadas como parâmetro as noções de referencia cultural e de continuidade histórica (OLIVEIRA, 2008, p.35).

> Tais salas de cinema logo se constituíram como *equipamentos coletivos de lazer*. Desde cedo, trabalharam como promotoras de encontros e agenciamentos entre diversos elementos humanos e não humanos, ressoando na configuração dos espaços construídos da idade, na vida cotidiana e no imaginário dos indivíduos. Assim, a relevância que esses locais da fruição de filmes tiveram na organização e na configuração do espaço citadino mostra que eles estabilizaram variados tipos de sociabilidade ao seu redor. O hábito de freqüentar salas de cinema se enraizou nos cotidianos de muitas pessoas, demarcou classes diante das formas de consumo dos filmes e proporcionou a ocupação de áreas da malha urbana, tais como ruas e praças, transformadas em *cinelândias ou pólos exibidores* (FERRAZ, 2009, p.11).

Em 06 de outubro de 2010, o cinema foi resguardado pelo Instituto Estadual do Ambiente, através da Comissão Estadual de Controle Ambiental, que aprovou a concepção e localização do corredor viário Transcarioca, com licença válida até 06 de outubro de 2013, respeitadas as condições estabelecidas e entre essas, no item 6.12 a "preservação da edificação do antigo Cinema Vaz Lobo". Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente celebrada em Estocolmo, em 1972, o meio ambiente também é um conjunto de componentes sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas, o Cine Vaz Lobo seria assim, um componente social da ambiência urbana predominante do bairro de Vaz Lobo e que identifica parte de sua história.

Exemplo de ressonância ocorreu no dia 20 de novembro de 2010. Pela manhã iniciamos nosso *Movimento* no largo de Vaz Lobo, ao lado do cinema, com uma manifestação pública em uma tenda apresentando o histórico do cinema, baner com o projeto do Corredor Transcarioca,

folder explicativo, som e abaixo assinado solicitando das autoridades a implementação de ações que garantam a preservação e a recuperação do prédio do Cine Vaz Lobo, de seu valor histórico, social e cultural, que estimulem a vocação natural do espaço como pólo irradiador de cultura e lazer. O resultado foi apoio dos moradores, com raras exceções de politiqueiros da região. Moradores participaram, deram entrevistas, doaram documentos, fotos, jornais e se prontificaram a apoiar o retorno do cinema como centro cultural.

Pelo sentimento de pertencimento e reconhecimento do meio para com o Cine Vaz Lobo, observado nas entrevistas, este cumpriria a função do que Halbwachs acentua como "funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de "comunidade afetiva" (POLLAK, 1989, p.3).

Como um dos resultados de nossas divulgações, elaborei o projeto *O Patrimônio Cultural Cine Vaz Lobo: necessidades e propostas* e alcançamos reconhecimento do Estado com a emenda de despesa da desapropriação em 25 de novembro de 2010.

Gilson Buarque, morador do bairro há mais de 60 anos, em entrevista expressou a necessidade de retomar a cultura local e, assim, desenvolver o comércio da região. Responsável pelo jornal do bairro – *Interação* – nos disponibilizou sua entrevista com Medes Filho, falecido herdeiro do cinema, expressando profundo orgulho e satisfação caso um dia o Cine Vaz Lobo fosse tombado pelo IPHAN como patrimônio cultural:

> GILSON GUSMÃO - "o Serviço de Patrimônio Histórico e Cultural executa um trabalho de tombamento de prédios da nossa cultura brasileira. O Cinema Vaz Lobo tem um papel fundamental dentro dessa história da nossa sociedade. Como o senhor vê o possível tombamento deste prédio Cinema Vaz lobo?"
>
> MENDES FILHO - "Se realmente algum acadêmico resolver contar essa história de muito sacrifício que meu pai e minha mãe construíram e se agora no final, o governo estiver interessado em fazer disso uma casa de espetáculos, vamos dizer assim, com fins culturais como o amigo acaba de citar, só posso me sentir orgulhoso porque de minha parte o senhor pode ter certeza que fico orgulhoso e satisfeito, porque eu não vou viver eternamente e quando morrer não vou levar o prédio do Cinema Vaz Lobo, então eu sei que aqui fica uma obra tradicional e teve paulatinamente o sucesso que ficou pros futuros que vem [*ruído*] nessa nação conhecerem o que era o Cinema Vaz Lobo" (JORNAL INTERAÇÃO, 1996).

Conforme entrevista de Mendes Filho, ao jornal *Interação*, a tecnologia da televisão e do cassete seriam apenas resultado do progresso tanto aqui no Brasil como no mundo e os bons ou maus filmes seriam adversários naturais ao cinema. Contudo, há o público que prefere assistir filmes em casa, como também o que prefere ir ao cinema, em especial casais ou a passeio para

assistir um novo filme que não compete com a programação da TV. Em 1996 Mendes Filho apontava que o cinema não era o mesmo em sua época, hoje reafirmamos sua posição. Visto isso, e de acordo com seu desejo, não caberia reabrir o cinema comercialmente, com alguns shows e uma bomboniere, mas sim, transformar tal patrimônio de fato em centro cultural.

> A patrimonialização a partir do tombamento contempla atualmente poucos cinemas de rua no município do Rio de Janeiro. E esse tombamento não significa o resguardo do bem por completo – protege, muitas vezes, somente a fachada ou até mesmo a edificação, mas não garante a salvaguarda de seu uso. Não eram simplesmente salas de projeção. Eram espaços de sociabilização comunitária e de construção da cidadania. Com o desaparecimento do circuito exibidor das vias públicas interditam-se lugares vitais de lazer e cultura urbanos na rua. Elimina-se assim um ponto de encontro, um local de discussão, um espaço de vivencia da diversidade (SOUZA, 2010, p.1-2).

As "reflexões sobre as limitações e as possibilidades que a noção de "patrimônio" oferece para o entendimento da vida social e cultural" são diversas, no caso do Cine Vaz Lobo o entendemos como "categoria de pensamento importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana", pois transborda a delimitação precisa de patrimônio cultural, visto que tal divisão é mais uma construção histórica, dando ênfase às relações sociais ou mesmo nas relações simbólicas, e não apenas ao monumento (GONÇALVES, 2003, p.22-23).

> Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) chamou de "fatos sociais totais". Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos" (GONÇALVES, 2003, p.27).

Segundo entrevista do morador Gilson Gusmão, o Cine Vaz Lobo também foi centro de diversas atividades sociais: colações de grau de alunos dos colégios locais e da Escola Normal Carmela Dutra, apuração de sambas das escolas de carnaval, bem como eventos de datas religiosas ligados à Paróquia Cristo Rei, apesar do padre por vezes demonstrar insatisfação com a localização do cinema por esconder a paróquia.

Assim sendo, dada a sua ressonância, buscamos o que nos é garantido por lei desde a constituição de 1988, entre outras leis:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, [...] portadores de referencia à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira,

> nos quais incluem: IV – [...] edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais; § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO, 2005, p.151-152).

Documentação

1. Secretaria da Cultura/ Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design/ Gerência de Intervenção Urbana. Projeto "O Patrimônio Cultural ao longo do T5: Vaz Lobo", Rio de Janeiro: IPP, 2010.

2. Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização - Emendas ao PLN Loa 0059 2010 - 25/11/2010. Página: 6752. Emenda: 13340012. Autor: 1334 - Miro Teixeira.

3. INEA – Instituto Estadual do Ambiente – Comissão Estadual de Controle Ambiental – 06 de outubro de 2010 - Licença Prévia a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro aprovando a concepção e localização do corredor viário Transcarioca, com licença válida até 06 de outubro de 2013.

4. Prefeitura do Rio de Janeiro. Projeto Transcarioca/ Por dentro da obra. In: Cidade Olímpica. Disponível em: http://www.cidadeolimpica.com/htm/por-dentro-da-obra.php?pagina=transcarioca. Data de acesso: 30/06/2011.

5. Jornais

5.1 Jornal Extra – 15 de dezembro de 2009 (lista de desapropriações) e 21 de novembro 2010 (publicação sobre o Movimento Cine Vaz Lobo).

5.2 Jornal Interação – Gilson Gusmão entrevista Mendes Filho, herdeiro do cinema, filho do casal português Antonio e Ana Mendes Monteiro, 1996.

6. Entrevistas

6.1 Ronaldo Luiz Martins, ex-morador de Irajá, analista de sistemas aposentado, memorialista, frequentou o Cine Vaz Lobo. Taquara, 09 de julho de 2011, entrevista realizada por Karen Barros.

6.2 Gilson Gusmão, morador de Vaz Lobo, advogado aposentado, freqüentou o Cine Vaz Lobo, foi responsável pelo jornal do bairro "*Interação*", em 1996 entrevistou Mendes Filho, dono do cinema. Vaz Lobo, 05 de agosto de 2011, entrevista realizada por Karen Barros.

Bibliografia

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988/obra coletiva de autoria da Ed. Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Fernanda de Oliveira Nascimento. **Era uma Vaz...O resgate de um subúrbio esquecido**. Trabalho final de graduação UFF-EAU-TGA, 1º/2010.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. **Sala de Cinema Art Déco no Rio de Janeiro: a conquista de uma identidade arquitetônica (1928-1941)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ 1998.

FERRAZ, Talitha Gomes. O papel do cinema na urbanização do Rio de Janeiro: salas de exibição, *hiperestímulos* e dinâmicas sociais da vida moderna. **Intercom Sudeste, Divisão Temática Comunicação Audiovisual, do XIV Congresso de Ciências da comunicação da Região Sudeste** – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONZAGA, Alice. **Palácios e Poeira – 100 anos de cinema no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record/Funart, 1996.

KOBOL, Fábio. Cinema, uma questão de Estado. **Revista de História da Biblioteca Nacional** Ano 5, Nº 52, Janeiro 2010.

MAUAD, Ana Maria. **Salto para o Futuro – TV Escola**. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=82> Data de acesso: 23/062010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

POLLAK, *Michael*. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV - **Revista Estudos Históricos**, Vol. 2, Nº 3, 1989.

SOUZA, Márcia Cristina da Silva. Ser ou não ser: a memória dos cinemas de rua como patrimônio cultural do Rio de Janeiro. **XIV Encontro regional ANPUH-RIO Memória e Patrimônio** – Rio de Janeiro 19 a 23 de julho de 2010.

ISBN 857444101-6